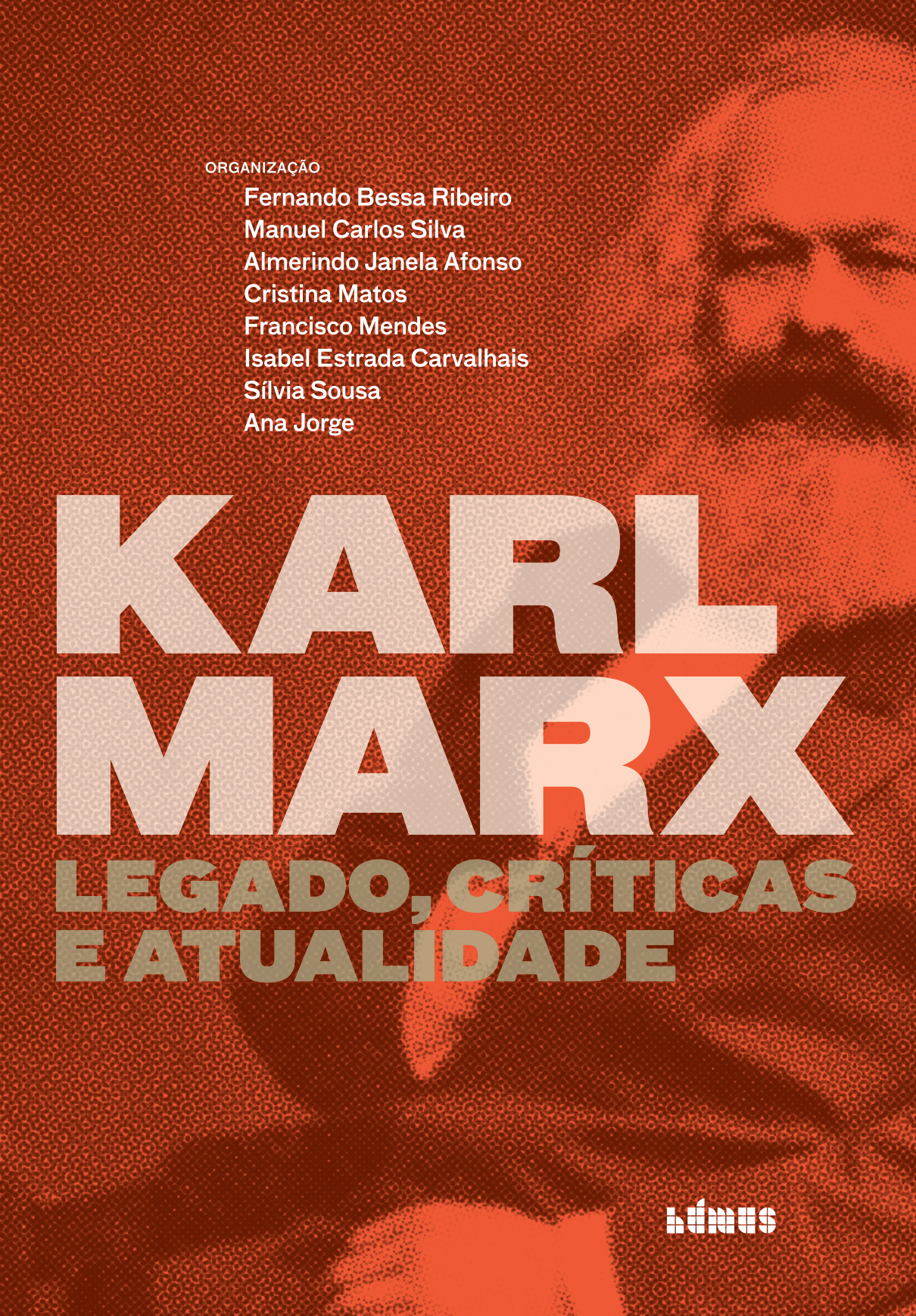

ORGANIZAÇÃO
Fernando Bessa Ribeiro
Manuel Carlos Silva
Almerindo Janela Afonso
Cristina Matos
Francisco Mendes
Isabel Estrada Carvalhais
Sílvia Sousa
Ana Jorge

KARL MARX

LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

LÍMUS

ORGANIZAÇÃO
Fernando Bessa Ribeiro
Manuel Carlos Silva
Almerindo Janela Afonso
Cristina Matos
Francisco Mendes
Isabel Estrada Carvalhais
Sílvia Sousa
Ana Jorge

KARL MARX

LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

LÍMUS

KARL MARX: LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

Organização: Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Almerindo Janela Afonso, Cristina Matos, Francisco Mendes, Isabel Estrada Carvalhais, Sílvia Sousa e Ana Jorge

Autores: Alena Vieira, Almerindo Janela Afonso, Carlos R. S. Machado, Clayton Emanuel Rodrigues, Cleildes Marques de Santana, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Marineli, Francisco Coelho Cuogo, Graça Rojão, Guilherme Luiz Tortelli, José Carlos Venâncio, José Madureira Pinto, José Pedro Lopes, Laurindo Dias Minhoto, Luís Monteiro, Manuel Carlos Silva, Manuel Loff, Manuel Rodrigues, Manuela Tavares, Marco Schneider, Paula Alexandra Guimarães, Paulo de Carvalho, Pedro Henrique Melo Teixeira, Rui Vieira Cruz, Sérgio Antônio Silva Rêgo, Sylvia Debossan Moretzsohn, Tainara Fernandes Machado, Thomas Theodoro Amorim e Veit Bader

Capa: SAL Studio

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, Lda. e Autores, 2022
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef. 926 375 305
humus@humus.com.pt
www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão
1.ª edição: Outubro de 2022
Depósito legal: 501589/22
ISBN: 978-989-755-788-0

Nota de Edição:
Os organizadores do livro respeitam a ortografia adotada pelos autores.
Todos os textos que integram este livro foram submetidos a arbitragem científica.

ÍNDICE

11 **Agradecimentos**

13 **Apresentação**
Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva

25 **I. Crise, desigualdades e a atualidade de Marx na crítica ao capitalismo**
Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro

67 **II. À (re)descoberta de um Karl Marx vitoriano e de um legado marxiano na arte e na política britânicas**
Paula Alexandra Guimarães

81 **III. A transformação social da propriedade**
Clayton Emanuel Rodrigues e Cleildes Marques de Santana

99 **IV. O trabalho imaterial e a práxis pós-industrial: Entre a articulação da posição e o enfraquecimento da oposição**
Francisco Coelho Cuogo

115 **V. O trabalho e as novas formas de alienação: O sócio-metabolismo da barbárie**
Sérgio Antônio Silva Rêgo e Pedro Henrique Melo Teixeira

131 **VI. Reforma trabalhista no Brasil: Reflexões a partir de Karl Marx e Florestan Fernandes**
Tainara Fernandes Machado e Guilherme Luiz K. Tortelli

147 **VII. Da destruição criativa aos grandes surtos de desenvolvimento: Nanotecnologia e tecnologias convergentes na produção industrial e ficção cultural**
Rui Vieira Cruz

177 **VIII. Sobre flores, grilhões, consciência e afetos: A disputa pela captura do gosto para desmontar as engrenagens de produção social da ignorância**
Sylvia Debossan Moretzsohn e Marco Schneider

195 **IX. Marx e Jameson: Os desdobramentos antagônicos da cultura na era da globalização**
Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim

211 **X. Totalidade em Lucien Goldmann**
Fernando Marineli

223 **XI. Adorno e Luhmann: certas afinidades eletivas**
Laurindo Dias Minhoto

235 **XII. Natureza, conflitos e injustiça ambiental na cidade**
Carlos R. S. Machado

253 **XIII. Feminismos e emancipação social**
Graça Rojão

265 **XIV. Feminismo(s) e marxismo: um casamento "malsucedido"? Os novos desafios para uma corrente feminista de esquerda**
Manuela Tavares

275 **XV. Uma herança incontornável: Repensando a matriz marxista na análise das sociedades africanas**
José Carlos Venâncio

289 **XVI. Elites e classes sociais nos movimentos de libertação em Angola**
Paulo de Carvalho

299 **XVII. A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno**
José Madureira Pinto

315 **XVIII. O marxismo como corte epistemológico e alavanca teórica das ciências sociais: o seu papel na sociologia em Portugal**
Manuel Carlos Silva

343 **XIX. 1968 na história da mobilização social e política: Uma interpretação**
Manuel Loff

357 **XX. O que resta do marxismo-leninismo? O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista da Grécia (KKE) em análise**
José Pedro Lopes e Alena Vieira

377 **XXI. O retorno do Estado, a crise pandémica e o keynesianismo de exceção**
Almerindo Janela Afonso

389 **XXII. Democracia associativa: da 'Real Terceira Via' ao Utopismo ou em direção a um socialismo colorido para o século XXI?**
Veit Bader

429 **XXIII. Marx e a política: O olhar de partidos políticos em Portugal**
Intervenção de Luís Monteiro | Intervenção de Manuel Rodrigues

439 **Sobre os autores**

449 **Programa do Colóquio**

À memória dos revolucionários e das revolucionárias
da Comuna de Paris (1871)

AGRADECIMENTOS

Este livro é a expressão material mais relevante do colóquio Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade realizado na Universidade do Minho em dezembro de 2018. Começamos por lembrar o acolhimento inestimável da Reitoria e das Direções das Escolas que apoiaram os seus centros de investigação na organização de um evento que contou com quase uma centena de oradores e a participação de mais de três centenas de professores/as, investigadores/as, alunos/as e ativistas sindicais, entre outras pessoas interessadas, ao longo dos dois dias antecedidos por uma noite de visualização e debate do filme *O jovem Marx*, na Casa do Professor, cujos responsáveis cederam o auditório de forma graciosa.

Sendo uma iniciativa conjunta de cinco centros de investigação – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Centro de Investigação em Educação (CIEd), Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2pt) e Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) –, o colóquio beneficiou da mobilização dos seus recursos financeiros e técnicos, sem os quais não teria sido possível a sua concretização. A Fundação para a Ciência e Tecnologia foi decisiva no financiamento da iniciativa, tendo também a organização contado com o apoio da Associação Portuguesa de Sociologia, da Editora Húmus, da Quinta da Igreja/Vinhas de Lanhoso, da Delta Cafés e da Pastelaria Cristo Rei, fornecendo nomeadamente bens e serviços que permitiram receber com a melhor solicitude os participantes e contribuindo assim para o sucesso do colóquio.

A Rita Moreira e a Paula Freire, gestoras de ciência do CICS.NOVA.UMinho, juntamente com a Joana Teixeira, bolseira de investigação e Rafaela Ribeiro, estudante de mestrado e colaboradora do CICS.NOVA.UMinho, mais tarde gestora de ciência da nossa unidade de investigação, foram inexcedíveis ao colocarem as suas melhores competências na edição do livro, pelo que sem o seu trabalho tão pouco teríamos levado esta tarefa a "bom porto". Por fim, dirigimos umas palavras muito calorosas aos membros do Núcleo de Estudantes do Curso de Sociologia da Universidade do Minho que, como já há muito nos habituaram, foram extremamente dedicados na implementação das muitas tarefas que a execução do colóquio exigiu.

Os organizadores

APRESENTAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva

Odiado, idolatrado, injuriado, aplaudido, mas sobretudo inspirador de teorias críticas nos mais diversos campos do conhecimento. Filósofo, economista, sociólogo, politólogo, historiador, ativista político, Marx foi um intelectual que, operando um corte epistemológico pelo materialismo histórico e dialético e procurando compreender e explicar o capitalismo através de uma profunda investigação teórica e histórica, lutou incansavelmente, com a cumplicidade solidária de Engels, por uma agenda política emancipatória capaz de ir ao encontro dos interesses e aspirações das classes exploradas e oprimidas. Tal postura científica e política passaria a ser o farol de todos os que, a par e na sequência duma explicação histórica e dialética da sociedade, se inscrevem num dos lemas centrais da tradição marxista: "não basta compreender o mundo, é necessário transformá-lo".

Duzentos anos depois do seu nascimento, Marx permanece nos debates sociais e políticos contemporâneos, sendo os seus textos indispensáveis não só para compreender o capitalismo, suas lógicas, dinâmicas e crises, como também para escrutinar os caminhos futuros para a sociedade humana. Num momento histórico dominado pela crise social e ambiental que atinge a humanidade e o planeta e confrontados com o crescimento das desigualdades sociais e económicas entre países e no interior de cada país, o pensamento de Marx conhece um interesse revigorado, incluindo por aqueles que, não se identificando como marxistas, encontram no teórico alemão contributos decisivos para fazer o debate sobre o nosso presente e futuro comuns.

A renovação das leituras não dogmáticas do pensamento de Marx é um exercício intelectual e político que reclama uma análise dialética que coloca no seu centro as contradições sociais e ambientais decorrentes da expansão e consolidação do capitalismo, simultaneamente portador de progresso e de regressão. Recusando as conceções mecanicistas e deterministas, o debate terá de considerar que o capitalismo não

desaparecerá por si próprio, nem a história tem um único sentido, mas antes diversos caminhos a explorar pela teoria e pela conjugação das condições necessárias para a ação coletiva no quadro dos diversos movimentos sociais, nomeadamente sindical, ambientalista, feminista e antirracista. Apesar das muitas derrotas das forças e movimentos anticapitalistas, mesmo que a história nos coloque perante as dificuldades da luta contra o capitalismo e sua improvável superação a curto e médio prazo, a obra de Marx continua a inquietar-nos. O seu pensamento, assim como o de Engels, está bem vivo quando nos interpelamos sobre as consequências produzidas pelo capitalismo: o desenvolvimento desigual, a concentração da riqueza, as desigualdades e as exclusões sociais e as novas formas de poder, exploração e dominação.

O que o leitor acabou de ler foi o texto de apresentação do colóquio sobre Marx organizado em 6 e 7 de dezembro de 2018 por cinco centros de investigação da Universidade do Minho – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Centro de Investigação em Educação (CIEd), Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2pt) e Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) –, vinculados a quatro escolas da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais, Escola de Economia e Gestão, Instituto de Educação e Escola de Arquitetura). Lembrando e celebrando o duplo centenário do nascimento do teórico alemão, foi intenção dos investigadores/as que o organizaram, responsáveis também pelo livro que agora editam, analisar e debater a relevância do legado de Karl Marx em diversos campos do conhecimento e da intervenção social política. Ancorando-se em diferentes enfoques disciplinares, metodológicos e geográficos e rejeitando leituras lineares e esquemáticas, os organizadores/as do colóquio internacional "Marx 2018: Legado, Críticas e Atualidade" desenharam um programa que suscitou o interesse dos participantes, combinando exposição teórica, política e cinema, proporcionando debates intensos e nem sem sempre coincidentes, tornando uma vez mais evidente que Karl Marx continua a ser uma figura que, não merecendo a unanimidade de pontos de vista, a ninguém deixa indiferente.

Descrevendo sucintamente o programa (cf. Anexo 1- Programa do Colóquio), o colóquio começou na noite de 5 de dezembro com a projeção, na Casa do Professor, do filme *O jovem Marx* de Raoul Peck, seguido de um comentário de Manuel Sarmento que permitiu abrir o debate sobre a vida e as ideias de Marx com intervenções de alguns dos presentes. A noite terminou com um verde de honra, prolongando-se assim a conversa por mais algum tempo. Os dois dias seguintes foram ocupados com duas conferências principais, a abrir e a encerrar o colóquio, sessões plenárias, painéis temáticos (com a apresentação das respetivas propostas enviadas e aprovadas pelos organizadores/as) e uma mesa da controvérsia,

procurando dar simultaneamente amplitude e densidade às questões, tópicos e polémicas que os contributos de Marx continuam a suscitar.

No dia 6 de dezembro, depois da receção dos participantes e a abertura dos trabalhos pelos representantes institucionais, realizou-se a primeira conferência proferida por Cédric Durand (CEPN-CNRS – Universidade de Paris 13), sendo os comentários da responsabilidade de Isabel Estrada Carvalhais (CICP, EEG – UM). Após o almoço, os trabalhos foram retomados com a realização em simultâneo de dois painéis temáticos. O painel temático 1 teve como tema "Materialismo histórico e dialético em Marx: totalidade, contradição, mudança e utopia", com a moderação a cargo de Ana Brandão (ICS – UM) e comentários de Teresa Mora (ICS – UM). Já o painel temático 2 teve como tema "Trabalho, tecnologia e as mudanças impulsionadas pela 'indústria 4.0'", com a moderação a cargo de Ana Paula Marques (ICS – UM) e os comentários de Miguel Portela e João Cerejeira (EEG – UM). Realizada uma pequena pausa, o colóquio prosseguiu com mais dois painéis temáticos. O painel temático 3 teve como tema "Capital e lutas sociais: economia e política, sociedade e Estado", com a moderação a cargo de Sílvia Sousa (EEG – UM) e comentários de José Manuel Lopes Cordeiro (ICS – UM). Realizada a pausa para o café, o dia encerrou com a sessão plenária "Marxismo e ciências sociais em Portugal: agendas, desconstruções, reconstruções", onde intervieram João Rodrigues (CES –UC), José Madureira Pinto (FE – UP), Fernando Rosas (FCSH – UNL), Manuel Carlos Silva (ICS – UM), Manuel Loff (FLUP – UP) e Manuela Tavares (CIEG – ISCSP), com a moderação a cargo de Luís Vicente Baptista (FCSH – UNL).

No dia 7 de dezembro os trabalhos começaram com os dois derradeiros painéis temáticos, realizados em simultâneo. O painel temático 5 teve como tema "Capitalismo, crise socio ambiental e socialismo", com a moderação a cargo de Fátima Moura Ferreira (ICS – UM) e os comentários de Cristina Matos (EEG – UM). Realizada a pausa para o café, os trabalhos da manhã prosseguiram com a segunda e derradeira sessão plenária "Marxismo e a questão colonial: lutas de libertação, trajetos e balanço", onde intervieram Fernando Bessa Ribeiro (ICS – UM), José Carlos Venâncio (UBI), Paulo de Carvalho (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto) e Víctor Kajibanga (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto), com a moderação de Wladimir Brito (ED – UM). Por fim, a tarde com a qual o colóquio encerrava foi ocupada com a mesa da controvérsia intitulada "Marx e a política: o olhar dos partidos políticos", onde intervieram Manuel Pizarro (Partido Socialista), Carlos Abreu Amorim (Partido Social-Democrata), Luís Monteiro (Bloco de Esquerda) e Manuel Rodrigues (Partido Comunista Português), com a moderação de Luís Cunha (ICS-UM). Feita a pausa para o café, os trabalhos foram retomados com o lançamento do livro *Desigualdades sociais e políticas*

públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva, apresentado por Graça Carapinheiro (ISCTE – IUL) e Francisco Mendes (ICS – UM) e a conferência de encerramento proferida por Veit-Michael Bader (Universidade de Amesterdão), sendo os comentários da responsabilidade de Francisco Louçã (ISEG – UL).

Foi a partir das comunicações e intervenções apresentadas que se organizou o livro. Como se poderá observar, o índice não segue a estrutura do colóquio, tendo-se optado por um alinhamento que, dando conta dos textos que foram disponibilizados pelos participantes para publicação, procura encontrar uma linha editorialmente interessante que permita conhecer não só o que se discutiu como dar a necessária expressão a alguns dos problemas, tópicos e objetivos que estiveram na origem do colóquio e que foram devidamente fixados no seu anúncio, com o qual começou este texto de apresentação.

O livro abre com um texto de Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro, no qual se analisam algumas das questões fundamentais que atravessaram o colóquio: a crise, as desigualdades e a atualidade do pensamento de Marx na crítica ao capitalismo. Não se encontrando em Marx e Engels a resposta para todos os problemas colocados pelo capitalismo às classes trabalhadoras, argumenta-se que é a tradição teórica e política marxista que, sujeita a debates, inovações, alterações e correções, melhores possibilidades nos oferece para prosseguir com a crítica ao capitalismo, tendo sempre como horizonte a imaginação de soluções ecossocialistas para as sociedades humanas. No entender dos autores, recolocar na agenda política e no debate teórico o ecossocialismo é imperioso não só por causa da incapacidade do capitalismo em proporcionar a todos os seres humanos uma vida decente mas também pelos efeitos ambientais por ele produzido que colocam a catástrofe ecológica como uma possibilidade real.

Paula Guimarães elabora um ensaio sobre a vida de Karl Marx na Inglaterra vitoriana, onde permaneceu desde 1849 até à sua morte em 1883, com o objetivo de proceder a um balanço do legado marxiano na arte e na política britânicas. Começando por contextualizar a vida do revolucionário alemão no país que o acolheu no seu derradeiro e mais longo dos exílios que enfrentou, convocando a nossa atenção para uma faceta menos conhecida mas nem por isso menor de Marx: o do leitor compulsivo de literatura, incluindo a do seu tempo, fazendo dele uma figura notavelmente erudita que se refletiu numa escrita poderosa, elegante e, seja qual for o ponto de observação, singular. Sendo Marx também poeta, Guimarães convoca a nossa atenção para a presença de referências literárias e poéticas nos seus textos. Entre outros textos, destaca a obra magna de Marx, *O Capital*, cujo primeiro volume conecta com outras obras maiores do engenho humano, como as de Charles Dickens e George Eliot (pseudónimo de Mary Ann Evans). Guimarães encerra o seu texto

mostrando como o legado de Marx foi assumido e divulgado por outros autores, alguns ainda em vida deste, dando especial e merecido destaque ao papel desempenhado pela sua filha Eleanor.

Por sua vez, Clayton Rodrigues e Cleildes Santana analisam o modo como a propriedade evoluiu ao longo da história, considerando o papel desempenhado pela inovação tecnológica. Tendo como base as interpretações de Marx e de Engels sobre esta categoria social fundamental no capitalismo, mobilizam um vasto acervo de autores que colocam em diálogo com os teóricos alemães para mostrar que o modo como a propriedade surge e se modifica é inseparável das mudanças não só no campo económico, mas também no político e no jurídico. Rodrigues e Santana, em contramão ao defendido pelo liberalismo radical, sublinham que o direito de propriedade nunca foi absoluto, antes estando subordinado ao interesse social, convocando para o efeito diversas leis fundamentais, como a francesa de 1793 ou a alemã da República de Weimar de 1919. No entender dos autores, o conflito hoje joga-se também em torno da posse difusa, sendo que as inovações tecnológicas tanto podem promover como restringir a sua difusão, pelo que o capital procura controlá-las de modo a garantir que a forma liberal burguesa de propriedade se mantenha, pois ela é fundamental para que a exploração prossiga.

Com o título "O trabalho imaterial e a práxis pós-industrial: entre a articulação da posição e o enfraquecimento da oposição", Francisco Coelho Cuogo analisa os efeitos operados nas condições de trabalho pelas alterações ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970. O autor argumenta que a consolidação dos modos flexíveis de funcionamento do capitalismo, substituindo o fordismo como configuração dominante, não se traduziu em efeitos positivos para os trabalhadores/as. Não obstante as recorrentes narrativas promotoras da autonomia, a flexibilização não só não obliterou as velhas subordinações e opressões que caracterizam, desde sempre, o trabalho no capitalismo, como promoveu a precarização da relação do trabalhador com a empresa.

Tendo como objeto o Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, explorando nomeadamente os dados produzidos por entrevistas realizadas a participantes desta iniciativa, Sérgio Rêgo e Pedro Teixeira começam por equacionar o lugar do trabalho na sociedade humana. Elemento fundamental para a configuração do indivíduo enquanto ser humano, é com o trabalho que os homens e as mulheres atuam na natureza, agindo sobre seus recursos e assim transformando as condições materiais de existência. Sendo, pois, uma atividade vital, o trabalho pode ser expressão de alienação. Como os autores destapam, e longe de se constituir em singularidade, porque aplicável a muitos outros contextos e geografias que não as do Brasil, em condições de crescente precarização e intensificação do trabalho, o estudo

realizado mostra que os trabalhadores/as docentes se confrontam com situações de alineação e estranhamento em relação ao trabalho realizado.

Prosseguindo com o trabalho tendo como contexto o Brasil, Tainara Machado e Guilherme Tortelli discutem as alterações jurídicas no campo laboral, tomando Karl Marx e Florestan Fernandes como principais referências teóricas. Depois de procederem a uma contextualização teórica do trabalho à luz dos conceitos marxistas, os autores empreendem uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desembocando na discussão da chegada ao poder de Lula e do Partido dos Trabalhadores, para argumentarem que nada de fundamental mudou no domínio das relações laborais com os governos do antigo líder sindical. O regresso ao poder das forças conservadoras e neoliberais desde 2016 permitiu, como é escrutinado por Machado e Tortelli, reconstituir as condições políticas necessárias para introduzir reformas regressivas no direito laboral, fragilizando e precarizando a situação das classes trabalhadoras no Brasil.

Já Rui Vieira Cruz analisa o papel e os efeitos das inovações tecnocientíficas assentes na invenção de dispositivos e sistemas inteligentes com capacidade de comunicar e interagir entre si, fora do humano, tomando como quadro referencial quatro obras culturais e mobilizando Marx e Schumpeter, entre outros autores. Vieira Cruz imagina um futuro marcado por novas formas de desigualdade e conflito, nas quais a tecnologia assume uma posição preponderante. O desenvolvimento desta é tão avassalador que as desigualdades se expressam num cenário marcado por alterações na própria natureza humana, com o surgimento de humanos (e até de póshumanos) que incorporam dispositivos tecnológicos complexos. Ao mesmo tempo, as máquinas adquiririam características tidas até então como específicas do humano, estabelecendo-se assim novas formas de concorrência e conflito com a espécie humana (ou com as suas novas configurações, incluindo as que implicam a superação da sua base biológica).

Sylvia Moretzsohn e Marco Schneider refletem sobre as lutas em torno da tomada de consciência e da organização da ação coletiva num contexto marcado pela hiperinformação. Lembrando a metáfora de colher flores dos grilhões, Moretzsohn e Schneider empreendem uma crítica ao modo como a ignorância, enquanto expressão de um conhecimento pobre e truncado, é produzido pelo capitalismo digitalizado e suas indústrias culturais, dinamizadas pela convergência da informática, das telecomunicações e da comunicação. Assumindo um papel decisivo na conformação da "vida como ela é", enfrentar estes novos desenvolvimentos do capitalismo exige, argumentam os autores, debater o modo como o gosto é construído. Não tendo uma solução "pronta a vestir", Moretzsohn e Schneider apostam na promoção do conhecimento crítico, começando pelo diagnóstico dos

problemas sem perder do horizonte a procura de caminhos que permitam combater a capacidade, por parte do capital, em dominar o gosto, isto é, o modo como os indivíduos sentem, pensam e agem.

Focando a sua atenção na cultura, Thomas Amorim apresenta-nos um ensaio sobre as dinâmicas do capitalismo, mobilizando, entre outros autores, Karl Marx e Frederic Jameson. Convocando a nossa atenção para a inserção da cultura na produção e na circulação mercantil, em linha com argumentos já consolidados pela análise marxista, Amorim explora as teses de Jameson, colocando-as em diálogo com outros autores, como Jonathan Crary, David Harvey e Perry Anderson, para constatar o esgotamento das possibilidades da expansão mercantil, sem que daí se possa aventar um sentido concreto para o seu futuro. Daqui, contudo, não decorre para o autor qualquer forma de alinhamento com as leituras ideológicas burguesas fundadas na crença do capitalismo como sistema sem fim.

Também explorando o pensamento de um autor, neste caso sociólogo, Lucien Goldmann, Fernando Marineli reflete sobre o conceito de totalidade no teórico marxista francês de origem romena, conhecido pela sua filiação ao pensamento de György Lukács. Começando por escrutinar a presença dos trabalhos de Goldmann em Portugal e no Brasil, Marineli discute o modo como o teórico francês construiu o seu método de análise, socorrendo-se não apenas dos contributos de Marx mas também de Jean Piaget, no qual emerge como central o acima referido conceito de totalidade e suas aplicações no campo da religião, da literatura e da comunicação.

Procurando afinidades eletivas em Adorno e Luhmann, um exercício delicado dadas as diferenças teóricas entre estes autores, Laurindo Dias Minhoto considera que as proximidades por si identificadas entre o quadro conceptual de Luhmann, nomeadamente no modo como é analisada a relação sistema-ambiente, e a forma como Adorno entende a relação sujeito-objeto são adequadas para compreender a dominação crescente da economia sobre a sociedade e os seus diferentes campos. Assim, para Minhoto confrontamo-nos hoje com uma dominação geral do capitalismo na sua versão neoliberal que procede a uma reconfiguração social e política de acordo com os seus interesses económicos e financeiros, em suma, "à sua imagem e semelhança".

Por sua vez, analisando as injustiças ambientais na cidade, Carlos Machado convoca a natureza como elemento incontornável nos conflitos que hoje ocorrem em contexto urbano, mostrando como a apropriação daquela pelo capital produz não só danos como desigualdades sociais. Deste modo, em linha com os conhecidos argumentos de James O'Connor, argumenta que existe um conflito envolvendo o capital, o trabalho e a natureza. Tal justifica uma demorada e pertinente análise dos textos de Marx, nomeadamente de *O capital*, onde o teórico alemão discute as

relações complexas entre capital, trabalho e natureza. Por fim, Machado encerra o seu texto com um olhar sobre o modo como o capital atua na cidade, tomando como referência Porto Alegre, no sul do Brasil.

Graça Rojão oferece-nos uma reflexão sobre os contributos do feminismo e do decrescimento na elaboração de agendas locais emancipatórias. Começando por percorrer tópicos bem conhecidos do debate no campo marxista, como feminismo, trabalho e patriarcado, a autora convoca a nossa atenção para os problemas colocados pelo capitalismo à vida humana e não humana, bem como à natureza no seu todo, sublinhando a urgência de se encontrar respostas sustentáveis. É assim que convoca as teses decrescentistas, procurando utilizá-las considerando os contributos das teorias críticas feministas. Não ignorando a potência hegemónica do capitalismo, Rojão admite a existência de alguma margem a nível local para a experimentação de soluções decrescentistas, apresentando exemplos concretos.

Continuando no campo do feminismo, Manuela Tavares reflete sobre as complexas e difíceis relações entre este e o marxismo, interpelando-se se tal exprime um casamento fracassado. Procurando pensá-las à luz dos desafios que se colocam à reconstrução de uma corrente feminista de esquerda, Tavares constata as dificuldades de a realizar, não ignorando os danos provocados por leituras dogmáticas do marxismo, desvalorizando todas as lutas que estivessem fora da classe social. Assumindo a sua centralidade na sociedade capitalista, para muitos marxistas a superação da exploração e opressão de classe resolveria, como se operasse um passe de mágica, todas as outras formas de desigualdade, nomeadamente as fundadas no género. Embora sem usar explicitamente o conceito, os argumentos mobilizados por Tavares para a reconstrução de um feminismo marxista implicam mobilizar a interseccionalidade, integrando nas lutas a classe social, o género, a etnia, a sexualidade e todas as outras categorias sociais nas quais se expressam desigualdade, exploração, dominação e opressão.

Percorrendo outras geografias, José Carlos Venâncio discute a influência do marxismo na análise das sociedades africanas subsarianas. Começando por constatar que Marx e Engels não atribuíram especial atenção a África nos seus estudos, embora a crítica ao colonialismo esteja presente na sua obra, as suas teses sobre o funcionamento do capitalismo, a luta de classes e o socialismo foram assumidas por muitos movimentos anticoloniais e seus líderes. A bem dizer, o nacionalismo africano mais radical, nomeadamente nas ex-colónias portuguesas, encontrou no marxismo uma fonte preciosa de teoria que incorporou nos seus programas políticos e procurou implementar, conquistada a independência. Na impossibilidade de analisar as diversas problemáticas suscitadas pelas interpretações marxistas, Venâncio opta por analisar o conceito de modo de produção aplicado à realidade africana.

Convocando Amílcar Cabral para sublinhar a necessidade de incorporar aspetos concretos das condições materiais de existência em África na análise marxista do modo de produção e da luta de classes, Venâncio empreende uma análise densa de Angola como colónia para justamente mostrar a necessidade de uma aplicação flexível e criativa do marxismo à realidade africana, mobilizando nomeadamente os contributos de, entre outros autores, Karl Polanyi e Immanuel Wallerstein. Sendo uma categoria conceptual central na década de 1970, o modo de produção, argumenta Venâncio, tem hoje uma menor relevância, sendo o seu uso limitado.

Também tendo como contexto de análise Angola, Paulo de Carvalho reflete sobre a composição de classes nos movimentos de libertação neste país africano, com uma especial atenção para as suas lideranças. Começando o seu texto por um enquadramento teórico da estratificação e classes sociais, o autor dá a conhecer a estrutura social em Angola durante o colonialismo tardio e procede a uma caracterização sucinta dos movimentos de libertação que lutaram contra o colonialismo português. Esta análise permite a Carvalho sublinhar a diversidade social dos membros dos movimentos de libertação, correspondendo esta à que, de certo modo, existia na sociedade no tempo do colonialismo. Segundo o autor, as lideranças eram compostas por membros com origens sociais mais privilegiadas, com estudos superiores, sendo muitos deles filhos de funcionários públicos e doutras camadas de assalariados com recursos e competências técnicas. Mas este grupo era minoritário, se considerarmos o elevado analfabetismo na Angola colonial, em torno dos 85% no início da década de 1970.

Já no campo da discussão sobre os contributos do marxismo para a teoria social, José Madureira Pinto procede a um longo exercício de escrutínio da sociologia em Portugal, analisando o papel desempenhado pelo marxismo, no confronto com outras correntes teóricas. No seu entender, a sua influência na sociologia portuguesa é notória sobretudo após o 25 de abril e o regresso a Portugal de jovens investigadores e académicos que tinham feito a sua formação no estrangeiro, destacando Manuel Carlos Silva. Sem nunca deixar de estar presente na produção sociológica em Portugal desde esse período, Madureira Pinto assinala de modo incisivo a relevância dos contributos do marxismo para a análise de classes e a estratificação social, bem como a mobilização para a pesquisa sociológica de conceitos e perspetivas analíticas tipicamente marxistas, nomeadamente as relacionadas com as estruturas, as relações de produção, as desigualdades e os modos de dominação, sem que daqui se possa afirmar a existência de uma corrente de sociólogos marxistas.

Por sua vez, Manuel Carlos Silva sustenta no seu texto a tese de que o marxismo representou um corte epistemológico em relação a anteriores modelos de construção e validação do conhecimento da natureza e da sociedade e, simultaneamente,

uma viragem teórico-metodológica. Após uma breve revisitação das tradições metodológicas dos clássicos da sociologia, o autor prestou particular atenção aos impactos e grau de influência do marxismo nas ciências sociais e, em particular, no nascimento e na consolidação da sociologia em Portugal desde a fase final do regime ditatorial salazarista não só na esfera laboral e sindical e dos demais movimentos sociais, como na resistência antifascista, na intervenção social, cultural-artística e política, designadamente nos partidos de esquerda, como nos diversos temas e tópicos analisados na esfera académica, nos centros de investigação e nas associações profissionais, nomeadamente na APS, no ensino da sociologia nos departamentos de sociologia e noutros departamentos das universidades e politécnicos durante o regime democrático após o 25 de Abril de 1974. Com base nalguns ensaios e estudos sobre a sociologia em Portugal enquanto ciência, disciplina e profissão e na relevante produção sociológica em Portugal, o autor sustenta que, não obstante a presença dalguns trabalhos de inspiração estruturo-funcional, (neo)liberal e/ou conservadora e inclusive alguns de orientação positivista, predominam trabalhos sociológicos ora de orientação (neo)institucional, reformista e social-democrata, ora de cariz teórico-crítico, designadamente marxista. Em suma, dado o contributo notável prestado pela sociologia para um melhor e mais sistematizado conhecimento da realidade social em Portugal e suas dinâmicas de conservação e mudança social, o marxismo constituiu nos diversos tipos de produção teórica e investigação empírica por parte dos sociólogos portugueses um dos pilares nucleares e uma das abordagens mais inspiradoras desses trabalhos.

Manuel Loff, numa reflexão sobre o Maio de 1968, um ano marcante na agitação social da segunda metade do século XX, interpela-se sobre o que foi e seu legado: revolução, derrota política, expressão da interseccionalidade? Procedendo à contextualização histórica dos acontecimentos de 1968, cujo epicentro foi Paris e a França, convoca a nossa atenção para as movimentações sociais e políticas das décadas anteriores, sublinhando a relevância das mudanças económicas e sociais, com a socialização de setores produtivos relevantes e a construção do Estado providência. Mobilizando os argumentos de Pier Paolo Pasolini, discute as leituras contraditórias de 68, confrontando a tese da revolução, como muitos assim o entendem, com a tese de que se tratou de um movimento fundamentalmente estudantil que se fundava numa forma concreta de autocrítica burguesa. Certamente derrota política, 68 não deixou de ter efeitos positivos nas condições salariais e de vida das classes trabalhadoras, nomeadamente em França. Loff sublinha o papel desempenhado por 68 na redescoberta da interseccionalidade que hoje está presente na agenda política da esquerda, ainda que atravessada por fortes tensões, nomeadamente em torno de qual a categoria que deverá ter prioridade (se a classe, se a raça, se o género…).

Reclamando a sua relevância, Loff lembra que já no século XIX em Marx estava presente que as lutas de classe não se opunham, antes se articulavam, com as lutas dos povos colonizados e das mulheres sujeitas à opressão masculina.

José Pedro Lopes e Alena Vieira procedem a um estudo comparativo sobre algumas posições políticas de dois dos mais importantes partidos comunistas da Europa, o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista da Grécia (KKE). Explorando dados disponibilizados por diversas fontes, os autores procuram compreender a posição destes partidos no que diz respeito à economia, "novas políticas" e integração europeia. Apesar de ambos os partidos reivindicarem o legado marxista-leninista como matriz teórica e organizacional das suas organizações políticas, Lopes e Viera constatam a existência de diferenças, sendo que o PCP, ao contrário do KKE, não obstante a oposição firme de ambos ao capitalismo, aceita um certo pragmatismo na ação política. Daqui decorre que, enquanto os comunistas gregos se opõem a qualquer forma de compromisso com as forças burguesas, pugnando por uma rutura revolucionária e a saída da União Europeia, o PCP estabelece negociações e compromissos com a social-democracia que permitem pequenos ganhos para as classes trabalhadoras.

Com base num texto já publicado na revista brasileira *Lutas Sociais*, Almerindo Janela Afonso analisa o presente condicionado pela pandemia. Começando por nos alertar para a conexão entre destruição da natureza e capitalismo, o autor argumenta que o propalado retorno do Estado se constitui numa questão da maior relevância, não podendo a sua discussão deixar à margem os constrangimentos e limites que enfrenta uma eventual agenda comprometida com o reforço do seu papel não neutral. Reconhecendo que a crise pandémica inevitavelmente forçaria a intervenção do Estado, num exercício de "keynesianismo de exceção", tentando nomeadamente conter os seus impactos no campo das desigualdades sociais, Afonso sublinha que, sendo vários os caminhos possíveis, é "ingénuo pensar" que ela produzirá necessariamente a fragilização do capitalismo.

Num longo texto, Veit Bader oferece-nos uma reflexão sobre a democracia associativa, combinando a articulação de dois princípios fundamentais e inseparáveis – a democracia e o socialismo – argumentando que não há socialismo sem democracia. O autor, perante as contradições insanáveis do capitalismo neoliberal, nomeadamente da crise do capitalismo financeirizado, por um lado, e a falência do dito socialismo estatal nomeadamente nas variantes estalinista e maoista, advoga uma solução fundada na democracia associativa, considerando-a como uma utopia realista atrativa, uma espécie de real terceira via mas bem longe da 'terceira via' elaborada teoricamente por Giddens e colocada em prática por Blair. Mais, perante as ameaças da burocracia, da tecnocracia e da peritocracia, Bader propõe formas

avançadas e transparentes de democracia económica e política, repensa diversas formas associativas e cooperativas nas esferas da produção de bens e serviços e no consumo, assim como imagina as condições necessárias em direção a formas e variedades do que ele designa de socialismo colorido, sem obedecer a nenhum modelo passado ou prefabricado. Bader oferece-nos uma apresentação e discussão minuciosa das possibilidades desta via utópica mas realista que, por via de pequenos mas também grandes passos no campo económico e político, poderá permitir a superação do capitalismo, ainda que conservando elementos já existentes no domínio da deliberação democrática e do direito.

Por fim, o livro encerra com os textos que suportaram as intervenções dos representantes do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP) na já referida mesa da controvérsia, não tendo os organizadores recebido os textos dos outros intervenientes, representantes do Partido Socialista (PS) e do Partido Social-Democrata (PSD). Luís Monteiro, representando o BE, olha para Marx como um dos grandes intelectuais da modernidade, lembrando que a cada crise o teórico revolucionário reaparece com força renovada. E com ele os seus argumentos, teses e críticas ao capitalismo são apreciados por muitos, mesmo fora do campo marxista, como totalmente atuais. Tal permite a Monteiro ensaiar uma vigorosa defesa de uma agenda política comprometida com transformação revolucionária e utópica, aqui entendida como o que ainda não foi experimentado, para construir um socialismo radicalmente democrático. Já Manuel Rodrigues faz um excurso sobre os principais contributos de Marx e Engels e o modo como eles foram incorporados no programa e na ação do Partido Comunista Português, sem descurar também os contributos de Lenine. Sublinhando a atualidade do pensamento destes teóricos revolucionários, Rodrigues argumenta que, tal como no seu tempo de vida, os problemas colocados pelo capitalismo exigem uma luta política e social solidamente organizada, tendo em vista a construção do socialismo.

~

Por opção dos organizadores, todos os textos estão em português. O texto de Veit Bader foi traduzido do inglês por Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva. Como o leitor irá constatar, respeitou-se a diversidade de escrita do português, mantendo-se *grosso modo*, em termos ortográficos e de estilo linguístico, os contributos que nos chegaram dos autores brasileiros.

I. CRISE, DESIGUALDADES E A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA AO CAPITALISMO[1]

Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro

Introdução

O materialismo histórico e dialético, como fundamento teórico-metodológico do marxismo e este como o conjunto de princípios sustentados pelos seus fundadores Marx e Engels para a interpretação da história, dos diversos modos de produção e tipos de formações sociais, nomeadamente do modo de produção capitalista, tem sido desde o século XIX fonte inspiradora para a explicação dos fenómenos económicos, sociais e político-ideológicos nas sociedades modernas. O núcleo central de teses e argumentos da teoria marxista continuam válidos, não obstante os altos e baixos dos movimentos e das organizações que nela se inspiram e, paradoxalmente, os sucessivos anúncios da sua morte e recorrentes ataques fabricados e lançados por teóricos (ultra)conservadores, (neo)liberais e até social-democratas e respetivos aparelhos comunicacionais e políticos do *statu quo,* nomeadamente após a queda do muro de Berlim. Ou seja, apesar das declarações de óbito e/ou de anacronismo sobre o marxismo feitas pela burguesia e seus braços mediáticos e intelectuais defensores da ordem vigente, os escritos dos fundadores do marxismo estão bem vivos e presentes para inspirar e mobilizar não só teóricos e investigadores das mais diversas ciências sociais, como ativistas sociais e políticos.[2]

---

1 Uma versão parcial do texto, baseada nos pontos três e quatro, está publicada na revista italiana *La Critica Sociologica* (2022, vol. LVI, n.º 222, 39-50). Agradecemos a Mara Clemente a tradução e revisão meticulosa do texto para italiano.

2 Se tomarmos como indicador o *Google Trends*, constata-se que Marx e os tópicos mais conectados com o marxismo (*v.g.*, luta de classes, socialismo, comunismo) são objeto de pesquisa recorrente. Talvez ainda mais relevante, no confronto entre Marx e Weber, o primeiro é manifestamente mais pesquisado do que o segundo (cf. https://trends.google.com/trends/explore?date=all&q=Karl%20Marx,Max%20Weber). Sendo Marx, de modo geral,

Em jeito de abertura às questões, argumentos e perspetivas que dão corpo a este livro, pretendemos fazer uma interpelação geral ao capitalismo – um sistema económico, social e político entendido, no sentido braudeliano, como 'civilização' que destrona a senhoriagem e inaugura novas contradições –, tomando como referência dois aspetos cruciais que não podem ser compreendidos em separado: as desigualdades sociais e os danos ambientais. Guiado pela busca incessante da mais-valia, a sua "marca genética" – a qual, reproduzida e ampliada no seu desenvolvimento, constitui a razão da sua existência –, o capitalismo como sistema histórico legitima todos os meios para se reproduzir, explorando a força de trabalho de biliões de seres humanos, produzindo injustiças, desigualdades e guerras e pondo em causa a própria existência da humanidade e de muitas outras formas de vida, tal como o assinalaram, aliás de modo pioneiro, Marx e Engels em diversos textos.

Em apenas duas décadas são já duas as crises que enfrentamos.[3] A bem dizer, mal se saiu da última – cujos efeitos, sob a forma de alargamento das desigualdades sociais e aumento das dívidas públicas e privadas, continuam bem presentes – engrenamos numa nova crise, aparentemente de um outro tipo. Como foi já discutido em texto recente (Ribeiro, Leite e Felizes 2020), a compreensão desta crise deve começar por ir mais além dos apelos piedosos à coesão política e unidade de ação – "estamos juntos e juntos venceremos o vírus", anunciou António Guterres, o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU 2020) – e focar o olhar no que realmente ela nos exige: proceder a uma interpelação crítica do próprio sistema capitalista, assumindo a sua historicidade como componente que o fará erodir, corroer pelas suas próprias contradições, combatê-lo e, a longo prazo, superá-lo para uma sociedade ecossocialista. Dadas as teses de conservadores e neoliberais defensoras da imutabilidade do capitalismo e/ou de mutação para o que é designado

considerado como o teórico proeminente do materialismo histórico e dialético e do próprio marxismo, importa, convocando a figura metafórica da face de Janus, salientar o contributo imprescindível de Engels: não apenas como amigo, companheiro de luta e provedor de Marx, mas também como parceiro de reflexão e estudo sobre a dialética na natureza e na sociedade, a economia política, a estrutura e história do capitalismo industrial, as condições de vida da classe operária. Por isso, em linha com o defendido por Kräkte (2020), impõe-se a necessária revalorização da figura e do lugar de Engels como fundador do marxismo.

3 Escrito antes da guerra na Ucrânia, a revisão derradeira deste texto ocorre num momento em que de novo nos confrontamos de modo especialmente exacerbado com a eventualidade do aniquilamento atómico. Não cabendo aqui uma discussão aprofundada sobre esta nova crise, importa sublinhar que a mesma não pode ser compreendida fora das dinâmicas do funcionamento do capitalismo marcadas pela mudança irreversível da hegemonia do Ocidente para o Oriente, tendo como polo central a China e as relações geopolíticas e económicas dela decorrentes, nas quais a Rússia se assume como potência secundária mas estratégica nesta luta sem tréguas entre as partes envolvidas.

por pós-capitalismo e sua combinação com uma democracia radical ou radicalizada, como sustentam Santos (1994 e 2009) e Laclau e Mouffe (1987) ou ainda o novo achado teórico de 'império sem imperialismo' de Hardt e Negri (2000),[4] poder-se-á formular a questão do seguinte modo: terá o capitalismo deixado de ser um sistema histórico, tornando-se o sistema final da história, como defendeu Fukuyama (1997), implicando a rendição à mercantilização de todas as coisas e a submissão da vida humana ao mercado, em nome de uma pretensa eficiência económica? Ou, pelo contrário, o capitalismo, sendo um sistema histórico, é, como tal, passível de ser objeto de crítica desde a sua génese aos diversos desenvolvimentos atuais sob formas imperialistas, implicando assim a exigência política e ação coletiva em vista da sua superação e da construção de uma sociedade ecossocialista? Partilhando nós desta segunda tese, tal pressupõe certamente uma crítica na peugada marxista ao capitalismo nas suas dimensões económica, social e política, expressas sob a forma de crises cíclicas e de guerra; porém, sem descurar os contributos dos próprios fundadores do marxismo, ela convoca reflexões suplementares sobre a devastação ambiental decorrente do seu funcionamento, já largamente desenvolvida por vários autores críticos do capitalismo. Se, entre os críticos do neoliberalismo provindos de vários quadrantes é assumido estar hoje o neoliberalismo, nalguns casos, articulado com o conservadorismo da extrema-direita, teremos também, na esteira de Boron (2006), de operar certamente uma crítica cerrada relativamente às narrativas pós-modernas celebratórias do *statu quo* como as de Lyotard (2009 [1979]) e Maffesoli (1985), mas, num outro registo, proceder também a alguma vigilância crítica relativamente a alternativas embrulhadas sob novas teorias críticas da 'velha' teoria crítica, sustentada por vários autores como Santos (2017) que tendem a interpretar de modo sobranceiro e mesmo errado a teoria marxista, assim como a teoria crítica da Escola de Francoforte e outras, considerando-as absorvidas e colonizadas pela narrativa hegemónica moderna.

4 Segundo estes autores, "Os Estados Unidos não constituem – e, na verdade, nenhum outro Estado-nação pode constituir hoje – o centro de um projeto imperialista". Mais, a guerra do Golfo desencadeada pelos Estados Unidos sobre o Iraque em 1991 teria sido realizada "não como uma função de suas motivações nacionais dos Estados Unidos mas sim em nome do direito global" (Hardt e Negri 2000: 180). Este livro acolhido benignamente nalguns círculos de esquerda foi, todavia, saudado por vários colunistas de revistas anglo-americanas como *Times*, *New York Times*, *London Observer* (cf. Foster 2006: 441).

1. Marx e o marxismo na crítica ao capitalismo e suas crises: Discutir, uma vez mais, os fundamentos teóricos e políticos

Mesmo sabendo que o marxismo representa um corte epistemológico com as gnoseologias anteriores e um eixo incontornável no projeto emancipatório da humanidade (Althusser 1972), ele não é apenas mais uma teoria do conhecimento nem tão pouco um mero projeto de pesquisa ou um conjunto de textos que se esgotam na biografia dos seus fundadores.[5] Ele pressupõe, como sublinham Lukács (2003 [1923]) e Boron (2006: 37ss), um incontornável método revolucionário. Conhecido por materialismo histórico e dialético (caraterizado pela totalidade, contradição e mudança), constitui uma alavanca de compreensão e explicação da realidade, assim como um instrumento para a sua transformação e uma forte inspiração de movimentos sociais, nomeadamente sindicais, de organizações e partidos dos trabalhadores. Queremos com isto dizer que os argumentos de Marx e Engels continuam a ser imprescindíveis para armar intelectualmente as lutas sociais e políticas. Com eles temos um caminho teórico para, considerando o trajeto do capitalismo, adquirir uma compreensão aprofundada das formas da exploração e opressão, ao mesmo tempo que fornecem inspiração para renovar as lutas, os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda, tendo no horizonte a emancipação social.

No primeiro país do mundo em que os trabalhadores organizados no e pelo Partido Bolchevique e coadjuvados por intelectuais orgânicos no seu seio conquistaram o poder e construíram a União Soviética,[6] enquanto Estado de orientação socialista, a aristocracia e a burguesia deixaram de mandar e, consequentemente, os meios de produção foram socializados. A médio-longo prazo não foi, todavia, bem-sucedida esta experiência política na medida em que, a par de conquistas internas e contributos decisivos para degolar o nazismo e enfraquecer o

5 Não obstante a justeza da tese de Althusser (1972) sobre o marxismo como rutura epistemológica e teórica, a este respeito o estruturalismo dogmático deste autor leva-o a operar indevidamente uma cisão artificial entre o jovem humanista e ideólogo Marx e o maduro e científico Marx, posição esta desconstruída por Cerroni (1976), Boron (2006a) e Silva (2022), sem ignorar avanços e maturações no pensamento de Marx.

6 Cabe referir em particular teóricos como Lenine e Trotsky. Para além de líderes da revolução de Outubro, inspirados na praxis revolucionária desenvolveram, nas novas e difíceis condições históricas, a teoria marxista designadamente em torno do materialismo histórico e dialético, do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e das classes sociais, da organização política e crítica à social-democracia, da revolução e sobretudo do fenómeno do imperialismo como estádio supremo do capitalismo, tese esta não totalmente partilhada por Rosa Luxemburgo (1967 [1912]), teórica e líder do Partido Comunista Alemão, assassinada pela ala direita da social-democracia em janeiro de 1919, juntamente com o seu camarada Karl Liebknecht.

capitalismo em diversos países, o capitalismo viria a restaurar-se. O 'socialismo real' acabou por soçobrar graças a um conjunto de fatores internos e externos, sendo de assinalar a visão linear e inelutável do processo histórico e a subsequente tese do surgimento automático do 'homem novo' a partir da socialização dos meios de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sob a planificação dita socialista, a não realização da aliança operário-camponesa, a falta de democracia interna no modelo organizacional de 'centralismo democrático' e a perseguição de dirigentes dissidentes (Trotsky, Zinoviev, Bukarine), processos de burocratização e aproveitamento de lugares de comando para benefício da nomenclatura no topo do Partido Bolchevique e do Estado. Apesar das derrotas desta e doutras experiências de orientação socialista no Leste de Europa e noutros quadrantes e países – às quais podem ser tecidas críticas pertinentes pelos seus erros, deformações ou desvios – Marx e Engels continuam a ser fundamentais para pensar o passado, o presente e o futuro da sociedade humana e, num plano mais amplo, da própria vida na terra. Porém, tal implica superar não só interpretações economicistas e reformistas do marxismo pela II Internacional inspiradas em autores revisionistas como Kautsky (1974/1897) e Bernstein (1964/1899), como as conceções mecanicistas e inclusive fossilizadas do marxismo por parte do estalinismo, perpassadas por traços hagiográficos para com a figura de Estaline e reforçadas por um sectarismo organizacional, com perseguição, repressão e eliminação de opositores internos no seio do Partido Bolchevique. Com efeito, contrariamente a uma leitura vulgar, não pode ser imputado a Marx e Engels um determinismo economicista e mecânico, se tivermos bem presentes os já referidos princípios do materialismo histórico e dialético e, em especial, parte considerável dos seus escritos no que concerne à relação entre a infraestrutura, traduzida nas relações económicas e demais condições materiais de existência, e a superestrutura, compreendendo as relações jurídicas, políticas, ideológicas, estéticas, éticas e religiosas. Com efeito, Marx (1976a [1857]) analisa a sociedade como uma totalidade dialética, perpassada de contradições e mudanças de ordem quantitativa e qualitativa, em que o concreto, como refere na Introdução Geral à Crítica da Economia Política (Marx 1976a [1857]: 129) "é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso", ou seja, como resultado de fatores ou dimensões que não constituem esferas separadas ou fragmentadas, como mais tarde desenvolveram Lukács (2003 [1923]), Labriola (1949) e Gramsci (1974) com base no conceito de totalidade dialética. Considerando as hegemónicas conceções filosóficas idealistas da época, em que os avanços históricos eram atribuídos à evolução das ideias e do espírito humano criador do real, Marx e Engels (1976 [1846]), embora apropriando-se da dialética hegeliana da tese antítese e síntese, tiveram de enfrentar e refutar o

caráter idealista da filosofia então reinante, invertendo o edifício hegeliano assente no movimento dialético da ideia ou do espírito e deslocando-se para o movimento dialético da matéria, quer na natureza, quer na sociedade, em suma, na praxis material, social, histórica. Relativamente a este confronto filosófico do materialismo histórico e dialético com o idealismo hegeliano, importa assinalar a tradução enviesada do conceito alemão de *bedingen* utilizado por Marx para expressar a relação entre produção da vida material e a vida política e espiritual, o qual foi indevidamente traduzido como determinar (*bestimmen*) em vez de condicionar. De resto, a ênfase na dimensão técnico-económica, tal como o refere Silva (2009b), foi mais tarde repetidamente esclarecido por Engels em cartas a J. Bloch e a K. Schmidt, não só por razões do combate ao idealismo como por falta de tempo, espaço e oportunidade de dar relevo a outros fatores:

> Segundo a conceção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se alguém o distorce dizendo que o fator económico é o único determinante converterá aquela tese numa frase vácua, abstrata e absurda. A situação económica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que sobre ela se levantam – as formas políticas das lutas de classes e seus resultados, as Constituições… as formas jurídicas…, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas… exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, sua forma… Que os discípulos façam às vezes mais pé firme do que o devido no aspeto económico é coisa da qual, em parte, temos a culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que se negava, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações (Carta de Engels a J. Bloch a 22/09/1890, 1966 [1890]: 494).

E, numa outra carta a K. Schmidt, refere Engels relativamente aos críticos de Marx e dele:

> De que adoecem todos estes senhores é de falta de dialética. Não vêem mais que causas aqui e efeitos ali. Que isto é uma abstração vazia, que no mundo real estas antíteses polares metafísicas não existem mais que em momentos de crise e que a grande trajetória das coisas discorre toda ela sob formas de ações e reações – ainda que de formas muito desiguais, a mais forte, mais primária e mais decisiva é o movimento económico, que aqui não há nada de absoluto e tudo é relativo, é coisa que eles não vêem; para eles Hegel não existiu (Carta de Engels a K. Schmidt, 27/10/1890, 1966 [1890]: 501).

Contrariamente a uma leitura parcial e enviesada de Marx assente num ou noutro texto tal como a *Contribuição para Crítica da Economia Política* (Marx 1976a [1857]), de modo algum é sustentável uma concepção mecânica e economicista nos fundadores do materialismo histórico nomeadamente no que concerne a emergência espontânea ou passagem automática da "classe em si" para a "classe para si", sendo Marx (1975 [1869] e 1975a [1895]) bem consciente dos obstáculos políticos e ideológicos nomeadamente em relação à tomada de consciência e ação coletiva, nomeadamente por parte dos camponeses. Por seu turno, Engels (1942 [1890]) destaca a relevância do político e ideológico, insurgindo-se mesmo contra jovens escritores produtores de fraseologias alegadamente materialistas:

> A concepção materialista da história tem hoje uma série de amigos, a quem tal serve de desculpa para não estudar história. Em geral a palavra materialista serve a muitos dos mais jovens escritores na Alemanha como mera frase para tudo e qualquer coisa: eles fixam-se nesta etiqueta e dispensam-se de pensar a questão…Mas a nossa concepção de história é, acima de tudo, um guia para o estudo, não uma base para a construção à maneira dos hegelianos. Toda a história deve ser estudada com frescura, as condições de existência das diferentes formações sociais devem ser individualmente examinadas antes de tentar fazer deduzir delas as noções políticas, cívico-legais, estéticas, filosóficas correspondentes… (Engels 1942 (1890], carta a K. Schmidt, 5/8/1890: 472ss).[7]

Estes esclarecimentos adicionais de Engels são bem indicativos de que o método marxista, contrariamente à versão vulgarizada sobre superestrutura como reflexo das condições materiais e/ou explicação de tipo monocausal, aponta para uma abordagem materialista mas sem dispensar uma perspetiva pluridimensional e sem descurar o político, como o vieram a desenvolver e relevar marxistas como Brenner (1977), Wright (1985), Losurdo (1998) e Wood (1999), indiciando aliás esta perspetiva, em contracorrente à interpretação dominante, uma aproximação à pluricausalidade weberiana.

Se é evidente, sobretudo na análise do capitalismo e suas crises, assim como das respostas engendradas pelo Estado e pela burguesia, que os escritos de Marx e Engels e suas intervenções políticas preservam uma atualidade penetrante e continuam a ser referências imprescindíveis para os nossos dias, neles não encontramos certamente todas as respostas para o presente e o futuro das sociedades humanas.

---

7 Estas pertinentes observações críticas fazem-nos lembrar mais recentes e ritualísticas fraseologias alegadamente marxistas-leninistas entre alguns líderes e ativistas de esquerda, para quem os textos dos fundadores não são contextualizados, mas repetidas de forma, a bem-dizer, 'bíblica'.

Não sendo possível, tal não foi obviamente o seu propósito! Marx e Engels dedicaram toda a sua vida ao objetivo de analisar e mobilizar as suas forças contra o capitalismo, particularmente desde a juventude com um encontro feliz em meados da década de 1840, a partir do qual foram construindo uma sólida amizade e cooperação no esforço de compreensão e explicação do capitalismo, seu funcionamento, dinâmicas e contradições, tendo sempre como referência tratar-se de um sistema histórico que, pelas suas características e injustiças produzidas, soçobraria mas não de forma espontânea ou automática, pelo que importava agir para o derrubar. Daí que as suas densas e minuciosas elaborações teóricas sobre o capitalismo devam ser articuladas com as lutas contra ele, não podendo ser apropriadamente entendidas fora delas. É justo e oportuno lembrar, uma vez mais, os compromissos políticos de Marx e Engels (1968 [1848]) e a sua ação militante em prol da organização política das classes trabalhadoras. Organizadores incansáveis dos trabalhadores, fundadores em 1864 da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) – Engels mais tarde, já depois da morte do seu camarada, preparador da II Internacional, também designada por Internacional Socialista –, foram bem sucedidos nestes esforços titânicos e frenéticos de definir as bases da organização da luta dos trabalhadores.

Aqui chegados, é pertinente enfatizar que não existe um manual de leitura dos textos fundadores do que, desde há muito, designamos por tradição marxista. Decorridos 180 anos desde a tese de doutoramento de Marx realizada na Universidade de Jena, existindo textos seus já na década de 1830, optamos por uma abordagem que recusa a utilização do marxismo como uma cartilha ou um pacote de ideias reificadas para o estudo do capitalismo e desligadas das lutas sociais e políticas, dos caminhos e alternativas em defesa dos interesses das classes trabalhadoras e, no horizonte, em prol do socialismo. Ou seja, entendemos o marxismo como um incontornável arsenal teórico para analisar modos de produção na história e, em particular, o modo de produção capitalista e diversas formações socioespaciais desde o século XIX até ao presente. Além disso, o legado marxista fornece-nos pistas analíticas que nos permite recuar e entender os primórdios do capitalismo mercantil e sua articulação com o processo de colonização já desde os séculos XV e XVI, a que o próprio Marx faz referência, embora sem o desenvolver e, por vezes, denotando numa primeira fase alguns traços eurocêntricos sobre o lado positivo do capitalismo ocidental em relação e por comparação com sociedades ditas 'atrasadas'.[8] Mais, se

8 Com efeito, contextualizando-o historicamente, embora Marx assuma inicialmente alguns elementos unilineares originários do iluminismo, alguns teóricos decoloniais como Lander (2006), Santos (1994 e 2007) e Grossfoguel (2016) subsumem-no indevidamente na perspetiva "civilizatória" similar às perspetivas hegemónicas, ora liberal, ora regulatória. Nesta ótica consideramos deformador por parte destes autores atribuir a Marx uma neutralidade

os textos de Marx e Engels representam o legado constituinte do materialismo histórico e dialético e, como tal, corte epistemológico e eixo teórico fundante do próprio marxismo, eles oferecem, numa perspetiva multidimensional, um conjunto de instrumentos teórico-metodológicos para diversas ciências sociais. Por sua vez, o legado marxista foi, ao longo dos últimos 150 anos, enriquecido e desenvolvido por uma notável pléiade de teóricos marxistas, tendo como foco a crítica ao capitalismo, a articulação da luta de classes com outras lutas como a étnico-racial e de género e, no horizonte, a sua superação.

De facto, diversos e relevantes foram as obras de teóricos e revolucionários marxistas como Lenine (1970 [1913]), Trotsky (1985 [1929]), Luxemburgo (1967 [1912]), Lukacs (2003 [1923]) e Gramsci (1974). Por outro lado, cabe especial referência aos valiosos contributos dos autores da Escola de Francoforte (Adorno e Horkheimer 1987 [1944]), Mannheim 1976 [1929], Marcuse 1970) e doutros, ainda que num registo de orientações diferenciadas, como Lefebvre (1968, 1972), Althusser (1972), Balibar (1993), Poulantzas (1978), Sartre (2002 [1960]) em França, Gramsci (1974) e Losurdo (1998) em Itália ou ainda, no Reino Unido, Anderson (1987 [1976]), Cohen (1978), Hobsbawm (1994) e Thompson (1978), sobretudo este último em forte discordância com o teoricismo estruturalista francês e dando relevo à dimensão histórica e a uma definição não estruturalista de classe. Estes autores, nomeadamente os da teoria crítica, embora com alguma deriva filosófica sobre a razão instrumental, aprofundaram diversos aspetos da teoria marxista crítica não só perante os pressupostos e teses do conservadorismo, do liberalismo e do positivismo, como das perspetivas reformistas e social-democratas presentes nos teóricos da II Internacional e nos partidos trabalhistas, sociais-democratas ou mesmo eurocomunistas, prolongando-se em questões e temas como epistemologia e

ou crença cega na ciência e técnica e/ou imputar-lhe a partilha dos pressupostos da ciência positiva, da cultura 'ocidental' e/ou do inerente desenvolvimento benéfico das forças produtivas sob o capitalismo equiparável ao sistema socialista e sobretudo responsabilizá-lo pelos erros cometidos pelo dito socialismo real da ex-URSS e doutras experiências fracassadas. Relevam particularmente os escritos dos últimos anos da vida de Marx, em que ele se debruça sobre a propriedade comunal em sociedades pré-capitalistas como o *mir* na Rússia como outro possível modelo de transição para o socialismo diferente do por ele prefigurado, sobre a questão ecológica nomeadamente sobre o potencial destrutivo da natureza por parte do capitalismo, sobre o colonialismo e o seu apoio às lutas anticoloniais na Índia, no Egipto e na Argélia (cf. Musto 2018). Tal posicionamento dos referidos autores decoloniais traduz alguma preguiça intelectual que, para além de demitir-se da análise das razões desses fracassos do dito socialismo real, ignora que, tal como sustentam Balibar (1993) e Bensaïd (2006), as experiências passadas, com seus aspetos positivos e negativos, não são historicamente inúteis, havendo lições a extrair para o futuro. Neste esforço de síntese entre decolonialidade e marxismo cf. Aguiar (2018).

cultura, ideologia e utopia, sistemas totalitários, formas de repressão e controlo não só em termos de classe, mas também de género e sexualidade, estrutura e sujeitos potencialmente revolucionários da mudança societal desde operários, passando por camponeses, até estudantes, entre outros. Por sua vez, teóricos como Amin (1976), Wallerstein (1990 [1974]), T. dos Santos (2011 [1978]), Bourdieu (1980), Wright (1985), Bader e Benschop (1988) e Löwy (1999, 2014) fizeram um avanço notável no esforço de síntese superadora da velha dicotomia entre estrutura e ação social, combinando contributos nucleares de Marx (1974 [1859]) e Weber (1978 [1920]). Por fim, o enunciado da tese onze por Marx e Engels (1976 [1846]), expressa na *Ideologia Alemã*, é certamente aquela que de modo notável resume a necessidade da imbricação da sua teoria com a prática política em vista da transformação social e superação do sistema capitalista: "Os filósofos até agora limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras, o que importa é transformá-lo". Se a ação designadamente coletiva é o chão ou, melhor, um dos pilares em que assenta o marxismo, tal não significa, contrariamente a uma versão vulgar, empiricista ou anti-intelectualista do marxismo, que a teoria, a interpretação e/ou explicação da realidade deva ser abolida ou desvalorizada, mas que ela, tal como sustentam Grüner (2006: 104 ss) e Sanchez-Vasquez (1980 [1967]), é situada social e politicamente e se baseia justamente na praxis, na transformação da realidade como condição duma interpretação/explicação objetiva, sendo esta uma componente não só teórica como política da transformação da realidade.

Este notável quadro teórico e político iniciado por Marx e Engels constitui a "caixa de ferramentas" utilizada por todos os que se inscrevem no marxismo para compreender o capitalismo e lutar pela sua superação. A sua história, desde os seus alvores, está feita de crises e de expansões, de ciclos económicos nos quais aquelas se vão sucedendo. Como lembra Gorender (1996: 66ss), no extenso texto de apresentação a uma edição brasileira de *O Capital*, Schumpeter afirmou que Marx foi pioneiro na reflexão teórica sobre os ciclos económicos, embora não nos tivesse oferecido uma elaboração acabada, ligando as diversas crises, algumas delas por ele observadas durante o seu tempo de vida no século XIX. No entender do teórico marxista brasileiro,

> As crises cíclicas cumprem a função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista, justamente por haver sua tendência ao desequilíbrio atingido um grau paroxístico. Mas este equilíbrio momentâneo só se efetiva mediante tremenda devastação das forças produtivas até então acumuladas. Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na

> falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui, em proporções maiores, o exército industrial de reserva (Gorender 1996: 66).

Analistas atentos das crises que ocorreram durante as suas vidas ao longo do século XIX, nomeadamente as ligadas ao algodão e à indústria têxtil, setor de ponta do capitalismo dominado pela burguesia britânica, Marx e Engels interessaram-se por elas, procurando identificar e compreender as suas causas. Empreendendo uma síntese do ciclo que preencheu as décadas de vinte a sessenta do século XIX, no prefácio da primeira edição em língua inglesa de *O Capital*, já depois da morte de Marx, Engels escreve:

> O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, que se repetiu sempre de 1825 a 1867, parece ter-se esgotado; mas só para deixar-nos aterrissar no lodaçal desesperador de uma depressão crônica e duradoura. O almejado período de prosperidade reluta em voltar; toda vez que acreditamos divisar os sintomas que a anunciam, eles desaparecem novamente no ar. Entrementes, cada novo inverno recoloca a questão: "O que fazer com os desempregados?" Mas enquanto se avoluma, a cada ano, o número de desempregados, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos calcular o momento em que os desempregados vão perder a paciência e tomar o seu destino em suas próprias mãos. Em tal momento, deveria certamente ser ouvida a voz de um homem, cuja teoria é, toda ela, o resultado de uma vida inteira de estudos da história e da situação econômica da Inglaterra, levando-o à conclusão de que, ao menos na Europa, a Inglaterra é o único país onde a inevitável revolução social poderia realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais. Certamente ele nunca se esqueceu de acrescentar que não esperava que as classes dominantes da Inglaterra se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem tentar uma *proslavery rebellion* (Engels 1996 [1867]: 154).[9]

Fazendo a traço grosso a história do capitalismo no século XIX, tendo como referência o seu centro, a Inglaterra, ela tem inquietantemente similitudes ao que foi a história do capitalismo no século XX e ao que largamente preenche as primeiras duas décadas do presente século. A análise de Engels (1996 [1867]) não só convoca a nossa atenção para o carácter cíclico do funcionamento do capitalismo

9 Traduzindo, uma "rebelião pró-escravatura". Como se esclarece no texto citado, em nota de rodapé, Engels refere-se à rebelião dos proprietários de escravos dos Estados Unidos da América que esteve na origem da Guerra Civil norte-americana.

e suas promessas sempre adiadas que se transformam num desespero – o que nos obriga, justamente, a convocar por analogia metafórica a dimensão religiosa para o compreender[10] –, como nos alerta para as consequências das crises: o desemprego e a impossibilidade da burguesia aceitar, de forma pacífica e democrática, qualquer forma de transição que permita a superação do capitalismo.

Olhemos com maior minúcia para o desemprego, cujo contraponto é o trabalho. Sendo um fenómeno social complexo, trabalho significa produção de riqueza, salários, sindicatos, leis laborais, enfim, seres humanos que, utilizando as suas capacidades físicas e intelectuais, produzem bens e serviços com valor social e económico. Como já foi discutido noutros textos (*v.g.*, Ribeiro *et al.* 2012), o trabalho implica vida humana, não existe fora dela, sendo, pois, uma das marcas fundamentais da humanidade (Meillassoux 1997). A bem dizer, a distinção entre humanos e não humanos reside na produção, o elemento primordial para a satisfação das necessidades humanas. Ou seja, esta é a distinção crucial e irredutível face às outras espécies, incluindo as que nos estão geneticamente muito próximas: é pelo trabalho que nos apropriamos e transformamos a natureza. Em vez de a aceitarmos como ela é, agimos sobre ela, constatando-se, contudo, desta ação danos ambientais, cuja dimensão catastrófica só pode ser compreendida na sua totalidade considerando o papel desempenhado pelo sistema capitalista.

Seguindo de perto a linha interpretativa já desenvolvida por Silva (2012: 136ss), a palavra trabalho deriva, em termos etimológicos, de *tripaliare*, que significava torturar com o *tripalium*, um instrumento de três paus cruzados utilizado para ferrar os animais. Em linha com este conceito de sacrifício e tortura, até à modernidade o trabalho, sobretudo manual, ainda que com algumas variações, foi visto numa conceção expiatória e punitiva como desprezível e impróprio para as

10 Não cabendo aqui tratar esta dimensão, resta deixar uma chamada de atenção para o esforço teológico que, pelo menos desde o teólogo inglês Richard Baxet no século XIX até casos mais recentes, como Michael Novak, têm empreendido para legitimar o capitalismo (cf. Sung 1989: 121). Como mencionado (cf. Ribeiro 2017), a sugestão de Walter Benjamin para vermos no capitalismo uma espécie de religião, ainda que não de forma mimética, merece todavia uma minuciosa interpretação de Löwy (2006) que, sem negar o caráter alienante e predominantemente ideológico da religião nomeadamente no capitalismo, faz uma sistemática revisão das conceções dos fundadores do marxismo e doutros autores a este respeito, considerando os diferenciados e contrastantes entendimentos e vivências da religião por classe social. Além disso, assumir que a religião protestante tenha tido, tal como sustentou Weber (1990 [1905], 1978 [1920]: 399ss), uma correlação e/ou afinidade eletiva no aparecimento do capitalismo, tal não significa de modo nenhum entender a religião como fator causal do capitalismo e, muito menos, do seu funcionamento, sendo quando muito um fator relativamente autónomo mas funcionando como forma ideológica relacionada não só com o político como com o económico e as atividades 'mundanas' (*dieseitig*) (cf. Silva 1998, 2009).

classes sociais privilegiadas. Porém, com a modernidade, se diversas outras conceções e significados sobre o trabalho, nomeadamente por parte dos liberais e dos socialistas utópicos, emergiram, foi Marx (1996 [1867]) quem de modo inovador concebeu o trabalho como atividade produtora de bens e valores de uso e, já no quadro do modo de produção capitalista, também valores de troca, de mercadorias.

Se ao capitalismo é inerente o processo de exploração da força de trabalho assalariado, a partir do qual o trabalhador adquire, em maior ou menor medida, os meios de subsistência, um maior problema surge quando o capital, ora criando exército de reserva, ora dispensando em situações de crise a força de trabalho, lança os 'excedentes' laborais para o desemprego, como uma das mais pungentes expressões de crise. Não tendo a ociosidade forçada nascido do capitalismo (cf. Zoberman 2011), é com este que o fenómeno se consolida, podendo encontrar-se as suas raízes nas vedações de propriedades agrícolas (*enclosures*) na Inglaterra.

A apropriação das terras comunais pela aristocracia fundiária para criar carneiros – num tom sarcástico, More (s.d. [1516]: 31) afirma, na sua obra magna, que estes pacíficos animais "se tornaram tão vorazes e ferozes que chegam mesmo a devorar os próprios homens" – não só faz parte, juntamente com a conquista e a pilhagem das Américas, suportada pelo trabalho escravo de homens capturados em África pelo tráfico negreiro (Marx e Engels 1978: 158159; 2016[1857]), do processo de acumulação primitiva, como vai nutrir o enorme exército de reserva sem o qual não teria sido possível o desenvolvimento industrial em Inglaterra. A este propósito é amiúde sustentado por defensores das epistemologias do sul e/ou da nova teoria crítica (Lander 2006, Grossfoguel 2018, Santos 2009) de que o marxismo, a começar pelos seus fundadores, convergiria, legitimaria ou até seria cúmplice de uma perspetiva ocidentalocêntrica relativamente a populações colonizadas no Oriente ou no Hemisfério Sul. Ora, embora Marx e Engels nos seus primeiros escritos até 1857 em torno dos sucessivos modos de produção (comunitário, esclavagista, feudal, capitalista, socialista e comunista) e do devir da história denotem, como referido, alguns elementos unilineares por influência do iluminismo e da própria perspetiva teleológica hegeliana, a partir dessa data viriam a denunciar e avaliar como brutal e bárbara a intervenção inglesa na Índia e sobretudo na China, revelando assim uma conceção multilinear dos processos históricos. Nesta perspetiva, por influência de escritos de Kovalevsky sobre Argélia e, mais tarde, pelo contato com populistas russos nomeadamente Vera Zassoulitch, assinalaram de modo seminal a importância não só de formas comunitárias no século XIX, por um lado, como, por outro, da existência de outros modos de produção nomeadamente asiático e doutras formas despóticas de (sobre)exploração do trabalho, nomeadamente a partir do século XVI, no processo de colonização de povos indígenas e negros dos continentes americano, africano e

asiático (cf. Godelier 1970, Galissot 1976, Silva 1998, K. Anderson 2010, Siracusa 2019). Já no século XX, são de assinalar os contributos de Gramsci (1974) sobre a questão meridional e Sartre (2002 [1960]) sobre a crítica contundente ao colonialismo francês. Mais tarde, o debate foi enriquecido com as reflexões dos teóricos da dependência, do centro-periferia, decoloniais e do colonialismo interno (cf. Frank 1961, Marini 1973, Arrighi 1971, Amin 1976, Wallerstein 1990 [1974], Quijano 2000, Dussel 2009, Gonzalez-Casanova 2006), todos críticos das metrópoles ou centros (neo)coloniais com a sua 'civilização' e racionalidade instrumental e com colonialidade de poder e de saber.

Falar da crise implica considerar a existência de seres humanos, homens e mulheres – e até crianças, como aconteceu na Europa do século XIX e ainda no século XX em países europeus como Portugal, assim como atualmente nas mais diversas geografias periféricas do mundo –, os quais, trabalhando, se veem subitamente privados do seu único meio de subsistência, o salário, por força do desemprego. Tal suscita a discussão não só sobre os efeitos da crise, expressos sob a forma de miséria e sofrimento, mas também sobre o lugar do trabalho no capitalismo, tal como refere Marx (1996 [1867]: 355):

> Crises, durante as quais a produção é interrompida, trabalhando-se apenas "curto tempo" durante alguns dias da semana, não mudam em nada, naturalmente, o empenho de prolongar a jornada de trabalho. Quanto menos negócios são feitos, tanto maior deve ser o ganho sobre o negócio feito. Quanto menos tempo pode ser trabalhado, tanto mais tempo excedente de trabalho deve ser trabalhado.

Marx convoca a nossa atenção para um aspeto muito singular do funcionamento do capitalismo. Mesmo em situação de crise, implicando redução da força de trabalho, nem por isso se passa a trabalhar menos, pois existe uma estreita correlação entre a mais-valia e o tempo de trabalho produtivo não pago. Assim, ontem como hoje, qualquer crise – mas também com o aumento do capital constante (nomeadamente matérias-primas, máquinas, ferramentas) que potencia a produtividade –, ao mesmo tempo que o desemprego cresce, os que se mantêm a trabalhar continuam a fazê-lo com a duração e a intensidade de sempre, não raro até mais. O desemprego é dramático, pois o trabalhador, ao possuir como único recurso a sua força de trabalho, é obrigado a oferecê-la, sendo a escolha entre ser explorado ou morrer à fome. Trata-se, como lembra Suret-Canale (1998: 2930), refletindo, na esteira de Marx (1996 [1867]), sobre a origem histórica do trabalhador no capitalismo, de "mão-de-obra 'livre', isto é, liberta das obrigações e servidões feudais ou senhoriais, mas também desprovida de quaisquer meios de existência autónoma (e nomeadamente de terra)".

Não sendo detentores dos meios de produção, os trabalhadores não têm outra alternativa que não seja, sob pena de pobreza absoluta ou até morte pela fome, a de oferecer a sua força de trabalho a qualquer preço como mercadoria altamente degradada. Com efeito, observando que a sobrevivência e a reprodução dos trabalhadores dependem da venda da sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, Marx e Engels [1968 (1848): 30] afirmam que os "operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro". É necessário precisar que não é o trabalho que é uma mercadoria mas a força de trabalho do trabalhador que a possui, isto é, "a sua força vital, a energia acumulada que o torna apto a trabalhar durante um determinado número de horas" (Emmanuel 1973: 163). Esta noção foi, aliás, enunciada por Engels, no prefácio à obra de Marx *Trabalho Assalariado e Capital* (Engels 1975 [1849]: 9ss) e pelo próprio Marx: "O que o operário vende não é propriamente o seu *trabalho*, mas sim a sua *força de trabalho*, cedendo ao capitalista, temporariamente, o direito de dispor dela" (Marx, 1975 [1849]: 5657). A força de trabalho é, portanto,

> uma mercadoria como outra qualquer, e contudo muito especial. Esta mercadoria tem, com efeito, a especial virtude de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor, e se se sabe empregá-la, de maior valor que o que em si mesma possui (Engels 1971 [1849]: 19).

Se a força de trabalho é, simultaneamente, fonte de valor e uma mercadoria que é vendida aos detentores dos meios de produção, então podemos entrever o processo de obtenção da mais-valia pelo capital por via do trabalho não pago ao trabalhador. Tal não só lhe permite ficar com o valor produzido pela força de trabalho, em regra superior ao salário pago, retendo assim o que se constituirá em mais-valia, como produz uma contradição entre o carácter social da produção, envolvendo a mobilização de força de trabalho composta, hoje, por milhares de milhões de homens e mulheres, e o carácter privado da apropriação de parte significativa da riqueza pelo capital.

2. As desigualdades sociais como problema central: alguns dados do mundo de hoje

Tradicionalmente, o conceito mais usual para designar formas de exclusão e/ou desigualdade social era o de pobreza, ora absoluta, ora relativa. O conceito de pobreza relativa, embora mantendo-se o seu uso em contraponto com o conceito de pobreza absoluta – enquanto limiar com enfoque biológico abaixo das próprias condições

mínimas de sobrevivência da pessoa em risco – tem vindo a ser ora substituído, ora complementado com um outro conceito, o de exclusão social, o qual seria visto como um conceito sinónimo de desigualdade social.[11]

O conceito de exclusão social é amiúde apresentado como o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma, nomeadamente do chamado modelo europeu sobre inclusão/exclusão social. No entanto, ele já foi elaborado e avançado pelos sociólogos clássicos, nomeadamente por Weber (1978 [1920]). O conceito de exclusão e outros congéneres têm, contudo, interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica, o que nos obriga, sintetizando Silva (2009a), a fazer uma breve revisitação das conceções durkheimiana, (neo)weberiana, simmeliana e interacionista simbólica e, por fim, (neo)marxista. Assim, para Durkheim (1977 [1893]) a exclusão social é vista como perda do laço sociomoral, como fenómeno anómico, resultante ora da divisão forçada do trabalho, ora da prevalência da densidade material sobre a densidade moral, sendo a sociedade incapaz de integrar alguns dos seus membros na partilha da consciência coletiva. Por sua vez, partindo de diferentes pressupostos dos da perspetiva durkheimiana e admitindo a conflitualidade sob diversas formas (de classe, étnica, religiosa) em diversos tipos de sociedade, Weber (1978 [1920]) sustenta que a exclusão social é resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que usurpam, monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados recursos e saberes, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de

11 Como refere Silva (2009a), não obstante as limitações do conceito de pobreza, ele é bastante mais claro e menos ambíguo que o de exclusão social, dado que a pobreza é suscetível de ser mensurada em termos absolutos e relativos. Mais, se, por um lado, o conceito tem sido apropriado por uma visão assistencialista e caritativa por instâncias religiosas, nomeadamente a católica, importa reter, tal como o salientam Löwy (2001, 2006) e Amadeo (2006) que, justamente no campo da teologia da libertação, o conceito de pobre e sua libertação retém um sentido materialista crítico do capitalismo e do fetichismo mercantil e profundamente emancipatório sustentado por teólogos como os irmãos Boff (*v.g.,* Boff e Boff 2011). Na esteira de Bourdieu (1989), Bader (1991) e Silva (1998), a religião pode ser entendida ora como produto social (*opus operatum*) e esquema legitimador de determinada ordem social, ora como quadro ativo (*modus operandi*) na medida em que, problematizada perante situações de angústia, dor e sofrimento, pode dar lugar, nomeadamente entre as classes oprimidas, a interpretações críticas da realidade em modos proféticos e dissidentes e a protestos sob formas de religiosidade popular. Esta interpretação dual da religião pode encontrar-se de modo seminal em Marx e mais explicitamente em Engels (1969), assim como em Weber (1978 [1920]) e em Luxemburgo (1971 [1905]), Kautsky (1921), Goldman (1955), Bloch (1968), em marxistas latinoamericanos como Mariátegui e em teólogos da libertação (cf. Löwy 2006: 274ss), assim como, posteriormente, em teóricos da dependência como T. dos Santos (2011 [1978]) e decoloniais Quijano (2000) e Dussel (2009).

poderes e recompensas pela via político-partidária. De modo aproximado, também Simmel (1987 [1903]) tende a medir o grau de fechamento/exclusão ou abertura duma sociedade pela forma como os autóctones se relacionam com os forasteiros, ideia que viria a ser retomada pela Escola de Chicago nas relações em meio urbano e sobretudo, mais tarde, desenvolvida nos anos 1950/60 pelo interacionismo simbólico (Goffman 1988 [1963] e Becker 1963), centrado na teoria da rotulagem ou etiquetagem que explica comportamentos ditos desviantes, estereótipos e estigmas de vária ordem não pela qualidade dos ditos desviantes mas como resultado do confronto entre dois olhares: o da sociedade ou de indivíduos 'normais' e o dos transgressores, ´desviantes´ ou estigmatizados.

Sintetizadas as ideias nucleares de sociólogos clássicos sobre a exclusão social, se, por um lado, importa desconstruir as formas de legitimação das desigualdades sociais operadas por sociólogos clássicos, quer no passado, quer na sociedade contemporânea, por parte de Durkheim (1977 [1893]), Parsons (1988 [1951]), Davis e Moore (1976 [1945]) na medida em que a fundam na base das diferenciadas capacidades, talentos ou competências e, em última instância, na meritocracia e na aceitação de normas e valores societais alegadamente comuns, já não poderemos prescindir dos notáveis contributos weberianos e inclusive interacionistas. Porém, a perspetiva marxista é nuclear e a mais consistente para a compreensão e explicação das desigualdades sociais. Propriamente, segundo Silva (2009a), na perspetiva marxista (cf. Marx 1996 [1867]), a exclusão social seria vista como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política. Ou seja, seriam excluídos não só determinados grupos sociais mais vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (*v.g.*, camponeses e artesãos pobres, desempregados, mendigos, sem abrigo), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção, os quais acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria: a classe burguesa que, com as suas diversas frações (agrária, industrial, comercial e financeira), cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas frações das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e do comércio e serviços, incluindo obviamente trabalhadores qualificados como, por exemplo, médicos ou professores assalariados.

Com efeito, na análise das desigualdades sociais numa perspetiva histórica e dialética, importa, portanto, na esteira de Marx (1996 [1867]) e de Marx e Engels (1968 [1848], 1976 [1846]), partir da estruturação das desigualdades como base do conflito de classes nos sucessivos modos de produção na história e respetivas classes antagónicas (esclavagismo, feudalismo, modo de produção asiático) e, na sociedade contemporânea, no modo de produção capitalista, o qual deve ser articulado

nas sucessivas formações socioespaciais com diversos outros modos de produção, em que o capitalista (burguesia-proletariado) tende a ser o dominante (Rey 1979 [1973]). As condições de aparecimento e reprodução dos lugares de classe e respetivos graus de poder e controlo sobre recursos nomeadamente económicos a nível estrutural condicionam o próprio recrutamento dos indivíduos nas posições desigualmente distribuídas. Porém, Marx (1975 [1869] e 1975a [1895]), com base na já referida contradição fundamental entre o caráter social da produção e a apropriação do produto, não deixa de analisar em diferentes textos as diferenciadas formações sociais e conjunturas concretas, abrindo um outro nível de análise menos abstrato para entender ora a exploração e a dominação de umas classes, ora a formação, organização e consciencialização de outras através de associações, sindicatos e partidos, ideia esta seminal para ter uma concepção multidimensional das desigualdades, designadamente de classe. Ou seja, o núcleo conceptual sobre desigualdades sociais, nomeadamente de classe, em Marx (1996 [1867], 1975 [1869], 1975a [1895]), contém de modo embrionário outras dimensões nomeadamente a nível político e ideológico que diversos outros marxistas, abandonando a rigidez da tradicional interpretação marxista de tipo economicista e recusando um fechamento dogmático de tipo unidimensional, vieram desenvolver, sendo de destacar Poulantzas (1975) e sobretudo Hall (1977), Burawoy (1979), Thompson (1982), Wright (1985), Bader e Benschop (1988), Benschop (1993), Crompton (1995) e Silva (1998, 2009). Para além da distinção de diversas dimensões (económica, política e ideológica), estes últimos, combinando elementos marxistas e weberianos, assinalam, para além da exploração económica, outros três tipos de exploração ou extração de sobretrabalho: (*i*) credencial (com base no poder de disposição sobre credenciais ou diplomas, possibilitando a exploração de trabalho doutrem); (*ii*) organizacional (com base nas posições de elite ou de lugares dominantes burocráticos e tecnocráticos, de controlo e na gestão de força de trabalho alheia); (*iii*) clientelar, assente no poder desigual de disposição em relações ou interações assimétricas duráveis entre patrono e cliente, implicando situações de desigualdade, exclusão e/ou discriminação (associações seletivas, fechamentos, corrupções).

As interpretações estruturalistas dogmáticas, de algum modo presentes na escola estruturalista francesa, nomeadamente em Althusser (1972), mesmo quando admitem a dominância de fatores como o parental, o político ou o religioso, mantém o económico como determinante em última instância na estruturação das classes, o que, em vez de resolver a questão, complica. Em contraponto a esta perspetiva determinista e estruturalista, outros marxistas como Thompson (1982), sem negar a estrutura económica, vieram relevar os processos históricos, as práticas políticas e contextos culturais, as experiências e lutas para entender os processos de formação,

organização e consciencialização de classe e respetivas formas, ora de ação e mobilização, ora de desorganização e desmobilização das classes trabalhadoras e dos próprios camponeses, que, já desde o século XIX, foram em diversas situações, classe-apoio de blocos conservadores, mantendo-se resistentes passivos sob o princípio de segurança (Thompson 1982, Wolf 1974, Scott 1990, Silva 1998). De resto, a importância do político e do ideológico, expressa no conceito de hegemonia, já tinha sido relevado por Gramsci (1974) que interpretava a alegada distinção entre a base económica e a superestrutura não num sentido mecânico e determinista mas de modo indicativo e metafórico. No entanto, esta questão viria a ser superada por posicionamentos de síntese já referidos por autores como Bourdieu (1979, 1980), Bader e Benschop (1988), Wright (1998), Crompton (1998) e Silva (2009), numa perspetiva não só multidimensional como plurinível (socio-estrutural, organizacional e interativa), para o que, mantendo a centralidade das teses marxistas, souberam incorporar não só componentes weberianas sobre as dimensões social e política, assim como inclusive contributos de neossistémicos como Luhmann (1982/1970).

Por fim, em torno das desigualdades sociais, torna-se incontornável a referência aos estudos decoloniais que eclodiram sobretudo desde os anos 1980,[12] os quais, se, por um lado, têm conduzido certos autores a sustentar novas epistemologias, rompendo as lógicas do colonialismo, do eurocentrismo e do etnocentrismo, podem contudo encontrar-se pontes com a própria teoria marxista. Com efeito, os teóricos decoloniais salientam relações históricas hierarquizadas que, ao longo dos séculos, têm gerado e/ou invisibilizado relações de exploração e dominação, ou seja, "situações de opressão diversas" (Cesaire, 1978 [1955]: 90), caracterizadas pela "dominação de uma raça sobre a outra" (Cesaire, 1978 [1955]: 19) no quadro dos processos de colonização, como o desenvolveram vários teóricos decoloniais, designadamente Quijano (2000) e Dussel (2009).

Se as desigualdades são hoje obscenas, tal como sublinha Dowbor (2014: 9), apoiado nos dados mobilizados por Piketty (2013), elas suscitam uma questão ético-moral sobre o papel desempenhado pelas elites, em especial a mais abastada. Como referem Silva (2018) e Ribeiro (2018), na esteira de Ariño e Romero (2016), esta gente endinheirada é formada por ultrarricos, tendo como principais fontes de riqueza as aplicações financeiras, as patentes e as obras públicas, em especial nos países emergentes. De certo modo constituem-se como um grupo à parte, uma "plutonomia" que se desprendeu dos outros segmentos da burguesia e da própria sociedade

12 Segundo Ballestrin (2013), o termo decolonial diz respeito à perspetiva pós-colonial defendida pelo coletivo Modernidade/Colonialidade, cuja ênfase é a compreensão dos efeitos dos processos de colonização na América Latina.

a que pertencem como nacionais e/ou onde vivem. Sendo expressão de um processo, envolvendo dimensões económico-financeira, política, cultural, moral e residencial, Ariño e Romero (2016) acentuam que esta secessão é levada muito a sério por esta camada social, traduzindo-se inclusivamente na imaginação de soluções exteriores ao próprio planeta. A construção de "capacidade de fuga", como a designa Rushkoff (2018), tem por objetivo sobreviver às alterações climáticas, às migrações e às pandemias globais, se necessário no espaço ou noutro planeta. Se é conhecida a ambição de Elon Musk em colonizar Marte, outros ultrarricos, certamente mais pragmáticos, limitam-se a olhar para a Nova Zelândia como o seu refúgio terrestre.[13] Porém, se esta é uma fração restrita, minoritária e plutocrata mas preponderante, as restantes frações da burguesia, apesar das contradições e lutas internas sobre a apropriação e acumulação de capital na base da renda, do juro e/ou do lucro, nomeadamente entre a agroindustrial orientada para a produção e a rentista ou financeira, tendem a recompor-se e aliar-se, sempre que movimentos sindicais e outros movimentos sociais (feministas, antirracistas, ecológicos) se tornem uma ameaça ao *statu quo.*

A fim de fornecer um breve retrato das desigualdades a nível mundial, importará levar em linha de conta os processos de acumulação de capital e a concentração de riqueza numa reduzida minoria, as assimetrias regionais, o nível de rendimento *per capita* e outros critérios como a esperança de vida, acesso a bens e serviços públicos, taxa de escolaridade. Começando pela distribuição de rendimentos por grandes regiões a nível continental, enquanto 20% da população residente em países mais ricos detêm 80% do produto bruto mundial, os restantes 80% da população dos países do Sul detêm apenas 20% da riqueza e 20% dos mais pobres apenas 1% da riqueza, indicando os dados por países e grupos populacionais um agravamento das desigualdades, tal como o comprovaram vários autores como Piketty (2013), Harvey (2011), Silva (2013, 2018) e Ribeiro (2018). Em números absolutos, em 1998 dos quase 6 biliões de pessoas, 2,8 biliões viviam com menos de dois dólares por dia, dos quais 1,2 biliões menos de um dólar por dia (Pogge *apud* Callinicos 2006:253). Em termos diacrónicos, se o *ratio* entre países ricos e países pobres em 1820 era de 3:1, em 1975 passou para 15:1 e em 1999 para 19:1 e, em termos populacionais, se em 1950 40% da população recebia 4,9% e em 1977 4,2% da riqueza (cf. Maddison 1995, Santos 2001, Silva 2018), em 2015, segundo o relatório da *Global Wealth Report* (GWR),

13 Segundo a agência de notícias da Blomberg, alguns ultrarricos norte-americanos evitaram a pandemia da Covid19 refugiando-se em abrigos subterrâneos que possuem na Nova Zelândia. Cf., entre muitos outros sítios de notícias, Bloomberg (2018 e 2020), *El País* (2017), *New York Times* (2017). Desde a declaração de falência da Lehmon Brothers os superricos passaram de 793 para 1645, sendo que o valor patrimonial de 85 destes ultrabilionários alcançou 50% da riqueza mundial (cf. revista Forbes, 1987-2013, *apud* Ribeiro, 2018: 116).

70% da população a nível mundial detinha apenas 3% da riqueza mundial. No polo diametralmente oposto, o *ratio* do rendimento de 1% do segmento mais rico passou de 30:1 em 1960 para 60:1 em 1990 e 74:1 em 1997, e destes, 8,1% de milionários acaparavam 84,6% da riqueza, dos quais ainda 0,7% de ultrarricos se apoderavam de 45% da riqueza mundial (UNDP 1999:3; W-X 2014: 9). Obviamente que tal realidade tem, ainda segundo a própria ONU (GWR 2015), consequências dramáticas sobre a grande parte da população mundial: em 2015 permanecem 795 milhões de pessoas em situação de fome e/ou subnutrição, 2,4 mil milhões sem condições sanitárias, com escassez de água ou sem água potável e sem acesso a cuidados de saúde, grande parte dos quais com doenças curáveis; 900 milhões analfabetos, abarcando entre 30 a 50% de pessoas nos países mais pobres, com baixíssimas taxas de investimento educacional; 100 milhões sem habitação, vivendo a maior parte em favelas, o que, segundo Davis (2006), forma o 'planeta favela' como o maior drama humano e ambiental; 150 milhões de crianças subnutridas, das quais 14 milhões morrem antes dos cinco anos de idade, sendo esta realidade mais pungente na África subsariana com 47,1% da população rural e 33,6% da população urbana em extrema pobreza.

Perante os breves dados indicativos das enormes desigualdades sociais no passado e no presente, a questão a colocar é: como será possível eliminar ou, pelo menos, reduzir nas próximas décadas o fosso das desigualdades sociais entre os detentores do capital económico e financeiro e as diversas classes assalariadas e outras camadas populares desprovidas e privadas das condições básicas e mínimas de sobrevivência?

Se, lançando um breve olhar sobre a situação económica e política a nível de continentes e países, não se vislumbra o preenchimento de condições organizacionais e político-ideológicas ou, melhor, utópicas no sentido de Marx (1976 [1846]) e Mannheim (1976 [1929]) por parte dos movimentos sociais nomeadamente sindicais e partidos de esquerda capazes de assumir o controlo dos respetivos Estados a nível nacional, visando a socialização dos meios de produção, tal significa que a implantação real, em termos de próximo futuro, de sistemas ecossocialistas em suas diversas variantes não está ainda na ordem do dia. Ou seja, tais situações, nomeadamente a consolidação do neoliberalismo e das forças conservadoras de direita e, nalguns países, da extrema-direita, evidenciam a necessidade de acumular forças a partir dos diversos atores e sujeitos históricos explorados e oprimidos em termos de classe, étnico-raciais e de género. Ainda que Marx e Engels se tenham centrado nas desigualdades de classe e não tenham desenvolvido as relações de género no quadro das relações de produção, as desigualdades de género não deixaram de ser objeto de análise de Marx (1976a [1857-59], 1996 [1867] e de Marx e Engels (1976 [1846]. Em concreto, é de relevar a sua análise sobre a imbricação do processo de produção e de reprodução da vida e dos meios de vida, assim como a combinação das lutas

de emancipação feminina com a emancipação geral,[14] e sobretudo a obra de Engels (1980 [1884]), em que as desigualdades de classe e de género surgem acopladas à propriedade privada, ao Estado e à família monogâmica, na qual a mulher surge subordinada. Já relativamente às desigualdades étnico-raciais, embora não tenham sido desenvolvidas pelos fundadores do marxismo, existem referências, nomeadamente na obra magna de *O Capital*, a relações de exploração e espoliação de indígenas e negros no quadro do processo de colonização, questões e temas que teóricos marxistas, decoloniais e outros críticos têm desenvolvido.

Apesar dos seus inimigos, detratores e inclusive alguns teóricos críticos pós-modernos, os textos fundadores de Marx e Engels mostram a justeza e atualidade do materialismo histórico e dialético e dos princípios básicos do marxismo para a necessária e radical transformação do sistema capitalista no horizonte do processo histórico. Atendendo ao princípio dialético da conjugação da quantidade e da qualidade na mira, a longo prazo, do salto qualitativo do ecossocialismo, tal não invalida, porém, que se estipulem objetivos intermédios de redução de desigualdades sociais. Para os alcançar são necessárias, para além das lutas sociais nas várias dimensões (de classe, territoriais, étnico-raciais, de género), as batalhas no campo eleitoral a nível institucional e estatal, no sentido de conseguir as regulações possíveis no quadro do capitalismo. Estas deverão ter repercussões na redução das injustiças fiscais, agravando os impostos aos ricos e super-ricos, o reforço do Estado social na saúde, na educação, na segurança social, o alargamento de direitos laborais, aumentos salariais e outras conquistas sociais, que, além de constituírem avanços, empoderam os movimentos sociais, tendo como objetivo a emancipação social no horizonte ecossocialista.

---

14 Por exemplo, na obra *Sagrada Família* de Marx e Engels pode ler-se: "A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral" (Marx e Engels 2011 [1844]: 236). E na *Ideologia Alemã*: "A produção da vida, tanto da própria no trabalho, como da alheia na procriação, se manifesta como uma dupla relação social – de uma parte como uma relação natural – e de outra como uma relação social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim" (1976 [1846]: 29), um processo de exploração e dominação da mulher já presente no esclavagismo: "a escravidão, ainda muito rudimentar, certamente latente na família, é a primeira forma de propriedade que, pelo resto, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito a dispor da força de trabalho dos outros" (Marx e Engels 1976 [1846]: 32). Para mais desenvolvimentos a este respeito, cf. Harris e Young (1981), Haug (2006) e Silva (2016).

3. Marx, Engels e a devastação do mundo: o problema ambiental também como problema social

Se as desigualdades, acima esmiuçadas através das lentes teóricas marxistas, são equacionadas como questão nuclear, elas não podem ser compreendidas ignorando as suas articulações com os problemas ambientais. Para os discutir é pertinente considerar a pandemia que atualmente enfrentamos. Perante a crise sanitária, cujas repercussões económicas e sociais continuam a fazer-se sentir em todo o mundo, ainda que de forma muito desigual, podemos perguntar: qual a relação de um vírus com o capitalismo? Retomando os argumentos já discutidos recentemente (Ribeiro, Leite e Felizes 2020), importa começar por enfatizar que, não sendo "o vírus SARS Cov-2 […] um mensageiro" (Sousa Filho 2020), a epidemia confronta as nossas sociedades hipertecnológicas com uma realidade incontornável: não estamos fora da natureza, pelo contrário, como Engels [1979 (1925)] percebeu há 150 anos, somos parte dela, pelo que as nossas vidas condicionadas e até eliminadas por ela não podem ser pensadas ignorando-a. Com o planeta abalado pelas agressões ecológicas e estragos severos, alguns irreversíveis, nos ecossistemas e na diversidade das espécies, pelo avanço da presença humana para áreas remotas, até agora desabitadas ou pouco povoadas (cf. Shah 2020: 13-14), parece que algo de novo surgiu nas últimas décadas. Desde a identificação do VIH que nos confrontamos com novas epidemias surgidas a um ritmo sem precedentes, a que se juntam surtos de outras já conhecidas: a SARS, a MERS,[15] as gripes aviária (H5N1) e suína (H1N1) e as infeções provocadas pelos vírus Zika e Ébola. Como escreve Davis (2020), com inquestionável sentido de urgência, "a Caixa de Pandora está aberta e o nosso implacável sistema econômico está tornando tudo pior" (Davis 2020: 5). Isto é, o capitalismo produziu um tal impacto no planeta – uma das consequências da "externalização de custos", no entender de Wallerstein [2002 (1995)] –, ao ponto de ter provavelmente dado origem a uma nova era geológica, o Antropoceno.

As desigualdades e, num plano mais largo, as crises que acima procurámos discutir não podem, pois, ser desligadas da devastação ecológica que vivemos e nos confronta com o risco do colapso. Se as leituras de Diamond (2005) e de Taibo (2017) suscitam a alguns o ceticismo e o rótulo de catastrofistas, aos seduzidos por uma leitura otimista e politicamente neutra do papel da ciência e da técnica, descuidando de considerar os seus efeitos, haverá que contrapor que não podemos descartar que o colapso não se constitua como uma possibilidade. E, sendo uma possibilidade,

15 SARS é a sigla, em língua inglesa, para *Severe Acute Respiratory Syndrome*; MERS é a sigla, em língua inglesa, para *Middle East Respiratory Syndrome*.

discuti-lo é uma exigência científica, política e até moral, pois ele coloca-nos frente ao abismo da catástrofe ambiental, como justamente assinala Löwy (2013: 84). Em conformidade com estas inquietações alinha o papa Francisco na sua carta encíclica de 2015. Com o sugestivo subtítulo "Sobre o cuidado da nossa casa comum", o chefe da Igreja Católica examina com minúcia a situação do nosso mundo. Pugnando por aquilo que designa por "ecologia e progresso integrais", na perspetiva de Francisco não existem duas crises mas apenas uma, socioambiental. Ancorado nos contributos dos especialistas ambientais que fizeram parte da equipa de peritos que elaborou a *Laudato Si*, Francisco afirma que

> o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. […] Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos" (2015: 34).

Repetimos: nunca maltratámos e ferimos tanto a nossa casa comum como nos últimos dois séculos. Ora, dois séculos colocam-nos defronte do capitalismo! Como já foi referido por um de nós (Ribeiro 2017), a produção de danos, longe de ser algo recente e decorrente da exploração mineira e das atividades industriais, pode recuar até ao surgimento da agricultura e às primeiras grandes civilizações e ao que Giddens refere como "destruição progressiva do meio ambiente físico" (2000: 74), isto é, "produzida pela reação transformadora do homem sobre a natureza, sobre a produção", como assinala Engels (1979 [1925]: 25), em *A dialética da natureza*, acrescentando que a humanidade transformou "plantas e animais em tão elevado grau que as consequências de sua actividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre." Oferecendo-nos uma interpretação socio-ecológica das consequências decorrentes da desflorestação na época clássica na Grécia, na Mesopotâmia ou, já mais próximo do seu tempo, nos Alpes, Engels avisa que

> não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas, em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras consequências (1979 [1925]: 223-224).

É, porém, com o capitalismo que esta ação transformadora e destrutiva conhece uma outra dimensão, radicalmente mais profunda e intensa, sendo admissível que tenhamos mesmo alterado a própria história climática do planeta. Sabendo-se que

parte da crítica vai também para as consequências ambientais desastrosas produzidas pelo capitalismo, sendo elas consideradas no trabalho de imaginação de alternativas, poder-se-ia admitir que ela é posterior aos escritos de Marx e Engels, sugerindo Santos (1994: 43) que "o que Marx não viu foi a articulação entre a exploração do trabalho e a destruição da natureza e, portanto, a articulação entre as contradições que produzem uma e outra". Ora, só o desconhecimento dos teóricos alemães permite afirmar que a destruição produzida pelo capitalismo lhes foi indiferente e, mais ainda, que não foram capazes de relacionar a exploração dos trabalhadores com a exploração dos recursos naturais. Não obstante os efeitos a nível ambiental produzido pelo capitalismo serem incomensuravelmente menores no século XIX do que hoje, estando a bem dizer na sua infância, e não contarem com o conhecimento científico que agora dispomos, Marx e Engels identificaram e fizeram, como mostram os excertos acima mencionados, uma crítica consistente sobre as consequências da ação predatória da burguesia, permitindo a Gorender (1996: 22) afirmar que Marx (e também Engels, acrescentamos nós) "merece ser considerado precursor dos modernos movimentos de defesa da ecologia em benefício da vida humana".[16] Ainda que minoritários, diversos são os autores marxistas (O'Connor 1988, Leff 1992, M. Santos 1996, Altvater 2006) que desenvolvem uma espécie de marxismo ecológico mas sem deixar de sublinhar a seminal reflexão dos fundadores do materialismo histórico e dialético sobre uma economia ecológica, ou seja, sobre a relação entre espaço e sociedade, natureza e economia, designadamente na *Ideologia Alemã* (cf. Marx e Engels 1976/1846) e de Marx (1976a [1859]) no *Grundisse* e em *O Capital* (1996 [1867]) respetivamente em torno do conceito de necessidades e no duplo caráter do trabalho como produtor de valores de uso e, no processo de criação de mais-valia e expansão do capital, de valores de troca:

> Como criador de valores de uso, quer dizer como trabalho útil, o trabalho é, portanto, condição de vida do homem, e condição independente de todas as formas de sociedade, uma necessidade perene e natural sem a qual não se conceberia o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, por conseguinte, a vida humana…Em sua produção, o homem só pode proceder como procede a própria natureza, quer dizer, fazendo que a matéria troque de forma… […] O trabalho não é, pois, a fonte única e exclusiva dos valores de uso que produz, da riqueza material. O trabalho é, como o disse William Petty, o pai da riqueza, e a terra a mãe…" (Marx 1996 [1867]: 172)

16 Sendo entre os teóricos mais jovens um competente e reconhecido leitor de Marx, Musto (2018: 117) reforça o interesse de Marx sobre a ecologia, lembrando não só o seu interesse pelos trabalhos e publicações que iam surgindo no seu tempo de vida, como fazendo deste tópico um objeto de discussão nas cartas trocadas com Engels.

Não sendo, como Marx (1996 [1867]) bem intuiu, a ciência e as técnicas social e politicamente neutras, elas são instrumento fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, sendo o papel nele desempenhado por elas genialmente por ele percebido. Contrariamente a liberais que perspetivavam a natureza ora como elemento externo na criação ilimitada de riqueza ora, posteriormente, enquadrável na teoria da escassez numa lógica racional individualista, o teórico alemão evidencia a relação entre economia-sociedade-natureza e crítica severamente os efeitos ambientais do capitalismo. De igual modo, Engels (1979 [1886], 2010 [1845]) convoca a nossa atenção para as consequências ambientais do desenvolvimento do capitalismo, ilustrando sobre a sobre-exploração do solo na agricultura e na mineração, a poluição dos rios pelos resíduos industriais e da atmosfera pelos gases das chaminés das fábricas. Lembrando-nos que "a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro" (Engels 1979 [1886/1925]: 224), tal obriga-nos a ler estas agressões, como ostensivamente faz Francisco na sua carta encíclica acima mencionada, em estreita articulação com as relações sociais de produção dominantes:

> Considerando que qualquer industrial ou comerciante apenas se preocupa em vender, com um pouquinho de lucro embora, a mercadoria fabricada ou comprada, está claro que fica satisfeito e não mais se interessa pelo que possa acontecer com a mercadoria e com o seu comprador. O mesmo (sucede) com as consequências naturais dessas mesmas atividades. Aos agricultores espanhóis, estabelecidos em Cuba, que queimaram as matas nas encostas das montanhas (tendo conseguido, com as cinzas daí resultantes o adubo suficiente para uma só geração, para cafeeiros muito lucrativos), que lhes importava o fato de que, mais tarde, os aguaceiros tropicais provocassem a erosão das terras que, sem defesas vegetais, transformaram-se em rocha nua? Em face da Natureza, como em face da Sociedade, o modo atual de produção só leva em conta o êxito inicial e mais palpável (Engels 1979 [1925]: 226).

Sublinhe-se que três décadas antes dos manuscritos que deram origem à *Dialética da natureza*, provavelmente redigidos entre 1872 e 1882 (Haldane 1979: 8), já Engels nos oferece uma ligação entre a degradação do ambiente e a saúde dos indivíduos no seu estudo sobre as condições de vida da classe trabalhadora na primeira metade da década de 1840 em Inglaterra. Relato vivo da vida dos operários, sobretudo em Manchester, cujas condições materiais se degradavam apesar do formidável avanço técnico – é também um texto pioneiro e notável que se constitui como um arquétipo do trabalho de campo etnográfico com observação participante

(Teixeira e Ribeiro 2020) –, Engels faz uma descrição impressiva dos efeitos contraditórios do capitalismo em ação, tornando evidente a existência de uma tensão entre progresso e regressão, sobre o qual nos debruçaremos algumas linhas mais abaixo:

> Não conheço nada mais imponente que a vista oferecida pelo Tamisa, quando se sobe o rio, do mar até à ponte de Londres. A massa constituída pelo casario, os estaleiros em ambos os lados, sobretudo acima de Woolwich, os incontáveis navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se sempre mais uns contra os outros a ponto de só deixarem livre uma estreita passagem no meio do rio, na qual se cruzam velozmente centenas de barcos a vapor – tudo isso é tão extraordinário, tão formidável, que nos sentimos atordoados com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pisar no solo inglês. Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os "bairros de má fama" desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade […] Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão (Engels 2010 [1845]: 67 e 71).

Esta tensão entre progresso e regressão atravessa toda a obra de Marx e Engels. Retomando a discussão já empreendida em texto anterior (Ribeiro 2017), no *Manifesto do Partido Comunista* (1968 [1848]) encontramos uma passagem que reconhece as transformações operadas pelo capitalismo, sem que daqui se possa fazer uma leitura laudatória, apenas evidenciando o seu papel na destruição de anteriores modos de produção, feudais e despóticos:

> A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia

> moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca. […] A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas (Marx e Engels 1968 [1848]: 24-25).

Admitir que Marx e Engels fazem anotações reconhecendo a existência de alguns conteúdos progressistas no capitalismo, cujas dinâmicas são impulsionadas pelo desenvolvimento da ciência e das técnicas, não permite afirmar que "Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso e racionalidade que ela poderia gerar" (Santos 1994: 35). Esta interpretação mereceu a crítica severa de Netto (2004), em linha com a leitura feita por Bensaïd (1999: 12). Para o filósofo francês e figura de proa da Quarta Internacional, o seu "pensamento não se mostra inteiramente homogêneo". Obviamente, esta observação de Bensaïd não pode ser interpretada como uma crítica a Marx mas sim como o reconhecimento de estarmos perante um *mâitre à penser* que, inserido nas lutas sociais e políticas do seu tempo e observador atento e sobretudo estudioso competente do funcionamento do capitalismo, não poderia necessariamente deixar de se debater com contradições e reformulações na sua análise que se refletiram nos seus textos. Daqui resulta que

> existe em Marx uma concepção *dialética do progresso*, que leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista. […] Trata-se de pensar a história *simultaneamente* como progresso e como catástrofe, *sem privilegiar um dos aspectos*, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Um comentário de Frederic Jameson sobre o *Manifesto Comunista* capta bem este procedimento. "Marx exige com força que façamos o impossível, isto é, pensemos este desenvolvimento (do capitalismo) ao mesmo tempo positiva e negativamente, [pelo que] a civilização burguesa moderna aparece, em relação com as sociedades pré-capitalistas, ao mesmo tempo como um avanço e como uma regressão" (Löwy 2006: 261 e 263-264).

Esta tensão dialética presente no pensamento e nos textos de Marx e Engels é especialmente notório no *Manifesto Comunista,* quando convocam a nossa atenção para a degradação das condições de vida dos trabalhadores na centúria de mil e oitocentos, em total contradição com o enorme e rápido desenvolvimento das forças produtivas:

> Todas as sociedades anteriores, como vimos, basearam-se no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo. O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno

> burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, se elevava à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe (Marx e Engels 1968 [1848]: 36).

A degradação não é apenas material, é também moral, como Löwy (2014: 32-34) justamente lembra ao citar diversos textos, como *A miséria da filosofia* (cf. Marx 2017 [1847]) e os *Manuscritos económico-filosóficos* (cf. Marx 2004 [1844]). Neles Marx faz diversas considerações críticas sobre os efeitos devastadores do dinheiro e da mercantilização de todas as coisas – a quantificação venal da vida social –, a par da irracionalidade, que se exprime nas crises cíclicas de sobreprodução, e da dominação violenta e cruel de povos inteiros, primeiro pelo colonialismo, sob a forma de genocídio e escravatura, posteriormente pelo imperialismo, tal como o assinalou Marx (1974 [1859]) no *Grundisse* e o desenvolveram sobretudo Lenine (1970 [1899]) e Luxemburgo (1967 [1912]), o primeiro lendo-o como etapa superior do capitalismo e a segunda como inerente ao próprio processo de acumulação.

4. Existe saída de emergência? A renovação das lutas sociais como conclusão aberta

Se o século de Marx e Engels já está longe de nós, os problemas por eles escrutinados continuam atuais. Talvez ainda mais agudos, reclamando respostas urgentes numa situação histórica concreta que é, em muitos aspetos, bem mais difícil. Tendo em conta a relação entre as desigualdades sociais e os problemas ambientais, como procurámos mostrar, certamente vem a propósito a reflexão de síntese de Altvater (2006: 336ss) sobre o caráter entrópico do capitalismo que, não respeitando a natureza, é prejudicial para esta e, portanto, para o ser humano:

> são a desigualdade e a injustiça que se tornam prejudiciais não só para a coesão social, mas também para a natureza. Os pobres são relegados à satisfação das necessidades básicas, enquanto os ricos acumularam tantas reclamações sobre a natureza que podem expandir-se ambiciosamente sobre o 'meio ambiente' que dominam e excluir outros de seu uso ordenado, por isso desenvolvem práticas destrutivas do uso excessivo dos recursos que estão ao seu dispor. O 'rastro ecológico' dos ricos é muito maior que o dos pobres…

Por outras palavras, não obstante as reflexões de Marx e Engels terem identificado, como vimos, os impactos ambientais provocados pelo capitalismo e intuído como eles se poderiam agravar no futuro, não só os problemas com que

nos confrontamos hoje são mais intensos, profundos e inquietantes, colocando-nos mesmo perante uma catástrofe ambiental – que, conjuntamente com a ameaça do holocausto nuclear, não existiam no tempo de Marx e Engels – como o capitalismo parece mais sólido do que nunca, apoiado no desenvolvimento dos mecanismos de controlo e de repressão por parte do Estado. Mais, convocando a célebre construção teórica de Althusser (1980), as narrativas produzidas pelos aparelhos ideológicos expurgam do debate por eles designado como decente as críticas de fundo ao modo como a democracia funciona no capitalismo. Tal bloqueia, como justamente assinala Žižek (2005: 173), "qualquer questionamento sério da forma como essa ordem democrático-liberal é cúmplice nos fenômenos que ela oficialmente condena e, é claro, qualquer tentativa séria de imaginar uma ordem sociopolítica *diferente*".

Impotente para superar as suas contradições, a sustentação do capitalismo depende, em boa medida, de um vasto e profundo sistema de controlo, incluindo ideológico, cujas narrativas dominantes visam, por um lado, a defesa dos interesses do capital sobretudo financeiro e, por outro lado, a contenção dentro dos limites considerados admissíveis dos descontentamentos produzidos pelas desigualdades sociais e as crises socioambientais. Segundo Ramonet (2016), trata-se de uma articulação entre os governos, os seus aparelhos militares e de vigilância e as grandes multinacionais que operam na internet, produzindo um estado de permanente vigilância dos cidadãos, sendo as suas práticas, consumos, circulações e preferências permanentemente escrutinadas e condicionadas. Se Ramonet opta pela designação de "império da vigilância", Zuboff (2019) considera que estamos perante um "capitalismo de vigilância". Ainda que não existindo uma coincidência perfeita de argumentos, a mobilização por Zuboff do que designa por *surveillance exceptionalism* obriga-nos à partida a convocar Agamben (2003) e o seu conhecido conceito de *estado de exceção*, conceito aliás discutido por Walter Benjamin (1921 [1974]) no seu texto *Zur Kritik der Gewalt.* Já não se trata de procurar ver o estado de exceção no horizonte das nossas vidas, ele é já a forma do Estado capitalista, isto é, a configuração do que não cabe na lei e no sempre evocado estado de direito democrático. Temos assim as prisões ilegais em Guantánamo, a figura de combatente ilegal, as chamadas guerras preventivas à margem do direito internacional, os crimes de guerra e contra a humanidade como nos revelou Julian Assange, desde então objeto de uma ação de *lawfare*, organizada por Washington e envolvendo diversos governos e seus sistemas judiciais. Já no Brasil, o *hacker* Walter Delgatti Neto revelou os esquemas criminosos da Força Tarefa da Lavajato e do juiz Sérgio Moro, atuando em conivência com o FBI, tendo por objetivo a incriminação e prisão de Lula da Silva, como forma de impedir a sua elegibilidade nas eleições de 2018. Mais, os aparelhos de vigilância dos cidadãos, incluindo as nossas comunicações, como justamente nos confirmou Edward Snowden, aliás não dizendo nada de

novo, são parte fundamental do estado de exceção. Há muito que o governo norte-americano, com a colaboração dos seus aliados anglosaxónicos, coloca em ação guerras híbridas para destronar empresas concorrentes e/ou derrubar governos para o que tem em funcionamento uma rede de espionagem global designada por *Echelon* que mereceu em 1998, há mais de duas décadas, a atenção de deputados do Parlamento Europeu. Fundamental para exercer o controlo político, legal e social sobre as populações, o estado de exceção institui o princípio da suspeita sobre cada cidadão, tanto mais importante quando se vive em situação aguda de crise, a bem dizer, o verdadeiro estado próprio do capitalismo, sobretudo na sua versão neoliberal.

Coloquemos de novo a questão que dá o título à conclusão deste texto: existe saída de emergência? Não sabemos… mas entregue a si próprio, em roda livre, capitalismo só dá mais capitalismo, inclusive numa qualquer variante bárbara, seja ela de vigilância, de desastre (Klein 2008) ou qualquer outra mais ou menos distópica. De qualquer modo, se existir alguma porta de saída, ela terá de ser encontrada e franqueada com Marx e Engels, cujo legado, embora sem ser acabado, não se presta a leituras superficiais ou devaneios de modas académicas, potenciando obviamente avanços e desenvolvimentos, como tem sido demonstrado em vários campos por inúmeros cientistas sociais. Não só porque os seus textos mantêm uma frescura analítica sobre o capitalismo e seus modos de funcionamento como projetam bem fundo, no pensamento e no coração de todos os que não se rendem, a mensagem que deu sentido às suas vidas e justificou todos os sacrifícios, isto é, organizar a luta para libertar o mundo da dominação do capital, realizando a emancipação dos trabalhadores/as (Musto 2018: 125).

Se há razões não só para suprir défices e desenvolver a teoria crítica marxista em vários domínios como a análise sobre a questão colonial, a definição de campesinato, os temas da etnicidade e do racismo e, em parte, do género e do patriarcado, não há qualquer razão para desperdiçar o marxismo no seu potencial emancipatório de libertação só por provir dum país do Norte, como alguns fundamentalistas das chamadas epistemologias do Sul reivindicam, ou minar acomodaticiamente o seu potencial heurístico-explicativo com base na própria tese marxista de que "tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado se profaniza" ou, reproduzindo ideias preconcebidas sobre Marx, atribuir-lhe de modo infundamentado o erro de "pensar que o capitalismo, por via do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, possibilitaria ou mesmo tornaria necessária a transição para socialismo" (Santos 1994: 210).[17] Ao contrário desta tese alegadamente

17 Para evidenciar o enviesamento deste raciocínio sobre a alegada transição automática do capitalismo para o socialismo graças ao desenvolvimento das forças produtivas bastará ter presente, para além de outros escritos desde a *Sagrada Família* (Marx e Engels 2011 [1844]), o lema mais conhecido de Marx em torno da necessidade da organização dos trabalhadores – para a qual

pós-marxista e pós-moderna, que, tal como refere Gruner (2006: 140), "joga o bebé com a água suja do banho", não há no conjunto dos escritos de Marx e Engels um sentido determinista e unívoco em que o capitalismo colapsaria automaticamente pelas suas próprias contradições internas sem a ação coletiva das suas vítimas e protagonistas explorados e oprimidos. Embora o capitalismo possa conduzir a catástrofes como a guerra nuclear ou o colapso ambiental, a sua destruição e superação como sistema só poderá ser obra dos homens e mulheres explorados, oprimidos e dominados, seja qual for o quadrante geopolítico em que se encontrem. Mesmo que os recorrentes fracassos da luta contra o capitalismo nos apontem que o caminho da sua superação é longo e impreciso nos seus contornos, não há outra alternativa que não seja a de prosseguir com a crítica e a luta radical contra o capitalismo, como sabiam e fizeram Marx e Engels ao longo da sua vida. Por isso, como já aludimos na esteira de Netto (2004), eles estiveram sempre ao lado dos trabalhadores, procurando organizá-los e com eles construir as estruturas políticas e sociais necessárias para travar a luta pelo socialismo. Tal implicou e ainda hoje implica contribuir para preencher um conjunto de precondições de modo a transformar os sujeitos históricos teórica e potencialmente revolucionários em atores coletivos concretos conscientes, organizados e impelidos pela utopia transformadora da realidade. Tendo hoje o marxismo novo fôlego teórico e histórico-empírico, por comparação com fossilizações estalinistas e os tempos áureos do neoliberalismo dos anos 1980 e 90 e sua falência real perante a crise socio-ambiental, a vitalidade e atualidade daquele tenderá a recuperar e desenvolver uma dimensão mais densa em termos coletivos. Neste sentido, o marxismo, para além de inspirador permanente de lutas e movimentos sociais, nomeadamente sindicais, continua sendo, como refere Amadeo (2006: 93), com base na obra de Sartre (2002 [1960]), "a filosofia insuperável de nosso tempo, porque as circunstâncias que o engendraram ainda não foram superadas".

Marx e Engels contribuíram decisivamente por ocasião da criação da I Internacional – e do lema "Proletários de todos os países, uni-vos!", o qual paradoxalmente teria servido certamente de inspiração a Santos (2019) para o seu sugestivo livro: "Esquerdas do mundo, uni-vos". A este respeito confira-se a interpretação de Gorender (1996:14), fazendo sobressair a consciência de Marx sobre os obstáculos políticos para a transformação social, revelados aliás em dois dos seus escritos analíticos sobre a configuração social em França no *18 de Brumário de Louis Bonaparte* (Marx 1975 [1869]) e na *Luta de Classes em França* (Marx 1975a [1895]) relativamente à discrepância entre "classe em si" e a "classe para si" nomeadamente em relação ao campesinato como classe-apoio de Luís Bonaparte (cf. Silva 1998). Quando, na parte final da sua vida, Marx foi entrevistado pelo jornalista norte-americano John Swinton e interpelado por este sobre a filosófica pergunta sobre qual a "lei do ser', ele retorquiu: "a luta" *(apud* Musto 2018). E sobre o não automatismo das condições de vida degradadas e a ação coletiva transformadora e a importância de fatores político-organizativos. cf. também Engels (2010 [1845]).

Ao contrário das teses anarquistas, para "a tomada do palácio de inverno" não basta o movimento, é necessária a organização, com a qual se constrói a estratégia para a conquista do poder, como, não obstante as suas limitações, o provaram as revoluções bolchevique e cubana. Ou, já em África, as longas lutas anticoloniais empreendidas pelos movimentos de libertação. Aplicada a lição ao tempo presente, se as classes trabalhadores e populares não forem capazes de se organizar e agir coletivamente, a saída da presente crise colocá-las-á numa situação ainda mais difícil. Žižek (2020: 13) já o apontou a respeito da atual crise:

> o resultado mais provável da epidemia é que um novo capitalismo bárbaro prevalecerá: muitos idosos e fracos serão sacrificados e deixados morrer, os trabalhadores terão de aceitar um padrão de vida muito mais baixo, o controlo digital das nossas vidas continuará a ser uma característica permanente, as distinções de classe tornar-se-ão (muito mais do que agora) uma questão de vida ou de morte…

Tal leva-nos para o campo das mais inquietantes distopias que prometem converter-se em realidade, aceleradas pela atual revolução tecnocientífica e industrial em curso, cuja designação *indústria 4.0* a torna muito cosmopolita, "chique" e despolitizada. Num previsível cenário de alargamento do imenso exército de reserva de trabalhadores/as, num vaivém permanente entre o emprego precário, em regra mal pago, e o desemprego, as desigualdades acentuar-se-ão. Se Latour (2018) estiver certo, quando afirma que as elites desistiram de governar o mundo, pretendendo antes proteger-se do caos ambiental, social e demográfico, a luta contra o capitalismo é, a bem dizer, e como Marx e Engels o intuíram de modo pioneiro, a luta por um outro futuro para a humanidade que sabe que só para além do capitalismo e numa perspetiva ecossocialista é possível encontrar as soluções que nos afastem do colapso. Por isso, reiteramos, a situação concreta é eventualmente mais difícil do que era no tempo de Marx e Engels ou, pouco depois, no tempo de Lenine. Se no caso do líder revolucionário russo o desespero foi provocado pela traição social-democrata em 1914, hoje a esquerda confronta-se com o desespero da "experiência devastadora do fim de toda uma época de movimento progressista" (Žižek 2017: 20). Mas pensar agora o desespero implica também considerar a dimensão inquietante dos problemas socioambientais com que nos confrontamos, bem como a comprovada rendição da socialdemocracia, mostrando que desistiu até de pensar, e não apenas de lutar, qualquer alternativa ao capitalismo.[18]

18 Escrutinando o terramoto decorrente do apoio à guerra em 1914 por parte dos partidos socialistas na Europa, com a exceção do russo e do sérvio, Žižek (2005 e 2017) lembra que

O desafio passa certamente por converter situações de desespero em oportunidades de luta. Face a um tempo em que uma parte significativa das classes trabalhadoras nos países capitalistas centrais é empurrada para formas acentuadas de desqualificação e empobrecimento, precariedade e insegurança, juntando-se à imensa massa de excluídos das periferias do mundo, temos, perante o desespero dos grupos mais precários e desprovidos, construir alavancas de segurança mínima para ouvir e debater, mobilizar e lutar. Nesta luta nuclear a burguesia pode empreender, convocando Engels, a sua *proslavery rebellion*, quer dizer, suspender as suas lutas entre Estados, como fizeram em 1871 os seus governos reacionários em França e na Alemanha, para esmagar a Comuna de Paris, ou, situando-nos no nosso passado mais recente, repetir o golpe à Pinochet. Não sendo o capitalismo o fim da história, é preciso tudo fazer para que, em vez da catástrofe que ele traz dentro de si como possibilidade bem real, os movimentos de classe, étnico-raciais e de género se organizem e empoderem, tendo no horizonte a sua emancipação no ecossocialismo.

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor e Max Horkheimer (1987 [1944]), *Dialéctica del iluminismo*. Madrid, Trotta.

Agamben, Giorgio (2003), *Stato di eccezione*. Torino, Bollati Boringhieri.

Aguiar, Jórissa Danilla N. (2018), "Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea", *Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño*, n.º 2, 59-78.

Althusser, Louis (1972 [1965]), *Pour Marx*. Paris, Maspero.

Althusser, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença.

Altvater, Elmar (2006), "Existe um marxismo ecológico?", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 327-349.

Amadeo, Javier (2006), "Mapeando o marxismo", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 51-97.

Amin, Samir (1976), *Imperialisme et developpement inégal*. Paris, Minuit.

Anderson, Perry (1987 [1976]), *Consideraciones sobre el marxismo ocidental.* México, Siglo XXI.

esse momento de desespero abriu a Lenine a possibilidade da revolução. Nos dois textos acima referidos, o teórico eslovaco discorre sobre esse evento maior para a história do movimento socialista. Citando-o, "quando o jornal dos sociais-democratas alemães, o *Vorwärts*, noticiou que os sociaisdemocratas no *Reichstag* tinham votado a favor dos créditos militares, Lenine chegou a pensar que se tratava de uma falsificação pela polícia secreta russa para enganar os trabalhadores russos" (Žižek 2017: 21).

Anderson, Kevin (2010), *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and nonWestern Societies*. Chicago, The University of Chicago Press.

Ariño, António e Juan Romero (2016), *La secesión de los ricos*. Barcelona, Galaxia Gutenberg.

Arrighi, Giovanni (1971), "The relationship between the colonial and the class structures: a critique of André Gunder Frank's theory of the development of underdevelopment", *in International Symposium on Imperialism: Its Place in Social Science Today*. Dacar, United Nations African Institut for Economic Development and Planning, 1-14.

Bader, Veit-Michael (1991), *Collectief handelen*. Groningen, WoltersNoordhoff.

Bader, Veit-Michael e Albert Benschop (1988), *Ongelijkheden*. Groningen, Wolters Noordoff.

Balibar, Etienne (1993), *La philosophie de Marx*. Paris, La Découverte.

Ballestrin, Luciana (2013), "A América Latina e o giro decolonial", *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 11, 89-117.

Becker, Howard (1963), *Outsiders: studies of deviance*. Nova Iorque, The Free Press.

Bensaïd, Daniel (1999), *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Bensaïd, Daniel (2006), "Um olhar sobre a História e sobre a luta de classes", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 237-251.

Benschop, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Amesterdão, Het Spinhuis.

Benjamin, Walter (1974 [1921]), "Zur kritik der gewalt", *in* Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser (orgs.), *Gesammelte schriften.* Francoforte, Suhrkamp, vol. 2, 179203.

Bernstein, Eduard (1964 [1899]), *Socialismo revolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar.

Bloch, Ernst (1968), *Atheismus im christentum. Zur religion des exodus und des reichs*. Francoforte, Suhrkamp Verlag.

Bobbio, Norberto (1975), "Esiste una dottrina marxista dello Stato?", *Mondo Operairo*, ano 28, n.º 8-9, 24-39.

Boff, Leonardo e Clodovis Boff (2011), *Como fazer teoria da libertação*. Petrópolis, Vozes.

Boron, Atilio A. (2006), "Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 33-50.

Boron, Atilio A. (2006), "Teoria política marxista ou teoria marxista da política", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 167-181.

Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

Brenner, Robert (1977), "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism", *New Left Review*, n.º 104, 25-92.

Burawoy, Michel (1979), *Manufacturing consent*. Chicago e Londres, University of Chicago Press.

Callinicos, Alex (2006), "Igualdade e capitalismo", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 253-269.

Cerroni, Umberto (1976 [1973]), *Teoría política y socialismo*. México, ERA.

Césaire, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Cohen, Gerald Allan (1978), *Karl Marx's theory of history. A defence*. Oxford, Clarendon.

Crompton, Rosemary (1995), The development of the classical inheritance", *in* Patrick Joyce (org), *Class*. Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, 43-55.

Crompton, Rosemary (1998 (1993]), *Class and stratification. An introduction to current debates.* Cambridge, Polity Press.

Davis, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.

Davis, Mike (2020), "O coronavírus e a luta de classes: o monstro bateu à nossa porta", [acedido a 19 de dezembo de 2020], disponível em *https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-davis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta/*).

Davis, Kingley e Wilbert E. Moore (1976 [1945]), "Alguns princípios de estratificação social", *in* Octávio Guilherme Velho (org), *Estrutura de classes e estratificação social.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 115-132.

Diamond, Jared (2005), *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record.

Dowbor, Ladislau (2014), "Entender a desigualdade: reflexões sobre o capital no século XXI", *in* Silvio Cassa Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo, Veneta, 818.

Durkheim, Émile (1977 [1893]), *A divisão do trabalho social.* Lisboa, Presença, vols. 1 e 2.

Dussel, Enrique (2009), "Meditações anti-cartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade", *in* Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Menezes (orgs.), *Epistemologias do Sul.* Coimbra, Almedina, 283-335.

Emmanuel, Arghiri (1973), *A troca desigual*. Lisboa, Estampa.

Engels, Friedrich (1942), *Selected correspondence (1846-1894)*. Nova Iorque, International Publishers.

Engels, Friedrich (1971 [1849]), "Prefácio" à obra de Karl Marx, *Trabalho assalariado e capital.* Porto, Escorpião.

Engels, Friedrich (1979 [1873-1886]), *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Engels, Friedrich (1980 [1884]), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Lisboa, Presença.

Engels, Friedrich (1996 [1886]), *Prefácio da edição inglesa*, *in* Karl Marx, *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural, 150-154.

Engels, Friedrich (2010 [1845]), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo.

Foster, John Bellamy (2006), "O redescobrimento do imperialismo", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 431-457.

Francisco (Papa) (2015), *Carta encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, Librería Editrice Vaticana.

Frank, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Fukuyama, Francis (1997), *El fin de la historia y el último hombre*. Buenos Aires, Editorial Paidó.

Galissot, René (1976), *Marx, marxisme et Algérie. Textes de Marx-Engels*. Paris, UGE.

Giddens, Anthony (2000), "Viver numa sociedade pós-tradicional", *in* Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno.* Oeiras, Celta, 53-104.

Godelier, Maurice (1970), "Préface", *Sur les societés pré-capitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenin.* Paris, Maspero, 13-142.

Goffman, Erving (1988 [1963]), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara.

Goldman, Lucien (1955), *Le Dieu caché.* Paris, Gallimard.

González-Casanova, Pablo (2006), "Colonialismo interno (uma redefinição)", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 395-419.

Gorender, Jacob (1996), "Apresentação", *in* Karl Marx (1996 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural.

Gramsci, Antonio (1974), *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, vol I.

Grossfoguel, Ramón (2018), "Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada", *in* Joaze Bernadino Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grossfoguel (orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.* Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, Autêntica, 55-83.

Grüner, Eduardo (2006), "Leituras culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 101-142.

Haldane, John Burdon Sanderson (1979), "Prólogo", *in* Friedrich Engels (1979 [1925]), *A dialética da natureza*. São Paulo, Paz e Terra, 7-13.

Hall, Stuart (1977), "The 'political' and the 'economic' in Marx's theory of classes", *in* Alan Hunt (org), *Class and class structur*e. Londres, Lawrence and Wishart, 15-60.

Hardt, Michael e Antonio Negri (2000), *Empire*. Cambridge e Londres, Harvard University Press.

Harris, Olivia e Kate Young (1981), "Engendered structures: some problems in the analysis of reproduction", *in* Joel S. Khan e Josep T. Llobera (orgs.), *The anthropology of precapitalist societies*. Londres, MacMillan, 109-147.

Harvey, David (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo.* Lisboa, Bizâncio.

Haug, Frigga (2006), "Para uma teoria das relações de género", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 313-325.

Hobsbawm, Eric (1994), *A era dos extremos: história breve do século XX (19141991)*. Lisboa, Presença.

Kautsky, Karl (1921), *Der kommunismus in der deutschen reformation.* Estugarda, Dietz Verlag.

Kautsky, Karl (1974 [1897]), *A questão agrária.* Porto, Afrontamento.

Klein, Naomi (2008), *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Krätke, Michael (2020), *Friedrich Engels: el burgués que invento el marxismo*. Barcelona, Bellaterra.

Labriola, Antonio (1949 [1894]), *Lettere a Engels.* Roma, Rinascita.

Laclau, Ernesto e Chantal Mouffe (1987), *Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid, Siglo XXI.

Lander, Edgardo (2006), "Marxismo, eurocentrismo e colonialismo", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 201-234.

Latour, Bruno (2018), *Down to earth: politics in the new climatic regime*. Londes, Polity Press.

Lefèbvre, Henri (1968), *Le droit à la ville.* Paris, PUF.

Lefébvre, Henri (1972), *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Ulisseia.

Leff, Enrique (1992), "A second contradiction of capitalism? Notes for the environmental transformation of historical materialism", *Capitalism, Nature, Socialism – A Journal of Socialist Ecology*, vol. 3, n.º 4 (dezembro).

Lenine, Vladimir (1970 [1899]), *O imperialismo, estádio supremo do capitalismo*. Lisboa, Caminho.

Losurdo, Domenico (1998), *Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo, UNESP.

Löwy, Michael (org.) (1999), *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Löwy, Michael (2006), "Marxismo e religião: ópio do povo?", *in* Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 271-286.

Löwy, Michael (2013), "Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista", *Cadernos CRH*, vol. 26, n.º 67, 79-86.

Löwy, Michael (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo.

Luhmann, Niklas (1982 [1970]), *The differentiation of society.* Nova Iorque, Columbia University Press.

Lukács, Georg (2003 [1923]), *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Editora.

Luxemburgo, Rosa (1971 [1905]), "Kirche und sozialismus", *in Internationalismus und Klassenkampf.* Neuwied, Luchterhand.

Luxemburgo, Rosa (1967 [1912]), *L' accumulation du capital*. Paris, Editions Sociales.

Lyotard, Jean-François (2009 [1979]), *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Maddison, Angus (1995), *Monitoring of the world economy: 1920-1992*. Paris, OECD – Development Centre.

Maffesoli, Michel (1985), *La connaissance ordinaire*. Paris, Librairie des Méridiens.

Mannheim, Karl (1976 [1929]), *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar.

Marcuse, Herbert (1970), *One-dimensional an: studies in the ideology of advanced industrial societies*. Boston, Beacon Press.

Marini, Ruy Mauro (1973), *Dialéctica de la dependencia.* Cidade do México, Era.

Marx, Karl (1975 [1849]), *Trabalho assalariado e capital*. Porto, Escorpião.

Marx, Karl [1975 (1869)], *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*. Coimbra, Centelha.

Marx, Karl (1975a (1895]), *A luta de classes em França, 1848-1850*. Coimbra, Centelha.

Marx, Karl (1976a [1857-1859]), *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundisse)*. Cidade do México, Siglo XXI.

Marx, Karl (1996 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural.

Marx, Karl (2004 [1844]), *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo, Boitempo.

Marx, Karl (2017 [1847]), *Miséria de filosofia. São Paulo,* Boitempo.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1968 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Escriba.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1976 [1846]), *A ideologia alemã.* Lisboa, Presença.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1978 [1853]), *Sobre o colonialismo.* Lisboa, Estampa, vol. 2.

Marx, Karl e Friedrich Engels (2011 (1844]), *A sagrada família*. São Paulo, Boitempo.

Meillassoux, Claude (1997), *L'Économie de la vie*. Lausana, Page2.

More, Thomas (s.d. [1516]), *A utopia*. Mem Martins, Europa-América.

Musto, Marcello (2018), *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883*). São Paulo, Boitempo.

Netto, José Paulo (2004), *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez.

O'Connor, James (1988), "Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction", *Capitalism, Nature, Socialism – A Journal of Socialist Ecology*, n.º 1.

Parsons, Talcott (1988 [1951]), *El sistema social*. Madrid, Alianza Editorial.

Pikkety, Thomas (2013), *Le capital au XXe siècle*. Paris, Seuil.

Poulantzas, Nicos (1975), *Classes in contemporary capitalism*. Londres, New Left Books.

Poulantzas, Nicos (1978), *L' état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France.

Quijano, Aníbal (2000), "Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina", *in* Edgardo Lander (org), *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 246-276.

Ramonet, Ignacio (2016), *El imperio de la vigilancia.* Madrid, Clave Intelectual.

Rey, Pierre Phillipe (1979 [1973]), *As alianças de classe*. Coimbra, Centelha.

Ribeiro, Fernando Bessa, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (2010), "Apresentação", *in* Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.), *Trabalho, técnicas e mundo: perspectivas e debates.* Vila Nova de Famalicão, Húmus, 13-24.

Ribeiro, Fernando Bessa (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento.* Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Ribeiro, Fernando Bessa (2018), "Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e a ação do Estado", *in* Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Brandão e Ana Jorge, *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 107-127.

Ribeiro, Fernando Bessa, Ivonaldo Leite e Joel Felizes (2020), "Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento", *Configurações*, n.º 25, 9-24.

Rushkoff, Douglas (2018), "La supervivência de los más ricos y cómo traman abandonar o barco", *Ctxt - Revista Contexto*, n.º 180, [acedido a 20 de abril de 2020], disponível em http://ctxt.es/es/20180801/Politica/21062/tecnologia-futuro-ricos-pobres-economia-Douglas-Rushkoff.htm.

Sanchez-Vasquez, Adolfo (1980 [1967]), *Filosofía de la praxis. México,* Fondo de Cultura Económica.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Os processos de globalização", *in* Boaventura Sousa Santos (org), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto, Afrontamento, 31-106.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (2017), "Mas allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocêntrica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 114, 75-116.

Santos, Boaventura de Sousa (2019), *Esquerdas do mundo, uni-vos!* Coimbra, Almedina.

Santos, Milton (1996), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

Santos, Theotônio dos (2011 [1978]), *Imperialismo y dependencia.* Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho.

Sartre, Jean Paul (2002 [1960]), *Crítica da razão dialética: precedido por questões de método.* Rio de Janeiro, DP & A.

Schumpeter, Joseph A. (2018 [1942]), *Capitalismo, socialismo e democracia.* Coimbra, Actual Editora.

Scott, James (1990), *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres, Yale University Press.

Shah, Sonia (2020), "De onde vêm os coronavírus? Contra as pandemias, a ecologia", *Le Monde Diplomatique (edição portuguesa)*, vol. 2, n.º 161, 13-14.

Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégicas camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silva, Manuel Carlos (2009a), "Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica", *Configurações*, n.º 5/6, 11-40.

Silva, Manuel Carlos (2009b), "Marx-Engels and the (pseudo)dichotomous phraseologies", *in* Harry van den Berg, Ewald Engelen e Yolande Jansen (orgs.), *Het gelaadgde denken. Essays voor Veit Bader*. Amesterdão, F&N Eigen Beheer, 82-97.

Silva, Manuel Carlos (2012), "Trabalho, profissões e género", *in* Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.), *Trabalho, técnicas e mundo: perspectivas e debates.* Vila Nova de Famalicão, Húmus, 135-156.

Silva, Manuel Carlos (2013a), "Pobreza, exclusão e desigualdade", *in* Raquel Varela (org), *A Segurança Social é sustentável*. Lisboa, Bertrand, 130.

Silva, Manuel Carlos (2016), *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silva, Manuel Carlos (2018), "Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisitação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional", *in* Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge (orgs.), *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 691-733.

Silva, Manuel Carlos (2022), "O marxismo como corte epistemológico e o seu lugar na sociologia em Portugal", *in* Fernando Bessa Ribeiro *et al* (orgs.), *Karl Marx: legado, críticas e atualidade*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Simmel, Georg [1987 (1903)], "A metrópole e a vida mental", *in* Otávio Guilherme Velho (org), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 11-25.

Siracusa, Gabriel (2019), "Será Marx orientalista?", *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR), vol. 8, n.º 2, 330-352.

Sousa Filho, Alípio (2020), "O vírus SARS-Cov2 não é um mensageiro", *Blogue Convergência,* [acedido a 20 de abril de 2020], disponível em https://convergencia-bloco.org/2020/04/08/o-virus-sars-cov-2-nao-e-um-mensageiro-por-alipio-de-sousa-filho/.

Sung, Jung Mo (1989), *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo, Paulinas.

Suret-Canale, Jean (1998), "As origens do capitalismo (séculos XV a XIX)", *in O livro negro do capitalismo*. Porto, Campo das Letras, 25-47.

Taibo, Carlos (2017), *Colapso: capitalismo terminal, transición ecosocial, ecofascismo*. Buenos Aires, Anarres.

Teixeira, Joana e Fernando Bessa Ribeiro (2020), "Trabalho de campo num bairro social de Braga: questões metodológicas e o envolvimento participante como estratégia", *in* Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, João Teixeira Lopes, António Jorge Fontes

e Teresa Mora (orgs.), *Por uma habitação básica: cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto, Afrontamento, 203222.

Thompson, Edward Palmer (1978), *The poverty of the theory and ther essays*. Londres, Merlin Press.

Thompson, Edward Palmer (1982 [1963]), *The making of the english working class.* Harmondsworth, Middlesex, Penguin.

Trotsky, Leon (1985 [1929]), *A revolução permanente*. São Paulo, Livraria Editora.

Wallerstein, Immanuel (1990 [1974]), *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.* Porto, Afrontamento.

Wallerstein, Immanuel (2002 [1995]), *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.

Weber, Max (1978 [1920]), *Economy and society I* (editado por Guenther Roth e Claus Wittich). São Francisco, University of California Press.

Weber, Max (1990 [1905]), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa, Presença.

Wolf, Eric (1974 [1969]), *Les guerres paysannes du vintgtième siècle*. Paris, Maspero.

Wood, Ellen Meiksins (1999), *The origin of capitalism*. Nova Iorque, Montthly Review Press.

Wright, Eric Olin (1985), *Classes*. Londres e Nova Iorque, Verso.

Wright, Eric Olin (1998), "Reflections on Classes", *in* Eric Olin Wright (org), *The debate on classes.* Londres, Verso, 49-77.

Žižek, Slajov (organização, introdução e posfácio) (2005), *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. São Paulo, Boitempo.

Žižek, Slavoj (2017), *Lenine 1917*. Amadora, Elsinore.

Žižek, Slavoj (2020) *Pandemic! Covid-19 shakes the world*. Nova Iorque e Londres, OR Books.

Zoberman, Yves (2011), *Uma história do desemprego: da antiguidade aos nossos dias.* Porto, Afrontamento.

Zuboff, Shoshana (2019), *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power.* Nova Iorque, Hachette.

II. À (RE)DESCOBERTA DE UM KARL MARX VITORIANO E DE UM LEGADO MARXIANO NA ARTE E NA POLÍTICA BRITÂNICAS

Paula Alexandra Guimarães

Nascido numa família da burguesia prussiana, o universitário culto de nome Karl Heinrich Marx viria a casar com uma jovem da nobreza alemã, tendo contactado pouco com a classe operária emergente e suas terríveis condições.[1] Embora produto de uma geração pós-napoleónica, influenciada pelas reflexões históricas de Hegel, o jovem Marx não se interessou de imediato pela economia ou a política. Mas, como judeu entre protestantes, foi marcado desde logo pela diferença, tornando-se, pouco depois, um eternamente deslocado, um filósofo errante e um ativista na pobreza.[2] Contra todas as probabilidades, Marx ou 'Mouro', como era conhecido, residiu na Londres vitoriana – a primeira metrópole capitalista – durante trinta e quatro anos, dez dos quais em condições de saúde precárias. Apesar de lhe terem negado a nacionalidade britânica, Marx jaz para sempre no cemitério de Highgate (na área reservada aos banidos e rejeitados pela Igreja Anglicana), já que a sua pátria nunca o reclamou. A sua foi, assim, uma vida feita de contrastes e contradições marcantes, as quais refletem em parte o seu tempo. Neste texto, foco-me no impacto que o último, e mais longo, dos seus três exílios – em Londres, desde finais de 1849 até à sua morte em 1883 – teve na sua obra e, também, na arte e na política britânicas.

'Porquê Londres?' Esta cosmopolita metrópole vitoriana facultava à época – décadas de 40 a 50 – um refúgio seguro para um grande número de refugiados

1 Karl Marx nasceu em Trier, Prússia, a 5 de maio de 1818. Estudou direito na Universidade de Bona e, depois, filosofia na Universidade de Berlim (onde se alinhou com os 'hegelianos de esquerda'). Doutorou-se em Jena, em 1841, com uma tese sobre as *Diferenças da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro*. Ver Berlin (1839) e G. S. Jones (2016).

2 Em 1843, Marx emigrou para Paris acompanhado da mulher. Expulso de França, pouco depois, instalou-se em Bruxelas. Em 1848, o governo belga expulsa-o e ele regressa a Colónia, mas enfrenta graves problemas financeiros. Após uma breve passagem por Paris, refugia-se por fim em Londres, onde fixa residência. Ver Ashton (1986), Lattek (2006) e Glover (2012).

políticos de diferentes proveniências (particularmente, os que fugiam das revoluções europeias falhadas de 1848), e um excelente ponto de observação e estudo da sociedade capitalista mais avançada da época. Pelo seu misto de desafio e de estímulo, Londres possuía um grande fascínio para Marx, mas era também aí que, então, residia o seu melhor amigo e mais próximo colaborador, Friedrich Engels (1820-1895).[3] Este jovem empresário industrial, com fortes preocupações sociais, iria conceder-lhe um apoio incansável, sobretudo do ponto de vista económico; os Marx viviam com enormes dificuldades, tendo sido despejados de Dean Street, no Soho, só se mudando para Grafton Terrace, Kentish Town, em 1856. Marx ver-se-ia obrigado a ganhar a vida como jornalista, pois não conseguiu encontrar uma posição como académico; escrevia artigos sobre política externa para jornais norte-americanos, tendo trabalhado como correspondente para o *New York Daily Tribune* (1852-62).[4]

Entre 1846 e 1848, os primeiros esforços para a criação de organizações internacionais de trabalhadores – nomeadamente, a Liga dos Justos e a Liga Comunista – estavam a ser feitos precisamente em Londres. A Primeira Internacional, da qual Marx veio a ser um dos líderes, tinha sido preparada por ativistas cartistas como Ernest Jones e Julian Harney, os quais se tinham juntado aos refugiados políticos europeus, como Wilhelm Weitling e Karl Schapper, no seio da organização conhecida como 'Democratas Fraternos'. A par desta intensa atividade política, que o colocou na vanguarda dos movimentos radicais do seu tempo, o primeiro gesto de Marx foi conseguir acesso à famosa Sala de Leitura da Biblioteca Britânica, onde se juntaria a outras figuras mediáticas, como Carlyle, Thackeray, Dickens e Ruskin. Tendo dedicado os primeiros meses a consultar *The Economist* (jornal que começara a ser impresso em 1843), Marx absorveu também a literatura dos 'talentos locais', consumindo vorazmente as obras de Shakespeare, Milton, Defoe e Dickens. E, tal como Dickens e Ruskin, também ele mergulhou nos 'livros azuis', extraindo destes extensos relatórios governamentais informações que lhe seriam preciosas no futuro.

---

3 Filho de um industrial de Barmen, Friedrich Engels tinha sido enviado para Manchester, aos 22 anos de idade, para gerir a fábrica de fiação *Ermen & Engels*, em Weaste, tendo ficado impressionado com a miséria em que viviam os trabalhadores fabris. Mas foi um dos seus primeiros artigos sobre economia política que direcionou a atenção de Marx; *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845) levou-o a conceber a dialética histórica em termos de conflito de classes. Depois disso, Marx e Engels trabalhariam sempre juntos. Ver Hobsbawm (1964) e Briggs e Callow (2008).

4 Os seus artigos publicados no *Tribune*, à época o jornal de maior circulação do mundo, procuravam explicar a política e a sociedade britânicas a um público norte-americano e, como tal, cobriam várias matérias: política internacional, condições económicas e questões sociais e culturais mais amplas. Ver G. S. Jones (2016).

Marx, cujo domínio da língua inglesa em 1853 era já suficiente para poder redigir artigos, foi inexplicavelmente descrito (Berlin, 1948) como possuindo poucos contactos entre a população nativa e conhecendo o país apenas superficialmente. O seu meio social consistiria apenas de comunidades emigradas alemãs e as suas energias políticas teriam um foco continental – visando sobretudo construir o socialismo na Alemanha. Marx não teria sido afetado pela sua envolvência, vivendo isolado no seu próprio mundo, em grande parte alemão. Mas, tal como Gareth Stedman Jones argumenta na sua biografia *Karl Marx: Grandeza e Ilusão*, o Marx que foi 'construído' no século XX tinha apenas uma semelhança acidental com o Marx que viveu no século XIX; não lidamos com um ícone marmóreo, mas com um ser humano, um pensador, na sua passagem por um mundo hostil e em transformação. E, como veremos, existem muitas ligações entre a vida e a obra de Marx, por um lado, e a política e a cultura na Grã-Bretanha do século XIX, por outro. Um aspeto que, desde logo, sobressai é referido no livro *Marxismo e Literatura* de Terry Eagleton – a surpreendente faceta literária de Marx:

> As obras […] são adornadas com conceitos e alusões literárias; […] A arte e a literatura faziam parte do próprio ar que Marx respirava, como intelectual alemão fantasticamente culto […]. Os seus conhecimentos de literatura, […] eram de uma amplitude desconcertante; […] declamador de poesia, devorador de toda a espécie de arte literária, da prosa augustana às baladas industriais. Numa carta a Engels, descreveu as suas próprias obras como formando um 'todo artístico' e era escrupulosamente sensível às questões de estilo literário, a começar pelo seu […] (1978: 13-14).

A poesia, em particular, é um lado muito pouco conhecido da obra de Marx; os seus poemas só viriam a lume a partir da década de trinta do século XX, tendo permanecido no esquecimento a partir da década de oitenta. São geralmente longos, de um lirismo exaltado e idealista, marcados pelas formas poéticas tradicionais da literatura alemã, tal como as baladas e as narrativas em verso. Neste género literário, destacam-se as suas coleções intituladas *Ao Pai (An den Vater*), *Livro do Amor* (*Buch der Liebe)* e *Livro das Canções (Buch der Lieder*), as quais revelam uma considerável ambição poética. Marx também teria traduzido uma elegia retirada de *Libri Tristium (Livros da Tristeza*) do poeta latino Ovídio; e escreveu, ainda, quatro sonetos de amor à sua esposa, Jenny von Westphalen; mas Marx também gostava de escrever epigramas ou pequenas composições satíricas. Encontramos nos seus textos políticos e filosóficos passagens recheadas de poesia, de sensibilidade estética, de imagens poderosas que potenciam o seu importante legado intelectual. As suas imagens nascem das entranhas do real, da realidade áspera que exige uma escrita igualmente

áspera: quer nos poemas juvenis quer nos densos trabalhos teóricos, culminando com *O Capital* (1867), o poético não é algo de acessório, mas o recurso necessário para ilustrar os conflitos históricos.

Já as experiências de Marx na esfera do romance, o género por excelência do período oitocentista, resumiram-se a *Scorpion e Felix. Um Romance Humorístico* (1837), uma ficção narrada na primeira pessoa, muito ao estilo de *Tristram Shandy* de Laurence Sterne.[5] Contendo três personagens principais, é uma busca de origens diferidas, contada autoreflexivamente no tempo presente. Marx encontra o seu *habitat* literário no terreno da sátira, o mais adequado para realizar a crítica social: a ironia e a capacidade de ridicularizar situações, expondo o que existe de trágico e de absurdo na realidade. Foi este caráter satírico que permitiu a Marx atacar a figura do burguês com ferocidade; e é o que observamos, por exemplo, no *Manifesto Comunista* (1848), onde um motor é usado para representar o papel da luta de classes no movimento da história. Já nos seus *Manuscritos Económicos e Filosóficos* (1844), Marx demonstra que a origem do estético se encontra na complexa relação dialética entre sujeito e objeto, já que a arte também é trabalho.[6] Ao expor com precisão histórica os mecanismos de exploração do capital, Marx desenvolve uma sátira em que o dinheiro se apresenta como a metáfora da desumanização – um mundo antipoético, no qual os produtos criados pelo homem o dominam. É com extrema sensibilidade literária que Marx nos fala de uma realidade em que a mercadoria enfeitiça os seres humanos. Com a sua veia poética, ele mostra-nos aquilo que todo o poeta deveria saber – que o trabalho que aliena o homem é o maior inimigo da poesia.

Tanto Marx como Engels fizeram amplo uso dos tesouros da literatura mundial nos seus textos, incluindo referências e citações diretas a figuras literárias e mitológicas, e apreciavam sobretudo as obras dos românticos revolucionários de segunda geração, como George G. Byron (1788-1824) e Percy B. Shelley (1792-1822).[7] Este último, em particular, tinha defendido as causas libertárias mais radicais do seu tempo, como se verifica na sua *Ode à Liberdade,* especialmente dedicada aos levantamentos liberalistas e constitucionalistas do sul da Europa (1818-20), representando talvez para Marx um prenúncio das futuras revoluções republicanas que enfraqueceriam as

5 Radicalmente experimental para a época, *Tristram Shandy* (1759-69) assemelha-se a um romance moderno de vanguarda, mas integra-se na linha satírico-filosófica das narrativas de Rabelais e Cervantes. Sobre Marx e a literatura mundial ver Prawer (1976).

6 Como é sabido, Marx e Engels propuseram uma explicação materialista para a origem do próprio sentido estético. Eles notaram que as capacidades artísticas foram sempre o resultado do trabalho do homem. Ver Alizadeh (2017).

7 Marx e Engels estabeleciam uma distinção entre o romantismo revolucionário, que rejeitava o capitalismo e lutava pelo futuro, e o romantismo reacionário que só olhava para o passado. Ver Alizadeh (2017).

monarquias absolutas: "Um povo glorioso fez vibrar novamente / A luz das nações: A Liberdade / […] Espalhando fogo contagioso no céu, / Brilhou." (I, 1-7) Marx e Engels mantiveram ligações estreitas com muitos outros escritores revolucionários ingleses, em particular com o importante líder cartista Ernest Jones (1819-1869).[8]

Em 1845, ao ler o semanário cartista *Northern Star*, Jones descobriu que os princípios políticos aí defendidos se harmonizavam com os seus;[9] mas foi sobretudo como poeta e versificador que ele se tornou conhecido a nível nacional. As *Canções Cartistas* tinham sido publicadas em agosto de 1846 e muitos versos aí contidos eram recitados e cantados por toda a Grã-Bretanha laboral.[10] Próximo de Jones estaria George Julian Harney (18171897), uma destacada figura do movimento operário inglês, dirigente da ala esquerda cartista e redator de vários jornais cartistas, de quem Marx era também amigo.[11] Foi por intermédio dele que Jones conheceu Engels e depois Marx, os quais tiveram uma influência considerável no seu pensamento político. No início de 1848 Jones era já uma das principais figuras do movimento: tinha sido candidato às eleições gerais de julho de 1847 e, aquando da revolução em Paris, Jones foi um dos três delegados a dirigir-se ao presidente do governo provisório de Paris, local onde se encontrou novamente com Marx. Eloquente e carismático, Jones seria detido em Manchester, em junho de 1848, acusado de comportamento ilegal e condenado a dois anos de prisão. Os seus diários e jornais da década de 1850, sobretudo as *Notas ao Povo* (1851-2) e *O Jornal do Povo* (1852-18), para os quais Marx terá contribuído, revelam informações essenciais sobre a política radical desta última década cartista.[12] Mas o

8 Existem na vida de Jones afinidades surpreendentes com Marx e Engels: para além de ter nascido em Berlim e vivido na Alemanha até aos 19 anos de idade, usufruiu também de uma excelente educação.

9 O cartismo foi um movimento com picos de atividade em 1839, 1842 e 1848, que exigia, entre outros direitos políticos, o sufrágio universal masculino. Teve como principal base a Carta escrita pelos radicais William Lovett e Feargus O'Connor em 1838, intitulada *Carta do Povo*, que foi submetida três vezes ao Parlamento Inglês, sem sucesso. Ver Hovell (1966).

10 Em 1846 Ernest Jones transitou da cena literária londrina para o centro do movimento cartista. A poesia cartista da década de 1840 foi uma manifestação popular do Romantismo inglês, de Byron e Shelley. Os poemas de Jones apresentavam uma visão evangélica e melodramática da luta de classes.

11 Harney, radical mais comprometido e ardente, cumpriu três penas de prisão. Fundou a Associação Democrática de Londres, atraindo milhares de trabalhadores. Após o colapso do cartismo, permaneceu um ativista militante, sendo um dos primeiros ingleses convertidos ao marxismo. Ver Pierson (1973).

12 Marx apoiou ativamente os jornais de Jones, escrevendo cerca de trinta artigos, alguns deles em conjunto. Esta parceria política e jornalística colocou Marx num novo contexto, influenciado pelas ideias e visões do mundo de Jones.

internacionalismo de Jones, partilhado por Marx, permaneceu vigoroso e o seu contributo alargou-se aos movimentos da segunda Reforma parlamentar de 1867.

Jones era alguém que Marx respeitava e cujos conselhos às vezes solicitava. Da mesma forma, os melhores poemas de Ernest Jones, escritos no final da década de 1840, mostram bem a influência que as ideias de Marx e de Engels tiveram nele. Em particular, *The New World* (1851), o seu longo poema épico composto na prisão, sugere uma primeira exploração poética do materialismo histórico marxista. Engels continuaria, nas décadas tardias de 1880 e 1890, a acompanhar de perto os escritos revolucionários daqueles autores ingleses que eram ideologicamente próximos do movimento socialista inglês, tal como a ativista e romancista Margaret Harkness e o biólogo e dramaturgo Edward Aveling.[13]

Marx teria descrito ainda os escritores realistas ingleses – Dickens, Thackeray, as Brontës e Gaskell – como uma 'brilhante pléiade de romancistas', cujas páginas 'gráficas e eloquentes' deram ao mundo 'mais verdades políticas e sociais do que as proferidas por políticos, publicistas e moralistas – juntos'.[14] *Mary Barton: Um Conto da Vida em Manchester* de Elizabeth Gaskell foi escrito em 1848,[15] o ano do *Manifesto Comunista*, e poucos anos depois d'*A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra,* (1844-1845) de Engels, que Marx cita várias vezes em *O Capital*. O romance lida diretamente com as vidas e as tragédias da classe trabalhadora inglesa; os destinos desta são decididos pelos fluxos económicos, com as suas ondas recorrentes de queda de salários e desemprego. Vivem e lutam num período de sindicalização incipiente, com poucos recursos legais e num contexto de violência de classes (presente na imagem dos agitadores cartistas). A história de Gaskell pretendia inspirar simpatia e compreensão pelos trabalhadores por parte da classe média, mas não

13 Harkness (1854-1923), membro da SDF, publicou vários romances realistas sobre a classe trabalhadora, como *A City Girl* (1887), *Out of Work* (1888) e *In Darkest London* (1889). Foi ela quem recebeu a famosa carta de Engels, explicando a sua noção de 'realismo literário'. Aveling (1849-1898) foi membro fundador da Liga Socialista e do Partido Trabalhista independente, assim como dramaturgo. Tentou fundar, com Engels, um novo partido marxista da classe operária.

14 Foi Engels quem formulou a definição clássica de realismo, envolvendo a 'verdade de detalhes' e 'a reprodução fiel de personagens típicos sob circunstâncias típicas'. A representação realista, segundo Marx e Engels, não é uma mera cópia da realidade, mas um modo de aceder à essência de um fenómeno, um método de generalização artística que permite revelar os traços típicos de uma época particular. Ver Engels (1975).

15 A romancista Elizabeth Cleghorn Gaskell (1810-1865) escreveu livros como reação à forte industrialização de Manchester, cidade onde viveu grande parte da sua vida e onde conheceu de perto a difícil realidade da classe operária, a qual procurou retratar. Em 1855, Gaskell publicou *O Norte e o Sul*, um estudo detalhado das tensões entre os ricos proprietários fabris e os seus trabalhadores carenciados.

demonstra identificação com os esforços daqueles que pretendem organizar-se no sentido de defender os seus próprios interesses. É o espírito de *Das Kapital*, porém, que uma cena em *Mary Barton* parece ilustrar: John Barton, um líder cartista desempregado vê a esposa do seu patrão – um industrial rico – a sair de uma loja carregada com compras. Barton está não só faminto, mas o seu filho está a morrer e, perante esse enorme contraste, exclama: 'nós aumentamos as fortunas deles com o suor do nosso rosto'. Mas, no final do romance, Barton, atormentado pela sua culpa (num ato de violência), morre de forma conciliadora e cristã nos braços do seu patrão. É ao introduzir o elemento religioso na resolução do seu romance industrial que Gaskell, esposa de um clérigo protestante, subverte a sua suposta questionação dessas desigualdades. Para Marx, pelo contrário, a religião era uma ilusão, 'o ópio do povo'; como tal, não poderia haver reconciliação, mas apenas revolução.

Tal como um bom romance realista vitoriano, à semelhança de um *Hard Times* de Dickens, *O Capital* de Marx combina a expansividade social que caracteriza o real com a interioridade psicológica que define o género.[16] *Das Kapital*, cujo primeiro volume foi publicado em 1867, pertence integralmente a uma era literária que abrange obras como *Oliver Twist* (1837-39) de Dickens e *Felix Holt, o Radical* (1866) de Eliot, unindo os dois decisivos atos de reforma de 1832 e 1867, durante os quais a ficção inglesa se transformou num instrumento crítico formidável e num poderoso reflexo de mudança social, política e educacional.[17] Tal como nesses romances, a autoridade desta obra de Marx é menos suportada na teoria socialista do que nos relatórios do governo britânico: ele usa aquele excesso de detalhes a que Barthes chamou 'o efeito de realidade'. Porque é, em simultâneo, um discurso da história e da individualidade, da materialidade e da consciência, procurando nada menos do que 'a causa fundamental da miséria do mundo'. Além do mais, *O Capital* constela as suas ideias no próprio ritmo da narrativa e, poeticamente, na livre circulação de tropos. Dado que grande parte do seu tempo na Inglaterra, os primeiros quinze anos, foi ocupada no estudo da Economia Política, Marx viu nessa teoria uma explicação

16 *Hard Times-For These Times* (*Tempos Difíceis*), publicado em 1854, desenrola-se na fictícia Coketown, uma pequena cidade fabril do norte da Inglaterra, parcialmente baseada na Preston do século XIX. É uma crítica feroz, levada ao extremo, das consequências nefastas das teorias utilitaristas dos economistas políticos na vida pública e privada da classe média e da classe operária, abarcando questões educacionais, laborais e de género. Ver Marx (1987) e Aberbach (2018).

17 Disraeli, em *Sybil* (1845), atacava o 'espírito de cobiça voraz' na Inglaterra, a divisão entre 'duas nações': os ricos e os pobres, ignorantes uns dos outros, habitantes de mundos diferentes, sob a mesma rainha. George Eliot, enquanto criança, tinha testemunhado um dos muitos motins organizados por trabalhadores famintos, cujos meios de subsistência se viam ameaçados pelos avanços da indústria. Ver Kornbluh (2007).

para a ideologia dominante do governo burguês. E, por 'crítica da economia política' (o subtítulo presente na obra), Marx entendia projetar o derrube efetivo da sociedade burguesa, cuja estrutura se suportava nas teorias mais áridas e desumanas dos economistas políticos ingleses, como Adam Smith, Jeremy Bentham, James Mill e David Ricardo.[18] Marx via o capitalismo como um mal em si mesmo e também como a causa da incompatibilidade entre patrões e trabalhadores; aqueles eram motivados pela ganância e pela necessidade de exploração; logo, os trabalhadores deveriam assumir o controlo da produção para não serem explorados até à morte.

E foi a sua ligação à 'Internacional' – a Associação Internacional dos Trabalhadores (*International Workingmen's Association* - IWMA) – que mais fortemente garantiu a reputação de Marx na Inglaterra. Embora não tenha desempenhado um papel significativo na fundação da mesma, Marx estabeleceu desde logo uma posição de liderança dentro dela, como resultado das suas habilidades de redação e organizacionais, do seu conhecimento do movimento operário europeu e do seu sentido de propósito.[19] No entanto, a Internacional estava aparentemente mais preocupada com questões de carácter doméstico, incluindo o livre comércio, a questão irlandesa, a nacionalização da terra, a limitação do dia de trabalho e o uso do trabalho infantil. A par destas influências locais, e das respetivas diferenças nos seus propósitos, Marx (re)conhecia a existência de uma longa, e muito distinta, tradição no socialismo britânico, que ia de Thomas More a Thomas Spence.

Marx considerava o Cartismo a secção politicamente mais avançada – dado o sistema de classes que vigorava no país, a concretização das exigências 'democráticas' desse movimento teria consequências 'socialistas' de longo alcance. Marx leu amplamente entre os escritos cartistas e os historiadores modernos encontraram provas dessa influência na análise que ele faz da política britânica.[20] Apesar da sua natural relutância face a 'esquemas' mais utópicos ou conservadores, Marx aprovou

---

18 Apesar de tudo, a teoria de Marx tomou como ponto de partida os economistas clássicos britânicos. Seguiu A. Smith na ideia de que o benefício económico do capitalismo era um rápido crescimento na produtividade. A tese de Malthus de que o crescimento populacional era a causa dos baixos salários dos trabalhadores fez com que Marx desenvolvesse uma teoria alternativa. E é na teoria de Ricardo que surge a ideia de que os salários e os lucros estavam inversamente relacionados. Ver Claeys (1991).

19 Muitos textos de Marx apareceram, pela primeira vez, sob os auspícios da Internacional: O "Inaugural Address" de 1864, o panfleto "Valor, Preço e Lucro" de 1865 e duas comunicações sobre a guerra franco-prussiana e a Proclamação da República Francesa, respetivamente (Cf. Collins 1965).

20 A primeira versão inglesa do *Manifesto Comunista,* pela escritora cartista Helen Macfarlane, apareceu no *Republicano Vermelho*, em novembro de 1850. Marx participou também em manifestações cartistas, como os protestos em massa de 24 de junho e 1 de julho de 1855 contra as restrições impostas ao comércio de domingo. Ver Draper (1998).

certos elementos presentes na visão utópica do socialista e cooperativista galês Robert Owen (1771-1858), nomeadamente as suas tentativas pioneiras de educar os jovens e de ultrapassar a divisão prevalecente entre a cidade e o campo.[21] Marx considerava que a avaliação da sociedade que tinha sido feita por Owen estava repleta de materiais críticos valiosos, incluindo a crítica ao caráter degradante do trabalho sob o capitalismo e da propriedade privada, como a causa principal desses e de outros problemas sociais.[22]

Após a morte de Marx, em 1883, surgiu na Grã-Bretanha uma primeira geração póstuma de socialistas que foram, direta ou indiretamente, influenciados pelas suas ideias. Na década de 1880 Henry Mayers Hyndman (1842-1921) foi o primeiro marxista britânico a influenciar os socialistas mais importantes, embora a sua personalidade difícil (era muito autoritário) tenha antagonizado a maioria deles e diminuído a sua eficácia política. Educado no *Trinity College*, em Cambridge, Hyndman viajou bastante e trabalhou como jornalista em Londres (de 1871 a 1880). Convertido ao marxismo após a leitura de *Das Kapital*, em 1880, juntou-se a vários outros radicais na fundação da Federação Democrática e, em 1881, escreveu *England for All*, o primeiro livro socialista publicado na Inglaterra desde o declínio do movimento reformista de Owen. Neste trabalho Hyndman expôs as teorias de Marx, o qual se ofendeu devido à omissão do seu nome.[23] Em 1884 a Federação Democrática passou a Federação Social-Democrata (SDF) e, dentro dela, muitos socialistas, incluindo William Morris, John Elliot Burns e George Lansbury, foram iniciados no marxismo por Hyndman.

Ernest Belfort Bax (1854-1926) foi um intelectual interessado na filosofia alemã, cujo envolvimento com a política socialista foi dificultado pelas suas visões idiossincráticas. Em 1881 Bax escreveu um artigo no *Modern Thought* sobre a vida e as ideias de Marx, como parte da série "Líderes do Pensamento Moderno". Marx considerou-o um texto bastante condescendente, mas acolheu bem o entusiasmo do jovem pelas suas ideias económicas e políticas. Em 1882 Bax juntou-se à Federação

21 Robert Owen era coproprietário e gerente de uma fábrica em New Lanark (Escócia). Ali reduziu a jornada de trabalho para 10,5 horas diárias – um avanço para a época, já que a dos operários têxteis era de 14 a 16 horas. Preocupou-se ainda com a qualidade de vida dos seus empregados, construindo casas para as famílias destes, o primeiro jardim-de-infância e a primeira cooperativa. Owen fundou ainda, nos Estados Unidos, a colónia socialista *New Harmony*.

22 Em 1857-58, nos chamados *Grundrisse* (*Fundamentos*), Marx cita várias passagens nas quais Owen retrata os trabalhadores roubados da sua saúde, tanto pela monotonia como pelo esgotamento do trabalho, assim como o tratamento instrumental que é dado aos seres humanos no capitalismo. Ver Owen (1993).

23 Hyndman tinha incluído dois capítulos de *O Capital* na sua obra *Inglaterra para Todos*, mas referenciava apenas um 'grande pensador e escritor original' (cf. Bevir 2011).

Social-Democrata, mas, impressionado com a visão crítica de William Morris, decidiu apoiá-lo nas suas disputas com o líder do partido, Hyndman. Em 1884 juntou-se assim a Morris, Eleanor Marx e Edward Aveling, deixando a SDF e formando, com estes três, a Liga Socialista. Bax e Morris escreveram conjuntamente o Manifesto da Liga Socialista, onde declararam que a organização procuraria 'educar e organizar a opinião pública para a transformação da Grã-Bretanha numa sociedade verdadeiramente socializada'.[24] Bax coeditou o jornal do partido, *Commonweal*, com Morris; alguns destes artigos apareceram mais tarde na obra que os dois escreveram em conjunto, *Socialism, Its Growth and Outcome*. Nos seus livros *The Religion of Socialism* (1887) e *Ethics of Socialism* (1889), Bax defendeu que as dimensões política e religiosa do socialismo deveriam consistir no 'republicanismo internacional' e no 'humanismo ateu', respetivamente.

William Morris (1834-1896), que foi *designer*, poeta, romancista, tradutor e ativista, tinha-se formado em estudos clássicos na Universidade de Oxford, criando laços de amizade com os artistas pré-rafaelitas.[25] Liderando o movimento artístico britânico *Arts & Crafts* (Artes e Ofícios), foi um dos principais responsáveis pelo revivalismo das artes têxteis e métodos tradicionais de produção. O entusiasmo nostálgico pelas organizações medievais de artesãos, assim como as opiniões contrárias aos ideários do capitalismo e da produção em massa, são as linhas de orientação do trabalho e filosofia de vida deste socialista convicto.[26] A sua empresa 'Morris, Marshall, Faulkner & Co.', fundada em 1861, ficaria famosa pela produção de tecidos estampados e papéis pintados com motivos vegetais e florais, os quais simbolizavam o seu conceito de arte viva, útil e ao alcance de todos (uma 'arte para o povo'), mas também por usar apenas mão-de-obra manual e as oficinas serem administradas por cooperativas de trabalhadores, os quais recebiam um salário justo. A sua descoberta de Marx, ou de uma teoria que conciliasse a sua própria crítica da sociedade com uma maneira eficaz de a mudar, encheu-o de entusiasmo. Morris foi, assim, um

24 Ver Willis (1977) e Leopold (2014) sobre este manifesto e o surgimento do socialismo. Sobre Marx e Bax, ver Cowley (1992).

25 A Irmandade Pré-Rafaelita ('PRB'), fundada em 1848, foi um movimento artístico londrino, cujas obras causaram escândalo estético e ético. Os pintores e poetas D. G. Rossetti e William Morris, e ainda John E. Millais e William H. Hunt, eliminam da arte a moral puritana e exibem os males da civilização industrial, mostrando-se atentos aos problemas sociais e explorando os detalhes e a exuberância de cores, de ligação com a natureza, através de um realismo minucioso.

26 Morris concebia o socialismo como uma sociedade idealizada, na qual as máquinas seriam substituídas pelo trabalho manual e as pessoas organizadas em comunidades ou cooperativas; as relações entre homem e natureza seriam de harmonia, pois a ganância e a propriedade privada não existiriam. Ver Meier (1973) e Nineham (1996).

dos primeiros a ingressar na Federação Social-Democrata, em 1883, vindo depois a tornar-se o responsável pela nova Liga Socialista (e respetivo jornal, *Commonweal*). Uma mudança política real, para Morris, implicava que o povo assumisse, para o bem da comunidade, todos os meios de produção.

Morris seria o único teórico inglês de originalidade e estatura, cujo trabalho tem afinidades significativas com Marx, nomeadamente semelhanças estruturais entre o seu romance utópico, *Notícias de Lugar Nenhum* (1890) e a noção de socialismo de Marx.[27] Por exemplo, 'Nowhere' supera, no seu final, a divisão entre o urbano e o rural e o desenvolvimento desta comunidade parece prosseguir os dois estágios históricos delineados por Marx – organizados de acordo com o princípio da contribuição ('de cada um de acordo com as suas habilidades, para cada um de acordo com o seu trabalho') e o princípio da necessidade ('de cada um de acordo com as suas habilidades, para cada um de acordo com as suas necessidades'), respetivamente. Em alguns casos, as ideias de Morris – por exemplo, a sua insistência tanto no caráter degradante do trabalho no capitalismo contemporâneo como na importância da realização pessoal no trabalho para uma melhor sociedade do futuro – parecem corroborar fielmente as ideias de Marx.

Mas um dos maiores legados de Marx foi a sua versão no feminino e também a mais inglesa de todas – Eleanor Marx (1855-98), a terceira filha que teve com Jenny e uma das figuras radicais mais negligenciadas da história. O trabalho dela – palestras enérgicas perante multidões superiores a cem mil pessoas e múltiplas campanhas pelos trabalhadores – contribuiu de forma decisiva para a divulgação das ideias de Marx na Grã-Bretanha; com o seu jornalismo, deu voz às lutas laborais que afetavam especificamente as mulheres. Excelente linguista, tradutora, palestrante e escritora, Eleanor trabalhou incansavelmente pela causa do socialismo entre anarquistas, radicais e feministas. Foi secretária do pai, acompanhando-o em encontros internacionais, tendo tido ainda a responsabilidade de preparar os seus manuscritos inacabados para publicação. Foi também promotora da educação de adultos e do sindicalismo na Inglaterra.[28] Como uma das melhores

27 *News from Nowhere; or, An Epoch of Rest, Being Some Chapters from a Utopian Romance* foi publicado em *The Commonweal,* em 1890. É uma visão da Inglaterra no ano de 2090, apresentada como um sonho do protagonista William Guest, um disfarce ténue do próprio Morris. A pobreza, a miséria e as fábricas desapareceram, juntamente com o dinheiro, o sistema legal e o próprio governo; apenas o trabalho, a arte e a natureza são enobrecidos. Essas melhorias parecem ter sido provocadas por uma violenta revolução socialista. Morris imagina um futuro em que a propriedade comum e o controle democrático da produção se baseiam num paraíso pastoral.

28 Era conhecida como "Our Mother" entre os trabalhadores. No seu funeral, Will Thorne, o líder sindicalista, que começara a trabalhar aos seis anos de idade, mostrou-se grato pelo modo como ela o orientara, dando-lhe a educação de que fora privado. Ver Holmes (2014).

oradoras, foi eleita para o executivo da SDF, mas discordando da maneira ditatorial de Hyndman, em 1884 juntou-se a William Morris para formar a Liga Socialista. Passando a defender abertamente o socialismo internacional revolucionário, em 1885 ajudou a organizar o Congresso Internacional Socialista em Paris e trabalhou com Clementina Black na 'Women's Trade Union League'. Eleanor escreveu vários livros e artigos, incluindo *The Factory Hell* (1885), *The Woman Question* (1886), *The Working Class Movements in America* (1888), *Shelley's Socialism* (1888) *e The Working Class Movement in England* (1896).

Eleanor Marx saiu ao mundo para pôr em prática tudo aquilo que tinha aprendido com Marx e Engels. Mas a sua determinação também a conduziu aos meios boémios do teatro moderno radical e dos círculos artísticos da Bloomsbury. Fruto do convívio com seu pai, Eleanor teve sempre um gosto pela literatura e foi responsável pela primeira tradução inglesa do polémico *Madame Bovary* de Flaubert; foi também uma entusiasta de Ibsen, aprendendo norueguês para o poder representar. Mas, impedida de prosseguir uma carreira como atriz,[29] e repetidamente traída pelo seu companheiro (Edward Aveling), a talentosa Eleanor acabaria por se suicidar. Ela tinha nascido numa Grã-Bretanha vitoriana, onde não tinha direito à educação, não podia votar ou candidatar-se ao parlamento, sendo excluída da maioria das profissões e, até, privada dos seus direitos reprodutivos. Numa época em que o pensamento esquerdista era dominado por homens instruídos, o seu trabalho demonstrou a relevância das mulheres na luta da classe trabalhadora. Ironicamente, assim que Eleanor entra na vida pública como pioneira do feminismo socialista, torna-se vítima de um manipulador. As tensões entre a pobreza e a vida artística, entre o amor e a crueldade da traição, causaram-lhe uma crise tão severa que nem a promessa política de um novo mundo conseguiu apaziguar. Mas, no processo de se exceder, Eleanor Marx mudou o mundo. Muitas das liberdades e benefícios da democracia britânica moderna são, em grande medida, resultado direto das atividades da filha de Marx: o dia de trabalho de oito horas, a proibição do trabalho infantil, o acesso à educação, a liberdade de expressão e o sufrágio universal.

29 Por volta de 1880, Eleanor interessou-se pelo teatro e chegou a ponderar uma carreira como atriz. Forte defensora das peças de Henrik Ibsen, acreditava que o teatro poderia desempenhar um papel importante na rejeição das visões tradicionalistas acerca do amor e do casamento e na divulgação do socialismo.

Referências bibliográficas

Aberbach, David (2018), "Reading *Das Kapital* as a Victorian crime novel", *Times Literary Supplement*, [acedido a 1 de maio de 2021], disponível em https://www.the-tls.co.uk/articles/public/blind-outrage-das-kap ital/.

Alizadeh, Ali (2017), "Marx and art: use, value, poetry", *Continental Thought and Theory: A Journal of Intellectual Freedom*, vol. 1, n.º 4, 587-615.

Ashton, Rosemary (1986), *Little Germany. Exile and asylum in Victorian England*. Oxford, Oxford University Press.

Berlin, Isaiah (1839, 1848), *Karl Marx*. Princeton, Princeton University Press.

Bevir, Mark (2011), *The making of British socialism*. Princeton, Princeton University Press.

Briggs, Asa e John Callow (2008), *Marx in London. An illustrated guide*. Londres, Lawrence and Wishart.

Claeys, Gregory (1987), *Machinery, money and the millennium. From moral economy to socialism, 1815-1860*. Cambridge, Polity Press.

Collins, Henry e Chinem Abramsky (1965), *Karl Marx and the British labour movement. Years Of the First International*. Londres, Macmillan.

Cowley, John (1992), *The Victorian encounter with Marx. A study of Ernest Belfort Bax*. Londres, British Academic Press.

Draper, Hal (1998), *The adventures of the Communist Manifesto*. Berkeley, Center for Socialist History.

Eagleton, Terry (1978), *Marxismo e literatura*. Porto, Afrontamento.

Engels, Friedrich (1975), *Marx & Engels Collected Works*. Londres, Lawrence & Wishart, vol. 3, 379-391.

Glover, David (2012), *Literature, immigration, and diaspora in fin-de-siècle England*. Cambridge, Cambridge University Press.

Hobsbawm, Eric (1964), "Dr Marx and the Victorian critics", *in Labouring Men. Studies in Labour History*. Londres, Wiedenfeld and Nicolson, 239-249.

Holmes, Rachel (2014), *Eleanor Marx: a life*. Londres, Bloomsbury.

Hovell, Mark (1966), *The chartist movement*. Manchester, Manchester University Press.

Jones, Gareth Stedman (2016), *Karl Marx: greatness and illusion*. Cambridge e Massachusetts, Harvard University Press.

Kornbluh, Anna (2007), "On Marx's Victorian novel", *Mediations: Journal of the Marxist Literary Group*, vol. 25, n.º 1, disponível em http://www.mediationsjournal.org/articles/on-marx-s-victorian-no vel

Lattek, Christine (2006), *Revolutionary refugees: German socialism in Britain, 1840-1860*. Londres e Nova Iorque, Routledge.

Leopold, David (2014), "Karl Marx and British socialism", *in* William J. Mander (ed.), *The Oxford Handbook of British Philosophy in the Nineteenth Century*. Oxford, Oxford University Press, 1-5.

Marx, Karl (1987), "Capital", *in Marx & Engels Collected Works*. Londres, Lawrence & Wishart, vol. 35.

Meier, Paul (1978), *William Morris. The marxist dreamer*. Brighton, Harvester Press.

Morris, William (2003*), News from Nowhere, in* D. Leopold (ed.). Oxford, Oxford University Press.

Nineham, Chris (1996), "Socialist by design", *Socialist Review*, n.º 196, disponivel em http://pubs.socialistreviewindex.org.uk/sr196/nineh am.htm.

Owen, Robert (1993), "A new view of society", *in* Gregory Claeys (ed.), *Selected writings of Robert Owen*. Londres, Pickering and Chatto, vol. 1, 23-100.

Pierson, Stanley (1973), *Marxism and the origins of British socialism. The struggle for a new consciousness*. Nova Iorque, Cornell University Press.

Prawer, Siegbert Salomon (1976), *Karl Marx and world literature*. Oxford, Oxford University Press.

Stokes, John (ed.) (2000), *Eleanor Marx (1855-1898): life, work, contacts, history of feminism*. Nova Iorque, Routledge.

Willis, Kirk (1977), "The introduction and critical reception of marxist thought in Britain, 1850-1900", *The Historical Journal*, vol. 20, n.º 2, 417-459.

III. A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Clayton Emanuel Rodrigues e Cleildes Marques de Santana

Introdução

Estamos diante de profundas mudanças na base produtiva do capitalismo global, que alguns chamam de quarta revolução industrial, o que pressupõe mudanças qualitativas, tanto do carácter da exploração quanto da prática e do conceito de propriedade, inclusas as formas de expropriação da mais valia no processo produtivo, bases da acumulação capitalista. O texto pretende discutir o impacto das mudanças nas condições objetivas de produção da vida, na prática da propriedade e sua noção subjetiva-objetiva; devendo para tanto estabelecer a ligação entre as mudanças ocorridas nas práticas e nos conceitos de propriedade encontrados ao longo da história. Enquanto tipo de apropriação específica, demonstrar como se organizou é também compreender como o *homo sapiens* se objetivou e se exteriorizou na propriedade. Nesse sentido, ter algo significa necessitar de algo, estando, portanto, o termo "ter", numa relação de organicidade, bem longe de designar a noção de propriedade hoje. Ao longo da análise sobre o conceito de propriedade, adentraremos as suas possíveis modificações na era tecnológica, as condições de luta entre os *homo sapiens*, as relações de poder contidas na noção de propriedade e na estruturação de modo de vida e existência. Por último, como as inovações tecnológicas e comunicacionais trazem novas e inquietantes condições de existência, suas contradições podem apontar para uma inflexão da noção de propriedade.

1. As inovações tecnológicas

Marx e Engels (2005 [1848]) escrevem no *Manifesto do Partido Comunista* que a sobrevivência do capitalismo está ligada ao revolucionar constante da produção. Entretanto, esse revolucionar da produção se transformaria em entrave objetivo ao desenvolvimento das forças produtivas, a ponto de produzir as condições objetivas de sua própria destruição.[1]

As inovações tecnológicas trazem em si antagonismos de difícil percepção (Castells 2015, Levy 1999). De outra mão, esse acesso tecnológico está cada vez mais concentrado em grandes grupos empresariais e Estados que o monopolizam (embora não o possuam totalmente) e o regulam. No campo produtivo, se o capitalismo trouxe em cada etapa de seu desenvolvimento um conjunto de inovações tecnológicas modificadoras das relações e da divisão social do trabalho (Schwab 2016), cada modificação introduzida, por correspondência geral, engendra e se faz acompanhar de modificações nas relações sociais, nos conceitos e nas verdades geradas pelo capital no campo da vida social. A implementação das fábricas, da máquina a vapor e de combustão destruíram as relações de produção familiar, a relação das pessoas com o tempo. O mundo social lento do campesinato vinculado às mudanças naturais foi acelerado e substituído pela contagem de tempo da produção fabril, pelas técnicas produtivas e divisão de trabalho (Thompson 1987, Hobsbawm 2000). Por regra, as modificações nas técnicas de produção condicionam as condições e características da vida social. Nessa perspectiva, muitas práticas iniciadas no mundo virtual tecnológico se objetivam no mundo real, causando modificações na prática de apropriação de bens materiais e imateriais, flexionando a ideia geral de propriedade.

2. A apropriação

A capacidade de apropriação da natureza para cumprir com as necessidades da existência fez com que o ser humano mais do que apenas coletar o que precisava da natureza, ou produzir circularmente suas necessidades, como as formigas ou as abelhas, visse e transformasse a natureza a partir de sua capacidade de intervenção pelo trabalho. A gestação da capacidade produtiva e de apropriação foi produzida ao longo da história até que o produto dessa transformação se tornasse propriedade. Produtor e produto vinculavam-se como exteriorização do produtor

1 Godelier se refere às formas do trabalho exteriorizado que precedem o advento do capitalismo e às condições onde o trabalho exteriorizado tem não-valor (1976 [1974]: 19).

no produto. Lentamente essas relações transformam-se em relações de estranhamento, em razão de episódios reais e cotidianos que as impulsionam para essa inflexão. A apropriação privada dos meios de produção transforma o produto em mercadoria e a objetivação de si no produto em estranhamento de si e do produto, na medida em que vai-se perdendo a relação própria entre produtor e produto, deixando a coisa produzida de lhe pertencer. O que expressamos é que a cada modificação no processo produtivo e nas relações de força correspondem outras relações de existência, consigo próprio e com sua produção. Num momento determinado da vida material, o "homem" perde-se ao perder o produto de seu trabalho, a relação com a natureza e consigo próprio; não apenas seu produto se torna estranho a si, enquanto produtor, como todo "homem". Essa relação hostil entre trabalho exteriorizado, si mesmo e o outro, no entanto, data do período no qual o trabalho tornou-se trabalho para um outro e o produto do trabalho se lhe tornou estranho (alienação). É nesse sentido que lemos o conceito de Marx:

> A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta, portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado (Marx 2004 [1932]: 87).

Marx quer esclarecer como o "homem", como gênero "universal", perde sua universalidade e torna-se estranho a si mesmo no processo de perda de sua capacidade de se apropriar do produto de seu próprio trabalho, exatamente e no momento em que dele se apropria, naquelas condições:

> Se ele (o homem) se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que o outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma (atividade) não-livre, então ele se relaciona com ela como atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem (Marx 2004 [1932]: 86).

O momento da transmutação do trabalho como exteriorizado e estranho ao trabalhador, como distinção entre o "homem" livre e o "homem" estranhado, só é possível dar-se na relação efetiva, prática. O "homem" torna-se estranho ao próprio "Homem" (gênero) porque a relação de produção material da vida ganha um

sentido proprietário alheio a si, como propriedade de outro, ao mesmo tempo em que permanece, paradoxalmente, trabalho exteriorizado próprio, concomitantemente, mantém-se como necessário na sua relação com a natureza. As razões disso estão vinculadas a um acontecimento, a guerra. Marx considera a relação de guerra de todos contra todos como demarcadora da relação de estranhamento e apropriação da natureza e dos meios de vida, quer dizer, todo homem torna-se estranho a si (gênero) ao se apropriar do próprio trabalho contra o outro e do trabalho do outro:

> O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo [meio] prático. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o seu produto, enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos, ele engendra também a relação na qual ele está para estes outros homens (...) engendra seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste" (Marx 2004 [1932]: 87).

Visto dessa forma, as condições reais que tornaram o "homem" livre proprietário são aquelas que o tornam escravo e sua força de trabalho mercadoria:

> O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não-valor de uso, como quantum de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor. As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca, etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades (Marx 1996 [1867]: 212).

Comunidade tem duas conotações distintas. No caso de comunidade traduzida como vida em comum, com laços afetivos, com objetivos comuns e específicos, como é o caso da comunidade de base religiosa. Esse o sentido de comunidade dado por Tönnies: (*i*) "comunidade é a vida em comum duradoura e autêntica […] comunidade deve ser entendida ao modo de organismo vivo"; (*ii*) comunidade, no sentido dado por Marx, aparece como uma transição entre aquela e a sociedade,

que o mesmo Tönnies define nos termos seguintes: "sociedade é somente uma vida em comum passageira e aparente […] como agregado e artefato mecânico" (Tönnies 1947 [1887]: 21). À medida que a comunidade se eleva como categoria abstrata e, ao mesmo tempo, territorial, como soberania, ou não mais como relações reais, materiais, afetivas, duradouras e vivas entre as pessoas, há já a passagem de uma forma de comunidade primitiva para um outro tipo de comunidade de transição, uma comunidade onde há mescla de laços efetivos e do tipo abstrato, ainda mantendo interesses comuns e parte dos laços antigos. Não é uma sociedade ainda, tampouco é o Estado, mas traz indícios dos seus germes, porque as relações de interesses comuns produzem relações de alienação, de apropriação do indivíduo pela comunidade, o sentido de estranhamento no que diz respeito à propriedade, no duplo sentido dela: real e ideal, e também a abstração territorial, germe da soberania territorial. A apropriação pela comunidade da pessoa implica seus pertences. Se não há mais valia por regra, contudo parte do trabalho das pessoas, famílias e grupos é destinado à comunidade como excedente da produção, porque há a necessidade eventual de substanciar com guerreiros, coisas, produção em períodos específicos, as guerras, por exemplo. O direito pessoal às coisas só permanece enquanto se é parte da comunidade;

> Em consequência, a propriedade não é o comportamento sob as condições objetivas de trabalho por parte do indivíduo que trabalha ele mesmo, mas um resultado secundário, nunca originário, ainda que necessário e consequente, da propriedade fundada sobre a estrutura comunitária e sobre o trabalho dentro da estrutura comunitária (Godelier 1976 [1974]: 41).

É em razão disso que o sentido da propriedade, mesmo antes de uma relação propriamente produtiva, relação trabalhador-produto, já estava embutida na existência material, quer dizer, na apropriação da natureza em si mesma, antes de sua modificação pelo trabalho, bastando ultrapassar a relação de não-valor de uso para que haja o surgimento da mercadoria. Tais relações, no entanto, pelo simples facto de ser apropriação e de conter um território e os meios de existência, já produziriam o processo de guerra de defesa e disputas que possibilitaram uma apropriação proprietária e, em seguida, a produção que se alheia de si, levando ao estranhamento, consequência da relação em que o produtor tem seu produto como proprietário exclusivo contra o outro. O trabalho aperfeiçoa a relação proprietária e seu conceito quando é realizada a troca de produtos, com suas contradições; porém, para que tal aconteça, é preciso "que os homens se defrontem como proprietários privados daquelas coisas alienáveis" (Marx 1996 [1867]: 212).

Para Rousseau (1989 [1762]), o momento em que surge a propriedade é gestado ao longo da história humana e segundo específicas condições de existência. Assim, a relação do homem com a terra e o meio ambiente é, por um lado, sua própria extensividade, ou seja, sua relação direta com a natureza que lhe oferece os meios de vida e de trabalho como ser universal e, por outro, remete à condição de existência enquanto condição geral e específica, homem nuclear e total ao mesmo tempo. A apropriação, naquele caso da produção livre, não é um estranhamento, pois funciona como possibilidade de si mesmo e apropriação de si, próximo da denominação stirneriana do "euproprietário" (Stirner 2004). Já para Marx essa relação é eminentemente social:

> A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta — literal e figuradamente — é que se considerará um proprietário ou possessor. Na realidade, a apropriação pelo processo de trabalho dá-se sob estas pré-condições que não são produto do trabalho, mas parecem ser seus pressupostos naturais ou divinos (Marx 1985 [1884]: 66).

Em razão da contradição existente entre exteriorização e subjetivação é que a propriedade comunal pode e deve aparecer para Marx como contradição de ser propriedade comum e pessoal, ou seja, na medida em que o homem pertence à comunidade o sentido de pertencimento privado ganha materialidade, de simples posse para propriedade individual. Enquanto membro comunitário ele se pensa e se sabe duplamente proprietário, como apropriação pessoal comum e como apropriação ideal comunitária. No entanto, é o "homem" pertencente à comunidade, ele integra-se nela e a comunidade tem a propriedade comum da terra. Nesse sentido a terra é uma propriedade pessoal e propriedade coletiva (comunal) igualmente. De forma imediata, há a separação da posse pessoal, não apenas como pertencimento da natureza em geral, mas de tudo o que está fora da soberania comunitária, tudo que lhe pertence só pode ser real na própria comunidade. O carácter individual do pertencimento à comunidade é que traz a contradição da dupla apropriação. Além do duplo valor da posse das coisas e da terra para pessoas diferentes, comunidade e indivíduo, na mesma direção dúbia e dupla, a comunidade se apropria também do indivíduo e, só enquanto o indivíduo for propriedade da comunidade, ele tem direito individualmente à terra e às coisas, como bem expressa Marx: "Por outro lado, como o

indivíduo, nesta forma, nunca se torna um proprietário, mas somente um possuidor, ele mesmo é, no fundo, a propriedade, o escravo daquilo que corporifica a unidade da comunidade" (1985 [1884]: 87).

Enquanto propriedade comum, a terra, o solo e o território pertencem a cada um e só pode pertencer a cada um, enquanto propriedade comunitária, isto é, o sentido de posse seria um engendramento a partir da criação da propriedade abstrata ou ideal e da perda da propriedade individual como absoluta, em tese, indicando o germe da exteriorização estranha a si, ainda não completamente, porque mantém o pertencimento ou o sentimento de posse pessoal da coisa coletivizada. Em outras palavras, configura-se e engendra-se a dupla assertiva: enquanto o homem pertencer à comunidade tudo o que é comunitário também lhe pertence em tese (propriedade ideal) e detém a posse pessoal de parcela da propriedade comunal (propriedade real). Como tal, a propriedade não é exclusivamente adquirida através do trabalho e, só em germe, pode conter a exteriorização; e esta tão pouco pode aparecer como estranhamento, senão na condição do conflito intracomunitário, onde o excluído se vê também sem o duplo e nenhum pertencimento, ou seja, despojado da posse e da propriedade:

> O produtor existe como membro de uma família, de uma tribo, um agrupamento de sua gente, etc. — o que adquire, historicamente, formas diversas resultantes da mistura e conflitos com outros. É como membro comunal, assim, que ele estabelece relações com determinada (parte da) natureza (chamemo-la de terra, solo), como seu próprio ser inorgânico, condição de sua produção e reprodução. Na qualidade de membro natural da comunidade, ele participa da propriedade comunal e fica com uma porção separada sob sua posse; assim, como um cidadão romano de nascimento, ele tem direito ideal (pelo menos) à *ager publicus* e um direito real a um certo número de *juggera* (unidades) de terra, etc. Sua propriedade, isto é, sua relação com os pré-requisitos naturais de sua produção como seus é mediada por sua qualidade de membro natural de uma comunidade. (Marx 1985 [1884]: 83).

Essa dupla dimensão, propriedade comunal e individual, pressupõe anterior existência prática e conceitual da propriedade, ou ao menos de seu germe (a posse). Antes mesmo da aceitação da propriedade comunal foi preciso que o conceito de apropriação fosse prática entre os indivíduos. Conforme Engels, "até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se pouco mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para obtenção e preparação dos alimentos" (1984 [1884]: 57). Significa que a primeira forma de posse ou propriedade fora preponderantemente de bens móveis, alguns pessoais (vestes), outros

bens ao mesmo tempo pessoais e sociais, conduzindo à posse comum (utensílios necessários à alimentação). Esse sentido de apropriação individual, transformada em bem pessoal (a posse como dono) deu o conteúdo do "meu" e "seu" e, na medida em que alguns bens pessoais podiam ser partilhados, também o sentido de "nosso", algo que, sendo "meu", também é "seu", cujos usos e posses podem ser, nesse sentido, impessoais, interpessoais e comuns, germe da propriedade ideal abstrata. O germe da propriedade comunal imbrica entre a constituição dos grupos, das tribos e hordas, das comunidades e das famílias sindiásmicas (monogâmicas) com o desenvolvimento do trabalho e de várias condições materiais e imateriais de existência pessoal e de grupo (Engels 1984 [1884]). Dessa forma, a constituição da propriedade privada tem essa dupla acepção teórico-prática ou traz em si essa contradição. Ao tempo em que a apropriação das vestes e certos armamentos podia ter um carácter mais pessoal, cujo "dono" não poderia ser molestado em sua posse, a necessidade de ajuda mútua para sobreviver nas condições objetivas torna essa propriedade pessoal flexível e coletiva. Seja pelo trabalho, seja pela inovação criativa do uso simples dos elementos da natureza (como folhas para vestes), algo do trabalho pessoal indisponível é socializado, processo anterior à inserção da pessoa e prole em grupos constituídos (horda, tribo, comunidade, etc.), entrevendo que, originalmente, as relações de proximidade não indicam necessariamente relações pacíficas familiares, de parentesco ou religiosas, mas relações de força. A produção do trabalho pessoal criativo engendra perspectiva interpessoal, na medida em que se torna conhecimento partilhado de modos de produção. Assumimos aqui o conceito de Godelier de modos de produção como vários processos produtivos, relações com a natureza, controle dos meios produtivos e das técnicas e relações de forças, os quais podem apresentar-se sob "a reprodução dessas relações de parentesco ou de subordinações política ou ideológica" (Godelier 1976 [1974]: 290). Se bem que tanto a propriedade quanto a produção tragam elementos de relações de poder pessoal e social embrionárias, mesmo na relação de auto apropriação do produto, da terra ou coisa (já que o exercício do poder implica subordinação de outro), quando o trabalho formulado e o executado são partilhados (por si) entre mais pessoas, ele tornar-se ou poder-se-á tornar embrião da comuna e gozará de fundamental importância para o próprio desenvolvimento comunal.

Propriedade e poder têm desenvolvimentos interdependentes e conexos, enquanto aceitação de suas formas práticas, exercícios e determinações. A propriedade engendra poderes sobre as coisas e sobre o outro. Atua na própria coisa, ao mesmo tempo que exerce um poder contrário à posse da mesma coisa pelo outro. A propriedade comunal exerce poder contrário à posse das mesmas coisas contra outras comunas, espelhada e derivada das mesmas circunstâncias indicadas na propriedade pessoal. Mas é na expressão comunal da propriedade (privada em relação

a outras comunidades e pessoas não comunitárias) que a simples posse se torna privada para si e igualmente distinta da figura do possuidor, como uma abstração da posse por um proprietário também abstrato: a comunidade.

Há diferença de qualidade entre uso comum, a apropriação individual e a propriedade da terra. Refira-se outra diferença qualitativa: a propriedade coletiva da terra significa a construção de um ente coletivo, de uma certa estrutura formal e regimental com os primeiros conteúdos de verdade, disciplinamento da conduta, ainda precário, na relação prática com a propriedade; há dupla apropriação, com pesos diferentes entre a propriedade e a posse: o indivíduo que a possui e o coletivo que é seu dono. O coletivo exerce um poder de domínio sobre a terra e define a possibilidade de sua posse e uso. Mas esse coletivo não é apenas uma resposta natural diante das condições naturais. Aqui devemos levar em consideração a advertência de que "o dogma da continuidade orgânica, no extremo, debilita o poder do homem para formar sua própria história. Ao ignorar o papel da mudança deliberada das instituições humanas diminui a confiança na força de sua mente e de seu espírito" (Polanyi 2009 [1977]:53). Os ideais e as relações de forças são transversais aos conflitos de interesses entre pessoas e membros de uma comunidade.

Toda relação de poder, mesmo incipiente, constrói regimes de verdade, conjuntos de enunciados (Foucault 2003 [1994]). Há, pois, uma preparação da expropriação em geral pela apropriação comunitária da propriedade pessoal com transferência de posse da propriedade real. Esse poder se chamará, depois, *dominus* da propriedade privada. Em termos marxistas esse seria um desenvolvimento das contradições de classes, cujos efeitos são novas relações e modos de produção com o "progresso" das formas de apropriação objetivamente necessárias:

> Temos, assim, uma unidade original entre uma forma específica de comunidade, ou unidade tribal, e a propriedade natural relacionada com ela, ou, o que dá no mesmo, a relação com as condições objetivas de produção, tal como existentes na natureza, como o ser objetivo do indivíduo mediado pela comunidade. Ora, esta unidade que, em certo sentido, mostra-se como a forma particular de propriedade, tem sua realidade viva num modo de produção específico e este modo mostra-se, igualmente, como o relacionamento de indivíduos uns com os outros e como seu comportamento cotidiano, específico, frente à natureza inorgânica, seu modo específico de trabalho (que é sempre trabalho familiar e muitas vezes comunal). A própria comunidade apresenta-se como a primeira grande força produtiva; tipos especiais de condições de produção (e.g. criação, agricultura) conduzem à evolução de um modo especial de produção, bem como forças produtivas especiais tanto objetivas como subjetivas, as últimas emergindo como qualidades do indivíduo (Marx 1985 [1884]: 89).

Embora Marx afirme não querer entrar nas origens, na imaginação do que viria a ser o antes, os primórdios da humanidade, acaba por afirmar conceitos semelhantes ao de Hobbes sobre tal surgimento da relação comunitária primitiva. Façamos por um segundo a comparação:

> A única barreira que a comunidade pode encontrar ao relacionar-se com as condições naturais de produção como suas próprias — quanto à terra — serão as outras comunidades, que já a tenham reclamado para si, como seu corpo inorgânico. A guerra será, portanto, uma das primeiras tarefas de toda comunidade primitiva desta espécie, tanto para a defesa da propriedade quanto para a aquisição dela. […] Quando o próprio homem é capturado como um acessório orgânico da terra e junto com ela, sua captura dá-se na qualidade de uma das condições de produção, e esta é a origem da escravidão e da servidão, que logo degradaram e modificaram as formas originais de todas as comunidades, transformando-se na base destas. Como resultado disto a estrutura simples é, desta forma, negativamente determinada (Marx 1985 [1884]: 84-85).

Já Hobbes afirma que:

> E contra esta desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. E isto não é mais do que sua própria conservação exige, conforme é geralmente admitido (…) Consequentemente esse aumento do domínio sobre os homens, sendo necessário para a conservação de cada um, deve ser por todos admitido (Hobbes 1995 [1651]: XIII).

A guerra ou o estado de guerra é o facto criador das organizações coletivas e do senso de propriedade. Há a necessidade de defesa da terra em risco diante de outros agrupamentos humanos. Aqui se supõe a incapacidade de os "homens" e suas comunidades entrarem em acordo, ao contrário do que pensa Locke (1994 [1689]) sobre o direito natural. Sublinhando que os seus pressupostos e objetivos são totalmente diferentes, Marx e Hobbes supõem um consentimento tático e tácito do uso da força, porque natural, com sentido de primitivo e necessário. Seja como for, o sentido prático de "cada um por si" não foi capaz de guardar e garantir a propriedade e os frutos de que precisavam os "homens" para manter-se, e isso aparece como condição objetiva que levou à necessidade de alianças permanentes entre pessoas e agrupamentos. Esse momento é expressado por Rousseau como de criação histórica da propriedade, concomitante à criação da sociedade civil, quando há o salto

definitivo para uma efetivação da propriedade como consentimento geral, ou seja, enquanto sociedade civil, produto das dependências necessárias. O indivíduo cede sua liberdade de se apropriar e produzir livremente em troca da segurança individual, tendo como garantia a autonomia de possuir e dispor das coisas móveis e imóveis e, assim, admite a necessidade de dependências ao poder abstrato, implicando dependências adiante. Alianças momentâneas tornam-se duradouras, perpetuando relações de forças, definindo a relativização da posse pessoal, transformando-a em propriedade privada e comunitária, ou propriedade real e a de um ente imaginário, união de forças necessárias à manutenção das condições materiais e objetivas de existência, construindo outro modo de produção, de apropriação das capacidades produtivas e das qualidades individuais:

> As formas destas condições naturais de produção têm um duplo caráter: (1) sua existência como membro de uma comunidade que é, em sua forma original, uma comunidade tribal, mais ou menos modificada; (2) sua relação com a terra como algo próprio," em virtude da comunidade, propriedade comunal da terra, simultaneamente possessão individual do indivíduo, ou de tal modo que o solo e seu cultivo permaneçam comuns e somente seus produtos sejam divididos. (Entretanto, a habitação, ainda que limitada aos carros, como no caso dos citas, parece estar sempre em poder dos indivíduos) (Marx 1985 [1884]: 85).

Dessa forma, parece haver a passagem da apropriação pessoal simples da natureza à propriedade complexa, prático-abstrata e, consequentemente, vai-se do sentido pessoal de pertencimento (uso próprio) ao sentido pessoal proprietário (a posse real liga-se à propriedade real como conceito e prática); do sentido de uso comum ao de propriedade ideal com proprietário abstrato (é uma condição da propriedade ideal haver o proprietário abstrato) que traz outros três condicionamentos: (*i*) o proprietário abstrato (a comunidade) com a propriedade abstrata (a ideal); (*ii*) a propriedade relativa ou direito de posse individual de parcela da propriedade ideal; e, por último, (*iii*) o condicionamento do direito à posse e à propriedade do próprio indivíduo pela comunidade, como condição para o direito real. Esses movimentos não-lineares são dependentes da correlação de forças e das condições materiais de existência diferentes em cada território e povo, das relações de poder, parentesco, religiosidade; pelas forças em lutas econômicas e sociais em cada agrupamento humano a estabelecer os modos de produção de si e de suas condições de manter-se livre produtor (proprietário de si).

O sentido ideal da propriedade se confronta com a realidade da propriedade real praticada, sendo movimentos contraditórios, aparecendo como negação da negação.

A propriedade ideal comunitária se mantém no Estado, se bem que a produção de um discurso-ato transforma a parcela da propriedade ideal em propriedade de facto e de direito, a fim de esconder o conflito negativo entre propriedade real e ideal.

3. Propriedade e Estado

Proudhon (1998 [1977]) foi categórico: "A propriedade é um roubo"! A noção jurídica de roubo acaba por afirmar a propriedade jurídica, porque algo para ser "roubado" deve ter um proprietário legal diferente daquele que da propriedade lançou mão, ou seja, pressupõe o direito e consequente punição à quebra do direito, logo, o Estado. Daí a razão de a frase "a propriedade é um roubo" afirmar a própria propriedade tutelada ou a parte do direito real de uma fração ideal da propriedade existente, ou a legitimação do domínio privado sobre a parcela real da propriedade ideal no Estado moderno. O discurso do direito real, o Estado o faz como se não mais existisse a propriedade ideal e fosse a propriedade real a própria propriedade ideal. Surge com o estranhamento, no momento em que força de trabalho e produto se tornam apropriação alheia. A propriedade ideal reveste-se de um estranho pertencimento, a parcela ideal da posse ou propriedade privada é explicitada como propriedade privada individual real; entretanto, mantém-se o carácter ideal da propriedade abstrata (apropriação comunitária) por um proprietário abstrato (o Estado), implicando a apropriação do proprietário pelo Estado, agora como cidadão, sendo de registar a condição da tutela estatal sobre a propriedade privada. Tal estratégia é defensiva, torna mais difícil a mudança do regime de propriedade. Se os códigos civis são expressões jurídicas da propriedade absoluta, contratual, já as constituições representam o direito do Estado à propriedade ideal.

O tripé ideológico propriedade-contrato-responsabilidade implica relativizações ao direito de propriedade como absoluto. A Constituição Francesa de 1793,[2] ao afirmar a propriedade absoluta no artigo 16º: "o direito de propriedade é aquele que tem todo cidadão de gozar e dispor como desejar de seus bens, rendas, frutos de seus trabalho e de sua indústria"; em seguida, indica a necessidade pública do poder de privação no artigo 19º: "Ninguém pode ser privado da mínima porção de sua propriedade sem seu consentimento, senão quando o exija a necessidade pública legalmente constatada, e na condição de uma justa e prévia indemnização". Na Constituição de Weimar, a relativização da propriedade é expressa no artigo 153º, § 2, "a função social da propriedade foi marcada por uma fórmula que se tornou

2 Cf. www.ieslasmusas.org/geohistoria/constiticionfrancesa1793.pdf.

célebre: a propriedade obriga" (Comparato 2003: 222). Assim, tanto na constituição francesa, quanto na alemã, o direito à propriedade traz limitações, porque cede à razão pública. No mesmo diapasão está a condição de cidadão e de descumprimento de obrigações. Embora as limitações sejam também obrigações, elas significam restrições que recaem sobre o cidadão como negação do direito de ser proprietário fora daquela condição. Quando as limitações definem, terá o direito se, e apenas se, cumprir tais obrigações de fazer, o exercício do direito depende e é definido pela obrigação. Nesses casos são as condições que definem o direito à coisa e não o direito à coisa que define as condições.

Na medida em que apenas a tutela do Estado sobre os direitos subjetivos pode mantê-los e o direito privado sucumbe ao direito público, verifica-se a frágil divisão entre o público e o privado, divisão ideológica e estratégica, sendo pelo menos essa a mensagem da constituição alemã:

> Assim é que a parte final do § 1º, na esteira da Constituição de Weimar (artigo 153º), e de todas as que se lhe seguiram, estabelece o dever fundamental do proprietário de dar aos seus bens uma destinação conforme ao interesse social […] a expropriação por interesse social de um latifúndio improdutivo constitui uma punição aplicada ao proprietário, e há de ser, por conseguinte, inferior ao valor de mercado do fundo agrícola. O latifundiário, no caso, descumpriu o dever fundamental de dar ao bem a destinação devida, conforme o interesse social (Comparato 2003: 222).

Embora tacitamente contidos nas Cartas Francesas de 1791-93, os direitos serão explicitados na Constituição da República de Weimar, de 1919, que, ao definir as condições necessárias à proteção da propriedade particular, torna-as fundamentos ao direito à propriedade (posse real), ou direito subjetivo. A propriedade de um bem é definida pela destinação que lhe é dada obrigatoriamente, conforme ao interesse social definido pelo Estado. O proprietário pode "usar, gozar e dispor da coisa" enquanto, e apenas enquanto, estiver conforme ao interesse social.

4. Tecnologia e propriedade

Como vimos, a cada introdução de mudança técnica correspondem mudanças nas relações. Duas situações concretas possibilitadas pelo avanço tecnológico se conectam para introduzir mudanças em franca oposição ao sistema atual mercantilizado: (*i*) o retorno do indivíduo isolado à cena pública, exercendo a liberdade pessoal em luta contra os mecanismos produtivos e de consenso (filtros sociais) e (*ii*) a flexão

das formas de propriedade, a partir da negação da mercadoria e do valor de troca, enquanto relação com as coisas apropriáveis (partilha de conteúdos, projetos, coisas, bens fungíveis e infungíveis) necessárias.

Em relação à apropriação da pessoa pelo Estado, as TIC têm papel fundamental na existência atual de quebras dos filtros sociais, ainda que parciais, os mecanismos de consenso, permitindo compartilhar conteúdos e posições pessoais:

> A princípio foram alguns, a eles se juntaram centenas, que se conetaram a milhares, apoiados por milhões com sua voz e sua busca de esperança, bastante caótica, que atravessava ideologias e modas, para conectar-se com as preocupações reais de gente real na experiência humana real que reivindicavam. Começou nas redes sociais da Internet, que são espaços de autonomia em grande medida fora do controle de governos e corporações que, ao longo da história, têm monopolizado os canais de comunicações como cimento de seu poder (Castells 2015: 20).

Essa mudança, relativa ao espaço público e privado com a tensão causada pela presença do indivíduo isolado (Rodrigues 2014), vem acompanhada de pequenas e significativas mudanças no senso de propriedade. Se o direito real à propriedade só é possível com a apropriação da pessoa pelo Estado enquanto cidadão, ao questionar essa apropriação, questiona-se o conceito básico de propriedade ideal.

A produção individual e compartilhada, embora ínfima, se manifesta e é existente, no mínimo. Os mecanismos de controle jurídico do Estado e das grandes empresas são incapazes de conter a produção, as associações produtivas autônomas, a distribuição livre de conteúdos, que podem transformar a relação de valor do produto e de sua distribuição, porque produzidos e distribuídos livremente entre pessoas e comunidades, de forma desterritorializada, apesar das leis editadas para conter tais relações de compartilhamento.

Há um novo tipo de apropriação, a posse difusa. Não é nem individual exclusiva, sendo entretanto posse pessoal definitiva, nem é coletiva, porque não há propriedade ideal do coletivo, ou seja, o coletivo não pode dispor dela ou entregá-la à posse individual, distribuindo a parte real da propriedade. Tal posse é uma abstração ainda maior do que o Estado e a comunidade primitiva, porque desterritorializada e sem soberania. Na posse difusa, todos têm sua parte e todos têm direito, mas ninguém tem exclusividade. São exemplos a patente pública, o SO Linux, o *copyright*, entre outros.

Como unidade dos contrários, as tecnologias possibilitam tanto a posse difusa como a revolução 4.0. Esta aprofunda as desigualdades e a apropriação dos meios de produção a parcelas ainda menores de pessoas e países e, concomitantemente,

procura-se conter a expansão do conceito de distribuição livre de conhecimento e mercadorias para blindar o direito de propriedade, expressão da luta de classes, relativamente ao conflito entre propriedade difusa (comum) e propriedade privada dos meios de produção.

Conclusão

A instituição da propriedade foi, antes de ser coletiva, uma instituição pessoal. A apropriação pessoal e o processo de defesa dessa apropriação levou à apropriação exclusiva, privada. Incapaz, como indivíduo isolado, de garantir a posse de seus bens, terra, instrumentos diante de outros e, por conseguinte, a posse de seu trabalho pessoal, e tendo esse trabalho característica de sociabilidade, de produção pessoal que, se tornada capacidade interpessoal de produção de produtos, ainda, diante da guerra iminente para a posse da terra e produtos, como condição objetiva de existência, foi o indivíduo isolado a agrupamentos de defesa e, em seguida, à comunidade primitiva, à apropriação ideal da terra e coisas e, por conseguinte, às outras formas de exploração, escravidão, servidão e estranhamento (Marx 1985 [1884]). Esse desenvolvimento da posse pessoal e comum à propriedade pessoal real e coletiva ideal, assim como a transformação do produto pessoal em mercadoria tornou-se a base para toda apropriação capitalista.

Os capitalistas lutam para impedir que o conceito de propriedade liberal seja saturado e ultrapassado. Dele depende a permanência da exploração, do monopólio da produção e distribuição de mercadorias, tidas como verdade sem a qual a vida social cessaria. O desenvolvimento das forças produtivas passa pelo "eterno retorno" de uma certa produção de mestres de ofício, agora sem mestres, ou com tais mestres sem apropriação privada da produção e do conhecimento que as possibilitam, implicando contradições para a proposta produtiva capitalista.

A chamada revolução industrial 4.0, ao mesclar um conjunto de tecnologias desde a produção à distribuição, informação e comunicação, produz mudanças significativas na matriz produtiva, de consumo e no senso de mercadoria, que marca esse momento de transformação como impossibilidade de solução socialmente pacífica para imposição do novo padrão produtivo, em razão dos impactos sociais excludentes. De um lado, há uma perspectiva de que, se aplicada agora, haveria um desemprego estrutural anual de cinco milhões de pessoas por ano. Ao mesmo tempo, a junção da nanotecnologia, da robótica, da inteligência artificial, veículos autônomos, da internet das coisas, da impressão em 3D, da biotecnologia, das nuvens e armazenamento de energia e computação quântica (Schwab 2016) precisa

permanecer sob o domínio das corporações e controle do Estado; de contrário, o dissolvimento dessas tecnologias entre os indivíduos poderia mudar, definitiva e rapidamente, o senso de propriedade e de produção, porque torna a propriedade difusa, de modo geral, e a produção compartilhada possível. As lutas entre as formas tradicionais de propriedade (liberal) e as formas avançadas (propriedade difusa) são, em parte, lutas de substituição do sistema produtivo, político e econômico. Esse é o paradoxo marxista exposto no *Manifesto*, de que a revolução tecnológica, trazida pelo capitalismo ao liberar as forças produtivas, poderia implicar sua própria extinção, ou seja, a extinção da forma de propriedade e do sistema produtivo e político que ela engendrou.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel (2015), *Redes de indignacion y esperanza*. Espanha, Alianza.

Chonchol, Jacques (2005), *Globalización, pobreza y agricultura familiar en America Latina*. Valência, Foro Mundial sobre la Reforma Agraria.

Comparato, Fábio Konder (2003), *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo, Saraiva, 3. ed.

Dedecca, Claudio (2012), "Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a Perspectiva da política pública", *in* Antonio Marcio Buainain, *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília, IICA.

Engels, Friedrich (1984 [1884]), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Foucault, Michel (2003 [1994]), *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, Forense.

Godelier, Maurice (1976 [1974]), *Antropologia y economia*. Barcelona, Anagrama.

Hobbes, Thomas (1995 [1651]), *Leviatã*. São Paulo, Imprensa Nacional.

Hobsbawn, Eric (2000), *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Levy, Pierre (1999), *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.

Locke, John (1994 [1689]), *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis, Vozes.

Marx, Karl (2004 [1932]), *Manuscritos economicos filosóficos*. São Paulo, Boitempo.

Marx, Karl (1985 [1884]), *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo, Paz e Terra.

Marx, Karl (1996 [1867]), *O Capital. Crítica da economia política.* São Paulo, Nova Cultural.

Marx, Karl e Friedrich Engels (2005 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Boitempo.

Polanyi, Karl (2009 [1977]), *El sustento del Hombre*. Madri, Entrelineas.

Proudhon, Pierre Joseph (1998 [1977]), *A propriedade é um roubo*. Porto Alegre, LPM.

Rodrigues, Clayton (2014), *Nada sobre mim!: A insubordinação da pessoa na democracia moderna*. Coimbra, FEUC.

Rousseau, Jean-Jacques (1989 [1762]), *O contrato social*. Rio de Janeiro, Ediouro.

Schwab, Klaus (2016), *A quarta revolução industrial*. São Paulo, Edipro.

Soares, Cláudia Lúcia Bisaggio (2006), *Moeda social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades*. Florianópolis, UFSC.

Stengers, Isabelle e Max Altman (2002), *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, Editora 34.

Stirner, Max (2004), *O único e sua propriedade*. Lisboa, Antígona.

Thompson, Edward Palmer (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Tönnies, Ferdinand (1947 [1887]), *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires, Losada.

IV. O TRABALHO IMATERIAL E A PRÁXIS PÓS-INDUSTRIAL: ENTRE A ARTICULAÇÃO DA POSIÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO DA OPOSIÇÃO

Francisco Coelho Cuogo

Introdução

As características do trabalho nas sociedades industriais, no que diz respeito à sua organização, modo de execução e realização de tarefas, vêm acompanhando desde o século XVIII o sistema produtivo predominante. Este sistema está alicerçado em dois pressupostos: modo de produção e modo de desenvolvimento. O primeiro refere-se à forma como o produto do trabalho é distribuído pelos indivíduos, considerando como se dá sua apropriação e o uso do seu excedente. O segundo se refere aos recursos necessários para a produção. Assim, na era agrícola o principal recurso do modo de desenvolvimento agrário era a terra, enquanto na era industrial foram as fontes de energia e, na era informacional, como outrora definiu Castells (1999 [1996]), é a produção e o compartilhamento de informação, tese também defendida por Toffler (1995 [1980]).

Historicamente, as forças produtivas influenciam a cultura das sociedades através das relações sociais e a partir do modo de desenvolvimento. Por isso, a sociedade industrial não é apenas uma "sociedade em que há indústrias, mas uma sociedade em que as formas sociais e tecnológicas de organização industrial permeiam todas as esferas de atividade" (Castells 1999 [1996]: 65). O trabalho, por sua vez, está inserido nesse contexto, sofrendo modificações e variações em cada modelo de desenvolvimento económico, desde a implementação do modelo de produção fordista, como caracterizou Gramsci (2001).

Os processos de produção estruturados nos moldes da sociedade industrial e no modelo de acumulação fordista perduraram até ao último quartel do século XX, quando a crise do capitalismo, na década de 1970, impulsionou as principais potências da economia ocidental a adotarem o neoliberalismo com vista à superação da crise.

Tal condição, mais uma vez, alterou a organização do trabalho e potencializou o surgimento da chamada "sociedade informacional" (Castells 1999 [1996]), cujo estilo de trabalho, padrão de consumo e estrutura social confrontaram o modelo e as estruturas da era industrial.

A sociedade da informação, influenciada pela globalização neoliberal, vem apresentando novas formas de organização social, redefinindo as características do trabalho e adotando modelos organizacionais e formas mais flexíveis, com impactos diretos na organização do trabalho. Tais aspectos são sugeridos como benéficos para o trabalhador, uma vez que, supostamente, lhe concedem mais autonomia e liberdade no desenvolvimento do trabalho, tanto em aspectos relacionados à jornada laboral quanto ao cumprimento de normas e processos no ambiente profissional.

A evolução destas características e as mudanças ocasionadas pelo informacionalismo integraram os conceitos do trabalho flexível e as propostas que emergiram deste cenário têm sugerido ao trabalhador contemporâneo que este novo modelo de trabalho, isto é, o modelo flexível, é o modelo que mais lhe concede liberdade, valoriza a sua autonomia e contribui no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Entretanto, busca-se, neste texto, olhar para as características e exigências deste novo modelo de organização do trabalha, a fim de questionar se realmente as novas condições que ele traz consigo são efetivamente benéficas para toda a classe trabalhadora contemporânea.

1. Breve crítica ao trabalho flexível

As exigências de um mercado cada vez mais impactado pela velocidade das mudanças, em virtude, principalmente, da globalização e do desenvolvimento de novas tecnologias, têm incentivado as organizações contemporâneas a se adaptarem a novos conceitos e tendências em suas estruturas. Estas tendências afetam diretamente as características e a organização do trabalho. O trabalho flexível tem-se mostrado uma consequência das adaptações, readaptações e adequações que as organizações têm realizado para sobreviver no cenário mercadológico, mas também para aumentar seus lucros e manter sua competitividade de mercado.

As empresas, segundo Bauman (2007: 17), buscam colaboradores "flutuantes", descartáveis, "sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais". O perfil de trabalhador(a) almejado neste ambiente é aquele pronto para "assumir qualquer tarefa que lhe apareça" e que esteja constantemente "preparado para se reajustar e se refocalizar de imediato [...] em novas prioridades e abandonando as adquiridas anteriormente" (Bauman 2007: 17). Para as organizações flexíveis, típicas da economia

informacional, esta condição coopera para que elas obtenham melhores resultados no que diz respeito à competitividade e lucratividade, pois dessa forma elas reduzem custos com funcionários especializados.

Além disso, o uso frequente das tecnologias da informação e comunicação, típico da era da informação,[1] passou a fazer parte da rotina do trabalho informacional e, consequentemente, o trabalhador contemporâneo vê-se obrigado a adequar-se ao aparato tecnológico que intensifica as transformações das atividades laborais. E ainda é possível pensar que esta flexibilização afetou também a construção de narrativas de vida, pois o trabalho passou a estar presente na vida pessoal, promovendo uma fusão entre a dimensão pessoal-social face à profissional-laboral. Segundo Sennett (2006), tudo isto ocasiona um esvaziamento dos sentidos do trabalho. E Dias (2010: 4) considera que "os trabalhadores estão hoje à mercê do processo crescente de diferenciação, segmentação e flexibilização dos mercados de trabalho, da descentralização da produção e a precarização das relações salariais."

2. Do modelo fordista ao modelo flexível

As transformações econômicas, provenientes do capitalismo e vivenciadas na revolução industrial, causaram tremendos impactos sociais. A população rural viu-se obrigada a deslocar-se do campo, em grandes contingentes, para os centros urbanos onde buscavam empregar-se nas empresas da época. Os antigos produtores eram, agora, obrigados a tornar-se trabalhadores assalariados, estando a partir daí sob o controle do capitalismo. Artesãos e camponeses, privados dos seus meios de produção, transformavam-se em assalariados que, para sobreviver, eram obrigados a vender sua força de trabalho. Nesse cenário o trabalhador se tornava também um acessório da produção, considerado uma peça que compunha o processo produtivo, visto que as modernas máquinas tecnológicas eram tidas como os principais recursos para a produção daquele período.

Segundo Harvey (1992), a industrialização contribuiu para a racionalização da produção capitalista, favorecendo os aprimoramentos propostos por Henry Ford, cuja intenção era aumentar exponencialmente a produtividade e reduzir os custos de produção. Através do fordismo as atividades laborais, especializadas em tarefas simples, trouxeram inovações técnicas e organizacionais que se articularam de tal

1 Período que, segundo Castells (1999 [1996]), sucede à era industrial, quando emerge a sociedade informacional e uma economia informacional, mais especificamente a partir das décadas de 1970 e 1980.

forma que a produção e o consumo em massa se adaptavam perfeitamente às ofertas e demandas do período entre guerras. O trabalhador da era industrial era constantemente estimulado a consumir "os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores" (Harvey 1992: 122).

Em linhas gerais, o fordismo "foi uma associação das normas tayloristas do trabalho com a produção e o consumo de massa, o que levou o modo capitalista de produção a regular o valor muito além do movimento espontâneo do mercado" (Botelho 2008: 31), tendo consolidado cinco condições características do período industrial: produção em massa; divisão de tarefas; criação da linha de montagem; padronização das peças; e automatização das fábricas (Santos 2009). Por isso, a sustentação do modelo fordista de acumulação exigia trabalhadores que produzissem e consumissem a produção em massa. Segundo Antunes (2005: 2):

> Tratava-se de uma produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea, buscando, como disse Ford, que a opção do consumidor fosse escolher entre um carro Ford, cor preta, modelo T ou outro carro Ford, cor preta, modelo T. A linha de montagem, concebida em ritmo seriado, rígido e parcelar, gerou uma produção em massa que objetivava a ampliação do consumo também de massa, cujos salários operários também foram incrementados.

Para tal foi necessário concretizar normas, comportamentos e hábitos da sociedade industrial, garantindo que os trabalhadores dedicassem seus salários para o consumo dos produtos produzidos em larga escala. Essa condição tornava o poder corporativo, no modelo fordista de acumulação, um agente econômico expressivo na sociedade capitalista, fazendo com que o fordismo sobrepujasse a concepção de ser apenas um modo de organização do trabalho, revelando, para além disso, ser uma forma de acumulação do capital. Entretanto, a crise do sistema capitalista, na década de 1970, exigiu uma drástica reestruturação no seu modo de produção e a doutrina neoliberal contribuiu na construção de um novo modo de acumulação – e cujos reflexos incidiram sobre a organização do trabalho a partir de então. Segundo Harvey (1992), a recessão daquele período "pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista" (Harvey 1992: 140). E para Antunes (2005: 85) foi a partir do início da década de 1970, como resposta do capital à sua própria crise, que "iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global [...], cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador".

Anderson (1995) avalia que a combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, nesse mesmo período, favoreceu a expansão das ideias

neoliberais. Para Castells (1999 [1996]) o confronto da nova economia neoliberal com o modelo fordista impunha necessidades de flexibilizar os processos de trabalho, o modo de produção e até mesmo os padrões de consumo. E Harvey (1992) define que esta nova conjuntura criou um "modelo de acumulação flexível" e que este impulsionou o surgimento de novos setores de produção e novos mercados, contribuindo para o crescimento do setor dos serviços. A expansão desse setor foi favorável às medidas da economia neoliberal, visto que os serviços, diferentemente da produção em massa, exigiam a propagação da informação para a construção de novos conhecimentos.

E, consequentemente, o dinamismo e a flexibilidade foram princípios norteadores do modo de acumulação flexível, afetando toda a estrutura social do mundo capitalista. Um dos destaques deste cenário, "tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70" foi o toyotismo (Alves 1999: 90). Este se tornou um "novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota":

> O toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital – mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de "mercados restritos" (Alves 1999: 90).

O toyotismo tornou-se o modelo dominante do novo complexo de reestruturação produtiva sob o novo regime de acumulação flexível, evidenciando a possibilidade de estabelecer um método de produção com menos gastos, menos custos, sem gerar estoque e capaz de atender às demandas reais de consumo da população. E representava, assim, o conceito máximo da produção flexível, cujo objetivo era a lucratividade de forma eficiente, através da redução de custos com mão-de-obra. Entretanto, a operacionalização deste sistema demandaria trabalhadores polivalentes e adaptáveis que fossem capazes de serem alocados em diferentes postos de trabalho numa mesma linha de produção.

A multifuncionalidade de tarefas, além de exigir versatilidade do trabalhador, diminuía a quantidade de trabalhadores necessários numa linha de montagem. Antunes (2005) considera como principal caracterização do toyotismo a subcontratação da força de trabalho, visando reduzir os custos da produção e ampliando a

estrutura flexível desejada pelo novo modelo de acumulação do capital. A articulação entre os interesses políticos e econômicos neoliberais com a lógica de produção toyotista contribui para a ocorrência da revolução tecnológica e o surgimento de uma sociedade informacional. O desenrolar de uma nova economia, de proporções globais e que se configura como informacional, tem a produtividade e a competitividade dos agentes envolvidos nessa economia, baseadas nas "capacidades de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos" (Castells 1999 [1996]: 119). A geração desses novos conhecimentos, a troca e a aplicação da informação são potencializadas no uso de novas tecnologias da informação e comunicação que, por sua vez, elevaram a competitividade de mercado através de seu uso no sistema capitalista.

Além de ter sido um evento importante na reestruturação do capitalismo, a revolução tecnológica deu origem a uma sociedade informacional, mas que continuava sendo, em seu cerne, uma sociedade capitalista. Para Castells (1999 [1996]: 50) a sociedade emergente do processo de reestruturação global do capitalismo, "para o qual foi uma ferramenta básica", continua sendo uma sociedade capitalista, mas "também informacional". Castells (1999 [1996]: 65) define que "o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social, em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais da produtividade".

Enquanto o trabalho da era industrial é realizado em fábricas, indústrias ou escritórios, em jornadas de horário fixo, caracterizando-se, predominantemente, por tarefas repetitivas e mecânicas, que exigiam esforço físico, o trabalho da era informacional se caracteriza por ser, predominantemente, mais intelectual, exigindo qualificação mental. Por isso, se caracteriza por exigir criatividade, dinamismo e flexibilidade de horários. Mas também apresenta uma diversidade de consequências e assuntos que são continuamente debatidos, tais como o enfraquecimento dos direitos trabalhistas (Antunes 2005), a despadronização do trabalho assalariado (Sennett 2009), o enfraquecimento de vínculos entre empresa e funcionário (Sennett 2006), a produção de trabalho imaterial, exigindo conhecimentos variados do trabalhador (Lazzarato e Negri 2001) e a subcontratação (Coriat 1991).

Os efeitos que o trabalho flexível trouxe à classe trabalhadora foram minimizados nos discursos das áreas da gestão, sugerindo que as novas estruturais laborais trariam benefícios ao desenvolvimento pessoal e profissional do trabalhador. Meister (1999 *apud* Eboli 2004), por exemplo, considera que a redução de níveis hierárquicos exige profissionais pró-ativos, capazes de tomar decisões com liberdade e autonomia, pois as organizações modernas se estruturam, cada vez mais, de maneira não hierárquica. E, por se tornarem mais enxutas e flexíveis, as empresas buscam

trazer respostas e soluções mais rápidas no instável ambiente empresarial. Somado a isso, na sociedade da informação, o conhecimento se torna obsoleto rapidamente, pois, sendo a informação a nova base para produção de riquezas, ela precisa ser constantemente atualizada no âmbito do conhecimento do trabalhador.

Drucker (1996) considera que começou a exigência por um novo perfil de trabalhador, um trabalhador que estivesse constantemente atualizado e que não fosse apenas um receptor de informações, mas que também pudesse atuar como um despenseiro de conhecimento. Caldeira (2002: 78) aponta que esta é a "condição imprescindível para sobreviver e prosperar na sociedade tecnológica e informatizada". Por conseguinte, Toffler (1995 [1980]) avalia que as mudanças desse período incidiram em mudanças nas organizações, trazendo estruturas menos hierarquizadas, com poder descentralizado, havendo reclamações de participação na gestão, partilha na tomada de decisões e mais influência dos trabalhadores dos níveis hierárquicos mais baixos. Por isso, Eboli (2010) considera que as estruturas verticalizadas e centralizadas tendem a perder espaço para estruturas horizontalizadas e descentralizadas e a rígida divisão entre trabalho mental e manual tende a ser eliminada. "Tarefas fragmentadas e padronizadas tornaram-se integrais e complexas, exigindo, em todos os níveis organizacionais, pessoas com capacidade de pensar e executar simultaneamente" (Eboli 2004: 36).

Para Meister (1999), na era informacional, é essencial que os níveis hierárquicos mais baixos tenham mais autonomia para executarem suas tarefas com mais autonomia e, consequentemente, espera-se que o trabalhador descubra por si próprio como melhorar o trabalho através da construção de métodos e procedimentos que agilizem a realização das tarefas. Esta questão configura um novo paradigma em relação ao trabalho e à estrutura das organizações do século XIX e primeira metade do século XX, pois, naquele cenário, as informações ficavam centradas na alta cúpula das empresas de forma que "uma administração paternalista assumia a responsabilidade de desenvolver meios de aumentar a produtividade do trabalhador" (Meister 1999: 14).

É evidente, então, que as transformações ocorridas nos modos de produção e de desenvolvimento da sociedade informacional afetaram as interações e comportamentos sociais, com reflexos diretos nas estruturas organizacionais, sobre o trabalho e sobre o perfil do trabalhador requerido pelas organizações contemporâneas. Tal ocorre porque estas agem de forma responsiva às mudanças sociais, embora também atuem como agente transformador, afetando a sociedade como um todo. O resultado destas transformações é a construção de uma diversidade de estruturas ocupacionais existentes no paradigma da sociedade informacional (Castells 1999 [1996]). E o surgimento de novos postos de trabalho potencializou as exigências por

um perfil de trabalhador cercado de competências que se apresentam como cruciais para sua sobrevivência no novo cenário organizacional. Tais postos passaram a exigir a aquisição de novos conhecimentos, por periodicamente lidarem com tecnologias complexas, e intensificaram quantitativamente a produção até então desenvolvida pelo trabalho manual/braçal.

Flexibilidade cognitiva, capacidade de trabalhar em equipe, habilidade para desenvolver projetos, foco em atingir objetivos, ser empreendedor, ser pró-ativo no ambiente profissional e com iniciativa para tomar decisões são competências que Eboli (2009) considera que os profissionais do século XXI precisam apresentar. Além disso, a busca incessante por novos conhecimentos se apresenta como pré-requisito para a sobrevivência desse trabalhador. Lévy (1999) considera que, neste cenário, a velocidade da troca de informações exige uma renovação de conhecimentos constante, uma vez que grande parte das competências adquiridas no início da jornada profissional vão se tornar obsoletas na fase final da carreira do indivíduo. Essas características acabam sendo requeridas pelas organizações para que o profissional possa atender às necessidades das empresas modernas, visto que o desenvolvimento destas competências deve ir ao encontro das estratégias das organizações (Eboli 2009).

Torna-se, contudo, necessária uma reflexão acerca de todos esses requisitos que se exigem e se esperam do novo trabalhador. Qual será então o destino dos trabalhadores que não se enquadram nesses modelos e padrões? Se as transformações ocasionadas pela reestruturação do capitalismo, dando existência a uma sociedade informacional que, por sua vez, estabelece novos paradigmas nos modos de desenvolvimento e de produção, bem como novos paradigmas no uso da informação e das novas tecnologias, não estaria, então, sendo construído um novo paradigma sobre o trabalho e sobre o perfil do trabalhador desta sociedade?

Parece que a necessidade de um profissional mais "livre" e autônomo, sem tanta dependência da organização na sua atuação profissional, se apresenta como o novo modelo requerido pelos empregadores. Um trabalhador polivalente, multifuncional e capaz de desenvolver um trabalho mais intelectual do que braçal – tendo em vista que o novo paradigma tecnológico funciona a partir do compartilhamento de informações e construção de novos conhecimentos – é o trabalhador ideal da era informacional. Porém, é necessário discutir o que será da grande massa de trabalhadores que emergem com suas características e comportamentos herdados da era industrial, adentrando com suas experiências profissionais na era informacional.

Antunes (2005: 78) avalia que "o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da 'cultura fordista', fortemente especializados, substituindo-os pelo trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era toyotista". Por isso, o

autor considera que o novo paradigma tecnológico e produtivo não é a solução para as transformações que o trabalho vem enfrentando nas últimas décadas. Pelo contrário, o processamento e a troca de informações que maximizaram a produção de novas tecnologias causaram - e vêm causando - efeitos nefastos para a maioria da classe trabalhadora. Uma parcela pequena de indivíduos tem possibilidades de desenvolver competências e habilidades requeridas por este novo ambiente corporativo que exige acesso às novas tecnologias e acesso à educação e à formação que lhes permitam a aquisição constante de novos conhecimentos e competências capazes de lhes garantir sobrevivência nesse novo cenário. Consequentemente, a grande massa trabalhadora tende a ficar excluída das oportunidades profissionais, visto que estas passam a focar-se na autonomia do trabalhador e nos atributos requeridos para o uso desta autonomia. Por isso, Antunes (2005) considera que, no contexto da era informacional, o trabalho especializado e operacional perde sua importância e relevância frente às novas oportunidades de trabalho. Para Sennet (2006) a exigência por capacitações e competências que suprem necessidades, muitas vezes imediatas e de curto prazo, nas organizações, deixam uma maioria de trabalhadores excluídos, pois o acúmulo de conhecimentos, associados ao uso de equipamentos tecnológicos e maquinários de ponta, por parte de uma minoria, torna possível que apenas um pequeno grupo de trabalhadores, evidentemente detentores de competências específicas para determinadas funções, executem as tarefas. E, em função de sua capacidade multifuncional e o caráter generalista de seus conhecimentos, esta minoria pode ocupar-se da gestão das diversas etapas do processo produtivo. Tais atributos exigem uma série de competências que vão desde conhecimento técnico até ao embasamento teórico sob perspectivas de conhecimentos cada vez mais multidisciplinares. Siqueira (2003: 2) considera que

> o modelo das competências está longe de ser atendido pela maioria dos trabalhadores, os quais, ao não responderem às suas exigências, tornam-se desempregados ou inserem-se em novas formas precárias de trabalho. Some-se a isto outra grande parcela desprovida totalmente das condições mínimas para o trabalho, e para os quais a impossibilidade de fazerem parte do novo mundo do trabalho é estrutural e permanente.

Para Antunes (2005: 35) "a partir do momento em que, pelo desenvolvimento de *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana" ocorre um aumento da conversão do trabalho braçal em trabalho intelectual. E a transferência de saberes da classe trabalhadora para a "maquinaria informatizada, que se converte em linguagem própria da fase informacional, por meio de computadores" (Antunes 2005: 35) acentua a redução do trabalho manual e

amplia a dimensão do trabalho intelectual. Tal ocorre demandando um trabalhador capaz de executar múltiplas atividades e tarefas sem a possibilidade de tornar-se especialista em determinada área, sendo obrigado, portanto, a desenvolver constantemente novas competências para manter-se relevante para o mercado e para as novas oportunidades de trabalho.

3. A relação do trabalhador contemporâneo com o trabalho flexível

Os supostos benefícios do trabalho flexível sugerem, principalmente, dois aspectos: (*i*) o trabalhador atual não ficaria mais sujeito ao trabalho esgotante e repetitivo da era industrial, deixando, consequentemente, de ser considerado um mero instrumento no funcionamento do processo produtivo; (*ii*) o trabalhador atual teria valor para as organizações, uma vez que estas reconheceriam suas competências, concedendo-lhe espaço e liberdade para trabalhar de maneira autônoma. Contudo, visto que o desenvolvimento e as manifestações da revolução tecnológica foram "moldados pelos interesses do capitalismo, mas sem se limitarem às expressões desses interesses" (Castells 1999 [1996]: 50), é válido, então, refletir que o sistema hegemónico sempre constituiu novas formas de resguardar a sua dominação sobre a classe trabalhadora. E, eventualmente, exercer uma dominação ideológica, subjetiva e não nitidamente distinguível pode ser também uma melhor estratégia para perpetuar a dominação.

O modo como se constitui o trabalho fordista/taylorista do período industrial era, incontestavelmente, alienador, opressor em relação aos direitos e ao bem-estar do trabalhador e a condição desumana era notória. No entanto, as novas formas de trabalho fomentadas pelo neoliberalismo e pelo informacionalismo, não deixam de apresentar o mesmo efeito sobre a classe trabalhadora. Siqueira (2003: 2) considera que

> O trabalho passa a ser uma série de aplicações de conhecimentos, onde os indivíduos voltam suas capacidades para a programação e o controle, e isto traz como exigência se pensar a formação dos indivíduos para o trabalho com base em pressupostos pós-fordistas, sob os quais novas habilidades estão sendo demandadas. Temos hoje um aumento das exigências de aptidões para o trabalho, considerando-se uma base de conhecimentos mais amplos, exigência de capacidade para resolução de problemas, exigência para tomada de decisões autônomas, capacidade de abstração e comunicação escrita e verbal. Somando-se a isto, o trabalhador deve ser polivalente, e com maior nível de escolaridade. Polivalente no sentido de multiqualificado, isto é, aquele que é capaz de desenvolver e incorporar diferentes competências e repertórios profissionais.

Assim, na atualidade, a opressão sobre o trabalhador permanece, porém, de forma não tão evidente. A responsabilidade pela aquisição de conhecimentos e saberes é jogada sobre o trabalhador que, para sobreviver neste cenário, precisa desenvolver capacidades e competências múltiplas. Ao invés da valorização da experiência profissional que conferia promoções por antiguidade e pelos conhecimentos acumulados em determinada área ao longo da carreira do indivíduo, as organizações flexíveis da era informacional valorizam indivíduos com competências diversas e capazes de "transitar de um tema a outro, de um problema a outro" nas organizações (Sennet 2006: 108).

Evidentemente, a lógica de desenvolvimento de carreira sob uma perspectiva linear, cercada de certezas sobre o futuro e sobre as recompensas que seriam ganhas após o cumprimento de determinado tempo de trabalho e o cumprimento de determinadas tarefas e funções ao longo deste tempo, se esvai na flexibilização do trabalho. Segundo Sennet (2006: 50), a flexibilização não é aplicada somente sobre o emprego e sobre a carreira do trabalhador, mas, igualmente, na estrutura interna da empresa, onde os empregados podem estar, então, vinculados por contratos ajustáveis às necessidades da organização ou, ainda, "transferidos de uma tarefa para outra, alternando-se os contratos para adaptá-los à evolução das atividades da empresa". Ou seja, a flexibilização, além de enfraquecer o vínculo do trabalhador com a empresa, minimizando as garantias de desenvolvimento de uma carreira de longo prazo na empresa, é exercida a partir dos interesses do capital. Neste contexto as organizações, visando incremento produtivo e lucrativo, alocam o trabalhador em certas funções e lhe atribuem novas responsabilidades como lhe apraz e não conforme o desejo do funcionário em relação ao tipo de trabalho ou setor que o mesmo gostaria de atuar profissionalmente. Logo, a condição de subjugação do trabalhador permanece, ainda que em modelos e estruturas incompatíveis com as estruturas do período industrial de caráter fordista. No entanto, o trabalhador contemporâneo, apesar de ter maior acesso aos meios de informação e aos instrumentos tecnológicos e científicos que lhe possibilitam construir conhecimento de forma mais autônoma e contar com mais liberdade para o uso do senso crítico e do pensar reflexivo, inclusive no ambiente profissional, permanece alheio à condição imposta pelas organizações do sistema capitalista neoliberal. O discurso da principal área do conhecimento que atua na gestão das organizações parece ser um elemento estimulante para o trabalho flexível, pois a administração considera que "é necessário conhecer as necessidades humanas para compreender o comportamento humano e utilizar a motivação como poderoso meio para melhorar a qualidade de vida nas organizações" (Chiavenato 2010: 117). Carvalho (2012) afirma que é preciso encarar as pessoas não apenas como recursos humanos, mas também como fontes de conhecimento que precisam

ser desenvolvidas, de maneira que o conhecimento delas esteja em concordância com a estratégia da organização no médio-longo prazo. Caravantes e Bjur (1996) falam sobre uma nova administração que se propõe a abordar dois aspectos na gestão das empresas modernas: o indivíduo e a organização, buscando um ponto de completude entre ambos.

Contudo, estando as novas abordagens da gestão de pessoas imbricadas no contexto das organizações capitalistas, combinando os discursos acerca da valorização do trabalhador e de suas necessidades pessoais com a importância de resultados e metas a serem alcançadas, incluindo a ideia de alcance das metas definidas pela empresa como um fator motivacional à conquista pessoal do trabalhador, desestruturou-se qualquer resistência à exploração e à subjugação à qual o funcionário é submetido. O trabalho flexível, nesta situação, aparece como a solução para o jovem trabalhador que deseja tempo livre e se preocupa em organizar sua jornada de trabalho, bem como a sua rotina pessoal. Assim, o trabalho flexível fica imbricado no discurso da administração contemporânea que alega a valorização do trabalhador, mas, não havendo resistência à sua exploração, acaba por vincular a ideia da flexibilização do trabalho ao benefício do bem-estar profissional.

Há ainda que se considerar que a falta de vínculos trabalhistas – característica da flexibilidade imposta ao trabalho da era informacional – enfraquece tanto laços emocionais, quanto legais com a organização, deixando o trabalhador sem amparo legal em termos jurídicos e sindicais.

Considerações finais

A construção da sociedade nunca se dá de maneira unilateral. Diversos atores e agentes afetam e são afetados nesse processo, influenciando e sendo influenciados. No contexto na sociedade informacional, tanto organizações quanto trabalhadores exercem suas influências, pressionando e sendo pressionados: organizações exigindo um novo perfil de trabalhador e trabalhadores exigindo novos modelos de gestão. Porém, em todo esse processo de mudanças e adaptações, as tendências tornaram-se extremadas para o uso da tecnologia, para a troca de informação e para o perfil de um trabalhador mais autônomo. As adaptações do capital e das organizações para responder à crise do sistema capitalista, no último quartel do século XX, foram bem-sucedidas para os interesses do capital; o cenário econômico e organizacional reinventou-se e reorganizou-se em novos modos de desenvolvimento e produção, conduzindo a estrutura social à nova sociedade informacional. Assim também as organizações adaptaram suas estruturas para uma condição mais flexível e menos centralizada.

Ao longo das últimas décadas o trabalho e o trabalhador vêm reagindo e adaptando-se ao contexto socioeconômico. Nesse processo o trabalho na sociedade da informação assumiu características abstratas, imateriais e intelectuais, condições estas que acompanharam os impactos exercidos pelo neoliberalismo sobre a economia e, consequentemente, sobre as organizações modernas. No entanto, os efeitos destes impactos impuseram ao trabalhador novas exigências, requerendo principalmente o desenvolvimento constante de novas competências e novas habilidades. Na maioria das vezes, a imposição ocorre por interesse das organizações que, por sua relevância e a importância no contexto do trabalho, exigem do trabalhador adaptação constante para garantir sua sobrevivência no novo paradigma informacional.

A administração e seus atores mais proeminentes têm construído novos conceitos e novas teorias, cujo discurso se direciona para o bem-estar do funcionário, alegando modelos de gestão voltados para o ser humano e para as pessoas que compõem as organizações. Estes argumentos estão em congruência com as características do novo modo de desenvolvimento informacional, mas, ainda assim, perpetuam a exploração do trabalho, a subjugação do trabalhador, a precariedade do trabalho e acrescentam sobre o caráter exploratório do trabalho assalariado exigências que obrigam os trabalhadores a buscar constantemente novos conhecimentos e competências, levando-os a viver inquietos, inseguros e avessos a qualquer tipo de estabilidade e rotina nas atividades laborais.

Parece que os conceitos acerca do trabalho flexível se efetivam na prática da sociedade informacional e abrem assim novas oportunidades, mas oportunidades que se ajustam para uma minoria de trabalhadores com acesso à formação acadêmica e à informação. Enquanto uma maioria de trabalhadores sem acesso aos recursos tecnológicos, aos processos de aprendizagem e ao conhecimento "exigidos pelo mercado" são prontamente desqualificados, uma minoria vem ocupar postos de trabalho nas organizações, cujas estruturas são plenamente congruentes com as demandas do modo de desenvolvimento informacional.

Uma análise acerca da construção histórica do trabalho e da relação do trabalhador com as organizações comerciais que os vêm empregando ao longo dos últimos duzentos anos é deveras complexa. Porém, parece cada vez mais evidente que o trabalhar contemporâneo está progressivamente alinhando-se com as tendências do capital e, dentro dessa lógica, está também engajado com as tendências do sistema produtivo e dos modelos de gestão, os quais vêm ganhando espaço nas organizações desde o último quartel do século XX. A combinação de políticas neoliberais com o modelo de acumulação flexível, associadas à economia informacional e à consolidação do toyotismo, favoreceram a legitimação de determinados modelos de exploração do trabalho na atualidade. Assim, ainda que a reestruturação do capitalismo,

o surgimento da sociedade informacional e a suposta valorização da autonomia do novo trabalhador sejam vistos como benesses no contexto profissional das organizações capitalistas, torna-se importante discutir até que ponto as novas condições permitem incluir os diferentes perfis de jovens trabalhadores, cujas oportunidades de formação escolar e acadêmica e de acesso ao conhecimento nem sempre estão à altura dos quesitos necessários para se adaptar e readaptar com a frequência e a velocidade que o mercado exige.

Consequentemente, a "autonomia do trabalhador" perde seu sentido ontológico, visto que, apesar do discurso sobre a flexibilidade e a liberdade para se trabalhar, viver e aprender, o trabalhador está na verdade trabalhando no limite dos espaços que o mercado permite, vivendo no ritmo flexível que o mercado deseja e aprendendo aquilo que o mercado lhe exige, mas sem se aperceber que está sendo conduzido pelo mercado. Por fim, entende-se que a condição do trabalhador da era industrial ou da era informacional é a mesma, mas transmuta-se em aparência, onde as novas roupagens servem apenas para garantir os velhos hábitos, reproduzindo e perpetuando as relações que resultam no processo de acumulação capitalista.

Referências bibliográficas

Alves, Giovanni (1999), *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina, Praxis, 2ª ed.

Anderson, Perry (1995), "Balanço do neoliberalismo", *in* Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

Bauman, Zygmunt (2007), *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.* Rio de Janeiro, Zahar.

Botelho, Adriano (2008), *Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital*. São Paulo, Annablume.

Caldeira, Elisabeth (2002), *Educação social para a empresa: é possível construir a consciência democrática*. Itajaí, Univali.

Caravantes, Geraldo R. e Wesley E. Bjur (1996), *Readministração em ação.* São Paulo, Makron-Books.

Carvalho, Fabio (orgs.) (2012), *Gestão do conhecimento*. São Paulo, Pearson Prentice Hall.

Castells, Manuel (1999 [1996]), *A sociedade em rede: a era da informação*. São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.

Chiavenato, Idalberto (2010), *Administração de recursos humanos: fundamentos básicos*. Barueri, Manole, 7ª edição revista.

Coriat, Benjamin (1991), *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro, Revan.

Dias, Humberto (2010), "Sindicalismo de movimento social: génese e revisão de um conceito", *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC,* n.º 4.

Drucker, Peter (1996), *Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século*. São Paulo, Pioneira.

Eboli, Marisa (2004), *Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades*. São Paulo, Gente.

Eboli, Marisa, André Luiz Fischer, Fábio Cássio Costa Moraes e Wilson Aparecido Costa de Amorim (orgs.) (2010), *Educação corporativa: fundamentos, evolução e implantação de projetos*. São Paulo, Atlas.

Eboli, Marisa e Flavio Hourneaux Junior (2009), "Os 50 anos da metodologia de Kirkpatrick: reflexões sobre a mensuração de resultados em educação corporativa". *EnANPAD 2009*. Trabalho apresentado no 33º Encontro da ANPAD. São Paulo.

Gramsci, Antonio (2001), "Cadernos do cárcere", *in* Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques (eds.) *Temas de cultura: ação católica, americanismo e fordismo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Harvey, David (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.

Lazzarato, Maurizio e Antonio Negri (2001), *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A.

Lévy, Pierre (1999), *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.

Meister, Jeanne (1999), *Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas*. São Paulo, Makron Books.

Qualman, Erik (2011), *Socialnomics: como as mídias sociais estão transformando a forma como vivemos e fazemos negócios*. São Paulo, Saraiva.

Santos, Vinícius Correia (2009), "Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos", *in VI Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas, Unicamp.

Sennett, Richard (2006), *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record.

Sennett, Richard (2009), *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record.

Siqueira, Holgonsi (2003), "A nova concepção de trabalho", *Jornal A Razão* (artigo publicado em 01 de maio de 2003, disponível em: http://www.holgonsi.com/globalizacao/nova-concepcao--trabalho.html.

Toffler, Alvin (1995 [1980]), *A terceira onda*. Rio de Janeiro, Record.

V. O TRABALHO E AS NOVAS FORMAS DE ALIENAÇÃO: O SÓCIO-METABOLISMO DA BARBÁRIE

Sérgio Antônio Silva Rêgo e Pedro Henrique Melo Teixeira

Introdução

Conforme a teoria marxista, a atividade vital do gênero humano é o trabalho, é por meio dele que o ser se constitui e que avança em seu processo de humanização, construindo sua sociabilidade e se reconhecendo como ser produtor, saindo do estágio primitivo da mera necessidade de sobrevivência para adentrar ao espaço de criação de necessidades sociais mais sofisticadas, formais e/ou informais (familiar, trabalhista, cultural, pedagógica, econômica, política, religiosa). É por meio da atividade de transformação da natureza que o ser humano se satisfaz e essa atividade se dá na medida em que ele realiza na materialidade as concepções ideais que concebe em sua mente, atribuindo a estas construções diferentes usos sociais, culturais e históricos, incluindo aqueles, dos quais seu sustento depende. Assim, como define Marx (2011 [1867]: 172), o trabalho pode ser compreendido como uma "atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo". O trabalho cria, em si mesmo, valor; porém, a comercialização ou mesmo a apropriação de trabalho é uma concepção histórica, em outras palavras, a atribuição de valor é uma construção social.

Uma leitura marxista sobre o trabalho, desenvolvida por Saviani e Duarte (2012: 21), aponta que a ideia de continuidade da humanidade, enquanto espécie, diferindo-se dos demais animais, se faz por sua capacidade criativa e de significação da sua criação, exercida por meio da transformação dos bens materiais. Com isso informam que o trabalho é o elemento que

> [...] faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie. No caso dos seres humanos, sua atividade vital, que é o trabalho, distingue-se

> daquelas de outras espécies vivas por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social.

Havendo interferência nesse processo de desenvolvimento das forças de humanização, pela usurpação da atividade de transformação da natureza, pela apropriação dos resultados do trabalho – útil e concreto – por determinado grupo social dominante, há, impreterivelmente, a alienação do gênero humano, pelo impedimento da apropriação daquilo que é construído por aqueles que trabalham para produzir. Nestas condições de desumanização, o trabalho, que *a priori* constituía o fator de libertação humana do seu primitivismo, passa a compor o conjunto dos "afetos regressivos da alma humana" (Alves 2008: 225), que, por sua vez, produzem, como citado pelo mesmo autor, o sócio-metabolismo da barbárie, onde o ser se mortifica, resultando num trabalhador/a desrealizado/a. Marx (2010 [1844]: 83) conceitua esse processo como alienação, ou de exteriorização do trabalho. Assim sendo, passa ser a desrealização do/a próprio/a trabalhador/a, e assim afirma:

> Primeiro, que o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório.* O trabalho não é, por isso, a satisfação de nenhuma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx 2010 [1844]: 83, grifos do autor).

Nesse caso o trabalho alienado não constitui elemento de desenvolvimento de potencialidades humanas relativas a formação pelo próprio trabalho. Segundo o próprio Marx, o trabalhador não se efetiva no seu trabalho em decorrência do facto de esse trabalho não oferecer ao trabalhador – quem possui a força de produção para tal finalidade – as condições de formação do seu próprio ser, uma vez que separa a concepção da execução do mesmo.

Na compreensão de Marx (2010 [1844]) esse processo de alienação provoca a própria desumanização do trabalhador, na medida em que retira dele a capacidade de projetar os elementos de formação do seu próprio trabalho. O processo de desumanização avança junto com o movimento de globalização de um modelo de produção, leia-se capitalista, que retira dos seres humanos a sua capacidade de se realizar naquilo que produzem, exercendo assim um processo amplo de alienação de quem

produz sobre o que é produzido. Este processo de distanciamento do ser humano de sua própria realização é o processo de apartação da capacidade que ele tem de projetar, de forma ideal, a sua construção, o seu trabalho, exercido de diversas maneiras.

Através de pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas, enunciamos perspetivas teóricas e coletamos falas de sujeitos partícipes do Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco (PEI). Trata-se de uma metodologia qualitativa, baseada no método histórico crítico, descrita por Minayo (2009: 24) como sendo um método que "considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais". Esses dados foram colhidos nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), que fazem parte da Gerência Regional em Educação/Agreste Meridional (GRE/AM), na cidade de Garanhuns, no estado de Pernambuco, no ano de 2017, aquando do desenvolvimento das pesquisas que resultaram em dissertação de mestrado intitulada de: *Condições de trabalho docente e processo de implementação do programa de educação integral no ensino médio da rede estadual de Pernambuco*, realizada por Pedro Henrique Melo Teixeira no PPGEduC-UFPE/CAA.

Para este escrito foram utilizadas entrevistas com docentes realizadas em dois estabelecimentos de ensino de tempo integral, sendo eles: Escola Dom João da Mata Amaral (DJMA) e Escola Jerônimo Gueiros (EJG), EREM-GUS, assim como com membros do Sindicado dos Trabalhadores em Educação do estado de Pernambuco (SINTEPE), que nos forneceu um documento intitulado: *Seminários de Escolas de Referência. Qual a escola que queremos?*

1. Alienação e trabalho em Marx: desumanização da classe trabalhadora

O que o sistema econômico vigente na maior parte das sociedades contemporâneas sugere é, de facto, por meio do processo de alienação do/a trabalhador/a e, consequentemente, do próprio ser humano, metabolizar uma sociedade com menos traços de humanidade. É a desumanização do ser, sobretudo, o ser em relação ao seu caráter coletivo/social.

A concepção de Marx (2011 [1867]) indica que a relação entre o ser humano e a natureza, o intercâmbio que se faz entre o que é humano e o que é natural, transforma ambos e, nesse contexto, o próprio ser social se transforma, produzindo o mundo objetivo e a si mesmo em sua dimensão social. Esse processo de desenvolvimento do primado ontológico do ser social é histórico, por estar escorado nas transformações que os seres humanos promovem no meio material através do tempo, e é também social, uma vez que "tudo o que compõe o ser social é resultado da

interatividade humana. Tudo é resultado da atividade social dos homens" (Tonet 2011: 5). Assim, Chaplin demonstrou, na primeira cena de *Modern Times* (1936), um bando de ovelhas que, aos poucos, vai sendo condicionado, por meio de formas de trabalho repetitivo, transformando-se em operário, sem autonomia sobre a própria produção, ou seja, alienados de sua condição de significação sobre o seu trabalho e, consequentemente, de sua própria condição ontológica. Esse comportamento de rebanho adestrado, esse processo de animalização continua no interior da fábrica, onde podemos ver os trabalhadores sendo submetidos aos efeitos da administração científica do taylorismo, na esteira do fordismo.

A metáfora do operário que é engolido, através da esteira, pela máquina, nos serve para ilustrar como o capital se apropria não só do produto do trabalho, mas, em todo o caso, do próprio trabalhador e de sua dimensão objetiva e subjetiva de produção, fazendo de sua atividade uma atividade estranhada, "atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração" (Marx 2010 [1844]: 83). Ou ainda, para citar um elemento fílmico contemporâneo, temos em *The Matrix* (1999) a saga da humanidade que serve apenas como bateria de alimentação para uma sociedade dominada pelas máquinas, enquanto é enganada, vivendo uma realidade ilusória, da qual não possui a consciência e onde não se reconhece, sendo, portanto, alienada de si mesma e da própria realidade.

Estas duas obras de arte cinematográficas retratam situações de conflito e contradição entre os seres humanos e as máquinas – representações dos seus detentores, em realidades distintas, onde, pela sua própria natureza contraditória, podemos observar diversas formas de controle exercidas sobre os trabalhadores e a sua realidade. Harvey (2016: 246) sintetiza esse pensamento, onde aponta que essa "ordem social só poderia existir com base no controle mental e fascista e no exercício contínuo da vigilância e da violência policial, acompanhados de repressões militares periódicas".

Há aqui uma combinação de uma nova conjuntura do papel exercido pelo Estado, que se converte num Estado policial, aparelhado para violência sob a tutela institucional, somado a uma profunda crise econômica, a qual possui versões periódicas de uma continuidade, sintetizada em episódios de uma mesma crise – e que é aproveitada por parte de grupos dominantes, que se valem desse aparelhamento do Estado para reprimir aqueles/as trabalhadores/as que tentam impor uma agenda de resistência às formas de alienação e espoliação do trabalho. Wacquant (2001), em consonância com o exposto, nos impele à reflexão acerca das peculiaridades desse processo. Segundo este autor, políticas estatais de criminalização servem o propósito de transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e condicionalidades, trocando assistência social por adoção de formas de comportamento social adequadas aos padrões estabelecidos por essas políticas. Em suas palavras,

> O desdobramento desta política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado opera segundo duas modalidades principais. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, consiste em transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das novas "classes perigosas". Prova disso é a onda de reformas votadas nestes últimos anos em vários estados, condicionando o acesso à assistência social à adoção de certas normas de conduta (sexual, familiar, educativa, etc.) (Wacquant 2001: 27-28).

Esse controle sistemático do comportamento dos/as trabalhadores/as, no âmbito seja educativo, seja familiar, permeando até sua conduta sexual, moral e cívica – por meio de instituições sociais "tradicionais" –, é um dos desdobramentos do sistema de dominação e alienação já denunciadas por Gramsci (2008). A alteração dos elementos psíquicos e o controle da subjetividade humana fazem parte dos novos mecanismos de domínio, expostos em estudos como o de Alves (2008), que vão além do controle sobre sua força de trabalho. Assim, são muitas as dimensões de aprisionamento pelo qual os/as trabalhadores/as estão submetidos numa sociedade capitalista. O controle da subjetividade do/a trabalhador/a, a sua reificação, sua desefetivação tem também no americanismo (cf. Gramsci 2008) sua expressão. Esse fenômeno é apresentado como um aprofundamento dos elementos de controle do industrialismo (fordismo), que ele adjetiva de "brutal", controle psicofísico sobre quem trabalha. Dessa forma é descrito o controle psicofísico do trabalhador a partir do americanismo:

> Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem menosprezasse estas iniciativas (mesmo que tenham fracassado), e visse nelas só uma manifestação hipócrita de puritanismo, negaria qualquer possibilidade de entender a importância, o significado e a meta objetiva do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo conferido até agora para criar, com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem (Gramsci 2008: 69).

A cultura do americanismo, ainda conforme Gramsci (2008), é uma renovação da base material, que forçou o advento de novas formas de 'civilização', as mesmas formas de 'civilização' que vão explorar o trabalho de forma mais eficiente, as mesmas formas que criam uma nova "cultura", com "uma nova epiderme" sobre as bases da cultura europeia. Tudo isso com a finalidade de reduzir o/a trabalhador/a apenas

ao seu aspecto físico maquinal, podá-lo, constrangê-lo em sua intimidade para moldar um sujeito submetido aos padrões que os industriais supõem ser o aceitável.

O tema da alienação é premente para uma melhor compreensão das relações de trabalho, em dias de avanço acelerado das relações capitalistas, onde o lucro e a exploração são pontos importantes, inclusive do ser humano. Por isso, vários estudiosos do assunto, entre os quais Mészáros (2016: 9), segundo o qual "o quadro atual, portanto, potencializa a urgência histórica de um enfrentamento decisivo e real contra o poder da alienação", têm chamado a atenção para a necessidade de aprofundamentos e de avanços nos estudos da categoria alienação.

2. Toyotismo-fordismo: gerencialismo aplicado, intensificação e alienação do trabalho

Tomamos por base o estudo de Freitas (2012) para conceituarmos gerencialismo como a interferência de fatores de gestão de corporações privadas no setor educacional, entendido ainda como resultado de um esforço e de uma "coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para "consertar" a educação. A revolução industrial (século XVIII) trouxe importantes transformações na relação dos seres humanos com o trabalho (Hobsbawm 2015 [1962]). A chamada fase maquínica alterou essa relação, trazendo reificação para o/a trabalhador/a e fazendo com que essa categoria se tornasse "tanto mais pobre quanto mais riqueza produz" (Marx 2010 [1844]: 80). Nesses termos a efetivação do trabalho é, ao mesmo tempo, para o trabalhador, o seu contrário, ou seja, a sua própria desefetivação. Ainda para Marx (2010 [1844]), quanto mais o trabalhador se esforça em seu trabalho, mais ele se desefetiva, uma vez que o trabalho na perspectiva do capital já é, em si mesmo, trabalho alienado e, nesse contexto, o trabalhador empobrece, quanto mais produz, tornando-se mercadoria barata, num mundo que valoriza mais as coisas que os seres (*Dasein*).[1] Assim, os objetos que o trabalhador produz são elementos estranhos ao trabalhador, o trabalho despendido pelo trabalhador para produzir algo se desprende do trabalhador e se objetifica no produto. A esse processo Marx (2010 [1844]: 80) denomina *objetificação,* processo pelo qual o trabalhador efetiva o trabalho na medida em que se

1 A expressão *Dasein* é utilizada por Marx na sua "Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral", capítulo dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Todas as vezes que Marx se refere ao termo "existência", refere-se à forma de ser humano se colocar diante da realidade.

desefetiva enquanto ser, desefetivação essa "em que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome". Neste contexto o trabalhador sofre um processo de alienação, de estranhamento no próprio desenvolvimento da técnica do trabalho. Assim, o processo de alienação se efetiva em diversos aspetos da relação do trabalhador com seu trabalho. A este respeito, Antunes (2012: 122) afirma:

> A exteriorização do trabalhador sob a modalidade do estranhamento apresenta-se inicialmente em "sua relação com os produtos do seu trabalho". Mas, acrescenta Marx, o estranhamento do trabalho não se expressa somente no resultado do processo produtivo, mas no próprio ato da produção, na atividade produtiva em si mesma.

Nesse contexto histórico "tem havido uma tendência sistemática, durante este período, em direção a uma expansão daquelas posições com relativamente pouco controle sobre seu processo de trabalho" (Apple 2013: 5), onde procedimentos gerencialistas estão incutindo um controle técnico sobre o trabalho dos/as professores/as, promovendo a separação entre a concepção e a execução do trabalho. Essa separação entre concepção e execução da atividade docente se caracteriza como alienação do processo do trabalho. São muitos os efeitos dessa alienação sobre o trabalho docente:

> Desqualificação, controle técnico e proletarização são conceitos tanto técnicos quanto políticos. Eles significam um processo histórico complexo no qual o controle do trabalho foi alterado, no qual as qualificações que os trabalhadores desenvolveram ao longo de muitos anos são subdivididas em unidades atomísticas, redefinidas e então apropriadas pela gerência para aumentar tanto a eficiência quanto o controle do processo de trabalho. No processo, o controle dos trabalhadores sobre o ritmo, sobre a definição de formas apropriadas de fazer uma tarefa e sobre critérios de desempenho são todos lentamente tomados como sendo prerrogativas do pessoal da gerência, os quais estão usualmente separados do local real em que o trabalho é feito. A desqualificação, então, frequentemente leva à atrofia de habilidades valiosas que os trabalhadores possuíam, uma vez que não há mais nenhuma "necessidade" delas no processo de trabalho redefinido. (Apple 2013: 5).

Os avanços desses processos conduzem os/as professores/as a perder a sua identidade profissional, a vivenciar uma conjuntura em que o/a trabalhador/a (docente) "perde o controle sobre o processo de trabalho, perde a noção de integridade do processo, passando a executar apenas uma parte, alienando-se da concepção" (Oliveira 2004: 1134). A desprofissionalização docente é uma das consequências de um movimento amplo de reconfigurações, que perpassam pelo barateamento,

desintelectualização e homogeneização profissional, características próprias do processo de alienação. Estas abrem margem para uma intensa pauperização do mesmo, tanto no sentido do fomento ao senso crítico, quanto na capacidade de articulação e combatividade em relação à precariedade que o mesmo atravessa, nos mais diversos seguimentos que o termo possa alcançar. Além do mais, elas fomentam o surgimento de grupos que defendem uma educação mais técnica, mais objetivista, que atenda aos interesses meramente do mercado, aos postos de trabalho. Estes grupos, por sua vez, se caracterizam como defensores de reformas educativas para menos, no sentido de retirada do currículo (nacional) de componentes considerados reflexivos e de engrandecimento cultural, tais como sociologia, filosofia, artes, entre outros. A objetificação do/a trabalhador/a já se inicia, conforme essas pessoas, na escola. A partir do momento em que são introduzidas medidas conservadoras que procuram extrair a capacidade crítica dos/as discentes, é efetivada a constituição de uma sociedade alienada e alienante num processo de auto-alimentação do sistema.

Essas características relativamente recentes do trabalho docente, estimuladas, como já citado aqui, por um processo de formação, que busca adequar este profissional aos "novos tempos e novas exigências", que o neoliberalismo está implementando na educação, é visto como um elemento estratégico do sistema capitalista para se reproduzir, utilizando a educação. Nesse contexto específico, esta categoria de trabalhadores funciona como instrumento de operacionalização. Assim,

> O professor faz a formação e também a conformação da próxima geração de trabalhadores e, por esta razão, é considerado, a nosso ver, estratégico para o projeto do capital, não para promover as alardeadas habilidades e competências nos educandos, mas efetivamente para monitorá-las, transformando-se em tecnologia de baixo custo, na execução do que vem sendo considerado "governo à distância" (Shiroma 2004: 535).

Produzir conformação é, de facto, uma tarefa que só uma classe cooptada, alienada de sua função de fomento de consciência crítica, adepta de um projeto de poder, poderia assumir. Como afirmado pelas mesmas autoras, no jogo de poder que o sistema capitalista enseja, os docentes são peças fundamentais não apenas para dar andamento a uma alienação "da próxima geração", como também para garantir o metabolismo desse sistema.

Marx (2010 [1844]) aponta quatro formas de alienação, sendo que os efeitos desse processo incidem sobre a classe trabalhista, fazendo com que este, numa primeira fase, não reconheça a própria natureza humana; numa segunda, que não possua esse reconhecimento de sua própria atividade produtiva; numa terceira, que se configure como uma desrealização e não consiga reconhecer a sua relação individual

com o gênero humano; e, por fim, numa quarta fase do processo de alienação, que este/a trabalhador/a seja estranhado do próprio ser, separando-se do ser genérico e não reconhecendo a sua própria natureza. Ou seja, sintetizando, (*i*) é a relação do/a trabalhador/a com o que é produzido, (*ii*) por meio do chamado processo de produção, (*iii*) que se dá significado ao trabalho exercido, (*iv*) em sua relação social, com sua comunidade.

Esse conjunto de alienações acaba por promover, via fetichismo da mercadoria, onde as "relações sociais estabelecidas entre os produtores acabam por assumir a forma de relação entre os produtos do trabalho" (Antunes 2017: 124), uma reificação na própria relação entre as pessoas, que representam o ser social.

2.1. O taylorismo: elementos gerencialistas em contraste com a autonomia do trabalhador

O taylorismo foi responsável pela implementação de um sistema de controle sobre os/as trabalhadores/as, que estariam subordinados a um quadro de gestores e administradores, responsáveis por conceber aquilo que seria executado pelos/as trabalhadores/as, abrindo ainda mais o espaço onde repousava a divisão social do trabalho. O fordismo, por sua vez, ampliou o processo de subordinação do/a trabalhador/a ao sistema de produção, com as linhas de produção e a massificação do consumo e, consequentemente, ampliou o fenômeno da alienação entre a classe trabalhadora. O taylorismo-fordismo apresenta certas consequências:

> [...] numa processualidade aparentemente contraditória, esse mesmo trabalho de base tayloriano-fordista era dotado de maior regulação, contratualidade e seguridade, resultantes, nunca é demais reiterar, de suas lutas históricas pela regulamentação do trabalho frente aos ditames do capital. As lutas pela regulamentação da jornada de trabalho, pelo direito de greve e organização sindical e política independentes e autônomas, pelo salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres, são alguns dos inúmeros exemplos de luta do trabalho pelos seus direitos frente ao capital (Antunes 2017: 125).

O que se analisa aqui, no entanto, é a renovação das formas de dominação do capital sobre o trabalho e o processo de estranhamento que emergiu a partir da crise estrutural dos anos 1970. Conforme entendimento de Antunes (2017: 64), a partir dessa crise houve a necessidade de se promover uma reestruturação produtiva que implementou a flexibilização do trabalho, utilizando o modelo do toyotismo, com vistas a repor o projeto de hegemonia do capital:

> A redução do número de trabalhadores nas organizações onde é aplicado. Não por acaso, designamos em outros trabalhos esse processo como uma "liofilização". É evidente que o mundo da "empresa flexível", da acumulação liofilizada, não alterou a forma de ser do capital, mas alterou, em muitos pontos, os mecanismos do padrão de acumulação do capital. E isso tem consequências, também, na própria subjetividade do trabalhador e nas distintas manifestações do fenômeno da alienação (Antunes 2017: 73).

Essas transformações concorrem para gerar um ambiente de trabalho com maior intensificação laborativa, máximo envolvimento cognitivo por parte de quem trabalha, fazendo com que este esteja cada vez mais comprometido com sua atividade laboral e um ambiente de direitos usurpados, a exemplo dos processos de desregulação de direitos sociais, processo de terceirização, fragmentação e disciplinamento da força de trabalho, típicos efeitos do gerencialismo.

2.2. Taylorismo e educação: o caso das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) em Pernambuco do Programa de Educação Integral (PEI)

Em Pernambuco, Estado localizado no Nordeste brasileiro, o PEI tenta reproduzir esse modelo de gestão escolar que tem no gerencialismo, na responsabilização, no currículo baseado nas avaliações externas (Freitas 2012; Silva e Silva 2016) o seu palco principal. É nas EREM que o Estado de Pernambuco tem investido esforços para colher muita propaganda, ligada à ideia de eficiência educacional, demonstrando bons resultados, mesmo sendo os dados sobre a real situação da qualidade da educação ainda raros e, quando existem, inconclusos. A Lei complementar n° 125, de 10 de julho de 2008, possibilitou a implantação do ensino de tempo integral no Estado de Pernambuco. No artigo primeiro desta lei verifica-se que

> Art. 1º – Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação Integral, vinculado à Secretaria de Educação, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco (Pernambuco 2008: 1).

A lei foi implementada pela gestão do então governador Eduardo Campos, ao mesmo tempo que visava a criação de Escolas de Referência em Ensino Médio onde um novo projeto pedagógico seria implantado. Para essas escolas foram

elaborados planos diferenciados de gestão, com subordinação direta à Secretaria de Educação e não às Gerências Regionais de Educação, com um novo desenho curricular que previa:

> Carga horária mínima de 3000 horas, entendendo-se 2400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa; [...] Estimulo à atividade docente em dedicação integral a escola, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas; Consonância com as ações do Projeto Político Pedagógico implementado com participação efetiva da comunidade escolar; Participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Todas as mudanças curriculares deverão atender às normas e aos prazos definidos pelos Conselhos Estaduais para que as alterações sejam realizadas (Brasil 2013: 12).

O modelo pernambucano encontra nos Estados Unidos a sua inspiração. Nessa realidade, mais precisamente em San Diego, o conselho escolar encomendou uma pesquisa[2] para fazer um levantamento dos efeitos desse tipo de política educacional sobre a classe docente. Os resultados obtidos deixaram os investigadores/as "impressionados pelo aumento do distrito nos *scores* de testes em leitura e perplexos com as reclamações dos professores" (Ravitch 2011: 75). Ravitch (2011: 76) enfatiza que a AIR valorizou o roteiro; porém, destaca que a categoria docente estava descontente, sobretudo quando se verificava a velocidade de aplicação do programa e sua extensão. Destaca-se ainda a ausência de respeito e prestígio por parte dos/as professores/as face às reformas que estavam em vigor. A autora ainda aponta que "muitos reclamavam de 'um clima de medo e suspeita' e de estarem 'exaustos, estressados e, em alguns casos, temerosos de perder seus empregos se eles não agirem conforme manda esse novo programa'". O PEI introduz no Estado de Pernambuco, por meio de sua Secretaria de Educação, uma estrutura de funcionamento que, em última análise, reproduz o NCLB[3] norteamericano. O que está sendo implementado no Estado como política pública poderá servir de modelo para as demais unidades da Federação, espalhando-se por outras regiões.

Numa realidade local, Garanhuns, município do interior do Estado, localizada na região do agreste meridional a cerca de 230 Km, com uma população em torno de 137 mil habitantes, foco de nossa investigação, entrevistamos um grupo de docentes, gestores e sindicalistas, que nos forneceram os dados utilizados neste escrito. Em

2 A pesquisa foi realizada pelo AIR – Institutos Americanos de Pesquisa e produziu dois relatórios, um em 2002 e outro em 2003.

3 Sigla para *No Child Left Behind* (Nenhuma criança fique para trás) – implementado pela gestão George W. Bush, conhecida como Lei para Educação de 2011.

relação ao desenho curricular que o PEI oferece, onde há um aumento do tempo pedagógico, o Professor 2 da EPJG declara:

> [...] um professor de escola integral dá nove aulas, diárias, aí ele tem um momento de planejamento, com as aulas atividades mas é muito pouco, para o que ele faz, para o que ele trabalha, e hoje ele tem que procurar ser mais dinâmico, e procurar tornar mais agradável porque tem hora que o aluno, você percebe que o aluno olhando pra você e você também não suporta, o cansaço, você não tem tempo para pesquisar, porque a cobrança é muito grande, muito grande mesmo (Professor EPJG).

Os/as docentes são parte importante no processo de desenvolvimento desse projeto. As tensões que se criam, as contradições já bastante aparentes entre aquilo que se prometia e a realidade que se apresenta já começam a produzir seus primeiros resultados, muitos deles expostos aqui nesse trabalho, como as condições precárias de infraestrutura de muitas EREM, que não oferecem condições básicas para realização do trabalho docente, em que o seu planejamento fica prejudicado e a sua capacidade de refletir sobre sua atividade fica comprometida. Além do mais, no âmbito do PEI, a própria precariedade da estrutura física de algumas escolas, bem como a desorganização curricular, altera e dificulta a capacidade de planejamento dos professores, fazendo com que estes tendam a executar sua atividade de forma mais "automatizada":

> [...] Essa condição negativa seria essa condição de estrutura física, o que é bastante cansativo, com salas muito quentes, muito cheias, muitas vezes com as mídias não necessárias ainda, entendeu… então essa parte de estrutura física tem que ser melhorada, que são aspectos negativos. A gente tá passando por uma crise muito difícil, difícil de material, financeiramente falando, questão de verbas pra merenda, para almoço, para janta, para tudo, porque a gente tem uma escola aqui, a realidade da nossa escola, não é só porque ela não é só semi-integral, temos o ensino regular também à noite, então a gente vive as duas realidades, numa escola a gente tem duas escolas, tem a escola semi-integral durante o dia, e à noite a gente tem a realidade do regular, a gente procura não ter essa diferenciação, mas mesmo assim a gente sabe que existe, então a nossa realidade de hoje, já foi melhor, mas as condições de trabalho hoje "está" bem complicado (Gestot, Escola DJMA).

Nesta pesquisa o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) também foi ouvido. Em relação ao comprometimento da capacidade do professor de atuar de forma mais planejada e autônoma neste programa, e de como a própria estrutura do PEI concorre para implementar alienação do trabalho pela separação entre concepção e execução, o Sintepe declara:

> [...] nas condições atuais não. A escola de referência surge como quebra de paradigma da educação. Isso acontece com um novo olhar: a visão de mundo, os quatro pilares da educação de Delors, a avaliação interdimensional, o protagonismo juvenil, a formação continuada, no entanto uma distância do que foi idealizada e o que é real, assim a escola se tornou conteudista demais, porque o que há é uma verdadeira competição, incentivada pelo Governo, por melhores resultados nas avaliações. (Sintepe).

Quando perguntado sobre como eram as condições de trabalho no PEI, e sobre como essas mesmas condições podiam afetar as condições de trabalho docente, o professor de uma das principais instituições de ensino da região pesquisada respondeu:

> [...] a gente não tem apoio pedagógico, a gente não tem coordenador pedagógico, a gente não tem mais articuladores, só tem a gestão que tem que dar conta de tudo isso sozinha, do pedagógico e do administrativo, então é difícil, está faltando muita coisa para que a escola seja melhor, a gente dá resultado mas a gente dá resultado porque tem essa força enquanto equipe (Professor, EREM-GUS).

Sem apoio pedagógico, e contando apenas com a "gestão", o professor se vê na incumbência de produzir resultados positivos mesmo em condições precarizadas de trabalho. Num sistema que prima pela busca de índices, muitas vezes em detrimento de uma educação mais holística, a pressão por resultados faz com que o professor passe a trabalhar os conteúdos mais específicos das provas, fazendo com que o interesse maior do processo educativo recaia sobre a obtenção de resultados afirmativos em avaliações externas.

O trabalho docente sem condições adequadas de trabalho, precarizado e intensificado, com espaços minimizados de planejamento para a atividade docente, vem, de forma contundente, desefetivar o/a docente no ato mesmo do seu trabalho. Esse processo de alienação do trabalho docente incorpora novas formas de domínio do trabalhador como a captura de sua subjetividade, por exemplo, e faz com que o trabalhador/a docente com elementos de desefetivação esteja cada vez mais à mercê de fatores gerencialistas e cada vez mais precarizado em sua atividade.

Conclusão

Podemos perceber, diante do exposto, o quanto mais sutis são as formas de domínio e de alienação que as novas configurações de organização do trabalho empregam; porém, não deixam de ser cruéis e intensas, enquanto no taylorismo-fordismo

temos formas mais incisivas de domínio do/a trabalhador/a, o que demonstra um nível mais bem articulado e sofisticado de incidir sobre a produção realizada pelo trabalhador, auferindo maiores lucros aos detentores dos meios de produção. Em nosso texto procuramos evidenciar esses mecanismos, sobretudo voltado ao trabalho docente. Todavia, concordamos que não se limita somente a esta, estendendo-se a outras atividades laborais. O trabalho docente tem passado por reconfigurações que descaracterizam sua função em muitos aspectos. Podemos enumerar a perda do controle sobre a concepção do trabalho, a proletarização, o barateamento e a desintelectualização de boa parte do corpo docente como um fenômeno mundial, que acompanha o movimento de globalização não só da economia, como das práticas de gerenciamento que têm sido incorporadas pelos sistemas de ensino.

Na era da flexibilização do trabalho, o envolvimento do/a trabalhador/a com seu trabalho se dá por processos de gestão mais arrojados e de implementação da ideia de colaboração, para disfarçar assim a exploração do proletário/trabalhador. Trata-se de um modo de reconfiguração de execução das formas de trabalho, mas que não deixam de alienar o/a trabalhador/a daquilo que se produz. Tal reduz quem trabalha a mero estagiário entre o elemento natural e o produto final, sem participação consciente desse processo. Mais, tal maquiniza todo o procedimento, inclusive quem trabalha nele, e retém apenas para quem detém os meios de produção a intenção final daquilo que se produz. O "complexo social do estranhamento" retira do ser social a capacidade de se realizar no produto do seu trabalho, retira-lhe também a capacidade de se reconhecer como parte integrante do grupo ao qual pertence. Talvez por isso, o reconhecimento por parte significativa dos/as trabalhadores/as, de sua importância e da importância de se ver enquanto parte de uma coletividade, em muitas realidades, seja tão complexo nos dias de hoje.

Com isso, tanto o estranhamento quanto a alienação aparecem mais interiorizados nos trabalhadores/as e são menos visíveis, se comparado a outros sistemas, como destacamos em nosso texto, tornando-se, portanto, mais complexos que aqueles verificados nas primeiras formas de organização do trabalho. O facto é que a desefetivação de quem trabalha tem rebatimentos importantes no reconhecimento do seu trabalho, assim como na sua atividade sindical. Nem mesmo a organização do docente, enquanto classe, tem-se efetivado e esta tem perdido a sua capacidade de reivindicação frente aos desmontes que os trabalhadores têm de enfrentar no contexto histórico atual. Com isso percebe-se a tentativa de descredibilizar as organizações sindicais, na medida em que o/a trabalhador/a, ao não participar dela e esvaziando-a, ao mesmo tempo que individualiza aquele/a que trabalha, dificulta a sua articulação e entendimento enquanto classe.

Referências bibliográficas

Alves, Giovanni Antonio Pinto (2008), "A subjetividade às avessas: toyotismo e 'captura' da subjetividade do trabalho pelo capital", *Cadernos de psicologia social do trabalho*, v. 11, n.º 2, 223-239.

Antunes, Ricardo (2012), "Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas", *Caderno CRH*, v. 24, n.º 1.

Antunes, Ricardo (2017), *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo, Cortez.

Apple, Michael (2013), "Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente", *Cadernos de Pesquisa*, n.º 60, 3-14.

Brasil (2013), Ministério da Educação. Programa Ensino médio Inovador: Documento Orientador. Brasília/DF, MEC.

Freitas, Luiz Carlos de (2012), "Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação", *Educação & Sociedade*, v. 33, n.º 119, 379-404.

Gramsci, Antonio (2008), *Americanismo e fordismo*. São Paulo, Hedra (trad. Gabriel Bogossian).

Harvey, David (2016), *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Boitempo (trad. Rogério Bettoni), 1.ª ed.

Hobsbawm, Eric (2015 [1962]), *A era das revoluções, 1789-1848*.. São Paulo, Paz e Terra (trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel), 33.ª ed.

Marx, Karl (2010 [1844]), *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo.

Marx, Karl (2011 [1867]), *O Capital [Livro I] crítica da economia política*. O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo (trad. Rubens Enderle), 2.ª ed.

Minayo, Maria Cecilia de Souza (2009), "O desafio da pesquisa social", *in* Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes (orgs.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 28.ª ed.

Oliveira, Dalila Andrade (2004), "A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização", *Educação & Sociedade*, v. 25, n.º 89, 1127-1144.

Ravitch, Diane (2011), *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre, Sulina (trad. Marcelo Duarte).

Saviani, Demerval e Duarte Newton (orgs.) (2012), *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, Autores Associados.

Shiroma, Eneida Oto (2004), "Implicações da política de profissionalização sobre a gestão e o trabalho docente", *Trabalho & Educação*, v. 13, n.º 2, 113-125.

Silva, Jamerson Antonio de Almeida da e Katharine Ninive Pinto Silva (2016), "Política de avaliação e programa de educação integral no ensino médio da rede estadual de Pernambuco: os limites da centralidade da avaliação nas políticas educacionais", *Práxis Educativa*, v. 11, n.º 3, 736-756.

Tonet, Ivo (2011), "Educação e ontologia marxiana", *Revista HISTEDBR OnLine*, 11(41e), 135-145.

Wacquant, Loïc (2003), *Punir os pobres: a nova gestão de miséria dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Editora Revan (trad. Eliana Aguiar).

VI. REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE KARL MARX E FLORESTAN FERNANDES

Tainara Fernandes Machado e Guilherme Luiz K. Tortelli

Introdução

As relações de trabalho assumiram diversas formas durante a história humana, atingindo o pico de especialização e centralidade social com o capitalismo. Nesse sistema há constante tensão entre os sujeitos responsáveis pela produção e os detentores dos meios de produção, sendo que nos encontramos frente à escalada de conflitos de interesses. Elaboramos, diante desse quadro, uma singela contribuição, a partir da contextualização histórica e da análise do instrumental marxista, com a reflexão de algumas das transformações propostas pela reforma trabalhista implementada no Brasil. De Marx buscam-se os fundamentos para a discussão da relação entre o trabalho e o capitalismo, passando depois para Florestan Fernandes, que aplica o instrumental marxista para a análise das particularidades brasileiras. Por fim, realiza-se uma das leituras possíveis sobre a reforma trabalhista, que entrou em vigor em 2017 no Brasil.

1. Trabalho e o capitalismo

O trabalho é a instância fundamental da reprodução social, sendo, por isso, o elemento basilar de sustentação dos indivíduos e das comunidades. Portanto, é decorrente da necessidade inescapável para se manter as relações sociais ativas. Trata-se, em primeira medida, da própria subsistência. Além disso, é o instrumento para realização das capacidades humanas. A comparação da aranha e da abelha, apresentada por Marx (2013 [1867]: 256), é exemplificativa nesse sentido, pois indica que o trabalho humano se distingue das obras dos animais pela capacidade de idealização,

portanto, de projetar antes da ação prática, ou seja, planejar. Assim, não pode ser considerado como ato instintivo ou de mera repetição.

Considerando o trabalho nessa complexidade, pode-se entender que o crescimento de sua eficiência em suprir as necessidades básicas dos indivíduos e comunidades esteve acompanhado pela geração de outras tecnologias sociais, como a linguagem, por exemplo. Estas, por sua vez, criam uma nova necessidade, nunca saciada, de dar sentido às coisas. Assim, destaca Antunes: "O trabalho mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é por isso, ponto de partida para a humanização do ser social" (2005: 68). Ele constitui-se também como um princípio educativo na evolução e humanização do ser social, inclusive na sua potencialidade de emancipação frente à exploração. Contribuindo a essa análise, Lukács (1981) afirma que a essência ontológica do trabalho tem característica de intermediação entre a inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza – seja esta inorgânica (matéria-prima, utensílios do trabalho, etc.), seja orgânica, que na inter-relação entre homem e natureza indica a passagem de ser biológico ao ser social. Esta passagem evidencia que o trabalho, para além da necessidade de subsistência, configura-se numa possibilidade criativa e criadora de sentido, em que o homem pode aplicar à natureza sua força e racionalidade, a fim de realizar todo o tipo de finalidades. Ricardo Antunes apresenta a imagem de um pêndulo para representar a forma como o conceito foi utilizado em diferentes contextos históricos, variando entre a exaltação positiva e negativa ao trabalho:

> Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência do martírio. Ora se cultuava seu lado positivo, ora se acentuava seu traço de negatividade (2005: 259).

Evidencia-se uma preocupação de enquadrar o trabalho dentro de uma idealização da realidade, de modo que sua valorização como "boa" ou "má" dependia de valores morais em voga. Essa forma de entender a realidade, marcada pela subjetividade do analista, é progressivamente superada pelo desenvolvimento das ciências humanas, sobretudo do que viria a ser definido pela disciplina da Sociologia. Nesse processo, Marx foi um dos primeiros e mais destacados pensadores a imprimir maior cientificidade aos estudos das sociedades, buscando nas estruturas sociais as bases para a aplicação do método dialético. A partir de sua obra não há como pensar o conceito de trabalho somente por sua perspectiva operacional ou subjetivista, devendo ser considerado o sentido que possui na sociedade.

O capital instituiu um sistema de metabolismo social que submete a si o trabalho na busca da realização do lucro e de sua reprodução. A relação entre trabalho e capital não é previamente determinada, sendo que decorre da realidade histórica em que se efetiva. Como já haviam apontado Marx e Engels: "O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos [...]" (2002 [1848]: 35). No capitalismo não é possível existir uma sociedade com igualdade real (econômica, social, de direitos, etc.), pois é um sistema que se baseia, fundamentalmente, na extração da mais valia e maximização dos lucros pelos detentores dos meios de produção. Tal análise já estava presente na obra de Marx, tendo sido confirmada pela análise extensiva de dados econômicos e por pesquisadores não alinhados teoricamente ao marxismo, como é o caso de Thomas Piketty.[1] Nesse processo verifica-se que os atores do mundo do trabalho são reificados, tornando-se ativos do capital, extensão das máquinas. Além disso, é colocado como o fiador das crises sistêmicas. Trata-se, porém, de uma relação sempre conflituosa, visto que os trabalhadores não aceitam pacificamente o ataque às suas expectativas e aos seus direitos.

A primeira Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, caracteriza-se como um fenómeno gerador de uma das primeiras reações da classe trabalhadora à exploração capitalista; a resistência à introdução das máquinas fabris gerou uma luta árdua, pois as máquinas eliminavam postos de trabalho e obrigavam os trabalhadores a um ritmo mais intenso de labor. Contudo, não houve como brecar o avanço tecnológico (Souza 2003). Nos anos 30 do século XIX, já no processo da Segunda Revolução Industrial, surgiu um movimento de massas denominado "owenismo" na Inglaterra. Seu principal objetivo era a formação de cooperativas baseadas nos sindicatos originários das antigas corporações de ofício de artesãos. Com a necessidade de regulamentação do trabalho nas fábricas (tanto pelos interesses dos empresários capitalistas de eliminar a concorrência de fábricas menores, quanto pela necessidade de se repensar as condições de trabalho dos trabalhadores), surge a lei fabril, elaborada em 1872.

Na Europa e na América do Norte, em meados da década de 1970, a crise do Estado de bem-estar social no pós-guerra, a baixa taxa de crescimento, a crise do petróleo e as altas taxas de inflação proporcionaram terreno para o surgimento do neoliberalismo que provocou mudanças consideráveis para a relação do capital com o trabalho, as desigualdades e a produção. Caracterizando-se o neoliberalismo por uma reação

1 Economista francês que vem estudando a concentração de renda nos países desenvolvidos, a qual vem superando o desenvolvimento econômico desses países. É o autor da obra *Capital no século XXI*. Apesar do título de sua obra, afirma que nunca realizou um estudo profundo sobre a obra homônima de Marx.

teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, com raízes na Suíça, entre outros países, esta espécie de uma franco-maçonaria neoliberal tinha como propósito combater o keynesianismo e o solidarismo para a preparação para um novo capitalismo – mais duro e menos regulado. Um de seus principais argumentos era de que a desigualdade era um valor positivo para o capital (Anderson 1995).

Marx e Engels, em meados de 1848, já identificavam o processo permanente de estratégias da burguesia para a abstração do sentido do trabalho e para a garantia de mais acumulação de capital:

> A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais. [...] O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. [...] Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com os olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas (Marx e Engels 2002 [1848]: 28).

A vivência de uma crise salarial e a mudança das relações do mercado e de produção (globalização dos mercados – ou seja, a importação do que antes se produzia), a partir da Terceira Revolução Industrial, cria campo para o processo de ampliação de novas alternativas e formas de organização popular, muitas relacionadas ao movimento operário, para sustento desse contingente de trabalhadores desempregados; mas, também, como um local de legitimação dos saberes desses/as trabalhadores/as. A sociedade do capital e a sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e, cada vez mais, das diversificadas formas de trabalho parcial – terceirizado –, que é parte constitutiva do processo de produção capitalista contemporânea. Atualmente, a classe trabalhadora se complexificou, no sentido de uma maior heterogeneização e fragmentação ideológica como classe. Por essas razões, estaríamos vivendo a chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0. Nesse processo, a importância do acelerado avanço da tecnologia é extremamente destacada.

A passagem para as formas flexíveis de produção e a nova cultura de gestão de empresa flexível acentuam a fragmentação da produção nas grandes empresas e alimentam o imaginário de pequeno empresário, "dono do seu próprio negócio ou mão de obra" (aplicativos de motoristas, de entrega de comidas, etc.), o que acaba por ser, para a maior parte dos envolvidos, a precarização da força produtiva. Se a busca de lucros se torna uma questão fundamental para o capital, a precarização do trabalho, aumentando a competitividade entre os trabalhadores e contribuindo para o enfraquecimento de sua força política, se corporifica nos coletivos, sindicatos

dos trabalhadores e partidos. Assiste-se ao incremento da exploração sofrida pelos trabalhadores e a conquista de seu imaginário pelo capital. Assim, incorporam um discurso que é essencialmente contrário ao processo de sua emancipação do trabalho precário e alienado. De outro lado, verifica-se concentração de patrimônio e, portanto, de poder máximo desde o início das primeiras formas de capitalismo. Essa é uma tendência mundial, sendo desenvolvida de forma diversa em cada país, de modo que muito interessa a análise das especificidades dos diversos espaços geográficos e de seus instrumentos internos.

2. A classe trabalhadora no Brasil: da oligarquia ao capitalismo

A análise das leis que regulam as relações de trabalho passa, impreterivelmente, pela compreensão do contexto histórico e social em que se implementam. Isso se faz necessário não somente para os estudos que buscam entender essa ferramenta de poder, mas, inclusive, para os aplicadores do direito, sejam advogados ou juízes. Trata-se, portanto, de esforço fundamental para a compreensão da sociedade e para sua transformação. Por isso, a seguir é apresentada a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, através da obra de Florestan Fernandes, um dos mais reconhecidos sociólogos brasileiros. Fernandes é um dos grandes intelectuais brasileiros, sendo considerado um dos poucos autores a conseguir construir uma imagem completa do país. Preocupa-se em realizar uma interpretação autêntica da realidade nacional, não se limitando à importação de categorias sociológicas de outros países. Em sua trajetória crítica modelos ideais nas ciências humanas, buscando desenvolver evidências a partir de pesquisas de profundidade empírica, demonstrando grande preocupação com a utilização das fontes primárias. Não perde, contudo, a relação da pesquisa empírica com explicações dos processos históricos e sociais, colocando-os em teste e aperfeiçoando-os.

Este autor passa pela análise da organização das sociedades indígenas e pela constituição do escravismo no país, chegando à análise do desenvolvimento do capitalismo. Essa é tratada com maior ênfase na obra "A Revolução Burguesa no Brasil", de 1975. Dentre diversas contribuições ressalta-se o entendimento de que o processo de implementação de um projeto burguês de dominação e desenvolvimento ocorre de forma distinta do que se verificou na Europa. Nesse sentido afirma:

> Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de

> converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como "poder político indireto (Fernandes 2005: 240).

A debilidade da burguesia brasileira no cenário político e econômico decorre da forma histórica com que a economia brasileira se relacionou com o mundo, ocupando um espaço de exportação de *commodities*, na forma seja de minérios seja de produtos agrícolas. Além disso, a própria configuração espacial do Brasil, em suas dimensões continentais, dificulta maior coesão dos interesses da burguesia. Assim, a burguesia nascente, ligada particularmente ao comércio, não pôde confrontar o poder político consolidado da oligarquia, a qual se encontrava intimamente ligada à escravidão. Além de não possuir força política para o enfrentamento da oligarquia, a burguesia brasileira se desenvolvia num país marcado pela escassez de trabalho livre. A escravidão mantinha a maior parte da força de trabalho em constante estado de exclusão e de revolta. O poder da oligarquia se mostra útil à manutenção da estabilidade social, prioritário aos interesses da burguesia nascente. Opta-se pela acomodação de interesses num processo de transformação econômica e social gradual, segura junto dos setores dominantes. Assim, os discursos dos liberais não encontram conexão com a realidade justamente pela base sobre a qual seu poder se efetivou. Em relação ao liberalismo, era utilizado como discurso legitimador até um limite confortável, como indica Florestan:

> As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu (Fernandes 2005: 242)

Essa percepção se confirma na história recente do Brasil, em que os espaços de sociabilidade e de consumo dos setores médios, associados à ideologia dominante, passaram a ser ocupados por sujeitos que ficavam até então às margens. *Shoppings centers*, aeroportos, mercados, clubes e outros espaços passaram a ser ocupados de forma mais democrática nas últimas décadas, principalmente a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, que iniciou em 2003 e se encerrou em 2016. Frente a isso, diversas manifestações de descontentamento foram expressas por aqueles que se diziam defensores do liberalismo, expressando a prevalência de sua constituição de classe marcadamente autoritária e excludente. Disso nasce uma tendência própria de liberalismo-conservador, tão em voga atualmente. As ideias fora de lugar de Roberto Schwarz, que analisa parte do discurso liberal numa sociedade de base escravista,

explicam esse espaço no discurso político.[2] Os elementos acima apresentados marcam a forma como foi efetivada a dominação burguesa e como se desenvolveu o capitalismo no Brasil. Nesse sentido ressalta-se a conclusão desenvolvida por Florestan:

> No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no Império). Não só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas também porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática (2005: 258).

Esse trecho reforça a tese de que a burguesia brasileira atinge o máximo de seu poder através da conciliação com setores oligárquicos ainda dominantes que, contudo, possuíam estratégias de dominação próprias, marcadamente autoritárias. Assim, alcança a hegemonia através de uma conciliação que limita seu potencial transformador e reafirmando a estratificação social.

A análise de Florestan nos parece uma chave de leitura fundamental para a compreensão do que ocorreu com o Brasil no período da nova república, iniciado após o fim da ditadura civil-militar, em 1985. O fim dos 21 anos de domínio militar não alterou consideravelmente a constituição sócio-econômica do Brasil, tendo sido marcado por uma abertura lenta, gradual e segura, conforme projeto encabeçado por Ernesto Geisel em 1974.[3] Não há evidência significativa de alteração na composição social, tanto mais porque a desigualdade no país apenas se intensificou[4] e porque os grupos que tomaram o poder em 1964 saíram fortalecidos desse período. A respeito desses, é fundamental ressaltar que a ditadura serviu para a implementação de um projeto econômico atrelado, principalmente, aos interesses do neoliberalismo, como

---

2 Disponível em: <https://diplomatique.org.br/liberal-conservadorismo-a-brasileira/>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

3 Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel- pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

4 Disponível em: <http://professor.ufop.br/alexandre/classes/teoria-da-constitui %C3%A7%C3%A3o-dir521/materials/ditadura-militar-aumento-da-desigualdade>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

evidenciou pioneiramente René Dreifuss, em 1981. Assim, o Brasil da redemocratização é um país de maior concentração de riquezas e mais atrelado aos interesses do capitalismo mundial.

Essa união constitui uma das principais características da burguesia brasileira, que se mostrou autoritária em todos os momentos em que se viu consideravelmente contestada em seus espaços de poder. Isso marca a contrarrevolução defensiva mantida pelos setores dominantes brasileiros, a qual pode ser percebida ainda nos dias de hoje. De inovador há o surgimento de uma nova organização política, que se desenvolve no período da redemocratização e traz ao cenário político sujeitos até então marginalizados. O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980, tendo sido articulado na oposição à ditadura civil-militar por setores populares da igreja católica, intelectuais e sindicatos. Desde seu surgimento passa por transformações na radicalidade de seu discurso, tendendo a um tom menos radical com a passagem das eleições. As eleições presidenciais de 2002 marcaram significativamente essa transformação, sendo apresentado de uma forma muito mais amena às elites nacionais. A estas foi destinada a "Carta ao Povo Brasileiro", na qual são apresentados compromissos com o empresariado brasileiro.[5] A análise realizada pelo historiador Perry Anderson sobre os governos do Partido dos Trabalhadores destaca esse caráter conciliador, o que os afasta dos governos populistas de Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina:

> O exercício de poder de Lula não envolveu nada disso. Sua ascensão foi baseada em um movimento sindical e um partido político muito mais moderno e democrático do que qualquer coisa que Vargas ou Perón jamais haviam imaginado. Mas, à época em que ele ganhou a presidência, na sua quarta tentativa, o PT tinha sido reduzido em grande parte a uma máquina eleitoral. Uma vez no poder, Lula não mobilizou e nem mesmo incorporou o eleitorado que o aclamara. Nenhuma conformação estrutural nova deu forma à vida popular. A marca de seu governo foi, pelo contrário, a da desmobilização. Os sindicatos organizavam mais de 30% da força de trabalho formal na década de 1980, quando Lula fez seu nome como o líder sindical mais talentoso. Hoje em dia, eles representam 17%. O declínio precedia seu período no cargo, mas não foi alterado por ele. Até mesmo a contribuição sindical, que remonta à legislação de cunho fascista do Estado Novo, cuja dedução e distribuição de cotas por parte do Estado foi vista pelo PT durante muito tempo, e com razão, como um mecanismo para destruir os alicerces do ativismo sindical, e cuja abolição foi uma das principais exigências do início dos anos 1980, foi deixada intocada (Anderson 2011: 33).

5 Para saber mais, acessar: <http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

Destaca-se, nos anos em que governou, certo continuísmo no que tange à hegemonia da burguesia nacional. O Partido dos Trabalhadores consegue implementar significativas transformações sociais, profundas em relação à redução da miséria e da fome, no enfrentamento do racismo e do acesso ao ensino superior, mas não atua sobre o centro do poder econômico, sendo inclusive de ressaltar a acumulação de riquezas.[6] Nesse sentido, ao comparar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com Roosevelt, afirma Perry Anderson (2011) que o presidente brasileiro teve uma relação extremamente confortável com o capital, ao contrário do que teria ocorrido no caso estadunidense.

O Partido dos Trabalhadores altera a constituição do jogo democrático ao trazer à cena política atores que até então se encontravam completamente marginalizados, mas não provoca efetiva confrontação aos setores historicamente dominantes. Dessa forma, entende-se que as transformações implementadas foram possíveis por conta da expansão das margens da conciliação, que foram aceitas devido à manutenção da conjuntura em que "os lucros nunca foram tão altos". Ocorre que o apoio desses setores e a conciliação começam a ruir a partir da alteração das condições que permitiram o crescimento econômico dos anos anteriores. Agrava esse quadro a crise política instaurada a partir das eleições de 2014, que se iniciou com a contestação dos resultados das eleições e culminou com a deposição da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Com esta crise cresce a instabilidade social, que sempre possui um alto potencial disruptivo num país marcado pela desigualdade. A conciliação é encerrada, assim que a conjuntura favorável se verifica limitada, de modo que o modelo de desenvolvimento econômico e social proposto pelos governos do Partido dos Trabalhadores é preterido frente às formas tradicionais de se fazer política, em que o corte de direitos e a redução do Estado são fundamentais. Entendemos, portanto, que as reformas implementadas a partir de 2016 estão conjugadas com a reafirmação dos espaços e grupos tradicionalmente dominantes. Frente a esse cenário, a tese construída por Florestan Fernandes para explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a constituição de sua burguesia acaba por se reafirmar, colocando em perspectiva quais os interesses que estão em disputa.

O pacto social, realizado em 1988, que culminou na "Constituição Cidadã", tratou-se de um pacto de comprometimento pelos acordos políticos firmados para a garantia de direitos sociais, assim como a garantia do Estado de bem-estar social. Todavia, desde a criação desse pacto, que seria o garantidor de direitos à população, não houve uma reavaliação do sistema capitalista de produção. Percebemos que houve,

6 Para saber mais, acessar: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/17/economia/1537197185_613692.html>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

de facto, um acordo de "convivência". Isso porque desde a redemocratização evidencia-se que o Estado brasileiro prioriza o sistema capitalista de produção, ao invés de garantir, atualizar e manter os direitos da classe trabalhadora. Consequentemente, as reformas de precarização do trabalho funcionam para o enfraquecimento dos trabalhadores como atores políticos, aumentando desigualdades e vulnerabilidades, além de negligenciar os direitos sociais das classes populares. Reformas de cunho neoliberal vêm sendo implementadas, de forma contundente e impactante no Brasil, na América Latina e no mundo. No que tange à relação com o Estado no neoliberalismo, percebemos que esse só é mínimo quanto à garantia de direitos sociais para a população; sendo o Estado total quanto aos respaldos legais e financeiros para os empresários e investidores, principalmente em situações de crise financeira. Evidencia-se, portanto, a existência de um lado por parte do Estado brasileiro que, obviamente, não tem sido o lado do trabalhador.

A política de governo desde Luiz Inácio Lula da Silva, mantendo-se e acentuando-se no governo de Dilma Rousseff, travou parcialmente o neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, ao invés de unir-se com os movimentos sociais, uniu-se a partidos políticos com pequenas minorias influentes, caracterizando-se por um estilo de governo neodesenvolvimentista. Tentando fazer essa mediação entre burguesia e proletariado, o governo acabou instrumentalizando parte do movimento social, que se viu em diversos momentos defendendo políticas que não eram totalmente condizentes com seus reais interesses. Isto ocasionou instabilidade nos movimentos sociais, que sofrem, também, com as trocas de ministérios, alterações de verbas, cortes de recursos. E acaba por não satisfazer totalmente os interesses dos empresários, na medida que estes pressionam pela maximização dos lucros, contrastando com um governo que aumentou o investimento em políticas de assistência social e em programas de complementação de renda e alimentação.

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT de 1943), a Lei das Terceirizações (Lei 13.429 de 2017), a Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016), que congela os gastos públicos por 20 anos, assim como a tentativa de Reforma da Previdência são as medidas em processo na sociedade brasileira, colocando em vigor uma profunda agenda neoliberal, o que era esperado, visto o crescimento da agenda de movimentos neoliberais e fascistas a nível mundial:

> O ideário da política econômica dos governantes que assumiram o poder depois do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff fundamenta-se na crença de que o crescimento econômico é papel essencialmente da iniciativa privada, em particular dos investimentos, os quais, por sua vez, dependem do custo de produção e da confiança

> dos empresários na solidez das finanças públicas, nas garantias legais e contratuais, na estabilidade da moeda e, no mínimo, na manutenção da tributação, senão em sua redução. Esse ideário se desdobrou nas medidas concretas adotadas pelo governo: privatização de empresas públicas ou de partes delas; desmonte dos direitos trabalhistas e sindicais; liberação da terceirização irrestrita, inclusive no setor público; imposição de congelamento real do valor investido nas políticas públicas por 20 anos; redução dos fundos do BNDES e aumento do custo dos empréstimos; revisão do modelo de exploração do petróleo do pré-sal, com liberação para empresas privadas e redução dos requisitos de conteúdo nacional; vinculação dos preços dos produtos da Petrobras às cotações internacionais; entre outras ações.[7]

Contudo, é sabido que essas reformas não eram propostas pelo governo Temer; essas alterações no sistema nacional de relações de trabalho são realizadas desde a década de 1990 (Lei 8.949/94, MP 794/94, Lei 9.300/96, Lei 9.601/98). Foram cerca de duzentas alterações realizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e todas elas sem ampla discussão social, na forma ora de plebiscito ora de referendo. Ou seja, na reforma trabalhista no Brasil não se trata somente da alteração da CLT, mas sim da destruição dos direitos de base que está em curso desde a década de 1960, com o início da terceirização trabalhista. Nega-se aos trabalhadores a possibilidade de luta pelos seus direitos retirados, nega-se a participação da população no que diz respeito à constituição e reformulação das formas das suas relações e direitos trabalhistas.

Diante desta contextualização histórica em relação ao curso dos direitos trabalhistas brasileiros a seguir destacamos algumas considerações em relação às alterações propostas que foram implementadas pela Reforma. No que tange à negociação da jornada de trabalho, há uma expressiva flexibilização e retrocesso em relação às horas trabalhadas por dia, visto que na prática não há garantias que o trabalhador consiga negociar o tempo de trabalho devido à demanda existente. Isto porque quem decide sobre como dar conta desta demanda, na maioria dos casos, é o próprio empregador e não o trabalhador. Uma relação de poder existe quando se trata da relação patrão-trabalhador. Além disso, a diminuição do tempo de descanso proposta acarreta um maior desgaste do trabalhador, pois esta diminuição não é garantia de que este saia mais cedo do trabalho. Menos tempo de descanso é maior desgaste físico e mental. Já em relação à regularização do trabalho intermitente, esta constitui um passo para a negligência para com os trabalhadores, visto que a garantia de trabalho não existe, deixando os trabalhadores à mercê do patrão. Tal propicia a

7 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura016.html>, [Consultado em: 01 nov. 2018].

necessidade de negociação e acordos, possivelmente não justos em relação à garantia de direitos e saúde dos trabalhadores, por terem que procurar mais de um emprego intermitente devido à ausência de garantia de demanda de trabalho.

Em relação à possibilidade do trabalho remoto, trata-se do evidente avanço tecnológico e científico que provém da Quarta Revolução Industrial. Ou seja, conforme mencionado anteriormente, a tecnologia altera a forma de realização do trabalho pelos trabalhadores e possibilita um novo tipo de exploração. Trata-se da fragmentação do trabalho sem regras, sem limites, ou seja, uma omnipresença de realização de demandas por via *online*. Trabalhar em casa não significa apenas ter mais conforto, pode significar uma exploração desenfreada da força de trabalho do empregado. Propiciando uma possível sobrecarga do trabalhador que se vê susceptível, ou até mesmo coagido, a responder a demandas de trabalho a qualquer momento. Já as alterações relativas à negociação, representação, acordos coletivos e contribuição ao sindicato demonstram claramente a ideia de colocar o trabalhador no mesmo patamar negocial do patrão, dando a falsa ideia de que estes ocupam o mesmo nível hierárquico no ambiente de trabalho. Retirar a contribuição sindical e a liberação da atuação sindical na fiscalização da demissão e dos acordos entre trabalhadores e patrão notoriamente significa uma possibilidade de negligenciamento de direitos sem que o trabalhador tenha conhecimento disso. Não estar a par de seus direitos, e não ter tempo para isso, atendendo às alterações na jornada de trabalho, acaba desmobilizando e tornando o trabalhador mais vulnerável e susceptível a abusos de poder por parte do empregador.

A Reforma Trabalhista aposta no incremento da autonomia do trabalhador frente ao empregador; contudo, esta ocorre na forma de liberalização dos direitos. A CLT acaba resguardando na forma da lei apenas os elementos contidos no artigo 7º da Constituição Federal, de modo que somente esses não podem ser negociados pelos sindicatos e certos empregados com os patrões. Esse artigo indica as orientações gerais e direitos mínimos dos trabalhadores. Em relação aos direitos das mulheres trabalhadoras, relativos à possibilidade de trabalho em lugares com condições insalubres, trata-se de um retrocesso gritante, inimaginável se comparado com o cenário internacional, sobretudo quando o Brasil estava passando por transformações construtivas nesse campo, vindo de um crescendo de garantia dos direitos das mulheres mães (parto humanizado pelo SUS, horário de trabalho diferenciado para amamentação, etc.) e, também, em relação aos pais (aumento dos dias de licença de paternidade, alteração dos papéis de cuidado com as crianças – pais do lar, etc.). Possibilitar às mulheres grávidas que trabalham nesses locais é mais uma vez legitimar a misoginia existente em nossa sociedade. Ao retroceder nos direitos dos trabalhadores, nesta onda neoliberal, talvez possamos estar vivendo um processo de alteração da

organização societal, assim como trazido por Marx (2013 [1867]). O aguçamento das contradições e antagonismo da forma capitalista de produção acaba favorecendo as condições materiais e as combinações sociais do processo de produção. Ao mesmo tempo leva ao amadurecimento de elementos que formam uma nova sociedade com os elementos destruidores da sociedade antiga, que já deveria ter sido superada.

Propor que o trabalhador esteja no mesmo patamar do patrão para negociar seus acordos e direitos contratuais é legitimar a lógica do pequeno empresário que desde a década de 1980, com o início da globalização e a enxurrada do norte-americanismo, é imposta em nossa sociedade. "Faça você mesmo", "monte seu próprio negócio", "você é responsável pelo seu crescimento", eis a ideologia do mérito. Este mérito é cego para perceber quais são as reais relações de poder existentes, seja na relação de trabalho, seja na composição histórica de nossa sociedade. Pelos mídia, o discurso do patrão foi introjetado à hegemonia que permeia a consciência popular, sendo que nossa população não se dá conta que o ponto de partida não é igual para todos. Cria-se, assim, a cultura da meritocracia, que apenas consolida e justifica as desigualdades que grassam na sociedade brasileira, e corrobora para a Quarta Revolução industrial em curso.

Bem se sabe que estar mais tempo no trabalho não é garantia de maior produção. O trabalhador/a não consegue ser produtivo no total de horas de trabalho. Ampliar a jornada e diminuir o tempo de descanso só fará com que o desgaste dos/as trabalhadores/as seja duplicado, impedindo que haja tempo para o lazer, para a educação/formação, para viver. Marx já trazia a importância do lazer e da espiritualidade para o trabalhador. Assim, pode-se entender que a liberalização das jornadas e a intensificação do tempo de trabalho significa maior esgotamento e isolamento do trabalhador, que não se vê representado e não consegue educar-se para se representar. Dessa forma trata-se de mais uma das medidas para intensificar o controle através da alienação do trabalhador. Esses retrocessos só trazem a certeza de que querem desmobilizar e tornar mais vulnerável o trabalhador/a brasileiro/a.

Considerações finais

Desde 2016 as perspectivas no âmbito dos direitos sociais da população brasileira vêm sendo de profunda precarização e crescimento da vulnerabilidade. As reformas trazidas pelo atual governo demonstram o incremento do poder do patrão sobre o trabalhador, aumentando o seu poder de persuasão e domínio pela força de trabalho. Assim, com a perspectiva de incremento da autonomia negocial do empregado, divide-se o risco e se rebaixa a remuneração do empregado. As contradições dessas

reformas que enfraquecem os direitos trabalhistas e o poder de consumo dos/as trabalhadores/as está no rebaixamento econômico destes, que acabam sendo mais precarizados, o que não é favorável para o país economicamente. Com menos valor de consumo, menos é consumido e menos a economia do país gira, pois o/a trabalhador/a não tem dinheiro para consumir. Ao invés de termos trabalhadores/as consumidores/as, teremos trabalhadores/as sobreviventes.

O desmantelamento do Estado brasileiro e da garantia de direitos à população é um passo profundo para uma crise financeira ainda maior. Obviamente os interesses são de empresas internacionais que veem no Brasil a possibilidade de exploração de recursos naturais (o que temos, ainda, em abundância) e um grande número de trabalhadores a serem explorados pelo capital a baixos custos. Com a iminência da aprovação da reforma da previdência, fecha-se o ciclo da agenda neoliberal desencadeada pelo governo de Michel Temer. O novo governo, que assume em 2019, não se diferencia na agenda de desmantelamento do Estado brasileiro, com indicações de suprimento de ministérios e indicação de nomes questionáveis para ministros e chefias políticas.

Uma das possibilidades de embate frente a essa onda neoliberal e fascista que atinge a sociedade brasileira, acreditamos passar por um retorno ao trabalho de base pelas forças preocupadas com a situação dos trabalhadores e do futuro da soberania nacional. Trata-se de retornar ao "chão de fábrica" para dialogar com os trabalhadores, buscando criar ou fortalecer consciência de classe. Promover encontros, discussões e formações entre a população, seja no bairro, no local de trabalho, nos partidos políticos ou da universidade.

Referências bibliográficas

Anderson, Perry (2011), "O Brasil de Lula", *Novos estudos CEBRAP*, n.º 91 [Online], [acedido a 01 de novembro de 2018], disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300002

Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

Dreifuss, René Armand (1981), *1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes.

Fernandes, Florestan (2005), *A Revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo.

Lukács, György (1981), *Para a ontologia do ser social: o trabalho*, *in* Ivo Tonet (trad.). Roma, Editori Riuniti.

Marx, Karl e Friedrich Engels (2002 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre, L&PM.

Marx, Karl (2013 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Souza, André Ricardo (2003), "Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho" *in* André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcante Cunha e Regina Yoneko Dakuzaku (orgs.), *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo, Contexto.

VII. DA DESTRUIÇÃO CRIATIVA AOS GRANDES SURTOS DE DESENVOLVIMENTO: NANOTECNOLOGIA E TECNOLOGIAS CONVERGENTES NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E FICÇÃO CULTURAL

Rui Vieira Cruz

Fooling around with alternative current (AC) is just a waste of time.
Nobody will use it, ever.
Thomas Edison

Introdução

Fazer previsões é fácil, difícil é acertar. O destaque dado à individualização/personificação da inovação (o criador, o génio) entra em profundo contraste com a realidade, na qual ocorre uma enxamização da inovação (Henton 2013), pelo que diversas organizações se clusterizam, optando por uma determinada tecnologia (Christensen 2018). Se a Edison devemos alguns contributos para a criação da lâmpada, o regime de corrente contínua por ele defendido foi uma nota de rodapé na história da tecnologia, sendo batido pelo sistema de corrente alternada de Tesla. Portanto, quaisquer previsões por parte destes agentes estão envoltas num quadro de sistema de crenças, cabendo às análises das dinâmicas, choques, crises e processos industriais fornecerem dados deveras mais substantivos. Enquanto esta ideia é compreensível para qualquer cientista de dados, um outro obstáculo é recorrentemente encontrado: a ilusão de perceber uma realidade social a partir de um choque, guerra ou revolução não é uma tarefa deveras complicada. Recorremos e abusamos dessas transformações para explicar uma qualquer dimensão, indicador ou variável. Examinemos: em Portugal o sistema ditatorial vigente até 1974 foi substituído por um sistema democrático. Podemos recorrer a este fenómeno para explicar qualquer política educativa, social, económica ou cultural desde então, mas não conseguimos definir o seu real impacto. Porém, para averiguar os impactos de uma tecnologia

num sistema socioeconómico esta informação oferece pouca fiabilidade explicativa. De que forma a revolução de 1974 contribuiu para a implementação das tecnologias de informação e para a informatização dos sistemas à escala global? Na realidade, muito pouco. Todavia, poucos fenómenos devem ter transformado tanto a organização (social) do trabalho no mundo atual (e consequentemente em Portugal) como as TIC, assim como as suas repercussões na financeirização dos sistemas. Estas externalidades e distúrbios devem ser abordadas pelo que são: externalidades. Queremos com este exemplo sustentar que os quadros analíticos a que recorremos com regularidade possuem reduzida capacidade explicativa perante o problema com que nos deparamos: "*The dynamics of real systems evolve, in general, out-of-equilibrium conditions… real systems are exposed to persistent excitations induced by exogenous disturbances and internal bifurcations that expel the system dynamics from equilibrium conditions*." (Alvarez-Ramirez *et al*. 2012: 49). Portanto, ao queremos descobrir os impactos que a nanotecnologia tem na estrutura socioeconómica, na eleição de um determinado político, ou na saída de um país de uma organização política, elucidam pouco sobre o potencial transformador desta tecnologia. Para tal sustentamos que, para perceber o impacto da nanotecnologia no longo prazo, o enquadramento marxista, na sua relação entre capital e trabalho/valor e consequente ligação com as forças e o modo de produção (Marx 2017 [1867]), necessita do complemento da padronização das análises cíclicas e de integrar o processo de destruição criativa schumpeteriano (Schumpeter 2018 [1942]).

Na metodologia recorremos ao programa de investigação científico lakatosiano para esquematizar os núcleos e as heurísticas, ou seja, o que é central e o que é periférico na utilização da nanotecnologia e consequentes impactos. O foco nas indústrias culturais ocorre porque estas permitem projetar temporalmente tecnologias do presente. Nos resultados apresentamos uma breve caracterização narrativa das obras culturais (*Diamond Age*, *PsychoPass*, *Terminator* e *Deus Ex*) e a forma como integraram a nanotecnologia no desenvolvimento das suas narrativas. Na fase seguinte, a análise de dados, enquadramos as formas de implementação da nanotecnologia e consequências sociais e económicas. Foram estabelecidas onze categorias para perceber a forma de integração das variáveis sociais com as tecnológicas: (*i*) novas formas de desigualdade social; (*ii*) ciclos; (*iii*) emergência de novas potências industriais; (*iv*) novas formas de conflito social; (v) digipoder; (*vi*) inteligência artificial; (*vii*) robotização; (*viii*) singularidade; (*ix*) transhumanismo; (*x*) transformações genéticas e (*xi*) cenários apocalípticos. Na última parte do texto, dedicado à discussão de dados, relacionamos as aplicações da nanotecnologia com as suas implicações socioeconómicas, a relação histórica e convergência que apresentam com as restantes tecnologias e como transitam um novo ciclo económico. Assente na discrepância

entre a queda tendencial da taxa de lucro, na ótica marxista, e os processos cíclicos de destruição criativa schumpeterianos, argumentamos que o novo sexto ciclo aponta para um metamodernismo, uma fase que se substitui ao pós-modernismo, e que à subjetividade pósmoderna está a ser criada um enxamização digital metamoderna.

1. Da crise como anomalia à crise como necessidade: a análise cíclica

Desde o século XVIII, com a criação do capitalismo, que as teorias liberais têm assumido o crescimento como o período normal e a crise como o período de exceção. Crescimento era a norma; crise a exceção. As crises eram conjunturais e não estruturais. Sismondi em 1819 contrariava a premissa liberal que as crises económicas ocorriam somente pela introdução de externalidades, particularmente as guerras e crises políticas, demonstrando um efeito periódico das crises económicas. Foi, contudo, o seu trabalho sobre o Pânico de 1825, uma crise especulativa que incidiu sobre créditos da banca, que fomentou a visibilidade da teoria cíclica. Esta crise ocorria durante um tempo de paz, e não foi antecedida ou acompanhada por uma crise agrícola ou industrial. Coube posteriormente a Marx (e a Proudhon) explicar a crise a partir da ação económica, uma vez que a economia capitalista assenta num sistema de troca generalizada em que produção e consumo são operações integradas, mas formalmente separadas. Como os bens não são produzidos tendo em conta as necessidades dos produtores, mas para serem vendidos, dois novos agentes entram no processo: os consumidores e o sistema de troca, a moeda. Não existe, portanto, coordenação *a priori* nas condições de investimento e qualquer (re)ajuste é feito *a posteriori* e, portanto, a ação nos mercados condena e sanciona os erros de previsão produtivos. Era descoberto um erro no sistema económico: o desfasamento entre o carácter social da produção e o carácter privado dos meios de produção (Marx 2017 [1867]; 2011 [1850]). É ainda adicionado um outro erro ao sistema: a acumulação de mais-valias através da proporção crescente do capital técnico/tecnológico, como máquinas ou equipamentos, em detrimento da força de trabalho, criava assim uma regra controversa, e de certa forma, infame: a lei da queda tendencial da taxa de lucro.[1] Era demonstrado o carácter estrutural da crise, mas ainda conotado como um fenómeno transformador do capitalismo.

1 Com o aumento da produtividade do trabalho pela inclusão de tecnologias, o mesmo trabalhador produz mais bens para o mesmo tempo de trabalho. Assim, a parte do capital variável (o seu salário) contida no custo de cada produto decresce em relação ao capital constante (a tecnologia envolvida). Como a taxa de lucro é a relação entre o capital constante e o capital variável quanto mais crescerem os salários mais redução regista a taxa de lucro.

No século XX coube a Kondratieff, Keynes e Schumpeter demonstrarem a não-aplicabilidade desta regra nos mercados capitalistas: a crise não era um erro do sistema; pelo contrário, era algo a ele necessário. O sistema não está em equilíbrio, no qual a crise atua como uma solução momentânea e violenta para as contradições internas do sistema. Por sua vez, a teoria cíclica identifica que ambas as oscilações – crescimento e crise - estão inteiramente ligadas, enquadradas e estruturadas (Coccia 2018). Estabelecia-se empiricamente um fenómeno transformador da ação económica alicerçada numa análise estatística da evolução histórica (Schumpeter 1947; 1937; Kondratieff 1935). Assim, a Inglaterra controlou a produção mundial no final do século XVIII após a Revolução Industrial, espoletada pelo moinho de Arkwright e influenciada pelos escritos liberais de Adam Smith. Em meados do século XIX, esse poder transitava para as mãos da Alemanha, num mundo transformado pela locomotiva, pelos caminhos de ferro e à liberalização de Adam Smith substituía-se um capitalismo social tipicamente bismarkiano. No início do século XX o poder passava da Alemanha para os Estados Unidos tendo na fábrica de aço Bessemer o seu ícone tecnológico, marcando uma era liberal que terminaria com a crise bolsista de 1929. Após este terceiro ciclo e tendo no automóvel (Ford modelo T) a sua principal invenção, o quarto ciclo partilhava uma aliança entre a produção fordista e a regulação/redistribuição keynesiana, fortemente enfatizado na regulação estatal. O bismarkianismo teve aqui a sua sequela. No presente, um quinto ciclo, marcado pela queda do Estado Social keynesiano e consequente ascensão do neoliberalismo, apresenta-se como um ciclo movido pelas TIC e pela financeirização, iniciado pelo processador Intel 4004, em 1971, e pela aplicação da lei de Moore (Perez 2017; Freeman e Soete 2005).

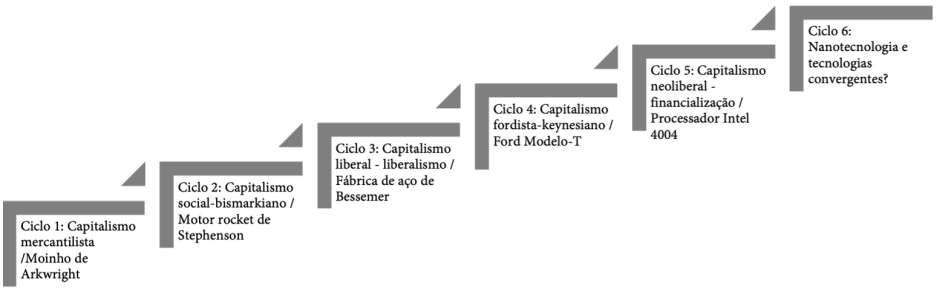

Figura 1. Evolução cíclica e tecnologias catalisadoras

2. De Marx a Schumpeter: da crise do capitalismo à destruição criativa

Marx foi um dos pioneiros nos estudos da evolução dos modos de produção, na conexão das forças produtivas (em que se inclui a tecnologia) com as relações de produção (na qual a tecnologia adquiriu preponderância no sistema capitalista) resultando num método para empiricamente analisar os processos sociais, as suas inter-relações, desenvolvimento e transformações (Marx 2017 [1867]; 2011 [1850]; 1998 [1867]). O seu estudo dos ciclos capitalistas iniciou-se pela análise da crise de 1845 como um choque que ditaria a contradição das forças produtivas com as forças burguesas de produção, detendo o potencial para o fim do capitalismo. Forçado a ter de corrigir a análise, elucidava que o *aftershock* de 1847 era explicado pelo recurso aos mercados ultramarinos como forma de escoamento dos produtos. Focado sobretudo nas crises monetárias e na acumulação do capital bancário, Marx previra uma crise em 1852, corrigiu para 1853 e finalmente para 1855 (Mandel 1978). Nenhuma destas viria a ocorrer. Contudo, em 1857, a economia britânica sofreria uma crise. Mas não assente numa crise monetária ou derivada da acumulação de capital, mas sim por um choque de sub-consumo.[2] Marx falhara a previsão, mas criava a base para perceber a ação periódica da economia[3] e lançava uma hipótese na qual o novo capital substitui-se ao velho capital (Marx 2017 [1867]; 2011 [1850]). As crises estavam de facto presentes no desenvolvimento capitalista, porém, a sua história estava longe de terminada. A deslocação da produção da Reino Unido para a Alemanha e do setor têxtil para o ferroviário teria um impacto que escapava à sua explicação pela relação valor/trabalho (Mandel 1978).

O decréscimo do capital variável, o tipo de capital usado para alugar a força de trabalho/pagar salários em relação ao capital constante, usado para tecnologia e matérias-primas, foi apontado como o justificativo da queda tendencial da taxa de lucro. O desenvolvimento técnico gera mais produtos numa mesma escala de tempo, pelo que o aumento da oferta reduz o valor unitário de cada uma das mercadorias. Assim, pela introdução de uma tecnologia a taxa de lucro reconfigura-se: desce na venda unitária, mas aumenta pelo volume da sua massificação. Este fortalecimento no total de unidades vendidas de uma mercadoria faz com que empresas que dominam o mercado concentrem mais capitais e mais trabalhadores. A acumulação

2 Esta análise seria aprofundada por Keynes, no livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

3 Marx previra que os ciclos económicos eram compostos por uma duração entre 6 a 7 anos. Com a crise de 1857 fizera a correção para um período entre 7 a 10 anos. Juglar e Schumpeter corrigiram esta temporalização para um período médio de 9 anos, mas com amplitude entre 7 a 11 anos. Acima de tudo, constataram que cada crise do ciclo de negócios (~9 anos) era composto por três crises/ciclos de inventário (~38 meses, cada).

crescente de capitais aumenta a concentração de capital, desapropriando, em primeira instância, os trabalhadores e, em segunda, os pequenos capitalistas. A queda da taxa de lucro acompanha por isso a superprodução e a especulação gerando crises.

> As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, que reestabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado […] O modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (Marx 2017 [1867]: 188189).

O excesso e a centralidade de capital conduzem a uma inevitável competição entre eles, gerando um desequilíbrio no mercado. Numa fase de crescimento, a concorrência equilibra a taxa de lucro e processa uma distribuição da massa de lucro pelos vários tipos de capital. Contudo, em períodos de recessão emerge uma luta entre os vários tipos de capital, levando à destruição de algumas formas e à emergência de outras. É também nesse período de crise que se centraliza o capital e outros agentes menores da burguesia são anexados ou destruídos. É por este processo de destruição e desvalorização do capital que emerge uma nova fase de acumulação: a fação dominante inutiliza as outras formas de capital.

Atendendo que a relação entre procura e oferta não está em consonância, a ocorrência de atrasos (*lags*) entre o que as empresas produzem e que os mercados são capazes de escoar fomenta o aparecimento de crises de inventário (ciclos de Kitchin), iniciando-se por registar *stocks* a mais, ou por ter despejado demasiados produtos no mercado. Assim, tal crise pode dever-se a fenómenos antagónicos: não apenas por sobreprodução, mas por subprodução. A crise de inventário parecia ocorrer a cada 3 ou 4 anos e forçava as empresas a mudanças nas matérias primas, na organização de produção ou na alteração ligeira de tecnologias de produção (Kitchin 1925).

Paralelamente, a formulação marxiana não explicava os fluxos de investimento fixo que as empresas assinalavam, uma vez que a acumulação de bens físicos registava padronizadamente crescimentos e declínios (ciclo de Juglar/ciclo de negócios). Esta formulação revelou que as empresas passavam por múltiplas crises antes de procederem a uma reestruturação tecnológica, a uma alteração do sistema de produção e não era verificável uma dissonância com a produtividade do trabalhador ou a empregabilidade. A esta ocorrência juntou-se outra assente nos períodos de investimento fixo, registando oscilações de investimento nos níveis de capital. A inovação na forma como o capital se transformava em fases de crescimento e de recessão relacionava-se com o modo como a produção industrial gerava

estruturalmente crises comerciais. Este processo, que seria conhecido como ciclo de negócios, possuía uma ocorrência média a cada nove anos (Juglar 1865), sendo uma crise mais agressiva que aquelas registadas nos ciclos de inventário/*Kitchin*.

Coube a Kondratieff (1925 e 1935) reestruturar parte da teoria marxista, reajustar os parâmetros, executar uma reanálise avançando com uma nova conclusão: a crise não era uma anomalia ao sistema capitalista. Era algo a ele necessário. As fases de crescimento (fase A) eram, em termos de extensão temporal, tão longas como as fases de crise (fase B). A demonstração empírica registou que as crises eram endógenas ao sistema capitalista, ou seja, não dependiam de mudanças de tecnologia, de guerras e revoluções, da assimilação de novos países na economia mundial e das flutuações no preço do ouro. Estas dimensões eram os efeitos, não as causas. Contudo, o aglomerado de diferentes tecnologias servia de impulsionador à criação de novas indústrias e setores comerciais que, por sua vez, eram estrategicamente catalisados pela estrutura económica. Esta decisão, longe de ser aleatória, arbitrária ou externa, poderia ser internalizada no processo de desenvolvimento. Os ritmos da inovação tecnológica eram, por isso, similares aos da estrutura económica. Ou seja, as crises analisadas por Marx foram choques de inventário e de negócios e não crises estruturais, que ocorrem a cada 50/60 anos, pelo que não possuíam um efeito sistémico na estrutura económica.

Poderá algo novo ser criado sem estar ancorado no velho? Dependeram, por exemplo, as inovações no campo da energia nuclear das inovações realizadas na produção de carvão e do petróleo (Acemoglu 2007)? Não. Cada um destes campos desenvolveu-se paralelamente (Aghion e Howitt 2010; Acemoglu 2007). Pelo contrário, as organizações formam sistemas competitivos assentes em inovações, clusterizando-se e substituindo-se dessa forma (Christensen 2018). Enquanto umas desenvolvem novos produtos, outras introduzem novas aplicações no seu produto e outras melhoram a eficiência do seu produto original. Somente no fim do sistema de competição se torna possível saber qual o vencedor, ou seja, o novo capital não substitui necessariamente o velho capital. Os sistemas de evolução parecem transitar numa forma mais similar à previsão de Maquiavel[4] e ao sistema de circulação de elites de Pareto (2019) do que à de Marx que, tal como as teorias liberais, focavam-se excessivamente na relação preço/quantidade. Na introdução de inovações em mercados, nem sempre o produto mais barato ou mais eficiente é que se torna dominante no mercado:

4 Para Maquiavel um jovem príncipe deveria ser simultaneamente astuto como uma raposa e dominante como um leão. Pareto (2019) ajustou a visão de Maquiavel dividindo as elites políticas nestes dois grupos, sendo as raposas o capital especulador e os leões o capital regulatório. A cada ciclo, estes dois grupos iam-se revezando na estrutura de poder.

> na realidade capitalista não é esse tipo de concorrência (de preço) que importa, mas a concorrência da nova mercadoria, da nova tecnologia, da nova fonte de fornecimento, do novo tipo de organização, […] concorrência que exige a vantagem do custo decisivo ou da qualidade e que visa, não as margens de lucro e da produção das firmas existentes, mas a sua própria fundação e existência (Schumpeter 2018 [1942]: 123-124).

Se a tecnologia permite aumentar as margens de lucro e massificar a produção/consumo, porque registamos que "uma oferta potencial cada vez maior será satisfeita por preços cada vez maiores, e não menores, e por vendas cada vez menores, e não maiores"? (Schumpeter 2018 [1942]: 124-125). A produção passa assim por uma ação de destruição criativa[5] "processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura económica a partir de dentro, destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente uma nova" (Schumpeter 2018 [1942]: 122). Embora mantenha o seu padrão, o ritmo de consumo não segue o anterior (Giddens 2006). Assim, "Technology seems to perpetuate the illusion for those who have it that everyone does and then, like an ironic slap in the face, it makes it true. There are more people in India with access to cellphones than toilets" (Dawesar 2013).

A tecnologia afeta a função trabalho, porém afeta igualmente a função capital. Foi esta adição que Schumpeter trouxe à análise de Marx: a transformação é constante e endógena. Ao causar distúrbios no proletariado, também os causa na burguesia, em grau e modos diferentes, e, consequentemente em toda a estrutura económica e social, eliminando empregos, mas criando novos, tornando velhos procedimentos obsoletos, enquanto cria outros nunca anteriormente executados. Contudo, nem todo o desenvolvimento tecnológico afeta a estrutura económica, embora a constante transformação de tecnologias anteceda a mudança económica.

3. Dos grandes surtos de desenvolvimento ao cliodinamismo

Para distinguir o trajeto da evolução das tecnologias dominantes dos percursos dos ciclos económicos foi atribuída a nomenclatura de Grandes Surtos de Desenvolvimento (GSD) (Perez 2017; 2010; 2009; 2005). Ao invés de seguir de uma estrutura dos ciclos de Kondratieff, uma fase A de crescimento e de uma fase B de abrandamento/declínio, a utilização da tecnologia dominante é continuamente

5 Conceito em inglês: *creative destruction*. Diferentes traduções oscilam entre "destruição criativa" e "destruição criadora".

crescente, somente estabilizando no ciclo seguinte. Enquanto o movimento se configura como paralelo durante a fase A, o movimento da fase B é contraditório. A utilização da tecnologia dominante cresce durante a fase de abrandamento da economia:

> the K-wave is a bunching of basic innovations that give rise to leading industrial or commercial sectors, producing S-shaped surges of growth…. K-waves might therefore be defined as processes of the rise and fall of lead sectors, or for short as structural change in the global economy… the now more widely perceived notion of K-waves as 'gales of creative destruction' paving the way for new technological paradigms…. K-waves are, in the first place, endogenous to the global economy. But, in the second place, they are also interlinked with other subsets of human organization, such as political, social, and cultural, and these must also be explored (Modelski 2001: 67).

A primeira fase, de instalação, é composta por uma nova onda de novas tecnologias com implicações na produção industrial e na vida quotidiana. Estas tecnologias são financiadas sobretudo por investimento especulativo com desejo de retorno rápido. É, por isso, plural nos conjuntos tecnológicos que são desenvolvidos, dispersão essa que gera bolhas em diferentes segmentos (*e.g.*, bolhas *dotcom* na década de 1990, biotecnologia em 2000 e imobiliário em 2007/08). Com a crise e recessão económica origina-se uma reviravolta (*turning point*). A nova fase, de desenvolvimento, é financiada através de capital de produção e não por especulação. É encarada como uma nova fase dourada; porém, à medida que o avanço da tecnologia dominante atinge a maturidade, atinge também a exaustão, saturando os mercados de produção e de consumo, dando início a um novo ciclo. No quinto GSD, os avanços de Silicon Valley (as TIC), a sua ligação a Wall Street (financeirização) e a recente aplicação na indústria 4.0 desafiaram inicialmente as tecnologias do quarto surto, o automóvel, o petróleo e a produção em massa.

A segunda parte dos ciclos endógenos é a sua relação com as esferas da política, do social e do cultural. A incidência da cliodinâmica é relativamente diferente ao foco da teoria cíclica, uma vez que cruza diversos estados de desenvolvimento/evolução entre a macrossociologia, a cultura e a economia (Turchin 2011). O objetivo principal passa por modelar estes três níveis em processos históricos e perceber a evolução destes campos no longo prazo. Um dos principais desafios que o quinto surto levantou consistiu na mudança política[6] registada através da separação dos

6 O quarto surto confluiu os interesses das empresas com os das sociedades: os assalariados tornaram-se detentores de propriedade e consumidores massificados. As empresas, ao proporcionarem altos salários e ao pagarem elevados impostos, contribuíram para o aumento da procura interna. Tal possibilitou aos governos disponibilizarem serviços de saúde e educação

interesses das maiores empresas globais e dos interesses das nações nas quais elas estão sediadas. Assim, o desenvolvimento inicial de um arsenal de tecnologias tem sido levado em duas direções distintas: ou aumentar a produtividade e, consequentemente, a riqueza, ou focar-se na distribuição dessa riqueza pelas diferentes partes do aparelho produtivo. Assim, embora os ciclos mantenham a sua estrutura e rigidez, as opções políticas que são feitas em cada um deles influenciam a vida social em geral. Ao aliar a sociologia, a economia e a cultura, a sua evolução composta por avanços e retrocessos, os estudos da cliodinâmica encaram a história como uma ciência, recorrendo para tal aos métodos e enquadramentos destas disciplinas (Korotayev, Zinkina e Andreev 2016). Por se constituir como uma forma transdisciplinar de conhecimento, o seu foco de incidência abordou problemas bastante diversificados tais como a formação e queda de impérios/estruturas civilizacionais (Turchin 2012), crescimentos e diminuição (*boom & bust*) da população, abarcando até a formação e destruição de religiões: "Secular cycles typically last between two and three centuries and are driven by endogenous mechanisms that are internal to the state and society" (Turchin e Nefedov 2009: 162). Um destes ciclos, a 'Grande Divergência', é o processo pelo qual o Ocidente ultrapassou os constrangimentos pré-industriais e emergiu como o espaço político-económico central no modo de produção capitalista, ultrapassando a China, o Japão e o Império Otomano. Catalisado inicialmente e parcialmente pela Era dos Descobrimentos, foram as constelações de revoluções do Iluminismo, tais como revolução industrial e a revolução científica que promoveram a ascensão do Ocidente como centro político, social e económico mundial culminando na década de 1980, a partir da qual se dá progressivamente a 'Grande Convergência'. À medida que os modelos matemáticos, estatísticos e probabilísticos foram melhorados, algumas novas medidas foram estabelecidas e aplicados a outros mercados das economias capitalistas como as economias não-centrais (semiperiféricas e periféricas) e também a outros modos de produção (*e.g.*, socialismos soviético e chinês). Um desses registos apontou que os ciclos de Kondratieff se espalhavam um pouco por todo o mundo, afetando o PIB mundial e as trocas comerciais (Korotayev & Tsirel 2010).

---

aos cidadãos, disponibilizando ainda mais recursos para estes poderem dedicar ao consumo. A crise petrolífera da década de 1970 gerou uma queda na produção que rapidamente conduziu a uma saturação dos mercados. O novo surto enfocou o aumento de produtividade de forma a reduzir custos de produção e, acima de tudo, fez com que as empresas tivessem a sua vantagem nos custos de produção e a sua procura de consumo migrado para países exteriores à sua sede produtiva. A descida dos custos de produção fez com que os baixos salários (e consequente redução do nível de vida) não afetassem tanto os mercados atuais como aquando do terceiro ciclo (Perez 2017; 2010).

4. Da nanotecnologia às tecnologias convergentes na era da Singularidade: destruição criativa e grandes surtos de desenvolvimento

O declínio da "lei" de Moore que marcou o quinto ciclo é facilmente evidenciado na forma como a Intel abrandou após a produção dos processadores abaixo de catorze nanómetros. As implicações desta ação indicam a transição da centralidade da ação tecnológica, política, social e económica dos Estados Unidos para a China, que, entretanto, investiu fortemente em nanotecnologia, inteligência artificial, genética e nas diversas ramificações da indústria 4.0. Como tal, politicamente as guerras comerciais dos EUA com a China não são um acaso, estando o poder tecnológico a oscilar fortemente na direção da China. A história não se repete, mas ocorre de forma cíclica. É nesta relação entre avanço tecnológico e destruição criativa que se apresenta a nanotecnologia: um potencial catalisador do sexto ciclo de Kondratieff e a composição da nanotecnologia com outras *General Purpose Technologies* (GPT).[7] A atual aliança da nanotecnologia com as tecnologias convergentes configura (*i*) nanotecnologia, biotecnologia, tecnologias de informação, ciências cognitivas (NBIC), (*ii*) bits, átomos, neurónios, genética (BANG) e (*iii*) genética, nanotecnologia e robótica (GNR) estão progressivamente a tornar-se o motor do sexto ciclo tecnológico, influenciando as diferentes esferas socioeconómicas. Da mesma forma que os ciclos anteriores possuíram um catalisador, a nanotecnologia assume-se como o catalisador potencial do sexto ciclo:

> Nanotechnology in all its aspects, especially in the most sophisticated form as nano-robotics certainly holds tremendous game changer potential. Intriguing options are described for medicine, such as robots patrolling our bodies, a technology that amazingly has already been partly realized (Betz 2018: 300).

O que podemos esperar do sexto ciclo? Tudo parece apontar que não será assente numa nova tecnologia, mas numa forma de agregar as velhas tecnologias realizando novas operações. Fomenta-se assim um neo-renascimento (Roco 2007), centrado num (trans)humano polimata, catalisado pela nanotecnologia. A análise cíclica tem registado regularmente o aparecimento de uma nova tecnologia que catalisa as estruturas sociais e económicas. O cenário reportado para o sexto ciclo, derivado do estabelecimento da era científico-tecnológica, tem recorrido à utilização de antigas tecnologias como

7 Todas as tecnologias dominantes/grandes surtos de desenvolvimento foram anteriormente *General Purpose Technologies* (GPT). Nem todas as GPT foram, no entanto, tecnologias dominantes (*e.g.*, biotecnologia).

as TIC, mas com diferentes aplicações, fomentadas pela nanotecnologia. Enquanto este fenómeno estrutural evidencia uma transformação social, tecnológica, económica e política, ele revela uma forte lacuna empírica nas tecnologias dominantes, visto depender da contextualização dessa mesma destruição criativa nos ciclos, ou seja, a forma como as empresas obtêm lucros provindos das tecnologias dominantes difere de acordo com o ciclo e, portanto, com a forma de organização do modelo capitalista:

> a rather influential "cluster-of-innovation" version of K-waves theory, according to which Kondratieff cycles were predicated primarily on discontinuous rates of innovation. Within this approach each Kondratieff wave is associated with a certain leading sector (or leading sectors), technological system or technological style. For example, the third Kondratieff wave is sometimes characterized as "the age of steel, electricity and heavy engineering. The fourth wave takes in the age of oil, the automobile and mass production. Finally, the current fifth wave is described as the age of information and telecommunications"; whereas the forthcoming sixth wave is sometimes supposed to be connected first of all with nano and biotechnologies (Korotayev, Zinkina e Bogevolnov 2011: 1281).

Torna-se assim possível perceber como certos blocos de países (em particular, China, Coreia, Estados Unidos, Europa e Japão) se comportam, as tecnologias em que investem e como vão conquistando importância no quadro internacional. As americanas Intel e Apple serem ultrapassadas por uma série de fabricantes chineses e coreanos são um resultado dessa transformação. Pelo facto de os grandes surtos de desenvolvimento não procederem à canibalização das anteriores tecnologias e, pelo contrário, se ancorarem nelas, é um indicador da capacidade analítica de operacionalização da destruição criativa, pelo que foi necessário proceder à implementação de uma nova categoria: a negociação criativa. Ocorre a destruição criativa nas tecnologias dominantes/catalisadoras? Usamos menos automóveis agora do que há setenta anos? Recorremos menos à eletricidade do que aquando das guerras das correntes em 1883? É evidente que não. Bem pelo contrário! Assim, a destruição criativa tipicamente schumpeteriana não se aplica às tecnologias dominantes. Estas destroem, mas não são destruídas. A tecnologia dominante do grande surto de desenvolvimento funciona mais como um sistema de aliança de GPT:

> the invention of the computer would have been impossible without another GPT, electricity, being already in existence. It also relied on previous practical inventions: these date back as far as the idea of storing information on punched cards, as pioneered in the form of the Jacquard loom, and ideas from the theoretical foundations on computing laid out by Alan Turing in the 1930s (Schaefer, Schiess e Wehrli 2014: 25).

5. Da indústria 4.0 ao transhumanismo: Produção industrial e produção cultural

A filosofia da ciência pós-moderna dos meados e finais do século XX apresentou como uma das suas maiores preocupações do ponto de vista operacional, ético e axiológico, a tecnologia se substituir à humanidade, tornando-se a sua própria finalidade, num círculo autossustentado em vez de ser colocada ao serviço da humanidade, desenhada e programada para o seu bem-estar e do desenvolvimento social (Neves & Carvalho 2018). Esta forma de encarar a tecnologia, como externa ao humano e (quase escravamente) ao seu serviço, contraria os novos desenvolvimentos tecnológicos, em sectores tão distintos como a *Internet of Things* (IoT), no qual diferentes tecnologias comunicam entre si sem intervenção humana, assentes em arquiteturas de *machine learning* (*e.g., deep learning*), nos quais os algoritmos são capazes de aprender e corrigir situações e os modelos de produção da industria 4.0, na qual é possível acompanhar a produção em tempo real, prever e corrigir ocorrências que não seriam detetadas pelos humanos, incorporando nestes as tecnologias, cujas formas de implementação tecnológica revertem as tradicionais dicotomias entre humano e natureza ou entre biologia e tecnologia:

> Isso começará de uma forma impercetível. A princípio não sentiremos nada. Tudo se passará sem choques, excetuando já não podermos voltar atrás. Não nos daremos conta de imediato [...] Depois, tudo ganhará velocidade; o mundo mudará; já nada será como dantes, nem a natureza, nem a vida, nem a consciência, nem sequer o tempo. Este acontecimento inelutável já tem um nome: singularidade tecnológica … o estatuto do homem na natureza ficará alterado por isso; a sua posição mudará; a sua autonomia também. As suas ligações às máquinas irão ajudá-lo a aumentar consideravelmente a sua inteligência, as suas faculdades cognitivas (raciocínio, memória, perceção, etc.) e a sua vida. Tornar-se-á então um híbrido de ser vivo e tecnologia, um organismo cibernético, ou dito de outro modo, um ciborgue (Ganascia 2018: 20).

A transformação da indústria 4.0 e o fim da lei de Moore abriu espaço para a computação quântica marcada pela nanotecnologia, capaz de planear, desenhar e executar sem a necessidade da intervenção humana e, no campo na nanotecnologia, sem obedecer às regras da biologia de onde emergiu a singularidade tecnológica. A tendência atual, limitada pela proibição de melhoramentos não terapêuticos, recorre à (nano)tecnologia como acessório, exterior ao corpo humano (*smartphones*, *smartwatches*), capazes de medir o ritmo cardíaco, traçar sinais de GPS, entre outros. A introdução destes sistemas internamente ao corpo (*e.g.*, *pacemakers* e próteses)

promovem apenas a correção de uma normalidade corpórea. A ação de transformação no humano cria uma nova conceptualização: "deixámos de nos pensar como um sujeito que se submete e nos vemos antes como um projeto que delineamos e otimizamos." (Han 2016: 57). É esta transição de indivíduo subjetivo para um projeto o resultado da perda de espaço da pós-modernidade em detrimento de algo novo: o metamodernismo. Assim, esta ligação entre transhumanismo e metamodernidade (e, consequentemente, a singularidade) apresentam um humano não mais ideologicamente massificado (resultado da modernidade), mas não mais subjetivo (resultado da pós-modernidade). O facto de não ficar dependente da biologia e de uma evolução tipicamente darwinista permite que o humano desenhe e reequacione o seu corpo e a sua mente.

> A humanidade irá hibridar-se com a tecnologia para chegar a uma espécie de metensomatose, uma passagem (*meta*) de um corpo (*soma*) – no caso vertente, o nosso invólucro biológico – para (en-)outro, o computador. […] Enquanto nas teorias clássicas da transmigração, a metensomatose designava cada reencarnação ao longo de existências sucessivas e depois a chegada à morada das almas, aqui significa a passagem da consciência para o mundo digital depois da morte biológica do cérebro. Em contrapartida desta hibridação com a tecnologia, a consciência, uma vez digitalizada, adquirirá longevidade e, quem sabe, imortalidade… (Ganascia 2018: 15).

As transformações iniciadas com a fase científicocibernética/ singularidade faz com que a relevância do individuo subjetivo (pós-moderno) é substituída pelo seu papel na formação de enxames digitais; e o biopoder dá lugar ao digipoder. As alterações não são apenas na fusão entre humano e robótica, mas também na forma como a informação é transmitida e a emergência da sociedade da transparência (Han 2014). Aliado a este fenómeno emerge o digipoder (psicopoder) como forma de (auto e hetero) controlo:

> A conexão digital facilita a obtenção de informação fazendo que a confiança, enquanto prática social, perca cada vez mais importância. Cede o lugar ao controlo. Assim, a sociedade da transparência é estruturalmente afim da sociedade da vigilância. Onde as informações são acessíveis com grande facilidade e rapidez, o sistema social passa a basear-se não na confiança, mas no controlo e na transparência. Obedece à lógica da eficácia. São registados todos os meus cliques no teclado. Todos os meus passos podem ser reconstituídos retrospetivamente. Deixamos impressões digitais por todo o lado (Han 2016:85).

6. Metodologia

O Programa de Investigação Científica (PIC) lakatosiano assenta em núcleos de pressupostos teóricos que não podem ser abandonados, sem para isso ter de abandonar a teoria por completo (Lakatos 1989). Serve, por isso, para analisar várias componentes teóricas distintas ou até contraditórias e contrapô-las através do nível empírico, aliando o conhecimento da produção industrial com o da produção cultural e registando a capacidade de projetar para o futuro aplicações que ainda não existem com a base real para sedimentar essa mesma aplicabilidade. Atendendo que um núcleo de uma teoria será dificilmente abandonado, as heurísticas são os níveis acessórios de uma teoria que podem ser contrapostos e fundamentar se passam no teste empírico (Lakatos 1967), neste caso, contrapor a destruição criativa schumpeteriana com a queda tendencial da taxa de lucro marxista. Este esquema metodológico permite notar os padrões e, acima de tudo, os fenómenos emergentes, algo particularmente preponderante para caracterizar as tecnologias convergentes. Para tal integramos os modelos (neo)schumpeterianos de inovação com a reestruturação dos modelos industriais e de consumo assentes nas premissas da indústria 4.0, de forma a analisar que tecnologias emergem e a que sectores estão relacionadas e os seus potenciais impactos nos grandes surtos de desenvolvimento. Visamos também demonstrar como esta cooperação entre tecnologia e o humano comporta uma transformação do biohumano e a consequente emergência do transhumanismo, decorrente do processo de singularidade, temáticas outrora pertencentes à esfera da ficção científica. Foram analisadas quatro franquias de produtos culturais: obra literária *Diamond Age* (Stephenson 1995), série televisiva *Psycho-Pass* (Motohiro 2012), cinema *Terminator* (Taylor 2015; Nichol 2009; Mostow 2003; Cameron 1991; 1984) e videojogos *Deus Ex* (Square-Enix 2016; 2011; 2003; 2001). O critério de inclusão foi a centralidade da nanotecnologia e a sua implicação na construção de uma nova realidade social e a sua pertinência como catalisador tecnológico.

7. Da literatura aos videojogos: resultados da destruição criativa

O primeiro resultado consiste na capacidade de projeção das indústrias culturais. Assim, as narrativas ocorrem num futuro próximo, enquadradas entre o final deste quinto ciclo de Kondratieff e o início do sexto ciclo com a exceção de *Psycho-Pass* que ocorre num período de transição do sexto para o sétimo ciclo (ano de 2112). O segundo resultado incide na tipologia de tecnologia com a derivação da luta de classes, englobando os mecanismos de controlo, regulação e evolução, a transformação

do corpo, a singularidade tecnológica e transhumanismo: *Diamond Age* funde nanotecnologia e inteligência artificial e foca quem tem acesso (ou não) às inteligências artificiais; *Psycho-Pass* enraíza as tecnologias convergentes para a criação de um Estado de segurança com extração e processamento de dados em tempo real que permite prever a realização de atividades criminosas, dividindo a estrutura entre criminosos e não-criminosos; *Terminator* liga a inteligência artificial à robótica, deixando os humanos como categoria biológica à parte e colocando a tónica na luta entre humanos e robots; e *Deus Ex* centra-se nos nano-aumentados (*augs*) e nas lutas de classes que surgem derivados dos melhoramentos nanotecnológicos, criando uma divisão entre bio e transhumanos (ver *Quadro 1. Lista de franquias e ano da narrativa* – após bibliografia do presente texto).

The Diamond Age: or a Young Lady's Illustrated Primer

The Diamond Age (1995) é uma obra de *nanopunk* apresentando ao leitor um futuro próximo baseado na obra de Eric Drexler *Engines of Creation*. O título *Diamond Age* diz respeito à evolução arqueológica dos diferentes períodos: idade da pedra, idade do bronze e idade do aço. A idade de diamantes seria uma era de manipulação atómica consoante os desejos humanos, sendo possível criar estruturas de diamantes a partir dos átomos de carbono, processo que ficou conhecido como nanodiamantes (*diamondoids*). Estes *diamondoids* possuem o potencial para gerar reações químicas e fazer com que os materiais transitem de estado (*e.g.*, líquido para gasoso), sendo parte integrante da computação quântica. A nanotecnologia está presente no quotidiano dos indivíduos, sobretudo nos compiladores de matéria (*matter compillers*), um dispositivo de nanofabricação que desenha e produz todo o tipo de matérias. O ano em que a narrativa se desenvolve não é conhecido e os leitores somente têm acesso à informação que redes centralizadas (financeiras e de comunicações) se tornarem obsoletas, emergindo novas formas de transferência de dinheiro (similar aos processos de *blockchain* e *bitcoins*), o que destrói os métodos convencionais de taxação de impostos, destruindo os grandes Estados.

Perante a queda dos Estados, a obra apresenta uma realidade na qual os humanos estão agrupados em *phyles*, tribos compostas por um conjunto de pessoas que partilham um conjunto de valores, herança étnica e religiosa, mais similar a nações. A obra apresenta quatro grandes grupos populacionais: os Han (China), Neo-Vitorianos/Nova Atlantis (anglo saxões e Ocidente em geral), os Nippon (japoneses) e os Hindustan (Índia) que atuam como um conjunto de microtribos. Aos *Phyles* contrastam os *Thetes*, compostos por indivíduos que não pertencem a nenhum grupo

em particular, mas que partilham um estrato socioeconómico baixo. Contudo, em termos de produtos, estes têm acesso a comida e a vestimenta, embora de baixa qualidade. Desta forma, *The Diamond Age* apresenta uma sociedade pós-escassez, no qual o acesso aos bens naturais é um dos principais fatores distintivos entre os diferentes *phyles* e *thetes*. É apresentado um mundo altamente globalizado, mas que, de forma a suplantar os Estados-nação, transforme as cidades em enclaves produtivos e sociais. Estas cidades criam sistemas imunitários compostos por máquinas aerostáticas que protegem os indivíduos de contágios e de outro tipo de doenças infeciosas. No que toca ao acesso a recursos, os compiladores de matérias públicas proporcionam alimentos, indumentária, cobertores e água de forma gratuita a todos os indivíduos. O fechamento do *phyle* vitoriano à distribuição da fonte gera uma produção anárquica de tecnologias similares e fomenta uma nova forma de conflito cultural entre o Oriente e o Ocidente.

A narrativa principal segue a história da protagonista Nell, uma thete, que acede a um *primer* roubado (uma inteligência artificial em forma de livro interativo) destinado a uma jovem neovitoriana. O *primer* tem como objetivo principal potenciar intelectualmente o seu leitor e fazer com que este aceda ao máximo potencial de capital cultural, tornando-o subversivo em relação ao *status quo*, ou fazendo-o capitalizar o máximo poder dentro da ordem vigente. A obra acompanha o desenvolvimento da Nell sobre a tutoria do *primer*, que é capaz de reagir ao ambiente social e cultural do seu utilizador e ensiná-lo a retirar o máximo de proveito da sua condição, ou seja, o *primer* aloca e maximiza os melhores recursos possíveis para resolver um problema.

Psycho-Pass

Psycho-Pass é uma série de animação centrada no tema do combate ao crime num futuro distópico no ano de 2112, no qual um conjunto de tecnologias convergentes atualmente existentes apresentam inovações assentes em regimes de *predictive analytics*, tais como sensores cimáticos, nomeados de *psycho-pass*, que medem, quantificam e aferem o estado mental, os níveis de *stress* e a personalidade dos indivíduos, calculando um coeficiente criminal que estes detêm para futuramente cometer um crime. Após alertar as autoridades para o criminoso latente, cabe aos agentes de autoridade aplicar a sentença atribuída pelo sistema tecnológico.

O tecnofuturo apresentado em *Psycho-Pass* coloca os indivíduos ligados a um sistema central de controlo digital. O *psycho-pass*, como um sistema omnipresente de avaliação mental, codifica o bem-estar dos indivíduos, categorizando-o como

coeficiente criminal. A realidade apresentada é distópica por possuir um sistema universal de controlo, no qual a ação humana é determinada pelo computador central Sibyl. É este dispositivo que define o nível educacional e a profissão dos indivíduos, mas, acima de tudo, se demonstram potencial para serem criminosos ou não. Os indivíduos vivem num regime democrático, com eleições livres e têm acesso a um vasto conjunto de bens materiais. *Psycho-Pass* apresenta uma hierarquia de funções na deteção do comportamento criminal: (*i*) sistema Sibyl, (*ii*) drones e CCTV, (*iii*) agentes policiais, (*iv*) *enforcers* e (*v*) *dominators*. A transição de uma aparente hierarquia linear é substituída por um sistema circular, no qual todas funções respondem perante o sistema Sibyl.

O sistema Sibyl é composto por um regime de mentalidade coletiva, similar a uma colmeia, constituído por 247 indivíduos não-contaminados que determinam a normalidade probabilística. Os *enforcers*, biohumanos ou transhumanos, têm como principal função a perseguição de criminosos. Sendo indivíduos já referenciados pelo sistema, servem para evitar que os agentes policiais sejam contagiados pela ação criminal. Os *dominators* são dispositivos eletrónicos que medem no imediato os níveis de *stress*, atribuindo numericamente o nível de violência, referenciando se os agentes e os *enforcers* podem recorrer a força letal ou paralisar o criminoso. Os *dominators* registam a informação, terminam com a violência policial, enquanto reforçam o caráter ubíquo da tecnologia.

Terminator

A franquia *Terminator* narra uma era em que as máquinas/inteligências artificiais entram em guerra declarada com os humanos. Como forma de resistir ao domínio das máquinas/robots exercido a partir de 2018, ano em que as máquinas promoveram uma iniciativa global de genocídio contra os humanos, estes lançam uma ofensiva global em 2029 contra a inteligência artificial *Skynet*.

Num universo composto por inteligências artificiais (Skynet), biohumanos e robôs, os filmes apresentam o modelo humanoide T-800 como sapiente e senciente. O seu sacrifício pessoal serve como metanarrativa da aproximação da tecnologia com o que ainda é humano e apresenta uma tecnologia criada por humanos com o objetivo de os servir. Os modelos seguintes, T-1000, T-X e T-3000, demonstram a perda da sua humanidade, uma transformação numa tecnologia que deixa de ser produzida por humanos e subservientes. Nesta nova direção de evolução, os humanos tornam-se desnecessários e as máquinas são capazes de processar os meios mais eficientes para cumprir os seus objetivos. A imagem do humano obsoleto e objeto

de extermínio presente na saga *Terminator* está fortemente imbricada na metáfora do genocídio: o extermínio de todos aqueles pertencentes a esse grupo. Contudo, há modificações narrativas: os humanos obsoletos derrotam os inovadores, e um velho modelo T-800 contribui para derrotar as tecnologias estado-da-arte (T-1000, T-X e T-3000), adiando os eventos *promovidos* pela Skynet, pelo que esta continua a adaptar-se para assumir o controlo. O valor narrativo consiste em não conseguir travar a tecnologia, apenas atrasá-la. Em *Terminator,* a nanotecnologia é incorporada na robótica e as máquinas, tecnologicamente mais fortes, competem ativamente com os obsoletos humanos.

Deus Ex

Deus Ex é uma franquia (*post*)*cyberpunk* que se foca nas vantagens/desvantagens do transhumanismo, nos seus aspetos bélicos e no melhoramento da saúde física dos biohumanos. Entre as personagens que pretendem ultrapassar a condição biológica determinada do humano através da nanotecnologia e aqueles que pretendem a evolução natural da espécie, *Deus ex* reflete os vários sectores de aplicação de ligação da nanotecnologia, em especial o militar e o da saúde, ligando-os a setores tecnológicos da biotecnologia e das tecnologias de comunicação. *Deus Ex* apresenta um futuro distópico no ano de 2052, no qual os indivíduos são nano-aumentados com capacidades superhumanas. Contudo, a humanidade foi atingida por um vírus, cuja vacina não consegue ser produzida em número suficiente para todos e é apenas distribuída pelos indivíduos vitais para o funcionamento societal, no qual os elementos de poder económico estão diretamente relacionados com as atribuições físicas. O nível de desigualdade social e a falta de acesso a um conjunto básico de recursos gera um conjunto de motins à escala global, no qual se manifestam dois grandes grupos: biohumanos e nanomelhorados. A sequela *Deus Ex Invisible Wars* ocorre em 2072, 20 anos após *Deus Ex*, e revela um mundo em conflito, no qual os vários grupos sociais conduzem a quatro diferentes fações políticas: (*i*) isolacionistas, que fortificaram as suas cidades e limitaram o acesso de refugiados; (*ii*) grupos religiosos de biohumanos que advogam o fim da nanobiomodificação; (*iii*) agregados transhumanos que pretendem uma expansão global para um futuro composto somente de transhumanos; e (*iv*) aqueles que pretendem criar um mínimo comum de biomodificações a todos (trans)humanos. O terceiro título, *Deus Ex: Human Revolution*, ocorre em 2027 e atua como prequela. O foco da narrativa nas vantagens/desvantagens do transhumanismo, na dimensão bélica do conflito e nas desigualdades sociais da engenharia genética destaca aqueles que pretendem ultrapassar a condição biohumana através

da nanotecnologia e os que pretendem a evolução natural da espécie, o foco nos nanomelhoramentos como estado-da-arte, apenas acessível a um nicho minoritário em locais similares a supermercados genéticos, despoletando um nível de desigualdade social difícil de controlar. A introdução da nanotecnologia neste leque serve para criar um terceiro grupo (nano-melhorados), demonstrando que os quadros de evolução económica, social e cultural não foram capazes de acompanhar a evolução tecnológica. O quarto título, *Deus Ex Mankind Divided* (MD) situado em 2029, incide numa reversão do poder e numa divisão/*apartheid* social entre aumentados (*augs*) e não aumentados (*non-augs*), ou seja, entre transhumanos e biohumanos, no qual as fações religiosas e conservadoras assumiram o controlo político, focando os problemas que os transhumanos tiveram para se tornarem dominantes em 2072.

8. Do pós-modernismo ao meta-modernismo: análise de resultados

As obras apresentaram novas formas de desigualdade e conflito, estando a tecnologia no centro desse mesmo conflito. Com a ubiquidade da tecnologia e o acesso facilitado a recursos, a divisão não se sustenta mais entre quem tem ou não tem acesso a recursos, mas a que tipo de recursos que se tem acesso. Em *Diamond Age* há uma primazia das inteligências artificiais sobre a robótica ou a genética, uma vez que o capital cultural se tornou o mais relevante. *Psycho-Pass* e *Deus Ex* apresentam realidades, em que a convergência tecnológica está enraizada e os biohumanos se tornam progressivamente uma minoria e entram em conflito com os restantes grupos modificados. Em *Terminator* os conflitos ocorrem entre os biohumanos e as máquinas pela posição dominante. Estas diferentes formas de conflito estão aliadas a diferentes tecnologias convergentes, havendo uma primazia das inteligências artificiais, externas ou incorporadas nos (trans)humanos, ou uma cyborguização, incorporação da robótica nos humanos. Só *Terminator* diferencia entre "máquinas" e humanos.

Os ciclos tecnológicos estão bem patentes em cada uma das obras, oscilando entre o final do quinto e o sétimo ciclo tecnológico (*Psycho-Pass*), nos quais uma nova forma de poder emerge: o digipoder (ou psicopoder) substituiu-se ao biopoder. As sociedades apresentadas tornaram-se mais transparentes, passíveis de serem analisadas numericamente, mas, acima de tudo, a importância incidiu no controlo da mente do indivíduo e não do seu corpo. Em *Diamond Age* a *Source* representa um mecanismo centralizado de controlo, extremamente foucaultniano, enquanto o seu substituto, a *Seed*, representa uma distribuição descentralizada, livre e universal de bens e recursos, assentando no digipoder (Han 2016). The *Diamond Age*, *Psycho-Pass* e *Deus Ex* demonstram o papel da nanotecnologia e os seus impactos

nas estruturas socioeconómicas, mas também no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, demonstrando que uma interpretação relativa da cultura é potenciadora de conflitos.

É através desta nova forma de conflito entre novos grupos que a singularidade emerge. A nova luta de classes não está somente patente entre detentores e não detentores de recursos, recorrentes da análise marxista, mas na tipologia de recursos: a luta por recursos foi substituída por uma luta identitária. Assim, embora a tradição marxista configure a luta de classes apenas relativa ao modo de produção capitalista, a análise cíclica permite destacar quais os tipos de recursos centrais à ascensão da nova classe. Tal indica que a burguesia como classe, longe de estar unificada, possui uma tradição em que uma nova tecnologia se converte numa nova forma de capital. Se o quinto ciclo amplamente pós-indústrial[8] aliou as TIC à financeirização, o sexto ciclo revela uma tendência para uma nova forma de industrialização e incorporação tecnológica. Mais que o novo capital a destruir o velho capital, é a transição desse mesmo capital sob a forma de tecnologia, ou seja, o acesso à tecnologia torna-se o capital. A diferença a registar é que nem sempre é possível de perceber nas obras se estamos perante um novo modelo de produção ou um novo ciclo do sistema capitalista. Embora as obras se fixem entre o final do quinto e o início do sexto ciclo de Kondratieff, a transferência de classes na luta de classes sofreu também uma transformação: enquanto na teoria marxista clássica esta tendência demonstrou um novo modo de produção, estas produções das indústrias culturais revelam as tendências e premência do sistema capitalista perante uma nova forma de luta de classes. Assim, enquanto a destruição criativa tem sido tendencialmente trabalhada sobre produtos em espaços (urbanos), torna-se pertinente perceber se poderá também adequar-se e enquadrar-se numa ótica da luta de classes: ou seja, a luta de classes pode transformar-se dentro de um mesmo modo de produção.

Em *Psycho-Pass* a pertinência da aliança entre tecnologia e prática criminal consiste na implementação no Japão de regimes de *predictive thinking* (*Yosokugata Hanzai Bogyo*), um sistema de controlo policial com o objetivo de prever as áreas geográficas e as horas do dia em que é mais provável um determinado conjunto de crimes ocorrer. Para tal, este sistema aloca diferentes recursos técnicos e humanos de forma a evitar a prática criminosa (Japan Today, 2017).[9] Por se projetar no futuro

8 Incorpora-se aqui a conceptualização de "pós-industrial" como um sistema de organização de produção que alia o material, o *hardware*, com o imaterial, o *software*, e não como um sistema que transita do sector da indústria para o dos serviços (Chang 2018).

9 Nos Estados Unidos estão em teste a composição de algoritmos (*Public Safety Assessment*) para auxiliar os juízes a determinar o valor das coimas, o risco de fuga, a probabilidade de cometer novo crime antes do julgamento, e escapar a enviesamentos raciais. Outros algoritmos estão a

recorrendo a tecnologias atualmente em fase de desenvolvimento, especialmente na interseção das tecnologias convergentes com o controlo social, resultam da atuação combinada de diferentes regimes de *hardware* e *software*, tais como nanotecnologia, biotecnologia, tecnologias de informação, ciências cognitivas, genética e robótica que se traduzem em novos equipamentos e técnicas de controlo. A nanotecnologia e demais tecnologias convergentes são o elemento de controlo social.

Em *Terminator*, o objetivo das máquinas consiste em erradicar os humanos, mas o seu efeito de unidade distingue-se de *Deus Ex*, uma vez que a ideia de unidade reside na forma como as máquinas comunicam entre elas e não na forma como elas se assemelham aos humanos. *Deus Ex* e *Terminator* apresentam um processo de destruição criativa, sem, no entanto, alterar a base fundamental do conceito. Apresentam tecnologias que se substituem, mas que, ao se incorporarem/confrontarem com os humanos, tornam o biohumano obsoleto. Um elemento diferenciador reside na distinção entre os humanos e as máquinas e na suscitação do binómio "Nós" e "Eles", identidade e alteridade. Em *Terminator*, os humanos, por força das circunstâncias, unem-se para combater as máquinas, também elas unidas em torno da IA *Skynet*. Em *Deus Ex* não existe uma dicotomia entre "bons" e "maus", apenas entre biohumanos e transhumanos, configurando a humanidade como dividida.

A representação do conflito assenta na nanotecnologia e ambos os produtos apresentam uma dicotomização acentuada: *Terminator* foca o binómio entre humanos e máquinas e *Deus Ex* entre biohumanos e transhumanos. No primeiro, a nanotecnologia é apresentada do lado das máquinas como uma característica que as torna superiores e como obstáculo que os humanos têm de superar. No segundo, a nanotecnologia é incorporada nos humanos e transmite uma ideia de evolução: separa o humano biologicamente determinado, o biohumano, do transhumano, alguém que superou a sua condição biológica, mas controlado pela tecnologia. *Em Deus Ex*, a nanotecnologia incorpora-se nos humanos e fomenta o transhumanismo, alterando a função social da nanotecnologia. O centro da narrativa ocorre entre Detroit e os arredores de Xangai, demonstrando uma deslocação da esfera de poder dos Estados Unidos (território neovitoriano governado por uma oligarquia corporativa) para a China. O livro centra-se na importância da cultura para perceber a tecnologia e entender como o apoio cultural dos *primers*, designadamente a sua função de inteligência artificial, influenciam a posição dos indivíduos no mundo. *Deus Ex* oscila entre os Estados Unidos e a China, *Psycho-Pass* transita para o Japão e *Terminator* mantém o centro da sua narrativa nos Estados Unidos.

---

ser criados de forma a prever a existência de crimes de colarinho branco, tornando obsoletas as técnicas policiais de *profiling* (Dewan 2015).

Embora haja novas formas de conflito social, só um dos produtos culturais revela um estado de conflito apocalíptico: *Terminator*. A IA *Skynet*, resultado da ligação da tecnologia aos conflitos militares humanos, encarou os humanos como um vírus que tentam erradicá-la. As máquinas lutam pela autopreservação e, revelando estados de senciência e sapiência, perdem a capacidade de compactuar com os humanos, erradicando-os.

Quadro 2. Temas e categorias criadas

Temas Centrais	Diamond Age	Psycho-Pass	Terminator	Deus Ex
Nova forma de desigualdade/conflito social	✔	✔	✔	✔
Inteligência artificial	✔	✔	✔	✔
Robots	✔	✔	✔	✔
Novo ciclo socioeconómico	✔	✔	?	✔
Digipoder	✔	✔	?	✔
Conflito entre novos grupos	✘	✔	✔	✔
Singularidade	✔	✔	✘	✔
Transhumanismo	✔	✔	✘	✔
Nova potência económica dominante	✔	✔	✘	?
Transformações (bio)genéticas	✘	✔	✘	✔
Apocalíptico	✘	✘	✔	✘

Legenda: ✓ocorre ✘ não ocorre ? não é inteiramente esclarecido

9. Discussão de resultados

Marx contribuiu para perceber a economia e a sociedade como sistemas em evolução, enquanto os contributos de Schumpeter serviram para perceber como essa mutação ocorre. Na contraposição entre destruição criativa schumpeteriana e a queda tendencial da taxa de lucro marxista, as crises não serviram como travão ao crescimento capitalista, apenas como constante reestruturação do seu modelo endógeno de desenvolvimento, surgindo regularmente uma nova tecnologia que dominou os diferentes mercados. No entanto, não foi a saturação do modelo de investimento que gerou o nascimento de novos modelos tecnológicos mas sim a diversidade de investimento. O modelo esteve, portanto, mais próximo de Schumpeter que de Marx. As onze categorias que compuseram a análise das narrativas geraram três grupos de

informação: (*i*) o que gera a transformação (tecnologia), composto por inteligência artificial, robotização e transformações biogenéticas, que formam a nova composição dos grupos/classes sociais; (*ii*) como se transformam os novos grupos compostos pelos ciclos socioeconómicos, a potência económica emergente/dominante, o digipoder, a singularidade e o transhumanismo; e (*iii*) as consequências, os conflitos entre novos grupos e a tendência apocalíptica da narrativa.

Os novos ciclos enraizados na nanotecnologia apresentam novas potências económicas dominantes, em particular a China no ciclo VI e o Japão no ciclo VII. Esta ocorrência, similar ao modelo cíclico endógeno de Kondratieff, demonstrou que estes países não são novos mercados, pelo contrário reformulam eles próprios os mercados. Estes períodos são marcados por novas formas de desigualdade, a ascensão das inteligências artificiais, da robotização e, em menor escala, das transformações biogenéticas, levando à implementação do transhumanismo, o que resultou na fusão entre o cérebro biológico e o computorizado e, acima de tudo, na criação de uma mentalidade de enxame, no qual a informação é partilhada entre diversos agentes de forma (quase) imediata. Dos quatro produtos culturais somente *Terminator* fez a conexão entre a aplicação da nanotecnologia (e robótica) para criar um futuro apocalíptico para a humanidade. Nos restantes, a tecnologia fundiu-se com os outrora biohumanos. Em *Deus Ex* e *Psycho-Pass*, desenrolados no ciclo VI e VII, respetivamente, foram aqueles nos quais ascendeu o transhumano. Com isto emergem novos conflitos sociais, nomeadamente entre humanos e máquinas e entre biohumanos e transhumanos e uma era de singularidade marcada pelo digipoder. A incorporação da tecnologia no corpo humano e a aplicação de características tidas como humanas a seres inorgânicos gerou uma complexa relação de conflito e/ou cooperação entre biohumanos e transhumanos assumindo a centralidade da história. Independente à relação de convívio ou de conflito está patente o cenário em que ambas as tipologias de humanos coexistem. Não mais um ser massificado ou, pelo contrário, sujeito à sua individualidade. O indivíduo transhumano não é um produto da modernidade ou da pós-modernidade. Pertence à metamodernidade. Foram apresentadas sociedades em que o panóptico e o biopoder se tornaram obsoletos, dando origem ao digi/psicopoder focando o controlo da mente, da razão e das emoções assentes em modelos de transparência. Este fenómeno, composto atualmente por sistemas de crédito social, como aquele implementado na China desde 2014, é uma demonstração empírica de como este processo já se iniciou durante o quinto ciclo.

Perante a caracterização aqui determinada torna-se possível, em termos paradigmáticos e metodológicos, avançar com critérios mais rigorosos de validação e de replicação. Trabalhos futuros deverão incidir nas análises de curto prazo e determinar a escalabilidade das tecnologias convergentes e dos seus sectores de aplicação.

Referências

Acemoglu, Daron (2007), "Equilibrium bias of technology", *Econometrica*, vol. 75, n.º 5, 1371-1409.

Aghion, Philippe e Peter Howitt (2010), "A model of growth through creative destruction", *Econometrica*, vol. 60, n.º2, 323–351.

Akaev, Askar e Andrey Korotayev (2017), "Global economic dynamics of the forthcoming years: a forecast", *Structure and Dynamics*, vol. 10, n.º 1, 1–21.

Alvarez-Ramirez, Jose, Eduardo Rodriguez, Esteban Martina e Carlos Ibarra Valdez (2012), "Cyclical behavior of crude oil markets and economic recessions in the period 1986–2010", *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 79, n.º 1, 47–58, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.04.010

Betz, Ulrich A. K. (2018), "Is the force awakening?", *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 128, 296–303, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.08.006

Cameron, James (1984), *The Terminator*. Los Angeles, Orion pictures.

Cameron, James (1991), *Terminator 2*: j*udgment day.* Culver City, Tristar pictures.

Christensen, Clayton Magleby (2018), *O dilema da inovação.* Coimbra, Actual Editora.

Coccia, Mario (2018), "A theory of the general causes of long waves: war, general purpose technologies, and economic change", *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 128, 287–295, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.11.013

Crotty, James (2000), "Slow growth, destructive competition, and low road labor relations: a Keynes-Marx-Schumpeter analysis of neoliberal globalization", *Political Economy Research Institute*, n.º 6, disponível em www.umass.edu/peri/.

Dawesar, Abha (2013), "Life in the 'Digital Now'" TEDTalk [Online], [acedido a 3 de março de 2019], disponível em www.ted.com/talks /abha_dawesar_life_in_the_digital_now?language=en.

Dewan, Shaila (2015), "Judges replacing conjecture with formula for bail", *New York Times*, disponível em https://www.nytimes.com/ 2015/06/27/us/turning-the-granting-of-bail-into-a--science.html.

Freeman, Chris e Luc Soete (2005), *The economics of industrial innovation*. London, Routledge.

Ganascia, Jean-Gabriel (2018), *O mito da singularidade*. Lisboa, Temas & Debates.

Gane, Nicholas e Donna Haraway (2006), When we have never been human, what is to be done? Interview with Donna Haraway, *Theory, Culture & Society,* vol. 23, n.º 7 e 8, 135–158, disponível em http://doi.org/10.1177/0263276406069228

Giddens, Anthony (2006), *O mundo na era da globalização*. Lisboa, Editorial Presença.

Grinin, Leonid (2012), "State and socio-political crises in the process of modernization", *Cliodynamics: The Journal of Theoretical and Mathematical History*, vol. 3, n.º 1, 124–157.

Grinin, Leonid E., Anton L. Grinin e Andrey Korotayev (2017), "Forthcoming Kondratieff wave, cybernetic revolution, and global ageing", *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 115, 52–68, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.09.017

Han, Byung-Chul (2014), *A sociedade da transparência*. Lisboa, Relógio D'Água.

Han, Byung-Chul (2016), *No enxame*. Lisboa, Relógio D'Água.

Haraway, Donna (1985), "Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist-feminism in the 1980s", *Socialist Review*, vol. 80, n.º 80, 65108, disponível em http://doi.org/10.1007/978-1-4020-3803-7_4.

Henton, Doug e Kim Held (2013), "The dynamics of Silicon Valley: creative destruction and the evolution of the innovation habitat", *Social Science Information*, vol. 52, n.º 4, 539–557, disponível em https://doi.org/10.1177/0539018413497542.

Hornborg, Alf (2013), "Technology as Fetish: Marx, Latour, and the cultural foundations of capitalism", *Theory, Culture & Society*, vol. *31*, n.º 4, 119–140, disponível em https://doi.org/10.1177/0263276413488 960.

Japan Today (2017), "Kyoto police set up system to predict when and where crimes will happen", *Japan Today [Online]*, disponível em https://japantoday.com/category/crime/kyoto-police-set-up-syste m-to-predict-when-and-where-crimes-will-happen.

Juglar, Clément (1862), *Des crises commerciales et de leur retour périodique en France, en Angleterre et aux Etats-Unis*. Paris, Guillaumin et Cie.

Kitchin, Joseph (1923), "Cycles and trends in economic factors", *Review of Economic Statistics,* vol. 5, n.º 1, 10–16.

Kondratieff, Nikolai (1925), "The static and the dynamic view of economics", *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 39, n.º 4, 575–583.

Kondratieff, Nikolai e Wolfgang Friedrich Stolper (1935), "The long waves in economic life", *The Review of Economics and Statistics*, vol. 17, n.º 6, 105–115.

Korotayev, Andrey, Julia Zinkina e Alexey Andreev (2016), "Secular cycles and millennial trends", *Cliodynamics: The Journal of Theoretical and Mathematical History*, vol. 7, n.º 2, 204–216, disponível em https://doi.org/10.21237/C7clio7230484

Korotayev, Andrey, Julia Zinkina e Justislav Bogevolnov (2011), "Kondratieff waves in global invention activity (1900-2008)", *Technological Forecasting and Social Change*, vol. 78, n.º 7, 1280–1284, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.02.011

Korotayev, Andrey e Sergey Tsirel (2010), "A spectral analysis of world GDP dynamics: Kondratieef waves, Kuznets swings, Juglar and Kitchin Cycles in global economic development, and the 2008-2009 Economic Crisis", *Structure and Dynamics*, vol. 4, n.º 1, disponível em http://repositories.cdlib.org/imbs/socdyn/sdeas/vol3/iss2/art8/

Lakatos, Imre (1967), "Problems in the Philosophy of Mathematics", *in* Imre Lakatos e Alan Musgrave (eds.), *Proceeding of the International Colloquium in the Philosophy of Science*. Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 82-96.

Lakatos, Imre (1989), *The methodology of scientific research programmes*. New York, Cambridge University Press.

Mandel, Ernest (1978), *A formação económica do pensamento de Marx*. Coimbra, Centelha.

Marx, Karl (1998 [1867]), *The german ideology*. Nova Iorque, Prometheus Books.

Marx, Karl (2017 [1867]), *O capital*. Coimbra, Edições 70.

Marx, Karl e Friederich Engels (2011 [1850]), "Les luttes de classe en France (1848-1850)", *in Oeuvres choisies en deux volumes*. Paris, Nabu Press.

Modelski, George (2001), "What causes K-waves?", *Technological Forecasting and Social Change*, vol. 68, n.º 1, 75–80, disponível em https://doi.org/10.1016/S0040-1625(00)00125-6

Modis, Theodore (2017), "A hard-science approach to Kondratieff's economic cycle", *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 122, 63–70, disponível em https://doi.org/10.1016/j.techfore. 2017 .04.015

Mostow, James (2003), *Terminator 3: rise of the machines*. Culver City, Columbia pictures.

Motohiro, Katsuyuki (2012), *Psycho-Pass*. Tokyo, Production I.G.

Neves, Maria do Céu e Maria da Graça Carvalho (2018), *Ética aplicada: novas tecnologias*. Lisboa, Edições 70.

Nichol, Joseph McGinty (2009), *Terminator salvation*. Culver City, Columbia pictures.

Park, Hyun Woong (2010), "Endogeneity of money and the State in Marx's theory of non-commodity money", *Political Economy Research Institute 1*, 1–21.

Pareto, Vilfredo (2019), *A transformação da democracia*. Coimbra, Actual Editora.

Perez, Carlota (2005), "The thought leader", *Strategy and Business*, vol. 41, 113.

Perez, Carlota (2007), "Great surges of development and alternative forms of globalization", *in* Theotonio dos Santos e Carlos Eduardo Martins (eds.), *Long duration and cunjuncture in contemporary capitalism*. Santa Catarina, REGGEN-UNESCO/UNU.

Perez, Carlota (2009), "The double bubble at the turn of the century: technological roots and structural implications", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 33, n.º 4, 779-805.

Perez, Carlota (2010), "The financial crisis and the future of innovation: a view of technical change with the aid of history", *Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, n.º 28, 1–42.

Perez, Carlota (2017), "Are we on the verge of a new gloden age?", *Strategy and Business*, vol. 28, 1-17.

Roco, Mihail (2007), "Convergence and Integration", *in* Lynn E. Foster (ed.), *Nanotechnology - Science, Innovation and Opportunity*. New Jersey, Prentice Hall, 225–232.

Schaefer, Andreas, Daniel Schiess e Roger Wehrl (2014), "Long-term growth driven by a sequence of general purpose technologies", *Economic Modelling*, vol. 37, 23-31, disponível em https://doi.org/10.1016/j.econmod.2013.10.014

Schumpeter, Joseph Alois (1935), "The analysis of economic change", *The Review of Economics and Statistics*, vol. 17, n.º 4, 2–10.

Schumpeter, Joseph Alois (1947), "The creative response in economic history", *The Journal of Economic History*, vol. 7, n.º 2, 149-159.

Schumpeter, Joseph Alois (1949), "The Communist Manifesto in sociology and economics", *The Journal of Political Economy*, vol. 57, n.º 3, 199212.

Schumpeter, Joseph Alois (2018 [1942]), *Capitalismo, socialismo e democracia*. Coimbra, Actual Editora.

Shionoya, Yuichi (2007), *Schumpeter and the idea of socials science*. Cambridge, Cambridge University Press.

Square-Enix (2001), *Deus Ex.* Austin, Ion Storm.

Square-Enix (2003), *Deus Ex invisible wars.* Austin, Ion Storm.

Square-Enix (2011), *Deus Ex human revolution*. Montréal, Eidos Interactive.

Square-Enix (2016), *Deus Ex mankind divided.* Montréal, Eidos Interactive.

Stephenson, Neal (1995), *The diamond age: or a young lady's illustrated primer*. New York, Bantam Books.

Taylor, Alan (2015), *Terminator genisys.* Los Angeles, Paramount pictures.

Turchin, Peter (2011), "Toward cliodynamics – an analytical, predictive science of history", *Cliodynamics: The Journal of Theoretical and Mathematical History*, vol. 2, n.º 1, 167–186.

Turchin, Peter (2012), "Failed States and nation-building: a cultural evolutionary perspective introduction: can evolutionary science contribute to more effective nation-building?", *Cliodynamics: The Journal of Theoretical and Mathematical History*, vol. 3, n.º 1, 158–171.

Turchin, Peter e Sergey Nefedov (2009), *Secular cycles.* Nova Jérsia, Princeton University.

Quadro 1. Lista de franquias e ano da narrativa

Franquia	Género	Subsérie	Ano	Tecnologia	Ciclo Kondratieff
Diamond Age	Literatura nanopunk		Meados século XXI	Inteligência artificial e nanotecnologia	VI
Psycho-Pass	Série TV pós-*cyberpunk*		2112	Inteligência artificial e nanotecnologia	VI/VII
Terminator	Cinema	*Terminator 1*	2029-1984	Nanotecnologia e robótica	V
		Terminator 2 Judgment Day	2029-1995	Nanotecnologia, TIC e robótica	V
		Terminator 3 Rise of the Machines	2029-2004	Nanotecnologia, TIC e robótica	V
		Terminator 4 Salvation	2018	Nanotecnologia, TIC e robótica	V
		Terminator 5 Genisys	2029-1984-2017	Nanotecnologia, TIC e robótica	V
Deus Ex	Videojogos pós-*cyberpunk*	*Deus Ex*	2052	Nanotecnologia e tecnologias convergentes	VI
		Deus Ex Invisible Wars	2072	Nanotecnologia e tecnologias convergentes	VI
		Deus Ex Human Revolution	2027	Nanotecnologia (emergente)	V
		Deus Ex Mankind Divided	2029	Nanotecnologia (emergente)	V

VIII. SOBRE FLORES, GRILHÕES, CONSCIÊNCIA E AFETOS: A DISPUTA PELA CAPTURA DO GOSTO PARA DESMONTAR AS ENGRENAGENS DE PRODUÇÃO SOCIAL DA IGNORÂNCIA[1]

Sylvia Debossan Moretzsohn e Marco Schneider

Introdução

Este texto é um desdobramento das pesquisas que vimos realizando sobre as possibilidades de se enfrentar a produção social da ignorância no ambiente contemporâneo de hiperinformação favorecido pelo complexo de infotelecomunicações, que solapa a emergência de consciências e ações emancipatórias coletivas (Moretzsohn e Schneider 2018). Entendemos aqui a noção de ignorância não somente como ausência de informação ou falta de conhecimento, mas como um tipo de conhecimento precário, alimentado pela circulação deliberada de informação desqualificada, circulação esta promovida no intuito de favorecer interesses políticos e econômicos particulares dos setores sociais mais conservadores. O que há de novo nisso é a velocidade, o raio e a precisão do alcance dessa informação, graças ao emprego de tecnologias digitais de vigilância e difusão.

Partimos de um texto de juventude de Marx (2016 [1927]: 152) e sua famosa metáfora sobre a necessidade de se arrancar as flores imaginárias dos grilhões porque consideramos que ela sintetiza com rara precisão e beleza a relação dialética entre base e superestrutura: aponta o trabalho da ideologia, que leva a ilusões e à necessidade de serem combatidas para que "a flor viva desabroche", afirmando o caráter prático dessa tarefa, que exige "o abandono de uma condição que necessita de ilusões".

No livro em que chama a atenção para a necessidade de se ler Marx na era digital, Fuchs (2016: 5) assinala o "ponto cego" apontado por Smythe ainda nos anos 1970 sobre o marxismo ocidental, que tendia a enfatizar o trabalho sobre a base – as

1 Este texto foi também publicado na *Revista Eptic*, vol. 24, nº 1, janeiro-abril de 2022.

condições materiais de produção – e minimizava, quando não desconsiderava, os estudos culturais e de comunicação:

> Aspectos relacionados ao papel e às contradições da cultura, informação, comunicação, mídia e internet foram criticamente analisados pelo campo da crítica da economia política da mídia e da comunicação. Entretanto, frequentemente não foram levados a sério, ou pelo menos não suficientemente, na teoria marxista. Foram considerados como algo superestrutural, secundário, não produtivo, mero aspecto da circulação e do consumo, determinado ou sobredeterminado pela base, imaterial, meras ideias, dependente, uma estrutura de sustentação da exploração etc. (Fuchs 2016: 5)[2]

Talvez haja, porém, algum equívoco na utilização da expressão "marxismo ocidental" para essa crítica, pois ela justamente engloba os estudos culturais, dos quais Raymond Williams é um dos maiores expoentes. A propósito, Fuchs (2016) lembra que Williams começou a preencher a lacuna no mesmo ano de 1977 em que Smythe publicou seu artigo – *Communications and the Blindspot of Western Marxism* –, quando cunhou a expressão "materialismo cultural" para sustentar que "o trabalho e a atividade cultural não são (...) uma superestrutura" (Williams 1977: 111), porque são produto da indústria cultural, da economia da informação e do trabalho nesse campo, que são materiais e parte da economia produtiva do capitalismo. Aliás, se considerarmos estritamente o papel das infotelecomunicações (Moraes 2000) no mundo contemporâneo, veremos que aqui não se aplica mais o argumento de Adorno e Horkheimer (1985 [1944]) de que a indústria cultural não se comparava aos setores industriais de ponta, como o do aço, o petroquímico etc. A força econômica – e política – das empresas do Vale do Silício demonstra que isso mudou, pois elas são uma expressão fundamental da convergência tecnológica e empresarial que configura a concentração do capital no mundo contemporâneo. É justamente a convergência desses três prefixos – informática, telecomunicações e comunicação – que permitiu a Moraes (2000: 13-14) cunhar esse conceito, que conjuga os poderes estratégicos no campo multimídia, e que pode ser sintetizado na sigla "ITCs", que parece um anagrama das TICs, as tecnologias da informação e comunicação, mas se distingue delas na substância do que a define. Trata-se de uma estrutura "cuja centralidade econômica e ideológica supera a de seus elementos constitutivos, quando tomados isoladamente" (Schneider 2015: 45) e, por isso, representa um salto em relação ao panorama anterior da indústria cultural.

---

2 Tradução dos autores.

O que desejamos sublinhar é que uma perspectiva dialética mostra que não basta investir sobre a base que produz essa espécie de "consciência alienada", pois é essa "consciência" que conforma as pessoas a permanecerem no lugar em que o sistema as colocou, levando-as a se deixarem seduzir pela beleza das flores que disfarçam ou ocultam os grilhões. Ora, colocar flores nos grilhões é tipicamente o papel da indústria cultural, que age sobre as consciências e afetos de modo a conduzi-las a aceitar a vida "tal qual é". Diferentemente do que anunciavam os mais recentes profetas de um novo mundo inaugurado pelo suposto poder libertário das novas tecnologias, o surgimento da internet e de suas mídias e redes sociais digitais não rompeu com a lógica da indústria cultural. Como deveria ser claro, essas tecnologias foram desenvolvidas e são controladas pelo colossal complexo de ITCs que se formou nesse processo e se estrutura como o grande porta-voz do capitalismo financeiro globalizado, embora *apareça* incorporado à vida cotidiana como se fosse um simples e inofensivo conjunto de instrumentos para aproximar as pessoas, diverti-las e torná-las mais felizes.

Enfrentar essa engrenagem e investir numa crítica prática desse mecanismo de produção ideológica pressupõe discutir formas de trabalhar esses afetos à contracorrente, para que, através deles, se alcance a consciência necessária para mudar esse estado de coisas. Isso implica uma discussão sobre a formação do gosto (Schneider 2015), entendido como expressão e medida do valor de uso dos bens, materiais e simbólicos e, ao mesmo tempo, como substrato sensível das ideologias. No caso que aqui nos interessa, trata-se de cultivar o gosto pela informação confiável, diante do sucesso que a estratégia de disseminação de *fake news* através de mídias sociais como o Twitter e aplicativos como o Whatsapp obteve em campanhas políticas recentes como a do Brexit e a de Trump para a presidência dos EUA, em 2016, e a de Bolsonaro, no Brasil, em 2018. Considerando o avanço dessa estratégia pelo mundo, capitaneada por Steve Bannon, ex-assessor de Trump, entendemos que este é um tema crucial a se enfrentar, dadas as consequências políticas desse movimento e o papel também político que as pesquisas acadêmicas desempenham.

Sintetizamos nossa problematização nos seguintes termos: por que é que as pessoas se deixam levar tão facilmente pelas aparências? Por que rejeitam tão automaticamente o que contraria suas crenças? Por que, em suma, acreditam no que acreditam e formam convicções a partir das quais tendem a reagir de maneira "irracional"? São, como se vê, questões de fundo, cuja complexidade exige uma pesquisa de longo prazo para que se possa ensaiar alguma resposta, mas que servem para nos orientar no caminho que propomos nesta abordagem.

A partir de uma breve exposição do contexto político atual, iremos articular o conceito de alienação, central na obra de Marx, ao de mais-valia ideológica,

desenvolvido por Silva (2013), e à perspectiva de Safatle (2015) sobre a sociedade como um "circuito de afetos", para discutir como seria possível trabalhar a questão do gosto no campo definido pelo complexo de ITCs. Tomamos, portanto, o senso comum como ponto de partida para discutir a dialética entre base e superestrutura na perspectiva de enfrentar essa engrenagem de produção social da ignorância. Basicamente, vislumbramos duas ordens de questões: a primeira diz respeito à necessidade de mobilizar afetos para se atingir a consciência crítica, ao contrário do que vigora no ecossistema informacional hegemônico; a segunda, aos dispositivos sociotécnicos que dirigem a atenção do público, como os algoritmos e o uso de robôs que ajudam a formar as bolhas virtuais autorreferentes, e à habilidade com que forças políticas retrógradas os manipulam, de modo que a mobilização de afetos implica necessariamente essa disputa no campo da tecnologia. É uma disputa estratégica contra a ordem imposta pelo capitalismo financeiro que rege o mundo contemporâneo.

1. O fetiche da tecnologia libertária e o avanço do fascismo e do obscurantismo

Toda grande inovação tecnológica provoca abalos no mundo tal como o conhecemos e desperta aquilo que Álvaro Vieira Pinto (2005) chamou de "maravilhamento", com sentidos contraditórios: um misto de admiração e temor que marca a história da humanidade, primeiro diante dos fenômenos naturais e, depois, diante dos aparatos tecnológicos, fruto do engenho humano, mas que raramente são vistos como tais – o que, por isso mesmo, favorece a sua fetichização, no clássico sentido marxista. Assim, a "máquina" se desprende de seu criador e é vista ora como uma ameaça, ora como um elemento magicamente libertador. Foi o que ocorreu durante a excitação provocada pela cibernética e a perspectiva de disseminação do uso de computadores, nos anos 1960, quando Vieira Pinto iniciou sua obra, publicada postumamente, mais de três décadas depois de concluída. Foi também o que ocorreu com o surgimento da tecnologia digital e a popularização da internet. Interessa-nos particularmente a euforia que se espalhou, apesar dos alertas em contrário, diante do que seria uma nova era para a humanidade, em que todos finalmente teríamos voz e poderíamos nos manifestar em pé de igualdade, como se as relações de poder tivessem subitamente sido abolidas a partir dessas novas ferramentas. O motor principal de difusão dessa falácia foi o próprio sistema produtor dessa tecnologia, mas a ideia foi alegremente acolhida também no meio acadêmico, em especial aquele voltado ao campo da comunicação, de modo que a perspectiva crítica que enxergava no mundo

virtual a reprodução dos conflitos sociais e das relações de dominação exercidas historicamente acabou desprezada como arcaica.

Uma análise rigorosa não pode ignorar o que a excitação provocada pela internet encobria: a tendência à formação de guetos autorreferentes, refratários ao contraditório, precisamente o oposto da abertura que prometia a expansão do conhecimento e da capacidade crítica (Moretzsohn 2007, 2017). O desenvolvimento de algoritmos a identificar as preferências dos usuários das redes é decisivo nesse processo, produzindo formas mais sutis de mapeamento e captura dos gostos, e tem fins tanto comerciais quanto políticos, como ficou claro no escândalo da Cambridge Analytica, que está na base do Brexit e da eleição de Trump.[3] A questão aqui é, portanto, perceber como esse complexo de ITCs solapa a emergência de consciências e ações emancipatórias coletivas, atuando hoje a serviço da variante fascista neoliberal, excitando preconceitos como uma cortina de fumaça para a efetiva destruição ambiental e dos direitos, movimento articulado do capital diante da atualização da tendência à queda da taxa de lucros resultante do crescimento da parte constante na composição orgânica do capital em proporção à parte variável, ou, em outras palavras, devido à automatização de um sem-fim de atividades laborais, diminuindo o valor de troca do trabalho vivo, única fonte criadora de valor, e gerando desemprego crescente, sem a contrapartida da contratendência da criação de novos mercados, num mundo já saturado.

Cabe aqui um esclarecimento. Dizemos "fascismo", em vez da denominação de "populismo" prevalecente na sociologia e na ciência política atuais e acolhida jornalisticamente, porque entendemos que é disso mesmo que se trata. Diferentemente dos que consideram o fascismo um conceito aplicável apenas a um movimento cristalizado numa época histórica determinada – as duas décadas e meia entre 1920 e 1945 –, como Boron (2019) ou Gentile (*apud* Attanasio 2019), e mesmo diferentemente de Fuchs (2018), que alerta para a hipótese de ressurgimento do fascismo mas classifica o momento atual como "capitalismo autoritário", entendemos que estamos vivendo o recrudescimento do fascismo em âmbito mundial pelas características gerais do discurso da "antipolítica", que explora demagogicamente a insatisfação das camadas populares e médias diante da entropia do capital sem efetivamente combatê-la, muito pelo contrário, excitando a imagem de preconceitos arcaicos – na figura do inimigo que pode ser o terrorista, o traficante, o pedófilo, o imigrante, o comunista, as "bichas", os vitimistas, os corruptos ou tudo isso junto – que provocam

3 Trata-se da obtenção ilegal de dados de aproximadamente 50 milhões de perfis no Facebook nos EUA, a partir de testes de personalidade aparentemente inofensivos disponibilizados naquela mídia social. Com essas informações, a Cambridge Analytica montou sua estratégia de propaganda direcionada.

medo e adesão acrítica à figura carismática do líder que promete combatê-lo. Explorar o medo, como se sabe, é uma velha tática do poder político, como lembra Safatle (2015: 18) ao citar Hobbes: "de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar as leis é o medo. Mais: excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-las". A manipulação das massas atravessa a história da humanidade, desde o circo romano e os autos de fé até os dias de hoje. O fascismo, a rigor, é a atualização dessas práticas no tempo do capital monopolista, que utilizou fartamente os meios de comunicação de massa disponíveis à época e conduziu à Segunda Guerra Mundial. Menos de um século depois, ressurge no ambiente das redes digitais, com muito maior capacidade de disseminar seu *ethos* e seu *pathos* graças a elas.

Schneider e Pimenta (2017) articulam o clássico ensaio de Walter Benjamin sobre o conceito de história – e sua famosa conclusão sobre o "permanente Estado de exceção" em que vivíamos e ainda vivemos, isto é, a opressão como regra para as classes subalternas – com o romance *A Peste*, de Camus, cuja alegoria, segundo o próprio autor, era uma forma de alertar para o permanente risco de ressurgimento do fascismo. Mais ou menos como o definiu Brecht, para quem "a cadela do fascismo está sempre no cio". E mostram como a onda da "pós-verdade", que ganhou expressão na esteira da eleição de Trump e seus "factos alternativos",[4] "é uma atualização sociotécnica da tradicional prática fascista de informação que se realiza na indústria cultural e na internet" (Schneider e Pimenta 2017: 63). Mostram, assim, a articulação entre "pós-verdade" e a enxurrada de *fake news* pelas mídias sociais e dispositivos virtuais direcionadas a um público determinado como uma atualização sofisticada da ideia de Goebbels sobre a repetição incessante da mentira até que se torne verdade.

As notícias sobre a criação de um *think tank* no monastério do século XIII em Certosa di Trisulti, na Itália, onde um aliado de Bannon, Benjamin Harnwell, se estabeleceu para criar uma "escola de gladiadores para guerreiros culturais" (Williams 2019), é um elemento crucial para o entendimento da estratégia dessa nova direita, que pretende avançar pela Europa – e a esse respeito a videorreportagem do jornal *The Guardian* (2018) sobre o *Movement* organizado por Bannon e a exaltação do "*ordinary guy*" é muito esclarecedora. Harnwell já concedeu inúmeras entrevistas para divulgar os objetivos desse movimento, ancorado no fundamentalismo cristão

4 Como se sabe, "pós-verdade" foi definida como "a palavra do ano" (de 2016) pelo Dicionário Oxford, porque seu uso cresceu no "contexto do referendo britânico sobre a União Europeia" (o Brexit) "e nas eleições presidenciais dos Estados Unidos", que deram a vitória a Trump, mas o próprio dicionário recorda que a expressão é bem mais antiga: teria sido usada pela primeira vez em 1992, num artigo de Steve Tesich, na revista *The Nation*, sobre a primeira Guerra do Golfo (Oxford 2016).

que contesta a orientação atual do Vaticano e usa as Escrituras para combater a esquerda. Numa entrevista ao *The Intercept* (Cesar e Spera, 2018), declarou: "o socialismo é a inveja institucionalizada" e "responde ao pecado original". Nota-se, por aí, como esse movimento pretende lidar com as emoções que disparam sentimentos e crenças arcaicas arraigadas no senso comum para atingir seus objetivos.

2. A relação entre base e superestrutura, afetos e consciência

O sucesso da alienação[5] depende de flores que enfeitem grilhões e favoreçam a aceitação, mesmo a valorização, dos próprios grilhões. Investigar as possibilidades e dificuldades de mudar esse mundo exige considerar as condições atuais em que tais ilusões são produzidas, em nosso caso com destaque para os dispositivos acionados pelo complexo de ITCs, que amplia o trabalho realizado pela indústria cultural, mas que, segundo Silva (2013), seria melhor conceituada como "indústria ideológica".

Contestando as interpretações esquemáticas que viam na "superestrutura" apenas um reflexo ou complemento da "estrutura", Silva (2013: 146) recorda que Marx compreendia a ideologia "como uma *formação social*, isto é, como algo que ocupa um lugar específico na sociedade e que se determina pela estrutura material dessa sociedade". Por isso, a superestrutura não é um "nível" que está "por cima" da estrutura social. Ao contrário: "a superestrutura não é senão uma continuação interna da estrutura social. Não se deve 'sair' do âmbito da estrutura social para examinar a ideologia" (Silva 2013: 146). O autor parte de uma indagação central:

> Como procede, concretamente, o capitalismo para justificar-se nas mentes dos homens? Com argumentos racionais, ou mediante pressões dirigidas a camadas mentais não conscientes, terreno abonado para *criar a ilusão de ser o homem quem justifica o sistema, e não o sistema que justifica a si mesmo dentro do homem*? O que e como ocorre na mente dos homens quando verdadeiramente interiorizam a crença, *especificamente ideológica*, de que o homem é um mercador de mercadorias ou, parodiando Hobbes, do *homo homini mercator*? (Silva 2013: 152-3).

Depois de discorrer sobre o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer – formulado inicialmente em 1944 e atualizado numa conferência de 1962 –, Silva justifica assim sua proposta de ampliá-lo para o de indústria ideológica:

5 Infelizmente, não há aqui espaço para desenvolvermos uma discussão sobre o conceito de alienação em Marx. Para isso remetemos a Mészáros (2006).

> [...] o que menos se produz na "indústria cultural" é propriamente cultura: se produz ideologia, se preservarmos algum significado nobre para a palavra "cultura", indicando consciência das formas estéticas e das formas humanas em geral. Mas, se pensarmos na cultura como realmente pensam os donos da indústria "cultural", não sobra nada além da ideia do homem como caldo de cultivo e a cultura se converte em algo como uma horticultura, ou seja: cultivo ideológico do homem (Silva 2013: 177).

Para sustentar sua hipótese sobre a mais-valia ideológica, o autor associa duas afirmações de Marx: a de que a produção da mais-valia, ou extração de trabalho excedente, constitui o conteúdo específico da produção capitalista, e a de que as relações de produção no plano da produção material são as mesmas relações que ocorrem no plano da produção ideológica. Por isso, conclui: "Se a esfera ideológica é *expressão* da vida material, então as relações materiais de produção capitalista terão sua expressão ideológica; e essas relações que são expressão das relações materiais são, essencialmente, as *mesmas*" (Silva 2013: 152). Adiante, detalha:

> Assim como o trabalho material é um valor do qual pode extrair-se, nas relações capitalistas de produção, uma mais-valia; do mesmo modo, na "produção da consciência" (Marx) existem valores dos quais é possível extrair mais-valia. O capitalista se apodera de uma parte do valor da força de trabalho que, na realidade, pertence ao dono da força de trabalho; do mesmo modo, o capitalista – através das comunicações de massa e da "indústria da cultura" – *se apodera de uma boa parte da mentalidade dos homens, pois insere nelas todo tipo de mensagens que tendem a preservar o capitalismo* (Silva 2013: 156).

Esta última frase sugere a ideia – típica de Adorno e Horkheimer, aliás – de que o público seja passivo, "mero" receptor dessas mensagens, e que toda a produção de bens simbólicos seria redutível ao seu caráter de mercadoria. Se assim fosse, o sistema seria de tal forma tentacular que nenhuma perspectiva crítica seria possível, muito menos qualquer hipótese de realizar a tarefa prática de mudar o mundo. A ressalva, entretanto, não invalida o sentido fundamental do movimento dessa engrenagem ideológica, que é precisamente este, e se amplia, como se verá, com a tecnologia digital e a formação do complexo das ITCs.

Silva escreveu seu ensaio em 1970, quando ainda era comum a tentativa, iniciada nos anos 1930, de aproximação de autores marxistas com a obra de Freud. Assim, afirma que sua proposta de discussão sobre ideologia pressupõe uma teoria psicológica e dedica uma parte de seu texto à teoria freudiana da "pré-consciência":

> Nossa tese é que a base de sustentação ideológica do capitalismo imperialista se encontra na forma pré-consciente no homem médio desta sociedade, e que todos os restos mnêmicos que compõem esse pré-consciente se formaram no contato diário e permanente com percepções acústicas e visuais oferecidas pelos meios de comunicação (Silva 2013: 169).

Outra de suas observações vai ao encontro da crítica que Smythe, referida por Fuchs (2016: 5), faria alguns anos depois sobre o pouco caso dos marxistas em relação aos estudos culturais e de comunicação. Silva (2013: 170) afirma que "sem teoria da comunicação é impossível elaborar uma teoria da ideologia do mundo capitalista-imperialista, do ponto de vista do marxismo".

Atualizar esse debate agora, quase meio século depois, parece-nos fundamental para compreendermos melhor a forma pela qual as forças que controlam os mecanismos da "indústria ideológica" agem sobre as consciências, no quadro de franca expansão mundial do fundamentalismo religioso e fascizante. A remissão de Fuchs (2018) para as teorias que, na tradição marxista, procuraram compreender e enfrentar o surgimento do fascismo – desde Reich com sua *Psicologia de massas do fascismo* até Adorno, Horkheimer, Marcuse e outros integrantes da Escola de Francoforte – permite perceber a urgência de se retomar esse debate no momento atual.

Trata-se, fundamentalmente, de atentar para a exploração das emoções do público, que já produziu seus efeitos deletérios em várias partes do mundo, com a onda de apoio a líderes de extrema-direita ou assumidamente fascistas. No caso brasileiro, quando a campanha eleitoral ainda nem havia começado mas as pesquisas apontavam uma sólida posição de Jair Bolsonaro em segundo lugar, Safatle alertou para o equívoco de se tentar demover os apoiadores dessa candidatura através do apelo à razão, pois aquela massa havia operado um "desrecalque" e assumido publicamente seus preconceitos antes reprimidos, ao mesmo tempo em que aderia a um nacionalismo primário baseado na nostalgia de um passado idílico – e ilusório – traduzido pelo slogan "quero meu país de volta". E explicou por que era inútil argumentar:

> Faz parte de um iluminismo pueril a crença de que o outro não pensa como eu porque ele não compreendeu bem a cadeia de argumentos. Logo, se eu explicar de forma pausada e lenta, você acabará concordando comigo. Bem, nada mais equivocado. O que nos diferencia é a adesão a formas de vida radicalmente diferentes. Quem quer um fascista não fez essa escolha porque compreendeu mal a cadeia de argumentos. Ele o escolheu porque adere a formas de vida e afetos típicos desse horizonte político. Não é argumentando que se modifica algo, mas desativando os afetos que sustentam tais escolhas (Safatle 2017).

Dois anos antes, o filósofo brasileiro havia publicado um livro no qual propunha pensar a sociedade como um "circuito de afetos". Começa com uma passagem de *O Processo* em que o personagem de Kafka descobre que o tribunal

> é muito maior do que o espaço no qual a lei se enuncia (ou deveria ser enunciada), [pois dele] fazem parte a lavadeira, os cortiços, os circuitos de afetos que ligam as meias de seda ao juiz de instrução, o local de trabalho de Joseph K., o sacerdote que lhe contará a parábola sobre a porta da Lei [...] Dessa forma, Kafka nos lembra como compreender o poder é uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, assim como compreender o modelo de individualização que tais corpos produzem, a forma como ele nos implica. Se quisermos mudá-lo, será necessário começar por se perguntar como podemos ser afetados de outra forma, será necessário estar disposto a ser individualizado de outra maneira, a forçar a produção de outros circuitos (Safatle 2015: 16).

Pensar a sociedade como um circuito de afetos é pensar que a adesão social é construída através de afecções. Resta-nos perceber como essas afecções são produzidas pela indústria ideológica:

> Se não é a adesão tácita a sistemas de normas que produz a coesão social, então devemos nos voltar aos circuitos de afetos que desempenham concretamente esse papel. Eles nos permitirão compreender tanto a natureza de comportamentos sociais quanto a incidência de regressões políticas, desvelando também como normatividades sociais fundamentam-se em fantasias capazes de reatualizar continuamente os mesmos afetos em situações materialmente distintas umas das outras (Safatle 2015: 18)

Essa ideia aproxima-se do argumento de Schneider (2015) sobre o gosto ser o substrato sensível da ideologia e, portanto, ser necessária e concebível a produção de gostos que possam atuar no sentido contrahegemônico. Pois "como a ordem do capital não está isenta de conflitos e contradições – muito pelo contrário –, o gosto pode [...] tornar-se o substrato sensível de práxis contra-hegemônicas" (Schneider 2015: 47). A ideia aproxima-se também da noção de "estrutura de sentimento", desenvolvida por Raymond Williams (1977: 2005) precisamente quando o autor galês dedicava-se a atualizar o debate em torno das noções de base e superestrutura e da relação entre elas, advogando o conceito gramsciano de hegemonia como um desenvolvimento profícuo destas, e não como uma ruptura ou superação. Segundo Gramsci (1974), as ideologias, entendidas como visões de mundo compartilhadas por amplos contingentes da população, não necessariamente como ilusão, não

são somente compostas de discursos, mas de paixões, atuando decisivamente na disputa infra e superestrutural interconectada pela hegemonia.

Cabe acrescentar que Williams reconhece e enfrenta a questão teórica muito séria de que os termos base e superestrutura, em Marx, não são propriamente conceitos, mas metáforas. Um erro recorrente, também apontado por Silva (2012), na fortuna crítica em torno do legado de Marx, terá sido a frequente confusão entre metáforas e conceitos. Capital – fixo, constante, variável – é um conceito rigorosamente desenvolvido, assim como trabalho – vivo, morto, concreto, abstrato, geral, em geral –, dentre tantos outros; mas base e superestrutura não o são. Nessa perspectiva Williams argumenta, em outros termos, que a cultura é o conjunto estruturado – em constante tensionamento entre conservação e transformação – de valores, práticas, conhecimentos e sentimentos que conferem sentido à realidade social como um todo e aderência à posição de cada indivíduo no meio desta, adquirindo materialidade na medida em que orienta a ação, tanto na vida ordinária de cada dia, o que envolve necessariamente a divisão do trabalho, quanto na arquitetura, nas máquinas e mercadorias, nas expressões formais e leituras da arte, entre outros aspetos.

Importa ressaltar que cultura e ideologia confundem-se um pouco aqui, mas numa acepção diferente da noção engelsiana de falsa consciência. Não se pode tampouco deixar de registrar que, tanto para Gramsci quanto para Williams, embora o conjunto de elementos que compõem uma cultura seja por assim dizer transversal às classes sociais, como uma língua ou moeda nacional – e por isso não se pode estabelecer uma homologia estrutural inflexível entre valores, práticas, paixões, conhecimentos e a divisão social do trabalho –, os desdobramentos práticos dessa transversalidade seguramente possuem *nuances* marcadas por essa divisão de classes, além daquelas de gênero, étnicas, geracionais etc. De todo modo, o problema não se reduz à consciência, pois sentimentos, paixões, afetos, gostos ocupam uma centralidade pouco explorada no debate marxista tradicional.

3. A ubiquidade das ITCs e a captura do gosto pelo capital

Preferimos trabalhar com a noção de gosto (Schneider 2015) em vez de afetos ou sentimentos porque o gosto envolve essas coisas, mas vai além delas. Etimologicamente, em diversas línguas, o termo remete para uma proximidade entre sabor e saber, entre percepção e conhecimento. Remete também para uma escolha e uma hierarquização valorativa, discursiva – verbalizada ou não, consciente ou não – de alimentos, obras de arte, pessoas ou ideias, simultaneamente mobilizada pela afecção destes nos sentimentos, estruturando-os de uma ou de outra forma. Culturalmente

mediado, é a resultante de uma espécie de filtragem singular, por assim dizer, dessas afecções. Essa mediação atua na estruturação hierarquizante dos gostos como um sistema mais ou menos previsível de indexação e classificação das afecções a partir de modelos inconscientemente adquiridos pela educação formal e informal. Os gostos são a resultante de filtragens singulares no tempo e no espaço de afecções compartilhadas, socialmente produzidas e postas em circulação. Por isso, a despeito de sua relativa variedade, são fundamentalmente comuns. São também uma expressão que reside entre o inconsciente e a consciência, o não-discursivo e o discursivo e, como dito, podem ser considerados a expressão das atribuições valorativas dos valores de uso, por operarem a mediação entre necessidades, desejos, formação cultural e experiências de vida.

A formação dos gostos é mediada pelo conjunto de experiências de vida dos sujeitos. No meio dessas experiências, a relação de todos com as ITCs ocupa uma parte cada vez maior em nossa rotina, seja no tempo de estudo ou trabalho, seja no tempo "livre". A capilaridade seletiva dos fluxos informacionais contemporâneos tecnologicamente mediados, viabilizada pela vigilância digital, permite ao mesmo tempo um mapeamento dos gostos e uma ação mais customizada sobre eles do que os tradicionalmente produzidos por pesquisas de consumo e pela indústria cultural convencionais. Isso sugere que o conhecimento que o capital passa a deter sobre as preferências e aversões dos indivíduos – monitorando, indexando, classificando, interpretando sua existência digital, dos *likes* do Facebook a qualquer operação ordinária com cartões de débito ou crédito, na internet ou na rua, passando pela navegação digital e pela geolocalização – torna-se provavelmente maior do que jamais foi, bem como a instrumentalização desse conhecimento em termos comerciais e políticos. Trata-se de um refinamento muito perigoso, tendencialmente fascista, de formas tradicionais de captura do gosto, cujas expressões mais eloquentes nos últimos tempos têm sido a mobilização da opinião pública por *fake news* na vitória eleitoral de forças políticas ultra-conservadoras.

Diante desse quadro, uma questão que se coloca é como promover ações eficazes de desconstrução dessas novas engrenagens de produção social da ignorância, que é outra forma de se dizer mistificação de massas. Por várias razões, diversos atores têm-se empenhado nessa direção, na academia, no ativismo da sociedade civil organizada, mesmo em instituições veneráveis como a *House of Commons* britânica (2019). Essas iniciativas têm-se voltado para o estudo, a conceptualização e a denúncia da desinformação generalizada, buscando entender e combater seus aspectos sociotécnicos interligados. O entendimento e a denúncia aparentemente têm avançado. Os resultados de entendimento e denúncia enquanto combate, ao que saibamos, permanecem inócuos. Isso é alarmante.

Para (não) concluir, mas não perder a esperança

Quando Marx aludiu à retirada das flores dos grilhões para que a flor viva desabrochasse, quis certamente defender não o fim das ilusões que tornam a vida psiquicamente suportável como um fim em si mesmo, mas como um momento da práxis mediante a qual fosse realisticamente possível estabelecer o fim da necessidade de certas ilusões para que a vida se tornasse suportável, apostando na efetivação de uma vida, mais do que suportável, desejável, que não necessitaria de tais ilusões. Não é a defesa da desilusão enquanto projeto de uma razão desencantada que se crê suficiente. Pelo contrário, tributário da (facção revolucionária da) tradição romântica alemã e da crítica de Hegel a esta, bem como aos limites do empirismo inglês, do racionalismo francês e da solução kantiana, trata-se aí do empenho por uma efetivação de um reencantamento ao mesmo tempo *poiético*, lúdico, estético, erótico e racional da vida, dado que a essência de sua crítica social concentrava-se na mortificação desnecessária e alienante do trabalho no mundo do capital.

Consciente de que arrancar as flores dos grilhões é uma tarefa prática, Marx também apontava nesse texto, pela primeira vez, a força capaz de realizá-la: o proletariado, cujo caráter universal deriva de ser uma classe que não sofre "uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência*", e que não se pode emancipar sem emancipar todas as outras esferas da sociedade. Sintetizava, a seguir, a aliança entre teoria e prática: "Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais", de modo que, se "a *cabeça* dessa emancipação é a *filosofia*, o *proletariado* é seu coração" (Marx 2016 [1927]: 162-3). A propósito, Frederico (2009: 104) assinala que a emancipação, isto é, "a ultrapassagem da autoalienação, não surge mais como um resultado da ação desmistificadora da consciência", mas como revolução social.

Se essas formulações ainda estiverem corretas, seria forçoso discutir as mudanças que afetaram o proletariado nos tempos atuais, em consequência das profundas transformações pelas quais o capitalismo passou nas últimas décadas, desde a "acumulação flexível" (Harvey, 1993) à plataformização (Srnicek, 2016), que articula a robotização, a datificação, a financeirização e a gestão algorítmica do trabalho. Grohmann (2020) tem estudado essa articulação e reunido trabalhos de vários pesquisadores para tentar vislumbrar formas de resistência nessa nova realidade de radical precarização e fragmentação do mundo do trabalho, dando especial ênfase aos movimentos de entregadores de aplicativo. Mas a aposta nas possibilidades revolucionárias desse setor nos parece ainda muito mais um *wishful thinking* do que uma perspectiva concreta.

Uma anedota dos anos 1970, no Brasil, dizia que a esquerda ia muito bem de problemática, mas muito mal de "solucionática". Anderson (1985) formulou algo parecido, e lhe deu um sentido mais preciso, ao afirmar que o marxismo ocidental ia muito bem de teoria, mas muito mal de estratégia, nomeando o problema da estratégia emancipatória como a esfinge a ser enfrentada na ocasião. O problema persiste e essa esfinge vem produzindo novas charadas. Não respondê-las é ser devorado por elas. E não sabemos ainda como o fazer.

Um caminho aparentemente promissor nesse sentido seria a máxima promoção de estudos teóricos e aplicados de competência crítica em informação ou, para empregar o termo adotado pela Unesco, de *Media and Information Literacy* (MIL). Trata-se, em suma, de atualizar a boa e velha ideia de promoção do senso crítico em larga escala, que agora requer uma reflexão específica em torno das últimas formas de captura dos gostos pelo capital, possibilitada pelas novas tecnologias digitais de vigilância e difusão de informação em rede, numa velocidade, capilaridade e extensão inéditas.

Mas como promover essa competência em larga escala, diante do poder de fogo do oponente? Não temos essa resposta. Ainda assim, jamais poderíamos ignorar que uma das atribuições do pensamento crítico é tecer diagnósticos que fundamentem e orientem ações terapêuticas. Reconhecemos os limites de nossa modesta contribuição neste artigo, mas cultivamos a esperança de que ela municie outros atores de elementos que possam colaborar para a formulação e implementação de terapias eficazes.

Falamos em esperança. Talvez possamos acrescentar algo para fundamentar melhor o que queremos referir. Pensamos particularmente na obra de Bloch (2005 [1959]) e na sua categorização das noções de *novo* e *possível* na história do pensamento humano, que Marx sintetizou nas *Teses sobre Feuerbach* e nas quais, ao contrário de todos os seus antecessores, dá ao *novo*, ao que pode e deve vir a ser, uma atenção absolutamente inédita e original, ancorada na categoria de práxis. É através dessa categoria que se realizaria o processo de suprassunção do idealismo presente no cotidiano das sociedades aos projetos mais maduros e viáveis, que Bloch chamará de *utopias concretas*. Seguindo o caminho aberto pelas *Teses*, ele elabora diversas categorias intermediárias, subjetivas, objetivas e interdependentes de *novo* e *possível*, presentes na experiência individual comum, na filosofia e na história (Bloch 2005 [1959]: 221-246). Sintetiza esse seu posicionamento teórico e prático na noção de *otimismo militante*, que se aproxima da articulação entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade, que Gramsci desenvolveu a partir da fórmula de Romain Rolland em sua resenha a *Le Sacrifice d'Abraham,* de Raymond Lefebvre, publicada no jornal francês *L'Humanité* em 19 de março de 1919. Nessa perspectiva, Bloch argumenta que mais vale uma leitura pessimista

realista da realidade do que um otimismo ingênuo, desde que o pessimismo não se absolutize irracionalmente em desespero e consequente inação. Já o otimismo militante abre uma perspectiva superior ao pessimismo realista, pois é também realista, porém num sentido mais amplo e profundo, uma vez que não lida apenas com o real aparente, mas investiga as fissuras e potencialidades concretas de transformação desse real, indispensáveis a uma práxis transformadora, sem a qual essas potencialidades concretas não conseguem se realizar.

Se, como na famosa metáfora de Marx, o pior arquiteto é melhor do que a melhor abelha porque tem o projeto da casa antes de começar a construí-la, se os seres humanos se distinguem pela sua capacidade de fazer projetos e não podem abrir mão dela, então é claro que não podemos encarar a realidade apenas como aquilo que existe, mas como tudo aquilo que pode vir a ser, a partir dos projetos que sejamos capazes de formular, e agir consequentemente para concretizá-los.

É essa esperança que o mundo precisa recuperar com a máxima urgência.

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor Wiesengrund e Max Horkheimer (1985 [1944]), *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Anderson, Perry (1985), *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense.

Attanasio, Angelo (2019), "100 anos de fascismo. 'O perigo atual é que democracia vire repressão com apoio popular', diz historiador". *BBC News Mundo*, [acedido a 29 de março de 2019], disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47686939?fbclid=IwAR1q_VkdyzUpW6HSijBUtqe73qrHVJLq7l7c2raiRRXle8j8Af8TJ3KDYCE.

Bloch, Ernst (2005 [1959]), *O princípio esperança.* Rio de Janeiro, Contraponto/Editora UERJ, vol. 1.

Boron, Atilio (2019), "Bolsonaro y el fascismo", disponível em http://www.atilioboron.com.ar/2019/01/bolsonaro-y-el-fascismo.h tml.

Cesar, Janaína e Luigi Spera (2018), "Conversamos com o sócio de Steve Bannon em escola na Itália que busca guinar o mundo à direita". *The Intercept*, [acedido a 20 de março de 2019], disponível em https://theintercept.com/2018/11/30/benjamin-harnwell-socio-steve-bannon/.

Frederico, Celso (2009), *O jovem Marx. 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo, Expressão Popular, 2ª edição.

Fuchs, Christian (2016), *Reading Marx in the information age. A media and communication studies perspective on Capital.* Nova Iorque, Routledge, vol. 1.

Fuchs, Christian (2018), *Digital Demagogue. Authoritarian Capitalism in the Age of Trump and Twitter*. London, Pluto Press.

Gramsci, António (1974), *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, vol 1.

Grohmann, Rafael (2020), "Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal". *Revista Eptic*, vol. 22, nº 1, 106-122, [acedido a 20 de agosto de 2021], disponível em https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188/10214.

Harvey, David (1993), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.

House of Commons (2019). "Digital, Culture, Media and Sport Committee". *Disinformation and 'fake news': Final Report*. Eighth Report of Session 2017–19. Parliamentary Copyright House of Commons 2019. Documento eletrônico, [acedido a 18 de fevereiro de 2019], disponível em: https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcumeds/1791/1791.pdf.

Marx, Karl (2016 [1927]), *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 3ª edição, 2ª reimpressão.

Mészáros, István (2006), *A teoria da alienação em Marx.* São Paulo, Boitempo.

Moraes, Dênis de (2000), "A comunicação sob domínio dos impérios multimídias", *in* Ladislau Dowbor *et al.* (org.), *Desafios da comunicação*. Petrópolis, Vozes, 13-19.

Moretzsohn, Sylvia (2007), *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro, Revan.

Moretzsohn, Sylvia Debossan (2017), "Uma legião de imbecis': hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária". *Liinc em revista*, vol. 13, nº 2. Rio de Janeiro, Ibict/UFRJ, p. 294-306, [acedido a 16 de março de 2019], disponível em http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088/3398.

Moretzsohn, Sylvia Debossan e Marco Schneider (2018), "Retirar as flores dos grilhões: as tecnologias da informação e a disputa pela captura do gosto". Apresentação no III Congresso Internacional Marx em Maio. Lisboa, FLUL.

Oxford Dictionaries (2016), "*The word of the year is...*", [acedido a 16 de março de 2019], disponível em: https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016..

Safatle, Vladimir (2015), *O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo, Autêntica.

Safatle, Vladimir (2017). "Um fascista mora ao lado". *Folha de S.Paulo*, [acedido a 26 de março de 2019], disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/03/1863080-um-fascista-mora-ao-lado.shtml.

Schneider, Marco (2015), *A dialética do gosto. Informação, música e política*. Rio de Janeiro, Faperj/Circuito.

Schneider, Marco e Ricardo M. Pimenta (2017), "Walter Benjamin's concept of history and the plague of post-truth". *Irie – International Review of Information Ethics* (online), vol. 26, p. 61-77, [acedido a 16 de março de 2019], disponível em: http://www.i-r-i-e.net/inhalt/026/IRIE-26-Marx-12-2017-7.pdf.

Silva, Ludovico (2012), *O estilo literário de Marx*. São Paulo, Expressão Popular.

Silva, Ludovico (2013). *A mais-valia ideológica*. Florianópolis, Insular.

Srnicek, Nick (2016), *Platform capitalism*. Londres, Polity Press.

The Guardian (2018), Bannon's Europe plan: A look at the law in his 13 targeted countries, [acedido a 26 de março de 2019], disponível em: https://www.theguardian.com/world/2018/nov/21/bannon-europe-plan-law-13-targeted-countries-trump.

Vieira Pinto, Álvaro (2005), *O conceito de tecnologia.* Rio de Janeiro, Contraponto, vol 1.

Williams, Megan (2019), "Um monastério italiano e os 'guerreiros culturais' de Bannon". Deutsche Welle, [acedido a 26 de março de 2019], disponível em: https://www.dw.com/pt-br/um-monast%C3%A9rio-italiano-e-os-guerreiros-culturais-de-bannon/a-47969254.

Williams, Raymond (1977), *Marxism and literature.* Oxford, Oxford University Press.

Williams, Raymond (2005), "Base e superestrutura na teoria cultural marxista". *Revista USP*, nº 65, março/maio, 210-224.

IX. MARX E JAMESON: OS DESDOBRAMENTOS ANTAGÔNICOS DA CULTURA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim

Introdução

O fechamento dos horizontes culturais, políticos e mesmo teórico-cognitivos no âmbito da aparência objetiva e na esfera da circulação, suscitado de modo espontâneo pelo modo de produção capitalista, é uma questão central para a crítica social marxista desde seus primórdios. O "fetiche da mercadoria", assim designado por Marx, levantou a questão que se afirmou crescentemente desde a conceituação pioneira de Lukács (2003) sobre o fenômeno da reificação – passando por Adorno e Horkheimer (1985) com a "indústria cultural" e Debord (1997 [1967]) com a "sociedade do espetáculo" – até às investigações mais recentes referentes à condição ou lógica cultural do capitalismo em seu estágio globalizado.

Todas essas teorias sublinhavam o complexo das formações culturais como caraterizado pela lógica reiterativa da produção de mercadorias; porém, apenas a partir da guinada neoliberal, do advento do toyotismo e da extinção das vanguardas artísticas, engatilhados a partir de meados dos anos 1960-70, é que se tornaram claras as mediações históricas por detrás do fenômeno e se tornou possível efetuar a periodização cultural do modo de produção capitalista como um todo. Categorizado como "pós-modernidade", o presente pode então ser compreendido tanto pela articulação mundial da economia quanto pela mudança de função da cultura, agora menos propensa ao estranhamento, utopismo e vanguardismo e mais integrada nos imperativos gerais da produção de mercadorias (Jameson 1996).

Ora, numa economia que se caracteriza pela produção *just in time,* pelas crises de superacumulação provenientes do esgotamento do ciclo keyneysiano e social-democrata, pela automação com seus efeitos contraditórios, pelo barateamento das comunicações e transporte, dentre outros, o setor produtivo e consumidor mundial

vê-se obrigado a aumentar sua interdependência ao patamar da quase instantaneidade e fá-lo numa escala planetária, efetivamente capaz de desprezar fronteiras, lugares e anteriores subdivisões geopolíticas (Harvey 1992).

A cultura, por sua vez, passa a integrar plenamente o circuito da mercadoria, porque a realização do valor agora tem a ver com a produção de imagens, desejos e significados. O resultado é que os artefactos culturais e artísticos se organizam e gravitam ao redor da enorme massa dos circuitos mercantis, pois são ativamente cooptados e não se podem mais ancorar em "mundos da vida" alheios às relações de produção capitalistas, simplesmente porque tais relações encontram-se alocadas em todos os poros do tecido social (Jameson 1996). A imagem que antes era apenas *valor de uso* ganha seu suplemento como *valor de troca* e entra no rol das "mercadorias especiais", dado que participa crescentemente da metamorfose da totalidade das trocas mercantis. A radicalização pós-moderna da situação foi pioneiramente mapeada por Jameson e seguida por toda uma geração de marxistas empenhados em afastar-se das antinomias do novo idealismo teórico e político emergente nas décadas subsequentes às grandes derrotas revolucionárias do século XX. O desenho de uma nova era fundamenta igualmente a leitura marxista sobre a cultura e sobre a economia hodierna:

> A inovação de Jameson, por fim, nos traz à ousada tese de que o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. Seguindo Mandel (1975), ele alega que passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção da cultura "tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova (de roupas a aviões), em taxas de transferência cada vez maiores, agora atribui uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e experimentação estéticas". As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam, em consequência disso, numa arena de implacável conflito social. Essa mudança envolve uma transformação definida nos hábitos e atitudes de consumo, bem como um novo papel para as definições e intervenções estéticas (Harvey 1992: 65)

Portanto, a configuração da sociedade contemporânea é chamada de "pós-modernidade" por uma série de autores que seguiram os passos de Jameson, como Harvey, Anderson, Žižek e Eagleton, preocupados em tratar o termo como conceito totalizante – e nunca como denominação estilística, como *slogan* da defesa da "pluralidade social" contemporânea ou qualquer outra ontologia pós-modernista. Tal preocupação enraizada profundamente no argumento original de Jameson é o cerne da distância que a categoria adquire em relação ao uso do termo pelos assim

chamados pós-marxistas – e de toda aporia crítica a dividir versões pessimistas e otimistas sobre o contemporâneo.

O germe crítico semeado pelo mapeamento cognitivo de Jameson aponta, ao contrário, para o decifra mento do código cultural hodierno no mais agudo sentido dialético, no qual aparecem emaranhadas as determinações contraditórias do modo de produção e que são passíveis de assumirem direções divergentes e inesperadas a partir dos desdobramentos da história concreta. Embora a interpretação do fenômeno seja profundamente crítica, restará claro que ela não se deixará seduzir pelo maniqueísmo e binarismo ou pela nostalgia por alguma era dourada longínqua e proporá a configuração social presente como o ponto de partida incontornável para a pesquisa social.

Ou seja, o que observaremos e buscaremos atentar é para o facto de que o hieróglifo social representado pela pós-modernidade não resulta automaticamente num circuito fechado de reprodução simples do mundo das mercadorias e do sistema da experiência cultural forjado por ele. Marx salientou o facto de que o modo de resolução real das contradições no sistema capitalista apenas cria um novo patamar, no qual elas passam a se mover, tal como a elipse conforma o equilíbrio (temporário) entre forças diferentes.[1]

A perspectiva através da qual devemos abordar a cultura pós-moderna hoje, seguindo o preceito acima e em sintonia com a instabilidade contemporânea, enfoca a ambivalência de seu código representacional e das crises sociais, que são provocadas pelas contradições econômicas básicas, ou seja, pela própria necessidade de reprodução ampliada do capital. Por conseguinte, o obscurecimento das contradições capitalistas fundamentais pela exponenciação da reificação não pode ser o único resultado de uma sociedade que eleva a patamares extremos a sua dominação social, pois ela arrisca-se sempre a aprofundar sua crise econômica e propiciar a emergência de representações dissonantes em meio à mesmice do espetáculo e ao sempre igual da indústria cultural. A superacumalação gera crises de superprodução e igualmente a inflação de signos podem eventualmente criar conexão, relacionar e significar, ainda que em lampejos marginais e de forma descontínua (Jameson, 2013).

1 Diz Marx sobre esse "método": "é uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve" (Marx, 2010).

1. A etapa do modo de produção e o código ideológico do presente

Podemos agora considerar o processo de transição da *modernidade* para a *pós-modernidade*, dado que ele é elucidativo para a compreensão dos fundamentos sociológicos do estágio social contemporâneo. A modernidade se caracterizava pela irredutibilidade e estranhamento recíproco entre o âmbito da cultura e o da circulação mercantil. O modernismo, em larga medida, se colocava como um movimento oposicionista em relação ao *statu quo* imposto pelas convenções morais e hábitos burgueses e do próprio "mundo dos negócios". Seu apelo constante às ideias de "inovação", "transgressão", "desenvolvimento", além de sua evocação à construção autoral, podem ser entendidos como rejeição ao *dado* casal – seja na arte, na política ou na ciência em favor de projetos alternativos e contra a tirania do presente mercantil e universo do lucro e interesse. Em todo caso, falamos de uma profunda consciência sobre a impermanência e o convite imperativo a tomar posição diante de um processo inacabado em que os artistas eram agentes de vanguarda – fossem revolucionários ou reacionários, progressistas ou românticos, iluministas ou obscurantistas (Jameson 1996).

O modernismo, entendido como código representacional, portanto, fundava-se na consciência da temporalidade, o que, naturalmente, não queria dizer que tais impulsos não fossem reprimidos e moldados de acordo com esquemas evolucionistas e positivistas: ideologias que subvertiam o senso mais profundo de historicidade em favor da redução do tempo à dimensão linear e espacial. Qualquer desvio, ainda assim, partia da correnteza de mudanças, que apareciam como inevitáveis num período em que a descontinuidade histórica e social começava a ser autoevidente no espaço de uma única geração: tanto por revoluções de modos de vida, costumes, conhecimentos, crenças e subjetividades; quanto pelos saltos qualitativos nas forças produtivas e relações de produção ou repaginamento completo de cenários sociais e políticos. Até meados do século XX, o capitalismo encontrava, como limites qualitativos para a sua acumulação, vestígios de *mundos da vida* anteriores, pré-capitalistas, organizações da vida social resistentes à lógica mercantil (Jameson 1996). Esses fantasmas do passado traziam inevitavelmente à consciência a percepção da sociedade como processo, portanto, aberta a rotas alternativas:

> A modernidade, ao contrário de suas conotações mais populares, não é o mundo em estado drasticamente transformado. Antes, como mostraram alguns críticos, é a experiência de viver intermitentemente no interior de espaços e velocidades modernizadas e, no entanto, habitar ao mesmo tempo os resquícios de mundos da vida pré-capitalistas, sejam sociais ou naturais (Crary 2014: 75).

Já a pós-modernidade caracteriza-se por ser a conclusão da modernização, o período em que as forças de mercado alcançaram sua plenitude e se desembaraçaram dos arranjos e laços sociais que ainda as prendiam ao seu passado arcaico e, em seguida, das suas malfadadas alternativas rivais. Ironicamente, quando o capitalismo realiza sua vocação histórica e demonstra o potencial da revolução total da sociedade, a aparência objetiva da realidade conduz ao esquecimento do processo: o produto acabado apresenta-se aos produtores coletivos no invólucro radiante da tecnologia autosuficiente, da tecnicidade necessária, da economia autônoma, da política como gestão e no reconhecimento fatalista do "fim da história".

Pode-se perceber que essa opacidade é uma manifestação atualizada daquela que se encontra presente no conceito de fetiche, mediante o qual Marx demonstra que a tendência natural da sociedade produtora de mercadorias é que as "coisas" assumam perante a consciência o lugar da ação dos seres humanos concretos. Ao contrário da visão weberiana, na qual a *racionalização* fomenta a circunscrição de cada esfera da vida no âmbito de sua lógica interna, o marxismo sempre enfatizou o aspecto verdadeiramente mágico que as diversas atividades vão assumindo à medida em que cedem sob o peso do capital. As conceituações acerca do movimento automático do capital, da reificação, da razão instrumental, da sociedade do espetáculo e do capitalismo tardio apontam todas no sentido da destruição da representação histórica e da confusão gerada pela equivalência geral de todas as atividades e produtos.

> A história que está presente em toda a profundeza da sociedade tende a perder-se na superfície. O triunfo do tempo irreversível é também sua metamorfose em *tempo das coisas*, porque a arma de sua vitória foi justamente a produção em série de objetos, segundo as leis da mercadoria. O principal produto que o desenvolvimento econômico fez passar da raridade luxuosa para o consumo corrente é portanto a *história*, mas apenas como história do movimento abstrato das coisas, que domina todo uso qualitativo da vida. O tempo cíclico anterior havia sustentado parte crescente de tempo histórico vivido por indivíduos e grupos; agora, a dominação do tempo irreversível da produção vai tender a eliminar socialmente esse tempo vivido (Debord 1997 [1967]: 99).[2]

Doravante os próprios sinais do progresso técnico ou científico serão paradoxalmente condenados a sofrerem uma metamorfose simbólica, na qual o seu brilho prometeico de antemão se reduzirá à mesquinharia do ornamento, convertendo-se em adendo que já não profetizará qualquer reconciliação utópica vindoura, mas sim o reforço da espiral distópica e mesmo descendente do existente – os sinais para

2 Expressões em itálico da responsabilidade do autor citado.

Jameson vão do cinema apocalíptico ao estilo de ficção *cyberpunk*: eles expressam, respectivamente, o devaneio por um recomeço inimaginável e desesperado e a claustrofobia com a decadência e degradação (Jameson 1996).

Surge o presentismo pós-moderno, portanto, o espaço como código representacional hegemônico, porque o território mundial tornou-se a arena do capital e o tempo, a partir de então, foi somente *Cronos* com sua equivalência esmagadora. A classe burguesa desapareceu do campo visual no meio da sua cristalização e, conjuntamente com a desaparição política de seus grandes oponentes históricos (aristocracia e proletariado), todo o senso de progresso histórico se diluiu perante a continuidade e similaridade fundamental do livre mercado.

Esse estado pleno de liberdade e livre de teleologia do qual Jean-François Lyotard tanto esperava, no entanto, tinha como revés não apenas o finalismo do presente e a antiquada lei do valor, como também a verdadeira tragédia política dos anos 1960, nos quais, por inesperada inversão dialética, todo o furor revolucionário e metas tangíveis dos manifestantes daquela década debilitaram-se em binarismo, que só podia enfrentar o inimigo colonial tangível e o burguês de cartola e neurótico. A força daquele momento contribuiria para a fraqueza das décadas seguintes, transmitindo o legado da luta imediata, focando o inimigo aparente e suas características identitárias e obscurecendo a história e a estrutura social (Jameson 1992a). Perry Anderson sentencia, com maledicência e perspicácia, que a pós-modernidade se trata do resultado de um combate em que se vê o inimigo desaparecer sem que nenhuma vitória tenha sido alcançada (Anderson 1998).

A reificação em termos de colonização da cultura e coisificação da consciência, tal como imaginada por Lukács (2003), tornou-se obsoleta porque foi substituída pela completa fusão da cultura com a economia mercantil e pelo desaparecimento da referida individualidade do burguês clássico. Igualmente o que Adorno e Horkheimer viam como "indústria cultural" sofreu uma distensão tão importante ao ponto de a "resistência" almejada por eles ter perdido completamente sua viabilidade, à medida que os interstícios da não identidade foram preenchidos pela igualdade cínica das mercadorias.

Na época da modernidade, a sociedade das mercadorias expressava sua voracidade na conquista de espaços da vida; na pós-modernidade, esses espaços estão já conquistados e, ao mesmo tempo, toda a vida social é culturalizada (Jameson 1996). O que Jameson fez foi dar seguimento ao esforço intelectual do "marxismo ocidental", mas seu esforço de completar aquele trabalho leva à ruptura pela dupla razão de que ele precisa sublinhar o desenvolvimento econômico de forma mais rigorosa e de que essa própria evolução socioeconômica tinha dado passos vigorosos e decisivos ao longo das décadas. O marxismo ocidental *fez a descoberta*, a exploração e

denunciou o avanço do capital sobre a cultura; Jameson perseguiu a meta de *desenhar a cartografia* desse território agora unificado, assentado e aparentemente estável (Anderson 1998). É por isso que o autor vê na obra sobre o pós-modernismo o ponto de culminância e desfecho do marxismo ocidental:

> A tradição marxista ocidental foi atraída para a estética como consolação involuntária pelos impasses políticos e econômicos [de sua época]. O resultado foi uma notável gama de reflexões sobre diferentes aspectos da cultura capitalista moderna. Mas esses aspectos jamais foram integrados numa teoria consistente do seu desenvolvimento econômico, permanecendo tipicamente num ângulo algo destacado e especializado em relação ao movimento mais amplo da sociedade: acusável mesmo de certo idealismo de um ponto de vista de um marxismo mais clássico. A abordagem do pós-modernismo por Jameson, ao contrário, desenvolve pela primeira vez uma teoria da 'lógica cultural' do capital que simultaneamente oferece um retrato das transformações dessa forma social como um todo. Trata-se de uma visão muito mais abrangente. Aí, na passagem do setorial para o geral, a vocação do marxismo ocidental alcançou sua mais completa consumação (Anderson 1998: 85).

Somente por adotar a periodização de Ernest Mandel sobre um terceiro estágio tardio, avançado ou multinacional do capitalismo, o autor estadunidense pôde dar esse passo decisivo e lidar seriamente com a ideia de que a mutação por ele denominada pós-moderna não era tão somente uma confusão ideológica. Na teoria político-econômica de Mandel, a expansão transnacional das corporações, a intensificação dos fluxos de capital, as novas aplicações da força de trabalho e a saturação dos mercados mundiais levaram o capital à massificação dos investimentos em tecnologias, à criação de nichos mercantis inovadores, à constituição da indústria da propaganda e à paisagem bem mais entrecortada e sobreposta entre setores desenvolvidos e subdesenvolvidos no interior de cada país, em contraste à hierarquia internacional mais simples e intuitiva da fase do imperialismo clássico (Mandel 1982).

Jameson percebeu agudamente que essa expansão extensiva e intensiva no capitalismo tardio desalojava os indivíduos dos terrenos familiares e mentalmente mapeados do capitalismo concorrencial (esfera nacional) e do capitalismo imperialista (dominação e competição entre as nações centrais); ao mesmo tempo, ele pressentiu que os circuitos transnacionais dinâmicos da produção e consumo de mercadorias estavam correlacionados com o despojamento das convenções artísticas, intelectuais, libidinais e disposicionais – o lado espoliativo da "dupla liberdade", de Marx.

Jonathan Crary, seguindo essa trilha e refletindo sobre a *redução qualitativa* da experiência, diz que ela tem por princípio de ação o cerceamento e a liquidação de condições econômicas, culturais e mesmo fisiológicas que antes serviam de fronteira

natural à acumulação de capital, ou seja, o controle dos "apetites naturais" da fome, sede, sexualidade e mesmo comunicação e amizade, os quais cedem em suas lógicas e são transformados em empreendimentos, mercadorias e tecnicizados – uma dominação que pode assumir a forma colorida pós-moderna. Os atributos pessoais se transformam em ativos na sociedade neoliberal do "capital humano" e assombra-se inclusive o sono, o último imponderável a não demonstrar utilidade lucrativa, o refúgio final da natureza interna (Crary 2014).

O ímpeto colonizador da forma mercadoria, diz Jameson, fez como que não restasse tampouco a natureza externa livre do *ritmo mercantil*. Após a "Revolução Verde" e o êxodo camponês dos anos 1970, a própria fantasmagoria do desenvolvimentismo se enfraqueceria de forma decisiva, porque restava claro que o crescimento urbano e mercantil estava alinhado às sociedades do então chamado Terceiro Mundo ao Primeiro Mundo, mas sem que tal alquimia do "progresso" lograsse êxito de converter atraso, miséria e arcaísmo em evolução, abundância e igualdade (Jameson 1992a). O globo terrestre estava integrado no mercado mundial, mas o desenvolvimento e subdesenvolvimento continuavam irmanados. Eis o contexto que fez com que surgissem os diferentes *slogans* do "pós-moderno", "pós-histórico", "pós-industrial", etc.

O "inconsciente político" de tais ideologias remete ao real esgotamento do espaço possível para a modernização social e transformação coletiva – à conclusão da "tarefa capitalista" de conquista mundial. Tal momento decisivo permite a Jameson conceber a pós-modernidade como o fechamento do imaginário utópico, da experiência coletiva de imaginar outro mundo possível, o "vir-a-ser" ou a "consciência antecipadora", ou seja, a capitulação e adaptação do imaginário coletivo ao mundo de retalhos heterogêneos e caóticos da abundância mercantil (Jameson 1996).

Podemos nesse momento voltar nossa atenção por apenas um instante para a concretude artística, onde Jameson despende a maior parte de sua energia enciclopédica. Devemos analisar, através de um exemplo dado pelo próprio autor, a afinidade estrutural entre a percepção da "temporalidade histórica" e a centralidade de categorias como de "profundidade". Por sua vez, o surgimento da etapa pós-moderna do capitalismo trouxe consigo a dominação categorial da "espacialidade", que alterou de modo decisivo o funcionamento das produções culturais e a disposição hermenêutica do público para a "superfície".

O resultado diagnosticado é o de desagregação da *representação histórica* na direção de sua neutralização em singularidades absolutas, realizações e imagens afastadas de qualquer efeito subjetivo significativo[3]. A distinção aqui é feita entre

3 Harvey fala de um deslocamento da ética para a estética, que explica o disfarce do pauperismo através do empreendedorismo e valores tradicionais: "Sendo típico das crises de

Um Par de Botas, de Vang Gogh, no qual o par de sapatos coloridos no cenário rústico de uma cabana camponesa apresenta o subtexto da desolação, da terra e talvez o convite utópico para a reconciliação entre vida e trabalho; e *Diamont Dust Shoes,* de Andy Wharol, em que a pluralidade parece arbitrária e ociosa, remetendo-nos primariamente a mais uma marca visual estranhada e conectada apenas ao mundo de simulacros e signos inflacionados:

> O *Diamond Dust Shoes*, de Andy Wharol, evidentemente, não nos fala com a mesma imediaticidade dos sapatos de Van Gohg; de facto, sinto-me tentado a afirmar que não nos dizem absolutamente nada. Nada nesse quadro prevê um espaço, ainda que mínimo, para o espectador, que se confronta como ele no fim do corredor de um museu ou de uma galeria, em toda a contingência de um objeto natural inexplicável. No plano do conteúdo, temos que nos conectar com o que é agora muito mais claramente um fetiche, tanto no sentido freudiano quanto no marxista [...] Não há, então, em Wharol nenhum modo de completar o gesto hermenêutico e reintegrar essa miscelânea ao contexto vivido mais amplo do salão, ou do baile, do mundo da alta moda ou das revistas glamourosas (Jameson 1997: 35).

A pós-modernidade tem como fundamento o esgotamento das possibilidades econômicas, políticas e culturais de modernização social. O seu presentismo é o resultado da supressão final das tradições socioculturais arcaicas sem o advento de horizontes de futuro compensatórios.

2. O código da pós-modernidade e sua dialética

Não obstante a pressão constante dessa equação identitária, não pode suprimir completamente as contradições implicadas no processo produtivo real (a própria dinâmica da mais-valia). Constitui uma ilusão a crença de que a formação da "sociedade de massas" poderia evitar as ameaças sociais à ordem capitalista, dado que esta ameaça está dada desde o princípio no modo de organização da sociedade. De facto, a dissolução da estabilidade e dos equilíbrios mais sólidos tem sido a característica mais central do modo de produção capitalista desde seus primórdios e se verifica de maneira surpreendente no momento presente.

---

superacumulação catalisar a busca de soluções temporais e espaciais que criam, por sua vez, um sentido avassalador de compressão do tempo-espaço, também podemos esperar que as crises de superacumulação sejam seguidas por fortes movimentos estéticos" (Harvey 1992: 293)

A ênfase exclusiva na *teoria da reificação* e seus desdobramentos termina por tornar-se, ela própria, uma forma de reificação e uma espécie de aprisionamento teórico no arcabouço do que é apenas a *Parte Primeira* do Capital (Jameson 2013). Mas *O Capital*, naturalmente, se desenvolve para além da crítica ideológica à falsa identidade. Marx se afasta das insolúveis antinomias da circulação em direção à transformação do dinheiro em capital, à reprodução da força de trabalho, à contradição do capital enquanto capital constante e capital variável e aos problemas decorrentes da dupla natureza da mais-valia (enquanto relativa e absoluta) e, por fim, ao efeito de a maquinaria criar uma oposição constante e cada vez mais pronunciada entre o avanço da produtividade e o pauperismo ("a lei geral da acumulação capitalista").

Toda essa estrutura narrativa se caracteriza por ampliar o objeto em análise e enfatizar o contraste dialético entre o "positivo" e o "negativo" de cada forma sintética adquirida pela sociedade capitalista, que apenas amplia o fosso entre o imperativo de crescer e de preservar o seu funcionamento. O capitalismo apaga e consome constantemente os seus próprios pressupostos, dado que precisa mudar a forma de produção para mantê-la e, em todo caso, a própria produção é consumo (tal como é firmemente sublinhado nos *Grundrisse*). Essa característica nos leva a ver como central no capitalismo não a produção, mas a extinção de produtos, memórias e situações anteriores:

> O consumo de seus ingredientes pelo fogo do trabalho é também o consumo pelo processo de trabalho capitalista do próprio capital (tanto o capital constante quanto o capital variável) [...] E essa mesma transformação dialética paradoxalmente faz do passado imensamente mais presente e, ao mesmo tempo, invisível, tendo sido apagado por sua própria atividade (Jameson 2013: 98-102).

A característica de criação destrutiva, como se pode imaginar, tem consequências bastante concretas na vida dos trabalhadores e da sociedade como um todo. Dentre as figuras mais salientes do desenvolvimento contraditório da sociedade capitalista encontra-se o "desempregado" – o representante do "exército industrial de reserva". A lei geral da acumulação capitalista, portanto, coloca em xeque a percepção estanque predominante no fim do último século sobre o "fim da história" e mesmo o pessimismo totalizador derivado de uma reificada teoria da reificação – a qual por vezes se ancorava na obsolescência da ideia de "pauperização". Ao contrário, o capitalismo deve ser visto como sistema geral em que se afirmam estabilidade e crise de modo inescapável – tal qual se passa desde o duplo aspecto da mercadoria, do trabalho e mesmo na natureza do capital como um todo, sendo produto trabalho e seu carcereiro. Nas palavras de Jameson:

> O choque oferecido pela formulação dialética significou sublinhar a unidade fatal do capitalismo como modo de produção que não pode ser superado pela vontade social-democrata da reforma, continuando a produzir junto à acumulação de valor novo um cada vez maior exército de desempregados, agora numa escala global de atividade (Jameson 2013: 129-130).

Tais observações deixam claro o facto de que não se deve ceder à crítica moral fácil sobre a pós-modernidade e armar-se com a amargura crítica que se faz o avesso de esquerda da dominação mercantil total e do fatalismo burguês. A postura produtiva e dialética proposta por Jameson diante da emergência do regime das representações espaciais é encarar a tensão que sobrevive mesmo mediante a desidratação da historicidade. Claro que o otimismo e entusiasmo com o estado de coisas da "cultura de massas" seria ainda mais incorreto. O potencial de recuperação da temporalidade histórica no imaginário coletivo e nas utopias políticas correspondentes ou a possibilidade de um mapeamento cognitivo pós-moderno (espacial), para o autor, encontra prenúncios diversos: desde a reemergência da dialética na filosofia até à crítica institucional de Hans Haacke nas artes plásticas; os futuros distópicos da ficção científica contemporânea ou o mapeamento cognitivo de uma série "realista" como *The Wire* (2002).

O processo de construir um mapa mental coletivo, de absorver ou integrar objetos e conceitos em nosso campo de visão intelectual é lento e trabalhoso. Quando se trata de um modo de produção ou suas etapas é de se esperar que a adaptação da cultura seja especialmente vagarosa, como nos podem lembrar os luditas. E, enquanto estivermos a falar de sociedades de classes, ideologias dominantes deterão a hegemonia – outrora, na modernidade, o mapeamento era interrompido pelo conservadorismo clássico e seu apelo à organicidade; atualmente, o apelo à pluralidade e complexidade ocupa o mesmo papel.

No campo das artes e práticas culturais, o advento de formas críticas e históricas demanda energia criativa individual e social, tal como na transição do realismo ao modernismo. Naquela época os escritores precisaram reinventar ou reciclar as construções realistas de acordo com o período histórico cambiante em que viviam. As narrativas modernistas eram afins às matérias-primas sociais do mundo imperial, no qual se entrecruzavam eventos e acontecimentos que ligavam o cotidiano do Império Britânico com os da longínqua Índia. Esse esforço é ainda hoje o que precisa ser feito na pós-modernidade e a crise presente não é senão combustível nessa empreitada.

A pós-modernidade representa uma realidade de atomização da coletividade e subjetividade e integração internacional ainda maior do que aquela referente aos tempos modernos. Dessa forma, as limitações e potencialidades da narrativa modernista podem encontrar atualmente um limiar ainda mais explosivo e contraditório.

Conclusão

Na interpretação elaborada em *Representing Capital: a Reading of Volume One* (2014), Jameson sublinha a importância de recuperar a análise marxiana para esclarecer o enigma da temporalidade capitalista e constata, a partir da conjuntura global contemporânea, o desemprego como a demonstração última do aspecto disfuncional do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, esse aspecto surge como paradoxo político por excelência, pois mostra o "pleno emprego" tanto como desejável quanto irrealizável – um drama insolúvel e estrutural do capitalismo.

A força esmagadora do sistema e sua fragilidade fundamental não se excluem e demonstram que o voluntarismo e o determinismo são ambos inconsistentes com a dialética. A armadura impenetrável e poder estrutural do sistema mostram as suas vulnerabilidades intocadas, o seu calcanhar de Aquiles a todo momento, apesar de sua persistência no tempo e da constante recaída do sonho de emancipação em pesadelo de impotência (Jameson 2011).

Desdobramentos da recente conjuntura mundial – por exemplo, o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e a crise de 2008 – demonstraram que o que havia de estável no capitalismo avançado e neoliberalismo era sobretudo a violência e a manipulação das massas, mas não qualquer encanto pacificador das estruturas profundas do modo de produção ou de suas conjunturas. E, por mais resistente que seja a "sociedade de massas" como antídoto à consciência de classe, manifesta-se a contradição de classe em sua realidade econômica devastadora, pois agora o fantasma é o aumento inexorável da composição orgânica do capital e a ascensão do exército industrial de reserva prenunciado por Mandel (1982). A economia continua a "portar-se como se o objetivo do progresso técnico fosse poupar trabalho humano" e, no último ciclo de desenvolvimento técnico, deram-se os contornos de uma automação capaz de afetar mesmo as indústrias do setor terciário (serviços como motoristas, transportes e mesmo vendas).[4] Simultaneamente, a precarização e a pauperização voltam a corroer o tecido social à medida que o abismo entre o "1% e os 99%" cresce e a absorção lucrativa de mais-valia pode encontrar seus limites com a conclusão da monumental capitalização da China.

4 "Nessa intensificação da luta de classes, o capital não tem *chance* de assegurar um acréscimo efetivo na taxa de mais-valia comparável ao conseguido sob a ditadura nazista ou na Segunda Guerra Mundial, enquanto as próprias condições do mercado de trabalho não modificarem a 'relação de força dos combatentes' em favor do proletariado. Em consequência a expansão do exército industrial de reserva se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital" (Mandel 182: 127).

Pela renda média global percebe-se mais a equiparação dialética do presente com as condições sociais de um século atrás do que com a polarização econômica e política que marcou o século XX. A rivalidade de impérios globais agora já não parece apta a obscurecer completamente os conflitos de classe e locais, que se mostram mais vigorosos do que as miragens políticas (Milanovic 2016). O reaparecimento da categoria "classe" no centro do palco da história sob os rótulos dos migrantes ilegais, da nova pauperização e dos desempregados não surgiu até ao momento como retomada da consciência de classe revolucionária, exceto em circunstâncias muito específicas; porém, não deixa de reanimar a história política e propiciar o clima de crise social hodierno.

Jameson gosta de relembrar que o próprio Marx, por não poucas vezes, ressaltava que o capitalismo não poderia ser superado até se tornar uma condição verdadeiramente mundial. A globalização e a pós-modernidade com "a universalização do trabalho assalariado" se aproxima mais do que nunca dessa condição. Marx em 1858 colocava-se uma questão que se assemelhava a um prognóstico visionário:

> A tarefa propriamente dita da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, pelo menos em seus grandes traços, e de uma produção baseada nele. Dado que a terra é redonda, essa tarefa parece haver terminado com a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão. Para nós, a questão difícil é a seguinte: a revolução no continente [europeu] é iminente e tomará imediatamente caráter socialista; mas não será ela necessariamente esmagada nesse pequeno espaço, visto que em terreno muito mais vasto o movimento da sociedade burguesa ainda é ascendente? (Marx 1983: 347)

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo resulta em rotações intensas na experiência social, mudanças de coordenadas, bombardeamento da percepção por todo o aparelho do espetáculo, desaguando tal desconcerto no mapeamento cognitivo degradado e confuso das teorias da conspiração. Por outro lado, a recombinação desordenada de causas e efeitos, o idealismo e maniqueísmo delas não precisam ser tidos como os resultados inevitáveis dos fragmentos de informação ofertados lado a lado na pós-modernidade.

A espacialidade pós-moderna pode recriar elos entre fenômenos distantes no tempo e espaço, permitir as conexões entre matérias-primas sociais heterógeneas, desvendar a interligação entre a exploração e dominação de maneiras que seriam irrepresentáveis em regimes de temporalidade anteriores:

> pode ser algo mais fácil captar as complicações das temporalidades marxianas simultâneas de produção e distribuição, realização e reprodução, circulação e fluxo em termos

> das rotações do espaço global; de fato é provável que, sem se dar conta, a economia burguesa atual esteja tratando de fazer precisamente isso (Jameson 2013: 87).

A possibilidade do acontecimento e do espírito crítico pós-moderno não podem ser superestimados no desértico presente, mas confrontar dialeticamente o contemporâneo, encarar suas contradições, continua a ser a agenda mais importante para a pesquisa social e nos fornece elementos para que comecemos a compreender as formas pelas quais o encanto e a quietude crítica da pós-modernidade poderiam ser invertidas por operações políticas, representacionais e estéticas que ainda não podemos delinear. O que já estava claro para Marx, no entanto, era o facto de que somente uma perspectiva alinhada à ideologia dominante poderia conceber a perpetuidade sem fim do modo de produção capitalista: tanto a escrita de *O Capital*, em sua forma de palimpsesto, quanto o método da crítica da economia política buscam perscrutar o real em sua dinâmica profunda, que perturba todas as aparências – sejam otimistas e idílicas ou distópicas e fatalistas.

Bibliografia

Anderson, Perry (1998), *As origens da pós-modernidade.* São Paulo, Zahar.

Crary, Jonathan (2014), *24/7 capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Cosac Naify.

Debord, Guy (1997 [1967]), *A sociedade do espetáculo*. São Paulo, Contraponto.

Harvey, David (1992), *A condição pós-moderna.* São Paulo, Loyola.

Harvey, David (2004), *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola.

Jameson, Fredric (1985), *Marxismo & forma.* São Paulo, Hucitec.

Jameson, Fredric (1992a), "Periodizando os anos 60", *in* Heloísa Buarque de Holanda (org), *Pós-modernismo e política.* São Paulo, Rocco.

Jameson, Fredric (1992b), *O inconsciente político a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo, Ática.

Jameson, Fredric (1996), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática.

Jameson, Fredric (1997), *O marxismo tardio*. São Paulo, Boitempo Editorial & Unesp.

Jameson, Fredric (2006), *A virada cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Jameson, Fredric (2011), *Representing capital*. Londres e Nova Iorque, Verso.

Jameson, Fredric (2013a), *Valências da dialética*. Buenos Aires, Eterna Cadência.

Jameson, Fredric (2013b), *Arqueologías del futuro*. Buenos Aires.

Lukács, Gyorg (2003), *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes.

Mandel, Ernest (1982), *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultura.

Marx, Karl (1983), *Marx and Engels: 1856-59 (collected works).* Londres, Lawrence & Wishart.

Marx, Karl (1998 [1867]), *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1.

Milanovic, Blanko (2016), *Global inequality: a new approach for the age of globalization*. Cambridge, Harvard University Press.

Sennet, Richard (2015), *A corrosão do caráter*. São Paulo, Record.

Singer, Paul (1982), "Apresentação", *in O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultura.

Žižek, Slavoj (2011), *Primeiro como tragédia depois como farsa*. São Paulo, Boitempo.

X. TOTALIDADE EM LUCIEN GOLDMANN

Fernando Marineli

Este texto é o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado em curso no departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) sobre o pesquisador marxista romeno-francês Lucien Goldmann. O objeto da pesquisa é a construção do conceito de *visão do mundo* na obra de Lucien Goldmann, que conflui aspetos essenciais do chamado "marxismo ocidental", notadamente uma relação entre hermenêutica e marxismo. Antes de chegar à operacionalização do conceito de totalidade propriamente dito, será realizada uma rápida abordagem da recepção da obra de Goldmann no Brasil, mencionando também suas traduções e publicações em Portugal, o que constitui passo importante para relacionar seus estudos e a respectiva recepção.

Para as ciências sociais no Brasil, a obra de Goldmann representou uma importante influência desde a década de 1960. A tradução de seu livro *Sciences humaines et philosophie*, sob o título *Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?*, realizada por José Arthur Giannotti e Lupe Cotrim Garande, foi publicada inicialmente em 1967. Adotada extensamente nos cursos de ciências sociais, a editora Difel, posteriormente sob controle da editora Bertrand Brasil, realizou um total de doze edições da obra até 1993, seu último ano de publicação. Mesmo antes da tradução para o português, podemos verificar a existência de referências ao livro original entre estudantes e professores de ciências sociais.[1] Também é de 1967 a tradução de *Sociologia do romance* (tradução de Álvaro Cabral), três anos após sua publicação na França. Nessa mesma janela temporal, em fins da década de 1960, quando aparentemente a

1 Como em *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* de Luiz Pereira, publicado em 1965, corroborando a tese da importância de Goldmann em alguns círculos acadêmicos. Michel Löwy também afirma ter tomado contato com a obra de Goldmann quando era estudante do curso de Ciências Sociais, em 1958 (Naïr & Löwy 2009: 9).

influência de Goldmann gozava de seu maior atilamento, surgem traduções de textos menos diretamente ligados à sociologia, que configuram pilares importantes do pensamento do autor, como a primeira de suas duas teses doutorais *Origem da dialética – a comunidade humana e o universo em Kant* (tradução de Haroldo Santiago), escrita em alemão em seu exílio em Zurique, publicada originalmente em 1945 e traduzida para o francês em 1948. Além dos livros mencionados, é eloquente a quantidade de trabalhos de Goldmann, ou sobre o autor, publicados em revistas no Brasil, principalmente uma longa série de artigos na *Revista Civilização Brasileira*, o que demonstra ampla circulação de suas ideias. Também foram publicadas coletâneas que, muito comumente, incluíam capítulos de livros ainda não traduzidos, como é o caso de *Dialética e cultura* (1967) – que traduz a introdução de caráter metodológico da obra *Le Dieu caché* junto com o artigo *Le propos dialectique* – e de *Crítica e dogmatismo na cultura moderna* (1973) – que reúne trechos de dois dos últimos livros publicados por Goldmann em vida, *Le marxisme et sciences humaines* (Gallimard, 1970) e *Structures mentales et créations culturelles* (10/18, Union Générale d'Editions, 1970). No caso dos estudos sobre arte e a literatura, há menções ou mesmo excursos mais importantes sobre o pensamento de Goldmann nas obras de Antônio Cândido (*Literatura e sociedade*, de 1965), Roberto Schwarz (*Ao vencedor as batatas*, de 1977) e principalmente de Alfredo Bosi (*História concisa da literatura brasileira*, de 1970).

Em Portugal, até onde foi possível identificar,[2] *são seis as obras de* Goldmann que foram traduzidas, ao longo da década de 1970: *Introdução à sociologia* , pela Editora Nova Crítica (edição sem registro de data[3]); *Sociologia da Literatura*, em 1972, pela Editorial Estampa; *A criação cultural na sociedade moderna: para uma sociologia da totalidade*, em 1972; *Dialéctica e ciências humanas I*, em 1972; *Dialéctica e ciências humanas II*, em 1973; e *Epistemologia e Filosofia Política*, em 1978, os quatro últimos pela Editorial Presença.[4] Salta aos olhos, no entanto, frente a esse contexto de relação intensa com as obras de Goldmann, a abdicação da tradução para o português, tanto no Brasil como em Portugal, daquela que pode ser considerada sua principal obra, *Le dieu caché*, contudo largamente referenciada por alguns pesquisadores que

2 Levantamento realizado por meio de pesquisa nas bases de dados integradas da Universidade do Minho, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa.

3 Os registros da biblioteca da Universidade de Coimbra indicam a data provável de 1976 e os registros da biblioteca da Universidade de Lisboa indicam "197-".

4 Os dois volumes de *Dialéctica e Ciências Humanas* constituem-se pela reunião de artigos elaborada especificamente para a edição. *Criação cultural na sociedade moderna* é a tradução de uma coletânea de artigos publicados em seu conjunto. Ressalte-se também a existência da tradução de um pequeno artigo de Lucien Goldmann chamado *Revolução e Burocracia*, publicado nos Cadernos Paisagem 1, além dos artigos *Nouveau Roman e a realidade* e *Um Estudo Sociológico do Teatro de Genet*, publicados na revista *Sociologia da Arte*, volumes 1 e 4 respectivamente.

se contentaram em fruí-la na língua original ou utilizar a tradução de sua introdução de caráter metodológico, realizada por Luis Fernando Cardoso para o já mencionado *Dialética e cultura* (1967).[5]

Mesmo tendo desaparecido das referências das ciências sociais mais diretamente, acompanhando a vaga pós-estruturalista e o antimarxismo que grassava na academia, a sua influência deitou raízes que se refletem ainda hoje em áreas tão diversas como etnologia, geografia, educação e saúde, com uma utilização inadvertida do conceito de visão do mundo, embora referenciando diretamente o autor.

Para indagar o que significa o mencionado entrecruzamento entre a hermenêutica e o marxismo, e sua forma particular desenvolvida por Lucien Goldmann, é preciso perguntar a quê e a quem o autor buscava responder. Em sua primeira saída da Romênia, ainda enquanto estudante de direito, pressionado pela força crescente do fascismo da Guarda de Ferro, que instituiu uma situação ampla de perseguição a comunistas e judeus, dupla condição de subordinação na qual se enquadrava, Goldmann teve uma passagem por Viena, aproximando-se do grupo dos assim chamados austro-marxistas, de quem não mais falaria, mas que marcaram em grande medida seus primeiros objetos de estudo e alguns dos conceitos com os quais passou a operar.

É por meio dessas referências que Goldmann em sua primeira tese doutoral, escrita no exílio em Zurique, após a perseguição nazista ganhar força mesmo na França de Vichy, onde se encontrava, debruçou-se sobre a ideia de Kant como um pensador da dialética. Essa obra já contém também os traços fundamentais do apoio na obra que viria a ser a pedra angular de seu edifício teórico: *História e consciência de classe*, de Georg Lukács. Outra das influências notáveis nos estudos sobre Kant é de Jean Piaget, de cujos grupos de estudos Goldmann participou ativamente em sua passagem pela Suíça. Goldmann afirma então que já na filosofia pré-crítica estaria explícita em Kant a preocupação com a totalidade e a divisão elaborada entre as duas lógicas que depois viriam a configurar o mundo sensível e o mundo inteligível. Na *Monadologia Física* "O espaço é uma totalidade divisível ao infinito que se compõe de partes simples. Os corpos são, ao contrário, compostos de mônadas, centros de força agindo no espaço. Da reunião dos dois, espaço e mônadas, do todo e das partes autônomas, nasce a natureza" (Goldmann 1967a: 62). No mesmo sentido, pela "*Nova Dilucidatio*, [...] as mônadas autônomas não podem entrar por elas mesmas

5 Esse mecanismo, no entanto, parece ter alcance mais amplo. Segundo a pesquisadora espanhola Claudia Möller Recondo, em artigo que analisa o livro *El Dios Oculto*, tratando de sua inserção dentre os debates acadêmicos historiográficos em voga no contexto de sua produção, refere-se à obra como sendo muito importante, mas certamente um "livro esquecido" (Recondo 2001: 11).

em qualquer relação mútua e que esta só pode ter origem em 'um fundamento comum de sua existência, a inteligência divina' e, pela *Monadologia*, sabemos que o espaço é 'o fenômeno das relações exteriores das mônadas reunidos em unidade'" (Goldmann 1967a: 62).

Nessa medida, Goldmann identifica o que seria a primeira utilização do ponto de vista da totalidade aplicado ao conhecimento do homem. Ainda que de modo "rudimentar", tratava-se da elaboração das principais categorias da filosofia crítica: em primeiro lugar, a comunidade dividida em comunidade dos espíritos e comunidade imperfeita dos homens, ao que corresponderia o "mundo sensível" e o "mundo inteligível" em Kant, mas também o "em si" e o "em si e para si" do espírito, em Hegel, ainda, a "verdadeira" e a "falsa consciência" em Lukács e, por fim, a "existência autêntica" e a "existência inautêntica" em Heidegger; em segundo lugar, a natureza contraditória do caráter humano em geral; e, em terceiro lugar, "A esperança no futuro que (...) em Kant (da filosofia crítica), em Hegel, em Marx e em Lukács, se tornará cada vez mais o fundamento de uma filosofia verdadeira" (Goldmann 1967a: 83). Segundo Goldmann, explorando o caráter contraditório da existência humana, portanto, aquilo que mais tarde seria chamado de social-associal,

> Kant exprime de maneira explícita o que nos parece constituir um elemento essencial para compreensão da filosofia crítica da religião, a saber, que o postulado da existência de Deus é somente um substituto filosófico da totalidade imanente que parecia impossível de ser atingido em suas duas formas principais: o universo e, sobretudo, a comunidade humana (Goldmann 1967a: 87).

O problema fundamental da filosofia clássica, de acordo com Goldmann, e o móvel para a elaboração das três críticas, seria a investigação sobre a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. Em outras palavras, o fundamento comum que condicionava a comunicação de homens isolados e independentes. Kant, como se sabe, rejeitou saídas apoiadas exclusivamente tanto na subjetividade quanto na objetividade, mas tratou teoria e prática, conhecimento e ação, como dois elementos coexistentes, embora alheios um ao outro. No campo teórico, entretanto, haveria um critério formal de verdade, expresso por meio da intuição pura e dos conceitos da inteligência, dos juízos sintéticos *a priori*. No campo prático, a comunidade humana se expressaria por meio dos imperativos categóricos. Porém, diferentemente do plano teórico, no plano prático a matéria opõe-se ao imperativo categórico, todo móvel material está em contradição radical com a comunidade. Assim, avançando sobre algo que seria desenvolvido em seu livro seguinte, Ciências Humanas e Filosofia, publicado originalmente em 1952, Goldmann afirma que

> O mais rápido olhar sobre o estado atual das ciências prova que não se trata aqui de afirmações acadêmicas. Nas ciências físico-químicas e naturais, onde os interesses de todos os homens são mais ou menos idênticos e onde os egoísmos se chocam menos entre si, a soma de verdades universalmente reconhecidas é bem maior. Ao contrário, nas ciências humanas, onde entram em jogo os interesses econômicos, sociais e religiosos dos diferentes grupos, a situação é verdadeiramente catastrófica (Goldmann 1978a: 166).

É de tais questões que nasce de modo mais sistemático a preocupação de Goldmann com o método, o que adquire papel central em suas obras seguintes, onde a referência indireta e nunca totalmente reconhecida a Dilthey é um aspecto marcante. Há que lembrar que Dilthey havia configurado uma importante referência para o círculo de Max Weber em Heidelberg, onde se encontraram muitas das referências imediatas de Goldmann como Wilhelm Windelband, Emil Lask, Max Weber, além do próprio Lukács. Em Dilthey, a distinção entre ciências do espírito e ciências da natureza – relacionada à compreensão e explicação[6] respectivamente – traça uma cisão, que supõe um grau de estranhamento inerente ao ser social. Para Dilthey, o esforço hegeliano de abranger natureza e espírito no mesmo sistema doutrinal levaria à dissolução da plenitude da vida na lógica e na abstração, sendo essa somente possível pela explicação. O que significa afirmar o caráter relativo e impossível de ser apreendido objetivamente dos assuntos humanos. Para o autor, porém, a totalidade não possuiria um caráter histórico ou, antes, a história não configuraria um processo contraditório, não cabendo em seu sistema a subsunção senão do ponto de vista de uma totalidade apaziguada, a congenialidade (um acordo intersubjetivo) e não a transformação da realidade. No limite, não se trataria para a tradição hermenêutica de perseguir uma apreensão da realidade mesma, mas de uma abertura que permitisse a remissão para o ser transcendente. Donde a verdade relacionar-se muito mais com um desvelamento situado para além da objetividade. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma diferença essencial entre o tratamento de uma essencialidade fixa do ser irreconhecível, por um lado, e a totalidade dialeticamente apreensível sob o crivo da atividade humana (Sartori, 2016). Goldmann procura estabelecer nexos entre essas duas perspectivas. Sintomaticamente, é menos em Marx e mais em Jean Piaget que Goldmann buscará as bases para tratar dos processos de acomodação e assimilação que

6 Para Goldmann, a divisão se operaria de outra forma: as etapas de compreensão e explicação ocorreriam em todas as ciências; porém, as ciências naturais não estariam influenciadas pela oposição dos interesses dos grupos, portanto, pelas distintas visões do mundo.

gerariam a necessidade da atividade sensível. Esse peculiar percurso gerou um resultado que, a um só tempo, parece subestimar os mecanismos específicos da atividade humana sensível tomados em sua forma mais abstrata: a centralidade do trabalho e suas formas históricas; mas, por outro lado, se aprofunda nas particularidades das visões do mundo relacionadas a *nuances* ideológicas, determinadas, em última instância, pelas posições dos indivíduos nos grupos sociais e, desses, no conjunto da sociedade.

Novamente no livro *Ciências Humanas e Filosofia*, Goldmann afirma que "O conhecimento concreto não é uma soma, mas uma síntese de abstrações justificadas. [Nesse caso], se as abstrações não são justificadas, sua síntese é impossível" (Goldmann, 1978a: 3). Portanto, as ciências humanas devem tornar-se uma "ciência concreta dos fatos humanos [redundando em uma] sociologia histórica ou uma história sociológica" (Goldmann, 1978a: 17). Essa é a tese inaugural da obra. O que estava por trás dessa afirmação de Goldmann era a reunião entre os factos históricos e o aspecto explicativo, que seria próprio da sociologia. No momento em que o livro é escrito, existe uma disposição muito clara de combate ao positivismo que ainda ecoava nas ciências humanas, agora também plasmado no marxismo vulgar.[7] Para esse fim, a obra de Lukács, particularmente a sua *História e consciência de classe*, tornar-se-ia uma importante arma ao tratar da problemática do conhecimento a partir de uma abordagem marxista, concluindo que o proletariado não seria apenas o sujeito histórico revolucionário, mas o sujeito do conhecimento histórico no capitalismo avançado, capaz de adotar uma perspectiva epistemológica que garante a apreensão do todo, categoria sem a qual não se pode falar em conhecimento do mundo.

Lukács deixa claro, porém, seu ponto, muito mais apoiado no *Capital* e menos nas obras do Marx dos anos 1840: o desenvolvimento histórico é o que explica o processo de abstração, pois é somente quando uma coisa aparece como sendo comum para muitos é que se tornam possíveis as abstrações gerais, porque concretas. Esse processo ocorre de maneira contraditória, com "o caráter fetichista das formas econômicas, a reificação de todas as relações humanas" (Lukács 1974: 20) que acompanha a divisão do trabalho, atomiza o processo de produção e, em consequência, a percepção da realidade como "conjuntos de factos isolados, sectores particulares

7 "Goldmann pretende manter-se longe das diversas correntes positivistas, ao insistir na especificidade dos fenômenos humanos e em sua radical diferença em relação ao mundo natural. A carga valorativa que acompanha a prática social dos homens contraria, assim, a pretensão à neutralidade do positivismo, bem como a analogia entre sociedade e natureza. Basta lembrar aqui a proposta de Durkheim para se considerarem os fatos sociais como coisas, ou Lévi-Strauss, sugerindo que se estudassem os homens como se fossem formigas..." (Frederico 2012: 3).

com suas próprias leis (teoria económica, direito, etc.)" (Lukács, 1974: 21). Mas a relação dialética seria constituída justamente pela superação do ser imediato, portanto da dupla determinação (essência e manifestação historicamente necessária). A consequência da argumentação, elemento central do arcabouço conceitual do livro, é que somente com a integração dos diversos factos da vida social, como elementos do devir histórico, numa totalidade, "é que se torna possível o conhecimento dos factos como conhecimento da realidade" (Lukács 1974: 23). A totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade (Lukács 1974). Para Goldmann, na relação entre as partes e o todo, a primeira representa uma função em relação ao segundo, o que corresponde a dizer que sem uma invariante estrutural torna-se impossível uma análise das partes, tanto quanto deixar de lado a história. Portanto, há uma dinâmica permanente de estruturação e desestruturação. Os estudos sincrônicos seriam, assim, necessários para uma primeira abordagem compreensiva rumo a um estudo diacrônico explicativo.

Em sua segunda tese doutoral, dedicada à visão do mundo trágica de Pascal e de Racine, intitulada *Le Dieu caché*, publicada em 1955 e preparada ao longo de sete anos de trabalho, Goldmann sintetiza de maneira clara aquilo que concebia como método estrutural genético, cujas considerações epistemológicas são realizadas a partir de uma sólida pesquisa sobre as estruturas comuns às últimas obras de Pascal, notadamente os *Pensamentos*, e a produção coetânea de Racine. No capítulo introdutório, com considerações propriamente metodológicas, Goldmann é enfático ao defender que a integridade do objeto não se encontra meramente em suas partes individuais e nem mesmo no conteúdo imediato de suas fabulações, mas numa determinada estrutura formal socialmente posta e a partir da qual as produções culturais poderiam desenvolver-se de acordo com uma consciência possível, inserida dentro de uma totalidade. Essa abordagem permitiu ao autor perceber não apenas que o jansenismo configurava uma resposta da nobreza de toga à consciência da limitação de seu poder político durante o processo de absolutização, embora sua existência como grupo derivasse exatamente desse processo, mas também identificar que as diferenças específicas entre as *Provinciais* e os *Pensamentos* de Pascal devem-se a diferenças de grau de consciência sobre a situação, permitindo pensar o jansenismo a partir de sua expressão de classe, resultando em três variações: uma forma centrista (não-trágica), confrontada a outra corrente extremista, expressa por uma recusa unilateral de qualquer compromisso mundano e, por fim, o jansenismo de coerência extrema apenas alcançado pelos *Pensamentos* e por *Fedra*, de Pascal e Racine. O nascimento da visão trágica seria, portanto, uma "compreensão rigorosa e precisa" (Goldmann 1994: 43) do individualismo racionalista e, ao mesmo tempo, a recusa à sua perspectiva como única. Por essa

razão a visão trágica configura um retorno à religião, como um exercício de fé em valores que transcendem o indivíduo. A resposta extremista de Pascal seria uma presença-ausência: "o Deus oculto é para Pascal um Deus presente e ausente e não eventualmente presente e eventualmente ausente; mas sempre presente e sempre ausente (Goldmann 1994: 46). Mas essa presença permanente de Deus seria "mais importante e mais real que todas as presenças empíricas e sensíveis, a única presença essencial" (Goldmann 1994: 45).

Sobre a maneira específica pela qual o conjunto de arranjos metodológicos se deu no caso dos estudos de Goldmann a respeito do jansenismo, o autor afirma que é importante retornar às próprias fontes, mas que isso seria possível no caso dos textos, porém muito mais difícil no caso da vida intelectual e da sensibilidade do grupo jansenista. A esse respeito, a hipótese da existência de uma estrutura significativa permitiu a busca e a descoberta de documentos fundamentais para a compreensão da visão do mundo subjacente, notadamente as cartas de Martin de Barcos. Quanto à situação econômica, social e política da nobreza de toga, isso só poderia advir de uma análise sistemática das fontes, efetivamente levada a cabo por Goldmann ainda que de maneira vacilante, pois as relações estabelecidas entre as obras jansenistas de Pascal e Racine com a nobreza de toga são tratadas por Goldmann, como um "esboço", uma "hipótese" ainda a ser analisada pormenorizadamente e confirmada ou infirmada por um estudo sério das fontes.

Até ao fim de sua vida Goldmann permanecerá aferrado à noção da totalidade como a categoria científica metodológica por excelência. O autor não se cansará de citar a seguinte passagem do livro *História e Consciência de Classe*:

> Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo terminante o marxismo da ciência burguesa; é o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, a predominância universal e determinante do todo sobre as partes constitui a própria essência do método que Marx emprestou de Hegel e transformou de maneira a fazê-lo a fundamentação original de uma ciência inteiramente nova (Lukács *apud* Goldmann 1979: 49).

Diferentemente do idealismo hegeliano, não se trataria de uma identidade total entre sujeito e objeto, mas sim de uma identidade parcial, pois a consciência não seria fundadora da objetividade, mas resultado de uma relação entre objetividade e subjetividade, ocasionando o movimento citado de estruturação-desestruturação. Por essa razão, a totalidade seria uma construção histórica permanente, o que corresponderia a uma relação de interdependência entre conteúdo e forma, entre totalidades parciais e relativas, apreendidas de maneira compreensivo-explicativa:

> a compreensão é uma primeira etapa que dá conta da constituição interna da estrutura, ela é imanente. É uma interpretação. Em compensação, a explicação é externa à interpretação. É extrínseca. Recorre ao contexto histórico, social e cultural que envolve a estrutura (Naïr & Löwy 2009: p. 27).

É interessante notar, entretanto, que justamente a categoria da totalidade será motivo de discórdia entre um Lukács maduro, crítico do idealismo de sua própria obra *História e Consciência de Classe*, e um Goldmann que erigiu todo seu edifício teórico tendo essa categoria por base, com talhe eminentemente logicista. Em uma carta datada de 1959, em resposta à submissão do livro *Le Dieu caché* por Goldmann, Lukács formulou a seguinte resposta:

> Se eu tivesse morrido por volta de 1924 e minha alma perene olhasse sua atividade literária do além, ela ficaria plena de um verdadeiro reconhecimento de você se ocupar tão intensamente de minhas obras de juventude. Mas como eu não estou morto e como durante trinta e quatro anos eu criei o que se pode chamar apropriadamente a obra de minha vida e como, para você, essa obra simplesmente não existe, é difícil para mim, enquanto ser vivo, cujos interesses estão claramente dirigidos para a própria atividade presente, tomar posição sobre suas considerações (Lukács citado por Frederico, 2000: parágrafo 1).

A presença constante ou a busca permanente pela resolução definitiva e geral da questão metodológica incorre num problema de talhe essencialmente idealista e implica um procedimento deambulatório que utiliza o objeto apenas como pretexto para a abordagem das premissas epistemológicas e procedimentos gnoseológicos supostamente necessários para a abordagem científica. Numa conhecida querela entre Goldmann e Adorno, havida no Segundo Colóquio Internacional sobre Sociologia da Literatura, em Royaumont, no ano de 1968, precavendo-se dos desenrolares da conversa, o filósofo alemão profere:

> Um pensador dialético no sentido rigoroso não deve, a bem da verdade, falar de método, pela simples razão – que atualmente desapareceu quase totalmente do horizonte – que o método deve estar em função do objeto e não o inverso (Adorno & Goldmann 1973: 1).

Apesar do tom reativo desta interminável litania que parece dominar as ciências humanas já a partir de seu nascimento, em fins do século XIX e início do século XX, muitas vezes buscando responder a determinadas questões filosóficas

que inundam a sociologia sem a devida depuração, a outorga central conferida ao método oblitera a reflexão essencial do modo de ser social que funda e atualiza os próprios procedimentos. Quer-se dizer com isso que qualquer abordagem de um objeto parte de perguntas que lhe fazemos, mas conclama-se não apenas que o objeto tenha direito de resposta, mas também de reformulação da pergunta mesma. O problema não estaria no ponto de partida, mas num ponto de chegada já conhecido previamente pelo apego formalista que tudo prevê. Seja como for, apesar do apego excessivo e permanente na obra de Lucien Goldmann às discussões metodológicas, pendulares entre acepções propriamente baseadas nas posições marxianas, clamantes do caráter fundante da atividade humana sensível, e acepções hermenêuticas que chegam a negar a possibilidade de conhecimento, a prática de pesquisa de Lucien Goldmann superou em muito suas próprias posições, permitindo que o arranjo metodológico se configurasse em função dos objetos específicos, sobretudo no caso da obra *Le Dieu caché*. Ao fim e ao cabo, para Lucien Goldmann a totalidade não configura uma entificação acabada. Numa passagem do livro, Goldmann afirma com todas as letras que "é atualmente impossível para o homem conhecer a história como uma totalidade, porque sua interpretação do passado depende sempre dos eventos futuros e também porque ele mesmo está dentro da história]" (Goldmann 1994: 112).

Para finalizar, reunindo as considerações iniciais sobre a recepção de Goldmann em língua portuguesa, interessa ressaltar, como objeto de reflexão, que justamente naquilo que realizou de específico, o autor é desconhecido, e no que realizou de inespecífico é vastamente conhecido. E como afinal seus comentários sobre método não são propriamente autênticos, mas servem muito por chancelar abordagens ecléticas, sem guardar o caráter sistemático do todo de seu pensamento e a qualidade daquilo que produziu de particularmente relevante, corremos o risco de reduzir o autor a ladainhas com pequenas variações sobre o tema metodológico.

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor Wiesengrund e Lucien Goldmann (1973), "Deuxième colloque international sur la sociologie de la littérature (Royaumont). Discussion extraite des actes du colloque", *Revue de l'Institut de Sociologie de Bruxelas*, 34.

Dilthey, Wilhelm (1992), *Teoria das concepções do mundo*. Lisboa, Edições 70.

Frederico, Celso (2000), "Cotidiano e arte em Lukács", *Estudos Avançados*, vol. 14, n.º 40, 299-308.

Frederico, Celso (2012), "Quem fala na criação cultural? Notas sobre Lucien Goldmann", *MATRIZes,* vol. 5, n.º 2, 181-194.

Goldmann, Lucien (1967a), *Origem da dialética: a comunidade humana e o universo em Kant*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Goldmann, Lucien (1967b), *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Goldmann, Lucien (1972a), *A criação cultural da sociedade moderna*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

Goldmann, Lucien (1972b), *Sociologia da literatura*. Lisboa, Editorial Estampa.

Goldmann, Lucien (1972c), *A criação cultural na sociedade moderna: para uma sociologia da totalidade*. Lisboa, Editorial Presença.

Goldmann, Lucien (1972d), *Dialéctica e ciências humanas I*. Lisboa, Editorial Presença.

Goldmann, Lucien (1973a), *Crítica ao dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Goldmann, Lucien (1973b), *Dialéctica e ciências humanas II*. Lisboa, Editorial Presença.

Goldmann, Lucien (1978a), *Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?*. São Paulo, Difel.

Goldmann, Lucien (1978b), *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa, Editorial Presença.

Goldmann, Lucien (1979), *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Goldmann, Lucien (1994), *Le dieu caché*. Paris, Gallimard.

Goldmann, Lucien (s/d), *Introdução à sociologia*. Porto, Editora Nova Crítica.

Lukács, György (1974), *História e consciência de classe*. Porto, Publicações Escorpião.

Mota, Carlos Guilherme (2014), *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma reflexão histórica*. São Paulo, Editora 34, 4ª ed.

Naïr, Samir e Michel Löwy (2008), *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo, Boitempo.

Recondo, Claudia Möller (2009), "Algunas notas sobre un texto olvidado: el dios oculto, de Lucien Goldmann", *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 2, n.º 4, disponível em tiemposmodernos.org/viewarticle.php?id=18

Sartori, Vitor Bartoletti (2016), "Hermenêutica filosófica e marxismo: sobre uma peculiar 'ausência-presença' ", *Pensar*, vol. 21, n.º 3.

XI. ADORNO E LUHMANN: CERTAS AFINIDADES ELETIVAS

Laurindo Dias Minhoto

Em artigos anteriores argumento que aspectos da vertente luhmanniana da teoria dos sistemas poderiam ser mobilizados em chave criptonormativa para uma crítica de certas tendências do desenvolvimento social contemporâneo, em especial, a crescente determinação econômica de diferentes esferas da vida e a formação de indústrias setoriais específicas – como as da saúde, da educação, do controle do crime etc. –, com a consequente erosão da autonomia dessas esferas e a exaustão progressiva das condições sociais para o exercício da liberdade e a experiência da diferença (Minhoto 2017; Minhoto e Gonçalves 2015; Minhoto 2014). Neste texto pretendo esclarecer e desenvolver, ainda que de modo muito telegráfico, alguns pressupostos do argumento, levando em conta as seguintes dimensões: Do que se trata e do que não se trata nesta questão e do que se esconde por detrás, para me expressar ao modo de um dos nossos autores (Luhmann 1996).[1] Pois bem, invertendo a ordem seguida pelo célebre narrador machadiano,[2] iniciaremos pelo capítulo "das negativas".

1. Do que não se trata

Antes de mais nada, não se trata, evidentemente, de contribuir de modo direto para a recepção e a difusão da sofisticada teoria sociológica de Niklas Luhmann, trabalho que tem sido feito no âmbito da literatura especializada pelo exercício da

1 Desenvolvo aqui alguns aspectos da comunicação "Luhmann e Adorno: algumas aproximações e distinções", apresentada no ciclo de seminários "Teoria crítica dos sistemas: direito e sociologia entre ruptura e continuidade", realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em abril de 2018; o autor gostaria de agradecer aos participantes do evento por comentários e questionamentos que estimularam a elaboração deste texto.

2 Referência ao conhecido romance de Machado de Assis, "Memórias Póstumas de Brás Cubas".

leitura atenta de alguns dos principais textos do autor, contribuindo para esclarecer o sentido inovador e muitas vezes intrincado da rede bem urdida de postulados, formulações e conceitos que Luhmann mobiliza. Também não se trata, é bom que se diga, de aplicação dessa perspectiva teórica a situações empíricas as mais diversas, nos moldes da relação caso-regra. São inúmeros os estudos luhmannianos sobre amplo leque de questões contemporâneas, tais como crise ecológica, papel dos meios de comunicação, função dos tribunais, natureza dos movimentos sociais e da esfera pública, predomínio das finanças, crise da educação, para indicar apenas alguns temas, e que têm apresentado resultados analíticos muito instigantes a partir da malha conceitual proposta pelo autor. Ainda assim, não custa indicar o óbvio e reconhecer que não se trata aqui nem de difundir nem tampouco de aplicar a teoria, sendo certo que este autor muito tem beneficiado os vários trabalhos que se têm dedicado essas tarefas cruciais.

Ao propor uma leitura crítica da teoria sociológica luhmanniana também não se tem em vista reproduzir as apreciações negativas que há muito se tecem a seu respeito e imprecar uma vez mais contra o seu caráter anti-humanista, tecnocrático e/ou conservador, nos moldes e na esteira do célebre debate Habermas-Luhmann dos anos 1970. Ao contrário, de certo modo se trata (adiantando em parte o que será indicado adiante) de "investir" no caráter crítico-normativo dessa perspectiva teórica, a ser escavado a contrapelo das intenções do autor, pela sondagem de aspetos do material que se confrontam com tendências de desenvolvimento social da época. Aqui, portanto, a crítica não assume caráter pejorativo, antes reconhece e aproveita a qualidade e a voltagem analítica do objeto criticado. Aliás, esta constitui uma das razões pelas quais a crítica proposta é crítica imanente, em sentido a ser melhor especificada na secção seguinte.

A estratégia de identificar traços normativos involuntários no modelo teórico, por sua vez, nada tem que ver com certas abordagens críticas tradicionais, se é que se poderia falar assim, voltadas ao aperfeiçoamento edificante e muitas vezes militante da ordem estabelecida. Assim como a crítica marxiana da economia política não pretendeu aprimorar a ordem social capitalista, a crítica da sociedade contemporânea, tal como ela é aqui pensada, não pretende indicar caminhos para o aperfeiçoamento de sistemas, instituições, organizações, etc. A direção geral da análise é antes negativa e a ênfase recai sobre limites e paradoxos. De outro lado, não se trata tampouco, obviamente, de descartar possibilidades alternativas de apropriação crítica do modelo teórico. Indica-se nos textos anteriores ao menos uma dessas possibilidades – como aquela que enfatiza o movimento tautológico e a configuração fetichista de várias esferas da vida social – caso em que talvez valesse a pena operar na chave interpretativa da presença de uma tensão interna na teoria, e indicar

como a tendência para o fechamento monadológico dos sistemas convive de modo tenso com a possibilidade de uma abertura organizada por dentro para o exterior (Minhoto 2017: 57).

Por fim, para completar este brevíssimo sumário de dimensões negativas, é importante que se diga que a adoção de uma perspectiva crítica – no sentido de submeter à crítica tanto a teoria quanto a ordem social do presente a que ela se dirige – não implica relativização ou subordinação da dimensão propriamente analítica. A aposta aqui é na imbricação das dimensões crítica e analítica, de resto algo bem sedimentado na tradição de certas vertentes da teoria crítica da sociedade.[3] A propósito, não custa enfatizar que não é por indicar sem mais, de modo direto e positivo, como as coisas deveriam ser, nos moldes de uma prescrição médica ou moral, que a teoria importa, mas, antes e exatamente, por permitir a reflexão em conjunto sobre possibilidades e limites que se inscrevem tanto no modo de observar quanto na pretensão de identificar aspetos dos objetos observados. Aqui, eventuais bloqueios e obstáculos à pretensão de verdade da teoria têm menos que ver com défices descritivos e analíticos considerados unilateralmente do que com a relação tensionada que a teoria guarda com a estrutura da sociedade. Talvez já se esteja vendo que um dos objetivos da crítica assim proposta é pôr a norma para render heuristicamente, o que nos leva ao assunto da secção seguinte.

2. Do que se trata

Tomo como ponto de partida a observação de um arguto comentador da obra de Adorno: "Quanto mais a sociedade se torna unidimensional, tanto mais a crítica deve prestar atenção à estrutura interna e à lógica relativamente autônoma dos objetos culturais" (Bernstein 2005 [1972]: 16). Antes de mais nada, são necessários alguns esclarecimentos sobre aspectos do sentido mais geral da análise sociológica desenvolvida por Adorno em vários de seus escritos, que não raro assume caráter contraintuitivo ao leitor não versado em certas subtilezas que rondam essa vertente muito singular da teoria crítica. Em primeiro lugar, veja-se a intrincada questão do economicismo – que os pesquisadores quase sempre com razão querem descartar em nome da sofisticação analítica. O problema é que ele simplesmente não pode ser afastado sem mais, já que constitui elemento essencial na análise dos fenômenos sociais, tal como eles se configuram em sociedades capitalistas; antes de traduzir

3 Sobre a articulação entre as dimensões analítica e crítica na tradição de crítica da ideologia, ver Jaeggi (2008: 140ss.)

uma livre opção metodológica, ele se impõe pelas marcas que inflige nos objetos a serem analisados; portanto, se evidentemente não se deve sucumbir ao molde reducionista no plano analítico, ao mesmo tempo não se pode ser indiferente ao lugar central que ocupa no conjunto das determinações dos objetos.

Com essa questão do lugar da determinação econômica no capitalismo se articula ainda uma compreensão específica da trajetória de desenvolvimento histórico da sociedade moderna. Ao contrário do que se supõe muitas vezes, o movimento histórico tem-se dado pela generalização das relações de troca e, portanto, não pela desativação progressiva, mas justamente pela tendência à intensificação do processo de tomada de assalto da vida e das esferas sociais não-mercantis pelo econômico. Ou seja, não é porque o moderno sinalizou em seu vir-a-ser a possibilidade de organização autônoma das esferas da vida que esse processo se realiza de modo linear e pleno no interior de seu desenvolvimento histórico. Assim, ao tempo em que Marx teorizou a célebre distinção topográfica entre base e superestrutura e praticou uma modalidade específica de crítica da ideologia, a distância entre objetos culturais e economia, civilização e vida material, esfera pública e esfera privada, indivíduo e sociedade era em certo sentido quase sempre maior e não menor do que a que se verifica hoje em dia, assim como também as assimetrias, os deslocamentos e as disjunções existentes entre as várias esferas e nos desenvolvimentos específicos dos respectivos âmbitos.[4]

Vai nessa direção assumida pelo processo histórico a conhecida formulação adorniana de que "a rigor não existe nada entre o céu e a terra – ou propriamente na Terra – que não seja mediado pela sociedade" (Adorno 2008 [1968]: 169). Desse ponto de vista, elaborar uma crítica da sociedade significa levar a sério ao mesmo tempo tanto as pretensões de autonomia das esferas parciais quanto os obstáculos que se colocam à possibilidade de realização dessas pretensões no capitalismo. Por sua vez, essa compreensão do desenvolvimento histórico se relaciona com a concepção adorniana de crítica nos termos de uma fisiognomonia social. Nas palavras do autor,

> a tarefa da crítica, na maioria das vezes, não é tanto sair em busca de determinados grupos de interesse aos quais devem subordinar-se os fenômenos culturais, mas sim decifrar quais elementos da tendência geral da sociedade se manifestam através desses fenômenos, por meio dos quais se efetivam os interesses mais poderosos. A crítica cultural converte-se em fisiognomonia social (Adorno 1998 [1949]: 21).

4 Para um desenvolvimento desse tema, ver Johnson (2008: 119ss.)

Trata-se, assim, de mostrar como certas tendências gerais do desenvolvimento social se expressam no interior de cada esfera. *Caveat lector*: não se trata aqui simplesmente de propor mais uma variante das perspectivas marxistas do reflexo econômico (mais ou menos invertido) em diferentes domínios da vida social. Para referir outra fórmula adorniana bem conhecida, a obra de arte é simultaneamente autônoma e socialmente determinada. De tal modo que a articulação estética de dimensões do processo histórico-social a partir de procedimentos formais internos constitui também uma manifestação de liberdade da esfera da arte.[5] O problema reside justamente na direção do processo histórico, dada pela extensão das relações de troca – que se generalizam e exorbitam da esfera estritamente econômica da sociedade –, e que, pelo potencial de saturação e desagregação crescentes dos âmbitos internos de diferentes esferas, essa extensão traz consigo. Daí a inflexão da crítica social proposta por Adorno para algo que correspondesse a uma radiografia desse itinerário de deterioração e o esvaziamento da experiência que lhe é correlato. Uma crítica, vale dizer, que leve em conta que as mônadas – que muitas vezes se pensam sem janelas (o que de outro ângulo põe o problema de sua adequação social) –, são cada vez mais imediatamente determinadas de modo heterônomo pelo exterior.

No capitalismo tardio, a esfera da arte apresenta um andamento bifurcado, encontrando-se por assim dizer sob duplo ataque: da mercantilização, que instaura sem mediação procedimentos econômicos que instrumentalizam e funcionalizam o estético, como no caso da indústria cultural; e da hiperformalização, que pode ser vista como espécie de reação interna à tendência de colonização e que, no limite, sinaliza a perda crescente dos nexos que articulam forma estética e experiência vivida. De um lado, a determinação social não-mediada por dentro acarreta perda de autonomia; de outro, como reação a esse processo, a afirmação de autonomia leva à perda de relevância social da arte. Concebida nesses termos, a crítica não deixa de indicar a seu modo uma variação de um dos temas adornianos por excelência, o da violência do geral contra o particular – da abstração identitária contra a diferença – aqui exercitada no registro das esferas parciais da sociedade. Este é um dos sentidos possíveis para a conhecida afirmação do autor em *Mínima Moralia*. Invertendo Hegel, Adorno afirma que "o todo é o não-verdadeiro" (1991 [1951]: 50). Dessa perspectiva, a crítica tem como alvo o caráter coercitivo do processo histórico que, no capitalismo, vai subjugando o individual e o particular aos requerimentos da totalidade, ou seja, tudo que é qualitativamente distinto tende a ser tragado pelo sistema de troca. A compreensão do predomínio do econômico – pela generalização

5 Sobre essa questão, ver Schweppenhäuser (2009: 114ss.)

progressiva das relações de troca – e do pensamento identitário e, ao mesmo tempo, a ênfase no específico das esferas e no modo como elas se confrontam com a direção do processo histórico capitalista constituem o campo de forças no interior do qual se move a distinção adorniana entre crítica da ideologia em sentido enfático e crítica dos produtos da indústria cultural.

De um lado, crítica imanente de formas culturais que, ao levarem a sério a sua pretensão de autonomia, conflituam com a direção do processo histórico-social; de outro, crítica do caráter externo e meramente funcional dos produtos da indústria, que entronizam o presente ao martelar o bordão da suposta ausência de alternativas. De um lado, pretensões à expressão singular de sentido que conflituam com tendências homogeneizantes; de outro, duplicação rebaixada do existente, como na conhecida observação sobre os produtos da indústria cultural: "os entes culturais típicos da indústria cultural já não são também mercadorias, antes, eles se converteram completamente em mercadorias (Adorno 2005 [1972]: 100). No caso dos produtos da indústria, o alvo da crítica não recai no facto de terem sido feitos por grandes corporações, mas antes no facto de que as relações econômicas de produção entram em cada aspecto do processo criativo, imprimindo em seus produtos as marcas gerais da mercadoria que reorganizam procedimentos formais internos sob o signo da heteronomia. Daí que a noção de técnica nos produtos da indústria não tem nada que ver com a técnica em sentido estético próprio – permanecendo sempre externa, pela "incorporação de formas industriais de organização" (Adorno 2005 [1972]: 101): não se volta à organização do objeto a partir de sua lógica interna, nem tampouco às leis da forma artística.

Para voltar ao ponto de partida desta secção, em poucas palavras trata-se de retomar o programa teórico de *ideologie kritik* para refletir sobre aspectos da teoria dos sistemas nos termos do procedimento da crítica imanente, de modo a criar condições para a consideração simultânea de limites e possibilidades de realização tanto do seu teor analítico-descritivo, quanto da crítica da sociedade que pretende observar. No entanto, se o padrão normativo não é evidente, requerendo antes o trabalho reflexivo pelo confronto entre material teórico e processo histórico-social, porquê então a insistência no procedimento da crítica imanente? Porque, antes de mais nada, se trata de levar a sério "o princípio de que o não-verdadeiro não é a ideologia em si, mas a sua pretensão de coincidir com a realidade" (Adorno 1998 [1949]: 23). Especificando melhor a indicação anteriormente feita no sentido de fazer render analiticamente a norma, importa conceber eventuais insuficiências vislumbradas nos conceitos propostos pela teoria como "força de observação da própria coisa", ou seja, trata-se de elaborar uma crítica que procura "apresentar à sociedade a conta que a coisa não é capaz de pagar" (Adorno 1998 [1949]: 24).

Um passo decisivo nessa estratégia particular de reapropriação de aspetos da teoria dos sistemas residiria na tentativa de indicar certas "afinidades eletivas" entre Luhmann e Adorno, reforçando a plausibilidade de um vínculo interno entre as distintas concepções teóricas desses autores e não a sua mera apropriação instrumental e justaposição externa, o que passo a fazer de modo ainda muito preliminar e meramente sugestivo na próxima secção.

3. O que se esconde por detrás

Face ao exposto, argumento que aspectos da construção conceitual luhmanniana – notadamente o modo como a relação sistema-ambiente é pensada – guardam forte ar de família com o modo adorniano de conceber a relação sujeito-objeto na chave especulativa da dialética negativa. Vejamos. O reconhecimento da insuficiência do procedimento identificatório, presente no processo de construção de conceitos, constitui o primeiro traço distintivo do projeto adorniano para um materialismo crítico concebido nos termos da dialética negativa: "O nome 'dialética', para começar, não diz nada além de que os objetos não vão sem resto para os conceitos, que os objetos acabam por contradizer a norma tradicional da adequação" (Adorno 1973 [1966]: 5). Seguindo o comentário preciso de Jarvis, ao refletir sobre essa passagem, aquilo que parece imediato e independente acaba por se mostrar como algo mediato, relacionado, cuja identidade "depende de algum elemento distinto de si mesmo" (1998: 166).

Porquê dialética negativa? Antes de mais nada, porque pensar é identificar e não se trata evidentemente nem de abrir mão dos conceitos nem tampouco de purgá-los da operação de identificação que lhes é constitutiva; antes, trata-se de demonstrar a insuficiência dessas operações de identificação. Pela dialética negativa, é como se a abstração conceitual estivesse consciente de seus próprios limites e, em especial, não visasse a esgotar a coisa por ela enlaçada, exaurindo suas possibilidades de sentido. Precisamente o avesso da lógica da mercadoria e da identificação violenta que opera nas coisas pela desconsideração do seu caráter particular.[6] Exatamente por não ser esgotado e permanecer latente, esse horizonte de possibilidades de sentido que se inscreve nas coisas guarda uma relação de não-identidade com o nível das operações de fixação de sentido próprias das identificações conceituais. Se me fosse permitido pensar com Luhmann para esclarecer Adorno sobre esse ponto, talvez se pudesse

6 Sobre a questão da homologia entre processo de construção de conceitos e lógica da mercadoria, ver Minhoto (2017: 60)

dizer que se trata de algo como uma operação "consciente" de redução de complexidade que se mantém sempre contingente.

Forçando a nota nessa direção, talvez se pudesse dizer ainda mais: que a operação de constituição simultânea de sistema e ambiente é – na forma como que ela é concebida por Luhmann – dialética negativa em ato: nos termos do conceito de forma, o sistema – uma abstração real elaborada pela sociedade – incorpora o seu outro (o ambiente) pelo reconhecimento de sua não-correspondência e não-identidade; em relação ao ambiente – tomado como repertório de possibilidades não-estruturadas de atualização de sentido, o sistema opera "conscientemente" uma redução, um empobrecimento; constituído dessa forma, o sistema só se pode abrir para o ambiente nos limites e possibilidades de seus procedimentos internos; uma vez que esses limites e possibilidades têm caráter contingente, eles podem contribuir para o aumento de complexidade estruturada, ou seja, irritação estruturada pelos filtros do próprio sistema. Salvo engano, é por aí que essa abstração "ciente-de-seus-próprios--limites" poderia ser infletida para a diferença e a marcação de identidade sistêmica.

No ponto de partida da teoria luhmanniana, portanto, pode ver-se como na lógica da distinção sistema-ambiente estão presentes desde logo (*i*) tanto o reconhecimento da diferença entre sistema e ambiente quanto a sua dependência recíproca, (*ii*) o caráter sempre mais aberto e complexo do ambiente em relação ao sistema, (*iii*) a não-redutibilidade de um termo a outro e *(iv*) o conceito de forma como forma de uma não-identidade. Para falar como Adorno, o sistema parece constituir algo como uma autonomia socialmente mediada, pela qual procedimentos internos filtram e, portanto, traduzem influxos externos nos limites e possibilidades de seus próprios termos. Importa notar ainda que essa redução é contingente, deixando em aberto outras possibilidades de filtragem. É nesse sentido que se poderiam identificar certas afinidades eletivas, na acepção própria, entre a dialética negativa de sujeito e objeto e a constituição recíproca entre sistema e ambiente, bem como alguns de seus respectivos pressupostos. Uma convergência de fundo que se expressaria nos modos de conceber a relação sistema-ambiente e sujeito-objeto nos termos específicos de uma não-identidade entre identidade e não-identidade, ou seja, a fórmula adorniana para a dialética negativa: "os sistemas precisam lidar com a diferença entre identidade e diferença quando eles se reproduzem como sistemas autorreferenciais; em outras palavras, reprodução é a gestão dessa diferença" (Luhmann 1995: 10). É nessa perspectiva que tenho afirmado a possibilidade de se extrair da sofisticada rede conceitual forjada pela teoria dos sistemas potência descritiva e normativa para capturar o funcionamento patológico da sociedade contemporânea (Minhoto 2017). Exatamente pela inflexão realizada por essa teoria rumo à policontexturalidade, à contingência e à diferença, conceitos tais como sistema, ambiente, abertura,

fechamento, código, saber reflexivo poderiam ser tomados como contraimagens ou negativos para a descrição e crítica da reorganização interna de diferentes esferas setoriais pela extensão não-mediada ou não-filtrada da racionalidade econômica.

Concebido como modelo crítico que põe as abstrações reais operadas pela sociedade para correr nos trilhos da diferença e da autonomia sistêmica e, em especial, um modelo crítico que tem no centro possibilidades de mediação recíproca entre sistema e ambiente dadas pelo conceito de acoplamento estrutural e pelo trabalho de reconstrução interna de irritações do ambiente, a aposta é de que a teoria dos sistemas põe-se de modo enfático em tensão com aquilo que, ao menos em parte, poderia ser visto como o seu outro: a descrição sociológica da generalização da forma-mercadoria e da instrumentalização do particular por imperativos sistêmicos unilaterais. Mobilizada em chave negativa, a crítica da teoria dos sistemas estaria por assim dizer ao serviço da crítica do capitalismo contemporâneo, em especial, da natureza historicamente específica do caráter totalizador próprio à governamentalidade neoliberal.

Conclusão

Como se sabe, no centro da discussão sobre neoliberalismo, como nova forma de racionalidade e controle de organizações extraeconômicas e da conduta dos indivíduos, encontra-se a questão do espraiamento social de uma grade econômica de inteligibilidade que vai reorganizando diversas esferas da vida a partir do mundo empresarial e dos critérios de competição e de produtividade que lhe são próprios.[7]

Ao tratar desse processo de determinação econômica crescente do mundo e da vida, bem como da capitulação do político ante o econômico que ele implica, Jean-Pierre Dupuy – um autor bem familiarizado com o conceito sistêmico de autopoiese[8] – nos faz ver como o papel que a economia (na dupla acepção de negócios e estudo profissional dos negócios) joga atualmente na vida dos indivíduos e no funcionamento da sociedade exorbitou de qualquer padrão de medida que se possa considerar minimamente razoável: "Aos poucos a Economia [… em maiúscula, à maneira

7 A respeito, ver as sugestões iniciais de Foucault sobre o assunto no curso "O nascimento da biopolítica" (2008), em especial, pp. 329ss.; para um desenvolvimento dessas sugestões, com ênfase nas questões do capital humano e da governamentalidade, ver Dardot e Laval (2014) e Lemke (2002; 2001); para uma discussão sobre alguns dos desafios que essa racionalidade põe para a democracia, ver Brown (2015).

8 Para uma análise sobre possibilidades e limites de uma aproximação entre a lógica desconstrucionista do suplemento e o conceito sistêmico de autopoiese, ver Varela e Dupuy (1992: 5ss).

do nome grafado por Hobbes para a figura do Soberano Absoluto] se emancipou dos grilhões do sagrado. Outrora controlada pela religião e, depois, pela política, a Economia hoje se tornou nossa religião e nossa política" (Dupuy 2014: xiii). Ao circular socialmente de modo heterônimo e, portanto, não-mediado, esse novo fazer indica que "Não apenas a influência da economia se estendeu pelo mundo, ela tomou de assalto nossos próprios modos de pensar sobre o mundo" (Dupuy 2014: xii).

É precisamente levando em consideração esse diagnóstico do estado das coisas no capitalismo neoliberal que se poderia detetar na construção conceitual luhmanniana algo como a promessa involuntária de uma interação entre sistema e ambiente que não opere nem colonização, nem reificação, ou seja, nem abertura sem filtro interno, nem solipsismo sem referência social. Ou seja, algo que possibilite a mediação recíproca sem perda de identidade entre esferas parciais – uma abertura pela diferença (fechamento) e com manutenção de diferença (complexidade), exatamente o negativo da tendência de neoliberalização do mundo e da vida.

Se me for permitido fechar com mais uma negativa, sublinhe-se que não se trata aqui de reiterar o caráter relativamente autônomo das esferas, nem tampouco de afirmar que elas podem ser mais ou menos autônomas;[9] a este respeito, veja-se a célebre advertência de Luhmann quanto à autonomia dos sistemas autopoiéticos: "autonomia implica que, dentro de suas fronteiras, a autopoiese funciona incondicionalmente, sendo a única alternativa a de que o sistema deixa de existir. A autonomia não permite meias medidas ou graduação; não há estados relativos, nem sistemas mais ou menos autônomos" (2000: 157). É por isso que aqui se trata, antes, da possibilidade de instaurar, como parâmetro a um só tempo descritivo e crítico, a análise da tensão enfática entre esse modo específico de pensar a autonomia dos sistemas e a tendência coercitiva e totalizadora do capitalismo neoliberal para reorganizar, à sua imagem e semelhança, as esferas da sociedade.

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor (1973 [1966]), *Negative dialectics*. Londres, Routledge.

Adorno, Theodor (1991 [1951]), *Minima moralia. Reflections from damaged life*. Londres, Verso Books.

9 Para um esforço sofisticado de reconstrução do conceito sistêmico de acoplamento estrutural no âmbito da elaboração de um novo modelo de contrato entendido como intertextualidade e tradução de diferentes projetos discursivos, ver os textos de G. Teubner que integram a coletânea "Direito e Policontexturalidade" (2005); para a indicação de um ponto cego desse modelo, ver Minhoto (2011).

Adorno, Theodor (1998 [1949]), "Crítica cultural e sociedade", *in Prismas. Crítica cultural e sociedade*. São Paulo, Ática, 7-26.

Adorno, Theodor (2005 [1972]), "Culture industry reconsidered", *in The Culture Industry. Selected essays on mass culture*. Londres, Routledge, 98-106.

Adorno, Theodor (2008 [1968]), *Introdução à sociologia*. São Paulo, Unesp.

Bernstein, Jay M. (2005), "Introduction", *in* Theodor Adorno (orgs.), *The culture industry. Selected essays on mass culture*. Londres, Routledge.

Brown, Wendy (2015), *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova Iorque, Zone Books.

Dardot, Pierre e Christian Laval (2014), *The new way of the world: on neoliberal society*. Londres, Verso Books.

Dupuy, Jean-Pierre (2014), *Economy and the future. A crisis of faith*. East Lansing, MSU Press.

Foucault, Michel (2008), *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes.

Jaeggi, Rahel (2008), "Repensando a ideologia", *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, vol. 8, n.º 1, 137-165.

Jarvis, Simon (1998), *Adorno: a critical introduction*. Cambridge, Polity.

Johnson, Pauline (2008), "Social philosophy", *in* Deborah Cook (orgs.), *Theodor Adorno: Key Concepts*. Stocksfield, Acumen, 115-130.

Lemke, Thomas (2001) "The birth of bio-politics: Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality", *Economy and society*, vol. 30, n.º 2, 190-207.

Lemke, Thomas (2002), "Foucault, governmentality, and critique", *Rethinking Marxism*, vol. 14, n.º 3, 49-64.

Luhmann, Niklas (1995), *Social systems*. Stanford, Stanford University Press.

Luhmann, Niklas (1996), " 'De qué se trata el caso' y 'qué es lo que se esconde detrás': Las dos sociologías y la teoría de la sociedade", *in Introducción a la teoría de sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. México, Universidad Iberoamericana, 251-270.

Luhmann, Niklas (2000), *Art as a social system*. Stanford, Stanford University Press.

Minhoto, Laurindo (2011), "Notas para uma crítica do pós-modernismo jurídico", *in* Emerson Ribeiro Fabiani (orgs.), *Impasses e aporias do direito contemporâneo*. São Paulo, Saraiva, 215-224.

Minhoto, Laurindo (2014), "Nota crítica sobre a teoria dos sistemas, o neoliberalismo e o direito à cidade", *Revista Direito e Práxis*, vol. 5, n.º 2, 462474.

Minhoto, Laurindo e Guilherme Leite Gonçalves (2015), "Nova ideologia alemã? A teoria social envenenada de Niklas Luhmann", *Tempo Social*, vol. 27, n.º 2, 2143.

Minhoto, Laurindo (2017), "Notes on Luhmann, Adorno, and the critique of neoliberalism", *Thesis Eleven*, vol. 143, n.º 1, 56-69.

Schweppenhäuser, Gerhard (2009), *Theodor W. Adorno: an introduction*. Londres, Duke University Press.

Teubner, Gunther (2005), *Direito, sistema e policontexturalidade*. Piracicaba, Unimep.

Varela, Franisco J. e Jean-Pierre Dupuy (1992), "Understanding origins: an introduction", *in Understanding origins: contemporary views on the origin of life*. Boston, Springer Science, 1-25.

XII. NATUREZA, CONFLITOS E INJUSTIÇA AMBIENTAL NA CIDADE

Carlos R. S. Machado[1]

Introdução

Os conflitos urbanos e ambientais serviram de ponto de partida à construção do objeto científico por pesquisadores no extremo sul do Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande, no Programa de Pós-Graduação Ambiental (PPGA), pois entendidos como indicadores da desigual e injusta apropriação da riqueza, das terras e do território, bem como de acesso às políticas públicas por parte daqueles/as que se manifestavam. No centro dos conflitos, portanto, estariam os benefícios e malefícios da transformação da natureza, da apropriação das terras e a indução das políticas da e para a cidade que se produzia e reproduzia no período. Para as reflexões apoiamo-nos em Henri Lefebvre, Karl Marx e autores da ecologia política que inserem em partes de suas obras a natureza/meio ambiente como um terceiro das relações entre capital x trabalho, ou de outra forma, a natureza estando no centro dos conflitos entre capital x trabalho na cidade/sociedade.

Os conflitos indicam a existência de desigualdades ambientais, a qual permite apontar o facto de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos. [Portanto], a noção procura evidenciar que o "planeta" não é compartilhado de forma igual entre todos e que para se construir um mundo

1 O autor realizou pesquisas num pós-doutoramento na cidade do Porto estando vinculado à Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Sociologia, tendo como supervisor o professor João Teixeira Lopes.

efetivamente "comum" seria preciso que as iniquidades fossem devidamente enfrentadas [...] (Coletivo Brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental 2012: 2-3-5)

A cidade e o espaço urbano é o local onde os problemas concretos e os conflitos da imposição da globalização capitalista são geridos de forma a evitar que os cotidianos segregados e contraditoriamente vividos em decorrência do impacto do global sejam geridos e mediados pelos gestores e suas políticas na produção e re-produção do capitalismo atual. A partir desta contradição na cidade do Rio Grande e região (entre 2010-2015) afirmamos que a riqueza é apropriada e desigualmente distribuída, os territórios e as políticas públicas mantêm a desigualdade e a injustiça configurada geradora dos conflitos que, por sua vez, ao acontecerem, evidenciam uma ruptura das narrativas produzida pelas classes dominantes e seus funcionários (Machado e Moraes 2016). Porém, tais relações conflitivas nos permitem também dizer com Bourdieu (1991) que o "real é relacional", ou seja, são as relações entre as classes e grupos sociais, sobre determinados problemas concretos ou impactos negativos vividos por determinada população ou grupo social, que os levam a juntar-se e ir às ruas. Portanto, consideramos os lugares concretos dos atores, seus pontos de vista no conflito e a materialidade relacional incluída na pugna, buscando identificar quem ganha ou quem perde com o problema explicitado pelo conflito (Swyngedouwn 2003: 899-918).

Para o desenvolvimento dos argumentos, na primeira parte, apresento o mapeamento dos conflitos realizados no extremo sul do Brasil;[2] seguem-se alguns estudos realizados no âmbito do grupo de pesquisa, para exemplificar como usamos tais mapeamentos e, após uma reflexão sobre as três naturezas em Marx, apoiaremos os argumentos sobre a necessidade da inclusão da natureza como parte articulada e relacionada com o conflito trabalho-capital (Machado 2018a), assim como o desenvolvimento das reflexões iniciais sobre a cidade. Nas conclusões, procuro resgatar o apresentado, apontando indicações dos caminhos de sustentação teórica das pesquisas sobre a cidade do Rio Grande/Brasil, Porto/Portugal e Santa Clara/Cuba nos próximos anos (2019-2022).

2 Realizei um mapeamento de conflitos similares no Porto, Portugal, no segundo semestre de 2018, estando a tabulá-los e a organizá-los para análise nos próximos meses.

1. Os conflitos ambientais e urbanos como ponto de partida da reflexão

As reflexões que realizamos no extremo sul do Brasil e do Uruguai[3] partiram dos problemas concretos expressos pelos conflitos, indicando que o "real é relacional" (Bourdieu 1991, 2008) e conflitivo (Lefebvre 1973), em que as demandas dos injustiçados nos levaram a identificar quem se beneficiava, causava e lucrava direta ou indiretamente com os problemas ou injustiças que vieram a público. As atividades de mapeamento dos conflitos consistiram em identificar, entre 2010 e 2015, em jornais do Rio Grande do Sul (RGS), estado brasileiro mais ao sul do país, conflitos urbanos e ambientais (mobilizações, passeatas, greves, ocupações, etc.). Os recortes das notícias foram catalogados, organizados e expostos ao público, identificados com dados tais como fonte, local do conflito, tema do conflito, demandantes (quem se estava mobilizando) e demandados (quem era responsabilizado) pela injustiça (Machado 2013; Machado 2015).

Na tabela a seguir mostramos o mapeamento que realizamos dos conflitos na região entre 2011 e 2014:

Tabela: Conflitos mapeados pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Categoria	Publicizações e Conflitos/ Município	Rio Grande	Pelotas	SJN	SLS	SVP	Canguçu	Mostardas	Arroio do Padre	Capão do Leão	Tavares	Total
Luta dos Trabalhadores	Publicização	212	70	-	7	3	-	-	-	-	-	292
	Conflito	60	32	-	1	2	-	-	-	-	-	95
Saúde	Publicização	12	1	-	-	-	-	-	-	-	-	13
	Conflito	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Meio Ambiente	Publicização	17	1	1	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	8	1	1	-	-	-	1	-	-	-	11
Pesca	Publicização	38	2	9	-	1	-	1	-	-	-	51
	Conflito	11	2	4	-	1	-	-	-	-	-	18
Educação	Publicização	11	8	-	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Problemas Urbanos	Publicização	54	9	4	-	-	-	-	-	1	-	68
	Conflito	23	9	3	-	-	-	-	-	1	-	36
Moradia	Publicização	61	8	-	-	-	-	-	-	-	-	69
	Conflito	28	4	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Travessia RG X SJN	Publicização	30	-	1	-	-	-	-	-	-	-	31
	Conflito	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Gestão	Publicização	10	2	2	-	1	-	-	-	1	-	16
	Conflito	7	2	1	-	1	-	-	-	1	-	12
Agricultura	Publicização	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
	Conflito	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Mobilidade Urbana	Publicização	44	10	-	-	-	2	-	2	-	-	58
	Conflito	10	6	-	-	-	2	-	1	-	-	19
Porto	Publicização	4		-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Conflito	4		-	-	-	-	-	-	-	-	4
Trabalho Escravo	Publicização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	Conflito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Mortandade de Animais	Publicização	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	Conflito	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Organizado por Cíntia Lemos. Set. 2015, MPU.

3 Realizei pesquisa sobre as mobilizações contra a mineradora Aratiri, no Uruguai, em 2015, o que gerou reflexões individuais e coletivas (Machado 2015; Machado e Varela 2015).

No tema da luta dos trabalhadores da saúde houve 292 "publicizações" do conflito, sendo o tema saúde a questão central, mas destes apenas 95 foram acontecimentos efetivos. Os demandantes foram comunidades por postos de saúde, enfermeiros em luta por salários e outros por mais recursos aos hospitais; e os demandados foram os hospitais públicos ou privados e/ou poderes públicos municipal, estadual ou federal conforme divisão do poder público brasileiro.

No tema meio ambiente, onze acontecimentos e dezoito publicizações envolvendo ONGs, comunidades, ribeirinhos, de um lado e, do outro, o agronegócio devido à contaminação, falta de ações efetivas por parte do poder público, seja pela contaminação, seja pelos lixos em excesso, etc.

Na educação, tanto quanto os professores estaduais (RS), quanto os municipais (cidade do Rio Grande), as demandas giraram em torno das condições de trabalho, salários, reposição de perdas com a inflação ou de ataques a direitos, visando os governos estaduais e/ou municipais da e na região reduzir custos com tais profissionais e setor educacional. Também houve lutas em creches e escolas infantis, nas quais os demandantes foram comunidades das vilas e bairros das cidades do Rio Grande.

Sobre os problemas urbanos entre os motivos de mobilizações são de salientar a mobilidade urbana, o excesso de lixo, a contaminação urbana, a falta de habitação, a falta de passarelas em autoestradas ou mecanismos de redução dos engarrafamentos em determinados horários do dia. Como demandantes estiveram populações pobres ou comunidades, mas na questão da mobilidade também empresários e suas organizações e a classe média, sendo o governo municipal da cidade do Rio Grande ou órgãos de gestão das estradas os demandados nestas reivindicações.

A contaminação das águas e lagoas e o trabalho escravo envolveram a agricultura do agronegócio (arroz, soja e pinus) da região do Taim e de São José do Norte como os demandados, tendo as ONGs, os sindicatos de trabalhadores e o Ministério Público Federal ou Estadual e outras entidades de defesa dos direitos como demandantes.

Ademais, a travessia de barca de Rio Grande x São José do Norte envolveu problemas (demandas) sobre as condições dos barcos, atrasos, dentre outras questões, exigindo intervenção dos governos municipais e das empresas envolvidas, bem como da Marinha e órgãos estaduais responsáveis pela qualidade e fiscalização deste concessionário do serviço público.

2. Pesquisas e reflexões que partem dos mapeamentos dos conflitos e problemas

A partir dos mapeamentos dos conflitos, assim como dos problemas ambientais, realizamos pesquisas que abaixo exemplifico para dar conta do afirmado sobre a inclusão da natureza, identificando como a educação ambiental era utilizada pelos empresários e governos para justificar seus projetos de desenvolvimento.

Caio Floriano dos Santos (2016), em sua tese, objetivou "identificar e analisar a Educação Ambiental (EA) desenvolvida pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG/PRG)" em relação aos projetos de expansão portuária e industrial, junto às comunidades em áreas/territórios do seu entorno na cidade de Rio Grande, RS-Brasil (entre 2005-2014). Estudou o licenciamento, o Programa de Educação Ambiental, as políticas e os discursos dos gestores do porto em conflito com as remoções de comunidades da área, visando o desenvolvimento econômico e o benefício a empresas que escoam a produção agrícola do RGS, tendo no tema da sustentabilidade seu mote discursivo. Concluiu que a EA é utilizada para o diálogo com a comunidade e agentes públicos e privados para evitar problemas ou conflitos ao bom funcionamento (e os lucros) das empresas portuárias, para propaganda ou apologia das mesmas. O porto é gerido para beneficiar interesses empresariais no espaço portuário, sendo a natureza e as comunidades apenas detalhes neste fazer político que alega como suas finalidades o desenvolvimento e no crescimento econômico.

Cleiton Freitas Oliveira (2016) investigou a injustiça ambiental e educacional devido à duplicação da autoestrada, a BR-392, que liga a metade sul do estado ao porto de Rio Grande, ao destruir uma escola, matar pessoas, animais, etc. A educação ambiental foi utilizada durante esse período (2007-2015) como compensação ambiental, visando conscientização aos prejudicados em proteger o meio ambiente em flagrante contradição ao que as empresas responsáveis pela duplicação (e que eram as que financiaram a educação ambiental) causavam junto às populações removidas, ou prejudicadas pela mesma. No estudo do conflito, o investigador identificou a produção mediática junto às comunidades (para a qual a educação ambiental foi utilizada), livros, seminários e materiais publicitários das empresas envolvidas e contratadas para construir a "boa" imagem do negócio como produção simbólica dos grupos hegemônicos, às quais foram contrapostas ações das comunidades impactadas negativamente, perante os argumentos das empresas e seus consultores.

Vinicius Puccinelli (2016) investigou o caso dos conflitos e tensões que envolvem a Estação Ecológica do Taim (Esec Taim 1986), localizada no extremo sul do Brasil entre as cidades do Rio Grande e Santa Vitória do Palmar (RS). Seu objetivo foi sinalizar o discurso acadêmico, dos gestores da área de proteção, do agronegócio e dos

moradores impactados pelo veneno destes últimos, bem como observar a maneira pela qual a educação ambiental era desenvolvida nesta região. O pesquisador viveu junto dos moradores, de modo a perceber seus problemas vividos cotidianamente na área contaminada, identificando a culpabilização dos/pelos próprios moradores locais quanto aos problemas da preservação, do investimento na participação (controlada) das populações, visando a mediação dos conflitos, a desconsideração da desigualdade e injustiça ambiental da região e em que a Educação Ambiental visaria a "mudanças de valores culturais" dos atingidos, dos injustiçados.

João Paulo Laranjo Velho (2018) estudou como a BUNGE, uma mega empresa do agronegócio na região que difunde a sustentabilidade e atividades de educação ambiental como aspectos de sua retórica discursiva junto da sociedade e seus "investidores". Ao destrinçar documentos, *sites*, materiais de propaganda produzidos pela empresa em confronto com a materialidade do agronegócio, bem como de ações públicas ou populares contra a empresa, foi evidenciada uma contradição entre estes dois âmbitos. O foco da pesquisa foi problematizar o conteúdo do discurso ambiental (da educação ambiental e da sustentabilidade) em sua relação ao foco da empresa: o lucro; e, a partir daí, conclui que tal retórica ambiental é parte integrante da estratégia de *marketing*, mas também a de conscientizar, proteger a natureza, separar lixo, plantar árvores, focalizando-se no indivíduo, nas mudanças de hábitos e comportamentos, onde as atividades ou impactos negativos causados pela empresa ou associados não são referidos. Assim, como empresa global, a BUNGE professa uma retórica "ambientalmente correta" que visa esverdear seu objetivo e finalidade como empresa capitalista (Velho e Machado 2018; Velho 2018).

Wagner Passos (2018), em sua tese, mostrou as contradições do discurso da Petrobrás e da Vale do Rio Doce que em seus *sites* e documentos oficiais pregam uma educação ambiental e uma sustentabilidade que não se efetiva, ou melhor, contradizem-se com suas práticas efetivas. Ambas as empresas financiam atividades sustentáveis junto das comunidades, financiam o resgate da história de cidades, professam a proteção e o cuidado com animais silvestres, apoiam pesquisadores e investigadores, criam centros de pesquisa, fundações, etc. No entanto, as catástrofes causadas pelas empresas, por exemplo, em Mariana, e agora na região da cidade de Brumadinho, desmentem a empresa. Wagner Passos mostrou também que a educação ambiental (no programa de pós-graduação a que estamos vinculados) é influenciada pela retórica da sustentabilidade e da educação ambiental pregada por estas empresas. Assim, o autor evidenciou uma panóplia de recursos diversos e ações mediáticas e de *marketing,* por parte das empresas, na produção da retórica ambiental, da sustentabilidade e de uma educação ambiental tradicional que influencia toda a sociedade (Passos e Machado 2018; Passos 2018).

Portanto, destas pesquisas diríamos que é a natureza apropriada enquanto território, ou águas ou o ar contaminado pelas empresas no porto de Rio Grande, ou pela exploração da natureza pelo agronegócio no Taim; ou que tem seus produtos exportados pela autoestrada (BR) que destruiu uma escola ou contamina as águas da Lagoa Miriam, onde pescadores artesanais retiram seu meio de vida, esta exemplificaria o terceiro elemento da relação conflitiva entre o capital e o trabalho. É a natureza revirada, furada, contaminada e explorada que a Petrobrás e a Vale, que se dedicam a extrair petróleo para abastecer mais e mais carros individuais num mundo e cidades infestadas pelos mesmos, mas também que roubam minérios, poluem, contaminam e matam sem fim em cidades para beneficiarem bancos, fundos de pensões e especuladores de toda espécie.[4]

3. Marx, os conflitos e as três naturezas

No decorrer de nossas pesquisas, assim como do estudo da obra de Marx, numa disciplina na pós-graduação da educação ambiental desde 2007, e de Henri Lefebvre (1973; 2013 [1974]) décadas antes, começamos a pensar em como inserir ou identificar a natureza ou o meio ambiente como parte da relação conflitiva entre os trabalhadores e os capitalistas (trabalho, capital e natureza) (Machado 2018b). Desse estudo concluímos serem os resultados da transformação da natureza, ou da sua apropriação, o centro das relações entre os diferentes atores/grupos sociais em conflito.

A dimensão ambiental, ou a natureza, não teve ainda, por parte dos acadêmicos críticos no campo do marxismo, a importância que deveria ter, mas ecologistas, ambientalistas, historiadores ambientais já vêem há décadas incluindo o tema natureza ou meio ambiente em suas reflexões (Brigos *et. al* 2012; Machado 2018a; Löwy 2006, 2012). Das pesquisas e estudos sobre Marx venho defendendo a existência de três naturezas na obra de Karl Marx: a natureza física, a terra da/na qual as demais emergiram; a natureza humana que, ao agir enquanto individualidade e coletividade, a transformam, produzindo uma terceira natureza como subjetividade, o conhecimento, as explicações das relações sociais em sociedade e em sua relação com a(s) natureza(s) – os concebidos conforme Henri Lefebvre" (Machado 2018b). Assim, as naturezas se relacionariam e se desenvolveriam ao longo da história num

4 A revista *Exame* (Editora Abril 20/03/2019) destaca *Os sete pecados capitais da VALE:* "A VALE manteve a distribuição de dividendos mesmo em anos de prejuízo e vem cortando investimento em manutenção" (p.19); "O conselho de administração da VALE, formado por uma maioria de profissionais do setor financeiro, está sendo questionado" (p.21), como exemplo: BTG-Pactual, PREVI, Bradesco, Bradespar, IBGC, etc.; "excesso de curto-prazismo" (p.23).

processo de co-evolução, possuindo como conteúdo a relação da sociedade (onde a luta de classes decorreria da disputa pela riqueza produzida pela transformação da natureza pelo trabalho, da sua apropriação e uso pelas classes dominantes) com o ambiente físico e as explicações destas relações.

Destaco dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 a ideia de que o processo de "transformar a natureza" no capitalismo é também um processo de produção da separação dele (homem), enquanto ser da natureza, a uma natureza exterior a ele mesmo, e de que, em decorrência, ao se desenvolverem, aprofunda-se a ideia e a prática da separação (a partir de Marx *apud* Antunes 2004: 5-7). A desvinculação prática e sensível do trabalhador (dos humanos) com os meios, condições e resultados de tais processos produtivos, e também da própria explicação/produção do conhecimento da/na modernidade, surge como produto relacional e como concepção hegemônica, diria. Disse Marx, "o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele"; "quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre"; de que "a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ele é um meio de vida imediato, quanto o objeto/matéria é o instrumento de sua atividade vital"; "a natureza está interconectada consigo mesmo, pois o homem é uma parte da natureza" (Marx *apud* Antunes 2004 : 182-183).

No *Manifesto Comunista,* Marx e Engels (1997 [1848]: 10-11) dizem que a burguesia tinha feito as revoluções dos séculos XVII e XVIII, centralizando e potencializando os meios de produção e de propriedade, aglomerando as populações, recursos e meios em suas poucas mãos, nos aspectos econômicos e políticos, e que neste processo subjugou as "forças da Natureza à maquinaria, exercendo uma aplicação da química à indústria e à lavoura, à navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos eléctricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras feitas saltar do chão". O desenvolvimento das forças produtivas teve no saber, como na ciência, seu meio de potencializar o sistema capitalista, evidenciando o potencial do saber e da ciência na sociedade, enquanto recurso do humano contra a obscuridade religiosa do catolicismo na dade Média europeia e das melhorias em materiais, na saúde, nas cidades, enquanto valores de uso produzidos pelos humanos.

No *O Capital, crítica da economia política* (1986 [1867]: 139-159) destaco *O processo de trabalho*, quando Marx afirma que o "trabalho é antes de tudo um processo entre a natureza e o homem", no qual este "realiza, regula e controla" mediante sua ação "o intercâmbio de matérias com a natureza" (1986 [1867]: 139), contexto em

que o homem enfrentaria com sua corporeidade, seus braços e pernas, a vida, outro poder natural, no caso, a natureza externa, transformando-a. Entretanto, o humano atua "sobre la naturaleza exterior a él y la transforma, transforma su propia naturaleza, desarrollando las potencias que dormitan en él y sometiendo el juego de sus fuerzas a su propia disciplina" (Marx 1986 [1867]: 139). No entanto, na A *Jornada de Trabalho* Marx (1986 [1867]: 220-222) nos diz que se

> nos detenermos a analizar de cerca y en detalle este proceso, vemos ante todo que el obrero, reducido a ejecutar de por vida la misma sencilla operación, acaba por ver convertido todo su organismo en órgano automático y limitado de esa operación, lo cual hace que necesite, para ejecutarla... [...] (Marx 1986 [1867]: 278 e 294).

Isso porque diz que a "repetición constante de las mismas operaciones concretas y la concentración de la mente en ellas enseñan, según demuestra la experiencia, a conseguir el efecto útil perseguido con el mínimo desgaste de fuerzas" (*ibidem* 1986 [1867]: 295). Na parte intitulada *Maquinaria e grande industria* (Marx 1986 [1867]: 452-455), ao discutir a mecânica aplicada (portanto, da ciência aplicada) à agricultura e sua expansão, afirma que

> la ruptura del primitivo vínculo familiar entre la agricultura y la manufactura" se, por um lado, potencializou o próprio sistema capitalista; por outro "perturba el metabolismo entre el hombre y la tierra", ou seja, perturba "el retorno a la tierra de los elementos de ésta consumidos por el hombre en forma de alimento y de vestido, que constituye la condición natural eterna sobre que descansa la fecundidad permanente del suelo (Marx 1986 [1867]: 454).

Isso porque o processo de produção capitalista não "es solamente un progreso en el arte de *esquilmar al obrero*, sino también en el arte de *esquilmar la tierra*" (Marx 1986 [1867]), na produção de valores de uso (mercadorías), de inutilidades e necessidades criadas pelos capitalistas. Desse modo, "la producción capitalista solo sabe desarrollar la técnica y la combinación del proceso social de producción socavando al mismo tiempo las dos fuentes originales de toda riqueza: *la tierra y el hombre*" (Marx 1986 [1867]: 454-455).

Na *Crítica do Programa de Gotha* Marx (1975 [1875]: 10), ao criticar a proposta do projeto de programa que ser "o trabalho [...] a fonte de toda a riqueza", Marx destaca que "só enquanto o homem se coloca, desde o início, como proprietário em relação à natureza, a fonte primeira de todos os meios e objetos de trabalho", e a trata como se ela (a natureza) lhe pertencesse, é que afirmaria ser o trabalho a fonte de toda a riqueza. Os burgueses têm razão, diz Marx,

> para atribuir ao trabalho esse poder sobrenatural de criação: precisamente pelo fato de o trabalho estar na dependência da natureza se conclui que o homem que possuir apenas a força de trabalho será forçosamente, em qualquer estado [situação] social e de civilização, escravo de outros homens que se tornaram proprietários das condições objetivas do trabalho (Marx 1975 [1875]: 10).

Por fim, nas anotações intituladas *Formula Trinitária* (Marx 1986 [1867]), destacam-se três elementos envolvidos no processo produtivo: "Capital-ganancia (beneficio del empresario más interés); tierra-renta del suelo; trabajo-salario: he aquí la formula trinitaria que engloba todos los secretos del proceso social de producción" (Marx 1986 [1867]: 754), ou seja, capital, trabalho e natureza inter-relacionados dialeticamente para além da dualidade dos primeiros termos e suas realidades. Isso se deve ao facto de que, "el capital no es una cosa material, sino una determinada relación social [...]" que "toma cuerpo en una cosa material y le infunde un carácter social especifico", nos meios, produtos, condições e força de trabalho (Marx 1986 [1867]: 754); e "la tierra, la naturaleza inorgánica como tal, […] en toda su rudimentaria y selvática primitividad. […] La fertilidad absoluta de la tierra quiere decir, sencillamente, que una cantidad de trabajo arroja un determinado producto, condicionado por la fertilidad natural del suelo" (Marx 1986 [1867]: 755). Desse modo, o trabalho é o "tercer término de la combinación tripartita", o qual "es una abstracción y que, considerado por sí, no existe en si […]" mas em sua relação com um objeto (da natureza) que o humano transforma e produz bens, coisas úteis, riquezas que os capitalistas transformaram em mercadoria (valor de troca). Contudo, Marx não desenvolveu estas reflexões relacionadas à inclusão da natureza nesta "trialética", predominando o binário da relação entre capital x trabalho (Coronil 2005).

4. A cidade: introdução[5]

Iniciei os meus estudos e pesquisas sobre os temas das políticas da e na cidade analisando a qualidade da educação na cidade de Porto Alegre (Machado 1999), aprofundando-a posteriormente no doutorado (Machado 2005; 2018) quando pesquisei o governo do PT (Partido dos Trabalhadores), que governou a cidade de 1988 até 2004. Nos últimos anos tenho também prestado atenção aos conflitos urbanos

5 Esta parte foi composta com partes do projeto de pesquisa: *A injustiça ambiental na cidade do Porto/Portugal: Mapeando conflitos, a produção acadêmica e estatísticas socioeconômicas,* realizado pelo autor no segundo semestre de 2018 na cidade do Porto no quadro do pósdoutoramento.

e ambientais. Destes estudos identifiquei limites e contradições desta gestão, destacando-se a gradual adaptação à institucionalidade em detrimento da ênfase na indução à auto-organização dos trabalhadores e das comunidades, pendendo para o enfoque em melhorias pontuais para a governabilidade local, como parte da estratégia cada vez mais focada nas próximas eleições.

Conclui que a cidade é de importância estratégica (Löwy 2006) para os capitalistas, e diríamos, no caso de Porto Alegre, pelo exemplo de "outras" possibilidades de gestão pela esquerda; e depois, com os estudos em Rio Grande, devido à sua importância econômica e portuária, de sua ligação marítima no escoamento da produção industrial e agrícola. Por outro lado, sendo uma cidade configurada historicamente com desigualdade social e ambiental devido à apropriação desigual da riqueza entre as classes e grupos sociais, pela apropriação e uso das terras, as políticas públicas tendem a manter tal configuração em sua história e na atualidade (Machado 2018).

Portanto, partindo dos estudos realizados diria que pesquisar as possibilidades de "outra cidade" implicaria ainda considerar que a "nova ordem local", decorrente da ordem mundial instaurada no dia seguinte "à queda do comunismo", tem como objetivo central "jugular no terreno' as desordens sociais engendradas por esta ordem longínqua" (Garnier 2006). E, a partir daqui, ao nos apoiarmos na obra de Lefebvre, deveria considerar o seu programa de "cambiar la ciudad para cambiar el mundo"; que a "revolución del espacio urbano y de la vida cotidiana" deve contrapor-se à "colonização da vida cotidiana por parte do capital e do Estado" por via da "sociedade burocrática de consumo controlado", já que o cotidiano é "o terreno da luta" (Goonewardena 2012: 3 e 9).

Ana Fani Carlos *et al.* (2017: 9) argumentam que "a reprodução do espaço urbano aprofunda a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada, como o desencontro entre o sujeito e a obra, atualizando a alienação do mundo moderno". Daí a defesa da tese de que "a produção do espaço, especificamente o urbano, é fundamental para a acumulação do capital como possibilidade renovada de realização da reprodução social" e, como "processo de acumulação, encontra seus limites gerando imensos conflitos" (Carlos, Alves, Padua 2017: 10). No núcleo se situa uma questão central:

> No mundo moderno, [...] o ato de separação entre obra (espaço) e produtor (sociedade) incide, justamente, na regulação e no impedimento do uso, no recuo da apropriação (e da cidadania) que, por sua vez, produz uma representação que reforça a 'naturalização' da expropriação (Carlos *et al*. 2017: 10).

Assim, "os capitalistas lançaram-se sobre o espaço, ocupando-o e transformando-o em um objeto estratégico" (Carlos, Alves e Padua 2017: 10), fazendo da cidade um negócio, como mercadoria, onde o "conflito configura-se como luta pela cidade", contra a "mercadorização do mundo nunca antes vista" e as desigualdades (Carlos, Alves e Padua 2017: 10-11). Em contraposição, dizem estes autores ser necessário

> pensar a relação homem/natureza como fundamento do processo constitutivo do espaço – processo que se realiza numa dialética entre objetividade e subjetividade. Uma objetividade que pode ser traduzida na prática socioespacial (real) em seu processo conflituoso, e uma subjetividade que se revela na consciência desta produção. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial (Carlos, Alves e Padua 2017: 292).

Todavia, com a nova ordem global e suas desordens locais, expressa nos conflitos, na contaminação, na destruição e exploração da natureza (humana e natural) sem fim, para jugular no terreno as controvérsias o Estado fica cada vez mais incitado a "manter a ordem nas cidades" (Machado 2009: 29; Grahan 2017), portanto, mais polícia e menos política (Rancieré 2015). Para Henri Acselrad isso é a "agenda da sustentabilidade urbana: vigiar e unir" (Acselrad 2009: 19). Tal seria o mantra da perspectiva hegemônica, com a finalidade de sustentar, dar durabilidade, produzir e re-produzir (Lefebvre) as "condições materiais de reprodução social" (Acselrad 2009: 20) da cidade e do sistema social e político-econômico mais amplo, chamado capitalismo. Nestas cidades o meio ambiente

> é evocado para soldar as forças sociais da cidade. O discurso ambiental também serve para isto; não exclusivamente, mas é, também, apropriado por este viés – o de que o "ambiente" é uno, diz respeito a todos, é supraclassista e justifica devermos dar as mãos, fazer uma só e inelutável política para protegê-lo. No entanto, mesmo em nome dos interesses de todos, é a política de algum grupo que será feita (Acselrad 2009: 25).

No plano simbólico a cidade sustentável é a cidade do "pensamento único", no plano prático é também a "cidade do ambiente único: o ambiente dos negócios" (Acselrad 2009: 27). Enfim, "a problemática do ambiente nas cidades" […] relaciona-se explicitamente com o padrão de distribuição das amenidades e males ambientais", de maneira que a questão fundamental da política seria "determinar quem ganha e quem perde nos processos de mudanças socioecológicas" (Swyngedouwn 2003: 899-918 *apud* Acselrad 2009: 30).

Considerações finais

Na primeira parte apresentamos os conflitos urbanos e ambientais, explicitando como os usamos como ponto de partida para a reflexão acadêmica e ações cidadãs junto dos injustiçados, na denúncia e publicação destas injustiças no espaço da cidade do Rio Grande local, da Universidade à qual estou vinculado. Trata-se de estudar e problematizar os conflitos e sua relação com as injustiças e as desigualdades ambientais e o modo como a educação ambiental é utilizada por empresas, governos e educadores para manter, sustentar e reproduzir o sistema iníquo em que vivemos, explorando pessoas e destruindo a natureza, tudo em proveito do lucro e do poder.

Os conflitos evidenciam, então, uma ruptura da hegemonia – da harmonia, da normalidade, da sustentabilidade do sistema no momento em que acontece – pois a perspectiva e os discursos dos dominantes, ou de seus funcionários, apoiam-se numa lógica sem "resíduo", sem contradição, já que como abstrações concretas (concebidas) desde um conteúdo – que é a sociedade capitalista e, portanto da ordem, do sistema dominante – não pode em seu interior expressar o contraditório, tem que se afirmar como verdade, como único, e para o qual se impõe a produção do consenso (e a educação ambiental tem aí um papel fundamental), ou a coerção, eliminando lideranças e criminalizando os movimentos sociais e ambientais. Depois, apresentamos algumas pesquisas realizadas no âmbito do Observatório dos Conflitos e no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, exemplificando tais afirmações a partir de casos concretos de estudos com injustiçados e impactados negativamente pela transformação, apropriação ou destruição e contaminação da natureza.

Resgatei Marx para afirmar indícios de que a natureza aparece em suas obras e da necessidade de incluí-la nos tempos atuais como terceiro fator nas relações conflitivas entre o capital e o trabalho, pois é da transformação da natureza que se produzem bens, coisas, matérias-primas, etc. E que são apropriados e usados desigualmente entre os envolvidos nos processos produtivos (capitalistas e trabalhadores/as).

Finalmente, apresentei uma breve reflexão sobre a cidade, buscando avançar em aspectos preparatórios de pesquisas futuras sobre este tema: a cidade, sua utopia e a desigualdade/segregação, tendo como ponto de partida os problemas e conflitos ambientais e urbanos. Ou seja, de como no espaço urbano a ordem longínqua busca impor-se sobre o cotidiano por via de políticas e ações de gestores públicos, empresários e seus funcionários neste espaço chamado cidade como mediadora do global com o vivido. Portanto, sendo as relações entre as classes e grupos sociais na sociedade/cidade articuladas com a natureza física que é transformada criando riqueza e bens apropriados desigualmente em cada local e espaço, como argumentaram

Ana Fani Carlos e seus colaboradores, o direito à cidade, conforme Henri Lefebvre, implicaria ponderar também a existência de conflitos entre utopias de cidade por parte dos atores em pugna sem descurar o papel desta na acumulação capitalista.

Referências bibliográficas

Acselrad, Henri (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.

Acselrad, Henri (orgs.) (2009), *A duração das cidades: sustentabildiade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro, Garamond.

Carlos, Ana Fani, Glória Alves, e Rafael Faleiros de Padua (2017), *Justiça espacial e o direito à cidade.* São Paulo, Contexto.

Antunes, Ricardo (orgs.) (2004), A *Dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo, Expressão Popular.

Bourdieu, Pierre (2008), "La práctica de la sociología reflexiva", *in* Pierre Bourdieu y Löic Wacquant, *Una invitación a la sociología reflexiva.* Buenos Aires, Siglo XXI editores, 2ª ed.

Bourdieu, Pierre (1991), *O poder Simbólico*. Lisboa, Bertrand.

Brigos, Jesús Pastor Garcia, Rafael Alhama Belamaric, Roberto Jesus Lima Ferrer e Daniel Rafuls Pineda (2012), *Cuba: propiedad y construcción socialista*. Havana, Ciencias.

Coletivo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2012), *Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?*, e-cadernosCES 17, 164-183.

Coronil, Fernando (2005), "Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo", *in* Edgardo Lander (orgs.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 105-132.

Oliveira, Cleiton Luiz Freitas de (2016), *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS).* Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande/RS/Brasil.

Garnier, Jean-Pierre (2006), "Rebelião nas periferias: o 'caso francês'". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* vol.8, n.º 2.

Goonewardena, Kanishka (septiembre 2011/febrero de 2012), "Henri Lefefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la Ciudad y el Estado", URBAN, *Revista del Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio*, Madrid.

Grahan, Sthepen (2017), *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo.

Löwy, Michael (2012), *Ecosocialismo – La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista.* Madrid, Ensaio/Biblioteca Nueva.

Löwy, Michael (2008), "A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes", *Margem Esquerda – Ensaios Marxistas*, n.º 8.

Lefebvre, Henri (2013 [1974]), *La producción del espacio.* Madrid, Capitán Swing.

Lefebvre, Henri (1973), *A re-produção das relações de produção.* Porto, Escorpião.

Machado, Carlos R. S. (1999), *As vicissitudes da construção da qualidade do ensino na política pública de educação no município de Porto Alegre, de 1989 a 1996*. Porto Alegre, UFRGS/FACED.

Machado, Carlos R. S. (2005), *Estado, política e gestão na/da educação em Porto Alegre (1989-2004): avanços e limites na produção da democracia sem fim*. Porto Alegre, UFRGS/FACED.

Machado, Carlos R. S. (2013), C*onflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios*. Porto Alegre, Evangraf.

Machado, Carlos R. S. (2018), *Estado, política e gestão na/da educação em Porto Alegre (1989-2004): avanços e limites na produção da democracia sem fim.* Curitiba, Editora CRV.

Machado, Carlos R. S. (2018a), *Natureza, conflitos e injustiça ambiental: desenvolvimento, sustentabilidade e educação ambiental na produção da hegemonia capitalista no extremo sul do Brasil e Uruguai*, CNPq, 2014-2017.

Machado, Carlos R. S. (2018b), "Karl Marx e as três naturezas: relações e conflitos", *in* Edgardo Romero Fernández (orgs.), *Bicentenario de Carlos Marx: debates y legado.* Santa Clara/Cuba, Editorial Feijóo.

Machado, Carlos R. S. (2018c), "Las implicaciones de los conflictos socioambientales para las ciencias sociales", *in* Aloisio Ruscheinsky, Cleide Calgaro e Thadeu Weber (orgs.), *Ética, direito socioambiental e democracia.* Caxias do Sul, Educs.

Machado, Carlos R. S. e Bruno Moraes (2016), "Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: contribuições à sociologia e à educação ambiental a partir de Henri Lefebvre", *Norus*, [acedido a 29 outubro de 2017], disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS /article/view/9246>

Machado, Carlos R. S., Caio Floriano Santos e Marcela de Avellar Mascarello (org.) (2015), *Conflitos Ambientais e urbanos – casos do extremo sul do Brasil*. Porto Alegre, Evangraf.

Machado, Carlos R. S. e João Paulo Laranjo Velho (2018), "Educação ambiental, sustentabilidade e justiça ambiental: reflexões sobre a injustiça do agronegócio no extremo sul do Brasil", *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S.l.], v. 35, n.º 3, p. 23-45, dez. ISSN 1517-1256, [acedido a 09 de abril de 2019], disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7875>..

Marx, Karl (2004 [1844]), "Manuscritos econômico-filosóficos", *in* Ricardo Antunes (org), *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels.* São Paulo, Expressão Popular.

Marx, Karl (2018 [1867]), *O capital: o processo de trabalho e a produção da maisvalia,* Volume I, capítulo VII, [acedido a 31 outubro de 2018], disponível em www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1 /vol1cap07. htm

Marx, Karl (1986 [1867]), "División del trabajo y manufactura", Tomo I, Capítulo XII, *in El capital.* Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 292323.

Marx, Karl (1986 [1867]), "El proceso de trabajo", Tomo I, Capítulo V, in *El capital.* Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 139-159.

Marx, Karl (1986 [1867]), "La fórmula trinitária", capítulo XLVIII, tomo III, *in El capital. Crítica de la economía política.* México/Buenos Aires, Fundo de Cultura Económica.

Marx, Karl (1986 [1867]), "La jornada de trabajo", Tomo I, Capítulo VIII, *El capital.* Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 220-222

Marx, Karl (1986 [1867]), "Maquinaria y gran industria", Tomo I, Capítulo XIII, *El Capital.* Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 452-455.

Marx, Karl (1975 [1875], *Crítica do Programa de Gotha*. Coimbra, Centelha.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1997 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Edições Avante, 3ª ed.

Oliveira, Cleiton Luiz Freitas de (2016), *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS).* Dissertação de mestrado em Educação Ambiental – do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande/RS/Brasil.

Passos, Wagner Valente dos (2018), *Revolução estética e a educação ambiental: uma proposta de oposição ao fetichismo, a alienação e a ideologia capitalista*. Tese de Doutorado em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande/RS/Brasil.

Passos, Wagner e Carlos R. S. Machado (2018), "A estética neoliberal da nova razão do mundo capitalista: educando o indivíduo competitivo/La estética neoliberal de la nueva razón del mundo capitalista: educando al individuo competitivo", *Revista Espaço do Currículo*, vol.11, n.º 3 (set./dez), 453-469.

Puccinelli, Vinícius Ramos (2016), *Educação ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da vila da Capilha*. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande/RS/Brasil.

Ranciere, Jacques (2015), "O tempo da emancipação já passou?", *in* Rodrigo Silva e Leonor Nazaré (orgs.), *A república por vir: arte, política e pensamento para o século XXI*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed.

Santos, Caio Floriano dos (2016), *O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território"* [Tese de Doutoramento]. PPGEA/FURG, Rio Grande.

Swyngedouw, Erik e Nicolas Heynen (2003), "Urban political ecology, justice and the policies of scale. Antipode", v. 35, n.º 5, 899-918, *in* Henri Acselrad (orgs.) (2009), *A duração das cidades: sustentabildiade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro, Garamond.

Velho, João Paulo Laranjo (2018), *A educação ambiental na sustentabilidade do agronegócio: o caso da Bunge no extremo sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande/RS/Brasil.

XIII. FEMINISMOS E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Graça Rojão

Introdução

As iniciativas locais alternativas integram de modos diversos as propostas de emancipação social dos movimentos feministas e decrescentistas que visam a alteração das relações de género e a criação de sociedades mais justas e sustentáveis.

Pretendemos reflectir sobre o contributo dos movimentos feministas na denúncia das relações estruturais de desigualdade de poder entre homens e mulheres a partir do modo como estes contribuíram para ampliar a reflexão e a redefinição de três conceitos pertinentes para a análise das iniciativas locais alternativas: economia, trabalho e reprodução social. Esta redefinição tem em conta a inclusão da esfera não-mercantil e do trabalho não-pago e problematiza a cisão entre produção e reprodução social. Analisamos também a relação entre o patriarcado e o capitalismo e o modo como mutuamente se reforçam, na medida em que a posição subordinada das mulheres facilita a transferência para elas da maior fatia do trabalho doméstico e do cuidado, portanto do trabalho não-pago. Simultaneamente, a manutenção de remunerações médias mais baixas no trabalho pago, bem patentes em Portugal, perpetua a persistência da desigualdade salarial e dos diferentes usos do tempo por homens e mulheres. No capítulo sobre sustentabilidade da vida analisamos algumas das reflexões que, a partir do conflito entre capital e trabalho proposto pelo marxismo, propõem o reconhecimento da existência de um conflito generalizado entre o capitalismo e a vida humana e não-humana. Em seguida, deter-nos-emos nas propostas do movimento do decrescimento enquanto matriz de alternativas, que faz uma crítica ao crescimento económico, à definição de bem-estar associada ao consumo e ao crescimento infinito num planeta finito. Por último, procuramos discutir o modo como as iniciativas locais alternativas que se inscrevem nos territórios e experimentam criativamente outras formas de

organização da vida constituem campos de experimentação social e permitem não só concretizar e enraizar estes movimentos, como cruzar a utopia com a prática.

1. Feminismos: entre a fragmentação e a cosmopolitização da agenda

Como movimento social e político amplo e diverso, o feminismo surge da tomada de consciência das mulheres, enquanto colectivo, da dominação de que têm sido alvo no contexto do patriarcado (Piris 2015). A desigualdade mais transversal de todas, que perpassa classe social, etnia, idade, entre muitos outros fatores de discriminação, é a desigualdade estrutural de poder das mulheres, ainda que, como destaca Lucas dos Santos (2017), precisemos de uma análise e de um olhar situados para que possamos obter um entendimento menos redutor da vida das mulheres num dado contexto, capaz de ler as relações de força subjacentes aos papéis de género. A perspectiva interseccional, como defende Kimberlé Crenshaw (1990), permite desnaturalizar hierarquias, identificar as posições relativas que as diferentes mulheres ocupam em cada contexto e o modo como vários mecanismos de discriminação, classe social, raça ou etnia, sexualidade, entre outros, se cruzam com o género.

Os feminismos são heterogéneos. As suas correntes têm diferentes motivações e são atravessadas por múltiplos interesses, como os relativos à classe social. Se as lutas feministas liberais não colocam em causa a sociedade de classes e destacam questões como a divisão sexual do trabalho, as feministas de ruptura colocam no centro do debate a sustentabilidade da vida e o seu conflito com o capitalismo (Guerrero 2018).

Embora reconhecendo que os feminismos são diversos e que é importante rejeitar qualquer ideia uniforme e hegemónica do que é ser mulher, várias autoras postulam a existência de um sujeito feminista a nível global, que deve procurar o fortalecimento da sororidade e o estabelecimento de pactos intrafeministas, de forma a enfrentar um sistema de dominação comum, em diferentes contextos e realidades (Piris 2015). Luciana Ballestrin, por outro lado, alerta para as tensões e antagonismos entre feminismos subalternos e um feminismo dito global, pois "a construção de feminismos outros só é possível quando eles se subalternizam em relação ao próprio feminismo moderno. Como consequência, evidencia-se a tensão entre o limite da fragmentação de diferenças irreconciliáveis e a necessária cosmopolitização da agenda feminista" (Ballestrin 2017: 1035).

2. Economia, trabalho e (re)produção

Um dos principais contributos do feminismo para pensarmos as iniciativas locais alternativas resulta, em nosso entender, da forma como este permite problematizar e ampliar os conceitos de economia, de trabalho e de reprodução social, contrariando a visão restrita ancorada no discurso hegemónico (Prieto & Serrano 2015). Tal problematização permite ver a economia de modo mais lato, ou seja, como campo de provisão que inclui a esfera não mercantil e permite evidenciar o facto de as necessidades humanas não conseguirem encontrar resposta unicamente no âmbito dos mercados (L. dos Santos 2017). Este alargamento conceptual vem desocultar "outras economias" (Gibson-Graham 2008) onde o papel das mulheres é frequentemente muito significativo, como são exemplo a produção para autoconsumo, o trabalho doméstico e do cuidado. Um segundo contributo advindo das correntes feministas, de grande relevância quando analisamos as iniciativas locais, resulta do questionamento do conceito de trabalho. Este tem vindo a sofrer uma contração sucessiva, cingindo-se cada vez mais à dimensão mercantil, isto é, ao trabalho-mercadoria, cujo valor pode ser quantificado e expresso pelo salário (Coelho 2011). A distinção entre trabalho assalariado e trabalho em geral adquire especial pertinência na reflexão sobre a sua desmercadorização, ou seja, sobre a sua devolução ao campo das finalidades, que se justificam pelo que realizam (Barata 2018). A mercadorização do trabalho e a desvalorização do trabalho não pago, como aquele que é realizado na esfera doméstica, ignoram o respectivo contributo para a criação de bem-estar social (Orozco 2014). Em terceiro lugar, a problematização da distinção entre produção e reprodução feita pelo feminismo evidencia a forma como o capitalismo desloca os custos de reprodução social para a esfera doméstica. As economias feministas têm vindo a afirmar a importância dos cuidados para as condições de vida e o bem-estar da população (Prieto & Serrano 2015). À reprodução biológica associa-se a produção de mão-de-obra e a reprodução da sociedade, só possíveis pela conjugação entre patriarcado-capitalismo que se reforçam mutuamente.

Cristina Carrasco (2009) lembra que as condições de vida da população não dependem só do salário. Ainda que este tenha um peso muito significativo no acesso a bens mercantis, as nossas condições de vida não dependem apenas dele, já que as provisões disponibilizadas pelo Estado e o trabalho gratuito realizado em cada lar são fundamentais. Referimo-nos às tarefas quotidianas como refeições prontas e roupas lavadas mas também aos afetos, aos cuidados emocionais e à educação, entre muitos outros.

3. Patriarcado e capitalismo

O patriarcado surge como um elemento-chave na estratégia de dominação capitalista ao assegurar a manutenção das mulheres numa posição subordinada, já que o capitalismo promove a desvalorização e a deslocalização para as unidades domésticas de todo o trabalho não monetário, como são exemplo os custos relativos à reprodução da força de trabalho, denunciados por Silvia Federici, Selma James e Dalla Costa, nos anos 1970, com a provocadora campanha Salários Por Trabalho Doméstico. Federici, entrevistada por Echeverria (2014), considera o trabalho doméstico das mulheres com um complexo de atividades que permitem a reprodução da vida e que são essenciais para a organização capitalista do trabalho, pois sem ele nenhuma outra forma de produção poderia ocorrer.

A divisão sexual do trabalho parte da ficção da mulher cuidadora e do homem ganha-pão, o *homo oeconomicus*, sempre disponível para o trabalho e sem outras responsabilidades pessoais ou familiares. Ignora a ampla participação das mulheres no mercado de trabalho e o modo como ela é conseguida não apenas por via dos bens e serviços prestados pela provisão pública mas pela dupla jornada dessas mulheres, pelo recurso a outras mulheres da esfera mais próxima, geralmente familiar, ou ainda através da contratação de terceiras, numa feminização do cuidado que acaba por se dar em cadeia (Orozco 2014).

Independentemente da participação das mulheres no trabalho remunerado, o seu salário na família continua a ser valorizado apenas como complemento, o que leva autoras como Federici (*apud* Echeverria 2014) a afirmar que, trinta anos depois, a grande ilusão que o movimento das mulheres tinha sobre o poder emancipador de trabalhar fora de casa e ter salário diminuiu muito. A dissociação entre público e privado invisibiliza o trabalho não pago. Às mulheres sem trabalho remunerado reserva-se frequentemente a designação de dependentes ou até de inativas, colocando-se fora da economia a produção doméstica, seja para o mercado seja para autoconsumo, e tudo aquilo que são as tarefas do cuidado, fundamentais à sustentabilidade da vida (Coelho 2011).

A crise dos cuidados (Orozco 2010) começa no Norte Global, quando as pessoas deixam de conseguir assegurar os cuidados necessários ao bem-estar, porque as respectivas cargas não estão repartidas por todos os membros da sociedade que as poderiam assegurar, porque há um envelhecimento da população e, portanto, necessidades específicas de cuidados e ainda porque há um recuo do Estado Social que tende a ser substituído por prestadores privados, cujo acesso é condicionado pelo rendimento disponível. Sobretudo a partir dos anos 1970 ganharam espaço os debates em torno do reconhecimento das atividades que ocorrem nas unidades domésticas e

foram mais visibilizadas as relações de género que as regem. A par da distinção binária entre homens e mulheres, também as tarefas passaram a ser entendidas como masculinas ou femininas, com uma hierarquização social correspondente.

4. Sustentabilidade da vida

O cuidado não é algo de que possamos necessitar esporadicamente, pois a dependência é mais do que uma questão individual. O seu carácter universal exigiria que fosse gerido como responsabilidade colectiva (Prieto & Serrano 2015). As políticas públicas não lhe conferem contudo essa dimensão central na vida e na criação de bem-estar, como está patente no facto de a rede de equipamentos sociais do Estado se assumir mais como um complemento que como uma provisão estruturante face ao esforço das famílias, sobretudo daquelas que não conseguem assegurar sozinhas os cuidados (Coelho 2011). Fora do debate público fica quase sempre a discussão sobre quem nas famílias assegura efectivamente estas tarefas. A responsabilidade das mulheres pela prestação de cuidados e pelo trabalho doméstico está de tal forma naturalizada que as carreiras de sucesso das mulheres de classes sociais mais favorecidas estão amparadas no trabalho doméstico de outras mulheres, que as substituem nos respectivos lares. A desigualdade posicional das mulheres agrava-se em consonância com a escassez de capacidade económica para comprar no mercado bens, contratar externamente serviços ou adquirir equipamentos que mecanizem as tarefas.

O foco no cuidado parte da constatação de que todas as pessoas são dependentes e permite evidenciar a vulnerabilidade dos corpos e o modo como género, raça e classe social se cruzam e a forma como as desigualdades também se materializam nos corpos (L. dos Santos 2017). A partir dos anos 1990, autoras como Cristina Carrasco e Amaia Perez Orozco vieram evidenciar que a contradição central do capitalismo entre o capital e o trabalho assinalada por Marx tem de ser ampliada porque o capitalismo patriarcal conflitua com a vida humana e não humana. Se pode garantir a reprodução social, não consegue, no entanto, assegurar a sustentabilidade humana, social e ecológica.

5. Decrescimento e sustentabilidade

A sustentabilidade da vida e a centralidade do cuidado, como aqui as entendemos, estão intimamente ligadas ao movimento do decrescimento, que apela a um imaginário alternativo ao da sociedade crescentista. Serge Latouche (2012), uma figura

proeminente na reflexão sobre o decrescimento, propõe uma mudança civilizacional alternativa à ideologia hegemónica do crescimento, capaz de superar a lógica produtivista-consumista. O decrescimento, reconhece F. B. Ribeiro (2015), não é apenas mais um contributo para pensar alternativas ao atual capitalismo dentro deste, pois só pode ser aplicado para lá dele, no quadro de uma sociedade pós-capitalista.

Nesta linha, Taibo (2011) destaca as três caraterísticas fundamentais de uma sociedade decrescentista: anticapitalista, autogestionária e antipatriarcal. A proposta de Taibo contempla ideias como simplicidade e sobriedade voluntárias; defesa do lazer face ao trabalho; primazia da partilha face à propriedade; redução de estruturas produtivas, organizações administrativas e sistemas de transportes; valorização do local face ao global; mais políticas redistributivas e um rendimento básico incondicional.

O programa político defendido por Latouche (2012) segue em boa parte as mesmas linhas e contempla a recuperação de uma pegada ecológica igual ou inferior a um planeta, sobretudo pela redução de consumos intermédios (publicidade, transportes, embalagens, etc.); a integração nos custos dos transportes dos danos provocados por essas atividades; a relocalização da produção (redução das deslocações de pessoas e mercadorias); uma agricultura de base camponesa (mais local e sazonal); a transformação dos ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho, com partilha de postos de trabalho e mais tempo de lazer; o incremento da criação de bens relacionais (amizade, conhecimento, etc.); a redução do desperdício de energia; a penalização forte das despesas com publicidade e a reorientação da ciência e da técnica para uma sociedade decrescentista. O decrescimento vai portanto para além das questões de caráter ambiental, sugerindo uma alteração profunda da nossa vida individual e colectiva. Como destaca Kallis (2011), o decrescimento aponta para uma sociedade com um outro metabolismo.

A revisão feminista do decrescimento (Prieto & Serrano 2015; Orozco 2014) vem enriquecer as propostas do decrescimento e, tendo em conta a necessidade de transformar as relações de género, coloca a tónica sobretudo em três questões centrais na economia feminista: (*i*) embora concordando com a reconceptualização do trabalho, destaca o cuidado como factor-chave para a sustentabilidade da vida; (*ii*) a reestruturação do aparelho produtivo é importante mas deve estender-se também a uma reestruturação dos lares e das relações de poder no interior dos agregados domésticos; (*iii*) defende uma relocalização da produção mas inclui a necessidade de relocalização dos cuidados, rompendo com algumas das causas da crise global de cuidados.

Uma leitura superficial poderá conotar o decrescimento com uma perda de conforto e um regresso a um tempo onde a vida é mais difícil, já que o imaginário hegemónico tende a ligar a satisfação individual ao acesso a bens de consumo, aliás, o próprio reconhecimento social de cada indivíduo tem implícita uma relação com

a posse dos bens materiais ou imateriais prescritos para cada posicionamento nas hierarquias sociais (L. dos Santos 2011). O decrescimento é, como defende Teresa Moure (2015), uma marca ética alheia ao prazer fácil.

6. Iniciativas locais alternativas

O capitalismo, ainda que hegemónico, não é homogéneo nem exclusivo, coexistindo com outras formas de economia que se pautam por uma racionalidade distinta. Embora a globalização esteja na origem de muitos fenómenos que influenciam os factos que ocorrem à escala local, a sua expressão territorial também não é uniforme, variando de local para local. Esta questão reforça a pertinência da análise das iniciativas locais alternativas à luz dos contributos do feminismo e do decrescimento, permitindo perceber como é que estas propostas se podem traduzir em iniciativas que constituem experimentações simultaneamente utópicas e pragmáticas, sem que o paradoxo se revista de inexequibilidade.

O projecto político em torno das alternativas consiste muitas vezes, como defende Narotzki (2010), em re-moralizar a economia, isto é, em colocá-la na dependência de objetivos humanos fundamentalmente ligados à reprodução da vida, constituindo muito mais projetos de índole política ou político-moral que económicos. Podemos entender estas iniciativas, sublinha Lucas dos Santos, como modos não capitalistas de organizar a vida material, com diferentes racionalidades: estas economias constituem "modos não capitalistas de produzir, consumir, poupar e trocar que não se encaixam na narrativa económica dominante e nem podem por ela ser explicadas" (L. dos Santos 2017: 177). São, de um modo genérico, ações colectivas, formalizadas ou não, enraizadas em territórios concretos, com preocupações ecológicas e sociais e que escapam à lógica de acumulação de mercado seguindo valores diferentes: solidariedade, cooperação, democracia, cuja finalidade não é a obtenção de benefícios particulares, mas antes coletivos. Procuram frequentemente criar uma vida coletiva mais convivial, questionam a centralidade do trabalho em detrimento do lazer ou focam-se mais no valor de uso que na posse e acumulação de bens.

O carácter alternativo é sempre contextual e podemos pensar estas iniciativas à luz de um contínuo que revela a pluralidade da ação entre três linhas dominantes (Sánchez 2017, Hillenkamp *et al.* 2014): (*i)* de transformação gradual ou reforma, admitindo, portanto, que o capitalismo é reformável ou inevitável e que as suas consequências mais danosas podem ser corrigidas; (*ii*) de resistência ou oposição, adoptando uma postura anticapitalista e propondo uma economia centrada na satisfação das necessidades de todas as pessoas e não no lucro; (*iii*) de superação, disruptivas

ou plurais, com um posicionamento pós-capitalista que reconhece a pluralidade de soluções económicas que convivem com o capitalismo.

Na grande diversidade de experiências locais alternativas podemos encontrar:

(*i*) Iniciativas que apostam na criação de respostas às necessidades locais, mobilizando prioritariamente os recursos de cada território e tendo em conta a pluralidade de dimensões da vida colectiva. Neste âmbito assumem especial relevo as alternativas ligadas à alimentação. São experiências centradas numa maior autossuficiência de cada comunidade, através de práticas agrícolas e de distribuição capazes de estabelecer uma relação mais equilibrada com o meio envolvente. Essa proximidade propicia um menor consumo de recursos, nomeadamente de energia, dificulta a especulação dos preços dos produtos e reduz a vulnerabilidade dos produtores. Em território nacional encontramos, entre outras, iniciativas de "circuitos curtos" que criam proximidade e compromisso entre produtores e consumidores como a AMAP (Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade), as redes colaborativas, os bancos de sementes, etc.

(*ii*) No âmbito do esbatimento das fronteiras entre produção, distribuição e consumo encontram-se também várias experiências. Destacamos a noção de prossumidores (produtores que são simultaneamente consumidores) que reforçam as redes de proximidade locais;

(*iii*) No financiamento ético e solidário há iniciativas que apostam na descentralização e democratização do acesso ao financiamento, como as comunidades auto-financiadas, as soluções de banca ética, bem frequentes em Espanha, entre outros países, e as moedas sociais que potenciam a economia local, criam relações de cooperação e facilitam o acesso a bens e serviços de pessoas que de outra forma estariam excluídas do consumo;

(*iv*) As experiências ligadas à partilha que criam novas interações, bem distintas das experiências "uberizadas" que se apropriaram do termo mas que têm contornos bem distintos. As redes de trocas são também iniciativas que têm vindo a germinar e que permitem reduzir o dispêndio de recursos, criar novas interações e facilitar o enraizamento de cada pessoa na comunidade. Neste âmbito encontramos as trocas de roupa, de livros, os bancos de tempo, etc;

(*v*) As iniciativas que promovem o abrandamento dos ritmos de vida, de trabalho, de volume de consumo que encontramos, por exemplo, no "*slow movement*" cuja vertente mais conhecida é o "*slow food*", mas também o "*slow travel*" ou a "parentalidade sem pressa". Nestes movimentos o tempo é destacado como um bem precioso e raro, que tem de ser despendido com qualidade;

(*vi*) As experiências que remetem para estilos de vida coletiva mais sustentáveis e em comunidade, como as que surgem pela via do movimento de

transição, as eco-comunidades, o *co-housing* mas também os jardins comestíveis ou as hortas urbanas;

(*vii*) Destacamos, por fim, as experiências locais que conferem especial relevo à convivialidade e à des-domesticidade do trabalho doméstico e do cuidado, encarando-os como um bem comum e visibilizando o seu lado submerso, por exemplo, através de cantinas colectivas e de centros de cultura alternativa, de espaços *Okupas*, etc.

O local surge neste leque diverso de iniciativas como possibilidade de mudar o aqui e o agora, de enraizamento no concreto, remetendo para a procura de soluções contextuais, transgredindo a lógica das respostas uniformes e universais. Estas iniciativas locais alternativas desenrolam-se num ambiente de hostilidade resultante da hegemonia consumista e mercantilista, com as tensões e contradições inerentes à relação que estabelecem com esse contexto, deparando-se com diversos tipos de obstáculos, inclusive legais. A sua análise terá de partir menos das dificuldades e limites que lhes são inerentes e de métricas que são próprias de uma sociedade ancorada no crescimento e mais do potencial emancipatório que encerram.

Conclusão

A importância performativa do conhecimento é destacada por autoras como Gibson e Graham (2008) que assumem a sua escolha perante os dilemas colocados pelas iniciativas alternativas, que designam "outras economias" e pelo confronto entre a possibilidade de marginalização de um vasto leque de atividades fundamentais ao nosso bem-estar e à regeneração ambiental e a possibilidade de focar nelas o seu trabalho, tornando-as mais reais, credíveis e viáveis. A relevância da abertura às possibilidades a que aludimos neste artigo, mais do que aos limites do possível, decorre da capacidade de produção de um conhecimento que contribua para ampliar as dinâmicas transformadoras. Essas dinâmicas só poderão abrir outros futuros se integrarem uma visão crítica do crescimento económico contínuo e do conflito que o capitalismo provoca na sustentabilidade da vida humana e não-humana. Só poderão constituir alternativas, ainda que contextuais, se assumirem uma postura epistemológica que reconheça o valor do local e privilegie esta escala de proximidade, sem localismos (Hillenkamp 2014). Cruzando a diversidade de agendas que combatem as desigualdades, constatamos que as estratégias que integram uma perspectiva feminista de contestação ao patriarcado e à desigualdade estrutural de poder sobre as mulheres (Piris 2015) apresentam maior potencial emancipatório e são mais capazes de contrariar a reprodução dessas mesmas desigualdades.

Os feminismos, na sua ampla diversidade, permitem enfrentar o patriarcado enquanto sistema de dominação comum a diferentes contextos e realidades. Ao problematizarem os conceitos de economia, de trabalho e de reprodução social resgatam da "invisibilidade produzida" (Santos 2002) pelo pensamento hegemónico as atividades de cariz não mercantil e evidenciam que as necessidades humanas não encontram resposta unicamente no mercado. A importância do trabalho não pago, as desigualdades patentes na sua distribuição mas também o questionamento da mercadorização do trabalho abrem caminhos para pensarmos outros modos de vida coletiva capazes de superar o conflito do capitalismo com a vida, bem presente na cisão entre produção e reprodução social. O conceito de sustentabilidade da vida proposto a partir da economia feminista está intimamente relacionado com as propostas do decrescimento, cuja crítica à obsessão pelo crescimento económico contínuo e à associação direta entre consumo e bem-estar abre espaço para pensarmos noutros modelos societais para além do capitalismo. As perspetivas da economia feminista e do decrescimento permitem reforçar o reconhecimento da insustentabilidade da vida humana e não humana no quadro do capitalismo patriarcal. As iniciativas locais alternativas são um espaço privilegiado para a experimentação dessas outras formas de organizar a vida colectiva.

Numa leitura mais atenta ao campo das possibilidades que às limitações ou fragilidades que podemos encontrar no presente, consideramos que um cruzamento mais intenso da riquíssima diversidade de experiências locais com as propostas feministas que desafiam as relações de género e de produção prevalecentes, com as propostas do decrescimento que contestam a obsessão pelo crescimento económico e propõem uma alternativa à associação entre bem-estar e consumo, constitui uma oportunidade extraordinária para reforçar o potencial emancipatório destas experiências.

Bibliografia

Ballestrin, Luciana Maria de Aragão (2017), "Feminismos subalternos", *Estudos Feministas*, vol. 25 n.º 3, 10351054.

Barata, André (2018), *E se parássemos de sobreviver?* Lisboa, Documenta.

Carrasco, Cristina (2009), "Mujeres, sostenibilidad y deuda social", *Revista de educación*, n.º 1, 169-191.

Coelho, Lina (2011), "Mulheres e desigualdades em Portugal: conquistas, obstáculos, contradições e ameaças", *E-Cadernos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra,* disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/867_Mulheres%20em%20Portugal_conquistas,%20obst% E1culos%20e%20amea% E7as.pdf.

Crenshaw, Kimberlé (1990), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color", *Stanford Law Review*, vol. 43, n.º 6, 1241 -1299.

Dos Santos, Luciane Lucas (2011), "Os Clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo", *in* Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos (orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 169-203.

Dos Santos, Luciane Lucas (2017), "Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, género e epistemologias do Sul", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.º 114, 161-186.

Echeverria, Tessa & Andrew Sernatinger (2014). "The making of capitalist patriarchy: Interview with Silvia Federici", [acedido a 1 de fevereiro de 2018], disponível em https:// marxismocritico.com/2014 /02/24/the-making-of-capitalist-patriarchy/.

Gibson-Graham, Julie e Katherine (2008), "Diverse economies: performative practices for 'other worlds'", *Progress in Human Geography*, vol. 32, n.º 5, 1-20.

Guerrero, Raquel Quesada (2018), "Dimensiones de la economía feminista: claves para una redefinición de la economía en tiempos de crisis", *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, n.º 13, 47-66.

Hillenkamp, Isabelle, Isabelle Guérin e Christine Verschuur (2014), "Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire", *Revista de Economia Solidária*, ACEESA, 4-43.

Kallis, Giorgos (2011), "In defence of degrowth", *Ecological Economics*, vol. 70, n.º 5, 873-880.

Latouche, Serge (2012), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa, Edições 70.

Moure, Teresa (2015), "Decrescimento (também) para marxistas", [acedido a 01 de novembro de 2015], disponível em https://www.15-15-15.org/webzine/2015/07/15/decrescimento-tambem-para-marxistas/

Narotzky, Susana (2010), "La economía social: conceptos teóricos y economía real. Una perspectiva antropológica". *Actas Congreso Internacional de Economía Social UEVES*, disponível em https://pt.slideshare.net/slides_eoi/susana-narotzky-la-economa-social-conceptos-tericos-y-economa-real

Orozco, Amaia (2010), "Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista", *Revista de Economía Crítica*, vol. 9, n.º 1, 131-144.

Orozco, Amaia (2014), *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid, Traficantes de Sueños.

Piris, Silvia (2015), "¿Emancipación sin feminismo? Transitar de la marginalidad a la centralidad del feminismo en las organizaciones mixtas", *Manu Robles – Arangiz Fundazioa*, disponível em https://www.mrafundazioa.eus/es/articulos/emancipacion-sin-femi nismo-transitar-de-la-marginalidad-a-la-centralidad-del-feminismo -en-las-organizaciones-mixtas.

Prieto, Laura Pérez e Mónica Domínguez-Serrano (2015), "Una reformulación feminista del Decrecimiento y el Buen Vivir. Contribuciones para la sostenibilidad de la vida humana y no humana", *Revista de Economía Crítica*, n.º 19, 34-57.

Ribeiro, Fernando Bessa (2015), "Outros caminhos da teoria. Do desenvolvimento sustentável ao decrescimento", *Sumário Pormenorizado da Lição – Sociologia do Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Lisboa, FCSH Universidade Nova de Lisboa.

Sánchez Hernández, José Luis (2017), *Las prácticas económicas alternativas en perspectiva geográfica*. Salamanca, Universidad de Salamanca.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* vol. 63, 237-280.

Taibo, Carlos (2011), *Decrescimento, crise e capitalismo*. Lisboa, Edições da Terra.

XIV. FEMINISMO(S) E MARXISMO: UM CASAMENTO "MALSUCEDIDO"? OS NOVOS DESAFIOS PARA UMA CORRENTE FEMINISTA DE ESQUERDA

Manuela Tavares

Introdução

Os debates das décadas de 1970 e de 1980 acerca de um "infeliz" casamento entre marxismo e feminismo (Eisenstein 1979; Hartmann 1981) acabam por se projetar na atualidade, perante os desafios colocados na (re)construção de uma corrente feminista de esquerda. Não pretendo reavivar todos esses debates, mas extrair deles os principais pontos de referência num quadro onde as críticas pós-estruturalistas e pós-modernas não podem ser ignoradas. Apesar das críticas pós-estruturalistas terem sido úteis (Foucault, Gramsci, Laclau, Mouffe) para expor alguns excessos do estruturalismo, verifica-se na atualidade um aligeiramento da importância da crítica social com origem na teoria marxista ou no próprio pensamento de Karl Marx.

A força analítica e a profundidade histórica das categorias e ferramentas marxistas para a análise da opressão das mulheres foram postas em causa pelo feminismo radical da década de setenta do século XX, com base numa questão crucial: a não valorização das relações de reprodução e, como consequência, das contradições de género na sociedade. Apesar de Marx e Engels terem afirmado que a reprodução, ou seja, a "produção de pessoas" era tão importante como a "produção de bens", pelo que o modo de produção teria esta dupla dimensão, o certo é que este pensamento não foi desenvolvido. Deste modo, algumas feministas socialistas marxistas procuraram romper com um quadro estático da teoria marxista e enriquecer a análise sobre a opressão das mulheres.

Sheila Rowbotham (1972), Juliet Mitchell (1973) e Zillah Eisenstein (1979) são algumas das mais destacadas feministas socialistas que, atentas às críticas do feminismo radical, abriram campo para o feminismo socialista, introduzindo uma análise mais complexa da opressão das mulheres, tendo em conta fatores como a

produção, a reprodução, a sexualidade, a socialização (Mitchell, 1973). Combatem a visão estreita de que esta opressão teria apenas como base as relações de exploração capitalistas. A introdução do conceito de patriarcado pelas feministas da corrente radical é acolhido junto destas marxistas, que aprofundam esta análise no sentido de o capitalismo e o patriarcado não surgirem como sistemas autónomos, mas como dois sistemas de dominação que interagiam e se alimentavam mutuamente.

1. Limites e contributos do marxismo para os feminismos

Segundo a corrente feminista socialista, a divisão sexual do trabalho é essencial para a reprodução do capitalismo e para manter a subordinação das mulheres. Contudo, outros fatores de dominação são considerados. As discriminações sobre as mulheres surgem não apenas na sua relação com o sistema económico, mas com o sistema de dominação masculina hegemónica. Não se trata de dar primazia ao género ou à classe social, mas entrelaçar estes eixos de dominação entre si e com outros, considerados esquecidos pela própria corrente socialista-marxista do feminismo: a origem étnica racial, a orientação sexual entre outros eixos de opressão. Apesar dos esforços das feministas socialistas marxistas para fomentarem o tão desejado reencontro entre feminismos e marxismo, os estragos de um marxismo impregnado de dogmatismo fizeram-se sentir até aos tempos atuais.

A ideia de que a luta de classes contra o capitalismo resolveria também as contradições de género e que a emancipação das mulheres seria possível numa nova sociedade secundarizou as lutas feministas. Segundo a feminista italiana Cinzia Arruza (2010), pensar que a luta de classes poderia resolver por si mesma as contradições no seio das famílias, mudando magicamente os laços familiares, sem uma análise adequada do problema, sem a contestação dos papéis sexuais e sem uma politização específica das mulheres, resulta num otimismo cego sem base de análise sólida.

Neste século, em relação aos feminismos, está colocado um duplo desafio ao marxismo: (*i)* encontrar respostas teóricas que ficaram por dar às críticas feministas das décadas de 1970 e de 1980; (*ii*) enfrentar os novos desafios da crítica pós-moderna lançando as bases para uma corrente feminista de esquerda, capaz de ter pensamento e ação mobilizadora face à corrente neoliberal e institucional do feminismo, que tem vindo a dominar na Europa.

Neste quadro de globalização neoliberal cabe às e aos marxistas de hoje criar condições para que a luta feminista dispute terreno ao neoliberalismo no pensamento e na agenda política. Como principais contributos do marxismo para o feminismo não podemos deixar de referir: (*i*) a desnaturalização da opressão das

mulheres, combatendo o determinismo biológico; (*ii*) uma análise histórica das origens da opressão das mulheres que, embora limitada em alguns campos, abriu perspetivas para aprofundamentos futuros; (*iii*) a análise marxista permitiu entender a família como um fenómeno social em evolução e estabelecer a ligação entre mudanças estruturais nas relações familiares e mudanças na divisão sexual do trabalho;[1] (*iv*) para o feminismo é importante a ligação que o marxismo faz entre ideologia e interesses materiais e o seu papel na reprodução de formas específicas de relações de poder na sociedade.

As limitações do marxismo na área do feminismo acentuaram-se com a dogmatização teórica, que colocou de lado, como anteriormente foi referido, os contributos das feministas socialistas-marxistas no aprofundamento da análise das raízes da opressão das mulheres e das sexualidades como território de exercício de poder. A dogmatização do marxismo trouxe estragos que levaram a um afastamento dos feminismos. Importa entender que limitações surgiram neste campo. Em primeiro lugar, uma visão limitada dos feminismos. O feminismo não foi entendido nas suas diversas correntes e foi mesmo banido do vocabulário político marxista. Também o não reconhecimento do peso das contradições de género na sociedade teve como origem a ideia de que a contradição capital/trabalho absorvia todas as outras: de género, etnia, orientação sexual, o que provocou, para além da perda de fatores democráticos, a erosão da base social das primeiras experiências de socialismo. Em segundo lugar, o pensamento esquemático em diversos aspetos. A ligação que se estabeleceu entre emancipação da mulher e propriedade privada, "A emancipação da mulher será fruto da eliminação da propriedade privada" – esta foi uma frase que ficou célebre, procurando traduzir a necessidade da alteração da base material da sociedade, para que se criassem condições para a emancipação das mulheres. O esquematismo neste pensamento produziu os seus efeitos na secundarização da luta mais específica das mulheres.

Também a simples "equação" mulher na produção = independência = emancipação foi encarada como uma questão quase imediata, que não ajudou ao aprofundamento teórico. Se "o primeiro passo para a emancipação da mulher é a sua integração no mercado de trabalho", a vida tem provado que esse passo fica tolhido, se não se tiverem em conta as duplas e triplas tarefas que ainda pesam sobre a vida das mulheres e as relações de dominação/subordinação que marcam as contradições de género. Estudos recentes como o de Cláudia Nogueira (2004:41-42) afirmam que "a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido acompanhada por

1 Engels refere justamente que a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos (Engels 1980 [1884]).

um significativo processo de precarização da força de trabalho feminina". Acresce ainda que "as suas tarefas reprodutivas continuaram em grande medida inalteradas". Tal permite observar que as mulheres trabalhadoras continuam a assumir funções produtivas e reprodutivas, o que significa a manutenção da dupla jornada de trabalho e "uma outra forma de precarização imposta pelo capital às mulheres".

O marxismo também não levou até às últimas consequências a análise de Engels que permitia uma outra profundidade no estudo da relação sexual como um território de poder. "O ângulo classista não basta para ler e interpretar o código desta relação sexual. É que a fundamentação ideológica deste registo ultrapassa a realidade da classe e legitima-se directamente na ideologia sobre o feminino e o masculino, na polaridade, entendida de base biológica, da mulher como elemento passivo e do homem como activo" (Neves 2004: 24-31).

O enfoque da opressão das mulheres é enriquecido pelo feminismo marxista que, pegando na análise de Engels de que o desmoronamento do direito materno tinha sido a primeira derrota do sexo feminino e de que "a mulher se viu convertida em servidora, escrava da luxúria do homem e em simples instrumento de reprodução" (Engels 1980 [1884]:76), alargou o conceito de opressão das mulheres, não só enquanto classe, mas enquanto mulheres subordinadas ao poder masculino. Enquanto teoria do poder e do significado social, o pensamento pós-estruturalista desenvolveu-se em oposição ao marxismo. Os escritos de Marx marcaram uma rutura essencial com os pressupostos do liberalismo, a posição dominante não só sobre a economia política como sobre a consciência e a linguagem.

2. Feminismos e pós-modernidade

Para o marxismo todas as sociedades de classes produzem um leque de formas de consciência em conflito, pelo que as formas de pensamento representam interesses de classe muito em torno do conflito entre trabalho e capital. Para as feministas pós-estruturalistas não basta a análise das estruturas da sociedade e das posições que aí se ocupam, mas também uma teoria de relação entre linguagem, subjectividade, organização social e poder.

As implicações no feminismo das perspetivas da pós-modernidade centram-se em questões importantes como: (*i*) a desconstrução do "sujeito mulher"; (*ii*) o reconhecimento da diversidade das necessidades e experiências das mulheres; (*iii*) o abandono da noção de situações únicas e universais; (*iv*) a crítica ao essencialismo. Contudo, existem outras questões preocupantes, tais como a caracterização de uma nova época, assente em determinados atos de disfunção: a morte do "sujeito",

a morte da "razão", o fim da "história", a morte da "totalidade". E, daí, a recusa da narrativa da opressão da mulher, da ordem patriarcal e do fim da opressão; o abandono do conceito de patriarcado como totalizador, ahistórico e essencialista.

As relações entre o feminismo, a teoria pós-estruturalista e a teoria pós-moderna[2] não têm sido fáceis, na medida em que existem posições diferentes entre as feministas, quanto à aplicação destas teorias ao feminismo. Para algumas feministas, o pensamento pós-moderno, ao descontruir o sujeito "mulher", introduziu a dimensão da fragmentação e da diferença, essenciais para que outras dimensões do feminismo surgissem como, por exemplo, o "feminismo negro". A feminista negra Heidi Mirza argumentou mesmo que o pensamento pós-moderno "permitiu a celebração da diferença, o reconhecimento da diversidade, a presença de múltiplas e variadas subjetividades" (Mirza 1997:19). Existem também perspetivas feministas que estabelecem a semelhança do discurso pós-moderno com algumas ideias do feminismo radical da década de 1970, em especial na identificação da cultura e da linguagem como fontes de poder e resistência, expressas na obra de Kate Millet *Sexual Politics* ou, ainda, com as noções de Foucault sobre a resistência dos grupos marginalizados.[3]

As críticas feministas mais radicais à pós-modernidade surgem baseadas na argumentação de que o pensamento "pós-moderno" é apolítico, ahistórico, irresponsável e contraditório" e que procura destruir o movimento feminista, na medida em que nega a sua ação coletiva. É um facto que a negação da possibilidade das mulheres se identificarem como "grupo" impede que a dominação sobre as mulheres seja vista como uma questão estrutural, dificultando as formas coletivas de resistência e transformação. Para a filósofa feminista Célia Amorós "a ligação entre feminismo e pós-modernidade constitui uma ligação perigosa". No seu entender, a questão do sujeito é de uma importância crucial para o feminismo e, por isso, muitas feministas não validam o certificado de disfunção que deriva do diagnóstico pós-moderno:

---

2 Consciência de uma nova época, cuja caracterização sumária assenta em determinados atos de disfunção: a morte do "sujeito", a morte da "razão", o fim da "história", a morte da "totalidade". Uma das obras pioneiras neste pensamento é a de Jean-François Lyotard: *La Condition Postmoderne* (Paris 1979). São também importantes as obras de Jacques Derrida (1976) e Michel Foucault (1979).

3 Muitas feministas olharam para a teoria de Michel Foucault como um recurso importante, que influenciou discursos alternativos como os das feministas desconstrutivistas francesas Héléne Cixous, Luce Irigaray e Júlia Kristeva. Contudo, a teoria de Foucault não está isenta de contradições, o que tem levado ao interesse de muitas académicas feministas na análise crítica da sua obra: N. Fraser (1989); J. Butler (1990); L. Nicholson (1990); R. Braidotti (1991).

> Não se quer com isto dizer que os mortos que a pós-modernidade mata gozem de muita boa saúde, mas que os sintomas em que se basearam para os dar como falecidos são complexos, ambíguos e susceptíveis de outras interpretações [...] Cabe perguntar perante tudo isto, como faz a teórica feminista Françoise Collin, parafraseando Hemingway: "Por quem dobram os sinos? Que ganha o feminismo com estes funerais?" [...] Há quem queira bailar sobre a sua tumba, porque a libertação "autêntica" das mulheres passa pela morte do mito da emancipação do sujeito da modernidade (Amorós 1997: 320-321).

Já para Virgínia Ferreira, a desconstrução pós-estruturalista do sujeito traz sérias implicações:

> O desafio representado por este novo sujeito descentrado para o feminismo é duplo: por um lado, deixa de contar com um referente, em nome do qual pode reivindicar e lutar pela mudança social; mas, por outro, não pode auto-dissolver-se, uma vez que as mulheres "reais" foram e continuam a ser oprimidas, sendo objecto de práticas de violência e discriminação que "existem" independentemente da sua articulação discursiva, e os meios e modos dessa opressão devem continuar a ser analisados, pelo que há que encontrar uma forma não essencialista de definir as mulheres como «colectivo social» que não postule uma identidade estável e coerente de "mulher". A não ser assim, resta a perspectiva do individualismo liberal que não deixa outras alternativas senão culpabilizar as vítimas pela opressão de que são objecto, acusando-as de não fazerem as escolhas acertadas e conducentes ao sucesso social (Ferreira 2003).

Segundo Maria José Magalhães (2004), um dos perigos das teorias pós-modernas é o da erosão de uma análise global da sociedade, que nos permita compreender as raízes estruturais e históricas da subordinação e opressão que enfrentamos em cada momento e em cada território. Contudo, valerá a pena reflectir sobre alguns contributos das teorias pós-modernas para o feminismo, apesar dos riscos que se colocam na ação transformadora e emancipatória:

> Uma teoria feminista, hoje, para ser verdadeiramente emancipatória não pode ser universalista. Não pode pretender que todas as mulheres se identifiquem nas mesmas categorias de análise como se estas pudessem cobrir a diversidade das situações e experiências. As feministas negras, as lésbicas, as das sociedades e culturas não ocidentais têm criticado o carácter muitas vezes branco, heterossexual e colonizador de muitas análises da opressão e subordinação das mulheres. Daí que seja necessário substituir as noções unitárias de "mulher" e de "identidade de género feminino" por concepções

> plurais e complexamente construídas de identidade social, vendo o género como uma das questões relevantes, entre muitas outras como a classe, a "raça", etnia, orientação sexual, idade, capacidade, religião (Magalhães 2004: 14).

Nancy Fraser e Linda Nicholson (1990) não colocam de lado a crítica pós-moderna, antes retiram dela o que pode ser importante para o feminismo: a crítica ao essencialismo e a necessidade do pluralismo e da diversidade. Mas, as mesmas autoras apontam a importância de manter uma análise histórica da situação da opressão, porque o sexismo existe e as relações de poder entre mulheres e homens não se reduzem a um aspeto da vida social. No manifesto "Feminismo para os 99%" (Fraser, Arruzza, Bhattacharya 2019:43) afirma-se que as sociedades capitalistas são também, por definição, a fonte da opressão de género e, deste modo, "o sexismo está encriptado na sua estrutura".

Conclusão

A emergência de um novo sujeito feminista estará, de facto, colocada? Um sujeito feminista multifacetado em termos de classe social, etnia, idade, orientações sexuais, culturas e estilos de vida? O contraponto ao pensamento e discurso neoliberal coloca-se na afirmação da identidade política dos feminismos, nomeadamente na criação de uma forte corrente política de esquerda dos feminismos que faça frente ao discurso neoliberal e que possa reforçar sem tutelas o movimento feminista e outros movimentos sociais?

Cinco ideias-base podem ser avançadas para debates futuros: (*i*) aprofundar as características de dominação do capitalismo com as questões do sexismo, racismo e homofobia como formas de controlar as nossas vidas e os nossos corpos; (*ii*) fomentar uma maior visão holística das reivindicações feministas com os grandes problemas do mundo atual como a crise financeira, a precarização do trabalho, a guerra e a militarização, a degradação ambiental do planeta, a pobreza, a crise alimentar; (*iii*) reforçar a análise e a intervenção junto das mulheres das classes trabalhadoras e dos grupos sociais mais desfavorecidos (mulheres negras, imigrantes, ciganas), numa perspetiva de entrelaçamento de outras formas de opressão com o pensamento feminista; (*iv*) estabelecer uma maior ligação internacionalista com os movimentos feministas; (*v*) enfrentar no quadro teórico o discurso pós-moderno sobre os feminismos estabelecendo pontes com os movimentos que se apoiam nessa base de pensamento.

Bibliografia

Alvarez, Sónia (1998), "Latin American Feminisms «Go Global»: Trends of the 1990s Challenges for the New Millennium", *in* Sónia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (eds.), *Cultures of Politics, Politics of Cultures*. Colorado, Wetsview Press, 293-324.

Amorós, Célia (1997), *Tiempo de Feminismo*. Madrid, Ediciones Cátedra.

Arruza, Cinzia (2010), *Feminismo e marxismo: entre cruzamentos e divórcios*. Lisboa, Combate.

Asmed, Sara (1998), *Differences that matter. Feminist Theory and Postmodernism*. Cambridge, University Press.

Braidotti, Rosi (2002), "A diferença sexual, como um projecto político nómada", *in* Ana Gabriela Macedo (orgs.), *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo.* Lisboa, Livros Cotovia, 143-160.

Dunayevskaya, Raya (1982), *Rosa Luxemburg, Women's Liberation and Marx's Philosophy of Revolution*. Inglaterra, Harvester Press.

Eisenstein, Zillah (1979), *Patriarchy and the case for Socialist Feminism*. EUA, Monthy Review.

Engels, Friedrich (1980 [1884]), *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa, Presença.

Ferreira, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal* [Tese de Doutoramento]. Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fraser, Nancy, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2019), *Feminismo para os 99%*. Lisboa, Penguim Random House.

Fraser, Nancy e Linda Nicholson (1990), "Social Criticism without philosophy: an encounter between feminism and post-modernism", *in* Linda Nicholson (ed.), *Feminism/ Postmodernism*. Londres, Routledge, 19-38.

Hartmann, Heidi (1980), "Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progressiva entre marxismo y feminismo", *Zona Abierta*, n.º 24, 85-113.

Hartmann, Heidi (1994), "Capitalismo, Patriarcado y segregación de los empleos por sexos", *in* Cristina Borderias, Cristina Carrasco e Carmen Alemany (orgs.), *Las mujeres y el trabajo.* Barcelona, Icaria, 253-294.

Kollontai, Alejandra, (1970), "La familia y el Estado Comunista", *in La Emancipation de la Mujer*. México, Grijalbo, 143-160.

Magalhães, Maria José (2002), "Em torno do conceito de agenda feminista", *Ex Aequo*, nº 7, 189-198.

Magalhães, Maria José (2004), "Uma reflexão sobre Feminismo e Pós-Modernismo numa perspectiva de emancipação social", *Comuna - feminismo e marxismo*, 10-15.

Millet, Kate (1970), *Sexual Politics*. Londres, Virago.

Mirza, Heidi (1997), *Black British Feminism. A reader*. Londres, Routledge.

Mitchell, Juliet (1973), *Woman's Estate*. Nova Iorque, Vintage Books.

Mouffe, Chantal (1996), *O regresso do político.* Lisboa, Gradiva.

Nash, Mary (1996), "Diverse identities: constructing european feminisms", *Global Forum Series,* 8-18. Durham, Carolina do Norte: Center International Studies.

Nash, Mary (2004), *As Mulheres no Mundo*. Gaia, Editora Ausência.

Neves, Helena (2004), "Sexualidade e poder", *A Comuna,* n.º 4, 24-31.

Nogueira, Claudia Mazzei (2004), *A feminização no mundo do trabalho*. São Paulo, Autores Associados.

Nogueira, Conceição (2001a), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Nogueira, Conceição (2001b), "Construcionismo social, discurso e género", *in* Lígia Amâncio (orgs.), *Psicologia - sexo e género*, vol. XV, n.º 1, 43-65.

Pateman, Carole (1997), "Beyond the sexual contract" *in* Geoff Dench (orgs.), *Rewriting the Sexual Contract.* Londres, Institute of Community Studies.

Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80*. Lisboa, Livros Horizonte.

Weedon, Chris (1989), *Feminist Practise and Poststructuralist Theory.* Londres, Blackwell.

Young, Íris Marion (1997), *Intersecting voices, Dilemmas of gender, political philosophy and policy.* Princeton, University Press.

XV. UMA HERANÇA INCONTORNÁVEL: REPENSANDO A MATRIZ MARXISTA NA ANÁLISE DAS SOCIEDADES AFRICANAS

José Carlos Venâncio

À memória de António Custódio Gonçalves e Inácio Rebelo de Andrade pelo que me ensinaram e, sobretudo, pela amizade que não desconseguiram de comigo partilhar.

A minha intenção é repensar a influência da obra de Karl Marx e, obviamente, de Friedrich Engels, na análise das sociedades africanas sob o desígnio das ciências sociais como a sociologia, a história, a antropologia e a ciência política, disciplinas que dão corpo a uma parte substancial do que se designa por estudos africanos, um domínio científico que pertence aos chamados estudos de área, cuja emergência acontece após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente nos Estados Unidos da América, com propósitos específicos de ordem militar, política e económica, e, portanto, impregnados de um certo imperialismo, mas que hoje, com o decorrer dos anos e com a absorção das críticas que têm vindo a ser formuladas, se apresenta como um domínio científico relativamente consensualizado no âmbito da academia internacional.

1. Repensar o contributo da obra de Karl Marx (e de Friedrich Engels) à luz das problemáticas que a análise das sociedades africanas (entenda-se, doravante, sociedades africanas por sociedades africanas subsarianas) releva não deixa de ter uma certa dimensão insólita, diria até, duplamente insólita: África não mereceu da parte de Marx qualquer centralidade no seu pensamento, como, de resto, aconteceu com um outro pensador alemão, Max Weber, o que não impediu, porém, que esse mesmo pensamento não tenha, por um lado, servido (e continue a servir) como doutrina na orientação da política africana moderna, influenciando nomeadamente

os nacionalismos que a moldaram e que se constituíram, nessa qualidade, como um importante paradigma para o seu entendimento (Venâncio, 2019: 69110) e, por outro, que não tenha servido como matriz e ferramenta metodológica para a análise das respetivas sociedades.

A influência doutrinária foi, sobretudo, evidente nos países que, após as primeiras independências no início dos anos 60 do século passado, formaram, em resposta aos efeitos da Guerra Fria, o chamado grupo de Casablanca. Os Estados recém-independentes pertencentes a este grupo preconizavam a reconstrução (na maioria dos casos tratava-se, na verdade, de uma construção) dos seus países segundo o modelo dos países socialistas, planificando a economia e instituindo sistemas políticos de partido único e hegemónico. Opunha-se, nesse desiderato, ao grupo de Monróvia, cujo referente era o das antigas metrópoles e, em geral, do mundo ocidental, cujos governos eram defensores da economia de mercado. Deste posicionamento resultou, dadas as condições materiais e de desenvolvimento de que dispunham, a sua dependência económica (e cultural) em relação a essas mesmas metrópoles.

Uma nota a reter: independentemente da diferença ideológica em apreço, a defesa e institucionalização de sistemas políticos de partido único foi perfilhada por ambos os lados da contenda. Nem tampouco a Organização de Unidade Africana (OUA), fundada em maio de 1963[1] com o propósito de aproximar as partes em contenda e proporcionar a emergência de uma África unida, tal como havia sido pensada por Kwame Nkrumah, alterou o *statu quo* quanto à primazia ou invocação dos sistemas de partido único como estratégia para unir países profundamente divididos em termos étnicos.

A influência marxista (na tradição do defendido pelo grupo de Casablanca) consubstanciou-se na defesa do que se passou a vulgarizar como "independência total", objetivo almejado como forma e processo de superação da dependência em relação às antigas metrópoles, negando o que, na altura, nos meios marxistas, se passou a designar por neocolonialismo.

As posições mais sintomáticas a este respeito terão sido, porventura, as de Kwame Nkrumah, primeiro-ministro do primeiro país subsariano a tornar-se independente em 1957, o Gana, e cujo "socialismo foi mais elegante e coerente na teoria

1 A fundação da OUA foi o culminar de negociações de que resultaram um conjunto de princípios que vieram a moldar a África política nas décadas subsequentes. Entre esses princípios, dois revestem-se de particular importância: o da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado (uma conquista do grupo de Monróvia face ao militantismo socialista do grupo oposto) e o da não-alteração das fronteiras herdadas do colonialismo, passando-se a exigir, por conseguinte, o respeito recíproco da soberania e da integridade territorial de cada Estado.

do que na prática"[2] (Falola 2001: 128); a de Sékou Touré, líder nacionalista da Guiné-Conacri, colónia francesa que, em 1958, se tornou independente e que, em plebiscito, havia recusado pertencer à comunidade francesa; e a de Patrice Lumumba, líder congolês, cuja rebeldia o levou à morte, em 1961, assassinado com a conivência das instâncias belgas, personificadas nos oficiais que assistiram ao seu fuzilamento por soldados fiéis a Moïses Tshombé, seu opositor e líder separatista catanguês, marcadamente pró-ocidental.

O Senegal, em relação à França, e o Quénia à Inglaterra, eram apontados como os países neocoloniais por excelência. Na África de língua (oficial) portuguesa, cujos processos de independência acontecem uma década depois, os movimentos de libertação incorporaram nos seus ideários e práticas de luta a divisão ideológica decorrente da Guerra Fria. Os movimentos integrantes do CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), tais como o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) cedo elegeram a independência total como a meta a atingir, juntando a luta nacional à popular. Movimentos como a UPNA (União Nacional dos Povos do Norte de Angola), depois UPA (União Nacional dos Povos de Angola),[3] a COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) alinhava, por seu lado, com o Ocidente. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), movimento criado em 1966 por os seus líderes terem entrado em rutura com a FNLA, constitui, de certo modo, uma exceção. Manteve o epíteto de "independência total" na sua sigla mesmo depois da sua abertura ao apoio fornecido pelos países ocidentais.[4]

---

2 Tradução livre de: "[Nkrumah's] socialism was more elegant and coherent in theory than in practice".

3 Mais tarde ainda transformada na FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

4 Na verdade, a escolha do nome terá sido mais aleatória do que pensada, como testemunha um dos seus fundadores e dirigentes, Nzau Puna (2019: 55). Foi – diz - "quase por...acaso. Jonas Savimbi comprou o jornal *L'Unità* (italiano), e Tony da Costa Fernandes propôs que fosse mesmo UNITA. Depois foi só 'encher' as siglas". Este procedimento coincide, de certa forma, com a errância ideológica e estratégica do movimento quer durante a luta de libertação, quer na guerra que moveu, após a independência, contra o regime monopartidário implementado pelo MPLA. Savimbi granjeou conciliar, com uma liderança que tanto teve de meritória como de controversa, o supra citado apoio dos países ocidentais, a desconfiança, senão animosidade, dos países do Leste europeu (desde logo comprometidos com o MPLA), e o apoio e a influência maoísta na implantação do movimento no interior de Angola e na organização da guerrilha, como o atesta, por exemplo, o *Guia Prático do Quadro*, de sua autoria, claramente inspirado no *Livro vermelho* de Mao Zedong (Fernando 2012: 199).

Aquando das independências das colónias portuguesas após 1974, foram os movimentos que traziam no ideário a "independência total" e alinhados com o sovietismo a assumirem o poder. O marxismo tornou-se, por conseguinte, também aqui, um referente doutrinário formal e politicamente incontestável.

Com o fim da Guerra Fria registou-se (nalguns casos, para ser mais preciso, acentuou-se) a aproximação desses governos e dos demais governos africanos de índole marxista ao mundo ocidental, um processo que implicou, por um lado, o abandono do modelo marxista e, por outro, a implementação (o que também é válido para os países que desde sempre foram pró-ocidentais) de regimes políticos pluripartidários. A *Perestroika* deu origem, como se parodiava na África francófona, à *Paristroika*, uma clara alusão à influência que a França nunca deixou de exercer nas suas ex-colónias e que era por demais evidente.

2. Embora a conjuntura política descrita, sob a égide do que designei por paradigma nacionalista, tenha, de alguma forma, influenciado a escolha e a aplicação de instrumentos analíticos marxistas para compreender e explicar as dinâmicas sociais da África subsariana, não deve a mesma ser entendida como relação de causalidade linear, mecanicista. O marxismo presente no desenho das políticas públicas foi, como referido, de índole doutrinária, enquanto, no que respeita aos instrumentos analíticos em apreço, ele foi, sobretudo, instrumental. Reproduz-se aqui, de certa forma, a diferença que se registou quanto ao entendimento do marxismo entre os meios académicos e intelectuais ocidentais, a começar pela (1ª geração da) Escola de Frankfurt, e o entendimento dogmático que dele faziam os partidos comunistas sob a influência do curso político a desenrolar-se na União Soviética.

Enquanto instrumento analítico aplicado à compreensão e descrição das sociedades africanas, o que equivale a estabelecer uma relação de ordem epistemológica e metodológica entre Marx, marxismo e os chamados estudos africanos, quatro domínios ou problemáticas surgem, em minha opinião, como relevantes: (*i*) a teoria dos modos de produção; (*ii*) o conceito de Estado, em geral, e Estado pós-colonial; (*iii*) a problemática do racismo inerente à condição colonial por que o continente (não apenas a África subsariana) passou; (*iv*) a alienação cultural, o nacionalismo e as posteriores leituras pós-coloniais do processo de descolonização.

A discussão aprofundada, como seria desejável, destas quatro problemáticas excedem em espaço e tempo a natureza do presente ensaio, destinado a fixar, por escrito, a intervenção havida no colóquio internacional dedicado a Karl Marx pelos duzentos anos do seu nascimento, que teve lugar na Universidade do Minho no outono de 2018. Das quatro problemáticas em questão, a que supostamente será

entendida como a mais desatualizada é a que se refere ao conceito/teoria do modo de produção. A terceira e a quarta são claramente remissíveis ao "jovem Marx", o Marx mais filósofo, mais "hegeliano", autor (individual) de obras como *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* (Paris 1843) [Sobre a crítica da filosofia do direito de Hegel], *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844; impres. 1932) ou ainda as célebres *Thesen über Feuerbach* (1845; impres. 1888) [Teses sobre Feuerbach]. A segunda problemática, a do conceito de Estado, sendo entendida como um legado do Marx "maduro" [o que se segue à escrita, conjuntamente com Friedrich Engels,[5], de *Die deutsche Ideologie* (manuscrito de 1845-46) (A ideologia alemã) e do *Manifest der kommunistischen Partei* (1847-48) (Manifesto do Partido Comunista) e ainda, segundo Althusser (1974:31), do *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (escrito entre 1851-52) (18 do Brumário de Luís Bonaparte)], não deixa de ser igualmente importante o confronto desta aceção com o sentido com que o conceito de Estado surge em textos da fase anterior, a do "jovem" Marx, como é o caso de *Zur Judenfrage* (1844) [Sobre a questão judaica], onde é notória a influência de Hegel e onde é possível descortinar a ideia de um Estado (liberal) regulador. Assim sendo, por razões da suposta desatualização do conceito de modo de produção, julgo ser mais interessante incidir a minha atenção na análise do mesmo e na sua relação com o estudo das dinâmicas sociais africanas, que o mesmo será dizer, com os estudos africanos. Procurarei tratar com alguma profundidade os aspetos e as dimensões da obra de Marx plasmados no conceito que, tendo sido esparsamente definido pelos seus mentores, suscitou, durante o período da sua hegemonia nas ciências sociais, debates e controvérsias que, no seu conjunto, consubstanciam e avalizam o que se poderá considerar como a teoria do modo de produção.

Uma das vozes marcantes do debate foi a de Marta Harnecker, teórica chilena, recentemente (ano de 2019) falecida, que, na senda de Louis Althusser, entendeu, em livro inicialmente publicado em 1968, o modo de produção como uma realidade total, uma formação social que, em conformidade, permitia "pensar na totalidade social" (1973: 136) da sociedade em estudo.[6] A essa formação subjazia a luta de classes como seu núcleo performativo. Distancia-se, nestes termos, dos que enfeudavam o conceito à estrutura produtiva, ao domínio meramente económico, relevando um sentido que, não deixando de estar patente na obra de Marx, para Harnecker e Althusser (1973: 7) tornava o conceito refém de uma dimensão economicista.

5 Ainda com a contribuição de Moses Hess e Joseph Weydemeyer.

6 Esta é também a posição de Franz-Wilhelm Heimer (1983: 1093) em texto publicado na *Análise Social* na década de 80 do século passado.

Continuando o pensamento de Harnecker (1973: 136), o modo de produção seria constituído por uma "estrutura global" formada por "três estruturas regionais: a económica, a jurídico-política (referindo-se às leis, ao Estado, etc.) e a ideológica (envolvendo ideias, costumes...). Consoante a conjuntura histórica (diria eu...), uma das estruturas regionais acabaria por dominar as outras.

Tratou-se, na verdade, de um debate envolvente que, dominando os círculos de pensamento marxista, acabou por se repercutir entre aqueles que se dedicavam ao estudo das sociedades africanas, não indiferentes à constelação nacionalista (ou paradigma nacionalista), então dominante em África. A sua importação começou por ser inicialmente devida à historiadora francesa Catherine Coquery-Vidrovich, que, na senda do que vinha sendo discutido a propósito do modo de produção asiático[7] (cf. Shiozawa 1966) e da sua aplicação a África, defendeu a existência de um modo de produção africano distinto dos demais.[8] O seu uso, a partir de então, generalizou-se de tal forma que sou levado a concordar com Bill Freund (1985: 23): os anos 70 do século passado seriam lembrados, no âmbito dos estudos africanos, como a década " *of the 'mode of production*".

O conceito, entendido na versão africana, caracterizava, fundamentalmente, as formas pré-capitalistas e pré-modernas (por vezes designadas por "tradicionais") do sistema produtivo das respetivas sociedades, assim como a articulação dessas formas de produção e de organização sociopolítica com o modo de produção capitalista, viabilizado pelo comércio atlântico e pelo colonialismo europeu.

O processo de trabalho, a divisão do trabalho por especialização e género, as relações de produção, os diferentes níveis de comércio e natureza das respetivas mercadorias, são, na verdade, dimensões que permitem a caracterização de qualquer contexto de produção e, consoante a aceção e o peso que se atribui a determinadas características evidenciadas pelo conceito, é possível descortinar a estratificação social, o direito de propriedade e o regime jurídico-político vigente nessa mesma sociedade. No fim, ambas as posições em debate (chamemos-lhes "generalistas" e "reducionistas")

---

7 É de mencionar, antes de mais, que Marx não teve propriamente em mente a existência de outros modos de produção para além dos que decorrem da sua situação de europeu (ou ocidental), num eurocentrismo que encontra em Friedrich Hegel, de quem foi discípulo, integrando o grupo dos hegelianos de esquerda, o seu principal referente. Não deixa, contudo, de fazer algumas referências ao que se poderá entender, de um modo alargado, por modo de produção asiático, a ele se referindo com designações como "forma asiática ou oriental de produção". O debate a respeito da existência deste modo de produção teve particular expressão no início dos anos 60 do século XX, mormente nos meios académicos franceses, por protagonismo de intelectuais (neo)marxistas (Freund 1985: 23).

8 Outros estudiosos de África, tais como Claude Meillassoux e Emmanuel Terray, preferiram falar em modo de produção linhageiro (baseado na linhagem) e em sociedades segmentárias.

acabam por traduzir o fundamental das sociedades em apreço pela evidência que dão quer às características de índole infraestrutural, quer às de natureza superestrutural. Fragilidades como a do entendimento da história como o resultado da luta de classes, como é a posição de Louis Althusser, suscitaram, naturalmente, objeções que se prendiam, por um lado, com a datação do próprio conceito de classe social em Marx e Engels ao tempo, à geografia e à dinâmica social por ambos vivenciada e participada, e, por outro, com a natureza das sociedades africanas. Independentemente da dificuldade em "encaixar" o conceito de classe social próprio de um tempo e de um espaço na generalidade dos modos de produção e respetiva sucessão, como foi apanágio de uma certa tradição intelectual marxista, mormente no Leste europeu, a sua aplicação à estratificação social existente nas sociedades africanas era ainda mais problemática. E, para esse facto, vem precisamente Amílcar Cabral chamar a atenção, numa palestra proferida em janeiro de 1966, na primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina, em Havana.[9] Cabral foi um dos teóricos mais incidentes do nacionalismo africano e sendo, na verdade, um marxista convicto, nunca descurou a importância de os africanos 'pensarem com as suas próprias cabeças' (Cf. Venâncio 2005; 2014). Mas leiamo-lo:

> Os que afirmam - e com razão, quanto a nós - que a força motriz da história é a luta de classes, estariam certamente de acordo em rever esta afirmação, a fim de a precisar e de lhe dar um campo de aplicação mais vasto se conhecessem mais profundamente as características essenciais de certos povos colonizados, quer dizer, dominados pelo imperialismo (p. 41).

Mais adiante, a título conclusivo, diz ainda:

> O que acaba de dizer-se permite levantar a seguinte questão: será que a história só começa a partir do momento em que se desenvolve o fenómeno 'classe' e por consequência a luta de classes? (p. 42).

A resposta, a adaptação às situações africanas, estaria, segundo Cabral, não na luta de classes, mas sim na tensão (dialética, diria eu) entre forças produtivas e relações de produção, dois elementos/polos essenciais do conceito. O fenómeno de "classe social", tal como o mesmo tinha sido definido por Marx e Engels com base

9 O texto "A arma da teoria" foi, mais tarde, publicado na revista *Partisans*, nºs 26-27 e na antologia, coordenada por J. Camacho e Joel Silveira, Amílcar Cabral (1974), *Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta*, Lisboa, Publicações Nova Aurora.

nas consequências da Revolução Industrial na Inglaterra, isto é, em função da dicotomia: posse ou não posse de meios de produção, passava, na verdade, ao lado das dinâmicas e da estratificação social em África.

Independentemente de um entendimento mais generalista ou mais reducionista, o conceito de modo de produção consubstancia uma perspetiva epistemológica que tende a valorizar um plano analítico macro, ético e determinista, o que, de resto, está conforme os modelos e paradigmas então vigentes (e não apenas nas ciências sociais e humanas) e respetivos procedimentos metodológicos. A par do conceito de modo de produção, outros tais como o de estrutura (na perspetiva do estruturalismo francês) ou o de sistema, como aparece plasmado no conceito de sistema geral da ação de Talcott Parsons, comungavam das mesmas preocupações globalistas e coletivistas. Não abandonando o princípio da sistematização por razões óbvias, os paradigmas atuais tendem a valorizar, em conjugação com aquela outra perspetiva, planos analíticos micro, émicos e, convocando um termo indexado à sociologia weberiana, acionalistas. Neste particular, o conceito de modo de produção, podendo continuar a ser explorado, não deixa de estar relativamente desatualizado. Uma desatualização decorre igualmente da conjuntura política atual, marcada pelo fim da Guerra Fria, pela (aparente?) vitória e supremacia do mundo capitalista sobre o socialista, no fim, pela emergência do (neo)liberalismo e da globalização como horizonte organizativo das economias e das sociedades. No que especificamente diz respeito à análise das sociedades africanas e dos estudos africanos, acrescente-se à conjuntura supramencionada o soçobrar do paradigma nacionalista e a emergência do pós-nacionalismo e do pós-colonialismo. Destes referentes, entre as muitas dimensões ou características que invocam, duas parecem-me importantes: a desvalorização das fronteiras políticas e do princípio da territorialização e a valorização ou redefinição, numa perspetiva identitariamente construtivista, da pertença e/ou condição negro [-africana] à luz do processo de globalização do mundo. As fontes destes novos processos reivindicativos e identitários deixaram de ser Marx, Engels ou mesmo Amílcar Cabral e passaram a ser Frantz Fanon e tantos outros intelectuais e ativistas que o contexto de luta afro-americano pelos direitos civis tem produzido e influenciado. Esta temática, de que se dá aqui um breve tratamento, seria o assunto a ser desenvolvido no ponto quatro do leque de problemáticas que o marxismo ainda hoje suscita no âmbito dos estudos africanos.

3. Não fui imune nem à influência marxista enquanto tópico doutrinário nem ao uso, no plano estrito da ciência, do conceito de modo de produção. Comecei por fazê-lo no desenvolvimento da minha tese de doutoramento (*Die Ökonomie Luandas und*

des Hinterlandes im 18. Jahrhundert. Eine historisch-ethnologishe Studie, Johannes-Gutenberg Universität Mainz)[10], analisando a articulação entre o que designei por modo de produção tradicional (pré-capitalista) da África central com o modo de produção capitalista, veiculado pela presença (colonial) europeia, nomeadamente a portuguesa. Na esteira de Wallerstein (1980) e de outros teóricos marxistas, assumi, em relação ao conceito de capitalismo, um sentido alargado no tempo, fazendo recuar o seu início ao século XVI, relevando, para o efeito, a existência de *surplus* (lucro) como uma das suas principais, senão a principal característica.[11]

Para a caracterização do modo de produção da África central servi-me, para além do registo vivencial projetado, em termos referenciais, para um tempo passado, de relatos da época devidos a missionários e viajantes europeus, assim como da relativamente vasta literatura etnológica à data existente.

A fundação de Luanda data de 1576 e é tida como a primeira vila/cidade europeia a ser fundada na África Ocidental. A segunda foi a cidade do Cabo. Paulo Dias de Novais, o fundador, desembarcou na ilha de Luanda em 1575, na qualidade de capitão donatário e de governador, munido, para tal, de uma carta de doação, que estabelecia os direitos e deveres do donatário na capitania a instituir, e de uma carta de foral que estabelecia os estatutos em função dos quais os colonos deveriam ser governados (Heintze 2007: 246). O propósito era o de instalar na região uma colónia nos termos já ensaiados nas ilhas atlânticas e, sobretudo, no Brasil, pelo que Paulo Dias de Novais estava obrigado a fixar na colónia, no prazo de seis anos, um conjunto de 100 famílias de colonos, o que, na realidade, nunca veio a acontecer por razões que passam pela conjuntura política na Europa, pelas dificuldades financeiras do capitão donatário e também por motivos que estão longe de ser de somenos importância: a agrura do clima e a hostilidade das entidades políticas africanas. De qualquer modo, se formalmente estaria prevista a fundação de uma colónia com a dupla característica de ser de povoamento e de exploração, rapidamente resvalou para um dos lados: transformou-se numa colónia de exploração e de conquista, tendo o comércio de escravos destinados quer ao Brasil, quer às Américas espanholas como principal

10 Edição portuguesa: *A economia de Luanda e* hinterland *no século XVIII. Um estudo de sociologia histórica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

11 Existe um debate, na tradição marxista, em torno do início do capitalismo, se se deu no século XV, com o comércio perpetrado pelas cidades italianas com o Levante (o capitalismo comercial para os que entendem o capitalismo num sentido alargado no tempo) ou em finais do século XVIII/início do século XIX na senda da Revolução Industrial, com a separação, por um lado, entre força de trabalho e meios de produção e, por outro, com a concentração de capital e dos meios de produção na mão da burguesia industrial, refletindo, no fim, a conjuntura que precede e acompanha a Revolução Industrial inglesa (o capitalismo industrial para os adeptos do sentido alargado do conceito). Marx emprega o termo capitalismo nos dois sentidos.

atividade económica. A passagem do seu estatuto de capitania para colónia sob a responsabilidade de um governador-geral, que passou a usufruir de um vencimento anual (Delgado 1948, 371 e segs.), deu-se após a morte de Paulo Dias de Novais e a visita do inquiridor Domingos de Abreu e Brito, cujas considerações foram tomadas em consideração pelo rei D. Filipe I de Portugal, II de Espanha. Essa mudança de estatuto reforçou ainda mais a vertente de conquista e exploração. Progressivamente, a colónia foi evoluindo para uma situação de clara supremacia sobre as entidades políticas locais e sobre os africanos em geral, e, atendendo à organização económica e político-administrativa implementada, é plausível ponderar tal relação de hegemonia como sendo uma forma embrionária e extemporânea (atendendo ao que se passa nas restantes partes de África) de colonialismo, a de um colonialismo que tem sido designado por arcaico. No pressuposto da aceitação desta proposta, a corrida para África do século XIX, fruto, em parte, da conjuntura saída da Revolução Industrial, deixaria de estar na origem do colonialismo propriamente dito, e sim do colonialismo moderno.

Várias eram as contribuições teóricas de que me podia servir para caracterizar a organização económica da colónia ou, mais precisamente, de Luanda e do seu *hinterland* num período marcado, por um lado, pela consolidação da economia-mundo europeia no espaço atlântico (Wallerstein 1980) e, por outro, pela reorientação estratégica do império português, doravante centrado no Atlântico, no que inaugura o que alguns historiadores entendem por 2º império. Estava-se perante uma economia frágil, precária, ultraperiférica e marcadamente dualista, isto é, albergava no seu seio formas de produção e organização influenciadas pela economia atlântica, pela economia de mercado, a par de formas organizacionais onde era evidente a influência das sociedades e economias africanas tradicionais, com lógicas de poder e de apropriação dos bens materiais forçosamente diferentes. Tratava-se de uma situação que espelhava, à luz da conceção substantivista da economia defendida por Karl Polanyi,[12] a confluência entre pelo menos duas das formas de integração por ele apontadas: a de mercado, com os seus respetivos princípios, reinante no comércio atlântico, e as formas redistributivas, exercidas pelas chefias africanas com quem os portugueses comerciavam ou contra quem combatiam. Ambas coexistiam com formas de integração recíprocas [a terceira forma de integração proposta por Polanyi na defesa que faz da *embeddedness* (imersão) da economia nas sociedades], que, não obstante terem

12 Um livro fundamental para o entendimento, por um lado, do que é a perspetiva substantivista da economia, baseada na imersão (*embeddedness*) da economia na sociedade (no que se diferencia do formalismo da economia clássica) e, por outro, do comércio atlântico e da presença europeia na costa ocidental de África, continua a ser o clássico de Karl Polanyi (1966), *Dahomey and the slave trade: an analisys of an archaic economy.* Washington, University Press.

sido mais comuns na África pré-colonial do que as redistributivas, no contexto de pressão gerado pelo comércio atlântico e pela colónia de Angola, eram as redistributivas a ganhar maior protagonismo pelo papel intermediário que desempenhavam.

A propósito deste protagonismo, cuja valia era uma faca de dois gumes, existia (e continua a existir) uma teoria, de índole formalista, problematizadora e explicativa das relações de dependência que se teciam entre as entidades africanas e os europeus durante o mercantilismo, isto é, durante o período que vai do século XVI ao XIX. Era a chamada teoria atlântica, que às chefias ou Estados africanos que estivessem em contacto direto com os europeus prescrevia o seu soçobrar a breve trecho; os que se mantinham equidistantes, pelo contrário, tendiam a fortalecer-se.[13]

Na verdade, nenhum destes posicionamentos teóricos permitia um conhecimento profundo e pormenorizado, um entendimento interno, das sociedades africanas envolvidas no processo de colonização em curso, quer as que eram já diretamente influenciadas pelo poder colonial, quer as que mantinham a equidistância supracitada. Questões como as que se prendiam com as condicionantes geográficas, com a relação que as comunidades estabelecem com a natureza, com importância da linhagem enquanto factor de regulação social, com a constituição e simbologia do poder, com o tipo de economia de subsistência e com a relação entre género e atividades económicas e artesanais, com a estratificação social e as relações de dominação, eram, na verdade, características para cujo conhecimento pormenorizado e estrutural o conceito de modo de produção se ajustava. Da sua aplicação foi possível aferir processos e mecanismos de transformação e de reprodução das sociedades em estudo e, assim, conhecer, numa perspetiva menos ética e mais émica, as *nuances* e consequências a nível interno da articulação entre os processos de produção das sociedades africanas e os da sociedade colonial. Bem..., a introdução de um capítulo sobre o quotidiano e a qualidade de vida na colónia, olhando para a subsistência da mesma a partir da qualidade de vida e a luta pela sobrevivência dos seus habitantes, afastou-me, pelo menos nesse ponto, do plano macro para onde o uso do conceito de modo de produção naturalmente impelia.

---

13 Esta teoria conjuga-se, de certa forma, com as posturas (neo)institucionalistas que procuram encontrar hoje razões para o desenvolvimento e sucesso das economias e das sociedades. Daron Acemoglu e James A. Robinson, em livro recente, *Porque Falham as Nações? As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza* [Lisboa 2013, título inglês: *Why nations fail*], ao tentarem demonstrar que o desenvolvimento decorre das instituições inclusivas e não das extrativas, dão o exemplo da dinastia Quing (China) que, fechando-se ao comércio internacional, o imperador obrigou as comunidades do mar da China a recuarem trinta quilómetros para o interior. Desse posicionamento derivou, mesmo que datado no tempo, o fortalecimento do absolutismo da dinastia e, como contrapartida, na ótica dos autores, o empobrecimento do império.

A título conclusivo, apraz-me referir que o conceito de modo de produção, enquanto foi "moda" nos estudos africanos, permitiu conhecer com profundidade e dinamismo as sociedades africanas em domínios científicos tão variados como o da sociologia, da antropologia, da economia, da história e da ciência política. Por outras palavras: desempenhou um importante papel na consolidação dos estudos africanos enquanto área académica.

Em relação às quatro problemáticas elencadas no início deste ensaio, por onde se poderia aferir, em relação ao estudo das sociedades africanas, a atualidade do pensamento de Marx/Engels e do marxismo em geral, a referente ao conceito de modo de produção será, porventura, a que apresenta menor grau de atualidade. Trata-se de um conceito indexado à fase do "Marx maduro" e, como acontece com a obra desta fase, perante o fim da Guerra Fria, a emergência do liberalismo e da sua respetiva ufania, foi relegado ao esquecimento. As outras três problemáticas, remetendo para o "jovem Marx" (o conceito de Estado apenas em parte), a parte mais atual da sua obra, apresentam, na proporção, maior atualidade. O seu tratamento, pelas razões invocadas, fica para outra primavera.

Bibliografia

Acemoglu, Daron e James Alan Robinson (2013), *Porque falham as nações? As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Lisboa, Temas e Debates.

Althusser, Louis (1973), "Apresentação", *in* Marta Harnecker (orgs.), *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Lisboa, Editorial Presença.

Althusser, Louis (1974), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença.

Cabral, Amílcar (1974), *Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta*. Lisboa, Publicações Nova Aurora.

Delgado, Ralph (1948), *História de Angola*. Luanda, Banco de Angola, vol. 1.

Falola, Toyin (2001), *Nationalism and African intellectuals*. Rochester, University of Rochester Press.

Fernando, Emídio (2012), *Jonas Savimbi no lado errado da história*. Lisboa, D. Quixote.

Freund, Bill (1985), "The modes of production debate in African studies", C*anadian Journal of African Studies*, vol. 19, n.º 1, 23-29.

Harnecker, Marta (1973), *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Lisboa, Editorial Presença.

Heimer, Franz-Wilhelm (1983), "Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica", *Análise Social*, vol. XIX, n.º 77/78/79, 1091-1100.

Heintze, Beatrix (2007), *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda, Kilombelombe.

Marx, Karl (1997 [1844]), *Sobre a questão judaica*. Lisboa, Edições Avante.

Marx, Karl (2000 [1852]), *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte*. Ridendo Castigat Mores, disponível em: https://neppec.fe.ufg.br/up /4/o/brumario.pdf.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1997 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Edições Avante.

Marx, Karl e Friedrich Engels (2008 [1846]), *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes.

Polanyi, Karl (1966), *Dahomey and the slave trade: An Analysis of an Archaic Economy*. Washington, University Press.

Puna, Miguel Maria N'Zau (2019), *Mal me querem. A história de Angola na voz de quem a fez. Um testemunho sem meias-palavras*. Lisboa, Guerra & Paz.

Shiozawa, Kimio (1966), "Marx's view of Asian society and his 'Asiatic Mode of Production'", *The Development Economies*, vol. 4, n.º 3, 299-315.

Venâncio, José Carlos (1996), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de sociologia histórica*. Lisboa, Editorial Estampa.

Venâncio, José Carlos (2005), *A dominação colonial. Protagonismos e heranças*. Lisboa, Editorial Estampa.

Wallerstein, Immanuel (1980), *The World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova Iorque, Academic Press Inc.

XVI. ELITES E CLASSES SOCIAIS NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

Paulo de Carvalho

1. Introduzindo o conceito de estrutura social

Quando falamos em estrutura social, estamos a referir-nos a um sistema de interdependências, distâncias e hierarquias, que existe no seio de cada sociedade. Trata-se de um sistema de estratificação socioeconómica, que dispõe a sociedade em camadas, tanto vertical, quanto horizontalmente. A estrutura social inclui dois elementos, nomeadamente: (*i*) a estratificação social; (*ii*) a estrutura de classes.

Falamos em *estratificação social* quando nos queremos referir às camadas que se formam com base no acesso diferenciado ao poder ou aos bens sociais, como sejam, por exemplo, a instrução, o rendimento, o prestígio e o lazer (Weber 1971, Mills 1979, Parkin 1979). É aqui que enquadramos as *elites*, entendidas como camadas que se localizam acima das demais na hierarquia social, em função de um critério pré-determinado. São agrupamentos sociais que integram pessoas com *dotes sociais* elevados em pelo menos uma das escalas mencionadas, exercendo por isso grande influência sobre os valores culturais predominantes na sua sociedade (Mosca s.d., Mills 1981).

Já quando falamos em *estrutura de classes* estamos a referir-nos às camadas que se formam hierarquicamente, com base no acesso diferenciado aos bens presentes no mercado, nomeadamente os meios de produção e o capital (por um lado) e a venda da força de trabalho (por outro). Os integrantes de uma mesma classe social partilham interesses, estilos de vida e pontos de vista comuns, naquilo que se designa por consciência de classe. As diferentes classes sociais entram em confronto entre si, em função dos respectivos interesses de classe (Marx 1996 [1867]; cf. Weber 1971, Poulantzas 1974 e 1977).

2. Estrutura social na Angola colonial

Tal como sucede em qualquer colónia, a Angola colonial caracterizava-se pela dominação dos colonizadores diante dos colonizados. Estes dois grandes estratos sociais estavam internamente diferenciados, com grupos elitários e grupos não elitários. Quanto aos colonizadores, eram em si um grupo elitário (diante dos colonizados), mas a sua diferenciação era tal que incluíam, por exemplo, patrões e empregados. Já o grupo de colonizados, bastante mais extenso, era muito mais homogéneo, apesar de estar também internamente diferenciado (tal como o grupo anterior). A oposição entre "assimilados" e "indígenas" era a diferenciação mais visível na sociedade colonial, dentre os colonizados (Carvalho 1989 e 2011, Cruz 2005). Um outro grupo elitário eram os chamados "civilizados" (do ponto de vista dos valores europeus), um grupo que integrava colonizadores e os colonizados considerados "assimilados".

Depois de referirmos os grandes grupos, passemos à diferenciação no seu seio. Em relação a grupos elitários existentes no seio desde grande grupo de "civilizados", considero que no final do período colonial havia em Angola três elites (Carvalho 1989 e 2011), nomeadamente: (*i*) grande elite citadina; (*ii*) elite intermédia; (*iii*) elite dispersa.

Em relação às classes sociais, no final do período colonial elas estavam em Angola *in statu nascendi*, ou seja, num estágio inicial de consolidação, em função do grau de industrialização e de urbanização. Mas estes grupos com características de classe social existiam apenas na sociedade central, onde predominavam relações de produção do tipo capitalista. Eis as classes sociais que considero ter existo em 1970, na Angola colonial (Carvalho 1989 e 2011): (*i*) operários agrícolas; (*ii*) protoproletariado; (*iii*) proletariado; (*iv*) mestres e capatazes; (*v*) funcionários públicos e técnicos; (*vi*) pequena burguesia e pequenos fazendeiros; (*vii*) burguesia e grandes fazendeiros.

3. Resistência ao poder colonial em Angola

Todo o processo de colonização é degradante, no sentido da marginalização dos autóctones e da sobrevalorização dos colonizadores, tanto do ponto de vista cultural, quanto do ponto de vista económico e social. Karl Marx, considerado o *teórico da opressão*, considerou o colonialismo uma das formas de opressão e de subjugação dos povos, de modo que condenou a violência da exploração colonial. Por outro lado, considerou que o colonialismo terá impulsionado o desenvolvimento capitalista. Mas deve assinalar-se também o facto de Marx ter considerado em 1848 o colonialismo como factor de progresso civilizacional, uma vez que "na torrente da

civilização, a burguesia arrasta todas as nações, até as mais bárbaras" (Marx & Engels 1973 [1848]: 4). Na questão colonial, o papel da burguesia é duplo: um papel destrutivo da velha sociedade local e um papel regenerador que assenta as bases da sociedade ocidental na colónia (Marx 1973 [1853]). Como forma de opressão e de subjugação, o colonialismo tinha de ser combatido, de modo que Marx era de opinião que a revolução anti-colonial seria a consequência da opressão colonial, com a proliferação de lutas de libertação.

No caso angolano, o Estado colonial criou condições de subjugação dos autóctones, obrigando-os ao trabalho forçado. Esta forma de discriminação e de impedimento da ascensão social dificultava a competição com os europeus e os assimilados (de origem africana, mas com instrução que lhes permitia o acesso aos serviços de escalão intermédio). No início da década de 1960, "a quase totalidade da força de trabalho para a agricultura era obtida através do trabalho forçado" e, mesmo, "na pouco desenvolvida indústria, os trabalhadores forçados constituíam a maioria" (Mateus & Mateus 2013: 34-35).

O poder colonial agiu sempre no sentido de reprimir qualquer tipo de revolta, com punições que iam da chicotada ao desterro (dentro ou fora de Angola, com destaque para S. Tomé e Príncipe), passando por várias formas de privação da liberdade. A chegada a Angola da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), em meados da década de 1950, alterou "profundamente este quadro, instaurando um serviço centralizado e especializado de repressão policial de cariz político" (Medina 2003: 47; cf. Fernandes 2001). A partir de finais de Março de 1959 inicia em Luanda uma série de prisões, que viriam culminar no chamado "Processo dos 50", descrito por Maria do Carmo Medina (2003); (cf. Mateus 2004, Ventura 2011, Ângelo 2017).

Em Angola, a luta pela libertação do jugo colonial tem as suas origens ainda no período do início da ocupação de várias parcelas do território que é hoje Angola, prosseguindo com os movimentos intelectuais e literários do final do século XIX e início do século XX. O movimento nacionalista prossegue ao longo do século XX, atingindo o auge nas épocas áureas do movimento "Vamos descobrir Angola" e com a criação de associações culturais como a Liga Nacional Africana e a Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA) (Rocha 2009: 76-80, Correia 2009: 73-82, Kajibanga 2000, Chicoadão 2007, Silveira 2011). Vários dos movimentos com cariz cultural desembocaram em agrupamentos políticos mais ou menos organizados, que depois se fundiram ou foram desembocar nos três movimentos de libertação que, a partir de 1961, desencadearam ações de resistência armada ao poder colonial: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) formou-se em 1962 no Noroeste de Angola, partindo de uma base regional (a União dos Povos do Norte de Angola – UPNA, liderada por Barros Nekaka, que tinha como finalidade a restauração do antigo Reino do Kongo) para se transformar depois num movimento de libertação à escala nacional, liderado por Holden Roberto (Nganga 2008). A FNLA possuía base étnica marcadamente ba-kongo (Norte de Angola), perfilhava uma ideologia de direita e recebia apoio de países ocidentais, com destaque para os Estados Unidos da América (Guimarães 1998, Kissinger 1999, Wright 2000). Mas também recebeu apoios da China e da Roménia. A FNLA, herdeira da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) e da União das Populações de Angola (UPA), criou em 1963 em Kinshasa (então Léopoldville) o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE) e travou uma luta de resistência armada contra o poder colonial, com acções de guerrilha e de sabotagem económica.[1] Por altura da sua entrada em Luanda, em 1974, a FNLA era o movimento de libertação com maior força militar e com mais armamento.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) formou-se em Luanda em finais da década de 1950, perfilhando desde o início uma ideologia de esquerda e tendo como principais aliados os países do Leste europeu e partidos políticos de esquerda no Ocidente (Correia 1996, Wright 2000, MPLA 2008). Tendo em conta as suas características urbanas, era o movimento de libertação com base étnica mais alargada (cf. Carvalho 2002: 28-32) e com acção política e de resistência mais espalhada pelo território angolano. O MPLA adoptou um programa mínimo, que consistia no alcance da independência de Angola, e um programa maior, que previa a "construção de uma sociedade justa, democrática e pluripartidária, de bem-estar e progresso social, livre da exploração e da opressão do homem angolano" (MPLA 2017: 9). Este programa maior incluia os seguintes elementos: (*i*) independência imediata e completa; (*ii*) unidade da nação; (*iii*) unidade africana; (iv) regime democrático; (*v*) reconstrução económica e desenvolvimento da produção (*vi*) reforma agrária; (*vii*) política social de justiça e progresso; (*viii*) instrução, cultura e educação; (*ix*) defesa nacional; (*x*) política exterior independente e pacífica.

Já a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi formada em 1966 por Jonas Malheiro Savimbi (que antes tinha passado pela UPA e a seguir se aproximou do MPLA (Guerra 2002: 31-40)), tendo base étnica marcadamente ovimbundu (Centro-Sul de Angola) e actuando com apoio ocidental e, um pouco mais tarde, do governo sul-africano do *apartheid* (Guimarães 1998, Wright 2000).

1 Sobre as acções armadas da UPA e o início da luta de libertação, ver relatos do jornalista português Horácio Caio [1961]. Ver também Martins 2017, sobretudo as pp. 76-82.

Mas recebeu também apoio da China, onde o próprio Savimbi e alguns dos seus correligionários receberam formação militar (Guerra 2002: 42-43, 49-50, Bridgland 1986). A UNITA nasceu sob o signo da unidade (unidade do território, unidade do Estado e unidade de propósito), com um desafio duplo: (*i*) conquista da liberdade, da cidadania e da dignidade do angolano e (*ii*) construção da Nação Angolana (UNITA 2015: 5). Baseava a sua acção no "Projecto Muangai", que consiste em cinco princípios republicanos orientadores dos objectivos e do programa, a saber: (*i*) liberdade e independência total para os homens e para a Pátria-Mãe; (*ii*) democracia, assegurada pelo voto; (*iii*) soberania, com base na vontade do povo e tendo amigos e aliados, primando sempre pelos interesses dos angolanos; (*iv*) igualdade de todos os angolanos (*v*) no domínio económico, priorizar o campo para beneficiar a cidade.

Vários depoimentos dão conta do desenrolar da luta de libertação e, simultaneamente, da aposta na formação de quadros para os movimentos de libertação.[2] A luta de libertação em Angola terminou no ano de 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal, tendo a independência sido proclamada em Novembro de 1975.

4. Elites e classes nos movimentos de libertação

De um modo geral, na Angola colonial, as reivindicações partiam de pessoas de todas as camadas sociais, independentemente da proveniência social, do meio de residência e da identidade étnica. A dureza do regime colonial era sentida por todos, de modo que era generalizado o sentimento de revolta. Mas como o poder colonial se refugiava no uso da força repressiva, as manifestações de revolta não se faziam sentir no dia-a-dia, por parte de todos. As ações de resistência eram planificadas de forma clandestina, normalmente em pequenos grupos, de modo que fosse menor a probabilidade de denúncia. A criação dos movimentos de libertação tornou a resistência mais organizada e mais conhecida no exterior.

A resistência e a luta estavam direccionadas ao sistema e ao poder colonial, mas é preciso associar isso à questão racial, uma vez que os autóctones são negros e os colonos, brancos. Este facto facilitava a identificação de uns e outros, havendo, entretanto, a assinalar uma camada intermédia, composta por autóctones e por descendentes de colonos (mestiços) que eram considerados "assimilados", ou seja, possuidores de elementos da cultura portuguesa (Carvalho 1989 e 2011, Cruz 2005, Matrosse 2008). A obtenção desse estatuto exigia uma avaliação que considerava o

2 Por exemplo, Matrosse (2008), Chiwale (2011), Dibala (2018).

grau de proficiência em língua portuguesa, o conhecimento e utilização de valores culturais europeus e alguma distância em relação aos hábitos autóctones.

A questão étnica e a questão racial eram dois elementos de identificação e de diferenciação dos angolanos no período colonial. Aliás, o poder colonial utilizava estes dois elementos na gestão dos assuntos correntes da colónia, de modo a dividir e a hostilizar entre si os colonizados. Por exemplo, tirava populações de um local étnico e encaminhava-as para o território de outro grupo étnico, colocando estes no comando ou (mais comumente) sob comando dos primeiros. Por outro lado, o poder colonial em Angola atribuía o privilégio de comando a cabo-verdianos e a outros africanos, de modo que os angolanos (na sua terra) se sentissem marginalizados também junto daqueles.

Tal como já vimos, os três movimentos de libertação angolanos[3] atuavam em várias partes do território angolano, estando as suas direções instaladas, ora no exterior de Angola, ora no seu interior, nas chamadas áreas libertadas. Interessa aqui sublinhar o facto de o MPLA ser o movimento de libertação com origem mais urbana, enquanto a FNLA e a UNITA possuíam maior diferenciação a este respeito (mesmo na sua direcção). Como era de esperar, a luta organizada e a direção dos movimentos de libertação era maioritariamente integradas por pessoas provenientes das elites angolanas (urbanas ou rurais). Normalmente chegavam à direcção dos movimentos pessoas letradas, sendo este um importante factor de diferenciação social, visto que se estima que Angola contava em 1970 com uma taxa de analfabetismo que rondava os 85%.

Em termos étnicos, a direção do MPLA foi a que conheceu maior diferenciação (devido ao facto de este movimento ter nascido na cidade cosmopolita de Luanda) e, simultaneamente, a que conheceu mais mudanças ao longo do tempo (com maior predominância ambundu ou bakongo). Também em termos raciais o destaque vai para o MPLA, com maior diferenciação ao nível da direção, pela mesma razão apontada para o caso étnico. No que respeita a classes sociais, destacava-se na direção dos movimentos de libertação a classe dos funcionários públicos e técnicos: ou os próprios pertenciam maioritariamente a essa classe, ou eram filhos de funcionários ou de pessoal técnico.

Passemos agora ao grande grupo de pessoas envolvidas na luta de libertação. Portanto, falemos agora não apenas de elementos que integravam as chefias políticas, mas daqueles que participavam (eles mesmos) em ações de guerrilha ou outras

3 Houve uma série de agrupamentos políticos em Angola, ao longo do período colonial. Vamos aqui mencionar apenas os três movimentos de libertação reconhecidos em 1974 pelo Acordo de Alvor: FNLA, MPLA e UNITA.

ações de resistência contra o poder colonial. Eram pessoas que integravam o conjunto de militares e de pessoal de apoio, nos diferentes escalões. Em termos de estratificação social havia nos três movimentos de libertação pessoas dos diferentes estratos, incluindo provenientes de grupos elitários que se identificavam com a luta de libertação do jugo colonial. Havia, pois, pessoas consideradas então "indígenas" (por não terem rendimentos que pudessem levá-los a residir em áreas devidamente urbanizadas ou a ter um consumo de acordo com as regras impostas pelas autoridades coloniais) e pessoas que pertenciam ao grupo de "assimilados" (autóctones com instrução académica, residência e postura de acordo com os princípios da cultura europeia). Mas havia também pessoas nascidas em Portugal continental ou descendentes de colonos (brancos), que se identificavam com a resistência ao poder colonial.

Pode-se mesmo dizer que a estratificação social nos movimentos de libertação reflectia aproximadamente a estratificação social da colónia. Enquanto ao nível da direcção desses agrupamentos havia sobrerrepresentação de grupos elitários, o mesmo não ocorria quando consideramos na análise todas as pessoas engajadas na luta política e nas acções militares. E não havia a este respeito diferenças substanciais entre os movimentos de libertação. Mesmo em relação ao meio de residência, tudo indica que não havia grandes diferenças nos vários movimentos de libertação. Em diferentes épocas, as diferenças diziam unicamente respeito às áreas de recrutamento dos militantes, resultando daí algumas diferenças em termos étnicos (mas acredita-se que isso seja resultado de contingências próprias do processo e não tenha nunca sido programado haver diferenças na base étnica de recrutamento de filiados).

No que respeita à estrutura de classes, no final do período colonial, a conclusão é de haver, nos três movimentos de libertação, pessoas provenientes das várias classes médias e inferiores da hierarquia: operários agrícolas, protoproletariado, proletariado e funcionários públicos e técnicos. Havia também pessoas que não estavam enquadradas na sociedade central, nomeadamente pessoas provenientes de comunidades rurais que viviam da agricultura e da pastorícia. Neste escalão, a classe social menos representada seria provavelmente a dos mestres e capatazes, cuja maioria (sobretudo de capatazes) se revia na manutenção do poder colonial.

Conclusão

Os movimentos de libertação tinham no seu seio pessoas oriundas dos diferentes estratos e classes sociais. Enquanto a direcção era integrada maioritariamente por pessoas provenientes das várias elites (urbanas e rurais) de Angola, os demais filiados estavam absolutamente diferenciados, qualquer que fosse o critério de diferenciação

utilizado. Em termos de estratificação social notava-se a presença de pessoas oriundas das distintas camadas sociais (incluindo grupos elitários). Mas o facto de haver nos movimentos de libertação pessoas provenientes das diferentes camadas sociais, dos diferentes grupos étnicos e dos diferentes grupos raciais não significa que se tivessem esbatido essas diferenças. Elas persistiram no seio dos movimentos, tendo depois sido transferidas para o Estado e a sociedade do país independente.

No que respeita à estrutura de classes, os movimentos de libertação também não eram seletivos no recrutamento. Se as direções tinham grande diferenciação no que respeita à proveniência de classe (também com pessoas oriundas das classes menos favorecidas), a diferenciação era ainda maior quando consideramos todos os filiados nos movimentos de libertação. Mais do que qualquer consciência de classe, unia os filiados nos movimentos de libertação uma "consciência nacional", em formação segundo os ideais da libertação do jugo colonial. Os ideais da resistência, da não aceitação da subjugação, da negação da discriminação e da revolta diante das atrocidades e injustiças cometidas pelas autoridades e pelos colonos sobrepunham-se às identidades mais locais, diante de um inimigo comum: o poder colonial.

Bibliografia

Ângelo, Fernando Cavaleiro (2017), *Os Flechas, a tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola*. Alfragide, Casa das Letras.

Bridgland, Fred (1986), *Jonas Savimbi. A key to Africa*. Edimburgo, Hodder & Stoughton.

Caio, Horácio (1961), *Angola. Os dias do desespero*. Lisboa, Grupo de Publicações Periódicas, 10ª ed.

Carvalho, Paulo de (1989), *Struktura spoleczna spoleczenstwa kolonialnego Angoli*. Varsóvia, Instytut Socjologii Uniwersytetu Warszawskiego.

Carvalho, Paulo de (2002), *Angola: Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social.* Oeiras, Celta.

Carvalho, Paulo de (2011), "Angola: Estrutura social da sociedade colonial", *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 7, 57-69.

Chicoadão (2007), *Angola… ontem! Cronologia de passos a caminho da libertação*. Luanda, Nzila.

Chiwale, Samuel (2011), *Cruzei-me com a história. Autobiografia*. Rio de Janeiro, Sextante, 2ª ed.

Correia, Fernando (2009), *Américo Boavida. Tempo e memória (1923-1968)*. Luanda, INALD.

Correia, Pedro de Pezarat (1996), *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa, Hugin.

Cruz, Elisabete Vera (2005), *O estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso de Angola*. Lisboa, Novo Imbondeiro.

Dibala, Rui de Sá (2018), *O general tranquilo. Memórias de um comissário e guerrilheiro do MPLA*. Luanda, Acácias.

Fernandes, João Santos (2011), "A PIDE/DGS e a censura colonial", *in* Rui Azevedo Teixeira, *A guerra colonial. Realidade e ficção*. Lisboa, Notícias, 59-68.

Guerra, João Paulo (2002), *Savimbi. Vida e morte*. Lisboa, Bertrand.

Guimarães, Fernando Andersen (1998), *The origins of the Angolan civil war. Foreign intervention and domestic political conflict*. Londres, Macmillan.

Kajibanga, Víctor (2000), *A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade. Uma introdução ao estudo de vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda, INIC.

Kissinger, Henry (1999), *Years of renewal. The concluding volume of his memories*. Nova Iorque, Simon and Schuster.

Martins, Sebastião (2017), *André Kassinda. Um angolano, um ideal, uma vida*. Lisboa, Sílabo.

Marx, Karl (1973 [1853]), "Futuros resultados de la dominación británica en la India", *in* Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escogidas - Tomo I*. Moscovo, Progreso, 506-512.

Marx, Karl (1996 [1867]), *O capital. Crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Círculo do Livro.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1973 [1848]), *Sobre el colonialismo*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente.

Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na guerra colonial. 1961-1974*. Lisboa, Terramar.

Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2013), *Angola 61. Guerra colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide, Texto, 3ª ed.

Matrosse, Dino (2008), *Memórias e reflexões*. Luanda, Nzila.

Medina, Maria do Carmo (2003), *Angola: Processos políticos da luta pela independência*. Luanda, Faculdade de Direito da UAN.

Mills, Wright (1979), *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar.

Mills, Wright (1981), *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 4ª ed.

Mosca, Gaetano (s.d.), *The ruling class. Elementi di scienza politica*. Nova Iorque, McGraw-Hill.

MPLA (2008), *História do MPLA*, *Vol. I (1940-1966)*. Luanda, MPLA.

MPLA (2017), *Estatutos do MPLA*. Luanda, MPLA.

Nganga, João Paulo (2008), *O pai do nacionalismo angolano. As memórias de Holden Roberto*. São Paulo, Parma.

Parkin, Frank (1979), *Marxism and class theory. A bourgeois critique.* Londres, Tavistock.

Poulantzas, Nicos (1974), *Les classes sociales dand le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil.

Poulantzas, Nicos (1977), *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes.

Rocha, Edmundo (2009), *Angola. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano. Período de 1950 a 1964*. Lisboa, Dinalivro, 2ª ed.

Silveira, Maria Anabela Ferreira (2011), *Dos nacionalismos à guerra. Os movimentos de libertação angolanos – de 1945 a 1965* [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de História, Porto.

UNITA (2015), *Estatutos. Aprovados pelo XII Congresso*. Luanda, UNITA.

Ventura, José Diogo (2011), *Recordações minhas*. Luanda, Kilombelombe.

Weber, Max (1971), "Classe, status, partido", *in* Octávio Velho *et al.* (org.), *Estrutura de classe e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 61-83, 3ª ed.

Wright, George (2000), *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa, Caminho.

XVII. A ROTINIZAÇÃO DO MARXISMO NA PESQUISA SOCIOLÓGICA DE TERRENO

José Madureira Pinto

Introdução

A afirmação de que a sociologia portuguesa só começou de facto após a Revolução de Abril de 1974, embora empiricamente corroborável e largamente consensual, merece ser ponderada tendo em conta a natureza de certos movimentos de longa duração da história da cultura portuguesa, bem como a complexidade dos processos sociopolíticos que precederam e acompanharam, numa primeira fase, a instauração da democracia em Portugal.

Nos números subsequentes, tentaremos traçar em linhas gerais as principais características desses movimentos e processos, identificando depois alguns dos traços que, em parte em função delas, foram assumidos, em plena era democrática, pela sociologia portuguesa. Relevo especial será dado ao modo como a reflexão teórico-epistemológica, a propensão para o ecletismo metodológico, a abertura à interdisciplinaridade e o empenhamento na pesquisa de terreno se articularam e mutuamente se enriqueceram nas fases da institucionalização e consolidação da disciplina.

Dado que, na origem deste texto, esteve uma comunicação apresentada no âmbito da Sessão Plenária do Colóquio Internacional Marx 2018 dedicada ao tema *Marxismo e ciências sociais em Portugal: agendas, desconstruções, reconstruções*, outro dos pontos salientados prende-se com o modo peculiar como o marxismo foi emergindo no processo de génese e evolução das ciências sociais em Portugal. Sublinhar-se-á sobretudo a capacidade que ele tem revelado para, inserindo-se nas rotinas da pesquisa de terreno, orientar parte significativa da análise sociológica comummente realizada no sentido do aprofundamento do conhecimento sobre as dimensões classistas dos fenómenos sociais e as componentes simbólico-ideológicas

da dominação, bem como sobre os fundamentos estruturais da génese e reprodução das desigualdades.[1]

1. Primórdios da sociologia em Portugal

Desde o último quarto do século XIX, o campo intelectual português foi registando ecos do movimento de eclosão das ciências sociais nos países centrais. Teófilo Braga, um dos mais influentes ideólogos e políticos do republicanismo, chegou mesmo a publicar, em 1884, um longo tratado de sociologia (*Systema de Sociologia*) em que Auguste Comte, Herbert Spencer e, de um modo geral, os pontos de vista do positivismo organicista e evolucionista eram as referências fundamentais.

A receção das correntes positivistas foi marcada por alguma indiferença, e mesmo, em certos sectores da intelectualidade, por efetiva hostilidade, opondo-se-lhes tanto individualidades próximas da Igreja Católica, como os representantes do pensamento filosófico português mais voltados para a reflexão metafísica e menos abertos às correntes de opinião de proveniência europeia. A verdade é que certos princípios epistemológicos inovadores associados ao positivismo sociológico emergente - como os relativos a uma visão holística, sistémica e determinista na abordagem da realidade social – virão a marcar posição nas polémicas intelectuais desta transição de século. Passando a integrar, em 1901, o plano de estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a Sociologia chegou mesmo a obter transitoriamente alguma consagração institucional no campo académico. Muito focados, inicialmente, em teses de orientação organicista e evolucionista, os programas das disciplinas em causa foram acolhendo outras referências teóricas. Émile Durkheim, Georg Simmel, Gabriel Tarde, Ferdinand Tönnies e os fundadores da sociologia norte-americana são autores invocados nas lições, até à substituição da disciplina pela economia política, na sequência da reforma dos cursos realizada em 1911.

Entretanto, e fora do quadro institucional universitário, também a História sofrera, em Portugal, muito antes do final do século, um impulso renovador, abrindo-se a contributos oriundos da economia, da geografia, da antropologia e da própria sociologia. Oliveira Martins concebeu e organizou entre 1879 e 1885 uma

1 Para fundamentar o nosso ponto de vista, retomaremos, de modo sintético, um conjunto de interpretações sobre a formação, tendências recentes e perspetivas de desenvolvimento da sociologia portuguesa que já propusemos anteriormente (Pinto 1998, 2004, 2007a; 2007b: Cap. II e 2019). Para um aprofundamento de tais interpretações e uma inventariação de balanços da história recente da disciplina em Portugal que complementam e/ou se distanciam criticamente das que aqui são apresentadas, ver Pereira (2009).

"Biblioteca das Ciências Sociais", chegando a publicar um "Quadro sinóptico da classificação dos conhecimentos humanos na esfera dos fenómenos sociais", no qual, aliás, não deixa de criticar o projeto comteano de classificação das ciências sociais. É o iniciador de uma corrente historiográfica centrada na análise da estrutura e funcionamento das instituições, bem como dos interesses, ações e conflitos de grupos e classes sociais, a qual, já no século XX, teve em Jaime Cortesão e António Sérgio importantes cultores.

As Escolas Romântica e Filológico-Cultural de pesquisa antropológica, que se impuseram na Europa ao longo da segunda metade do século XIX, obtiveram igualmente alguma repercussão no País, dando origem a recolhas etnográficas e monografias locais que, aliás, voltaram recentemente a ser objeto da atenção dos investigadores sociais portugueses.

Nesta fase de afirmação das ciências sociais em Portugal, marcada por grande indiferenciação disciplinar e reduzido grau de institucionalização, a reflexão era muito permeável à dinâmica das lutas político-ideológicas e dos movimentos sociais em curso. Ainda assim, emergiram elementos de análise para-sociológica relevantes, quer no quadro do pensamento político de orientação socialista, em que Pierre-Joseph Proudhon e os "socialistas utópicos" eram, mais do que Karl Marx e Friedrich Engels, referências recorrentes, quer no do reformismo católico e corporativo, onde os princípios teórico-doutrinários e os métodos de observação da Escola da Ciência Social de Frédéric Le Play chegaram a ter, por influência direta de Léon Poinsard e Paul Descamps, um número significativo de seguidores (alguns, de resto, futuros ideólogos do salazarismo).[2]

2. Uma génese contraditória

O fim do primeiro quartel do século XX marca, em relação ao processo de formação das ciências sociais em Portugal, um ponto de viragem decisivo. Como vimos, ainda não estava estabilizado, na altura, um quadro intelectual e institucional que pudesse garantir o desenvolvimento consistente, sustentado e profissionalizado das diferentes áreas disciplinares em causa. Pode arriscar-se, mesmo assim, que estavam reunidas condições políticas globalmente favoráveis a uma espécie de acumulação primitiva de conhecimentos sobre a estruturação e transformação das sociedades apoiada em lógicas de cientificidade homólogas das que estavam a emergir noutros

2 Para um aprofundamento da caracterização dos primórdios da Sociologia em Portugal, aqui muito resumida, cfr., entre outros: Sá (1978), Cruz (1983), Medeiros (1987) e Fernandes (1996).

contextos nacionais. Ora, com o golpe militar de 1926, a história do campo intelectual português conhecerá uma inflexão regressiva decisiva. Com efeito, durante as quase cinco décadas de regime ditatorial que se lhe seguiram, toda a reflexão de tipo sociológico passou a ser encarada pelo aparelho ideológico-repressivo instalado como atividade potencialmente contrária à segurança do Estado, devendo por isso ser vigiada, censurada e reprimida.

Este estrangulamento forçado da investigação em ciências sociais não deixava de ser, pelo menos até meados da década de cinquenta, congruente com os próprios nível e natureza da procura social de conhecimentos nesta área, uma vez que a sociedade portuguesa permanecia, até então, numa fase de "capitalismo defensivo" e de isolamento cultural hegemonizada por sectores sociais imobilistas e pouco esclarecidos, muito ligados ainda a interesses e influências ideológicas de matriz predominantemente agroruralista. Mas, com o impulso de industrialização dos anos 50, com a progressiva abertura da economia ao exterior, com o forte surto emigratório da década de sessenta, com a proletarização de extensas camadas da população, com a intensificação dos processos de urbanização e a expansão das classes médias, entre outras transformações, vão-se criando condições globalmente favoráveis à difusão de referências intelectuais de orientação "desenvolvimentista" e à procura de conhecimentos sistemáticos sobre a mudança social.

Perante os disfuncionamentos e os bloqueamentos à modernização económica que a referida mudança torna patentes, vão-se intensificar, no próprio seio das frações tecnocráticas da classe governante, e muito especialmente em franjas intelectuais inconformadas com as injustiças e os silêncios do regime, os sinais de uma abertura às ciências sociais. As exigências de racionalização da ação política e, em particular de planeamento da economia, visando ultrapassar inércias e dualismos do modelo de desenvolvimento de então, são a justificação mais frequentemente invocada a este propósito.

Com ligações quer a personalidades e instituições empenhadas em alguma renovação doutrinária do corporativismo, quer à ala "desenvolvimentista" do regime, o movimento católico constituiu, nos anos 50 e 60, outro importante espaço de afirmação da necessidade de perspetivar as novas realidades do país com os instrumentos de análise das Ciências Sociais (Ferreira 2006; Gomes 2005).

Nos setores político-partidário, sindical ou estudantil que, muito embora na clandestinidade ou sob forte vigilância, contestavam de forma mais radical o regime, o marxismo tinha-se imposto, entretanto, como quadro de referência intelectual dominante na identificação das características específicas da sociedade portuguesa e das possibilidades de superação do regime político vigente. Em particular nas universidades, que continuavam a excluir dos seus currículos formais modalidades de abordagem da

realidade social plenamente reconhecidas e consagradas noutros países, o marxismo ia-se afirmando, junto de sucessivas gerações de estudantes e de uma minoria de docentes, como uma espécie de conhecimento contra-curricular incontornável.

Sendo inegável, pois, que o processo de renovação das elites política e religiosa do país estava a criar condições favoráveis à institucionalização, ainda que sob forma contida e controlada, da Sociologia, a verdade é que o aparelho ideológico e repressivo do regime continuou a ser dominado, nos anos 50 e 60, por princípios de atuação rigidamente conservadores, adiando-se a modernização e abertura cultural do país e, por extensão, o (re)nascimento da sociologia portuguesa.

Ainda assim, investigadores de prestígio internacional, como o etnólogo A. Jorge Dias e o historiador Vitorino Magalhães Godinho, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, ou o geógrafo Orlando Ribeiro, na Universidade de Lisboa, promoviam a renovação dos estudos sobre a sociedade portuguesa. No Instituto Superior Económico e Social, instituição particular de ensino sediado em Évora, foi inclusive criada uma licenciatura na área da Sociologia, em 1964. Por outro lado, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, formara-se, em 1962, o Gabinete de Investigações Sociais (GIS), um centro de estudos constituído inicialmente por um grupo de jovens analistas dos problemas sociais, quase todos economistas, com fortes ligações ao movimento católico. O GIS passará a publicar, a partir de 1963, sob a direção efetiva de Adérito Sedas Nunes, a revista *Análise Social*, que depressa se tornará uma importante referência no campo intelectual (e político) português.

Datam de finais dos anos sessenta alguns estudos de grande envergadura sobre a sociedade portuguesa realizados no GIS, sendo de realçar, pela solidez e grau de atualização da fundamentação teórica e metodológica utilizada, o conjunto de pesquisas sobre a estrutura de classes e o sistema de ensino universitário. O tema do "Desenvolvimento em Portugal" também foi objeto de atenção em vários números da *Análise Social*, nomeadamente o que, em 1970, se propôs abordar explicitamente os seus "Aspectos sociais e institucionais". Nessa altura, já o GIS, reforçado desde 1966 com o grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian e, alguns anos depois, com outros investigadores que se preparavam para acumular, ainda sob orientação de Adérito Sedas Nunes, funções docentes nos espaços emergentes de ensino da Sociologia, entrara numa fase qualitativamente distinta da dos seus primeiros anos de vida.[3]

---

3 Para uma aproximação pormenorizada aos circunstancialismos que estiveram na génese e permitem perceber o desenvolvimento do GIS e da revista *Análise Social* na última década do Estado Novo, é imprescindível ler o depoimento de Adérito Sedas Nunes, publicado no nº 100 da mesma revista com o título "Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal" (Nunes 1988).

3. Institucionalização e tendências teórico-metodológicas consolidadas

Com a abertura do regime subsequente à morte política de Salazar, a que correspondeu uma intensificação dos movimentos de contestação nas Universidades, surge, finalmente, a oportunidade de integrar disciplinas de iniciação às ciências sociais nos planos de estudo das faculdades de economia e, um pouco mais tarde, de incluir numa nova Escola Universitária (o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) alguns espaços de ensino mais sistemático da Sociologia.

Um tanto paradoxalmente - ou talvez não, face ao clima de contestação estudantil instalado nas escolas de ensino superior -, é o marxismo, sobretudo através da reformulação então em curso das grandes linhas programáticas do materialismo histórico, a orientação teórica mais marcante nos programas em causa, circunstância que não poderá deixar de vir a ter alguma repercussão no trabalho sociológico desenvolvido já depois da revolução democrática de 1974.

Esta fase de refundação da sociologia portuguesa caracteriza-se ainda pelo intenso investimento em matéria de reflexão metodológica e epistemológica que é levado a cabo pela generalidade dos seus protagonistas. Há razões para pensar que muitos deles procurassem, antes de mais, encontrar, por esta via, argumentos para legitimar um campo de produção intelectual sobre o qual recaíam acusações várias: "à direita", a de ele ser a antecâmara ou a máscara da grande perversão socialista; "à esquerda", a de se prestar a utilizações pouco edificantes pelos poderes dominantes; e "ao centro", a de se misturar desprevenidamente com o senso comum ou com as técnicas alegadamente pouco reflexivas do serviço social. Mas o forte investimento que referimos terá ficado a dever-se também às próprias exigências de reconversão académico-profissional da quase totalidade dos membros desta primeira comunidade informal de sociólogos portugueses. Uns tinham formação de base em Letras, outros provinham da Economia, do Direito ou mesmo da Engenharia. Referenciar com rigor as balizas intelectuais dentro das quais passavam a movimentar-se era, então, uma preocupação que quase todos partilhavam.

O facto de o final dos anos sessenta coincidir, no panorama internacional (e, sobretudo, europeu) das ciências sociais, com um momento de crítica alargada e sistemática ao modelo empirista do conhecimento terá contribuído igualmente para o grande interesse dos pioneiros da sociologia portuguesa por estas temáticas. E, assim, se a sua atenção não deixou de se dirigir para *Le vocabulaire des sciences sociales*, de Raymond Boudon e Paul F. Lazarsfeld, ou para *Methodology of social research*, de Hubert M. Blalock, e se, por outro lado, Karl R. Popper era por eles discutido com alguma veemência à luz do que entretanto dissera o heterodoxo Thomas S. Kuhn - horas a fio foram despendidas a desbravar o heterodoxo *Le Métier de Sociologue*, de

Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e e Jean-Claude Passeron e a sublinhar pacientemente o denso *Lire 'Le Capital'*, de Louis Althusser, para além, já se vê, de *O Capital*, ele próprio (envolto em infindáveis polémicas que, aliás, começavam por incidir sobre a própria genuinidade das traduções utilizadas pelos interlocutores).

Há boas razões para pensar que este modelo informal de aprendizagem intensiva tenha estado na base de, pelo menos, três traços que viriam a caracterizar, já em democracia, a primeira fase de desenvolvimento da sociologia portuguesa: adoção generalizada de uma perspetiva crítica relativamente aos efeitos explícitos ou implícitos do modelo empirista do conhecimento; abertura "espontânea" à multidisciplinaridade na abordagem dos fenómenos sociais; assunção do pressuposto de que, sendo inevitavelmente referenciada a valores e permeável a conflitos ideológicos nunca inteiramente racionalizáveis nem dirimíveis, a abordagem científica neste domínio deve promover, por razões de elementar prudência epistemológica mas também como estímulo à "imaginação sociológica", uma franca e informada convivência entre orientações teóricas alternativas.

Nestas condições, pode afirmar-se que, pelo menos até ao fim dos anos oitenta, não havia na comunidade sociológica portuguesa indícios evidentes de normalização paradigmática, nela coexistindo explicitamente contribuições associadas aos grandes quadros teóricos convencionais da disciplina.

É certo que o marxismo, constituindo um plurifacetado pano de fundo intelectual para a maior parte dos que haviam vivido a adesão à Sociologia como uma espécie de reconfortante sublimação do seu inconformismo político, estava presente em muitos dos trabalhos que mais marcaram a primeira fase de consolidação da investigação e ensino da disciplina na era democrática. Uma parte deles beneficiou, aliás, da iniciativa e da participação de investigadores regressados a Portugal no período imediatamente posterior ao 25 de Abril, os quais, havendo acedido nalguns casos a formações académicas em sociologia bem mais estruturadas do que a dos restantes pioneiros, tinham, tal como estes, significativa familiaridade e afinidades com a abordagem marxista dos processos sociais.[4]

Neste influente quadrante da pesquisa sociológica da altura, destaque particular deve ser dado ao conjunto de propostas de reavaliação, nos planos teórico e empírico-observacional, da pertinência sociológica do conceito de classe (e de família de classe), as quais, tomando como referências fundamentais as obras de Nicos Poulantzas e de Erik Olin Wright, não deixaram de propor, desde cedo, chaves

4 O conjunto da obra de Manuel Carlos Silva, um dos investigadores portugueses regressados a Portugal após o 25 de Abril, é porventura a que melhor ilustra entre nós a continuidade de uma referência bem explícita ao marxismo enquanto fio condutor da pesquisa sociológica nos planos teórico e empírico (Silva 1998; 2009; 2012).

analíticas originais. Algumas pesquisas centradas nas dimensões simbólico-ideológicas da prática social, em geral, e da dominação classista, em particular – antecâmara do que viriam a ser importantes estudos sobre modos e estilos de vida e relações de classe localizados – revelaram-se igualmente relevantes. São filões que estimularam e permitiram estruturar fundamentadamente todo um programa de inventariação e análise das múltiplas manifestações de desigualdade social que caracterizam o país, programa esse que os sociólogos portugueses têm vindo a desenvolver com promissora regularidade.

Mas outros quadros teóricos, como o estruturo-funcionalismo (sobretudo de inspiração mertoniana), o interacionismo simbólico e demais correntes fenomenológico-compreensivas, bem como, em modulações várias, a "Teoria Crítica" faziam então igualmente o seu caminho. Começara, além disso, a notar-se alguma tendência para, no enquadramento das pesquisas, recorrer de forma mais ou menos explícita a teorizações ditas "de síntese", como as propostas por Pierre Bourdieu desde o *Esquisse d'une théorie de la pratique* (Bourdieu 1972), e por Anthony Giddens, nos trabalhos que culminariam em *The constitution of society* (Giddens 1984).

Já no plano das estratégias metodológicas adotadas, salientava-se a propensão para, através de procedimentos de recolha e de tratamento de informação assumidamente ecléticos e referenciados a escalas de observação diferenciadas, renovar as tradições estrutural-positivas e fenomenológica, assim subvertendo também alguns padrões profissionais consagrados pelos sociólogos e antropólogos das comunidades científicas "centrais" – em particular os que, já então, aí tendiam a dissociar artificialmente métodos quantitativos e qualitativos, explicação e compreensão ou extensividade e intensividade.

Este quadro orientador de pesquisa, globalmente identificado com o "racionalismo aplicado" tal como havia sido delineado no perturbante e já citado *Le métier de sociologue* foi confrontado, a partir sobretudo da segunda metade da década de oitenta, por tomadas de posição sintonizadas com as influentes correntes pós-modernistas e desconstrutivistas europeia e norte-americana (Santos 1986). Não tendo chegado a alcançar espaço de aplicação significativo no núcleo duro da produção sociológica portuguesa (ele próprio antecipadamente "pós-positivista" e "crítico" à sua maneira), nem por isso deve ignorar-se o efeito obtido por aquelas propostas no campo da disciplina.

Sinal revelador da forte consciência metodológica que impregna boa parte da sociologia portuguesa é o que diz respeito à utilização que tem sido feita das técnicas de tratamento de dados genericamente identificadas com a análise fatorial e de correspondências. Dotadas de grandes potencialidades de adequação às exigências do pensamento relacional e contingencial e às lógicas de explicação sociológica não

estritamente nomológicas, tudo indica que o uso de tais técnicas contribua, se, concomitantemente, outras exigências metodológicas não forem abandonadas, para um salto qualitativo da pesquisa sociológica em termos de acuidade analítica.

Outro ponto a considerar – esse centrado já na discreta e relativamente desvalorizada esfera da recolha de informação - diz respeito ao investimento dirigido à objetivação das relações (sociais) de observação implicadas na pesquisa sobre situações concretas e, mais genericamente, da globalidade das condições socioinstitucionais da produção de conhecimentos. Decisivo para aperfeiçoar o combate aos estereótipos prático-intelectuais com que os sociólogos se confrontam quando fazem "trabalho de terreno", bem como para reformular/reinventar, em análises de carácter extensivo, o sistema de indicadores económico-sociais a que têm de recorrer para identificar e enquadrar analiticamente regularidades relevantes, tal investimento poderá ter conferido à sociologia portuguesa um conjunto não negligenciável de inesperadas "vantagens científicas comparativas" no sistema cada vez mais internacionalizado de circulação de conhecimentos sociológicos.

A relação de proximidade que, desde cedo, se estabeleceu entre o polo académico, por um lado, e o polo do exercício profissional da Sociologia em organizações não-académicas, por outro, constitui mais um traço distintivo da formação e institucionalização do campo da disciplina em Portugal. Muito estimulada, graças sobretudo à ação da Associação Portuguesa de Sociologia, pela difusão, junto dos agentes envolvidos, de uma cultura de associação e partilha entre os tipos de saber predominantemente mobilizados em cada um dos polos (Costa 1988), tal aproximação tem contribuído para atenuar quer o empirismo espontâneo dos que, no terreno, têm de encontrar respostas para as urgências da prática, quer o teoricismo e hipercriticismo "abstrato" que, no espaço académico, resguardam e tolhem tantos guardiões do templo. Neste movimento, tende a alargar-se o âmbito dos problemas considerados sociologicamente relevantes, ao mesmo tempo que se clarifica o alcance político das interpretações que para eles são propostas no campo das ciências sociais. E assim se tem ampliado, embora com hesitações e alguns recuos, o perímetro de oportunidades de participação dos sociólogos na formulação, tantas vezes em articulação com instituições europeias, das políticas sociais que vêm dando corpo ao Estado social português.

Outro traço importante deste período de intensa exercitação auto-reflexiva e de acumulação primitiva, e por isso imperfeitamente estruturada, de conhecimentos técnico-metodológicos e teóricos por parte da nóvel comunidade sociológica portuguesa diz respeito à grande abertura à interdisciplinaridade que nela se impôs desde cedo. Tem-se reconhecido que, após o longo período de consolidação e institucionalização das ciências sociais que vai até meados do século XX, se manifestou, nos

países mais avançados neste domínio do saber, alguma preocupação em transpor barreiras disciplinares e fechamentos institucionais estritos. Mas também se sabe que tal reação deparou com resistências e obstáculos vários, não se desenrolando senão a ritmo lento e com sucessos pontuais e parcelares. Terá sido este o preço a pagar pelos avanços obtidos graças à divisão de trabalho e à estruturação institucional anteriormente realizadas no âmbito dos setores mais progressivos das ciências sociais. Ora, o campo das ciências sociais em Portugal não conheceu, como se viu, uma tal trajetória histórica. E talvez resida aí uma das mais fortes razões para que este impulso inaugural se tenha revelado particularmente aberto ao pluralismo disciplinar na abordagem dos fenómenos sociais.

Mas tal propensão também se deve ao modo de recrutamento da primeira geração dos sociólogos portugueses: como já se disse, eles surgiram, nesta fase embrionária da disciplina, munidos de formações de base muito diversificadas mas globalmente afastadas da sociologia, a que, no entanto, associavam – necessidade feita virtude - uma forte vontade de reconversão académica e profissional. A propensão à interdisciplinaridade (que os renovadores das ciências sociais em Portugal – em especial os já citados Sedas Nunes e Vitorino Magalhães Godinho e, no quadrante marxista, Armando Castro - tão entusiástica e fundamentadamente haviam propugnado) integrou-se, então, com naturalidade, nos seus *habitus* profissionais, e foi-se transmitindo com razoável eficácia, nomeadamente através de um aproveitamento didático quase exaustivo da categoria maussiana de "fenómeno social total", as sucessivas gerações de aprendizes de Sociologia (Nunes 1972).

4. Perspetivas em aberto

Perante os desenvolvimentos mais recentes da disciplina, não é de excluir que outras tendências ("exógena" e "endogenamente" induzidas, como sempre) estejam a ganhar terreno e a consolidar-se no ainda frágil edifício da sociologia portuguesa. Uma delas diz respeito ao retraimento em matéria de investimento teórico (empírica e reflexivamente sustentado) na fase de problematização dos objetos de pesquisa, com o risco de cedência a conhecidos modelos interpretativos "prontos-a-usar" e de fácil digestão mediática. Tudo indica que tal retraimento se agrave com o acentuar de restrições no financiamento público de projetos de investigação avaliados por equipas (competentes e genuinamente independentes) de pares - sobretudo se, paralelamente, se mantiver a contumaz omissão das Universidades e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional em matéria de estímulo coordenado e sustentado (não só em termos financeiros) à pesquisa no âmbito das ciências sociais.

Contrariar esta tendência de subproblematização pode então passar, paradoxalmente, pelo acesso, criterioso e prudente, a fontes de financiamento não-públicas. A questão crucial que se coloca é sempre, em todo o caso, a de saber até que ponto, a este respeito, será possível não apenas garantir autonomia na definição dos termos e âmbito dos problemas a estudar e das estratégias de pesquisa a mobilizar, como ainda, através da ponderação do destino a dar aos resultados alcançados, converter em desígnios edificantes as exigências políticas, económico-financeiras e mediáticas que a procura de conhecimentos sociológicos tende a arrastar consigo.

Outra tendência a considerar diz respeito à eventual fragmentação da sociologia portuguesa em "Escolas", as quais, à medida que tentam consolidar-se, poderão não resistir à tentação de buscar um lugar hegemónico no campo, ora através de estratégias de argumentação em que o esforço de demarcação estatutária se sobrepõe ao da demonstração científica, ora à custa de uma deliberada elisão do trabalho realizado fora do seu círculo restrito (e necessariamente limitado em termos intelectuais) de produção científica. Esta última inclinação, a acentuar-se, porá necessariamente em risco o processo de acumulação e o controle cruzado de conhecimentos sobre a realidade social portuguesa, os quais, dada a especificidade da, ainda curta, história das ciências sociais no nosso país, deveriam ser estimulados com ênfase e persistência muito particulares. Nestas condições, apetece convidar os sociólogos portugueses a não prescindirem do exercício auto-reflexivo, tão elementar quão revelador e edificante, de contabilização e análise de conteúdo das citações e modos de citar com que se referem - ou combativamente *não* se referem - ao trabalho dos pares. Além de propiciar a necessária atualização de conhecimentos sobre as transformações sociais em curso no país, um tal exercício teria ainda a virtualidade de moderar a tentação, a que são votados sobretudo os detentores de posições protegidas na hierarquia dos campos académico e intelectual, de substituir a análise metódica dos factos e o diálogo informado com os pares por considerações sobre "o mundo social" que, embora preservando uma tonalidade "transdisciplinar", não deixam de promover essencialismos mais ou menos encantatórios. Neste caso, o problema não está na vontade (compreensível e louvável) de libertação relativamente a constrangimentos intelectuais com marca disciplinar estrita; ele só surge porque tal desígnio se confunde com um aristocrático distanciamento em relação aos (longamente trabalhados) protocolos e controlos reflexivos da racionalidade científica.

O desenvolvimento da sociologia portuguesa tem-se ressentido igualmente das mudanças introduzidas no ensino da disciplina. Há razões para temer que o novo modelo, tendencialmente dominado, na prática, por desígnios estereotipados de "empregabilidade" e de "mobilidade", esteja a fragilizar, por referência a padrões de exigência anteriormente consolidados, a preparação das novas gerações tanto para a

realização de tarefas de pesquisa sociológica qualificada no polo académico da disciplina, como para o exercício profissional de intervenção social - ela própria cada vez mais condicionada, aliás, em amplitude e em grau de exigência reflexiva, pela insidiosa impregnação das relações e práticas económico-sociais pela mundivisão neoliberal.

Correndo embora o risco de simplificar excessivamente, e sem fundamentação empírica sólida, o que está em causa e se anuncia no conjunto de inflexões a que o *mainstream* da sociologia portuguesa parece estar a ser sujeito ultimamente, diremos que tal transformação está a desenhar uma espécie de bifurcação teórico-metodológica perante a qual os agentes do campo disciplinar em causa se vão posicionando (ainda que sobre ela nem sempre tomem posição).

De um lado, alinhar-se-ão os que, apoiando-se numa visão predominantemente descritivo-funcional e estática dos processos sociais (*intensidade de problematização de grau 1*), acabam frequentemente por se deixar encerrar num reconfortante "realismo empírico", quando não numa preguiçosa colagem aos ditames das agendas e retóricas político-mediáticas; de outro lado, posicionar-se-ão os que se obstinam em concentrar a atenção nas estruturas de relações de força e dominação que, por intermédio de um acesso desigual a recursos económicos, culturais, sociais e políticos, se considera condicionarem tanto as práticas individuais e coletivas como os modos como contraditoriamente elas se institucionalizam e transformam (*intensidade de problematização de grau 2*).

Enquanto o primeiro tipo de abordagem, referenciando objetos e acontecimentos amputados da sua historicidade, tende a restringir-se à identificação de algumas propriedades e coocorrências notáveis – o que aliás nem sempre o impede de objetivar dimensões e regularidades sociais insuspeitadas -, já o segundo faz questão de assumir, para usar palavras de um dos mais veementes críticos dos efeitos do legado positivista nas ciências sociais, que "o mundo é composto não apenas por acontecimentos e pela nossa experiência ou impressão acerca deles, mas também por (irredutíveis) estruturas e mecanismos, poderes e tendências, etc., que, embora não sendo porventura diretamente observáveis, subjazem ainda assim aos acontecimentos efetivos que experienciamos e que os governam ou produzem" (Lawson 1994, p. 262).

A insistente atenção concedida na sociologia portuguesa quer à componente classista dos fenómenos sociais, quer, por extensão, às múltiplas incidências (económicas, espaciais, escolares, culturais, políticas, estatutárias…) das desigualdades[5] - atenção

5 Como ilustração emblemática da persistência desta preocupação, ver, de um dos autores que mais contribuíram para o desenvolvimento da problemática das desigualdades de classe na sociologia portuguesa, Almeida (1986 e 2013).

essa não indiferente, por certo, à influência que o quadro de interpretação marxista da realidade social nela alcançou desde cedo - tem criado condições para que entre nós continuem a emergir com regularidade abordagens com "*intensidade de problematização de grau 2*".

Nota final

Decorre do que foi dito que, diferentemente do que se verificou noutros contextos nacionais e noutros campos disciplinares das ciências sociais, os conceitos com filiação marxista se afirmaram na sociologia portuguesa em função sobretudo das exigências da pesquisa empírica, e não tanto como referencial teórico proclamado e escolasticamente protegido. Talvez por isso, havendo hoje poucos sociólogos portugueses que expressamente se reclamam da herança marxista, são numerosos os que, pelo menos implicitamente, recorrem, no desenvolvimento das suas pesquisas, a alguns dos instrumentos teórico-metodológicas que nela foram consolidados - sendo além disso raros os que de bom grado quererão assumir-se como estritamente não-marxistas. Falta saber se a incorporação de tal herança nas práticas do ofício de sociólogo – uma tendência que, recorrendo a linguagem com sabor weberiano, aqui tomámos como uma espécie de rotinização virtuosa da autoridade carismática de Marx construída ao longo da conturbada génese da sociologia portuguesa - resistirá às mudanças de ciclo intelectual que vêm impondo, como critérios maiores de legitimação científica, o produtivismo *paper*centrado e a padronização formalista dos protocolos de pesquisa.

Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Almeida, João Ferreira (2013), *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie Kabyle*. Genebra/Paris, Droz.

Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1968), *Le métier de sociologue*. Paris, Mouton/Bordas.

Costa, António Firmino da (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia. Problemas e Práticas,* n.º 5, 107-124.

Cruz, Manuel Braga da (1983), *Para a história da Sociologia Académica em Portugal*. Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Fernandes, António Teixeira (1996), "O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal", *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 20, 11-15.

Ferreira, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Giddens, Anthony (1984), *The constitution of society. Outline on the theory of structuration*. Cambridge, Polity Press.

Gomes, Adelino (2005), "A JUC, o *Jornal Encontro* e os Primeiros Inquéritos à Juventude Universitária: contributos para a História das Ciências Sociais em Portugal", *Sociologia. Problemas e Práticas,* n.º 49, 95-115.

Lawson, Tony (1994), "A realistic theory for Economics", *in* Roger Edward Backhouse (ed.), *New directions in economic methodology*. Londres/ Nova Iorque, Routledge, 257-285.

Medeiros, Fernando (1987), "Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da Escola de Le Play 1908-34", *Análise Social,* vol. 23, n.º 95, 97-116.

Nunes, Adérito Sedas (1972), *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

Nunes, Adérito Sedas (1988), "Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 11-55.

Pereira, Virgílio Borges (2009), "Instrumentalidade, reflexividade e orientação do conhecimento na génese e consolidação da sociologia portuguesa: um breve comentário a propósito de 'For public sociology' de Michael Burawoy" (edição de autor, disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14181/2/08instrumentalidade000073811.pdf).

Pinto, José Madureira (1998), "Sociology in Portugal. Formation and recent trends", *in* Ana Nunes de Almeida, *Terra Nostra – Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century*. Madrid, International Sociological Association, 57-67.

Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia. Problemas e práticas*, n.º 46, 11-31.

Pinto, José Madureira (2007a), "'Open the social sciences: To whom and for what?', by Michael Burawoy", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 6, n.º 3, 147-154.

Pinto, José Madureira (2007b), *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, José Madureira (2019), "Une sociologie de terrain théoriquement engagée", *in* Virgílio Borges Pereira e Yasmine Siblot (orgs,), *Classes sociales et politique au Portugal. Pratiques du métier de sociologue*. Vulaines-sur-Seine, Éditions du Crocquant.

Sá, Vítor de (1978), *Esboço histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.

Santos, Boaventura de Sousa (1986), *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condições de vida, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silva, Manuel Carlos (2012), *Sócio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto, Edições Afrontamento.

XVIII. O MARXISMO COMO CORTE EPISTEMOLÓGICO E ALAVANCA TEÓRICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O SEU PAPEL NA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

Manuel Carlos Silva

1. Introdução: problema e hipótese de trabalho

Começo por tecer algumas considerações sobre os antecedentes da Sociologia no século XVIII em torno do iluminismo, o qual, ainda que inconsistente e contraditório, constituiu a primeira grande crítica à mundividência escolástica medieval, deixando marcas significativas nos dois últimos séculos, quer no pensamento liberal (vg. Smith 1993/1776), quer na tradição social-democrata, quer inclusive, ainda que em bastante menor medida, no marxismo. Porém, importa sublinhar, na esteira de Althusser (1972), que o corte epistemológico e a viragem teórica mais profunda e fundamentada foi inaugurada pelo materialismo histórico e dialético de Marx (1974/1859, 1974a/1867), acompanhado em diversos escritos por Engels (Marx e Engels 1998 [1848], 1976 [1846]).[1]

1 Não obstante a pertinência da interpretação althusseriana em torno da ruptura epistemológica operada por Marx, Althusser (1972 [1965]) empola demasiado a cisão entre o jovem Marx 'humanista' e 'ideólogo' ainda eivado de resquícios da filosofia política hegeliana e, como tal, ainda não marxista, expresso na sua obra "Crítica da filosofia do Direito de Hegel" (Marx 2005 [1843]) e os "Manuscritos económico-filosóficos" (Marx 2004 [1844]), e o Marx 'maduro' e 'científico' nas obras posteriores. Porém, com essa cisão, Althusser, segundo Boron (2006: 170), deita fora a crítica metodológica de Marx a Hegel nomeadamente em torno da inversão materialista na relação sociedade civil e Estado, reforçando uma concepção fragmentada da realidade social e suas diversas dimensões, reificando-as como objetos separados das diversas ciências sociais. Mais, o autor perde de vista a perspetiva não só das iniciais bases materialistas da crítica de Marx a Hegel como sobretudo todo o seu trabalho filosófico-político em torno do conceito de totalidade, mais tarde justamente desenvolvido por Gramsci (1971), Lukács (1974 [1945]) e Grüner (2006) na contracorrente do economicismo determinista da II Internacional e do marxismo vulgar e fossilizado, adoptado pelo estalinismo. É esta ausência de uma perspetiva dialética da totalidade em Althusser que, na mira

Seguidamente, tendo por base a problemática da relação entre factos sociais e valores na sociedade, será feita uma breve revisitação das tradições metodológicas dos clássicos da Sociologia, assim como uma demarcação entre o positivismo e a teoria crítica, sendo esta fundada em Marx e Engels (1976 [1846]) e prosseguida pela Escola de Francoforte e outros críticos como Mills (1956) e Gouldner (1975). Relevam sobremaneira as propostas de síntese desde Elias (1980 [1970]) a Bourdieu (1980), Bader (1991) e Sayer (2006), para as quais Marx (1974 [1859]), por um lado, e Weber (1978 [1920]), por outro, constituem duas referências matriciais complementares na epistemologia e na metodologia nas ciências sociais. Porém, as diversas teorias críticas, nomeadamente a marxista, têm-se confrontado com a emergência da chamada pós-modernidade. A questão que se poderá equacionar poderia formular-se assim: em que medida o legado do materialismo histórico e dialético se repercute e marca o conjunto de obras e demais publicações em Sociologia?

As ciências sociais, nomeadamente a sociologia em Portugal, conheceram, nestes últimos 47 anos, uma extraordinária produção e difusão dos seus resultados que torna o panorama dos anos 1960-70 irreconhecível. Para tal contribuíram fatores de ordem institucional sobretudo na sequência da viragem política com o 25 de Abril de 1974, conjugando-se com este a vinda de cientistas sociais designadamente sociólogos, refugiados ou não, formados e doutorados no estrangeiro, a que acresceram as primeiras levas de formados/doutorados em instituições universitárias portuguesas, em particular com a criação de escolas e cursos de Sociologia no país no pós-25 de Abril e durante as décadas subsequentes. Porém, importa referir que os primeiros protagonistas neste processo saem dos próprios grupos seminais em dissidência no interior do país e do próprio regime corporativo salazarista, designadamente do Grupo de Investigações Sociais (GIS). Se este movimento converge com outras iniciativas vindas da Igreja, estas são mais marginais e minoritárias em relação à implantação da Sociologia como ciência e disciplina a ser ministrada na formação no ensino superior e de modo algum a partir das estruturas oficiais da Igreja, apenas interessadas em contrariar o que designavam por uma crescente descristianização da sociedade portuguesa.

Antes de sintetizar os temas de investigação mais relevantes desde o 25 de Abril de 1974, considero adequado fazer uma breve revisitação das principais tradições metodológicas em sociologia, marcando, em grande parte, as diferenciadas

---

de salvaguardar a explicação do real a partir do económico em última instância, aventa o rebuscado conceito da eventual dominância do político, religioso ou parental, sobredeterminado de modo monocausal e, em última instância, pelo económico, perdendo de vista o caráter interdisciplinar e plurinível do marxismo. Para uma primeira crítica ao estruturalismo althusseriano, nomeadamente sobre o conceito de classe, cf. E. Thompson (1982/1963).

produções sociológicas. Porém, assumindo que o marxismo constitui a corrente que representou o corte epistemológico e teórico mais profundo nas ciências sociais, desenvolverei as ideias-chave desta corrrente para, num momento posterior, recuperar elementos relevantes provindos do weberianismo que complementam o legado marxista.

Por fim, é dada particular atenção à influência do marxismo nas ciências sociais em Portugal, sendo relevada a influência no campo da Sociologia, a qual, não obstante já seminalmente presente em registo (semi)oculto antes de 1974, conhece um desenvolvimento notável no pós-25 de Abril de 1974 no campo científico e académico, nas esferas laboral, sindical e associativa, na crítica e intervenção socio-cultural e política.

Com base nalguns ensaios e estudos sobre a Sociologia em Portugal enquanto ciência, disciplina e profissão[2] e na ampla produção sociológica em Portugal poder-se-á assumir como hipótese de trabalho que, a par de alguns sociólogos de inspiração estruturo-funcional e (neo)liberal e/ou conservadora e inclusive alguns de orientação positivista, predominam sociólogos de orientação ora (neo)institucional, reformista e social-democrata, ora de cariz teórico crítico, designadamente marxista, ainda que, em regra e tanto quanto seja possível aferir, sem comprometimento na esfera político-ideológica, nomeadamente de cariz partidário.

2. Sociedades, factos/ações sociais e valores: sínteses dos legados dos clássicos

A génese da Sociologia, enquanto ciência e disciplina, está de facto estreitamente ligada ao nascimento e à consolidação da revolução industrial. A este respeito torna-se por certo adequado trazer à reflexão o pensamento original de Gouldner (1975), o qual, na sua análise à emergência do positivismo em Sociologia, associa-o, em termos sociais, à formação da burguesia comercial e sobretudo industrial no século XIX. Segundo Gouldner (1975, 1979), o pioneiro positivismo comteano seria uma nova formulação intelectual que, embora apresentasse alguma ambivalência face ao utilitarismo individualista da burguesia ascendente, exprimiria de modo mais

2 A este respeito, para além de ser um tema recorrente debatido nomeadamente no seio da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), esta questão tem sido objeto de reflexão por parte de vários sociólogos em Portugal nomeadamente J. C. Almeida (1968), Nunes (1972), Almeida e Pinto (1976), Costa (1988), Santos (1989), Machado (1993, 1999, 2020), Resende e Vieira (1993), Fernandes (1996), Lobo (1996), Almeida (1997), Pinto (1997, 2004, 2007, 2013), A. N. Almeida (1997), Ferreira (2006), Silva (1999a, 2009), Baptista e Machado (2009), Pereira (2009), Caria, César e Biltes (2012), Ágoas (2013) e Mineiro (2015).

adequado e convergiria com os interesses e as representações da própria burguesia, que se assumia como redentora e portadora de clarividência e bem-estar para a humanidade. Com efeito, o positivismo, enquanto paradigma epistemológico e metodológico, assenta em dois postulados: (*i*) em primeiro lugar, o conhecimento científico terá de obedecer a certos procedimentos técnico-científicos, de acordo com certas normas e fases dos métodos e técnicas de investigação (*v.g.*, suporte na observação, na experiência e na experimentação) e, no caso das ciências sociais, estas deveriam pautar-se pelo paradigma das ciências naturais, visando o estabelecimento de leis sociais e caminhando, deste modo, para uma espécie de unitarismo metodológico; (*ii*) em segundo lugar, a radical dualidade e separação entre factos sociais e valores, ou seja, enquanto os factos sociais seriam o objecto ou a matéria-prima das ciências sociais nomeadamente da sociologia, os valores pertenceriam à ordem da moral, da política, da ideologia ou da religião e, como tal, deveriam ser arredados da ciência.

À luz destes postulados, Durkheim (1974/1895), fundador da corrente funcionalista em Sociologia, é também certamente um positivista em torno do primeiro postulado, mas já não em torno do segundo, uma vez que ele próprio considera que os valores são também eles objeto da sociologia, ou seja, a sociologia seria inclusive "a ciência da vida moral". Os factos sociais, sendo exteriores e constrangentes aos indivíduos (*v.g.*, linguagem, moeda, crédito, religião), consubstanciam-se em modos de pensar, sentir e agir e, como tal, abrangem também os valores (*v.g.*, moral, religião) como matéria-prima da Sociologia. Mais, os factos sociais, constituindo uma realidade específica, objetiva e não redutível nem às suas partes nem a outras dimensões da realidade, são traduzidas em atividades ou categorias intelectuais que não são inatas mas socialmente apreendidas no processo de socialização e determinadas pela realidade social, ou seja, a ação dos indivíduos é determinada pela sociedade como um todo. Embora o objeto da Sociologia seja específico – os factos sociais –, para Durkheim o método em Sociologia deve tratar os factos sociais como se fossem coisas,[3] susceptíveis de ser tratados, medidos e estatisticamente estabelecidos numa

3 Este principio metodológico de Durkheim (1974 [1895]) de considerar os factos sociais como coisas deu lugar à acusação por parte de seus adversários de ele cair na reificação ou coisificação dos factos sociais, ao que Durkheim contrapõe que não se trata de entender os factos sociais como coisas mas, metodologicamente, como se fossem coisas para os mensurar e tratar do ponto de vista estatístico e objetivo-funcional. Mesmo admitindo o subterfúgio acomodatício de Durkheim em negar a reificação dos factos sociais, o certo é que, apesar de declarar a necessidade de explicar o social pelo social e de pretender demarcar-se de outras ciências, designadamente a psicologia, e dos essencialismos filosóficos, cai numa visão não só reificadora da sociedade, como idealista ao postular aprioristicamente a consciência coletiva como fator explicativo dos factos ou fenómenos sociais, sem ligar essa consciência coletiva

aproximação aos métodos das ciências naturais, pugnando, como referido, por um unitarismo metodológico.

Por seu turno, Weber (1978 [1920]), contrariamente a Durkheim (1974 [1895]), aceita a distinção básica de neokantianos como Dilthey (2014 [1907]) e Rickert (1997 [1899]) entre ciências naturais ou nomotéticas e ciências sociais ou ideográficas; contudo, ao invés destes autores que negavam cientificidade às ciências sociais, Weber (1978 [1920]) virá a reivindicar o estatuto científico da Sociologia e pugnar por uma especificidade metodológica não redutível aos métodos das ciências ditas naturais ou exactas. É este pressuposto epistemológico que conduz Weber (1978 [1920]) a abandonar o modelo racionalista das ciências naturais e a afirmar o método da compreensão (*verstehen*) e da explicação (*erklaren*) mas não apenas em termos de adequação subjectiva, mas também de adequação causal; releva o tipo ideal não em termos normativistas ou moralistas mas como instrumento lógico de análise, enquanto acentuação de uma ou várias características ou pontos de vista sobre os fenómenos sociais para melhor compreender e explicar a diversidade e riqueza das ações sociais; admite e sustenta o princípio da pluricausalidade dos fenómenos sociais, nomeadamente das formas de exclusão social na base da classe, do género, da raça/etnia, podendo ser considerado um prototeórico das recentes teorias da interseccionalidade;[4] defende o individualismo metodológico, ou seja, parte dos significados atribuidos pelos atores sociais em termos individuais ou coletivos para a compreensão e a explicação do geral, do todo, da sociedade – sendo esta plausivelmente um simples nome – em contraponto aliás ao holismo de Durkheim (1974 [1895]) e ao princípio da totalidade em Marx e Engels (1976 [1846]). Ora, partir das realidades fragmentadas, das motivações, das intenções e dos significados dos actores sociais constitui uma base metodológica nuclear da teoria da ação weberiana, de resto sustentada, em grande parte, quer por Simmel (1977 [1903]), quer posteriormente pelo interacionismo simbólico (cf. Mead 1934; Goffman 1973). Tal não representa, contudo, uma orientação de ordem subjectivista, mas antes a convicção

com os interesses económicos e com os detentores do poder hegemónico em cada tipo de sociedade. O mesmo poder-se-ia dizer de Parsons (1988 [1951]) que, ao sistematizar os princípios do estrutural-funcionalismo, incorpora as contribuições de Durkheim e igualmente reduz de modo idealista a explicação dos factos sociais ao factor normativo-valorativo, visto este como um alegado sistema de normas e valores comuns.

4 A abordagem interseccional consagrada e desenvolvida, particularmente nas últimas décadas (cf. Davis 1983; Crenshaw 2000; Hooks 2000; Stolcke 2006; Nogueira 2013; Silva 2016), teve em Weber (1978 [1920]), como refere Silva (2016: 43), uma primeira aproximação teórico-metodológica a este tema, quando este clássico assume uma metodologia pluricausal e destaca, ao analisar a exclusão social, as formas de desigualdade na base da classe, do género, da raça/etnia, da idade, da nacionalidade, entre outras.

da impossibilidade de estabelecer leis rígidas ou alegadamente universais como nas ciências naturais, podendo, quando muito, ser possível e desejável obter regularidades probabilísticas.

Por fim, mas não menos importante, é de salientar uma terceira abordagem que se inspira no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels (1998 [1848], 1976 [1846]), cujo método, para além da crítica à economia política inglesa de Smith (1993 [1776]) e ao socialismo utópico de Proudhon (1988 [1840]), procede à crítica da filosofia idealista alemã, consubstanciada em Hegel (1992 [1807]), não obstante assumirem a dialética hegeliana, assente na tríade tese, antítese e síntese. Para os fundadores do marxismo, antes de mais e contrariando velhos e novos cepticismos e/ou idealismos filosóficos, a natureza e a sociedade são cognoscíveis, não sendo a ideia, mas a matéria a fonte da formação e explicação do mundo, constituindo o ser social o suporte da consciência social, assim como a praxis social o critério nuclear da validade do conhecimento. São afirmados certos princípios tais como o da contradição ou luta de contrários, a totalidade[5] em que o todo é mais importante que a simples soma das partes e, sem negar os elementos de conservação e de evolução, é acentuado o princípio da mudança, assente na evolução-revolução, verificando-se numa e noutra a dialética da tese, antítese e síntese. O conhecimento sobre a natureza e a sociedade é susceptível de ser sujeito a processos de verificação e validação e o critério fundamental deste processo não seria a função ordenadora do razão ou do espírito e suas categorias *a priori*, como diria Kant (2013 [1787]), mas a prática, a praxis social como princípio nuclear do conhecimento e vice-versa (cf. Grüner 2006), questão retrabalhada mais tarde por Gramsci (1971), no qual tem lugar um vaivém entre o subir do concreto ao abstrato, mas igualmente do abstrato ao concreto. O método dialético carateriza-se pelos seguintes traços: (*i*) a natureza não é simples acumulação de objetos, mas constitui uma totalidade de fenómenos dependentes de condições materiais em processos de interdependência, contradição e unidade com e no seio da sociedade; (*ii*) a natureza e a sociedade não são estáticas, mas dinâmicas, sendo as suas partes (objetos, indivíduos e grupos/classes sociais) sujeitas ao devir social e histórico em contínuos processos de tese, antítese e síntese;

5 O conceito de totalidade em Marx não converge nem com a concepção positivista do todo como uma categoria pré-científica e trivial nem sequer com a concepção holística e harmónica da sociedade em Durkheim. Ela situa-se nos antípodas da concepção especulativa, idealista e apologética de totalidade em Hegel (1992 [1807]), a qual se realizaria na liberdade a partir da autoconsciência desdobrando-se sobre si mesma, como num 'congelado' registo espiritual, idealista. A totalidade em Marx e nos teóricos da Escola de Francoforte é uma categoria dialética de inter-relações materiais e sociais e crítica face a um sistema baseado em relações sociais reificadas, que, além de prescindirem do particular, oprimem os indivíduos ou sujeitos vivos criadores de valor (Martin 2014: 35ss).

(*iii*) quer na natureza, quer na sociedade, o desenvolvimento dá-se pela passagem do quantitativo ao qualitativo, ou seja, o processo de evolução/revolução é aplicável não só nas Ciências Naturais como nas Ciências Sociais, não conhecendo contudo nem sofrendo mudanças quantitativas ao infinito, mas, dando lugar, em certas conjunturas, a transformações ou saltos qualitativos.

3. O corte epistemológico-teórico de Karl Marx e a teoria crítica de recorte marxista

Como referido, não obstante os contributos do iluminismo e da economia política no pensamento contemporâneo, assim como os fundamentos teórico-metodológicos de fundadores das ciências sociais, mormente da Sociologia – com maior destaque e relevância por parte de Weber (1978 [1920]) do que de Durkheim (1974 [1895]) –, o marxismo constituiu desde a segunda metade do século XIX, passando pelo século XX, até ao presente o sistema de pensamento mais consistente e marcante não só na filosofia como nas mais diversas ciências sociais, desde a economia, passando pela história, até à sociologia, antropologia e ciência política. Se Marx é apontado amiúde como um economista político, obviamente crítico radical da economia política convencional e por bastantes dos sociólogos assumido como um dos clássicos da sociologia ou ainda como uma referência nuclear para filósofos e historiadores, já o mesmo não acontece com alguns filósofos e cientistas politicos como Bobbio (1976) ou um ex-marxista como Colletti (1977), segundo os quais deve ser negado ao marxismo o estatuto de filosofia ou teoria política pelo simples facto de o fundador do marxismo se ter orientado sobre a economia, vendo a politica como espaço de alienação, um fenómeno 'negativo' e derivado das condições técnico-económicas e/ou dispensável na futura sociedade sem classes e, portanto, não sujeito a variáveis políticas, tal como advoga a ciência política convencional, positivista. Ora, segundo Boron (2006: 178ss) e Buey (2006: 184), sobressai justamente o facto de Marx, logo a partir da crítica à perspetiva idealista hegeliana sobre a relação Estado-sociedade, ter descoberto que a política e o Estado eram e são instâncias de alienação e ocultação ideológica da exploração dos trabalhadores assalariados. Por outro lado, sendo o marxismo inspirador de diversas ciências sociais, o conceito de totalidade permite ser interdisciplinar e atravessar as várias disciplinas das ciências sociais, não se reduzindo ou engavetando em nenhuma delas.

Em sede de tese, o marxismo, assim como a subsequente teoria crítica da Escola de Francoforte, embora não única, constitui uma corrente teórico-metodológica que se bateu não só por evitar o viés da familiaridade com o objeto como romper as

prenoções do senso comum e superá-lo (cf. Bourdieu *et al*. 1968, A. S. Silva 1990, Pinto 1994), mas simultaneamente se posicionou contra a neutralidade axiológica alegadamente defendida pelo positivismo iniciado em Comte (1972 [1844]). Se um certo distanciamento metodológico é recomendável nos procedimentos e no próprio processo de objectivação e problematização do objecto de estudo, de modo algum o cientista social poderá ser axiologicamente neutro. Confunde-se amiúde a objectividade e o próprio processo de objectivação e de relativo distanciamento metodológico como parte integrante do processo de pesquisa com a neutralidade axiológica. Esta é aliás refutada desde logo pelos autores clássicos da Sociologia: por um lado, Durkheim (1959) na sua visão reformadora mas conservadora e, por outro, por Marx e Engels (1998 [1846]), cuja análise sobre o ser social – a sociedade – comportaria um corolário imperativo e normativo, cuja frase mais retumbante seria dada na própria palavra de ordem: "*Proletários de todos os países, uni-vos*" com uma forte carga política e uma convocatória estratégica para a transformação radical da sociedade capitalista. Porém, o próprio Weber (1979 [1919]), que é dado amiúde como defensor da neutralidade axiológica nomeadamente nos procedimentos e no processo de produção do saber sociológico, assume a pluralidade ou o 'politeísmo' de valores no tocante às opções de objectos de investigação e, nesse sentido, tão pouco considera as escolhas ou temas de pesquisa como axiologicamente neutros. Por isso, tal não valida, como o fazem certos pós-modernos, a começar por Maffesoli (1985), que se caminhe para um relativismo de valores, ao ponto de assumir posicionamentos cínicos em torno do esforço da humanidade e, mais especificamente, de movimentos sociais, classes e partidos progressistas para superar desigualdades e injustiças em prol da emancipação social. O iluminismo, apesar de limitado e classista, representou, ainda que sob a capa 'universalista' e mais declarativo de princípios, um avanço em relação aos regimes teocráticos, senhoriais e despóticos. Todavia, não obstante os avanços e as formas de regime democrático desde o século XIX e, sobretudo durante o século XX, determinados governos de países centrais, para além de prosseguirem processos de (neo)colonialismo, racismo e *apartheid* em diversos países da África, da Ásia e da América Latina, foram co-responsáveis de formas de barbárie no seio da dita civilização ocidental, nomeadamente as perpetradas sob o fascismo e o nazismo.[6]

6 Nos últimos tempos foi possível constatar a barbárie não só em certas ações do terrorismo fundamentalista alegadamente islâmico, mas sobretudo e com muito maior impacto os terrorismos de Estado, em particular o das ações intervencionistas militares dos sucessivos governos norte-americanos, sob a capa da difusão da democracia, da liberdade e da civilização. Em suma, estaríamos perante um paradoxo: uma 'civilização' bárbara ou uma barbárie alegadamente 'civilizacional'.

As tradições epistemológicas e metodológicas acima referidas persistem hoje na Sociologia, embora se tenham verificado esforços e avanços no sentido da superação de dicotomias tais como estrutura *versus* ação, ou indivíduos *versus* sociedade, entre os quais haveria que destacar, em primeiro lugar, a teoria da configuração em Elias (1980 [1939]) e, desde há quatro décadas, a teoria da prática e o *habitus* em Bourdieu (1980), a teoria da estruturação em Giddens (1984) e a abordagem plurinível e pluridimensional em Bader e Benschop (1988).[7]

Ainda que brevemente, na velha e nova polémica entre o positivismo e a teoria crítica a influência do marxismo nesta última é bem evidente – um confronto que não é recente nem emergente na última década, como se aventa por vezes em círculos sensíveis à flutuação de modas em torno da chamada nova teoria crítica pós-moderna sustentada por Santos (1999).[8] O velho confronto entre o positivismo e a teoria crítica estabeleceu-se desde os primórdios da Sociologia nomeadamente entre

7 Embora nem possa nem deva, por razões de espaço, alongar-me sobre estas teorias de síntese, será pertinente ter presente que o conceito de configuração constitui um "instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o 'indivíduo' e a 'sociedade' fossem antagónicos e diferentes" (Elias 1980: 141). O conceito de *habitus*, enquanto conceito de mediação da dicotomia estrutura-ação, representa um sistema de disposições (físicas, corporais, cognitivas e normativas), socialmente constituídas, duradouras e transponíveis, enquanto "estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes" (Bourdieu 1980: 88). Por sua vez, o conceito de estruturação remete para o modo como os comportamentos dos atores sociais, individuais ou coletivos, são moldados pelas estruturas (pre)existentes, as quais, por sua vez, são resultado também de acções iterativas e cristalizadas sobre aquelas (Giddens 1984). Por fim, a abordagem sociológica plurinível e pluridimensional de Bader e Benschop (1988), convergindo com o esquema de Luhmann (1982), vai, todavia, beber aos fundamentos da dialética marxista conjugados com a metodologia plural em Weber (1978 [1920]), permitindo assim analisar a realidade social a partir de camadas de abstração desde o societal ou socioestrutural, passando pelo organizacional, até ao interativo.

8 Sobre a autodesignada teoria crítica pós-moderna apresentada por Santos (1999) como nova, inovadora e de ruptura, embora merecesse uma análise crítica mais detalhada, importa referir que ela, além de não operar as devidas e substanciais diferenças entre as teorias da dita sociologia convencional, nomeadamente a estruturo-funcional, e a teoria crítica marxista e da Escola de Francoforte, deforma e enviesa esta teoria crítica, a qual, não obstante algumas limitações e exigências de aprofundamento, não pode de modo nenhum ser equiparável à dita sociologia convencional e muito menos subsumida ou absorvida num registo similar à função das teorias da conformação com a atual ordem capitalista e sua regulação hegemónica. Mesmo admitindo alguns elementos de crise no marxismo em torno de determinados processos históricos ou insuficiências nalgumas temáticas tais como a questão camponesa, a étnico-racial na perspetiva decolonial, daí não se seguiria o seu abandono, mas antes a necessidade do seu aprofundamento ou reconstrução, tal como o fizera Sartre (1964/1960) nos anos 1960. Para uma crítica à pós-modernidade e à própria teoria crítica pós-moderna, cf. Callinicos (1993) e Eagleton (1998).

Comte/Durkheim *versus* Marx/Engels, assumiu proporções acentuadas na primeira metade do século XX, em particular entre positivistas como König (1992/1949) face a vários autores da Escola de Francoforte a começar por Horkheimer e Adorno (1973), passando por Marcuse (1970) e Habermas (1973), até teóricos neomarxistas e outros críticos como Mills (1956) e sobretudo Gouldner (1975),[9] prosseguindo na segunda metade do século até hoje. Esta polémica, embora subjacente e repercutível em determinados escritos de alguns sociólogos portugueses, nunca se explicitou com força na Sociologia portuguesa, em que os posicionamentos críticos, amiúde pro-marxistas, têm prevalecido.

Nas últimas décadas tem-se exacerbado a polémica entre os defensores da pós-modernidade e suas variantes de moda e os autores da teoria crítica. Convocando, entre os primeiros, Maffesoli (1985), este, na senda de pressupostos empiricistas sobre o conhecimento do senso comum, por um lado, e na alegada esteira da sociologia das formas simmeliana, por outro, releva a experiência como "o fundamento de todo o processo científico" e atribui uma centralidade ao evento presente, ao instantâneo da vida quotidiana com os seus traços de duplicidade, teatralidade, tragédia e ritualismo: "A existência quotidiana é resplandecente, polissémica, constituída de sombras e luzes, numa palavra, o que é cada mais aceite, feita por um homem simultaneamente 'sábio ' e 'louco'" (Maffesoli 1985:193). Segundo este autor, é a forma que nos permite conhecer as coisas e, porque estas são o que aparecem e como aparecem, torna-se assim possível aceder à "essência" das coisas.

Num pólo oposto, a teoria crítica – sobre a qual já referimos alguns dos seus representantes – nasce da articulação entre a dialéctica hegeliana, o freudismo e sobretudo o pensamento marxista. Alguns marxistas como Lefebvre (1977) e Heller (1986), mesmo situando-se numa perspetiva basicamente estrutural, não deixam de ter em conta o quotidiano, cuja rotinização no quadro duma sociedade mercantilizada e enquadrada nos eixos estruturantes do tempo e do espaço, nos processos de produção e de consumo, apresenta formas e representações que constituem expressões de alienação que, de modo pervasivo e eficaz, desviam a atenção do homem comum dos problemas sociais e das suas causas. Por outro lado, se "o mundo da vida", como diria Habermas (1973, 1990), perante a racionalidade técnico-científica, representa um resguardo defensivo mas crescentemente "colonizado" pelos sistemas económico e político em vista da sua reprodução e integração, assim como da sujeição e domesticação dos sujeitos atores, também o estudo da vida quotidiana, além

9 Enquanto estudante de graduação na Universidade de Amesterdão, tive o privilégio de conhecer e seguir algumas lições deste brilhante académico americano que, não obstante ter falecido prematuramente, deixou mesmo assim uma obra de referência.

de contrastar o recorrente conflito entre as situações de desigualdade e injustiça e o sistema, permite a reintrodução do ator social coletivo, negado ou subestimado pelos estruturalistas.

A saída desta dicotomia e confronto só poderá ocorrer através da proposta de certos autores como Sayer (2006) que apontam como perspetiva metodológica o realismo crítico. Esta corrente, já avançada por neomarxistas críticos como Bader e Benschop (1988), contrariamente ao argumento dos seus adversários de que tratar-se-ia de um objetivismo ingénuo ou dum fundamentalismo pretensioso no acesso à verdade ou ao conhecimento (embora certo estruturalismo marxista dogmático como o de Althusser (1972) tenha dado azo a tais interpretações), assume pelo contrário a contingência e a variabilidade histórica imbricada nas regularidades probabilísticas. Além disso, o realismo crítico assume não só a possibilidade e o avanço do conhecimento, como também a falibilidade, a contestação e a reconstrução do mesmo. O que o realismo crítico não aceita é o relativismo pós-moderno que, na sua contestação às designadas grandes narrativas, pressupõe um posicionamento defetista, circular, irónico, senão mesmo cínico (por exemplo, afirmar que o conceito de cidadania não passa duma 'balela retórica') em torno da ciência e da relevância da humanidade e, em particular, das classes trabalhadoras e dos movimentos étnico-raciais, feministas ou outros pela melhoria do bem-estar social e pela transformação da sociedade num sentido emancipatório, de maior justiça e solidariedade. Para pós-modernos como Maffesoli (1985) é irrelevante não só a dimensão histórica, como o será o caminho da humanidade no futuro, substituindo o fundamentalismo das grandes narrativas ou grandes teorias pelo fundamentalismo presentista que, na sua retórica de celebração e legitimação do presente, apenas 'repenica' e associa a seu bel-prazer conceitos desgarrados e não contextualizados, ignora não só o lado sombrio, como exploratório e opressor do *statu quo* presente, bem como o sofrimento de mais de três quartos da humanidade.[10]

10 Refira-se, a nível ilustrativo, a resposta de Maffesoli, quando por mim questionado em 2003, por ocasião duma conferência como orador convidado na Universidade do Minho, sobre o seu posicionamento em relação à política de Bush nomeadamente na invasão do Iraque: "*A política, nomeadamente a do Senhor Bush em relação ao Iraque, não me interessa*". Em Portugal, salvo uma minoria de defensores da pós-modernidade maffesoliana como Rabot (2002), os pressupostos da pós-modernidade não têm tido eco e, quando o tiveram, designadamente numa nova formulação por Santos (1989), logo foi feita de seguida uma destrinça, ainda que de modo acomodatício, entre uma pós-modernidade de conservação, celebratória e uma pós-modernidade emancipatória sustentada por Santos.

4. O marxismo e as ciências sociais em Portugal: a área da sociologia

Tendo presente o legado de Marx, a sua influência na inauguração e no desenvolvimento das referidas ciências sociais em Portugal foi considerável.[11] Tendose iniciado sobretudo a partir dos anos 1960 em várias áreas em torno de várias figuras – por exemplo, Magalhães Godinho na história, Orlando Ribeiro na geografia e Armando de Castro na economia – no que concerne a sociologia, esta inaugura-se em abertura interdisciplinar, nomeadamente com a economia, e não tanto em torno da Igreja, como pretende N. Ferreira (2006) mas mais por via do seminal Grupo de Investigação em Ciências Sociais (GIS) e respetiva revista *Análise Social*, coordenado por Sedas Nunes num clima de registos (semi)ocultos ou quase clandestinos no meio académico, sendo vista como disciplina 'perigosa' e 'subversiva' pelos ideólogos do regime ditatorial salazarista. Com efeito, na esteira de Cruz (1982), N. Ferreira (2006) tem advogado a tese de que a sociologia teria como primeira instituição de acolhimento e desenvolvimento a Igreja Católica. Ora tal tese, além de problemática, não colhe na medida em que para a Igreja Católica o pano de fundo do debate, ainda que não despiciendo, situar-se-ia na tensão entre o religioso e o secular e, a partir do espaço do religioso, se procurava justamente conter alguma influência laicizante no quadro do emergente processo de secularização. Porém, estas preocupações da Igreja não podem ser desligadas das mudanças de ordem socioeconómica e política em curso nos anos de 1950-60, designadamente após o movimento socio-político de apoio a Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958 – um dado referido por Sedas Nunes mas não valorizado por N. Ferreira (2006) –, a desafeição, para além do operariado urbano, da própria fracção da burguesia industrial ao regime e de algumas camadas intelectuais, as quais faziam mexer também a própria Igreja necessitada de um *aggiornamento* no contexto preparatório do Concílio Vaticano II. Ou seja, quando N. Ferreira coloca o problema da génese da Sociologia a partir do processo de secularização, explicando os processos de conservação e mudança a partir do espaço do religioso, os principais motores dessa mudança estão fora da religião, por muito que alguns promotores (ex)corporativos e filieclesiásticos se centrem tematicamente nas questões da religião. Mais, o autor, ao sustentar que a emergência

11 Embora relevantes, deixamos neste texto de lado considerações sobre os primórdios, aliás ténues, do marxismo em Portugal no século XIX e primeiras décadas do século XX. As ideias seminais em sociologia situavam-se ora num embrionário positivismo de teor organicista, ora decorriam de influências do socialismo utópico de Proudhon e, posteriormente, já durante a I República, do anarquismo presente no movimento de cariz anarcossindicalista, vindo o marxismo a corporizar-se na vida sindical e política sobretudo a partir da fundação do Partido Comunista Português em 1921.

de novos campos e legitimidades como a científica, a laboral, a política ou artística desafiam e confrontam a esfera religiosa, está a obnubilar que a própria religião católica, no caso, é também (para)política, podendo, a este propósito, ser trazida à colação a interligação do religioso com o económico e com o político, expressa por inúmeros sociólogos, historiadores e antropólogos não só marxistas como weberianos, podendo a este respeito convocar a incisiva tese de Maurice Bloch: "Convém reparar primeiramente na política e depois na religião, vendo esta como o exercício duma forma particular de poder, do que fixar-se na religião fora do contexto político e considerá-la como a forma de explicação" (1974: 79). Com efeito, a Igreja oficial portuguesa terá pressentido a partir dos anos 1960 a ameaça da perda de influência tradicional da hierarquia católica, cujos posicionamentos doutrinários e pastorais, além de exprimirem os receios das transições duma economia e sociedade predominantemente agrário-camponesa para uma configuração industrial, traduzem de facto o início duma gradual erosão do regime ditatorial e da hierocrática autoridade tradicional, em termos weberianos.

Na verdade, se os temas da religião e da religiosidade ocuparam parte da atenção dalguns primeiros trabalhos quer na instituição privada de iniciativa dos jesuítas e designada Instituto Superior Económico e Social (ISESE) em Évora e sua revista *Economia e Sociologia*, quer em Lisboa no Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e sua revista *Análise Social*, o ponto de viragem centrou-se, a partir das preocupações de J. C. F. Almeida (1968) e A.S. Nunes (1972) e demais investigadores do GIS nos temas do desenvolvimento e das relações entre rural e urbano e, muito em particular, nas questões epistemológicas e metodológicas nas ciências sociais e, em especial, na sociologia, em que sobressaem abordagens críticas, incluindo, num posterior momento, a marxista.

Propriamente o marxismo em Portugal teve os seus antecedentes nas influências mediadas pela polémica entre marxismo e anarquismo, a qual se repercutiu no movimento anarco-sindicalista em Portugal, consolidando-se já no início dos anos 1920, mais especificamente em torno da criação do Partido Comunista Português (PCP) em 1921, o qual perdurará e alargará a sua influência não só no movimento sindical durante os anos finais da I República como entre intelectuais e o movimento estudantil, particularmente no pós-II Guerra Mundial nas décadas de 1950 e sobretudo 1960-70. Com efeito, é nestas décadas que o marxismo é veiculado pela via dos movimentos sindical e estudantil, assume alguma moderada influência junto da ala mais progressista do Partido Socialista mas é declaradamente assumido pelo programa teórico e político do PCP e por outros grupos de resistência da (extrema) esquerda com suas várias *nuances*, replicando as tendências a nível internacional: o estalinismo, o trotskismo, o maoismo. É, porém, sobretudo no pós-25 de Abril de

1974 que o marxismo se consegue institucionalizar e firmar de modo notável em vários sectores: (*i*) na esfera académica na produção científica sobre diversos temas e expressa em inúmeras teses quer de mestrado quer de doutoramento nas diversas áreas de ciências sociais,[12] quer ainda em projetos de investigação, nos centros de investigação e em instituições de ensino, particularmente em diversas universidades onde se implantaram cursos de Sociologia; (*ii*) na esfera laboral e na intervenção social, cultural-artística e política, apesar de as correntes dominantes nomeadamente em empresas e em instituições conservadoras ainda verem a sociologia como incómoda ou mesmo 'subversiva'; (*iii*) nas diversas associações profissionais designadamente na Associação Portuguesa de Sociologia (APS), na esfera laboral (sindicalismo e outros movimentos sociais), na ampliação de direitos e na intervenção social, assim como nas vertentes literária, cultural-artística e política.

É igualmente o pensamento social informado pelo marxismo que se tem posicionado e pugnado por ampliar direitos sociais e reforçar o Estado Social, que se tem batido contra a desvalorização e/ou acantonamento das ciências sociais e das letras, a feitichização acrítica da tecnologia como ideologia, a utilização instrumental dos *media* e da própria sociologia, nomeadamente de teor positivista e neoliberal para objetivos de lucro e/ou dominação, a privatização de empresas públicas, a empresarialização e/ou gestão privada de universidades e doutras instituições públicas (cf. Santos 1994: 177, Silva e Ribeiro 2009).

No campo específico da Sociologia, nomeadamente em Portugal, o marxismo tem constituido uma das correntes mais influentes, em maior ou menor grau, como referido, nos institutos politécnicos e sobretudo nas universidades e nalguns centros de investigação, assim como nas conceituadas revistas de ciências sociais, designadamente de sociologia, nas sucessivas direções da APS e seus congressos, encontros e revista *Sociologia on line*.[13]

---

12 Não obstante a perceção de posicionamentos críticos entre um número crescente de académicos/as – o que exigiria contudo um trabalho empírico –, tal não significou necessariamente um forte envolvimento político em sindicatos e/ou outros movimentos sociais, tal como ocorreu aliás em países centrais, como o assinalam Anderson (1987) e Amadeo (2006: 53ss), quer entre os anos 1920-30 e os anos 1960, quer no pós-Maio 1968 e, em Portugal, no período restauracionista do pós-25 de Novembro de 1975 no processo do pós-25 de Abril 1974. Em todo o caso, na situação portuguesa, ao salto qualitativo na espessura de massa crítica no meio académico não será estranha a passagem de 28 doutorados/as em 1980 para 1270 em 2015, em parte por impulso do ministro Mariano Gago (Pordata 2015).

13 As sucessivas direções da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) têm tido a preocupação de, ouvindo os diversos Departamentos de Sociologia no país, conjugar esforços no sentido de valorizar a Sociologia, enquanto ciência, profissão e disciplina no ensino, não só na sociedade portuguesa como face à tutela ministerial.

Em termos de produção sociológica, importa referir que, na primeira geração de cientistas sociais, provenientes de diversas origens e formações, designadamente os que se reagruparam sobretudo no GIS-ICS e noutros centros emergentes como o Centro de Investigação e Estudos Socais (CIES) do Instituto de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE), mais tarde Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e outros,[14] os primeiros trabalhos centraram-se na análise crítica da Universidade portuguesa, no diagnóstico igualmente crítico sobre o (sub)desenvolvimento da sociedade portuguesa, nas questões epistemológicas e teóricas,[15] em que o marxismo pontuava como paradigma prevalecente, na relativa polarização e contraste dicotómico entre o rural e o urbano e, seguidamente, nas suas continuidades. Neste quadro, os principais e mais reputados trabalhos tiveram por objecto a sociedade rural, sua conservação e mudança, quer no latifúndio, quer no minifúndio sobretudo no Norte e Centro do país, sendo de relevar o confronto entre as premissas liberais e marxistas, por um lado e, por outro, o debate e articulação entre teóricos marxistas e outros sobre economia camponesa de inspiração chayanoviana, assim como a tensão entre tese marxista da proletarização e a relativa autonomia, resistência e adaptação do campesinato e suas formas de pluriatividade e plurirendimento. Simultaneamente, surgiram estudos sobre o capitalismo e as consequências do êxodo rural e migrações rurais na demanda de emprego em direção às médias e grandes cidades do país e/ou do estrangeiro e suas

14 Para além destes, foram sendo criados em várias universidades outros centros de investigação, em diversos tempos, nomeadamente: o Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais (CIDEHUS) e, posteriormente, o Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia (CISA) na Universidade de Évora; o Centro de Estudos de Sociologia (CESNOVA) na Universidade Nova de Lisboa, o Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho, o Centro de Estudos Sociais (CES_ Universidade dos Açores) e, posteriormente, o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade de Évora, Universidade dos Açores e Instituto Politécnico de Leiria; o Centro de Estudos Sociais (CESUBI) na Universidade da Beira Interior; Centro de Investigação em Desenvolvimento e Economia Regional (CIDER), substituído depois por Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações (CIEO) na Universidade do Algarve; Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) na Universidade de Lisboa.

15 Não é possível neste curto texto dar conta da riqueza e diversidade das publicações sobre os temas enunciados. Em todo caso poderão, no campo da epistemologia e metodologia, ser referenciados alguns dos primeiros trabalhos pioneiros antes e após o 25 de Abril de 1974 (Martins 1996 [1968], Nunes 1972, Almeida e Pinto 1976, Santos 1989, A. S. Silva e Pinto 1990, Machado 1993, 1999 e 2020, Fernandes 1996, Pinto 2007). Salvo estas referências e outras pontuais, dada a abundância e riqueza da extensa bibliografia sobre as diversas matérias assinaladas neste texto, não nos será possível elencar neste texto as inúmeras publicações sobre a maior parte das mesmas.

relações com as comunidades de acolhimento e de origem. Nestes e noutros exímios trabalhos é também focada a temática da estratificação *versus* a perspetiva marxista das classes sociais em espaço rural e urbano, os modos de vida em comunidades rurais, nomeadamente camponesas, e os processos simbólico-religiosos nos campos nomeadamente o sincretismo e a tensão entre religião oficial católica e religiosidade popular e sua relação com o poder local e os processos de clientelismo e patrocinato. Por sua vez, em Sociologia urbana, sobressaíam as questões urbanas e os processos de metropolização, a habitação, os bairros sociais, questões que convocaram também, além da análise das classes sociais urbanas, nomeadamente o operariado e os movimentos sindicais, assim como temas sobre o trabalho e profissões, a família e o ciclo de vida. Assim, na continuidade dos clássicos estudos em torno do trabalho e das organizações, a sociologia portuguesa tem prosseguido relevantes estudos nestas áreas atendendo às profundas mudanças tecnológicas no mundo do trabalho e na vida social e seus impactos na vida quotidiana, dando inclusive lugar à criação, em 1984, da Associação dos Profissionais da Sociologia da Indústria, das Organizações e do Trabalho (APSIOT) e, posteriormente, a uma forte secção da APS nesta área. Por outro lado, sociólogos de várias gerações foram incidindo suas pesquisas inovadoras sobre problemas em matéria de ambiente, de qualidade de vida, da cultura e da preservação de diversas espécies de património e, muito em particular, sobre questões que têm preocupado os cidadãos tais como a saúde, a educação e a segurança social como traves mestras do Estado Social, refletindo-se em publicações daí resultantes a marca ou influência do marxismo.

Para além dos campos do rural e do urbano, realizaram-se outras teses e trabalhos de pesquisa sobre questões de ordem histórica e política, nomeadamente sobre *Estado Novo* e democracia, a relação entre economia e poder, sociedade e Estado, sociedade e direito, valores e representações sociais não só a nível nacional como internacional e respetivas análises comparativas. Relevam ainda temas de estudo sobre género e sexualidade, família e ciclo de vida, relações conjugais e crescentes processos de ruptura, sobre género e gerações designadamente crianças e jovens, dando lugar a notáveis trabalhos na sociologia da família e sobre diversas categorias etárias (infância, juventude, terceira idade e processo de envelhecimento). Por outro lado, outros temas relacionados com cultura e suas formas de expressão, a relação dos *media* com o poder político e judicial vem tornando-se temas de crescente interesse e relevantes resultados.

O ressurgimento de novas religiões, a par da já instalada católica, as mobilidades e migrações e, em especial, o confronto entre identidades étnico-raciais e o nacionalismo xenófobo e racista, que comporta outras fontes de perplexidades e conflitos, de mal-estar e (in)segurança, têm sido objeto crescente de notáveis teses e projetos

de pesquisa, aliás não só em Portugal como na Europa. Acresce que em países (semi) periféricos como Portugal são os problemas do desemprego e da precariedade, da pobreza e da exclusão social, amiúde focalizados por sociólogos/as com um olhar crítico, designadamente marxista. Têm recebido particular atenção estes e outros temas já referidos como sejam as questões da etnicidade e do racismo, particularmente as minorias étnicas e migrantes, as quais, para além da tradição marxista, tem êxigido outras perspetivas como a weberiana e interacionista para a compreensão e explicação deste fenómeno de modo cruzado e interdisciplinar, tal como aliás no caso das desigualdades de género, na esteira de estudos interseccionais em termos de género, classe e raça/etnia e nos estudos decoloniais.[16]

Dado o desenvolvimento relativamente lento da formação social portuguesa relativamente a outros países centrais mais industrializados e desenvolvidos quer por fatores endógenos a nível estrutural e histórico, quer por condicionamentos exógenos designadamente os derivados do processo de globalização e, em particular, condicionamentos a nível europeu, foi possível constatar alterações em diversos setores duma economia subalterna e semiperiférica na produção agro-industrial, em que o investimento do capital se deslocou mais para os setores comerciais, da banca, seguros e telecomunicações sobretudo a partir dos anos 1980, com repercussões de mudanças nos modelos organizacionais do setor privado, com alguns reflexos na reorganização de setores da administração pública a nível central e local.

Com efeito, relativamente cedo foram igualmente equacionadas questões e desenvolvidos estudos pertinentes em torno do desenvolvimento desigual não só a nível global como nacional e regional com diversas análises sobre a sociedade portuguesa, nomeadamente sobre as relações capital-trabalho, os processos de (re) composição socio-profissional, as relações familiares e padrões culturais, as formas e estratégias de reprodução e mobilidade social, o Estado-providência ou Estado social que se sustentou ser relativamente débil por comparação com outros Estados sociais na Europa central e sobretudo nórdica, a que, segundo uns, se contraporia uma sociedade-providência forte, mas, segundo outros de modo algum, podendo quando muito falar-se de uma família-providência e, em particular, de uma mulher--providência no seio familiar.[17]

---

16 Como textos inspiradores dos estudos decoloniais, cf., entre outros, Quijano (2000), Dussel (2009), Santos e Menezes (2009); Mbembe (2017) e, com algumas interpelações críticas sobre as epistemologias do sul em Santos, cf. Sousa e Lewis (2013). E sobre a abordagem interseccional em questões étnico-raciais, género e classe, cf., como referido, Davis (1983); Crenshaw (2000); Hooks (2000), Stolcke (2006), Nogueira (2013); Silva (2016).

17 Cf., respetivamente, Santos (1993), por um lado; e, por outro, Torres e F. Silva (1998), Silva (1999), Vasconcelos (2005) e Wall (2005).

Os imperativos de desenvolvimento, já em termos nacionais ou internacionais, já em termos regionais ou locais, têm estado de novo na ordem do dia, sendo produzidos, sobretudo a partir de meados da década de 1980, vários ensaios e estudos sociológicos com uma dimensão histórica. As diferenciadas e mesmo assimétricas consequências sociais do modelo de desenvolvimento dominante, tendo sido objecto de estudo a partir de diversos pressupostos presentes nas teorias económicas e sociológicas do desenvolvimento, têm dado lugar a importantes dissertações e estudos não só a nivel nacional como regional e local. Por sua vez, os problemas e défices de um desenvolvimento desigual com inerentes desequilíbrios a nível macro, meso e micro têm sido terreno fértil para uma acrescida reflexão sociológica em estudos, ora mais globais, ora mais regionais-locais.

Sobre a sociedade portuguesa poder-se-iam destilar desde os anos 1980-90 dois olhares que, em crescente maturação reflexiva, ora se entrechocam ora se encontram e complementam, privilegiando ora uma via metodológica mais dedutiva, ora uma outra mais indutiva, olhares esses que podem ser ilustrados por duas obras coletivas sobre a formação social portuguesa: "Portugal: um Retrato Singular" organizado por Santos (1993) a partir do Centro de Estudos Sociais-Universidade de Coimbra e "Portugal: que modernidade?", organizado por Viegas e Costa (1998) no quadro do CIES-ISCTE, perspetivas estas que se replicam, em maior ou meno grau, noutros centros de investigação no país. Com efeito, a primeira obra, partindo da teoria do centro-periferia de Wallerstein (1990) e do conceito de semiperiferia como conceito próprio e relacional, intermédio e intermediário entre centro e periferia, sustentava, com base em diversos estudos de cariz económico, sociológico, político e inclusive literário, que a sociedade portuguesa seria uma sociedade de desenvolvimento intermédio justamente explicável pela sua condição semiperiférica no contexto europeu e internacional. Sem deixar de corresponder também a demandas privadas e sobretudo públicas, o CES-UC, embora apresentando alguma diversidade de orientação teórica-metodológica, tem-se caraterizado por perspetivas teórico-críticas, ainda que não necessariamente marxistas, mas com alguma proximidade, acrescidas de 'epistemologias do sul' e estudos pós-coloniais e decoloniais.

A segunda perspetiva e suas linhas de investigação, não obstante as suas variantes e tendências, recusando uma perspetiva explicativa sobre a sociedade portuguesa de modo predominante ou 'apriorístico' a partir da teoria centro-periferia e recolhendo dados na base de uma metodologia mais empírica e mensurável mas sem ser empiricista e ateórica, tem caraterizado Portugal, num quadro de diversas perspetivas teóricas, como uma sociedade 'quase moderna' ou quase central mas de 'modernidade inacabada' ou pregnante de uma "tardia modernidade', cujos obstáculos e desafios suscitados a nível institucional e económico importaria ser superados com

base em diagnósticos consolidados. As diferenças de grau e/ou relativo atraso em relação aos padrões europeus podem ser interpretados como 'défices de modernização', resultantes da herança histórica, nomeadamente do anterior regime ditatorial e, como tal, superáveis no tempo.

Se, na análise da sociedade portuguesa, é impensável deixar de relacioná-la com a economia-mundo e o seu lugar semiperiférico no quadro europeu e mundial, nem todos os fenómenos económicos, sociais e políticos em Portugal são remissíveis e explicáveis apenas a partir da sua condição 'semi-periférica', podendo ser conjugados não só diversos níveis de análise (socioestrutural, organizacional-político e interacional) como diversos fatores exógenos e endógenos. Por sua vez, alguns destes fatores internos são resultantes não da descoincidência das forças produtivas e das relações de produção, como por vezes é aventado, mas justamente da polarização e articulação de diversos modos de produção presentes na formação social concreta em Portugal com repercussões nas dimensões económicas, sociais, políticas e simbólicas.

O desenvolvimento humano constitui um dos objetivos centrais da agenda científica e socio-política não só de diversos centros de investigação e projetos, como de várias entidades económicas e institucionais, instâncias e organizações políticas. Tendo presente o estado da arte em torno dos temas referidos e as principais correntes, nomeadamente no campo da sociologia – estruturofuncional, (neo)weberiana, simmeliana, interacionista e (neo)marxista e outras mais recentes de síntese – a produção socioantropológica e histórica não só a nível internacional como nacional tem sido notável. Assim, numa perspetiva sociológica, antropológica, geo-histórica e empírica têm sido analisadas desigualdades sociais com particular incidência nas formas de desigualdade, pobreza e exclusão social, seus diversos tipos e manifestações atuais em espaços quer rurais, quer urbanos, tendo em conta os efeitos das relações desiguais e de dependência das periferias perante os diversos centros.

A par de estudos sobre desenvolvimento desigual, surgem também cada vez mais projectos sociológicos sobre as diferentes formas de desigualdade social (de classe, de género, étnicas, regionais e outras), bem como sobre modos de exploração e dominação a nível transnacional, nacional e local, desde as instâncias estatais, eclesiásticas e civis sob forma patrocinal ou clientelar. Ainda neste registo importa destacar investigações sobre as relações entre capital e trabalho, o sindicalismo e diversos movimentos sociais (feminista, LGBTI, ambiental, anti-racista e anti-colonial, pós-colonial ou decolonial). São de salientar sobretudo mais recentemente enfoques nalguns dos já referidos fenómenos como o (des)emprego e a precariedade, assim como nos principais impactos e repercussões, positivas e negativas, das políticas públicas sobre as desigualdades sociais na educação e na saúde, na

ciência e na tecnologia, nos sistemas da justiça e nos *media*. São igualmente evidentes inúmeras publicações sobre migrações e minorias étnicas, designadamente as comunidades ciganas.

Se, por um lado, se impõe rejeitar qualquer posicionamento apriorístico e ahistórico, por outro, as diversas pesquisas não podem prescindir de refletir sobre o lugar de Portugal na União Europeia e no mundo, indagando sobre as causas exógenas e endógenas do desenvolvimento desigual a nível societal, organizacional-político e interativo. Por fim, tendo uma parte considerável de cientistas sociais consciência dos problemas estruturais e obstáculos político-organizativos a nível nacional e europeu, os seus estudos sobre as mais diversas formas de desigualdade social (territoriais, de classe, de género, étnicas, geracionais) exigem um posicionamento que não se compadece com a neutralidade axiológica e política. Ou seja, uma vez realizados os diagnósticos em torno das situações de pobreza, exclusão e desigualdade social, têm sido feitas recomendações no sentido alcançar uma sociedade mais coesa e de bem-estar, justa e inclusiva. Porém, tal pressupõe, para além das condições objetivas, a conjugação da ação coletiva dos diversos movimentos sociais com outros requisitos tais como organização, liderança, ambiente político-institucional favorável e a vertente ideológica/utópica a nível macro, meso e micro (cf. Bader 1991, Silva 1998, 2009).

Contrariamente ao estrutural-funcionalismo durkheimiano e parsoniano perpassado de uma perspetiva holista mas idealista pelo pressuposto em torno duma sociedade harmónica e com alegada consciência coletiva e valores comuns, por um lado, e, por outro, em complementariedade com a perspetiva acionalista weberiana em diversos temas e em contraponto ao estruturalismo dogmático, a abordagem marxista representa um avanço qualitativo na análise diacrónica e sincrónica das formações sociais, tendo por base os diversos modos de produção e respetivas classes ao longo da história, embora mais focalizado, no quadro da revolução industrial na Inglaterra, na análise aprofundada e fina sobre o funcionamento do modo de produção capitalista e suas contradições.

Se é certo que hoje se caminha e bem para uma maior imbricação de elementos e teorias de síntese em torno de autores como Elias (1980), Giddens (1984) e sobretudo Bourdieu (1980), Bader e Benschop (1988), o paradigma marxista, a par do weberiano, tem sido um dos pilares teóricos inspiradores de teses e outros projetos em diversas matérias, prestando-se como nenhuma outra corrente a mecanismos de debate, discussão e controvérsia com respetivas operações de controlo e verificação, à imbricação entre o geral e o particular, à utilização reversível dos métodos de indução e dedução, ao vaivém entre o abstrato e o concreto, numa palavra, à dialética materialista e histórica (Malglaive *apud* Pinto 2007).

5. Algumas conclusões

A estrutura e a dinâmica das modernas sociedades capitalistas colocam hoje desafios e, certamente, questionamentos sobre os objetivos nos diversos campos do saber sociológico, o que acaba também por repercutir-se, quer nos projectos de investigação, quer nas estruturas dos cursos de ciências sociais, nomeadamente no de sociologia.

Tendo presente o legado de Marx (e Engels), a sua influência nas referidas ciências sociais em Portugal tem sido considerável. Sem nos termos debruçado sobre elementos protosociológicos presentes no século XIX e durante a I República, a inauguração seminal de estudos sociológicos em Portugal teve lugar em registo semi-oculto ou encriptado na década de 1960 e sobretudo na fase final do regime ditatorial salazarista-caetanista em torno do ISESE em Évora e sobretudo do Grupo de Investigação em Ciências Sociais (GIS) e respetiva revista *Análise Social* coordenado por Sedas Nunes. No final dos anos 60 e inícios de 70 era considerada uma disciplina 'perigosa' e 'subversiva' pelos ideólogos do regime ditatorial perante os movimentos estudantil e sindical, do PS e sobretudo do PCP e doutros grupos de resistência. Será hoje plausível sustentar como hipótese de trabalho que a corrente marxista no campo das ciências sociais e, em particular, na sociologia foi aquela que deu o maior contributo para análise da situação económica, social e política antes e sobretudo após o 25 de Abril de 1974. A sociologia viria a institucionalizar-se no pós-25 de Abril e a firmar-se de modo pujante e prestigiado como área científica em vários setores, a saber, na esfera académica, no campo laboral e na intervenção social, cultural-artística e política. Porém, mesmo no pós-25 de Abril as correntes dominantes nomeadamente em empresas e em instituições retrógradas viam ainda a sociologia como incómoda ou mesmo 'subversiva', a que não era nem será estranha *a contrario* a influência marxista, ainda que percebida de modo preconceituado e enviesado.

Se o método e a teoria marxista tiveram forte impacto, embora de curta duração e minoritário, no pós-25 de Abril de 1974, as outras de inspiração weberiana e interacionista foram tomando corpo, sem que tal se tenha cristalizado nem por escola, centro de investigação ou ainda por associação de docentes e investigadores. Apesar de, em cada uma das escolas e centros de investigação no campo das ciências sociais, se constatar influências várias no seu seio, entre as quais a marxista, poder-se-ão salientar duas tendências: (*i*) uma que, conhecendo diversas variantes e referentes teóricos no seio de cada uma das escolas ou centros de investigação, tem destacado a importância de estudos empíricos – sem serem, na maior parte dos casos, necessariamente empiricistas; e (*ii*) uma outra que, embora conhecendo diversas perspetivas

no seu seio, se reivindica, de modo predominante, de uma perspetiva pós-moderna em torno duma nova teoria crítica, assim como da teoria centro-periferia – na qual Portugal é analisado como país semiperiférico –, tendo prestado uma menor atenção à vertente empírica, embora tal tenha sido mais frequente nos primeiros trabalhos dos anos 80 e 90 que nos últimos anos.

Sendo *grosso modo* os traços referidos os mais marcantes da sociologia portuguesa, presentes, em maior ou menor grau, nas várias escolas e unidades de investigação de ciências sociais do país, impor-se-ia hoje e cada vez mais a necessidade de confrontar os diversos paradigmas e resultados de investigação não só no seio de cada escola/centro de pesquisa como de modo transversal em diversos centros e escolas e, numa etapa subsequente, com outras áreas do saber numa perspetiva interdisciplinar e transdisdisciplinar. Com efeito, volvidos quase cinquenta anos desde o 25 de Abril de 1974, embora aqui e ali se verifiquem posicionamentos diferenciados e, por vezes, até opostos nas áreas das ciências sociais, nomeadamente na sociologia, constata-se, todavia, um défice de debate público e aberto sobre os mais variados temas. Seria saudável que fossem assumidos explicitamente os enfoques teóricos e metodológicos em confronto, de modo que o princípio do contraditório – um conceito emprestado e recorrente nos meios judiciais – pudesse também traduzir-se numa polaridade aberta e profícua de posicionamentos teóricos e políticos. As divergências ficam-se amiúde num terreno subliminar, porque a sua manifestação em público é não raro assumida como afronta pessoal sobretudo a académicos seniores, sendo até, neste contexto, privilegiadas relações com colegas e centros de investigação estrangeiros. Por outro lado, nos meios de comunicação social constata-se serem bem menores os espaços de debate oferecidos a cientistas sociais nomeadamente sociólogos, tendo sido preferidas ora figuras do campo político-partidário ora, quando muito, jornalístico, além de fazedores de opinião nos mais diversos espaços, mas predominantemente em linhas *mainstream*. Porém, também é certo que bastantes académicos se resguardam de tomar posição em espaços públicos designadamente nos *media*, alguns dos quais na suposta ideia corrente de que as tomadas de posição pública não condizem com o estatuto de sociólogo/a cientista, o qual deverá ser axiologica e/ou politicamente neutro/a. Ora, torna-se imprescindível não só contrariar o acantonamento de cientistas sociais em pretensas torres de marfim académicas, como pugnar para que os diferentes olhares sociológicos ganhem visibilidade social e pública, na esteira do pensamento do Burawoy (2005) em torno da sociologia pública. As investigações sobre os mais diversos problemas necessitam de convocar, além da precisão, da sistematização e da generalização, o critério da relevância social do problema em estudo. Se os estudos científicos exigem ter presentes estes critérios, certos problemas mais agudos de desigualdade, de pobreza e

exclusão, de segregação socio-espacial e étnica, de marginalidade e criminalidade assumem hoje proporções preocupantes e uma acrescida relevância social. Tal convida não só a detetar e aprofundar as suas causas e consequências, como delinear programas de intervenção não só estatal, mas também societal no quadro de uma cidadania activa e participada.

Em suma, no contributo notável prestado pela sociologia para um melhor e mais sistematizado conhecimento da realidade social em Portugal e suas dinâmicas de conservação e mudança social, o marxismo constituiu nos diversos tipos de produção teórica e investigação empírica por parte dos sociólogos/as portugueses/as uma das abordagens mais inspiradoras desses trabalhos. Numa sociedade aberta e plural, certamente a liberdade nomeadamente académica e sobretudo a diversidade de interessses refletem-se também na diversidade de posicionamentos no campo científico e político.

Bibliografia

Ágoas, Frederico (2013), "Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal", *Análise Social*, vol. XLVIII (206): 221-256.

Almeida, Ana Nunes de (1997), "A matter of relevance: a set of proposals for comparative social research in the portuguese speaking community", *in* Ana Nunes de Almeida (orgs.), *Terra nostra: challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century*. Madrid, International Sociological Association, 9-26.

Almeida, João Ferreira de (1997), "Sociology: some current problems", *in* Ana Nunes de Almeida (orgs.), *Terra nostra: challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century.* Madrid, International Sociological Association, 85-97.

Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1976), *A investigação nas ciências sociais.* Lisboa, Presença.

Almeida, José Carlos Ferreira de (1968), "Situação e problemas do ensino das ciências sociais em Portugal", *Análise Social*, vol. 6, n.º 22/23/24, 697-729.

Althusser, Louis (1972 [1965]), *Pour Marx.* Paris, Maspero.

Amadeo, Javier (2006), "Mapeando o Marxismo", *in* Atilio Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoría marxista hoje: problemas e perspetivas*. Buenos Aires e São Paulo, CLACSO, 51-97.

Anderson, Perry (1987 [1976]), *Consideraciones sobre el marxismo occidental*. México, Siglo XXI.

Bader, Veit (1991), *Collective Handelen.* Groningen, Wolters-Noordhoff.

Bader, Veit e Albert Benschop (1998), *Ongelijkheden*. Groningen, WoltersNoordhoff.

Baptista, Luís e Paulo Machado (2009), "A comunidade sociológica: pensando o papel e os dilemas da sociologia portuguesa a partir da atividade da APS", *Revista Angolana de Sociologia*, vol. 0, n.º 4, 255-284.

Bloch, Maurice (1974), "Symbols, song, dance and features of articulation: is religion an extreme form of traditional authority", *Man*, vol. 7, n.º 4, 614-634.

Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique.* Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean Claude Passeron (1968), *Le Métier du Sociologue.* Paris, Mouton/Bordas.

Bobbio, Norberto (1976), "Esiste una szienza política marxista?", *in* Norberto Bobbio *et al.* (orgs.), *Il marxismo e lo Stato.* Roma, Mondoperario.

Boron, Atilio (2006), "Teoria política marxista ou teoria marxista da política", *in* Atilio Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.) *A teoría marxista hoje. Problemas e perspetivas*. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO, 167-181.

Buey, Francisco Fernández (2006), "Marx e os Marxismos. Uma reflexão para o século XXI", *in* Atilio Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoría marxista hoje: problemas e perspetivas*. Buenos Aires/São Paulo, CLACSO, 183-200.

Burawoy, Michael (2005), "For Public Sociology", *American Sociological Association*, vol. 70, 4-28.

Callinicos, Alex (1993 [1989]), *Contra el posmodernismo: una crítica marxista.* Bogotá, El Ancora.

Caria, Telmo Humberto, Filipa César e Raquel Biltes (2012), "A profissionalização da Sociologia e o uso dualístico das ciências sociais", *Configurações*, n.º 9, 15-36.

Colletti, Lucio (1977), *La cuestión de Stalin.* Barcelona, Anagrama.

Comte, Auguste (1972 [1844]), "Discours sur l'esprit positive", *in La science sociale*. Paris, Gallimard, 219-239.

Costa, António Firmino (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", S*ociologia, Problemas e Práticas*, n.º 5, 107-124.

Crenshaw, Kimberlé Williams (2000), "Race, reform and retrenchement: transformation and legitimation in antidiscrimination law", *in* Les Back e John Solomos (orgs.), *Theories of race and racism.* Londres/Nova Iorque, Routledge, 549-560.

Cruz, Manuel Braga da (1982), *Para a história da Sociologia Académica em Portugal*. Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Davis, Angela (1983), *Women, race and class.* Nova Iorque, First Vintage Books.

Dilthey, Wilhelm Ludwig (2014 [1907]), *A essência da filosofia.* São Paulo, Vozes.

Durkheim, Emile (1959), *Socialism and Saint Simon*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

Durkheim, Émile (1974 [1895]), *Las reglas del método sociológico.* Madrid, Morata.

Dussel, Enrique (2009), "Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade*", in* Boaventura de Sousa e Santos e Maria Paula Menezes (orgs.), *Epistemologias do Sul.* Coimbra, Edições Almedina, 283-335.

Eagleton, Terry (1998), *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Elias, Norbert (1980 [1970]), *Introdução à Sociologia.* Lisboa, Edições 70.

Fernandes, António Teixeira (1996), "O conhecimento científico-social em Portugal", *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 20, 9-42.

Ferreira, Nuno Estevão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade.* Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration.* Cambridge, Polity Press.

Goffman, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne – La presentation de soi*. Paris, Minuit.

Gouldner, Alvim (1975), *For Sociology. Renewal and Critique in Sociology Today.* Hardmontworth, Penguin.

Gouldner, Alvim (1979 [1970]), *La crisis de la sociología occidental*. Buenos Aires, Amorrortu.

Gramsci, António (1971), *Selections of Prison Notebooks.* Nova Iorque, International Publishers.

Grüner, Eduardo (2006), "Leituras culpadas. Marx(ismos) e a Práxis do conhecimento", *in* Atilio Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoría marxista hoje. Problemas e perspetivas*. Buenos Aires/São Paulo, CLACSO, 101-142.

Habermas, Jurgen (1973 [1968]), *La technique et la science comme ideologie.* Paris, Gallimard.

Habermas, Jurgen (1990 [1985]), *O discurso filosófico da modernidade.* Lisboa, Dom Quixote.

Hegel, Georg W.F. (1992 [1807]), *Fenomenologia do espírito.* Petrópolis, Vozes.

Heller, Agnes (1986), "The Sociology of everyday life", *in* Ulf Himmelstrand (orgs.), *The Social Reproduction and Culture.* Londres, Sage, 150-163.

Horkheimer, Max e Theodor Adorno (1973 [1944]), *Dialectic of enlightenment.* Harmondsworth, Allen Lane.

Kant, Immanuel (2013 [1787]), *Crítica da razão pura.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª edição.

König, René (1992 [1949]), *Sociologia.* Belo Horizonte, Meridiano.

Lefebvre, Henri (1977), *Critique de la vie quotidienne.* Paris, L'Arche.

Lobo, Cristina (1996), "Os congressos de Sociologia em Portugal", S*ociologia. Problemas e Práticas*, n.º 20, 113-132.

Lukács, Georgy (1974 [1945]), *Historia y conciencia de clase*. México, Grijalbo.

Luhmann, Niklas (1982 [1970]), *The differentiation of society.* Nova Iorque, Columbia University Press.

Machado, Fernando Luís (1993), "O ensino da Sociologia: entre a ciência e a profissão", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 12/13, 81-105.

Machado, Fernando Luís (1999), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal. Factores, recomposições e implicações", *in A Sociologia e o ensino secundário.* Oeiras, Celta, 119-175.

Machado, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal: da pré-história à institucionalização avançada*. Porto, Afrontamento.

Maffesoli, Michel (1985), *La connaissance ordinaire.* Paris, Libraire des Méridiens.

Marcuse, Herbert (1970), *One-dimensional Man. Studies in the Ideology of Advanced Industrial Societies.* Boston, Beacon Press.

Martin, Facundo Nahuel (2014), *Marx de vuelta. Hacia una teoría crítica de la modernidad*. Buenos Aires, Editorial Colectivo.

Martins, Hermínio (1996 [1968]), *Classe, status e poder.* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Marx, Karl (1974 [1859]), *A contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa.

Marx, Karl (1974a [1867]), *O capital.* Lisboa, Delfos.

Marx, Karl (2004 [1844]), *Manuscritos econômicos* e *filosóficos.* São Paulo, Boitempo.

Marx, Karl (2005 [1843]), *Crítica da filosofía do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1976 [1846]), *A ideologia alemã.* Lisboa, Presença.

Marx, Karl e Friedrich Engels (1998 [1848]), *O Manifesto do Partido Comunista.* Lisboa, Hugin.

Mbembe, Achille (2017), *Crítica da razão negra.* Lisboa, Antígona.

Mead, Herbert (1934), *Mind, self and society: from the stanpoint of a social behaviorist*. Chicago, Chicago University Press.

Mills, Wright (1956), *The power elite.* Oxford, Oxford University Press.

Mineiro, João (2015), "Ciência, profissão e empregabilidade: três teses sobre a relação entre sociologia e o mercado de trabalho", *Sociologia On Line*, n.º 9, 1-14.

Nogueira, Conceição (2013), "A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidade: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminist crítica", *in* Ana Lídia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella e Marivete Gesser *(*orgs.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*. Florianopólis, Abrapso/Nupp/CFH/UFSC.

Nunes, Adérito Sedas (1972), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais.* Lisboa, G.I.S.

Parsons, Talcott (1988 [1951]), *O sistema social.* Madrid, Alianza.

Pereira, Virgílio Borges (2009), "Instrumentalidade, reflexividade e orientação do conhecimento na génese e consolidação da sociologia portuguesa: um breve comentário a propósito de 'For public sociology' de Michael Burawoy" (edição de autor, disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14181/2/08instrumentalidade000073811.pdf).

Pinto, José Madureira (1994), *Propostas para o ensino das ciências sociais.* Porto, Afrontamento.

Pinto, José Madureira (1997), "Sociology in Portugal. Formation and Recent Trends", *in* Ana Nunes de Almeida (orgs.), *Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century.* Madrid, International Sociological Association, 57-65.

Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspetivas do desenvolvimento da Sociologia em Portugal", *Sociologia. Problemas e Práticas,* n.º 46, 11-31.

Pinto, José Madureira (2007), *Indagação científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social.* Porto, Afrontamento.

Pinto, José Madureira (2013), "Da Sociologia como Profissão à Sociologia crítica", *Análise Social*, vol. 208, n.º 2, 1-10.

Proudhon, Pierre Joseph (1988 [1840]), *O que é propriedade.* São Paulo, Martins Fontes.

Quijano, Aníbal (2000), "Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina", *in* Edgardo Lander (orgs.), *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 246-276.

Rabot, Jean Martin (2002), "Classes e Ordens (grupos de estatuto) em Max Weber", *Cadernos do Noroeste – Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 18, n.º 1/2, 293-298.

Resende, José e Maria Manuel Vieira (1993), "A Sociologia e o Ensino Superior em Portugal: um levantamento a algumas interrogações", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 12/13, 53-79.

Rickert, Heinrich (1997 [1899]), *Science de la culture et science de la nature*. Paris, Gallimard.

Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna.* Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), (org), *Portugal. Um retrato singular.* Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na PósModernidade.* Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), "Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 54, 197-2015.

Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Menezes (2009), (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Edições Afrontamento.

Sartre, Jean Paul (1964 [1960]), *Crítica de la razón dialética*. Buenos Aires, Losada.

Sayer, Andrew (2006), *Realism and Social Science.* Londres, Sage.

Silva, Augusto Santos (1990), "A ruptura com o senso comum nas ciências sociais", *in* Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia em Ciências Sociais.* Porto, Afrontamento, 29-53.

Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1990) (orgs.), *Metodologia em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (1999a), "O lugar do sociólogo em contexto universitário. Alguns elementos de reflexão sobre o ensino da sociologia na Universidade do Minho", *in* Associação Portuguesa de Sociologia (org), *A sociologia e o ensino secundário*. Oeiras, Celta, 8598.

Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silva, Manuel Carlos (2016), *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho.* Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Silva, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2000). "Ciências Sociais e desenvolvimento no Minho", *Territórios Alternativos*, nº 1, 121-135.

Simmel, Georg (1977 [1903]), *Sociología I. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, Revista do Occidente.

Smith, Adam (1993 [1776]), *Riqueza das nações.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Sousa, Sandra e Tom Lewis (2013), "Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória", *Configurações,* n.º 12, 29-45.

Stolcke, Verena (2006), "O enigma das intersecções: classe, raça, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX", *Estudos Feministas*, vol. 14, nº 1, 15-42.

Thompson, Edward Palmer (1982 [1963]), *The making of the english working class*. Middlesex, Penguin.

Torres, Anália e Francisco Silva (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 28, 9-65.

Vasconcelos, Pedro (2005), "Redes sociais de apoio", *in* Karin Wall (orgs.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 599-632.

Viegas, José Manuel e António Firmino Costa (1998), *Portugal: que modernidade?* Oeiras, Celta Editora.

Wall, Karin (2005), "Modos de guarda das crianças", *in* Karin Wall (orgs.), *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wallerstein, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema económico mundial.* Porto, Afrontamento.

Weber, Max (1978 [1920]), *Economy and society*. Berkeley e Londres, University of California Press.

Weber, Max (1979 [1919]), *O político e o cientista.* Lisboa, Presença.

Weber, Max (1990 [1905]), *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* Lisboa, Presença.

XIX. 1968 NA HISTÓRIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA: UMA INTERPRETAÇÃO

Manuel Loff

Introdução

Para quem tem hoje mais de 65 anos em pontos tão diferentes do planeta quanto o México, a França ou a China, tudo mudou há 50 anos. Mudou também, inevitavelmente, para as outras gerações que viveram aquele período, mas para ninguém mudou mais do que mudou para a *geração de 68*. Mais do que um movimento global, 1968 (isto é, o final dos anos 60) foi feito de 68s tão diversos quanto a contestação à guerra norte-americana no Vietname, a luta pelos direitos cívicos nos EUA, as grandes mobilizações operárias em França (as maiores do século XX) e em Itália, a crise do *socialismo real* na Checoslováquia, a dissidência política e cultural do cristianismo progressista ou os grandes movimentos estudantis um pouco por todo o Ocidente (Portugal incluído), entre os quais os mexicanos, que não ficaram atrás dos franceses. O que me parece revelador é que, quando nos lembramos de *68*, é do *68 estudantil* (e especialmente do francês) que falamos. E há razões para isso; critérios sociais, antes de mais: é que quem protagonizou o *68 estudantil* teve desde então, por óbvios motivos sociais, de classe, incomparavelmente mais voz (e, portanto, mais poder) para divulgar o seu relato da história do que quaisquer outros herdeiros de 68.

1. Uma vitória *cultural?*

A tese mais comum sobre *68* (expressão numérica que aqui usarei para referir o conjunto dos movimentos de finais dos anos 60, na sua grande diversidade) é a de que ele foi uma vitória cultural acompanhada de uma derrota política. Advirta-se desde já que esta é a tese central do discurso autorreferencial dos protagonistas do *68*

estudantil e espelha a evolução individual de muitos dos seus antigos ativistas, para os quais, dos primeiros a celebrar o "fim das ideologias" nos anos 1980 (depois de, em 1968, terem sido os campeões delas), as únicas revoluções positivas são as *culturais*, numa aceção bem diferente da maoísta, desencadeada em 1966 – e que, contudo, tanto impressionou os protagonistas do *68 estudantil* – e muito mais próximo das teses culturalistas, de evidente traça ocidentocêntrica, tão em voga a partir dos anos 80 (Boyd e Richerson 1985).[1] Como em tudo, a leitura do passado faz-se sempre a partir dos valores do presente, pelo que uma boa parte do que se celebra hoje de *68* (e do *estudantil* em particular) é constituído sobretudo por pontos de chegada de um processo que, mesmo que se tenha iniciado em 1968, dificilmente se pode dizer que tenha sido desejado há 50 anos. O elogio liberal de uma espécie de mesocracia (o triunfo dessa coisa tão indefinível como são as classes médias) dos nossos dias, como se ela se confundisse com a democracia, está longíssimo dos valores de *68* e, ainda que *68* se associe à reivindicação da criatividade, nenhum daqueles que hoje entende que é muito mais importante premiar a qualificação cultural/criativa sobre a luta permanente pela igualdade e dos direitos sociais teria sido capaz de o dizer em 1968. Definir *68* como o embate entre uma vanguarda política e culturalmente criativa e um conservadorismo político e societal – este último com duas versões especulares, uma de direita e outra de esquerda, uma burguesa e outra operária –, é uma leitura tão intrinsecamente burguesa e liberal que ninguém nos vários *68s* se atreveria a assumi-la.

A crítica de Pier Paolo Pasolini dos "jovens contestários" de *68* – afinal, e definitivamente, aqueles que acabaram por se confundir com o que a memória coletiva guardou de *68* – passa também por aqui. Ela parte de uma reflexão mais ampla sobre o "neocapitalismo" e o "Novo Poder" que caracterizou a nova (e última) fase em que industrialização no Ocidente entra nos anos 1950 e 1960 – em grande medida, partilhando a análise que Herbert Marcuse (1964) fizera no seu *O homem unidimensional*, ao mesmo tempo que polemizaria com ele em 1968 justamente a propósito do papel dos estudantes:

> Por palavras, sim, é verdade, os jovens recusam de facto essa estandardização [da industrialização total e do domínio universal da tecnologia sobre o planeta]. Mas, basicamente, basta os jovens contestatários desligarem-se da cultura para os vermos a escolher a ação e o utilitarismo, conformando-se à situação que o sistema inventa para os integrar. Esta é a raiz do problema: eles usam contra o neocapitalismo armas que, na realidade, têm a marca de fábrica [deste] e, por isso, estão destinadas apenas a reforçar o seu domínio. [Os jovens contestatários] acham que estão a romper o círculo e, pelo contrário, não fazem mais que consolidá-lo", acabando, afinal, por ser "vítimas e culpados de um colossal equívoco (Pasolini *apud* Esposito 2012).

1 Cf. também Richerson e Christiansen (2013).

2. Ponto de partida ou de chegada?

Sobre *68*, como sobre todos os momentos que nos parecem representar mudanças revolucionárias (o 25 de Abril, em Portugal, é um deles), há que nos perguntarmos se foi o início ou o ponto de chegada da mudança global a que se o associa. Quando, há 50 anos, os estudantes universitários parisienses se propuseram encontrar "*sous les pavés, la plage*", e se lançaram contra a polícia de choque nas ruas do *Quartier Latin*, a sociedade francesa acumulava vinte anos de mudanças que estavam a alterar substancialmente os padrões autoritários e desigualitários que pautavam as relações sociais no conjunto do mundo capitalista industrializado. De mudança radical, aliás, era aquilo de que se fazia a vida das sociedades no planeta inteiro. Ao contrário do que sucedera na ressaca de muitos outros conflitos, as esperanças empolgantes que a Libertação da Europa do jugo nazi trazia consigo tiveram mesmo que ser cumpridas – e muitas delas foram-no.

A mudança social e económica abriu caminho a que os jovens da década de 1960 desenvolvessem um modelo de sociabilidade próprio que lhes permitiu atuar como ator político autónomo – ou, pelo menos, assim eles próprios imaginaram que se tinham transformado. A socialização da economia que acompanha a reconstrução da devastada Europa centro-oriental (os novos países socialistas), a criação do Estado de Bem Estar nas economias capitalistas, apontando para uma (sempre incompleta) democratização da educação, da saúde e da segurança social, permitiram a muitos dos jovens nascidos depois de 1945 estudar mais tempo que no passado, adiando a sua submissão à exploração e ao autoritarismo nas relações laborais, fenómenos então ainda naturalizados, exatamente como hoje se volta a querer que o sejam.

É esta nova condição social da juventude que, sobretudo pelo aumento da escolarização de massas, cria um evidente fosso cultural que deu origem ao *generation gap* que tanto se discutiu a partir dos anos 1950, e de que James Dean se tinha tornado um símbolo, enquanto *Rebel without a cause* (filme de Nicholas Ray, de 1954, com Dean como protagonista), bem anterior ao dos contestatários de *68* - aos quais, pelo contrário, *causas* não faltaram. É nesta mudança social e material da vida dos jovens (não todos, nem sequer a maioria) que deixam de abandonar a escola aos dez ou doze anos e de se submeter, logo nessa fase tão precoce da vida, às normas rígidas do mundo do trabalho, que há que encontrar a explicação para o vigor da contestação antimilitarista que opõe os jovens, muito mais que quaisquer outros segmentos da sociedade, a todas as guerras posteriores a 1945 (e todas as demais guerras coloniais) e à própria conscrição militar a que continuariam submetidos, por todo o Ocidente, até finais do século. Que a centralidade da contestação juvenil tenha permitido aos jovens tornar-se nos atores provavelmente mais visíveis da contestação

aos sistemas sociais e políticos de um lado e do outro da Guerra Fria terá resultado muito mais da experiência (que nas suas vidas passa a ser material e biograficamente mais longa) de não submissão a aparelhos autoritários como a fábrica e o quartel do que da maioria dos fatores de tipo cultural ou mais estritamente político que costumam ser invocados para explicar *68* e os anos 60 em geral.

É neste mesmo terreno das condições materiais de vida que, creio, se deve procurar entender os avanços muito evidentes na condição social, legal e política das mulheres. Depois de um século de lutas com escassos resultados em torno da emancipação feminina e da dignidade da mulher, a sua escolarização de massas propiciou que se tornassem rápida e definitivamente a maioria do universo educativo no último terço do século XX. A institucionalização escolar e pré-escolar das crianças, o aumento da cobertura de cuidados de saúde pública (que permitiu, simultaneamente, aumentar a esperança de vida e fazer com que o Estado assumisse uma parte essencial do cuidado dos mais velhos) e o assalariamento crescente das mulheres foram decisivos na emancipação de um grande número delas relativamente a essa visão conservadora e sexista que as via (e vê) como *cuidadoras*, um estatuto (e uma identidade) que a moral social maioritária sempre presumiu fazer parte de uma *natureza feminina*. Na década de 1960, o empoderamento das mulheres permitiu (começar a) sacudir o paternalismo e o estatuto de menoridade política e cultural a que estavam sujeitas, um fenómeno, aliás, que de forma alguma se circunscreveu apenas ao Ocidente. É no contexto dessa nova condição material e social das mulheres que foi possível ao feminismo ganhar a batalha do divórcio, da contraceção e do aborto, ganhas estas últimas nos anos 1950/60 nos países socialistas, antes ainda, portanto, de 1968, na maioria dos países capitalistas ricos apenas nos anos 1970/80. É, aliás, no mundo capitalista que os direitos ao divórcio, à contraceção e à interrupção voluntária da gravidez surgirão como uma das consequências de *68*.

Já a reivindicação fundadora do *68 estudantil* – a democratização do acesso à Universidade e da gestão desta, o ataque ao autoritarismo escolar e à pedagogia elitista – teve um evidente sucesso nos trinta anos que se seguiram a 1968, e um retrocesso muito marcado nos últimos vinte anos. Nesta última aceção, é paradigmático que tenha sido um antigo dirigente estudantil de 1969 (Mariano Gago) a *desdemocratizar* legalmente, em 2007, a gestão universitária em Portugal, ou que Cohn-Bendit veja hoje com bons olhos a reforma universitária elitista de Macron e se tenha dessolidarizado dos estudantes que em 2018, como ele em 1968, foram expulsos à bastonada das faculdades que ocupavam.[2]

2 "Pour Daniel Cohn-Bendit, il y a 'une grande différence' entre Mai 68 et les conflits sociaux actuels", BFMTV, 8.4.2018, https://www.bfmtv.com/mediaplayer/video/pour-

3. Uma "regressão" a Bakunine?

O novo modelo social em que cresce uma grande parte da juventude estudantil e trabalhadora dos anos 60 e 70 do século XX, bem como as suas novas práticas culturais que lhe dão, no contexto da sociedade, uma identidade geracional bem mais distintiva do que em jovens gerações do passado, não são, portanto, simples produtos históricos de uma geração que se descreve hoje, 50 anos depois, como generosa e comprometida, como se tivesse descoberto sozinha (ou, pelo menos, contra a vontade de todos os poderes, mas também contra todas as oposições organizadas) a perversão intrínseca do autoritarismo, por mais que ele, em muitos lugares, se descrevesse como socialista ou comunista; da guerra, mesmo que feita em nome do *Mundo Livre*; do capitalismo, por mais que ele se disfarçasse de democracia social; ou do colonialismo, por mais que ele se quisesse fazer passar por *esforço civilizador*. O segredo do caráter libertário do que se tem considerado ser o *espírito de 68* está na experiência social dos jovens nascidos no pós-guerra e no contexto incomparavelmente mais favorável em que eles, felizmente, cresciam, que os ajudava a confrontar-se com toda a violência e brutalidade de uma velha ordem que, como todas, se resistia a morrer, tanto na Argélia, no Vietname ou nas colónias portuguesas, como nas escolas, nas universidades, nas fábricas, nas aldeias e nas cidades, na divisão sexual nas casas da burguesia e da classe trabalhadora, nos bairros segregados de Memphis (no Mississippi), ou do Soweto (na África do Sul), ou de Brixton (nos subúrbios de Londres).

Em todos estes sentidos, 1968 começou politicamente bem antes, nos anos 40, na resistência antinazi, na Libertação da Europa e na independência da Índia, na China de 1949, em Cuba em 1959, em Argel em 1962; muitos dos seus ativistas reivindicavam até Petrogrado, 1917, à procura da mesma mítica pureza original que já então dividia (e continua hoje a dividir) as esquerdas marxistas desde a I Guerra Mundial. Os *68* mais radicais (o francês, o italiano, os latino-americanos), estão, contudo, longe desse caráter libertário que se tem considerado ser o seu *espírito*, e muito mais próximos de Mao e do Che. É que com os vários *68* ocorre o que raramente ocorre com a memória dos processos históricos de mudança radical: ser hoje reivindicado, simultaneamente, à esquerda e à direita. Por motivos muito diferentes, e apenas por segmentos de quem se situa em cada um dos dois lados, mas, ainda assim, por ambas. O mais interessante é que aqueles que militantemente abandonaram os valores de que os *68* radicais se reivindicavam os reinterpretem agora sob a mesma

---

daniel-cohn-bendit-il-y-a-une-grande-difference-entre-mai-68-et-les-conflits-sociaux-actuels-1056829 .html.

luz liberal e antirrevolucionária, mais cultural que política, libertária porque anticomunista (e não tanto anticonservadora e anticapitalista), que iluminou o percurso político de quem transitou, logo nos anos 1970 e 80, para o lado neoliberal, neocapitalista e ocidentocêntrico da realidade social. Por outras palavras, os que querem procurar uma estranha coerência entre Mao e Bernard-Henri Lévy, entre *autonomia operária* e Berlusconi (cf. Perniola 2011).[3] Eric Hobsbawm tinha uma explicação para este fenómeno que foi buscar à história dos movimentos revolucionários:

> [The new radical left movements of the 1960s] certainly did not dismiss Marx, whose bearded face was by now established as a revolutionary icon, though increasingly replaced by a more suitable image of a voluntarist insurrection, Che Guevara. However, what they disliked in Marxism was not so much the inevitable 'forward march of labour' social democrats read into Marx, but the rigid and centralised party organisation Lenin had imposed on him." Essa rejeição do leninismo tê-los-ia levado, segundo Hobsbawam, a representar, "in terms of revolutionary history, a reversion from Marx to Bakunin. Spontaneity, rank-and-file initiatives, not to mention unrestricted self-expression ('doing your own thing'), were to be the roots of action; leadership was suspect, decisions were to emerge from the multiple voices of of grass-roots assemblies (Hobsbawm 2012: 394).

4. Uma "falsa revolução"

Uma das particularidades de *68* é que ele produziu sobre si próprio um discurso que provavelmente resistiu mais com o tempo do que o produzido sobre outras revoluções ou processos de mudança. Os *68* abriram caminho a uma corrente de pensamento sociológico e histórico (*v.g.*, Alain Touraine, Charles Tilly) que procurou a definição dos "novos movimentos sociais" em sociedades pós-industriais, ou que, de alguma maneira, se imaginam como pós-produtivas. Neste novo contexto, "velhos movimentos" como o operário (e a própria luta de classes) teriam perdido a sua centralidade nos conflitos sociais e, pelo contrário, neles teriam ganho espaço "novos movimentos", mais centrados na identidade dos sujeitos que na sua própria natureza instrumental para obter determinados resultados.

Neste sentido, os *68* (a identidade social dos seus atores e as modalidades de expressão dos seus valores) são coerentes com sociedades nas quais as identidades de classe tendem a diluir-se. É por se imaginar (ou desejar?) estarem superadas as

3 Mario Perniola, filósofo italiano, foi situacionista nos anos 60 e 70.

identidades de classe que se valoriza o protagonismo juvenil/estudantil, justificado com os mesmos argumentos com que a nova fase da hegemonia burguesa se afirmava: o que agora distinguia os grupos sociais não era mais a sua posição na estrutura produtiva mas sim a sua qualificação. Na sua batalha por juntar os operários ao seu movimento, e sobretudo por emancipá-los da "burocracia" sindical e partidária dos comunistas, a abordagem que os "novos movimentos" fizeram então do mundo do trabalho estava em grande medida contaminada por muito do paternalismo que *68* denunciava na sociedade burguesa. Foi essa a acusação que o sempre herético Pasolini fez aos estudantes que, em Valle Giulia (Roma), se confrontaram com a polícia, naquele que teria sido "um fragmento de luta de classes: e nela, vocês (ainda que do lado certo) eram os ricos", usando da "prerrogativa pequeno-burguesa" de "saberem ser prepotentes, chantagistas, seguros e descarados". Pasolini confrontava os estudantes "filhos da burguesia", a quem "a *Stampa* e o *Corriere della Sera*, a *Newsweek* e o *Monde* lambem o cu [sic]" porque "vocês são filhos deles, a esperança deles, o futuro deles: quando vos criticam, não se preparam seguramente para uma luta de classes contra vocês!". "Vocês ignoram (para grande satisfação do *Times* e do *Tempo*)" a tradição revolucionária europeia, "e, com moralismo provinciano, sentem-se 'mais à esquerda'" (Pasolini 1968).[4]

Pasolini é dos primeiros a sustentar a tese de que, aqui na síntese de Aldo Riccadona (2005), "a revolta de '68 foi uma falsa revolução, que se apresentou como marxista, mas que na realidade não era senão uma forma de autocrítica da burguesia, que se serviu dos jovens para destruir os seus velhos mitos tornados obsoletos." Para aquele, os estudantes não estavam a fazer revolução alguma, nem o seu movimento se inscrevia em nenhuma luta de classes. Em polémica com Marcuse, que sustentara que os estudantes de 1968 eram os "verdadeiros heróis do nosso tempo", Pasolini assegurava que,

> Se são heróis, os estudantes são heróis de uma Guerra Civil, cujos primeiros episódios talvez se estejam já a combater, [mas os estudantes] acabarão por perder dado que uma vitória deles não significaria mais que uma inteligente e rápida série de reformas […]. Em todo o caso, é preciso, então, dizê-lo de forma bem clara: adeus Revolução. A história futura é uma história burguesa, graças aos seus bravos e heróicos estudantes (Pasolini, 1968a: 157-158).

4 Tradução livre minha (como todas as que aqui se farão de textos originalmente publicados em italiano). O jogo de palavras com *Times* e *Tempo* faz referência a, respetivamente, aos jornais com esse nome publicados em Londres e Roma.

Pasolini não estava, afinal, longe da síntese que, dez anos mais tarde, em 1978, o *soixante-huitard* Régis Debray (1978) propunha de *68*: "Mai 68 est le berceau de la nouvelle société bourgeoise", e assim tinha de ser, considerando que "la bourgeoisie se trouvait politiquement et idéologiquement en retard sur la logique de son propre développement économique".[5] No mesmo sentido, Luc Boltanski e Ève Chiapello encontraram na terceira geração histórica do que designaram como o "espírito do capitalismo" uma evidente herança de *68*, designadamente a partir da "critique radicale de l'État comme appareil de domination et d' opression" produzida pela "ultragauche dans les années 60-70": "ce nouvel esprit du capitalisme partage avec le libéralisme un antiétatisme souvent virulent, cet antiétatisme", que,

> partie d'une dénonciation de la compromission du capitalisme et de l'État (le "capitalisme monopoliste d'État"), avait, en opérant sa jonction avec la critique de l'État socialiste dans les pays du "socialisme réel", élaboré une critique radicale de l'État comme appareil de domination et d' opression, en tant que détenteur du 'monopole de la violence légitime' (armée, police, justice, etc.) tout comme de "la violence symbolique" exercée par les "appareils idéologiques d'État", c'est-à-dire d'abord l'École mais aussi toutes les institutions culturelles alors em plein développement.

Em última instância, "la critique de l'État (comme celle, sous un autre rapport, des bureaucraties syndicales)" alimentava-se de "l'espoir, non formulé comme tel, de cette formation originale, réconciliant les contraires: un capitalisme gauchiste" (Boltanski e Chiapello 2011 [1999]: 314).

5. Derrota política

Em todo o caso, "a révolution-monde de 1968" de que falava Immanuel Wallerstein, tendo deixado "un héritage durable", "n'a pas entraîné une transformation politique du système-monde. Dans la plupart des pays, le mouvement a été réprimé avec succès et, avec le temps, un grand nombre de ses participants sont revenus sur leur enthousiasme de jeunesse" (Wallerstein 2014: 49). A derrota política foi evidente: os "novos movimentos" foram duramente derrotados em França e De Gaulle não só recuperou rapidamente o controlo da situação política como conseguiu remobilizar,

5 Uma boa recensão crítica da obra é a de Bernard Cassen: "*Une 'modeste contribution' de Régis Debray. Mai 68 comme révolution culturelle du capitalisme*", publicada no *Le Monde Diplomatique*, setembro 1978, 4.

nas ruas e nas urnas, uma parte muito importante da sociedade contra os valores de *68*. No pós-maio, ainda houve tempo para que 1968 se revelasse um ano de grandes vitórias eleitorais das direitas, quer dos gaullistas em França, quer de Nixon nos EUA, quer da DC em Itália. Na Alemanha, em 1969, o SPD, que figurara como parceiro menor numa *Grande Coligação* com a CDU/CSU desde 1966, passava a liderar um governo de coligação com os liberais que, logo a partir de 1970, geriu com mão de ferro o Estado policial que se (re)constrói com o pretexto das operações da *Rote Armee Fraktion* (RAF, mais conhecida como grupo Baader-Meinhof). A repressão no México e na Checoslováquia atingiu todos os objetivos a que se propunha, enquanto, no Brasil, 1968 inaugura a pior fase do período ditatorial, associada à aplicação do AI5 (Ato Institucional nº 5).

Onde os "novos movimentos" haviam sido capazes de fragilizar seriamente a hegemonia política (França, Itália), acabaram por ser os "velhos movimentos" como o sindical a obter grandes vitórias no campo laboral e salarial, depois de mobilizarem greves como não se viam desde o fim da I Guerra Mundial. Pelo contrário, a radicalização da nova esquerda armada que se formou, em grande medida, no seio dos *68*, quer nos países de capitalismo consolidado, quer em grande parte da América Latina (ainda que aqui o processo da sua emergência fosse anterior a 1968), isolou-a das massas,[6] reforçou e legitimou a capacidade repressiva do Estado e da classe dominante, contribuiu para a vulgata do *horror* da revolução, que nela vê sangue e totalitarismo, entre os mesmos que não os conseguiam ver na dominação capitalista ou imperial.[7] Ao retomar a bandeira da legitimidade da violência política e ao concentrarem a sua crítica (simultaneamente neolibertária e maoista) ao funcionamento do movimento sindical de classe e aos partidos comunistas dos países capitalistas, os *68* vieram acrescentar mais divisão nas esquerdas revolucionárias e ajudaram a acelerar a liberalização da social-democracia e do reformismo eurocomunista.

Wallerstein, que incluía entre os "trois thèmes [qui] ont dominé les multiples révoltes de 1968" a tese *soixante-huitarde* de que "les mouvements de la vieille gauche – communistes, sociaux-démocrates et mouvements de libération nationale - n'avaient pas réussi à tenir leurs promesses historiques", achava que a "révolution mondiale de 1968" fora "à la fois un énorme succès politique et un énorme échec politique[:] Elle s'est levée comme un phénix, a brûlé avec éclat dans le monde entier, et, vers le milieu des années 1970, elle semble s'être éteinte presque partout". Entre as razões que explicariam esta dupla avaliação,

6 Cf. Della Porta e Diani (2006: 151).

7 Para uma crítica feroz de *68* de outro ex-militante radical dos anos 60, estabelecendo uma relação genética entre este e o totalitarismo alemão, cf. Aly (2008).

> les mouvements de la "vieille gauche" ont été détruits dans leur rôle de mobilisateur de tout type de changement fondamental. Mais le triomphalisme de 1968 s'est révelé peu profond et peu durable. La droite dans le monde a été également libérée de tout attachement au libéralisme centriste. Elle a profité de la stagnation dans le monde économique et de l'effondrement de la vieille gauche pour lancer une contre-offensive, celle de la mondialisation néolibérale (Wallerstein 2010: 32-33),

reforçando, finalmente, voluntária ou involuntariamente, a tese de Boltanski e Chiapello.

6. Os *68* e a reivindicação da interseccionalidade

Momento central da disputa pela hegemonia entre "novos" e "velhos" movimentos, entre "velha" e "nova esquerda", entre "crítica social" e "crítica artista"[8] como lhe chamaram Boltanski e Chiapello, *68* foi, em todo o caso, um ponto de chegada do processo de amadurecimento e consolidação de poderosos movimentos emancipatórios que reforçaram a sua exigência de participar na primeira linha da resistência contra todas as formas de opressão: o feminismo, o antirracismo e o anticolonialismo, o nascente movimento LGBT, que, para usar uma referência ocidental, teria o seu arranque simbólico em Stonewall (Nova Iorque), justamente em 1969: "Les "peuples oubliés"", escreveu Wallerstein, "à savoir tous ceux qui sont opprimés en raison de leur race, de leur genre, de leur origine ethnique, de leur orientation sexuelle ou de toute autre forme d'altérité", eram sujeitos políticos cujas lutas estavam, até então, sujeitas a uma hierarquia de prioridades que colocavam no topo "la lutte de classe dans les pays industrialisés (le Nord), la lutte nationale dans le reste du monde (le Sud)".

Salvo, provavelmente, a última, nenhuma destas lutas surgiu com os *68*, mas é legítimo reconhecer que

> pour les révolutionnaires de 1968, en revanche, l'exigence d'égalité de traitement de tous ces secteurs ne pouvait plus être renvoyée à un avenir lointain et hypothétique, une foi acquise la "victoire" sur le front de lutte principal. Leurs revendications devaient être satisfaites ici et maintenant et l'opression qu'ils combataient était aussi importante que celle des supposés secteurs prioritaires (Wallerstein 2014: 48).

8 "Artiste" no original francês.

Neste sentido, *68* foi um momento fundador – ou, pelo menos, visibilizador – daquilo a que, a partir de finais dos anos 80, se chamará a *interseccionalidade* das lutas contra uma mesma "matriz da opressão":

> As opposed to examining gender, sexuality, race, class, and nation as separate systems of oppression, the construct of intersectionality references how these systems mutually construct one another. Intersectional paradigms suggest that certain ideas and/or practices surface repeatedly across multiple systems of oppression. Serving as focal points for intersecting systems of oppression, these ideas and practices may be central to how gender, sexuality, race, class, and nation mutually construct one another (Collins 2000: 42-43).

A dúvida – ou melhor, a tensão – que perpassou (e perpassa) muitos dos debates à esquerda, acerca quer de questões de oportunidade estratégica (fazer todas as batalhas ao mesmo tempo ou priorizar a luta de classes e/ou o campo do trabalho?), quer de natureza puramente ideológica (são as reivindicações feministas/*queer*/antirracistas puramente identitárias ou, pelo contrário, são representações de uma vontade emancipatória interseccionada de natureza anticapitalista?), parecia ter sido resolvida no último terço do século XX com a viragem feminista e antirracista das várias correntes das esquerdas que, depois de 1968, se continuaram a assumir como marxistas. É a todos os títulos revelador que o avanço do neofascismo, sob a forma da nova extrema-direita da segunda década do século XXI, parece ter forçado uma parte das esquerdas a regressar a esta discussão, sob a acusação das direitas (surpreendentemente subscrita por muitos no campo da esquerda) de que as esquerdas (as herdeiras quer da "velha", quer da "nova esquerda") teriam abandonado a luta de classes e a defesa dos oprimidos nas relações de trabalho para passar a priorizar a agenda política "identitária" das "minorias". Recordemos, desde já, que esta discussão é tudo menos nova: já nos anos 50 e 60 do século passado as esquerdas foram acusadas do mesmo ao se terem, sempre segundo este registo, rendido à luta anticolonial e antirracista.

Em Portugal, esta discussão ressurgiu recentemente, sobretudo em torno do racismo societal, da violência policial e das políticas de memória do passado colonial.[9] Quem à esquerda rejeita a interseccionalidade das lutas contra a opressão, e as entende, num erro grosseiro de análise, como "atomização absoluta das identidades e das causas", em cujo contexto "cada um de nós estaria impedido, por 'lugar de fala',

9 Cf. Santos (2019), como exemplo da reflexão que se faz na área do PCP, e Louçã (2019) como exemplo na área do BE.

a pronunciar-se acerca de todas as outras lutas, atiçando uns oprimidos de um tipo contra oprimidos de outro tipo, numa competição em que só ganham os poderosos" (Santos 2019), tende a esquecer que já no século XIX Marx tinha consciência de que a luta de classes não envolvia apenas "o proletariado e as classes subordinadas" enquanto tais, mas também "os povos subjugados" e as mulheres submetidas à escravidão doméstica", cada um deles portadores das "mais diversas reivindicações: libertação nacional; abolição da escravidão propriamente dita [...]; melhores condições de vida e de trabalho; a transformação das relações de propriedade e produção; o fim da segregação doméstica (Losurdo 2013: 91).

Por outras palavras, "assim como são diferentes os sujeitos [das lutas], também o é o conteúdo da luta de classes". Para Domenico Losurdo, há, no entanto, um mínimo denominador comum: "no plano económico e político [...] o objetivo é o de mudar a divisão do trabalho (no plano internacional, dentro da fábrica ou da família); no plano político e moral [,] o objetivo é o de superar os processos de desumanização e reificação que caracterizam a sociedade capitalista" (Losurdo 2013: 91-92).

Referências bibliográficas

Aly, Götz (2008), *Unser Kampf–ein irritierter Blick zurück.* Francoforte-do-Meno, Fischer.

Boltanski, Luc e Ève Chiapello (2011 [1999]), *Le nouvel esprit du capitalisme.* Paris, Gallimard.

Boyd, Robert e Peter Richerson (1985), *Culture and the evolutionary process.* Chicago, University of Chicago Press.

Collins, Patricia Hill (2000), "Gender, black feminism, and black political economy", *Annals of the American Academy of Political Science*, 568 (1) (março 2000), 41-53.

Debray, Régis (1978), *Modeste contribution aux discours et cérémonies officielles du dixième anniversaire.* Paris, Maspero.

della Porta, Donatella e Mario Diani (2006), *Social movements: an introduction*. Malden e Oxford, Blackwell, 2ª ed.

Esposito, Bruna (2012), "La contestazione di Pasolini", *Eretico & Corsaro*, 6.12.2012, extraído de *Saggi sulla politica e sulla società*, Disponível em https://videotecapasolini.blogspot.com/2012/12/la-contestazione-di-pas olini.html.

Hobsbawm, Eric (2012), *How to change the world: tales of Marx and marxism.* Londres, Abacus.

Losurdo, Domenico (2013), *La lotta di classe. Una storia politica e filosofica*. Roma, Laterza.

Louçã, Francisco (2019), "O imbróglio das identidades e da política socialista", *Esquerda*, nº 1, 84-87.

Marcuse, Herbert (1964), *One-dimensional Man: studies in ideology of advanced industrial society.* Boston, Beacon Press.

Riccadonna, Aldo (2005), "Pasolini e la falsa rivoluzione del '68", *Questotrentino*, nº 5. Disponível em www.questotrentino.it/articolo/9542/pasolini_e_la_falsa_ rivoluzione_del_68.htm.

Pasolini, Pier Paolo (1968), "Il PCI ai giovani", *L'Espresso*.

Pasolini, Pier Paolo (1968a), "Anche Marcuse adulatore?", *Nuovi Argomenti*, abril-junho, *in* Walter Siti e Silvia de Laude (orgs.), *Saggi sulla politica e sulla società.*

Perniola, Mario (2011), *Berlusconi o il '68 realizzato.* Sesto San Giovanni, Mimesis.

Richerson, Peter e Morton Christiansen (eds.) (2013), *Cultural evolution: society, technology, language, and Religion*. Boston, The MIT Press.

Santos, António (2019) "Política identitária é política de direita", *AbrilAbril*, disponível em www.abrilabril.pt/internacional/politica-identitaria-e-politi ca-de-direita.

Tilly, Charles (2004), *Social movements, 1768–2004.* Boulder, Paradigm.

Touraine, Alain (1968), *Le mouvement de Mai ou le communisme utopique.* Paris, Seuil.

Wallerstein, Immanuel (2010), "Crises structurelles", *Transform!*, nº 6 (junho 2010) [edição original *in New Left Review*, n. 62, março/abril 2010], 32-33.

Wallerstein, Immanuel (2014), "La crise structurelle du capitalisme: pourquoi les capitalistes risquent de ne plus y trouver leur compte", *in* Immanuel Wallerstein *et al., Le capitalisme a-t-il un avenir?.* Paris, La Découverte, 19-60.

XX. O QUE RESTA DO MARXISMO-LENINISMO? O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP) E O PARTIDO COMUNISTA DA GRÉCIA (KKE) EM ANÁLISE

José Pedro Lopes e Alena Vieira

Introdução

Desde a queda do Muro de Berlim que o estudo sobre o extremismo político se deslocou da esquerda para a direita do espectro político (March e Mudde 2005: 23). Mesmo apesar de um recente aumento do interesse académico sobre a esquerda radical, estes estudos têm-se focado acima de tudo nos partidos da 'nova esquerda' (Gomez *et al.* 2016). Os partidos marxistas-leninistas, classificados como 'comunistas conservadores' e de 'extrema-esquerda' (March 2012), mantêm um caráter distinto face a estes partidos, nomeadamente a preservação de uma cosmovisão marxista-leninista, de cariz revolucionário e orientada para a classe trabalhadora (Backes e Moreau 2008: 554). Contudo, esse caráter distinto não tem sido explorado.

Os estudos sobre estes partidos têm sido enquadrados no âmbito mais alargado da análise dos partidos de esquerda radical europeus (Fagerholm 2017; Gomez *et al.* 2016; March 2012; March e Mudde 2005; Bale e Dunphy 2011; Olsen *et al.* 2010), enquanto o estudo sobre aquilo que March designou como 'extrema-esquerda' se focou essencialmente nos seus resultados eleitorais (Keith e Charalambous 2016: 147; March 2011; Backes e Moreau 2008). Simultaneamente, o estudo sobre os partidos comunistas tem acima de tudo explorado a reação destes à desagregação da URSS, bem como a influência da sua resistência ou abertura face à mudança no seu desenvolvimento posterior (Keith 2011; Jalali e Lisi 2012; Heywood e Bull 1994). Numa exploração recente do marxismo-leninismo enquanto família partidária, Keith e Charalambous (2016) sugerem que estes partidos podem ser divididos em partidos marxistas-leninistas perfecionistas (que correspondem à manutenção de uma aderência ideológica completa aos princípios leninistas e à defesa do estalinismo, como é o caso do Partido Comunista da Grécia – KKE) e pragmáticos (onde se destaca

uma abertura, ainda que limitada, às outras tradições ideológicas e à influência do liberalismo de "esquerda", caso do Partido Comunista Português – PCP).

Tomando como estudos de caso os dois principais bastiões do marxismo-leninismo da Europa ocidental – o PCP e o KKE –, a presente investigação visa aprofundar o conhecimento sobre esta família partidária, analisando o posicionamento destes partidos em três dimensões: economia, *new politics* e integração europeia. Estas são as três principais dimensões de contestação política na Europa (Bakker e Hobolt 2012: 220-221, 231), amplamente utilizadas nos estudos comparados de partidos políticos (Lisi 2015). A primeira diz respeito às questões socioeconómicas tradicionais, como o papel do Estado na economia, a regulação dos mercados e a redistribuição da riqueza. A dimensão das *new politics* refere-se às posições dos partidos face aos valores e atitudes pós-materialistas, como o ambientalismo, o feminismo e os direitos das minorias. A integração europeia diz respeito ao processo de aumento do nível de centralização, do âmbito das políticas e da pertença à União Europeia (UE) (Schimmelfennig 2018: 1156), sendo que a dimensão se estrutura em torno do binómio mais integração/menos integração (Keith 2017).

O período de análise estende-se desde 2002 até 2015. Este período marca a entrada da circulação da moeda única em Portugal e na Grécia, materializando mais um passo em frente na integração europeia. Simultaneamente, este período engloba tanto um período de relativa estabilidade política, social e económica (de 2002 a 2008), assim como um período de maior instabilidade (2009-2015), provocada pela crise económica e financeira de 2008, que corresponde à recessão económica para ambos os países.

O presente estudo tem três objetivos principais. Em primeiro lugar, examinar o posicionamento do PCP e do KKE em termos de economia, *new politics* e integração europeia. Em segundo lugar, verificar a importância relativa de cada uma delas nas posições ideológicas dos partidos e, por último, demonstrar o impacto que a crise teve nestas dimensões. A abordagem metodológica para o efeito assenta na utilização do método comparativo, com recursos a métodos mistos, que se apoia nos dados de inquéritos a especialistas do *Chapel Hill Expert Survey* (CHES) e de análise de conteúdo de manifestos eleitorais do *Comparative Manifesto Project* (CMP). As duas bases de dados têm sido amplamente utilizadas para estudar a evolução dos partidos políticos e apresentam dados que cobrem todo o período de análise assinalado.

Apesar de na década de 1990 terem sofrido uma perda de popularidade da qual não conseguiram recuperar totalmente, o PCP e o KKE têm frequentemente conseguido obter entre cinco a dez por cento dos votos nas eleições, uma representação capaz de influenciar os processos de formação de coligações governativas. Simultaneamente, estes partidos mantêm uma larga base militante e uma elevada

capacidade de penetração institucional e social, através da sua relação com sindicatos e com o movimento dos trabalhadores.

O PCP detém, ao nível local, desde 2017 vinte e quatro presidências de câmara e mantém uma relação próxima e coordenada com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP), a maior força sindical a nível nacional em Portugal. O apoio do partido, juntamente com o Bloco de Esquerda, ao governo minoritário do Partido Socialista (PS), em 2015, demonstra que o PCP desempenha ainda um papel fundamental no sistema político e partidário português.

No rescaldo das eleições de janeiro de 2015, o KKE recusou a possibilidade de integrar um governo liderado pelo Syriza, impedindo, assim, a formação de uma coligação de governo à esquerda. Os comunistas gregos foram também dos principais protagonistas nos protestos contra a austeridade e mantêm uma relação próxima com o PAME (Frente Militante de Todos os Trabalhadores), o segundo maior sindicato nacional na Grécia.

1. O marxismo-leninismo no século XXI: o PCP e o KKE nas democracias contemporâneas

Os partidos classificados como comunistas conservadores têm como principais caraterísticas uma inspiração ideológica no marxismo-leninismo, assente no anticapitalismo, no anti-imperialismo e no papel central atribuído às conceções de classe; estes partidos defendem a construção do comunismo através da via revolucionária (March 2012:318).

O PCP e o KKE demonstram semelhanças no seu olhar sobre o capitalismo. Ao contrário da maioria dos restantes partidos de esquerda radical, ambos colocam o ónus das suas críticas ao capitalismo em si, e não apenas no neoliberalismo ou na globalização (March 2012: 318). Ambos salientam as tendências monopolistas e imperialistas do capitalismo, vendo as organizações internacionais (*v.g.*, a NATO e a UE) como instrumentos dos grandes interesses económicos e políticos. Nesse sentido, ambos valorizam também o papel do Estado-nação, visto como o último reduto da soberania popular perante estes interesses, assim como o local onde estes partidos tentam focar a sua ação de luta de classes (Keith e Charalambous 2016: 151).

Apesar disso, o PCP adota uma postura mais ambígua do que o KKE no que concerne aos fins da ação do partido. A partir da década de 1980, os comunistas portugueses seguem as teses da 'democracia avançada' de Álvaro Cunhal, segundo a qual o projeto dos comunistas é a construção de uma democracia em quatro

vertentes inseparáveis – política, económica, social e cultural – sendo esta uma fase embrionária para uma sociedade comunista (Cunha 1996). Apesar de se poder argumentar que esta foi uma estratégia para camuflar os seus objetivos revolucionários com ambiguidade retórica (Cunha 2008; Gaspar 1991), é visível um sinal de adaptação e flexibilização das orientações do partido tanto em função dos eventos que se desenrolaram na URSS, como em função do ambiente político em Portugal (Bosco 2001). O KKE apresenta aqui uma postura mais aberta e inequívoca, recusando a possibilidade de governar num sistema capitalista e defendendo a instauração da ditadura do proletariado, construída através da ação central de um estado socialista revolucionário que proceda à socialização dos meios de produção, sob a liderança do partido (Keith e Charalambous 2016: 152).

É também apontado que estes partidos partilham o essencial das propostas políticas um do outro, focadas no pleno emprego, aumentos de salários e pensões e num maior controlo estatal da economia (Charalambous 2013; Keith e Charalambous 2016). No entanto, a abordagem que tomam face à economia de mercado distingue-os: o PCP tem uma abordagem incremental, em que aceita algumas formas de iniciativa privada e reconhece a importância deste setor na construção de uma economia mais científica e no melhoramento dos serviços (PCP 2012), enquanto o KKE assume que as suas propostas políticas dependem, antes de mais, da revolução socialista. PCP e KKE foram também classificados como partidos da esquerda tradicional (Gomez *et al*. 2016), o que indica que estes partidos atribuem uma importância primordial às questões de classe social e que se mantêm pouco afetados pelos valores pós-materialistas.

Por último, em relação à integração europeia, salienta-se o caráter eurocético destes partidos, que foram classificados como *hard eurosceptics* e eurorejecionistas (Charalambous 2011; Verney 2011). Assim, estes partidos demonstram não só uma oposição ao percurso atual do projeto europeu orientado pelo liberalismo económico, mas também uma oposição de princípio à UE. Contudo, assinala-se uma divergência na abordagem que ambos tomam face à pertença e participação na UE, com o PCP a defender o aproveitamento das oportunidades decorrentes da integração europeia para o desenvolvimento de Portugal (por exemplo, através dos fundos estruturais), em simultâneo com uma tentativa de renegociação dos termos de pertença à UE (PCP 2014: 5; Dunphy 2004: 114), enquanto o KKE defende a saída unilateral da Grécia (KKE 2014). A saída do KKE do GUE/NGL (Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde) - o grupo que junta os partidos de esquerda radical no Parlamento Europeu – em 2014, alegando que este era "um grupo cuja principal linha é embelezar e apoiar a UE" (KKE 2014b), demonstra uma atitude diferente da do PCP, que considera este grupo "o mais sólido suporte político e garantia da segura concretização de um novo caminho para Portugal e para a Europa" (PCP 2014:11).

2. Métodos e dados

Nesta orientação metodológica optamos por uma análise qualitativa, para a qual se utilizam dados quantitativos das bases de dados do *Comparative Manifesto Project* (CMP) e do *Chapel Hill Expert Survey* (CHES). O cruzamento das duas fontes empíricas é utilizada com o objetivo de obter uma compreensão mais detalhada sobre o posicionamento e a evolução destes partidos. A base de dados do CMP (1945-2018) (https://manifestoproject.wzb.eu) mede o posicionamento dos partidos em relação a vários assuntos e dimensões políticas com base na codificação de *quasi-phrases* dos manifestos eleitorais, em torno de 56 categorias (cada categoria relacionada com um assunto específico) (Volkens *et al.* 2018b). A análise de conteúdo dos manifestos eleitorais é um método capaz de refletir aquilo que os partidos "verdadeiramente são" (Gomez *et al.* 2016: 356) e aquilo que enfatizam estrategicamente (Volkens 2002). Os estudos sobre a utilização do CMP demonstram o seu elevado grau de validade e a objetividade dos seus dados (Bakker e Hobol, 2013). O CHES (https://chesdata.eu) (1999-2014), que tem por base inquéritos a especialistas, é também um instrumento largamente utilizado para a análise da evolução das posições dos partidos (Carter 2013; Calca e Gross 2019). Considerando o elevado grau de validade e consistência dos estudos que recorrem ao CHES (Bakker *et al.* 2012: 35-36), a sua utilização juntamente com o CMP representa uma combinação especialmente útil para a análise das posições dos partidos.

O período de análise, estendido de 2002 até 2015, engloba os dados do CHES para os anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Em relação ao CMP, estes dados englobam cinco eleições legislativas para o PCP (2002, 2005, 2009, 2011 e 2015) e seis para o KKE (2004, 2007, 2009, 2012 e 2015).[10]

3. Estruturas de análise

As categorias da presente análise que se apoiam no CHES e no CMP são apresentadas nos quadros 1 e 2, respetivamente. Em relação à dimensão económica e à dimensão *new politics*, o CHES apresenta categorias que correspondem diretamente

10 Contudo, na Grécia, durante este período, realizaram-se mais dois atos eleitorais: umas segundas eleições legislativas em junho de 2012, quando nem a Nova Democracia nem o Syriza conseguiram formar uma coligação de governo tendo em conta os resultados das eleições de maio e também umas segundas em 2015, quando Alexis Tsipras, primeiroministro grego eleito em janeiro desse ano, demite-se e novas eleições são marcadas para setembro de 2015. Os dados para estas eleições não são considerados nesta análise, devido à grande proximidade com os atos eleitorais anteriores.

à escala 'direita-esquerda económica' ou GAL-TAN. Os dados do CMP para estas duas dimensões são analisadas de acordo com as categorias propostos por Prousser (2014). Finalmente, em relação à dimensão da integração europeia, observam-se os dados do CHES para o posicionamento das lideranças partidárias acerca da integração europeia, e do CMP para as referências positivas e negativas à integração europeia.

Quadro 1. Ideologia – estrutura de análise através do CHES

Dimensões	Unidades de análise
Economia	'LRECON' – posição do partido na escala esquerda-direita económica (0 - extrema-esquerda; 10 – extrema-direita)
GAL-TAN	'GAL-TAN' – posição do partido na dimensão das *new politics* (0 – libertário/ 10 - pós-materialista)
Integração europeia	'POSITION' – posição da liderança partidária sobre a integração europeia (0– fortemente opostos; 10 – fortemente a favor)

Fonte: elaborado pelos autores com base em Bakker *et al.* (2016)

Quadro 2. Ideologia – estrutura de análise através do CMP

Dimensão	Categorias
Economia	Livre iniciativa (401); Regulação de Mercado (403); Protecionismo (negativo) (407); Tecnologia e infraestrutura (411), Controlo da economia (412); Ortodoxia económica (414); Nacionalização (413); Igualdade (503); Expansão do Estado Social (504); Limitação do Estado Social (505); Expansão da educação (506); Grupos trabalhistas: positivo (701) / negativo (702)
New politics	Militarismo: negativo (105); Paz (106); Internacionalismo: positivo (107)/ negativo (108); Liberdade e Direitos Humanos (201); Democracia (202); Centralização (302); Autoridade Política (305); Economia anti-crescimento (416); Proteção ambiental (501) Modo de vida nacional: positivo (601)/ negativo (602); Multiculturalismo: positivo (607) / negativo (608); Classe Média e Grupos Profissionais (704); Minorias e grupos desprivilegiados (705); Grupos demográficos não-económicos (706)
Integração Europeia	União Europeia: referências positivas (108) / negativas (110)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Volkens *et al.* (2018) e Prousser (2014).

Para analisar a importância relativa de cada uma destas dimensões, consideram-se os dados do CHES para os níveis de saliência da escala esquerda-direita económica, da escala GALTAN e da integração europeia nas posições públicas dos

partidos, assim como a percentagem do manifesto eleitoral representada por cada uma destas três dimensões. Por último, para observar o impacto da crise económica e financeira de 2008 efetua-se uma comparação dos valores do CMP e do CHES entre o período anterior (20022008) e o período pós-crise (2009-2015).

4. Análise e resultados

Economia

Os dados para a escala esquerda-direita económica do CHES indicam que ambos os partidos se classificam como de extrema-esquerda, com os comunistas gregos ligeiramente mais à esquerda (tabela 1). O KKE tem um posicionamento média de 0,23 e o PCP de 0,72.

Tabela 1. Posicionamento do PCP e do KKE na escala esquerda-direita económica (CHES) (2002-2014) (0-10)

	2002	2006	2010	2014	Posicionamento
PCP	1,14	0,90	0,50	0,33	0,72
KKE	0,59	0,11	0,09	0,11	0,23

Nota: Valores de 0 a 10 ('extrema-esquerda' – 'extrema-direita)
Fonte: Compilação dos autores com base nos dados do CHES (Bakker *et al.* 2016)

De acordo com os dados do CMP, verifica-se que a categoria mais relevante para o PCP (tabela 2) é a expansão do Estado social, que representa uma média de 10,4% dos manifestos eleitorais do partido entre 2002 e 2015. As referências à igualdade (6,9%), ao investimento em tecnologia e infraestrutura (6,2%) e as referências positivas a grupos trabalhistas (6,1%) são também as dimensões económicas mais representadas. As referências à igualdade, associadas ao conceito de justiça social consistem na defesa de uma melhor redistribuição de recursos e apelos à proteção de grupos sociais e económicos desfavorecidos (Volkens *et al*. 2018b: 17), enquanto as referências aos grupos trabalhistas dizem respeito ao apoio a sindicatos e a melhores condições para os trabalhadores, por exemplo, através da melhoria das condições de trabalho e aumento dos salários (Volkens *et al*. 2018b: 20).

Observa-se também que estas categorias se sobrepõem às referências às nacionalizações (4,5%) e à regulação do mercado (3,8%). Simultaneamente, as referências relacionadas com o liberalismo económico, como a livre iniciativa (0,04%) e a ortodoxia económica (0,5%) não têm presença significativa nos manifestos eleitorais do PCP.

Tabela 2. Categorias económicas nos manifestos eleitorais do PCP (CMP) (2002-2015)

Categorias	2002	2005	2009	2011	2015	Média
403 Regulação de Mercado	4,7	5	0,6	6	2,7	3,8
411 Tecnologia e Infraestrutura	7,4	7,4	8,1	0,5	7,8	6,2
412 Controlo da Economia	0,1	0,2	2,9	1	2,7	1,4
413 Nacionalizações	4	4,3	5,7	4	4,3	4,5
503 Igualdade	7	5,9	7,2	9	5,2	6,9
504 Estado Social (expansão)	10,3	9,3	14,5	6,5	11,3	10,4
506 Educação: expansão	4,9	5,4	3,6	0,5	3,2	3,5
701 Grupos trabalhistas	4,8	5,6	8,6	6	5,4	6,1
401 Livre iniciativa	0,1	0,1	0	0	0	0,04
407 Protecionismo (negativo)	0	0	0	0	0	0
414 Ortodoxia económica	0,3	0,2	1,1	0,5	0,4	0,5
505 Estado Social (limitação)	0	0	0	0	0	0
507 Educação: limitação	0	0	0	0	0	0
702 Grupos trabalhistas (negativo)	0	0	0	0	0	0

Nota: Valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

Nos manifestos eleitorais do KKE (tabela 3) salientam-se, sobretudo, duas categorias – expansão do Estado social (8,9%) e as referências positivas a grupos trabalhistas (6,3%). As dimensões relacionadas com o controlo da economia (0%), a regulação de mercado (0,5%) e o investimento em tecnologia (0,3%) são praticamente inexistentes nos manifestos eleitorais do partido. As referências à igualdade e às nacionalizações representam 2% e 1,2%, em média, durante este período. Observa-se também que os manifestos do KKE não têm quaisquer referências a categorias relacionadas com o liberalismo económico, como, por exemplo, à limitação do Estado Social e à ortodoxia económica.

Tabela 3. Categorias económicas nos manifestos eleitorais do KKE (CMP) (2002-2015)

Categorias	2004	2007	2009	2012	2015	Média
403 Regulação de Mercado	0	2,3	0	0,2	0	0,5
411 Tecnologia e Infraestrutura	0	1,5	0	0	0	0,3
412 Controlo da Economia	0	0	0	0,2	0	0
413 Nacionalizações	0,9	2,3	0	3	0	1,2
503 Igualdade	1,7	3,1	0	2,2	3,2	2,0
504 Estado Social: expansão	1,7	37,4	0	3,7	1,6	8,9
506 Educação: expansão	0,9	3,8	0	0	0	0,9
701 Grupos trabalhistas	12,1	12,2	0	5,5	1,6	6,3
401 Livre iniciativa	0	1,5	0	0	0	0,3
407 Protecionismo (negativo)	0	0	0	0	0	0
414 Ortodoxia económica	0	0	0	0	0	0
505 Estado Social: limitação	0	0	0	0	0	0
507 Educação: limitação	0	0	0	0	0	0
702 Grupos trabalhistas	0	0	0	1,1	0	0,2

Nota: Valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

Apesar de os dados do CHES indicarem que o PCP se classifica como de 'extrema-esquerda', os dados do CMP, na dimensão económica, indicam o foco nas medidas orientadas para o investimento público e a redução das desigualdades através do papel redistributivo do Estado, mais do que em alterações radicais à estrutura económica do país, seja através de nacionalizações, seja através do controlo da economia.

Em relação ao KKE, deve ser assinalado que os resultados do CMP não permitem tirar conclusões significativas. Estes resultados devem ter em conta a ambiguidade e as limitações do próprio método, visível, por exemplo, nas variações superiores a 30% ocorridas nos valores da categoria 504 (expansão do Estado social) de uma eleição (2007) para outra (2009), sem corresponderem a alterações de fundo no partido. Simultaneamente deve também ser assinalado que, neste partido, várias dimensões tiveram 0% de presença no manifesto eleitoral (no ano de 2009, por exemplo, nenhuma das categorias de esquerda esteve representada no manifesto, de acordo com o CMP). As grandes discrepâncias podem ser, em parte, explicadas

pelas debilidades de um instrumento de análise que é codificado manualmente por diferentes codificadores e cujos resultados são, por isso, influenciados pela subjetividade das interpretações. O CMP apresenta também várias categorias, cujo significado se pode assemelhar e potenciar estas disparidades. Nesse sentido a análise da evolução do KKE nesta dimensão deve ser complementada com a análise de outras categorias do manifesto, apresentadas nos subcapítulos seguintes.

New Politics

Os inquéritos a especialistas colocam o PCP e o KKE afastados na escala GAL- TAN (tabela 4). Os comunistas portugueses, com um posicionamento de 2,69, são classificados de 'esquerda', enquanto os gregos, com um posicionamento de 6,02, são classificados de 'centro-direita'.

Tabela 4. Posicionamento do PCP e do KKE na escala GAL-TAN (CHES) (2002-2014) (0-10)

	2002	2006	2010	2014	Posicionamento
PCP	2,43	2,5	1,67	4,17	2,69
KKE	6,06	6,14	6,09	5,77	6,02

Nota: Valores de 0 a 10 ('libertário/pós-materialista' – 'tradicional/nacionalista')
Fonte: Compilação dos autores com base no CHES (Bakker *et al*. 2016)

A análise dos manifestos eleitorais do PCP para a dimensão das *new politics* (tabela 5) demonstra que nenhuma destas categorias tem uma presença média superior a 5%. As referências à autoridade política (3,7%) (referentes à capacidade e competência do partido para governar e à necessidade de reforçar o poder do Estado) e as referências favoráveis à democracia (3,2%) são as que têm uma maior preponderância. Salienta-se, também, a presença de categorias como a expansão da cultura (2,9%) e proteção ambiental (2,8%), assim como as referências negativas ao internacionalismo (2,1%) que, juntamente com as referências ao modo de vida nacional (0,6%), dizem respeito aos apelos à noção de pátria e à necessidade de reforçar a soberania nacional.

Tabela 5. Categorias da escala GAL-TAN nos manifestos eleitorais do PCP (CMP) (2002-2015)

Categorias	2002	2005	2009	2011	2015	Média
109 Internacionalismo (negativo)	0,7	1,4	1,6	5,5	1,1	2,1
302 Centralização	0,3	0,1	0	0	0	0,1
305 Autoridade política	3,8	1,3	4	6	3,4	3,7
601 Modo de vida nacional	0,4	0,6	0	0	1,9	0,6
608 Multiculturalismo (negativo)	0,5	0,5	0	0	0	0,2
105 Militarismo (negativo)	0,8	1	0,4	1,5	0,4	0,8
106 Paz	0,2	0,2	0,3	0	0,1	0,2
107 Internacionalismo (positivo)	0,9	1,5	1	0	0,6	0,8
201 Liberdade e Direitos Humanos	1,1	1,2	2,2	2	0,4	1,4
202 Democracia	3,9	2,9	1,7	5	2,6	3,2
416 Economia: anti-crescimento	0,3	0,6	0	0,5	0	0,3
501 Proteção ambiental	5,2	4,9	1,6	0	2,1	2,8
502 Cultura	5	3,7	2	0	3,6	2,9
602 Modo de vida nacional (negativo)	0	0	0	0	0	0
607 Multiculturalismo (positivo)	0,1	0,3	0,1	0	0,4	0,2
704 Classe Média	0,5	1	1,7	0	0	0,6
705 Minorias	0,5	0,3	0,2	0	0	0,2
706 Grupos não-económicos	1,4	1,2	0,1	0	0,1	0,6

Nota: Valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

A autoridade política é também a categoria mais presente nos manifestos eleitorais do KKE (tabela 6), embora de forma mais pronunciada (35,7%) do que no caso do PCP. As restantes categorias têm todas valores inferiores a 5%, das quais apenas se destacam as referências ao modo de vida nacional (2,3%) e as referências negativas ao internacionalismo (0,7%), por um lado, e as menções à liberdade e direitos humanos (1,3%) e as menções negativas ao militarismo (1,2%), por outro.

Tabela 6. Categorias da escala GAL-TAN nos manifestos eleitorais do KKE (CMP) (2002-2015)

Categorias	2004	2007	2009	2012	2015	Média
109 Internacionalismo (negativo)	3,4	0	0	0	0	0,7
302 Centralização	0	0	0	0	0	0
305 Autoridade política	26,7	0	70,6	40,9	40,3	35,7
601 Modo de vida nacional	1,7	0	0	3,5	6,5	2,3
608 Multiculturalismo (negativo)	0	0	0	0	0	0
105 Militarismo (negativo)	0	6,1	0	0	0	1,2
106 Paz	0	0	0	0	0	0
107 Internacionalismo (positivo)	1,7	0	0	0	0	0,3
201 Liberdade e Direitos Humanos	4,3	2,3	0	0	0	1,3
202 Democracia	0	0	0	0	0	0
416 Economia: anti- crescimento	0	0	0	0	0	0
501 Proteção ambiental	0,9	0,8	0	0	0	0,3
502 Cultura	0,9	0	0	0	0	0,2
602 Modo de vida nacional (negativo)	0	0	0	0	0	0
607 Multiculturalismo (positivo)	0	0	0	0	0	0
704 Classe Média	0	0,8	0	0	0	0,2
705 Minorias	0	0	0	0	0	0
706 Grupos não-económicos	2,6	0	0	0	0	0,5

Nota: Valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

O KKE apresenta-se como um partido autoritário. Esta é a caraterística que mais se salienta nesta dimensão para os comunistas gregos. No caso do PCP, apesar de a autoridade política se salientar também, esta é complementada pela defesa da democracia enquanto ideal normativo e da liberdade e direitos humanos.

Apesar de o KKE ser classificado como de 'centro-direita' na escala GAL-TAN, verifica-se aqui que não se pode indicar que o partido é conservador (nem liberal) em termos desta escala. Os comunistas gregos mantêm-se pouco ligados a questões como a ecologia e o multiculturalismo. Observa-se, também, que o PCP é um partido mais liberal do

que o KKE, atribuindo uma maior importância à promoção e expansão da cultura e da defesa do ambiente, assim como às liberdades e direitos humanos. O patriotismo, associado à defesa do Estado-Nação e da soberania nacional, é também uma parte importante da agenda destes partidos, embora sub-representada face às outras dimensões.

Integração europeia

Os dados dos inquéritos a especialistas para o posicionamento das lideranças partidárias acerca da integração europeia (tabela 7) indicam que o PCP se classifica como 'algo oposto' à integração europeia (posicionamento de 2,85), enquanto o KKE é 'fortemente oposto' (0,62). O KKE apresenta, assim, um posicionamento mais cético face à integração europeia do que o PCP durante todo o período considerado.

Tabela 7. Posicionamento da liderança do PCP e do KKE em relação à integração europeia (CHES) (2002-2014)

	2002	2006	2010	2014	Posicionamento
PCP	2,71	3,8	3	1,88	2,85
KKE	1,36	0	0	1,11	0,62

Nota: valores de 0 - 7 ('fortemente opostos'– 'fortemente a favor')
Fonte: Compilação dos autores com base no CHES (Bakker *et al.* 2016)

A análise de conteúdo dos manifestos eleitorais (tabelas 8 e 9) indica a mesma tendência. As referências negativas à UE constituem uma média de 6,28% dos manifestos eleitorais do KKE, não contendo quaisquer referências positivas à UE, enquanto, no caso do PCP, as referências negativas e positivas correspondem a 4,37% e 0,23% dos seus manifestos eleitorais.

A combinação dos resultados das duas fontes empíricas permite afirmar que ambos os partidos são críticos da integração europeia, enquanto o KKE apresenta uma posição de rejeição da UE mais clara do que PCP.

Tabela 8. Referências à UE nos manifestos eleitorais do PCP (CMP) (2002-2015)

	2002	2005	2009	2011	2015	Média
Referências positivas	0,36	0,35	0	0	0,43	0,23
Referências negativas	2,39	1,56	2,51	8	7,4	4,37

Nota: valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

Tabela 9. Referências à UE nos manifestos eleitorais do KKE (CMP) (2004-2015)

	2004	2007	2009	2012	2015	Média
Referências positivas	0	0	0	0	0	0
Referências negativas	6	0,8	4,4	10,5	9,7	6,28

Nota: valores em percentagem do manifesto eleitoral

Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

Saliência

A falta de dados do CHES para os níveis de saliências das dimensões económica e GAL-TAN nos anos de 2002, 2006 e 2010 impedem o alcance de resultados conclusivos. Contudo, em 2014 os dados indicaram que esta dimensão económica foi a dimensão mais relevante para o PCP (10) e para o KKE (9,7), assim como a dimensão GAL-TAN foi a menos saliente nas posições públicas de ambos, embora seja ligeiramente mais relevante para o KKE (3,44) do que para o PCP (2,5). Observa-se também que a dimensão europeia tem uma relevância significativa para estes partidos – 5,56 de média no caso do PCP e 6,7 no caso do KKE.

Tabela 10. Saliência das dimensões políticas nas posições públicas do PCP e do KKE (CHES) (2002-2014)

Dimensões (partido)	2002	2006	2010	2014
Economia (PCP)	-	-	-	10
Economia (KKE)	-	-	-	9,11
GAL-TAN (PCP)	-	-	-	2,5
GAL-TAN (KKE)	-	-	-	3,44
Integração Europeia (PCP)	4,77	5,33	5	7,13
Integração Europeia (KKE)	6,37	5,93	8,48	6

Nota: valores entre 0-10 ('assunto sem relevância' – 'assunto mais importante')

Fonte: Compilação dos autores com base no CHES (Bakker *et al.* 2016)

Os dados do CMP indicam tendências contrárias do CHES em 2014 (tabelas 11 e 12). A economia mantém-se como a dimensão para o PCP (43,3% dos manifestos eleitorais), mas não para o KKE (21%). A dimensão GAL-TAN é a que tem maior presença no caso dos comunistas gregos (43%), sendo que representa 20,3% para

os portugueses. Verifica-se também que a integração europeia é a dimensão menos referida, embora com maior saliência no caso do KKE (6,3%) do que no PCP (4,6%).

Estes resultados sugerem, em primeiro lugar, que o PCP se foca acima de tudo na dimensão económica e que o corpo ideológico do partido se centra em torno de uma maior justiça na economia. Simultaneamente, apesar de a economia ser também a dimensão central da ideologia do KKE, verifica-se que o seu discurso e propostas políticas se focam essencialmente na autoridade do partido e na sua distinção face aos outros políticos. Esta distinção demonstra que o KKE se foca na necessidade de alterar as relações de força no sistema político e na sociedade como condição necessária para uma alteração da economia capitalista e de mercado, enquanto o PCP adota uma postura reformista, com o objetivo de alterar as condições em que a economia de mercado funciona, de forma a tornar sociedade menos desigual.

Observa-se, em segundo lugar, que as *new politics* continuam com pouca preponderância no corpo ideológico destes partidos. No entanto, o PCP defende o papel interventivo do Estado na esfera ambiental e na promoção da cultura. O KKE mantém-se alheio a esta dimensão, embora se denote que o partido tem uma postura cada vez mais autoritária. A defesa da soberania nacional é também uma dimensão importante para estes partidos, que vem associada também a uma crítica à integração europeia, comum ao PCP e KKE.

Tabela 11. Presença da economia, new politics e integração europeia nos manifestos eleitorais do PCP (CMP) (2002-2015)

Dimensões	2004	2007	2009	2012	2015	Média
Economia	43,6	43,4	52,3	34	43	43,3
GAL-TAN	25,6	22,7	16,9	20,5	16,7	20,5
Integração Europeia	2,75	1,91	2,51	8	7,83	4,6

Nota: valores em percentagem do manifesto eleitoral
Fonte: Compilação dos autores com base no CMP (Volkens *et al.* 2018)

O impacto da crise

Observando a evolução do posicionamento dos partidos de acordo com as dimensões assinaladas na tabela 13, verifica-se que o PCP e o KKE se 'radicalizaram' ligeiramente em termos económicos. O deslocamento para a esquerda é mais evidente no caso do PCP, embora o KKE se tenha aproximado do limite zero da escala ('extrema-esquerda'). Nas restantes dimensões, o KKE não regista alterações significativas.

Contudo, a crise representou um aumento do ceticismo do PCP face à integração europeia e um ligeiro deslocamento para a direita na escala GAL-TAN.

Os dados do CMP para o PCP na dimensão económica (tabela 2) não demonstram alterações significativas no pós-crise. Contudo, salientam-se o crescimento das referências ao controlo da economia e às nacionalizações durante este período. Na dimensão GAL-TAN (tabela 5), o PCP também não registou alterações significativas, embora possa ser argumentado que o partido aumentou o seu foco na defesa da soberania no pós-crise. A reivindicação da defesa da soberania está intimamente associada com a crítica ao projeto europeu, que se tornou mais saliente (tabelas 10 e 11).

Em relação ao KKE, através do CMP salienta-se, sobretudo, que o partido diminui o foco às questões económicas no pós-crise (tabelas 3 e 12) e que se torna um partido mais autoritário (tabela 6).

Tabela 13. O impacto da crise nas dimensões políticas (CHES)

Dimensões (partido)	Antes da crise (2002 e 2006)	Pós-crise (2010 e 2014)	Alteração
Economia (PCP)	1	0,4	-0,6
Economia (KKE)	0,4	0,1	-0,3
GAL-TAN (PCP)	2,5	3	+0,5
GAL-TAN (KKE)	6,1	6	-0,1
Integração Europeia (PCP)	3,3	2,5	-0,7
Integração Europeia (KKE)	0,7	0,6	-0,1

Fonte: compilação dos autores com base no CHES (Bakker *et al.* 2016)

Conclusão

Posicionando estes partidos face às dimensões estruturantes da competição política nos países europeus, observa-se, em primeiro lugar que, ideologicamente, estes partidos estão na extrema-esquerda económica. Isto significa que ambos defendem uma mudança radical da estrutura económica, através da alteração das relações de propriedade e de um papel mais interventivo do Estado nesse âmbito. Contudo, verifica-se também que, no curto prazo, o PCP foca-se, acima de tudo, na tentativa de reduzir as desigualdades através de um maior papel redistributivo do Estado e de apelos a uma

maior justiça social na economia. Nesse sentido, apesar de ideologicamente de extrema-esquerda, o PCP adota uma posição pragmática que o aproxima da social-democracia.

O KKE, por sua vez, mantém a sua visão económica de extrema-esquerda, mas foca as suas propostas e discursos em torno da autoridade do partido. Os comunistas gregos defendem que as transformações económicas ocorrem através de uma alteração das relações de força dentro da sociedade, e que essa alteração de forças só será favorável para a classe trabalhadora quando o partido comunista tiver um papel de liderança e hegemónico face às outras forças políticas. Assim, este é o aspeto central da ideologia do KKE no século XXI, que não só o difere das restantes forças políticas, mas também do PCP, e que o torna um partido autoritário.

Conclui-se também neste estudo que os dois partidos mantêm distância face à dimensão das *new politics*. Contudo, assinala-se que o PCP atribui uma importância, ainda que limitada, à necessidade de um maior papel do Estado na proteção ambiental e na promoção da cultura. Para o KKE esta dimensão encontra-se subalternizada face à economia e à integração europeia.

Por último, observa-se que estes partidos são críticos face à UE e ao processo de integração europeia. No caso do PCP, estas críticas são direcionadas ao rumo neoliberal da integração europeia e ao progressivo alargamento de competências da UE. Assim, direcionam-se não só à UE enquanto tal, mas também a uma defesa da soberania nacional. O KKE, por sua vez, partilha desta visão, assim como da necessidade de reforço da soberania nacional, mas enquadra esta postura crítica numa visão sistémica que recusa a possibilidade da Grécia participar na UE e do próprio partido de participar em tentativas de a reformar. Para os comunistas gregos, a UE é intrinsecamente capitalista e, como tal, o objetivo do partido para esta dimensão é a saída unilateral da UE por parte da Grécia.

Com esta análise é possível concluir que os dois partidos continuam a manter as principais caraterísticas dos partidos de extrema-esquerda. No entanto, verificam-se também diferenças entre eles, bem como alterações nas posições dos partidos ao longo do tempo, nomeadamente no caso do PCP.

Referências

Backes, Ian e Patrick Moreau (2008), *Communist and post-communist parties in Europe*. Göttingen, Vadenhoeck and Ruprecht.

Bosco, Anna (2001), "Four actors in search of a role: the southern european communist parties", *in* Paraskevas Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther, *Parties, politics and democracy in the New Southern Europe*. Maryland, John Hopkins University Press.

Bale, Tim e Richard Dunphy (2011), "In from the cold? Left parties and government involvement since 1989", *Comparative European Politics*, 269-291.

Bakker, Ryan, Seth Jolly e Jonathan Polk (2012), "Complexity in the European party space: Exploring dimensionality with experts", *European Union Politics*, 13 (2), 219-245.

Bakker, Ryan e Sara Binzer Hobolt (2013), "Measuring Party Positions", *in* Geoffrey Evans e Nan Dirk de Graaf, *Political Choice Matters: Explaining the Strength of Class and Religious Cleavages in Cross-National Perspective*. Oxford, Oxford University Press.

Bakker, Ryan, Erica Edwards, Liesbet Hooghe, Seth Jolly, Jelle Koedam, Filip Kostelka, Gary Marks, Jonathan Polk, Jan Rovny, Gijs Schumachar, Marco Steenbergen, Milada Vachudova e Marco Zilovic (2016), *1999-2014 Chapel Hill Expert Survey Trend File* (Versão 1.13). Chapel Hill, NC: University of North Carolina, Chapel Hill.

Benedetto, Giacomo e Lucia Quaglia (2007), "The comparative politics of communist Euroscepticism in France, Italy and Spain", *Party Politics*, 478-499.

Bull, Martin J. e Paul Heywood (orgs.) (1994), *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989*. Hampshire, Macmillan Press Limited.

Calca, Patrícia, e Martin Gross (2019), "To adapt or to disregard? Parties' reaction to external shocks", *West European Politics.*

Charalambous, Giorgos (2011), "All shades of red: examining the radical left's euroscepticism", *Contemporary Politics*, 2011, 299-320.

Charalambous, Giorgos (2013), *European integration and the communist dilemma: communist party responses to European integration in Greece, Cyprus and Italy*. Surrey, Ashgate Publishing Limited.

Cunha, Carlos (2008), "Few but pure and good members, are preferred to a mass party: the Portuguese communist party's continued orthodoxy", *in* Ian Backes e Patrick Moreau (orgs.), *Communist and Post-communist parties in Europe*. Göttingen, Vadenhoeck and Ruprecht.

Cunha, Carlos (1996), "Quantos mais as coisas mudam… os 75 anos do Partido Comunista Português", *Análise Social*, 138 (4), 1021-1032.

Dunphy, Richard (2004), *Contesting Capitalism? Left Parties and European Integration*. Manchester, Manchester University Press.

Fagerholm, Andreas (2017), "What is left for the radical left? A comparative examination of the policies of radical left parties in western Europe before and after 1989", *Journal of Contemporary European Studies*, 16-40.

Gaspar, Carlos (1991), "Can communists survive communism?", *Camoes cent.*, 3 (5).

Gomez, Raul, Laura Morale e Luis Ramiro (2016), "Varieties of Radicalism: examining the diversity of radical left parties", *West European Politics and Society*, (39), 351-379.

Holmes, Michael (2017), "Contesting integration: the radical left and euroscepticism.", *in* John Fitz Gibbon, Benjamin Leruth e Nicholas Startin (orgs.), *Euroscepticism as a transnational and pan-european phenomenon*. Londres, Routledge, 63-79.

Jalali, Carlos e Marco Lisi (2012), "Quand le changement semble dangereux: evolution du Parti communiste portugais", *in* Jean-Michel De Waele e Daniel-Louis Seiler (orgs.), *Les partis de la gauche anticapitaliste en Europe*. Paris, Economica, 180-204.

Keith, Dan (2017), "Opposing Europe, opposing austerity", *in* Benjamin Leruth, Nicholas Startin e Simon Usherwood (orgs.), *The Routledge Book of Euroscepticism*. Londres, Routledge, 86-100.

Keith, Dan (2011), *Party Organization and Party Adaptation: Western European Communist and Sucessor Parties*, University of Sussex.

Keith, Dan e Giorgos Charalambous (2016), "On the (non) distinctiveness of Marxism-Leninism: The Portuguese and Greek communist parties compared", *Communist and Post-Communist Studies*, 147-161.

KKE (2014), "Declaration of the CC of the KKE on the EU Parliamentary Elections May 2014", KKE, Atenas.

KKE (2014b), "Declaração do Comité Central do KKE sobre a posição do KKE no Parlamento Europeu", KKE, Atenas.

Lisi, Marco (2015), *Party Change, Recent Democracies, and Portugal: Comparative Perspectives*. Lexington Books.

March, Luke (2012), "Problems and perspectives of contemporary European radical left parties: Chasing a lost world or still a world to win?", *International Critical Thought*, 2(3), 314-339.

March, Luke (2011), *Radical Left Parties in Europe*. Londres, Routledge.

March, Luke e Cas Mudde (2005), "What's Left of the Radical Left? The European Radical Left After 1989: Decline *and* Mutation", *Comparative European Politics*, 3, 23- 49.

Olsen, Jonathan, Michael Koss e Daniel Hough (2010), *Left Parties in National Governments*. Londres, Palgrave.

PCP (2014), *Declaração Programática do PCP para as Eleições para o Parlamento Europeu*, PCP, Lisboa.

Prousser, Christopher (2014), "Building policy scales from manifesto data: A referential content validity approach", *Electoral Studies*, 35, 88-101.

Schimmelfennig, Frank (2018), "Brexit: differentiated disintegration in the European Union", *Journal of European Public Policy*, 1154-1173.

Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2002), *The Party Politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States*. Brighton, Sussex European Institute.

Verney, Susannah (2011), "Euroscepticism in Southern Europe: A Diachronic Perspective", *South European Society and Politics*, 16(1), 1-29.

Volkens, Andrea (2002), *Manifesto Coding Instructions,* Discussion Paper FS III 02-201. Berlim, WZB.

Volkens, Andrea, Werner Krause, Pola Lehmann, Theres Matthieb, Nicolas Merz, Sven Regel e Bernard Webels (2018), *The Manifesto Data Collection*, Manifesto Project (MRG/CMP/ MARPOR), Version 2018b. Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB).

Volkens, Andrea, Tobias Burst, Werner Krause, Pola Lehmann, Theres Matthieb, Sven Regel, Bernard Webels e Lisa Zehnter (2018b), *The Manifesto Project Dataset – Codebook*, Manifesto Project (MRG/CMP/ MARPOR), Version 2018b. Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB).

XXI. O RETORNO DO ESTADO, A CRISE PANDÉMICA E O KEYNESIANISMO DE EXCEÇÃO[1]

Almerindo Janela Afonso

Introdução

Em diferentes momentos históricos, ou conjunturas particularmente marcadas por graves problemas sociais e económicos, multiplicam-se as reflexões sobre o suposto retorno do Estado. Atualmente, devido à crise pandémica, estamos perante uma dessas conjunturas. Na verdade, não tendo o Estado desaparecido, *trazer o Estado de volta* é uma mera metáfora, querendo significar o reforço ou alteração das suas funções ou a necessidade (conjuntural) do seu renovado protagonismo ou centralidade política.[2]

Mesmo sendo possível demonstrar que as causas desta pandemia, e de todas as pandemias anteriores, podem ser relacionadas com as diferentes formas como historicamente e, de forma continuada, o capitalismo tem fragilizado e fraturado as interações dos seres humanos com a natureza (Camargo 2020, Cohen 2020), é a própria preservação do capitalismo que, em última instância, continua a mobilizar os poderes dominantes. Poderes aos quais o Estado é particularmente permeável, mesmo numa conjuntura como a atual em que o condicionamento criado pelas classes dominantes parece mitigado (ou disfarçado) face à aparente prioridade das demandas redistributivas para atender aos impactos da crise pandémica no trabalho, na saúde, na educação. Talvez noutra ocasião seja oportuno voltar a isto para tentar perceber melhor várias questões que o contexto atual suscita ou repõe. Por exemplo, há na atual conjuntura alguma coisa de novo, face ao que já sabíamos,

---

1 Texto originalmente publicado na revista brasileira Lutas Sociais, (2020), vol. 24, nº. 45, 216-228 (jul./dez). O autor agradece a prévia autorização concedida para esta republicação.

2 A título meramente ilustrativo, dos conhecidos cientistas políticos P. Evans, D. Rueschemeyer & T. Skocpol, em meados dos anos oitenta, foi editada a coletânea "Bringing the State Back In" e, uma década e meia depois, Bob Jessop escreve "Bringing the State Back In (yet again)".

no que diz respeito à contribuição das políticas sociais para o *processo de acumulação* capitalista? Até que ponto as classes médias (ou pelo menos algumas das suas frações) estão a retirar ilações políticas e éticas do facto de, ao contrário dos restantes trabalhadores, lhes ser possibilitado manter os seus empregos e salários em condições de maior segurança física e sanitária comparativa, e longe dos contextos organizacionais e institucionais de trabalho e/ou dos constrangimentos dos tempos e modos de mobilidade? Estaremos ou não perante ardilosas estratégias de extorsão dissimulada quando as grandes empresas capitalistas, altamente lucrativas e competitivas, se aproveitam oportunisticamente do contexto atual para pedir mais apoios ao Estado ou para fazer exigências que fragilizam ainda mais as já precárias relações de trabalho? Como é que se sentem aqueles/as que são empurrados para situações ainda mais precárias, do que as situações anteriores (já precárias), quando a sua força de trabalho, simplesmente, perdeu os últimos vínculos necessários à exploração, ou deixou de ter acesso ao escandaloso "privilégio da servidão"?[3]

1. Políticas sociais nacionais ou a invenção dos *comuns mundiais*

É neste contexto, agora marcado por novas desigualdades, que os apelos para o retorno do Estado têm tido tradução conjuntural no reinvestimento público emergencial em políticas sociais. E a este propósito têm também surgido versões díspares sobre a eventual possibilidade (ou urgência) do reforço da soberania e do poder de regulação do Estado-nação e/ou de retomada do modelo de Estado-providência ou, ainda, a desejabilidade de criação de uma outra organização política mundial que possa funcionar, em diferentes áreas, sem os eventuais bloqueios ou limitações das prerrogativas decorrentes das soberanias nacionais. Os mesmos analistas que no início da pandemia sugeriam que as intervenções dos governos e o fechamento das fronteiras provocariam o debate sobre a "*renacionalização* da política" acabaram por afirmar que "a crise do coronavírus está a fortalecer, não o Estado-nação, mas o Estado de Bem-Estar Social" (Börner 2020: 20). Outros, a propósito das diferentes posições sobre o impacto do *Brexit* nas políticas sociais, lembravam que, enquanto os mais pessimistas consideravam a saída do Reino Unido da União Europeia como uma ameaça à salvaguarda de direitos consagrados no *modelo social europeu*, os

3 Acho impressionante, por condensar muitas das profundas e dramáticas mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, o oximoro que Ricardo Antunes reutilizou para título de um dos seus livros.

mais otimistas achavam que o *Brexit* poderia "gerar apoio popular para políticas nacionais que revigorassem o poder redistributivo do Estado de Bem-Estar e a sua capacidade de responder aos desafios globais de longo prazo" (Edmiston 2020: 43). Outros, ainda, introduziam uma nova *nuance* ao admitir que a pandemia levaria os Estados-nação a "voltarem-se ainda mais para dentro", podendo, "ao mesmo tempo, a natureza global do vírus forçar a colaboração internacional para uma resposta eficaz" (Woods *et al*. 2020: 809).

Como as hipóteses são todas bastante discutíveis, vale a pena contrapôr desde já que maiores investimentos em políticas públicas sociais (os quais, devido à pandemia, se têm verificado ultimamente em muitos países) não significam que o Estado possa voltar a ser caracterizado, conceptual e empiricamente, como Estado de Bem-Estar Social ou Estado-providência (pelo menos se considerarmos o modelo ideal-típico de cariz social-democrata desenvolvido nos países nórdicos pós-segunda Guerra Mundial). Não se interprete esta afirmação como uma deriva eurocêntrica, que seria, aliás, contrária às minhas próprias convicções, mas, sim, porque me parece continuar oportuno considerar as razões pelas quais se pode afirmar que, "passado 'o compromisso social-democrata' (que, aliás, se restringiu a um punhado de pequenos países que ocupavam fortes posições na cadeia imperialista), praticamente todos os Estados encontram imensa dificuldade para ocultar seu papel de gerenciadores dos interesses comuns do conjunto da classe burguesa" (Almeida 1998: 21). Excluo aqui, assim, outros modelos de Estado-providência ou mesmo de Estado desenvolvimentista em regimes politicos democráticos e, com maior razão, o chamado Estado social, tão caro aos regimes autoritários, ou com dimensões fascistas, como foi o caso do Estado Novo durante quase metade do século XX em Portugal (Torgal 2016). Com efeito, as políticas na área social não são prerrogativa exclusiva dos regimes democráticos, como exemplificam, já no século XIX, as que foram tomadas por Bismarck. Aliás, em forte contraste com as políticas sociais que acima referenciei ao Estado-providência social-democrata, uma visão mais recuada confronta-nos com "a singularidade histórica de que as primeiras iniciativas importantes no sentido de um *welfare state* ocorreram antes da democracia e foram poderosamente motivadas pelo desejo de impedir sua realização" (Esping-Andersen 1991: 94).

Tendo reconhecido, como sendo a melhor alternativa, a "resistência do Estado-providência" quando, nos anos oitenta e em países centrais, como a Inglaterra, esta forma política foi posta em causa pelas políticas neoliberais e neoconservadoras de governos da *nova direita*, acreditei na sua manutenção e defendi a necessidade da sua melhoria qualitativa, em áreas ou dimensões diversas, mas, naturalmente, mais voltado para a área da educação (cf. Afonso 1998). Continuo a fazê-lo sempre que, perante políticas reacionárias e antidemocráticas, esteja em causa defender políticas

sociais progressistas, anteriormente consagradas e agora ameaçadas, ou que ainda possam ser alcançadas por movimentos sociais e lutas democráticas (de algum modo referenciáveis ao modelo social-democrata de Estado-providência ou, melhor ainda, a *utopias realizáveis* mais emancipatórias). É uma espécie de entre-lugar, eticamente impertinente e politicamente incómodo, com mais recuos nesta conjuntura do que avanços (um dos piores efeitos da pandemia não tem sido a desvitalização de muitos movimentos sociais?). Também por isso, e dadas as mudanças profundas ocorridas nas últimas décadas, em que a transnacionalização do capitalismo e as diferentes globalizações foram tecendo complexas teias e conivências (com a contribuição dos próprios Estados nacionais e muito em função das especificidades inerentes ao lugar que ocupam no *sistema mundial*), parece-me muito difícil (ou mesmo impossível) que grande parte desses Estados possa voltar a dispor de uma expressiva autonomia relativa, isto é, de uma ampla possibilidade de agir (internamente) à margem das condicionantes globais, e apenas em função de princípios keynesianos de intervenção e regulação no espaço nacional, assumindo a busca de compatibilização (ainda que conjuntural) das tensões e contradições capital/trabalho, e utilizando as políticas sociais como instrumentos de articulação do processo de legitimação e do processo de acumulação. Ou seja, políticas sociais que sejam (dentro das lógicas democráticas) suporte para expansão de direitos, ainda que, simultaneamente, dentro das lógicas do capitalismo, também instrumento de manutenção da ordem e coesão social necessárias à exploração. As alternativas possíveis, ou são no sistema ou fora do sistema. Fora do sistema, parecem mais fáceis de imaginar. Dentro do sistema, são mais difíceis de operacionalizar e, muitos de nós, temos boas razões para desconfiar delas. Mas vale a pena considerá-las. Afinal, "o que estamos a testemunhar é um momento de verdade em relação à crise da modernidade tardia e ao seu sistema capitalista numa escala ampla e abrangente" (Hanafi 2020, online).

Uma alternativa mais propositiva (para os novos tempos) tem vindo a ser formulada por Christian Laval: "Se a consequência desta crise for o "retorno ao Estado-nação" e o "renascimento da soberania de Estado", então estaremos diante de um dos mal-entendidos mais sérios da história. A única maneira de andarmos para frente é se passarmos a tratar a saúde como um bem comum global" (Laval 2020, online). E numa entrevista recente o mesmo autor reafirma: "precisamos trabalhar para uma outra organização política mundial fundada na instituição de *comuns mundiais*, especialmente em matéria sanitária, climática, financeira, migratória, educativa, cultural". Se assim for, "nem o neoliberalismo, nem o soberanismo podem responder às necessidades da humanidade" (Laval 2020: 286). Na obra *Comum*, em coautoria, também se sublinha que "o ambito nacional e a alavanca estatal são insuficientes ou inadequados para enfrentar os retrocessos sociais e os riscos ambientais". E isso, em

grande medida, porque têm vindo a ser anuladas "as crenças e as esperanças progressistas depositadas no Estado", em consequência de este assumir "a função de dobrar a sociedade às exigências do mercado mundial" e da globalização (Dardot & Laval 2017: 14-15). Para fechar este ponto, retomo aqui *en passant* uma observação que, já não sendo recente, continua muito pertinente e atual. Está incluída num número da revista Lutas Sociais em que Lúcio Flávio adverte para a necessidade de se fazer com muito cuidado o exame das relações entre os Estados nacionais e os processos de transnacionalização do capitalismo porque, "como o neoliberalismo faz apologia da globalização, ocorre uma forte tendência para atribuir aos Estados nacionais o papel de 'vítimas' deste processo" (Almeida 1998: 20). No entanto, os Estados nacionais desempenham um papel ativo, nomeadamente quando procuram salvaguardar externamente os interesses das classes dominantes – o que, também por isso, põe a nu as falácias ideológicas da neutralidade do Estado, que só ingenuamente nos levariam a acreditar que se possa concebê-lo como lugar ou expressão de um suposto *bem comum*.[4]

2. Entre o Estado de exceção e o keynesianismo de exceção

Seja como for, mesmo quando a maioria reconheceu a importância das orientações da Organização Mundial da Saúde, era expectável que o Estado voltasse a ter mais protagonismo, mas isso, por razões várias, não se traduziu em atuações idênticas em todos os países. Os próprios regimes politicos puderam e podem, com maior ou menor legitimidade, por persuasão cívica e científica, ou até por necessidade de afirmação, adotar medidas diferenciadas. Aliás, essas diferenças foram notórias logo no início da pandemia quando comparamos governos com práticas políticas de diferente densidade democrática ou mesmo autocráticas. Com efeito, "em alguns casos, prevaleceu um capitalismo de Estado autoritário, enquanto noutros a face mais social do Estado apareceu com maior força" (Bringel 2020: 181). Mas os estudos disponíveis não são convergentes, havendo uma pluralidade de fatores e condições que explicam que "todos os governos responderam à crise, mas não ao mesmo tempo, nem exatamente da mesma maneira, ou com a mesma força ou rigor" (Capano *et al.* 2020: 287), e outros sugerem "que não existe uma correspondência clara entre o

4 Refiro-me a um dos postulados da teoria pluralista sobre o Estado, já que a expressão pode fazer sentido quando referenciada sobretudo a certos contextos institucionais, locais, comunitários ou a determinadas práticas sociais.

regime político e a severidade das medidas adoptadas" (Barbeito Iglesias & Iglesias Alonso 2020: 709).

A este repeito, tem também sido levantada a questão de saber se a democracia resiste, ou não, a esta crise. Em países com maior estabilidade democrática, a ascensão de movimentos racistas e de extrema-direita fez temer que o vírus da pandemia pudesse vir a ser "a parteira secreta de regimes autoritários" (Turner 2020: 11). Isso traduziu-se na explicitação do receio (fundado possivelmente na transposição de quadros de análise relativos a outras situações históricas) de que as medidas (temporárias) de emergência, decididas por diferentes governos para fazer frente à pandemia, as quais implicaram privação de direitos fundamentais, tenderiam a tornar-se definitivas e, assim, normalizar (ou prolongar *sine die*) o que só seria admissível num breve e justificado Estado de emergência ou de exceção. Foi essa a posição inicial de Giorgio Agamben que tem considerado (e, em muitos casos, com respaldo em realidades diversas) que o *Estado de exceção* passou a ser frequente ou mesmo normal (Agamben 2018). Mas não é apenas o Estado de exceção que tem sido objeto de interpretações várias. Há também outras posições e justificações que podem suscitar dúvidas se não forem contextualizadas. É o caso de Slavoj Žižek quando escreve que "um Estado forte é necessário em tempos de epidemias, uma vez que medidas em grande escala, como as quarentenas, devem ser realizadas com disciplina militar" (Žižek 2020: 10.) Sabendo que tanto Agamben como Žižek têm visões políticas democráticas, a expressão "Estado forte" é muito ambígua e poderá ser interpretada por alguns como uma espécie de representação benévola de regimes não democráticos, ou mesmo de regimes e governos que, muito embora respaldados por votação democrática, assumem hoje uma natureza autoritária ou autocrática.

Uma tendência generalizada, todavia, foi a assunção explícita de maior protagonismo do Estado. E como atrás referi, gerou-se, em geral, um compreensível e urgente apelo social para que o Estado passasse a ser (ou voltasse a ser) mais proativo no acionamento e fortalecimento de políticas públicas. Paradoxalmente, políticas cuja redução, ou mesmo desmantelamento, ele próprio permitira e até incentivara no auge do neoliberalismo. Por isso, poder-se-ão considerar os paradoxos e contradições do Estado, traduzidos agora numa espécie de "keynesianismo de excepção" (Caldas *et al.* 2020). Trata-se de uma intervenção conjuntural, com características muito particulares, na qual o Estado tem usado uma espécie de "keynesian toolkit", na expressão metafórica de Pietro Maffettone e Chiara Oldani (2020: 505). Nesta hipótese, faz sentido que as referidas medidas possam não apenas ser entendidas em função de alguns direitos sociais básicos e necessidades de sobrevivência, como também (ao menos na sua função latente) ser um contributo para a manutenção da coesão social num contexto de crise. Também por isto, as políticas sociais mais

estruturantes que puderam ser desenvolvidas noutro período histórico (e que pressupuseram o reconhecimento de uma maior soberania e autonomia do Estado nacional) não podem deixar de ser reequacionadas, uma vez que as condições económicas, políticas e culturais são hoje muito diferentes.

Para além das condicionantes mais amplas que decorrem da globalização e transnacionalização do capitalismo, a questão da soberania dos Estados nacionais é ainda mais complexa porque admite especificidades no que diz respeito aos países que integram organizações regionais que os vinculam fortemente, como é o caso da União Europeia ou mesmo do Mercosul, em previsível aprofundamento e consolidação. Exemplico apenas com um caso concreto. Muito embora as políticas sociais continuem em grande medida entregues aos Estados nacionais, Portugal está vinculado a decisões de nível supranacional com repercussões internas importantes para as políticas públicas. Relembro a este propósito o facto de o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia terem tido um papel decisivo quando integraram a *troika*, e esta, por sua vez, ter imposto aos portugueses medidas de forte austeridade que, em associação com as consequências que vinham da crise financeira de 2008, contribuíram para agravar significativamente o já insuficiente financiamento do Serviço Nacional de Saúde (o serviço público paradigmático do nosso Estado-providência). E esta intervenção somou-se ao desinvestimento em políticas públicas, como consequência neoliberal da redução do papel do Estado.

Tal como aconteceu noutros países, "quarenta anos de neoliberalismo deixaram o (setor) público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública na escala do coronavirus" (Harvey 2020, online). Mas a atual pandemia não é apenas uma crise sanitária, "é também uma crise política e ideológica (Giroux 2020: 3). De facto, no momento em que surgiu, as condições que subsistiam em muitos países, para dar conta de inesperadas emergências sociais, revelaram imediatamente as consequências do lado mais nefasto das políticas de destruição intencional dos bens públicos (construídos através de décadas de lutas e movimentos emancipatórios de democratização política, económica e cultural), passando assim a estar em causa a preservação de direitos humanos básicos devido à adoção de políticas que assentaram essencialmente em diferentes formas de privatização e mercadorização de bens e serviços que deveriam ser *comuns*. Estas políticas, apesar das resistências sociais para evitar o seu desmantelamento, ainda assim, e no melhor dos casos, não deixaram de reduzir significativamente o Estado-providência, quer nas sociedades onde essa forma política de Estado estava mais consolidada, quer em sociedades semiperiféricas, como a portuguesa, em que o próprio modelo tinha, mais tardiamente e depois da *revolução dos cravos*, alcançado uma configuração mais efetiva, ainda que mais frágil, porque já em contraciclo face à agenda neoliberal emergente

nos anos setenta. Pior ainda se encontravam muitas sociedades periféricas no contexto capitalista mundial cujo Estado não chegara nunca a criar condições básicas minimamente consistentes e sustentáveis para a manutenção de direitos sociais, de tal modo que continuam a ser (com os agravamentos previsíveis) as mais vulneráveis aos efeitos pandémicos, sem esquecermos, todavia, que há muitos grupos sociais que em sociedades semiperiféricas e mesmo centrais estão igualmente arredados de quaisquer direitos fundamentais e, portanto, mais expostos a todas as consequências desumanas daí decorrentes. Sabemos do agravamento das desigualdades na distribuição de riqueza a nível mundial, como, entre outros trabalhos, deixa claro *O Capital no Século XXI* de Thomas Piketty. E as tendências nesse mesmo sentido não param, como mostram os efeitos da crise financeira de 2008-2009 e as consequências que já se fazem sentir da recessão económica provocada pela Covid-19.

São afinal desigualdades que não apenas se mantêm como se acentuam, já que as mudanças que se têm verificado em inúmeros níveis e domínios da vida social não parecem alterar a configuração estrutural das formas hegemónicas de dominação e exploração. Não deixa, por isso, de ser algo ingénuo pensar que é principalmente o próprio capitalismo que vai sair debilitado desta crise. O capitalismo corre alguns riscos, como pudemos perceber no início da pandemia quando, por exemplo, pela voz de governantes autoritários e autocráticos, assistimos à desvalorização dos contágios para, simultaneamente, justificar a defesa do funcionamento 'normal' da economia, a qualquer custo. Como a este propósito escreveu Marco D'Eramo (2020: 26), "os graves danos que esta epidemia ameaça infligir ao capital explicam a relutância dos políticos em impor o isolamento e a quarentena". Observação semelhante fazem outros autores quando escrevem que "o autoritarismo de exceção, apoiado na mobilização de ferramentas distópicas, e orientado para a permanência ou o regresso rápido à produção, sem segurança, dos que não podem teletrabalhar ou passar quarentenas em paraísos artificiais, anuncia-se como o pavimento, não de uma estrada, mas de uma verdadeira autopista para a servidão" (Caldas, Silva & Cantante 2020: 141).

Mas sabemos que a possibilidade de lidar com a enorme heterogeneidade de problemas é distinta consoante os países: tem graus diversos quando considerados os recursos disponíveis para as políticas públicas, as orientações político-ideológicas dos governos, os níveis culturais e educacionais, os avanços tecnológicos e de investigação, a solidez do tecido produtivo, a vitalidade dos movimentos sociais, a densidade da democracia, o grau de interiorização dos direitos, as marcas da histórica social, entre muitos outros fatores. Além disso, quando consideradas algumas dimensões micro e meso-sociológicas, as desigualdades continuarão a ser maximizadas consoante os efeitos que as diferentes formas de dominação e de exploração

(de classe, etnia, religião, género, raça…) exercem, direta ou indiretamente, sobre os indivíduos ou comunidades – efeitos maximizados pela sua condição social e jurídica, sendo ou não cidadãos nacionais (sobretudo quando são pobres, sem-abrigo, refugiados, requerentes de asilo, imigrantes…), ou quando têm trabalhos precários e desqualificados. Aliás, a ideia de que a pandemia não reconhece barreiras de classe ou outro tipo de fronteiras sociais é um "mito conveniente" (Harvey 2020, online), uma vez que os impactos são altamente assimétricos. Göran Therborn sublinha em texto recente que "a pandemia de Covid-19 é uma grande causadora de desigualdade ('a great unequalizer'), tanto viral como economicamente, com feroz discriminação tanto dentro como entre classes, entre homens e mulheres, gerações e grupos étnicos" (Therborn 2020: 85).

Por estas e outras razões, uma problemática que exige sempre uma análise crítica mais demorada e sustentada diz respeito justamente à exacerbação de reações racistas, sexistas e xenófobas, articuladas com certos etnonacionalismos radicais, em expansão. Em decorrência da crise pandémica, estas reações têm vindo a ser mais frequentes por incitamento de redes sociais, partidos e movimentos populistas de extrema-direita, aproveitando-se da situação de maior vulnerabilidade de alguns grupos sociais, entre os quais os imigrantes, os refugiados e os requerentes de asilo. Como alguns autores sublinham, o racismo e a xenofobia não são reações novas em contexto pandémico, uma vez que isso tem acontecido noutras situações históricas. Atualmente, por força dos movimentos nacionalistas excludentes e do aumento das desigualdades, ambos anteriores à pandemia, criaram-se condições particularmente propícias ao ressurgimento da xenofobia e do racismo após a eclosão e progressão da COVID-19 (Elias *et al*. 2021). Esta é, indiscutivelmente, uma outra prioridade para uma intervenção democrática do Estado, a que nenhum de nós pode ser alheio.

3. Para finalizar

Temos hoje uma forte disputa pelo significado da crise pandémica, na qual estão envolvidos cientistas, *lobbies* da indústria farmacêutica e das empresas das tecnologias digitais, governos, parlamentos e partidos políticos com diferentes orientações ideológicas, sindicatos, movimentos sociais e tantos outros atores individuais e coletivos. Esta é também uma luta que os sociólogos, cientistas políticos e outros intelectuais, não podem deixar de travar, de modo a contribuir para definir o significado mais adequado da crise. Como escreveu a este propósito Geoffrey Pleyers, "Não existe um caminho fácil que leve da pandemia a um mundo melhor e menos desigual. A necessidade urgente de um mundo mais justo não é argumento suficiente

para que isso aconteça. O surto de COVID-19 é um campo de batalha por futuros alternativos" (Pleyers 2020: 308). Da minha parte reconheço a importância das relações de poder e as diferentes legitimidades que estruturam a disputa atual pelos significados da crise pandémica. Daí resultarão caminhos decisivos. Para já, e na linha de outro autor, "estou simplesmente tentando fazer parte dos estágios iniciais das conversas sociológicas em relação ao maior (e potencialmente mais desastroso e assustador) evento global de nossos tempos" (Ward 2020: 735). Republicando este texto num momento em que estamos a viver uma guerra com consequências imensas e ainda mais difíceis de reparar, este novo e inesperado acontecimento amplia de forma incalculável o sofrimento humano e põe em causa os direitos fundamentais que considerávamos irreversíveis.

Referências

Afonso, Almerindo Janela (1998), *Políticas educativas e avaliação educacional*. Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Agamben, Giorgio (2018), *Estado de excepção*. Lisboa, Edições 70.

Cohen, Miriam Alfie (2020), "Riesgo, depredación y enfermedad: Covid-19", *Sociológica*, vol. 100, n.º 35, 67-96.

Almeida, Lúcio Flávio de (1998), "Estado, nação, transnacionalização: reflexões em torno do Manifesto do Partido Comunista", *Lutas Sociais*, n.º 4, 19-26.

Antunes, Ricardo (2020), *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.* São Paulo, Boitempo, 2ª ed.

Iglesias, Roberto Barbeito e Ángel Iglesias Alonso (2020), "Democracias en cuarentena: respuestas políticas a la COVID-19 y el futuro de la democracia", *Revista Española de Sociología*, vol. 29, n.º 3, 703-714.

Börner, Stefanie (2020), "Is the coronavírus going to reshape the European welfare state *in* Social Europe?", *in The Coronavirus crisis and the Welfare State*. Berlim, Social Europe Publishing/ Friedrich Ebert Stiftung, 20-26.

Bringel, Breno (2020), "Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa", *Geopolítica(s),* vol. 11, n.º especial, 173-187.

Caldas, José Castro, Ana Alves Silva e Frederico Cantante (2020), *As consequências socioeconómicas da Covid-19 e a sua desigual distribuição*. Lisboa, CoLABOR, [acedido a 08 de dezembro de 2020], disponível em https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/07/As-consequencias--socioeconomicas-da-COVID -19-e-sua-desigual-distribuicao.pdf.

Camargo, Frank Molano (2020), *Capitalismo y pandemias*. Madrid, Traficantes de Sueños.

D'eramo, Marco (2020), "The philosopher's epidemic", *New Left Review*, n.º 122, 23-28.

Dardot, Pierre e Christian Laval (2017), *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo, Boitempo.

Edmiston, Daniel (2020), "Solidarity for whom? Selective social rights in a pos-Brexit welfare settlement", *in* Matthew Donoghue e Mikko Kuisma (orgs.), *Whither Social Rights in (Post-) Brexit Europe?* Berlim/Londres, Social Europe Publishing/Friedrich Ebert Stiftung.

Elias, Amanuel, Jehonathan Ben, Fethi Mansouri e Yin Paradies (2021), "Racism and nationalism during and beyond the COVID-19 pandemic", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 44, n.º 5, 783-793, disponível em https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1851382

Esping-Andersen, Gøsta (1991), "As três economias políticas do Welfare State", *Lua Nova,* n.º 24, 85-116.

Evans, Peter, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol (1985), *Bringing the State Back In*. Nova Iorque/Cambridge, Cambridge University Press, disponível em https://doi.org/10.1017/CBO9780511628283.002

Giroux, Henry (2020), "La pandemia del Covid-19 está exponiendo la plaga del neoliberalismo", *Praxis educativa*, vol. 24, n.º 2, 1-13.

Hanafi, Sari (2020). *Post-Covid-19 Sociology*, [acedido a 07de dezembro de 2020], disponível em www.isa-sociology.org/frontend/web/uploads/files/Post-COVID-19%20Sociology.pdf.

Harvey, David (2020), "Anti-capitalist politics in the time of COVID-19", *Jacobin Magazine*, [acedido a 08 de fevereiro de 2020], disponível em https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions

Jessop, Bob (2001), "Bringing the State Back In (Yet Again): Reviews, Revisions, Rejections, and Redirections", *International Review of Sociology*, vol. 11, n.º 2, 149-173.

Laval, Christian (2020), "A pandemia de covid-19 e a falência dos imaginários dominantes", *Mediações*, vol. 25, n.º 2, 277-286.

Laval, Christian (2020), *Para além do paradigma do Estado: pandemia, solidariedade humana e o comum,* [acedido a 08 de fevereiro de 2020], disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/31/para-alem-do-paradigma-do-estado-pandemia-solidariedade-humana-e-o-comum/

Maffettone, Pietro e Chiara Oldani (2020), "COVID-19: A Make-or-Break Moment for Global Policy Making", *Global Policy*, vol. 11, n.º 4, 501-507.

Malešević, Siniša (2020), "Imagined communities and imaginary plots: nationalisms, conspiracies, and pandemics in the longue durée", *Nationalities Papers*, 1-16, disponível em https://doi.org/10.1017/nps.2020.94

Piketty, Thomas (2014), *O Capital no Século XXI*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

Pleyers, Geoffrey (2020), "The pandemic is a battlefield. Social movements in the COVID-19 lockdown", *Journal of Civil Society*, vol. 16, n.º 4, 295-312.

Silva, Saulo Pinto (2020), "Capitalismo de sufocamento: cansaço, confinamento e respiração", *Lutas Sociais*, vol. 24, n.º 44, 119-131.

Therborn, Göran (2020), "Dreams and nightmares of the world's middle classes", *New Left Review*, n.º 124, 63-87.

Torgal, Luís Reis (2016), "O conceito de "Estado social" na propaganda do Estado Novo", *in* Alberto Pena-Rodriguez e Heloísa Paulo (orgs.), *A Cultura do Poder: A propaganda nos estados autoritários*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 39-67.

Turner, Bryan Stanley (2020), "Is Covid-19 part of history's eternal dance macabre?", *in* Hajo Boomgaarden (eds.), *International Social Science Thought Leaders Reflect on COVID-19*. Berlin, De Gruyter, 5-11, [acedido a 08 de fevereiro de 2020], disponível em www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_co vid19_and_education_august_2020.pdf.

Ward, Paul Russel (2020), "A sociology of the Covid-19 pandemic: A commentary and research agenda for sociologists", *Journal of Sociology*, vol. 56, n.º 4, 726735.

Woods, Eric Taylor, Robert Schertzer, Liah Greenfeld, Chris Hughes e Cynthia Miller-Idriss (2020), "COVID-19, nationalism, and the politics of crisis: A scholarly exchange". *Nations and Nationalism*, n.º 26, 807–825.

Žižek, Slavoj (2020), *Pandemic! Covid-19 Shakes the World*. Nova Iorque/Londres, OR Books.

XXII. DEMOCRACIA ASSOCIATIVA: DA 'REAL TERCEIRA VIA' AO UTOPISMO OU EM DIREÇÃO A UM SOCIALISMO COLORIDO PARA O SÉCULO XXI?[1]

Veit Bader

Introdução

A Democracia Associativa (DA) tem sido desenvolvida como uma resposta específica ao socialismo estatista e ao capitalismo neoliberal, sendo desenhada com base em tradições mais antigas tais como o associacionismo, o socialismo democrático e o socialismo cooperativo. Foi apresentada como a "real terceira via" (Hirst e Bader 2001), distinta da privatização e desregulação neoliberal nas variantes Blair-Schröder da social-democracia e das variantes conservadoras de Reagan-Thatcher-Cameron. Neste capítulo começo com um breve resumo do que parecia tornar a DA uma utopia realista atraente também em comparação com teorias mais amplas da sociedade civil e da governança: a sua combinação de democracia económica, social e política; o seu foco no pluralismo institucional democrático em todos esses aspetos; o seu considerado minimalismo moral/político; e o seu experimentalismo prático. A seguir resumirei algumas das importantes mudanças económicas, sociais e políticas durante as últimas décadas, particularmente as consequências da grande crise do capitalismo financeiro, que parecem tornar de novo claramente utópica a DA. A parte principal do texto focaliza-se em esboçar os princípios básicos e as instituições das alternativas socioeconómicas ao capitalismo porque, se o neoliberalismo governar de forma suprema, nenhuma alternativa viável pode emergir e crescer. Mesmo que não exista um modelo institucional que vá de encontro a todos os países e contextos, precisamos ser capazes de mostrar quais são os princípios básicos de tais alternativas e como elas se relacionam e podem integrar outras abordagens tais como 'economia circular', 'economia fundacional' e 'inovação social radical'. A minha esperança é que

1 Tradução de Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva a partir do texto escrito em inglês pelo autor.

o amplo pluralismo institucional da DA e sua ênfase no 'experimentalismo prático' mostrem novas formas de pensar nessa direção que são urgentemente necessárias tanto para o desenvolvimento económico minimamente sustentável e socialmente justo quanto para a renovação da democracia representativa.

1. Por que é que a Democracia Associativa é uma utopia realista atrativa?

A DA não propõe substituir mas complementar a representação política em várias camadas com representação económica e social e as respetivas variantes do pluralismo institucional. Aqui segue um breve resumo dos principais princípios do modelo:[2]

Em vez de reivindicações de soberania ultrapassadas, mas cada vez mais em voga, e instituições estritamente unitárias no que diz respeito à *política*, considera-se o facto e a necessidade de limitação, delegação e transposição de poderes governamentais para níveis subnacionais e transnacionais, considerado o pluralismo institucional territorial em termos de políticas multiníveis (cf. Bader 2007a, 2010, 2017).

A DA baseia-se num conceito amplo de política e em perspetivas multiescalares de representação social, económica e política do povo, não apenas como cidadãos/residentes nos diferentes níveis, mas também em termos de pertença de classe social, setorial e profissional, como consumidores e utentes em suas participações, considerando o modo como são afetados de forma relevante por questões e políticas específicas (cf. Bader 2017). A DA não só tem articulado princípios para a democratização de compromissos socioeconómicos mas também discutido exemplos institucionais históricos e recentes de *democracia económica* em diferentes níveis (cf. Hirst 1994 e 1997, Cooke e Morgan 1999, Smith 2012).

Em vez da antiquada oposição entre o elogio simplista do mito do "*mercado livre*" (apoiado pelo mito da propriedade privada ilimitada e absoluta) e o elogio crédulo do *Estado* (apoiado pelo mito da "*soberania democrática*" e do planeamento e regulação centralistas), a DA concentra-se simultaneamente nas falhas de articulação do mercado e do Estado e desenvolve um conjunto de modos alternativos de ação-coordenação na política e na economia e sua integração.[3] A democratização

2 A minha extensa e ecuménica versão da DA baseia-se em Hirst (1994), Cooke e Morgan (2004), Elson (1988, 2000), Westall *et al.* (2011) e outros, mas inclui e trabalha muitas ideias e conclusões de, por exemplo, Schmitter (2001), Sabel e Zeitlin (2012), Smith (2009), Krätke (2002, 2008), Goldschmidt (2016-2017), Muldoon (2018), habitualmente autores apresentados sob o tópico da DA.

3 Cf. já em Mathews (1989); cf., de modo similar, Jessop (2017: 11, 14), Jacobs e Mazzukato (2016) e Morozov (2019).

da economia é necessária para enfrentar não só as graves desigualdades estruturais (exploração e exclusão) como a enorme falta de autonomia e voz do povo na sua vida quotidiana, aspetos estes prejudiciais para a democracia política. Ela é também necessária para enfrentar as graves falhas de eficiência e eficácia das economias de mercado capitalistas e a externalização estrutural dos custos sociais e ambientais. A descentralização do Estado e *a democratização política* são necessárias não apenas por razões morais mas também por razões prudenciais e realistas, a fim de aumentar a eficiência do planeamento estatal e da administração pública. Isso remete para as velhas frases cativantes: "não há democracia sem socialismo" e "não há socialismo sem democracia".

Em ambos os aspetos, o dispositivo institucional central da DA é a *inclusão de todas* as partes interessadas e detentoras de conhecimento relevante (não apenas conhecimento académico ou de especialistas credenciados, mas também conhecimento prático e pericial) na esfera pública, societal, política e seus processos políticos em todas as suas fases, incluindo implementação e controlo – "governo e governação de, por, para e com as pessoas" (Schmidt 2006) – a fim de aumentar a qualidade da informação e do conhecimento relevantes e a eficiência e eficácia das políticas (cf. Bader 2010: 262; 2013).

Portanto, a DA é claramente diferente não apenas das burocracias estatais tradicionais no capitalismo como dos "socialismos reais existentes", assim como também dos arranjos económicos corporativistas e neocorporativistas (nas variantes renana e escandinava do capitalismo) e de um crédulo elogio de novos arranjos de governação. Tais arranjos de governação podem ser eficazes e eficientes, mas não têm de ser e, amiúde, não são democráticos e transparentes por causa de um inerente viés de classe e de elite, de redes e organizações entrincheiradas e por causa de ameaças de tecnocracia, burocracia ou peritocracia em todos os níveis de governo. Em vez de propostas para se livrar deles ou para declará-los incompatíveis com a soberania popular,[4] é preciso tentar democratizá-los e torná-los transparentes. A este respeito, três problemas espinhosos devem ser resolvidos: (a) a exclusividade e a seletividade da representação podem ser abordadas por três princípios: o princípio do limite mínimo, o princípio do mandato democrático e participação acionária e o princípio do contraditório;[5] (b) os problemas de transparência, abertura e responsabilidade

4 Cf. Mair (2005: 2-7), Papadoupoulos (2013, capítulo 4). Sobre a discussão destes encargos que não tomam a sério a necessidade de delegação das 'decisões finais' nas "situações normais", cf. Bader (2001: 38-44).

5 Tal como propostos por Schmitter (2001) para a União Europeia (UE). Cf. Bader (2013) para as várias maneiras de institucionalizá-los.

dos arranjos de governação política e socioeconómica.[6] A transparência do seu *modus operandi* pode ser aumentada através de modos adequados de divulgação das áreas e tópicos da agenda, bem como pela divulgação de propostas provisórias, incluindo as considerações, os argumentos e compromissos relevantes; através da organização de audiências públicas já nesta fase, de forma a alargar o conjunto, necessariamente seletivo, de organizações envolvidas e especialistas consultados; (c) os acordos entre eficiência e participação democrática, bem como a transparência, a abertura e a responsabilidade (Estado de direito liberal) devem ser abertamente conhecidos e o grande desafio é como transformar um grande acordo em acordos menores por meio de reformas institucionais inteligentes.

A DA está ciente dos factos do pluralismo moral – princípios morais tais como liberdades e igualdades estão em tensão uns com os outros – e da subdeterminação de princípios – princípios abstratos e gerais deixam margens mais ou menos amplas de interpretação –, os quais juntos requerem um equilíbrio razoável em contexto. E os princípios morais estão em tensão com os princípios prudenciais e realistas. Tais factos em si exigem uma teoria política altamente contextualizada, ou seja, contam a história, as culturas e as tradições institucionais e dependentes de trajetória. Não existe nem pode haver um modelo ótimo de democracia política (ou de democracia representativa de partidos políticos) que vá de encontro a todos os contextos e países. O mesmo vale para os modelos de democracia económica e de governação, particularmente em sociedades modernas, altamente complexas, diferenciadas e globalizantes. No entanto, podemos comparar diferentes arranjos institucionais, aprender com a história e com avaliações teóricas e empíricas na mira de encontrar ótimas ou melhores práticas para contextos específicos. A DA é inspirada por um vaivém entre teoria, arranjos institucionais e práticas, em suma, por experimentalismo flexível, reflexivo e prático.[7]

2. A DA é ainda uma 'utopia realista' após a Grande Crise do Capitalismo Financeirizado (GCCF)?

Como sabemos, capitalismo e democracia não se combinam facilmente por causa de *três tensões* ou contradições inerentes (cf. Bader 2013 para um breve panorama). Primeiramente, a tensão entre um regime socioeconómico que garante propriedade

6 Sobre o problema, cf. Papadopoulos (2013, capítulo 6); sobre algumas soluções, cf. Bader (2010: 272) e Bovens *et al.* (2010).

7 Sobre 'governança experimentalista', cf. Sabel e Zeitlin (2012, 2014); sobre administração reflexiva, cf. Trute (2005).

privada consolidada e a democracia política baseada no sufrágio universal. Em segundo lugar, a tensão entre um regime socioeconómico que reproduz profundas desigualdades e assimetrias estruturais de recursos políticos e a reivindicação de igualdade política e oportunidades políticas razoavelmente iguais para todos. Em terceiro lugar, a tensão entre autoridade/dominação dos proprietários privados detentores dos (grandes) meios de produção sobre a organização do trabalho e dos serviços e a *democracia como autodeterminação*, entendida em sentido amplo. Longe de ser historicamente inevitável, tornar possível o *capitalismo democrático* conheceu a exigência de pelo menos três processos. Em primeiro lugar, as restrições formais dos direitos de voto ativo e passivo tiveram de ser superadas. Em segundo lugar, a limitação da democracia à democracia principalmente representativa (excluindo ou restringindo seriamente outras formas de democracia política e, em particular, de democracia social e/ou económica mais forte) teve que ser combatida e superada. Em terceiro lugar, o capitalismo foi limitado pelas lutas por (a) direitos dos trabalhadores e sindicais (legislação laboral), por (b) segurança social e direitos de subsistência e todos os outros direitos e serviços cobertos por variantes de capitalismo com Estado de bem-estar e por (c) leis e regulamentos de codecisão e formas mais fortes de regulação de tipos de mercados e decisões económicas. Todos os três processos são característicos, pelo menos, das variantes renana e escandinava do capitalismo incorporado (cf., a este respeito, Kaspersen e Ottesen 2001; Tragárdh 2007, 2013).

Em termos de políticas económicas, as três décadas de ouro do *capitalismo democrático* pós-Segunda Guerra Mundial representaram algo como: estabilidade de preços, pleno emprego, crescimento económico e equilibrados orçamento estatal, balança comercial e de pagamentos. No entanto, estes foram minados desde 1970 pelas crises do dito *capitalismo democrático* que se desdobraram em quatro fases: (*i*) inflação ou *estagflação* (mercado de trabalho e relações industriais): (*ii*) dívidas públicas crescentes (políticas de gastos públicos); (*iii*) 'keynesianismo privatizado' ou substituição da dívida pública por privada (fornecimento de crédito a famílias privadas); (*iv*) grande crise financeira, indicando "que uma reconciliação duradoura da estabilidade social e económica nas democracias capitalistas não passa de um projeto utópico" (Streeck 2011: 18).

Particularmente, a GCCF foi o grande divisor de águas em muitos aspetos:

(*i*) O ataque da política neoliberal de desregulação em todos os níveis leva à erosão das principais instituições do *capitalismo de bem-estar* nacional domesticado ou regulado em todos os lugares, embora não completamente e em diferentes graus (cf. Beramundi *et al*. 2015, Tragárdh 2013). A promessa de que as variantes não anglo-saxônicas do capitalismo seriam mais justas, mais eficientes e inovadoras não se sustentou na realidade, mesmo que essa reivindicação possa ser teoricamente sólida em condições diferentes. O capitalismo domesticado tornou-se novamente selvagem.

(*ii)* A partir de 2007, contrariamente à alegação de que as chamadas economias de mercado capitalistas completamente desreguladas (estilizadas como "economias de mercado livre") garantiriam uma alocação ótima de todos os recursos produtivos e, portanto, seriam superiores a todas as variedades de capitalismos politicamente regulados, o credo ortodoxo da economia neoclássica e da política neoliberal tem sido desacreditado não apenas teoricamente, mas também por evidências empíricas. Atualmente, essas economias de mercado oligopolistas e protecionistas são caracterizadas por um enorme e massivo desperdício de recursos em todos os aspetos (cf. Stiglitz 2012, Engelen *et al.* 2011, Jacobs e Mazzucato 2016).

(*iii*) As grandes crises têm amiúde estimulado grandes transformações, mas, onze anos depois, a GCCF foi claramente desperdiçada nesse sentido. Em geral, pode-se discernir, de acordo com Krätke (2011), quatro saídas da GCCF: primeiro, uma versão remodelada do capitalismo global financeirizado do neoliberalismo; segundo, um capitalismo nacionalista ou regionalista protecionista; terceiro, um renascimento do capitalismo social-democrata (uma utopia nostálgica) ou um repensar radical e uma reinvenção de *capitalismos democráticos*; e, quarto, uma economia e ordem social alternativa pós-capitalista. As três primeiras são velhas variantes do capitalismo com novas roupagens e que provavelmente reproduzirão as condições estruturais da GCCF. Apenas a quarta promete saídas reais. No entanto, a sua possibilidade é sombria devido a um considerável número de factos: (a) ela exige reformas radicais como a re-regulação dos mercados financeiros,[8] restabelecendo o setor público, reparando o Estado de bem-estar, redistribuindo riqueza e rendimento, reestruturando as indústrias mundiais e o comércio mundial; (b) deve ir além da tradicional reforma social-democrata e deve incluir respostas às crises ecológicas sob condições de um período de tempo cada vez menor para essas questões urgentes; (c) o estado da arte nas tradições teóricas radicais, esquerdistas, pós-capitalistas, 'socialistas' ou 'marxistas' é extremamente dececionante quando se trata de definir os requisitos do socialismo democrático após o fracasso do socialismo de Estado e do socialismo de mercado chinês. Há uma terrível ausência de alternativas institucionais e políticas plausíveis;[9] (d) parece que décadas de políticas neoliberais e a GCCF não só desorganizaram o capitalismo de forma eficaz, mas também suas próprias forças de oposição ('*gegenkräfte*'):[10] consequências desastrosas da flexibilização e precarização para as condições da ação coletiva, por exemplo, declínio da

8 Cf. Krätke (2011), Engelen *et al.* (2011); Kelton *in* Jacobs/Mazzukato (2016). Tais reformas têm sido totalmente bloqueadas ou seriamente descartadas na União Europeia e nos Estados Unidos.

9 Tal é também partilhado por Rogers (2017: 8) e Wolff (2012).

10 Streeck (2015: 109). Cf. também Bader (2017b: 229-237).

filiação e desaparecimento da influência dos sindicatos e estado desesperante dos partidos social-democratas, radicais, socialistas e, particularmente, da esquerda comunista. Esta fissura não pode ser compensada pelos enormes protestos espontâneos ou 'movimentos sociais prefigurativos' (Monticelli 2018) tais como o *Occupy* e os novos partidos políticos emergentes (Podemos em Espanha ou Syriza na Grécia), nem em termos de poder político, nem em termos de claras alternativas institucionais;[11] (e) as tensões e compensações de tempo entre a mudança institucional de médio e longo prazo e as políticas e estratégias de curto prazo são enormes e é óbvio que, sem políticas de curto prazo minimamente adequadas para enfrentar as políticas de austeridade, todos os projetos e políticas institucionais democrático-socialistas alternativos são bastante desfocados.

(*iv*) Como resultado, parecemos estar presos num paradoxo: numa época em que alternativas radicais ao "capitalismo tal como o conhecemos" são urgentemente necessárias para enfrentar as já mencionadas graves consequências sociais do neoliberalismo e da GCCF, elas parecem impossíveis pelas razões políticas já mencionadas e, mais amplamente, por causa das repercussões políticas do neoliberalismo e da GCCF tais como: a consequência da desregulação nacional, supranacional e internacional, a grave erosão da capacidade do Estado e, crescentemente, a política nacional, o *locus* tradicional da democracia política, conta cada vez menos. Em suma, sintetizando-o de modo curto e forte: a "era do neoliberalismo" e a GCCF agudizaram drasticamente e conduziram mesmo a uma crise profunda da política (democrática) e da democracia representativa e à ameaça da sua substituição por regimes peritocráticos e autocráticos.

As crises de todas as variantes de capitalismo e de todas as variedades de democracia partidária representativa reforçam-se mutuamente e estão sistematicamente interligadas. E também o são a imaginação, a concretização institucional e a realização de alternativas socioeconómicas (variedades de socialismo) ao capitalismo "tal como o conhecemos", assim como de instituições alternativas de democracia política. Uma democracia política mais profunda e alternativas socioeconómicas ao capitalismo são as duas faces da moeda tradicionalmente chamada de "socialismo democrático". Todas as alternativas ao capitalismo global financeirizado não têm a menor *chance* de serem realizadas se a política e a democracia não forem tidas em conta.[12] E viceversa: democratizar a economia e as estruturas de governação socioeconómica

11 Cf. também Kalleberg (2018) *versus* ilusões ingénuas relativamente ao 'precariado' como novo sujeito revolucionário (Standing 2011, Lorey 2015), similar à da 'multidão' (Hardt e Negri 2004?); ou 'o resto' contra o capital financeiro (Crouch (2004, capítulo 3).

12 Se acreditássemos em histórias sombrias do fim da política ou da pós-democracia, tal como expostas por Crouch (2004), Streeck (2013), Mair (2013), entre outros.

e política é parte integrante de qualquer alternativa viável. Obviamente, repensar e renovar a democracia depende de convincentes alternativas ao capitalismo ('repensar e renovar o socialismo'), orientando as lutas políticas contra a deterioração das condições económicas, sociais e políticas da democracia política "tal como a conhecemos". Ambos os projetos são bloqueados por ideologias predominantes tais como a TINA[13] e por uma democracia política "frágil". Neste texto o foco está no socialismo como um dos lados da moeda; o outro lado é o da democracia, o qual é desenvolvido em Bader (2019); (cf. também Isackhan & Slaughter 2014).

3. Repensando o socialismo democrático: princípios orientadores

3.1. Aprendendo com as tradições

Os debates controversos sobre os princípios e instituições do socialismo ou comunismo são tão antigos quanto os movimentos anticapitalistas: socialismo utópico, anarquismo e anarcosindicalismo, esboços do socialismo e do comunismo por Marx, Engels e na tradição da social-democracia: Primeira Internacional (socialismo cooperativo e socialismo de guilda); divisão no movimento operário entre socialistas (Segunda Internacional) e comunistas (Terceira e Quarta Internacional); socialismo dos conselhos operários ('*Räte-Sozialismus*'); austromarxista ("2.5 Internacional", particularmente Bauer 1965); crítica do socialismo de Estado centralista e variantes alternativas de economias de mercado socialistas (debates sobre planeamento, por exemplo, na Polónia e na Hungria: Brus 1972, Kornai 1992, Nove 1992); variantes da autogestão de trabalhadores ('*Arbeiterselbstverwaltung*') (por exemplo, na antiga Jugoslávia: Horvat 2019);[14] debates sobre democracia associativa (Hirst 1994, Matthews 1989, Cohen e Rogers 1992), sobre democracia empoderada (Unger 1987 e outros autores do *Critical Legal Studies Movement* (CLSM), sobre 'utopias realistas' (Wright 2003), sobre democratização das organizações na sociologia do trabalho e organização, sobre novos coletivos cidadãos (Meerkerk *et al.* 2015) e assim por diante. Muitos debates recentes sobre 'pós-capitalismo' e propostas de 'comunalismo' (Rifkin 2011, Mason 2015) como uma consequência da 'terceira revolução industrial'; de 'Riqueza Comum' (Hardt e Negri 2004) na tradição anarcossindicalista[15]

13 *There Is No Alternative* – Não há alternativa [nota dos tradutores], *slogan* criado por neoliberais ao tempo de Margaret Tatcher.

14 Cf. também Pateman (1970) e Dahl (1989); cf. ainda as excelentes sínteses de Krätke (2003) e Nuti (2018). Cf. também Carens (1981 e 1986).

15 Cf. apresentação e crítica por Goldschmidt (2016/2017).

ou propostas para os "Comuns", para uma Economia Fundacional,[16] uma economia circular ou a inovação social radical de Unger (1987) também têm seus precursores históricos. Sem entrar em detalhes, considero que podemos tirar algumas lições teóricas e empíricas importantes desses debates acalorados e de longa data.

Em primeiro lugar, a partir de estudos históricos da transformação das formações sociais, podemos aprender[17] que (*i*) o seu surgimento, desenvolvimento e declínio levam muito tempo (*longue durée*) e não apresentam nem um 'início' nem um 'fim' bem definidos; (*ii*) elas não existem numa *forma pura* por duas razões: em primeiro lugar, mesmo que um determinado modo de produção se torne predominante, outros modos ainda sobrevivem (dando lugar a uma hibridez) e o próprio capitalismo predominante muda (transformações do ou no seio do capitalismo) e, em segundo lugar, não há constelação pura ou ótima de toda a configuração institucional das ordens económicas, jurídicas, sociais e políticas; (*iii*) as revoluções políticas podem marcar importantes alterações nas ordens jurídicas e políticas e também podem iniciar mudanças económicas e sociais de longo prazo, mas não podem servir como demarcações nítidas entre formações sociais nem, obviamente, como uma garantia de sucesso porque não há "revoluções permanentes"; (*iv*) mesmo problemas estruturais graves e a estagnação de longo prazo não indicam o "fim" do capitalismo (mesmo que o potencial para novas transformações do capitalismo possa ser limitado ou exaurido) nem, obviamente, eles abrem inevitável ou automaticamente o caminho para socialismo, nem sequer simplesmente o socialismo democrático.[18]

Em segundo lugar, algumas observações críticas sobre alternativas exclusivas e escolhas implicitamente erradas têm o objetivo de levantar questões teóricas e empíricas pertinentes.

(1) Após as experiências com o estalinismo e o maoísmo, deve ficar definitivamente claro (também para comunistas comprometidos) que não pode haver "socialismo sem democracia". Isto tem sido um truísmo justamente desde o início para todos os críticos social-democratas e socialistas da dita soviética "ditadura comunista do proletariado". Todas as velhas e novas variedades de "socialismo" ou

16 Cf. Bentam *et al.* (2013) e Froud *et al.* (2018). Cf. também 'Democracia Produtiva' em Rogers (2017).

17 Cf. Goldschmidt (2016/17, Parte I); para os seguintes pontos em discussão: Braudel (1979), Wallerstein (1974, 1980, 2009), Polanyi (1944), entre outros.

18 Mesmo o velho *slogan* socialismo ou barbárie não auxilia muito. Temos de distinguir entre elementos das transformações democrático-socializantes no seio do capitalismo ainda predominante e as continuadas formas de capitalismo no seio do predominantemente socialismo democrático, as quais não estão separadas por um "muro chinês". Se se preferir falar apenas em termos de graus de democracia (Cunningham 2005), então o caminho para o socialismo é o da disseminação e aprofundamento da democracia em todos os campos.

"comunismo" autocrático, ditatorial, despótico, basicamente antidemocrático e iliberal, não levam, eventualmente ou a longo prazo, ao socialismo democrático, mas a autocracias que se autorreforçam, além de tão pouco serem eficientes e eficazes. O socialismo deve estender a democratização da tomada de decisão coletiva da política (ou democracia puramente política) para a economia e a sociedade.

(2) Temos que superar muitas enganosas dicotomias exclusivas e erradas escolhas em termos de ou/ou, as quais dominaram os debates por um longo tempo. Para começar com uma das mais proeminentes: ou a alocação de mercado – apoiada pelas histórias de mercados completamente livres e desregulados como mecanismo de alocação ideal, acima criticado – ou o planeamento estatal centralista. As economias de mercado não são sinónimo de economias de mercado capitalista ou de governo/dominação do capital (*herrschaft des kapitals)*, assim como as economias socialistas de mercado não são uma contradição (*contradictio)* nos termos; e vice-versa: democratização da economia não é sinónimo de estatização da economia (*verstaatlichung der wirtschaft)* ou governo/dominação do Estado (*herrschaft des Staats)*. Em vez disso, as verdadeiras questões teóricas e empíricas são: que tipos de mercado para que bens e serviços? Como e em que medida são regulados? Por quem? – questões estas desenvolvidas de maneira notável por Elson (2000). Além disso, os mercados e as hierarquias de Estados não são os únicos mecanismos relevantes de coordenação-ação. Nenhum desses mecanismos é o melhor em todos os aspetos e temos que ter em consideração os seus fracassos (falhas de mercado, falhas de hierarquia mas também falhas de rede ou de heterarquia).[19]

(3) As dicotomias são também enganosas a respeito dos atores e estratégias de transformações socialistas: o mito de um Ator Coletivo homogéneo, o mítico proletariado como "coveiro" (*Totengräber*) e "seu Partido", altamente integrado e verticalmente coordenado, apresentado como único sujeito da revolução *versus* o elogio ingénuo da multidão heterogénea, apenas horizontal e vagamente coordenada. Em vez disso, precisamos de muitos atores com interesses parcialmente divergentes (tradicionalmente: camponeses, trabalhadores, pequenas e médias empresas) e organizações sociais e políticas (sindicatos, organizações não-governamentais e voluntárias, partidos políticos) em coligações de médio e longo prazo para superar

19 Cf. Hollingsworth/Boyer (1997), Streeck (1991). Um tal quadro permite a crítica às "redes" da moda ou ao "comunalismo"-romantismo à la Castells (1989), Rifkin (2011), Mason (2015) ('projetos-desenhos modulares'). Sobre o uso das tecnologias da informação numa tal perspetiva e as propostas para "socializar os meios de produção de *feedback*", cf. Morozov (2019: 65-67). Relativamente a propostas na tradição ecofeminista de cuidados para "repensar a Economia Política Global" cf. nomeadamente Bartl (2019) e Pijl (2019) sobre "Epistemologia de Cuidados" em Conferência em Amesterdão de 4 a 6 de dezembro de 2019.

os poderes entrincheirados dos defensores do *statu quo* (multinacionais, capital financeiro global, etc.). Em vez de uma estratégia política englobante e abrangente, precisamos de muitas estratégias específicas sob medida e relativamente autónomas em termos de campo e de questões (do local ao global), difíceis de integrar, mas com necessidade de ter pelo menos uma coordenação heterárquica.

(4) Não só para a democracia política, mas também para o socialismo, nenhum modelo institucional (*vg.* um socialismo ou comunismo mundial) serve para todos. Em vez disso, temos boas razões empíricas e normativas para defender o hibridismo dos socialismos, tanto em termos de formas institucionais de organização económica (economias socialistas complexas, nenhum ideal puro ou modelo ótimo de uma economia socialista), quanto em termos de todo o complexo institucional de sociedades socialistas e, para repetir, não há Muro da China entre as economias e sociedades capitalistas, socialistas e comunistas. Em vez disso, a difícil tarefa específica ao contexto é democratizar a economia, a sociedade, a lei, a política e o Estado em muitos níveis, campos e questões (Bader 2017). Juntos, tudo isto requer um repensar bastante radical dos processos de transformação, tanto no seio do capitalismo, quanto do capitalismo para o socialismo e no seio do socialismo. O socialismo democrático tem que viver de acordo com condições de complexidade ou não terá oportunidade de singrar. Esta é obviamente uma tarefa enorme, exigente e urgente para os teóricos políticos críticos radicais, economistas institucionais, economistas políticos críticos, sociólogos, teóricos jurídicos, a qual vai além dos limites deste capítulo. Felizmente, não precisamos começar do zero. Apresento aqui apenas um esboço de alguns princípios básicos, um esboço certamente breve de alternativas institucionais.

3.2. Princípios básicos

Em primeiro lugar, o socialismo democrático combina democracia política e socioeconómica e os correspondentes significados de política em termos estritos e amplos. O problema de referência (*Bezugsproblem*) da política ou do 'político' remete para relações de poder, especificamente de dominação/autoridade na tomada de decisão coletiva numa ampla variedade de coletividades, tanto informais como formalmente organizadas, abrangendo famílias e casas, redes, associações e organizações em todos os campos. O significado restrito da política refere-se às relações de poder e dominação em coletividades específicas: decisões vinculativas em políticas caracterizadas por limites territoriais e monopólios de legislação, jurisdição e violência legal (governo coercivo).

A ideia básica de democracia, entendida em termos amplos (distinta de patriarcado, aristocracia, monarquia, autocracia, ditadura, bem como de plutocracia, peritocracia, tecnocracia), implica (*i*) que todos os que estão sujeitos a decisões coletivas vinculativas deveriam ter, *grosso modo*, igualdade na palavra; e (*ii*) e, em termos ainda mais amplos, todos aqueles que, direta ou indiretamente, mas seriamente são afetados por essas decisões, deveriam ter pelo menos alguma palavra a dizer. A democracia política concentra-se na política, na maioria das vezes nos Estados, não considerando todas as outras coletividades relevantes e todos os arranjos de governação, particularmente as chamadas organizações "privadas" e "organizações públicas, mas não estatais", que estão no centro da democracia social e económica.

Os princípios básicos das democracias políticas, dadas todas as suas variedades, são explicados pelo constitucionalismo liberal-democrático (cf. Bader 2016: 164ss). Eles contêm princípios democráticos, assim como liberais, sendo importante destacar que os princípios liberais do Estado de Direito, de Direitos Humanos e Direitos Civis básicos são igualmente compatíveis com qualquer conceção defensável de socialismo democrático.[20] E é igualmente importante lembrar que as constituições liberal-democráticas não prescrevem, mas permitem economias de mercado socialistas.[21] Além de tais princípios morais, há outros princípios e critérios normativos: princípios prudenciais de eficiência e eficácia e princípios realistas ("*ought implies can*"[22] e restrições de viabilidade), importantes para as mais variadas políticas e para o socialismo democrático de todos os tipos (cf. também Nuti 2018). Teoria e história mostram que esses princípios estão em tensão uns com os outros. Sua articulação, interpretação, aplicação e equilíbrio são impactados por variedades históricas e comparativas de instituições liberal-democráticas.

---

20 Tal como defendido acima, qualquer variedade de socialismo moralmente defensável tem de ser 'liberal' neste sentido. Isso exclui o socialismo/comunismo iliberal, tanto na sua velha versão (estalinista, maoista, *Real Existing Socialism (RES))* como nas recentes variedades chinesa e norte-coreana mesmo para além de seus aparentes défices de democracia. A velha tradição de socialismo liberal (Roselli 2020, Neuman 1967, Fraenkel 1999, Kirscheimer 1967 relativamente aos anos 1930; e Abendroth 1968 e muitos outros em relação à Segunda Guerra Mundial) parecem ter sido esquecidos (cf. Krätke 2002, 2003, 2008, Elson 2000). Eu próprio defendi já na minha tese de doutoramento em 1975 "o Estado de Direito liberal e os direitos básicos" (cf. também Bader *et al.* 1976 Parte E) e o socialismo democrático-libertário desde 1989 (cf. Bader 1991 e 1992).

21 Cf. já Heller e Abendrroth (1969), criticando a exclusão de economias socialistas de mercado e mesmo de Estado social (*Sozialstaat*) pelo *Bundes Verfassungs Gericht in Germany* nos anos 1950.

22 "Dever implica poder, capacidade". Trata-se de um argumento moral atribuído a Immanuel Kant, significando que se um ator estiver moralmente obrigado a efetuar uma determinada ação, deve ser capaz de a realizar.

A história da teoria democrática contém uma longa lista de princípios democráticos (cf. Bader 2017 e 2019, capítulo I). Na busca de um denominador comum, as matérias mais proeminentes parecem ser a igualdade política e a inclusão democrática. A igualdade política varia de um foco na igualdade formal ou legal de todos os incluídos enquanto membros de uma política ("uma pessoa um voto"), passando por conceções mais exigentes que reivindicam igualdade de oportunidades políticas para todos em todas as fases do processo político – incompatíveis com (graves) desigualdades de recursos de poder político –, até conceções muito exigentes de igualdade socioeconómica ou justiça mais substantiva. Estas últimas transcendem os limites de políticas separadas, particularmente do Estado, e exigem críticas às (profundas) desigualdades económicas, sociais e políticas entre Estados e em políticas supraestatais ou organizações intergovernamentais globais. Além disso, os princípios de igualdade política não são aplicáveis apenas a políticas democráticas em todos os níveis, mas, obviamente, também a todos os arranjos de governação (incluindo a 'democracia socioeconómica').

O princípio da inclusão democrática tenta responder às questões de quem deve ser incluído, como, quando, onde e em que nível na tomada de decisão coletiva, tanto em assuntos políticos quanto em matérias socioeconómicas e nos arranjos de governação. Três versões diferentes foram propostas recentemente: o princípio de 'todos os afetados em seus interesses' (TAI), o princípio de 'todos sujeitos à coerção' (TSC) e o princípio de 'todos os atores interessados' (TAINT) ou o princípio de 'membro da sociedade'.[23] Se alguém distinguir escopo, domínio e tipos de políticas (inclusão em quê, quando, onde?), eles podem ser combinados e providenciar respostas convincentes (Bauböck 2017). Para a discussão de arranjos de governação socioeconómica, uma versão específica do princípio TIA – os interesses das partes interessadas direta e efetivamente afetadas de modo muito negativo – tem muito mais peso e abre caminho para uma democratização muito mais ampla da tomada de decisão e para uma nova abordagem sobre a democratização da economia (Bader 2017). Mais uma vez, distinguir contextos (campos sociais, domínios, unidades, níveis e escopo) é crucial e nenhuma resposta vai ao encontro de todos.

Aqui, o foco está no que a igualdade política e a inclusão democrática exigem para os arranjos de governação socioeconómica: porquê e como democratizar a economia? Começo por resumir algumas contribuições mais antigas, especialmente de Paul Hirst, segundo o qual precisamos de "um conjunto complexo de critérios para avaliar as relações económicas" (Hirst 1994: 97ss), abrangendo "uma ampla gama de agentes económicos" (ativos e passivos, produtores e consumidores/utentes,

23 Cf. extensivamente Bauböck (2017); cf. a minha breve discussão (Bader 2017).

trabalhadores e gerentes) e uma "ampla gama de objetivos substantivos" tais como (*i*) participação democrática ('a mais ampla gama possível de atores como participantes plenos na governação económica'), (*ii*) estabilidade das instituições básicas de regulação económica (não apenas 'cálculo e gestão'), (*iii*) 'nível adequado de riqueza' (e portanto: eficiência e eficácia),[24] não só em crescimento quantitativo, mas com base em critérios qualitativos adicionais como padrões de qualidade, sustentabilidade (sem substituir mercados ou cálculo monetário), 'inserção social dos mercados' (diferente de 'mentalidade antimercado') na mira de aumentar o desempenho dos mercados por mecanismos adequados de 'governação social', 'nível razoável de segurança do emprego', tendo 'tantos atores económicos quanto possível o mais alto nível de controlo dos ativos', seja diretamente ou por meio de representantes; e os interesses dos consumidores, de aforradores e de municípios têm de ser representados de forma adequada. Em suma, importam as 'razões económicas intrínsecas' (eficiência e eficácia) e as 'razões extraeconómicas' ('responsabilidade democrática total', a fim de acabar com a 'autoridade hierárquica' na economia e na sociedade civil) para democratizar a economia, o que pode ser visto, dadas todas as tensões, como um reforço mútuo.

3.3. Repensando o socialismo: propostas institucionais

Obviamente, a 'alta complexidade da democracia económica' é particularmente premente quando se trata de esboçar os contornos das propostas institucionais do socialismo democrático.[25] Repetindo: (*i*) é óbvio que nenhum modelo serve para todos os casos. O socialismo tem que ser de várias cores;[26] (*ii*) precisamos de um vaivém contínuo entre as propostas teóricas e os experimentos práticos: *deixemos cem flores florescer* e tentemos aprender com históricas e recentes experiências; (*iii*) temos que combinar arranjos institucionais de diferentes contextos que historicamente têm sido vistos como concorrentes e incompatíveis por correntes teóricas rivais; (*iv*) temos que nos envolver no que tem sido tradicionalmente chamado de

24 "Prosperidade amplamente compartilhada" não é sinónimo de estrita igualdade ou distribuição de rendimento estritamente igualitário. Tanto Unger (1987) como Hirst (1994:134) aceitam "diferenças de riqueza e sucesso".

25 Cf. a extensa síntese por Krätke (2008).

26 Os modos específicos de socialismo não podem ser diretamente prescritos pela teoria associacionista (Hirst 1994:100).

'reformas transformadoras' ('*bootstrapping reforms*'), 'inovações sociais radicais'[27] e evitar tanto mexer quanto englobar um único plano-mestre e estratégia. O desafio óbvio neste texto não é tanto evitar desenhos e projetos institucionais rígidos e desinformados mas superar a terrível falta de concretude institucional,[28] a vacuidade e as ambiguidades que não ajudam a estimular criatividades institucionais nem a guiar experimentos práticos. A minha apresentação dos arranjos institucionais segue a já indicada lógica de unidades (governação dentro das organizações de trabalho), setores ou 'regulação funcional' (governação da indústria/serviços, comércio, finanças e de questões específicas por redes não estatais, associações e organizações) e regulação político-territorial a todos os níveis.

4. Democratização das unidades de produção e serviços

Uma das perceções da recente sociologia das organizações diz respeito à 'contingência' das estruturas organizacionais (Chandler 1962) não só para as economias capitalistas, mas também para as socialistas. A "diversidade das estruturas da empresa é economicamente inevitável e desejável" (Hirst 1994: 142). Esta diversidade refere-se a sobrepostas e contestadas distinções de formas de propriedade, de empresas, de modos de organização da produção e dos serviços e de formas internas de controlo. No entanto, o requisito mínimo de qualquer socialismo defensável é que todos os tipos de socialismo sejam mais democráticos e responsáveis e possuam 'estruturas de gestão não hierárquicas nem autocráticas'.

4.1. No que diz respeito às formas de propriedade, as variedades de socialismo 'não estão vinculadas a um único modelo de empresa', mas permitem a propriedade privada, semiprivada, coletiva, pública e também estatal.[29]

(a) A propriedade privada inclui variedades antigas ou novas de pequenos produtores/ prestadores de serviços de todos os tipos (camponeses, pequenos produtores de mercadorias, artesãos, comerciantes, *start-ups,* pessoas autoempregadas

27 Para Hirst (1994) associacionismo não é um sistema completamente novo de instituições económicas. Cf. também Elson (2000: 67).

28 Cf. Rodrik (2004: 19) *versus* a oposta armadilha de concretude deslocada. Cf. também Rodrik (2013:10, 17).

29 Cf. Hirst 1994:142, Elson 2000:71ss; Goldschmidt 2017 (III, nota 6), Wolff 2012:141ss. Cf. Froud *et al*. 2018: 66, 68, 84. Cf. recentemente o ´socialismo participado' segundo Picketty (2019).

(selfemployed persons). Inclui também pequenas e médias empresas (PME), se devidamente regulamentadas. A última modalidade é muito mais urgente e difícil quando enfrentam grandes corporações capitalistas (multi-divisões, multinacionais) que apenas são possíveis graças ao poder público garantindo-lhes propriedade privada consolidada e 'privilégios legais reais, sem os quais o poder corporativo não poderia sobreviver' (tais como responsabilidade limitada, personalidade jurídica, imunidades legais para gestores (Hirst 1994: 144-146; Unger 1987, Klare 1988, Froud *et al*. 2018: 64).

(b) Propriedade cooperativa, a qual, não sendo propriedade estatal, conhece variedades antigas e novas na agricultura, na mineração, na pesca, na produção industrial, nos serviços sociais, no comércio, na distribuição, no consumo e na atividade bancária.

(c) Propriedade de uma variedade de provedores de serviços sociais, como organizações religiosas (igrejas), associações educacionais e outras organizações sem fins lucrativos.

(d) Propriedade do Estado em todos os níveis, desde o municipal e o regional até ao nacional, organizações sem fins lucrativos numa variedade de setores da indústria e dos serviços, seja na forma de monopólios estatais (reivindicações tradicionais e práticas de nacionalização de todos recursos; ou, seletivamente, para bens públicos específicos tais como educação, saúde, transporte público, água, eletricidade, habitação) ou além de e em cooperação ou em competição com outros fornecedores (tal como proposto pela DA). Intimamente relacionadas estão as variedades de formas jurídicas e económicas de empresas (empresas com responsabilidade limitada, sociedades por ações, propriedade administrativa, sem fins lucrativos, com fins lucrativos, detentores de participações e/ou de valores).

4.2. Variedades de socialismo permitem uma pluralidade de formas ou tipos de produção coexistentes e/ou concorrentes que vão desde o artesanato tradicional e recente até organizações profissionais e a variedade de formas de produção industrial em grande escala desenvolvidas durante o século passado (por exemplo, fordismo e diferentes versões de organização pós-fordista relacionada com a segunda revolução industrial – novos conceitos de produção, especialização flexível, diversidade da produção de qualidade – e com 'desenhos de produtos modulares' relacionados com a terceira ou quarta revolução industrial (robótica, trabalho digital, a internet das coisas, economia de plataforma, etc.).

4.3. Formas de propriedade, empresas e formas ou tipos de produção, juntamente com os vários tamanhos de empresas, têm obviamente um grande impacto nas diferentes formas de controlo interno e externo em dois aspetos: eficiência (A) e democratização (B).

A. Eficiência

(a) O tamanho é importante e há espaço para uma "pluralidade de tamanhos de empresas". Pequeno pode ser "bonito" (Schumacher 1973), mas por si só não garante eficiência e eficácia ótimas. No entanto, também parece que 'a lógica da concentração industrial baseada em economias de escala na produção enfraqueceu': 'as pressões financeiras para a concentração de propriedade aceleraram-se' devido a formas puras de propriedade divorciadas da necessidade técnica e gerencial (cf. Hirst 1994: 143, referindo-se a Piore e Sabel 1984). Embora não haja determinismo tecnológico quanto ao tamanho e seja verdade que as grandes corporações (multinacionais, transnacionais) têm vantagens adicionais, é igualmente verdade que as reformas associativas e socialistas, visando uma economia em que as PME são muito mais proeminentes, onde a 'a propriedade está firmemente enraizada em determinada localidade', 'onde o capital é predominantemente obtido na região' e 'onde os serviços coletivos e a regulação económica são fornecidos por parceria público-privada' (Hirst 1994: 128), não são implementadas por necessidades tecnológicas ou económicas. No entanto, elas claramente exigem regulações políticas e jurídicas muito mais fortes e eficazes das empresas (por exemplo, em linha com as propostas de 'governação corporativa associativa'[30]) e um exosqueleto institucional muito mais forte (cf. abaixo), ambos pressupondo domar o poder do capital dentro e fora das empresas.[31]

(b) Muito mais importante é, porém, o impacto dos novos modos de produção na organização interna do trabalho e no controlo interno. Modos pós-fordistas de organização do trabalho em geral tendem a reduzir a divisão e segmentação do trabalho e a favorecer tarefas complexas, alta qualificação, círculos de qualidade, etc. Também impactam nas relações internas de trabalho: mais responsabilidade, maior

30 Sobre uma proposta detalhada para a regulação de corporações "grandes demais para falhar", cf. Smiers *et al.,* 2016; sobre 'licenciamento social' cf. também Froud *et al.* (2018: 66-68, 82).

31 Cf. Hirst 1994:144, 128) e Unger (1987). Para uma diferente visão a partir de uma perspetiva de "Quartenário" (Rodrik 2011), cf. Cooke (2017: 15) sobre o repensar e novas práticas de inovação organizacional de 'não-governação' (p. 21). Para um crítico 'desafio institucional' na arquitetura de políticas industriais de inovação, cf. Rodrik (2004: 17ss).

confiança, menores diferenciais de rendimento, um estatuto de empregado comum para os trabalhadores nucleares, elevados padrões de segurança social e empresas como empresas coletivas em curso. Eles favorecem estruturas organizacionais menos hierárquicas, descentralizadas e menos complexas. E favorecem ainda 'estilos de gestão menos autoritários e dirigistas' (Hirst 1994: 114) ou com controlo interno. Em ambos os aspetos, eles desencadeiam a democratização dentro das organizações.[32]

(c) No entanto, esses modos de organização do trabalho também implicam a necessidade de um 'exosqueleto institucional' (Streeck 1991: 41-42): (*i*) Como criar e proteger 'um padrão descentralizado e policêntrico de organização industrial que seria improvável originar e persistir se os mercados e as hierarquias pudessem operar sem interferência'? Esses tipos de organização do trabalho precisam de uma 'ecologia organizacional agradável', 'que possibilite mecanismos institucionais, culturas cooperativas e instituições reguladoras além do contrato'; (*ii*) 'Capacidades redundantes' são generalizadas, não especificadas e não dedicadas, as quais podem ser colocadas em muitos usos diferentes e anteriormente desconhecidos (mas parecem um investimento excessivo sob pressão competitiva), tais como 'habilidades amplas, elevadas e difusas' (vistas como retornos inseguros sobre o investimento); 'estruturas organizacionais polivalentes, duplicadas e sobrepostas' (como retornos caros e incertos); 'competências descentralizadas'; 'paz social interna'; (*iii*) 'Recursos para a produção coletiva' são essenciais, mas negligenciados por políticas neoliberais: paz social entre as empresas, competência e motivação de investimento em conhecimento, sinergia ecológica, I&D coletivo e transferência de tecnologia, assim como financiamento/fornecimento de formação vocacional geral para todos níveis.

Tal exosqueleto institucional não é naturalmente escasso, mas é resultado da política neoliberal. As políticas neoclássicas do lado da oferta (pequenas instituições: mercado, contrato, hierarquia e desregulamentação) conduzem a 'economias institucionalmente empobrecidas que não têm necessariamente um desempenho melhor do que sociedades com instituições mais ricas' (Streeck 1991). As políticas redistributivas keynesianas do lado da procura não oferecem tais instituições mais ricas. É necessária uma 'perspetiva socioinstitucional do lado da oferta' com 'instituições fortes não mercantis'. 'Dado o tipo certo de regulação institucional e

32 Cf. de Sitter (1994), Korver (1998), Christis (2018) para a defesa de um aprofundamento de "estrutura una" alternativa à '*multidimensional organization*' (MDO, 'organização multidimensional', J. Galbraith 2010). Sobre as oito razões teóricas e empíricas de Streeck (1991) que, a meu ver, permanecem válidas mesmo após o declínio ou o fim de todas as variedades de capitalismo democrático que não é causado por razões 'económicas' (falta em eficiência e eficácia. cf. Sorge e Streeck (2016), mas por mudanças políticas neoliberais radicais (a este respeito, cf. extensivamente Jacobs e Mazzucato 2016)).

intervenção política, um padrão de produção e emprego institucionalmente saturado e politicamente negociado pode ser possível, o que pode ser altamente competitivo numa economia mundial aberta'. Estas conclusões são válidas não apenas para um possível renascimento de variantes de capitalismo democrático (cf. Jacobs e Mazzucato 2016), mas, de modo similar, para todas as variedades de economias de mercado socialistas democráticas.

B. Democratização da estrutura de governação interna das organizações

A inclusão democrática requer que os interesses de todos aqueles que são membros formais das organizações de trabalho, seja como empregados (trabalhadores e gerentes de todos os tipos), seja como proprietários (ou responsáveis pela organização e financiamento), tenham voz e voto ponderado em todas as decisões relevantes, diretamente ou por meio de representantes de suas organizações (Bader 2017:11 ss). Além disso, o princípio de 'todos os afetados em seus interesses' (TIA) requer primeiro que os interesses de todos os grupos externos diretamente afetados tais como consumidores, utentes e fornecedores (ou os representantes de suas organizações) devem ter voz e palavra e, em segundo lugar, devem ser tidos em consideração os interesses dos grupos indireta e seriamente afetados de modo negativo, devendo também ser vistas como questões sociais importantes. As questões contestadas são as seguintes: (*i*) como incluir? A representação não pode ser baseada no princípio "um indivíduo, um voto", mas numa representação ponderada dos grupos relevantes de partes interessadas; *(ii*) quem são as vozes/organizações representativas? (*iii*) como incluir representantes dos interesses gerais ou do 'bem público'? Além disso, domínios, tamanho e escopo, assim como setores ou campos de produção/serviços são importantes (por uma questão de brevidade, incluo-os todos eles em domínios ou formas de propriedade). Obviamente, a democratização interna deverá ser mais fácil nos casos de organizações cooperativas, associativas e públicas em comparação com as privadas, mas é importante destacar que certamente não é evidente nos outros casos, nem nas variedades do capitalismo nem nas do socialismo.[33]

(a) Organizações privadas. Os produtores individuais decidem por si próprios e a democratização é menos urgente no caso das PME do que nas grandes empresas multinacionais com várias divisões. Isso reflete-se na legislação de codeterminação,

33 Elson (2000: 7 e 80) mostrou convincentemente que também a propriedade estatal e a propriedade por cooperativas de trabalhadores são "formas de propriedade corporativa" que "precisam ser limitadas e qualificadas de várias maneiras para promover o bem comum". Cf. também Froud *et al.* (2018: 82-4).

por exemplo, na Alemanha, distinguindo entre organizações pequenas (5-50), médias (51-200) e grandes (acima de 200 trabalhadores). O poder dos trabalhadores/empregados é fortalecido por sindicatos fortes e por garantias legais e políticas de formas de representação 'paritária' ou 'tripartida' nos conselhos de administração e supervisores e de direitos de veto para o representante dos conselhos de trabalho nos conselhos de fiscalização das corporações.[34] Quanto à democracia no local de trabalho em geral, tais regulamentações legais em particular são mais difíceis nos casos de corporações com múltiplas divisões e de subsidiárias transnacionais.[35] A incorporação das partes interessadas com interesses direta e indiretamente afetados é de data mais recente (também no que diz respeito às anteriores práticas e experimentos socialistas). Tal requer fortes organizações específicas de campo (de consumidores, de utentes, de estudantes, de fornecedores), a quem deve ser dada representação a nível interno e organizações representativas fortes com questões específicas (PME, CSO, ONG), exprimindo muitos dos 'objetivos substantivos' já mencionados (não discriminação e outros direitos humanos, sustentabilidade, saúde, segurança alimentar, previdência social, etc.) e tendo seu respaldo pela legislação e agências de controlo públicas, estatais e supraestatais.

Em princípio, existem duas maneiras de internalizar esses interesses externos nas organizações: em primeiro lugar, o desenvolvimento e a aceitação de códigos de conduta ética para as organizações, particularmente para as empresas multinacionais e transnacionais (códigos de "responsabilidade social" e "pessoas, planeta, lucro" conforme promovidos por estudos sobre governança de todos os tipos e por algumas organizações empresariais).[36] Estes códigos contêm obrigações específicas (o que não fazer!) e deveres a cumprir. Em segundo lugar – para tornar esses códigos internamente eficazes em vez de meras proclamações retóricas e, em particular, para prevenir danos antes que eles aconteçam (e para prevenir a externalização de custos que não podem ser alcançados por controlos externos que são principalmente *ex post*) – a garantia institucional da voz interna e talvez até mesmo o veto de vários 'provedores de justiça' e regulamentos defensivos (*whistleblower)*, protegendo-os contra as sanções e a demissão (cf. Vandekerkhove 2013). Em todos estes casos é

34 Sobre democratização das empresas, cf. Hirst (1994: 146-155).

35 Sobre o caso Erzberger *TUI Dispute* C-566/15 citado na Sentença de Tribunal a 18 de Julho 2017, 'co-determinação sob ameaça', cf. Bader (2017, nota 29). Sobre cadeias de valor global, cf. Apeldoorn (2018:6), Banga (2013).

36 Tais como a *World Bussiness Council for Sustainable Development* (WBCSD); para os MSI's , cf. Martens (2017); para a Regulação Ambiental Transnacional, cf. Heyvaert (2016). Cf., de modo extensivo, Teubner (2018, 2012).

necessário um forte poder político público para conter a propriedade privada consolidada e os acionistas.[37]

(b) Formas de propriedade cooperativa e mútua são, em princípio, muito mais abertas à democratização interna formal e praticamente efetiva. Eles também podem ser, foram e ainda são eficientes e eficazes. A falta de espaço impede-me de lidar aqui com a variedade de velhas formas e seus fundamentos teóricos (socialismo de guilda,[38] socialismo cooperativo,[39] empresas propriedade dos trabalhadores[40]), bem como novos e vibrantes formas como o Mondragon ou o enorme movimento cooperativo na América do Sul).[41] Quero destacar apenas cinco problemas:

(*i*) Por um lado, há muitas razões para seu fracasso social, mas, por outro lado, o sucesso também pode levar à destruição da autodeterminação e da democracia no local de trabalho e à transformação das cooperativas em empresas capitalistas normais.[42] Desde Marx a resposta é que as cooperativas precisam de expandir-se para um setor cooperativo mais amplo, diversificado e crescente, que também inclui bancos cooperativos,[43] para sobreviver e florescer perante um ambiente dominado por empresas capitalistas.

(*ii*) Quanto *maiores e mais complexas* as unidades se tornam (especialmente se as cooperativas ou setores cooperativos combinam produção, distribuição, consumo, seguros e financiamento), mais urgentes se tornam os problemas tradicionais de democratização interna: limites à democracia direta e o desenvolvimento de estruturas representacionais complexas (problemas de transparência, responsabilidade, controlo). Os proprietários coletivos precisam de 'gerentes' e de uma variedade de 'especialistas' e também de alguma hierarquia, mas evitando antigas formas de hierarquia mediante o desenvolvimento de estruturas organizacionais horizontais

37 Este tem sido e crescentemente um obstáculo estrutural em todos os modelos de capitalismo incorporado, o qual não foi realmente abordado pelas propostas de Hirst (1994).

38 Para uma breve síntese, cf. Hirst (1994: 101-111).

39 Na tradição social-democrata do socialismo, cf. Kautsky (1922), particularmente na tradição marxista austríaca, cf. Renner (1951/1931), Bauer (1965); historicamente, cf. Novy (1983), Krätke (2002: 21ss).

40 Por exemplo, na ex-Jugoslávia, cf. Boonzaaier Flaes (1978), Dahl (1989). Sobre ESOPs cf. abaixo e, em geral, Landermore & Ferreras (2016) e Landermore (2018).

41 Sobre Mondragon, cf. Thomas e Logan (1982); para a América do Sul, cf. Cardenás e Ostrom (2004).

42 Para avaliação das cooperativas de produção na Grã-Bretanha e na Alemanha (contra a *ehernes Gezetz der Trasnformation* de Oppenheimer (1896), cf. Krätke (2002: 23ss). Sobre medidas para resolver a escassez permanente de capital, cf. Renner (1951/1931)

43 Cf. Renner (1951/1931); sobre o experimento basco, cf. Krätke (2002: 25). Para informação atual sobre Mondragon, cf. www.mondragon.mcc.es

e flexíveis.[44] Portanto, as ameaças de gerencialismo e peritocracia não são resolvidas automaticamente por meio da propriedade coletiva,[45] embora as condições para resolver tais problemas sejam muito melhores em comparação com a propriedade privada e estatal.

(*iii*) A representação das partes interessadas e diretamente afetadas (consumidores, utentes e 'parcerias da cadeia de abastecimento'[46]) tem sido muitas vezes abordada de forma efetiva (por exemplo, em *Konsumgenossenschaften* ou *woningcooperaties*),[47] mas aquelas partes interessadas indiretamente afetadas de modo muito negativo têm sido amplamente negligenciadas mesmo na tradição da democracia associativa,[48] sendo um desafio tanto para as cooperativas quanto para corporações, embora a sua inserção tradicional em municípios ou regiões ajude a desenvolver sensibilidade pelo menos neste âmbito.

(*iv*) Muitas cooperativas tradicionais tiveram e têm dificuldades "para acomodar a possibilidade de divisões de trabalho em rápida mudança e tecnologias inteiramente novas, transformando e tornando obsoletas todas as indústrias existentes" (Hirst 1994: 107), tendencialmente conservadoras, rígidas, inflexíveis.[49]

---

44 Sobre o primeiro problema do socialismo de guildas, cf. Hirst 1994:107-109.

45 Cf. a transformação de (Grandes) Bancos Cooperativos (vg. *RABO Bank* nos Países Baixos, *Bank für Gemeinwirtschaft* na Alemanha) e cooperativas de habitação nos Países Baixos (cf. Aalbers *et al.* (2017). Para um tratamento detalhado de problemas de 'isomorfismo' institucional e 'captura' de 'nichos' de instituições socioeconómicas alternativas desde perspetivas combinadas da Economia Social e da Teoria da Transição, cf. Pel e Bauer (2018/1965); cf. também Otsch (2014: 5-11), Meerkerk *et al.* (2015: 6ss) sobre "eficiência e sustentabilidade" e sobre abismo considerável "entre o "potencial democrático" dos "coletivos cidadãos" (iniciativas de base, confiança comunitária, empreendimentos sociais, iniciativas cidadãs em áreas como energia, planeamento espacial, assistência social, provisões comunitárias e, de forma mais geral, serviços sociais) e seus desenvolvimentos práticos (liderança informal, desigualdades internas e exclusões, enviesamentos, profissionalização e "operação empresarial" (p.9).

46 Mais geralmente sobre a co-fabricação (*co-makership)* e a "Construção de parceria nas cadeias de fornecimento, cf. Cooke e Morgan (1999: 54ss), Nolan e Boersma (2019). Sobre propostas para a União Europeia, cf. Lambardozzi & Warner (2019).

47 Cooperativas de consumo ou cooperativas de habitação [nota dos tradutores].

48 Sobre formas, por parte de interessados, na tomada de decisão e associações através da economia e sociedade", cf. Westall (2011: 22).

49 Hirst (1994) mostra que esses problemas intrínsecos com o socialismo de guildas (e também com outras formas de propriedade coletiva) podem ser resolvidos. Os seus principais problemas relacionam-se com "razões políticas" – "não suficientemente amplo eleitorado constituinte" e falta de parceria com o governo municipal e nacional que "pelo menos não seja hostil aos seus objetivos" (1994: 110) – e com a falta de "novas e mais flexíveis estruturas de governança" acima do nível das empresas para setores e campos (governança associativa pública mas não-estatal).

(*v*) A propriedade cooperativa e mútua, ainda mais do que a propriedade privada, precisa de um ambiente socioeconómico e político favorável de apoio: um governo que pelo menos não seja hostil, mas de preferência amigável e solidário a todos os níveis: governo a nível municipal (vg. Viena Vermelha, Amesterdão, Francoforte, Genebra, Gotemburgo); a nível regional (País Basco, norte da Itália) e, a nível nacional, através de várias políticas: isenções fiscais ou outras vantagens para cooperações em vez de corporações; subsídios e financiamentos públicos; políticas industriais, investimento em infraestrutura, políticas educacionais.[50]

C. Prestação de Serviços por organizações não lucrativas (gemeinwirtschaflich) nos cuidados e na educação

Todos os tipos de cuidados são, adicionalmente e em competição/cooperação com organizações estatais, fornecidos por organizações de várias religiões e denominações e não apenas igrejas e instituições de caridade como Cáritas, Cruz Vermelha. Serviços educacionais (desde o jardim de infância até às universidades) são, adicionalmente e em competição/cooperação com escolas públicas e universidades, fornecidos por uma ampla gama de organizações não-estatais e suas organizações-chapéu tais como entidades religiosas e outras provedoras de educação especializada como Waldorf, Pestalozzi, Montessori, Jena-Plan e Dalton. Eles contribuem para uma ampla pluralidade de prestação de serviços, respondendo a uma diversidade mais ou menos profunda de conceções de vida boa nas sociedades modernas. A DA critica os defensores da provisão exclusiva ora privada ora estatal e defende a proteção das liberdades associativas – exigida pela tolerância liberal e garantida na maioria das constituições democráticas liberais – e a autonomia relacional dos provedores públicos mas não estatais e não impõe um modelo sobre tudo e todos. Diferentemente do libertarianismo, tal requer não apenas liberdade de entrada e o direito de saída, mas opções de saída significativas e financiamento público justo desses provedores públicos.[51] Em vez de anular grosseiramente a autonomia associativa interna por requisitos antidiscriminatórios fortes e insensíveis, ela reconhece uma tensão profunda

50 Cf. Nove (1992); para 'alguns projetos em grande escala', cf. Krätke (2002: 26; 2006: 182). Sobre bancos cooperativos, cf. Pijl (2019) (nos Países Baixos: *Rabo Bank*, comparado com o *Algemene Bank Nederland-Amsterdam Roterdam Bank* (ABN-AMRO) (50% detido pelo governo) e Triodos (ações detidas em confiança por uma fundação, emissão de receitas de depósitos). Sobre uma elevada variedade de 'Modelos de Financiamento de Economias Alternativas", cf. Otsch (2014: 16-19).

51 Cf. Bader (2001, 2005, 2012) e Bader e Maussen (2015)

entre a autonomia associativa e a não-discriminação e pede um equilíbrio razoável (cf. Bader *et al*. 2013a). Sua sobrevivência e florescimento obviamente dependem não apenas da procura contínua por esses serviços, mas também das garantias legais e políticas dessas liberdades, de isenções de impostos para organizações sem fins lucrativos e em formas de financiamento público comparáveis àquelas para provedores estatais.

D. Propriedade do Estado em todos os níveis de governo

A este respeito posso indicar apenas três problemas: (*i*) A nacionalização, nomeadamente a estatização (*Verstaatlichung*), de todos os meios de produção e serviços certamente não é garantia de democratização interna ou de autodeterminação ou codeterminação dos trabalhadores, nem nos diferentes setores de produção e serviços, nem nos departamentos tradicionais do governo ('burocracias' a todos os níveis, mas particularmente a nível central).[52] Todas estas organizações estatais são confrontadas com problemas de hierarquia, gerencialismo e peritocracia, problemas existentes também nos estados liberal-democráticos; (*ii*) Só aparentemente ou à primeira vista (*prima facie)* a propriedade estatal ajuda a resolver os problemas de inclusão democrática das partes interessadas direta e indiretamente afetadas. As burocracias do Estado têm uma longa e dolorosa história de tentativas de incluir partes interessadas dos utentes, assim como especialistas contrários nas suas tomadas de decisão internas.[53] E a inclusão de interesses seriamente afetados de forma negativa e indireta (por exemplo, sustentabilidade) e das partes interessadas representativas é ainda mais difícil. As formas de propriedade pública podem remover obstáculos, mas não fornecem soluções por si mesmas; (*iii*) O argumento mais forte para o público, particularmente para a propriedade e gestão municipal e regional, parece ser o fornecimento de certos bens públicos essenciais a este nível tais como água, eletricidade, educação, cuidados, alimentação, transporte, telecomunicações. Mas, novamente, não há necessidade de monopólios públicos ou estatais, embora possa haver boas

52 Pelo menos desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o conceito de Nacionalização/Estatização (*Verstaatlichung)* distingue-se explicitamente de Socialização (*Vergesellschaftung)*: cf. Krätke (2002: 5) para o relatório final da segunda Comissão de Socialização (*Sozialisierungskommission)* na Alemanha.

53 A este respeito, cf. Bader (2017: 14); sobre "administração de negociação", cf. Hoekema *et al.* (1998); ou sobre "intermediação de interesses administrativos", cf. Czada (2004), assim como sobre variedades de "governança colaborativa e formulação de políticas cooperativas", a fim de abrir-se ao seu ambiente e enfrentar sérios défices de informação e conhecimento.

razões para monopólios e controlo estatais em alguns casos como ferrovias. Provedores públicos, cooperativos, associativos e privados podem, se devidamente regulamentados, cooperar e competir produtivamente.[54]

4.2. Governação e regulação de setores e de questões

Já indiquei que as empresas privadas precisam de um exosqueleto institucional, o qual requer uma perspetiva socioinstitucional para além da tradicional tríade de hierarquia, mercado e Estado. O preenchimento desta necessidade para formas não estatais e não mercantis de coordenação e regulação (que é particularmente forte e importante para cooperativas e prestadores de serviços sem fins lucrativos) é a promessa central da governação socioeconómica associativa.[55] Também a este respeito ter-me-ei de limitar a alguns pontos.

(*i*) Há uma longa e antiga tradição que vai do antigo corporativismo, passando pela democracia dos conselhos (*räte-demokratie)* e o neocorporativismo até à DA e debates e experiências recentes com novos arranjos de governação socioeconómica. Comparada com a democracia de conselhos (*räte-demokratie)*, a DA não é um substituto da democracia parlamentar, mas um complemento.[56] Em comparação com conselhos corporativistas e neocorporativistas, a DA é muito mais inclusiva, aberta e flexível.

(*ii*) Para que setores e questões? Obviamente, não há distinção clara entre setores e questões. Os setores – tais como agricultura, mineração, pesca, todas as formas de produção material e todos os tipos de serviços sociais e financiamento – estão a mudar: enquanto estão a declinar os antigos, há novos a emergir. Eles podem ser e são agrupados e organizados de maneiras diferentes. Em quase todos os países existe uma grande variedade de conselhos setoriais (*Branchenorganisationen*) auto-organizados. Estas associações podem desempenhar um papel importante como órgãos de

54 Esta é a ideia básica do manifesto para uma economia fundacional que exige e "justifica um novo tipo de intervenção política que desafiaria modelos de negócios públicos e privados que privilegiam o valor de menor custo e de maior lucro e negligenciam as pré-condições da segurança económica nacional, regional e local e sustentabilidade social" (Bentam *et al*., 2013: 2). Cf. Froud *et al*. (2018).

55 Cf. Hirst (1994: 109ss) *versus* Cole (1980 [1920]) e *versus* socialismo de mercado tradicional (pp. 133-136) e para distritos industriais (p. 137).

56 Cf. acima. Os debates tradicionais sobre socialização na Europa Ocidental opuseram a pura democracia dos conselhos (*Reine Rätedemokratie*) e a democracia parlamentar. A DA, em vez disso, propõe uma "divisão complexa do trabalho na governança democrática, fazendo pontes entre Estado e sociedade civil" (Hirst 1997: 124ss). Cf. também Krätke (2002:28) e Heinrichs (2003:113 – 203).

autorregulação e autocontrolo (desde a política de mercado, passando por câmaras de compensação, até à supervisão da bolsa de valores (*Börsenaufsicht),* conforme promovida pela governação associativa. Além disso, existem conselhos socioeconómicos abrangentes para a regulação dos mercados de trabalho, relações de trabalho, salários e remunerações (negociação coletiva, acordos, declaração comum vinculativa) e pensões.[57] Por governação de políticas específicas refiro-me a regimes específicos de coordenação e regulação (por exemplo, problemas ecológicos) por redes não-estatais, associações e organizações em diferentes níveis do local ao global. Questões voláteis podem tornar-se duradouros problemas estruturais que requerem formas institucionalizadas de governação, que parcialmente se sobrepõem a regimes específicos de setores relativos a questões que amiúde também são cobertas por departamentos (demarcados e nomeados diferencialmente) de políticas em diferentes níveis. Particularmente relevantes são os órgãos de coordenação e regulação em questões que sistematicamente ultrapassam as fronteiras jurisdicionais de políticas, colocando-se a um nível intergovernamental, transnacional e global (como a ONU, OMS, OMC, OIT, FMI, etc.).[58]

(*iii*) Quem incluir? Tal como no caso da governação interna das empresas, nos conselhos setoriais e temáticos os interesses dos grupos diretamente afetados (trabalhadores/empregados, empregadores) devem ser representados pelas respetivas organizações. Para os conselhos setoriais isso significa sindicatos específicos (por exemplo, metalúrgicos, como o *IGMetall*) e organizações empregadoras específicas (*Gesamtmetall)*, para conselhos socioeconómicos por sindicatos gerais e organizações de empregadores gerais.[59] Além disso, os interesses dos grupos externos diretamente afetados (consumidores/utentes e fornecedores) devem ser representados por organizações de utentes específicos (em cuidados de saúde, estudantes na educação) e fornecedores e por organizações gerais de cobertura ou de tipo guarda-chuva (por exemplo, consumidores em segurança alimentar, mas possivelmente também em conselhos socioeconómicos). Os interesses dos grupos indiretamente afetados de forma gravemente negativa nos conselhos socioeconómicos e nos arranjos de

57 Tal como, na Holanda, o Conselho Económico e Social (*Sociaal Economische Raad - SER*), como um notável exemplo do que Heinrichs (2003) chama Parlamento de Economia (*Wirtschaftsparlament).*

58 Sobre o financiamento, cf. Hirst (1994: 121); sobre o setor dos "fundos de investimento" como parte de um "Fundo de Capital Rotativo de Três Níveis", cf. Unger (1987); Smiers *et al.* 2016:164ss*).*

59 Por exemplo, na Holanda, nos conselhos socioeconómicos há sindicatos gerais (FNV, CNV, VCP) e organizações de empregadores (VNO-NCW, LTO-Nederland, MKB-Nederland), cuja representatividade é contestada pela Organização de Empresários Holandeses (ONL) e pela Alternativa aos Sindicatos (AvV), ironicamente estas com falta de representatividade.

governação de questões específicas devem ser representados por organizações de todos os tipos.[60] Finalmente, os serviços competentes dos governos em todos os níveis representam em geral os interesses públicos, conforme o definido pelas políticas. Como na governação interna das empresas, mas mais importante para setores e questões, os respetivos detentores de conhecimento ou especialistas de todos os tipos, incluindo contraespecialistas e especialistas práticos, devem ser incluídos. O resultado é uma estrutura de representação bastante complexa que não pode ser tratada independentemente dos contextos.[61]

(*iv*) Todas as tentativas de democratizar os arranjos de governação setoriais e específicos são confrontadas com problemas estruturais tais como a exclusividade e a seletividade da representação. A DA consegue responder a esses problemas melhor do que abordagens e práticas concorrentes tradicionais e recentes (cf. os três princípios acima referidos para a constituição de arranjos de governação: limiar mínimo, mandato democrático e princípio do contraditório).

4.3. O papel das políticas na governação socioeconómica associativa

O papel das políticas em todos os níveis é diferente para uma economia associativa em comparação com as políticas neoliberais do lado da oferta e neokeynesianas do lado da procura e mais em linha com políticas institucionalistas mais densas do lado da oferta em variedades de *capitalismo democrático*, embora seja claramente mais a favor de cooperativas e de PME,[62] favoráveis a maior participação (cf. Elson 2000:81), bem como a uma governação descentralizada e uma coordenação e regulação regional e municipal mais fortes, [63] proporcionando assim o contexto político no qual uma ecologia organizacional associativa pode florescer. Coloco toda a panóplia de áreas políticas relevantes para uma economia socialista democrática, tal como o direito de obrigações contratuais e de propriedade, regulações de mercado (particularmente, lei forte e pró-ativa de concorrência e política contra oligopólios e monopólios), comércio, tributação, subsídios, financiamento, investimento, infraestrutura, habitação, segurança social, etc. Apenas quero destacar a

60 Sobre a "coordenação e conselho de deliberação' como parte dos arranjos institucionais para "políticas industriais" no século XXI, cf. Rodrik (2004: 19ss).

61 Para uma breve discussão de problemas: quem é representativo e quem decide? E para as variantes, como as incluir? (Cf. Bader 2017).

62 Cf. Smiers *et al.* (2016, capítulo 9. "Reinventar o Mercado: sem empresas dominantes".

63 Cf. Rogers (2017: 11, 13ss), Kishimoto e Petitjean (2017), Horvat (2019) e Iaione (2017).

importância dos governos regionais para a inovação,[64] amplamente entendida como inovação tecnológica e inovação institucional dentro e entre unidades de produção/serviços ('empresas como laboratórios'), sistemas regionais de inovação (SRI) e sistemas nacionais de inovação (SNI). Distritos industriais[65] e SRI tornaram-se cada vez mais importantes, assim como o 'governo regional tem crescido em importância' (Hirst 1994: 116) em comparação com os SNI's e o Estado-nação. No entanto, o Estado-nação 'está longe de perder toda a capacidade de governação económica' (Hirst 1994: 117), o mesmo aplicando-se nas políticas de inovação – velhos e novos 'mitos da globalização' (Cooke e Morgan 1999:24 ss) – ou a assunção por políticas supraestatais como a União Europeia. Conforme já indicado na secção 1, as vantagens institucionais da DA residem na sua combinação de pluralismo institucional territorial considerado em políticas multiníveis com a proposta de descentralizar poderes e competências na medida do possível (também por razões de eficiência e eficácia). Os Estados-nação mantêm poderes limitados, delegados e compartilhados para influenciar e coordenar as economias e, de acordo com Hirst (1994), têm, como facilitadores e orquestradores, de cumprir três funções principais: (*i*) construir e manter uma coligação distributiva (consumo e investimento, investimento estatal em inovação); (*ii*) a orquestração de consenso social ou um equilíbrio negociado entre cooperação e competição; e (*iii*) uma 'distribuição eficaz de seus recursos fiscais e suas atividades regulatórias entre os níveis de governo nacional, regional e local' (Hirst 1994: 118) como 'arquitetos constitucionais da descentralização'.[66] Mais uma vez, estas considerações ainda são válidas teoricamente, mesmo após o declínio das variedades nacionais de *capitalismo democrático*, devendo ser pesquisado mais profundamente se e, em caso afirmativo, como é que arranjos de governação económica associativa, que funcionam bem nos níveis local e regional, têm sido capazes de sobreviver a destruições neoliberais a nível estatal. Políticas supraestatais, como as da União Europeia, não são federais nem de acordos intergovernamentais, mas novos tipos de políticas que, em declaração de princípio, se apresentam como laboratórios para governação económica associativa,[67] embora importe considerar as reais e predominantes políticas de criação e desregulação de mercado livre. Romper

64 Esta é uma breve síntese de Cooke e Morgan (1999).

65 Para uma plena panóplia de organizações de inovação colocadas num meio institucional onde é normal uma sistemática ligação e comunicação interativa, cf. Cooke e Morgan (1999: 71)

66 Cf. também Hirst e Thompson (1999, capítulo 9), Gould (2010) e Vanderkerkhove (2010).

67 Para muitas áreas políticas (pesquisa, inovação e inclusive políticas sociais), cf. Sabel e Zeitlin (2012). Para apoiar "as credenciais democráticas e a legitimidade do regime de consulta da UE", cf. Bunea (2017). Contudo refira-se a falta de iniciativas ao nível da União Europeia para estimular cooperativas, cf. Lombardozzi e Warner (2019).

com as agendas neoliberais é certamente mais difícil a este nível da governação económica transnacional, como os blocos comerciais regionais (NAFTA, ASEAN, etc.), G20, G7, organismos interestatais (OMC, Banco Mundial), organizações da ONU (OIT, FAO, FMI, UNESCO, etc.) e iniciativas de múltiplas partes interessadas de todos os tipos. Não obstante haver a vários níveis muitas iniciativas promissoras para tornar certos processos mais transparentes, democráticos e inclusivos, a organização e mobilização do poder político para bloquear o poder das empresas multi e transnacionais e do capital financeiro globalizado é muito mais exigente e difícil.[68]

5. Conclusão

A democratização de todas as decisões políticas e económicas coletivas, o cerne de qualquer socialismo democrático requer, não surpreendentemente, uma agenda muito exigente. Sumarizo aqui seu núcleo institucional e suas consequências para a política, políticas e estratégias. As instituições das economias socialistas democráticas são complexas e dependentes do contexto: o socialismo não deve apenas ser politicamente liberal e democrático, mas também pluralista e colorido. Contrariamente ao sindicalismo tradicional e à democracia de conselhos (*rätedemokratie*), o socialismo democrático não visa substituir, mas complementar a democracia política e, ao contrário do velho e do novo anarquismo e dos profetas da democracia direta em termos exclusivos, ele também exige democracia política representativa ou parlamentar. As economias democrático-socialistas e a democracia política representativa renovada em todos os níveis reforçam-se mutuamente. Sua interação ou ligação é muito complexa[69] e o problema básico é encontrar uma distribuição flexível e efi-

68 Para uma proposta inovadora de "substituir o princípio democrático da representação política" (válido para o Estado-nação) pelo "princípio da autocontestação" para os "regimes transnacionais", a fim de enfrentar o problema amplamente sentido e urgente do défice democrático, cf. Teubner (2018). Cf. já Gould (2010), Vanderkerkhove (2010) e, tal como o refere Steffek (2010: 64): "Como a democracia eleitoral fora do Estado não está no horizonte, o desafio para o próximo futuro é fortalecer engenhosamente os instrumentos de responsabilização estabelecidos para torná-los susceptíveis de responder às demandas e críticas provindas do espaço público transnacional." Para um posicionamento mais tradicional, cf. Singer & Ron (2018). Para uma abordagem detalhada e inovadora, cf. Thompson (2019). Para soluções institucionais descentradas, localizando avanços na responsabilidade democrática e na mobilização social disruptiva a ter lugar fora das estruturas institucionais oficiais em esferas públicas de oposição e em atos criativos de desobediência civil e experimentação, cf. Borowiak (2013: 373).

69 Suas instituições compreendem, segundo Krätke (2002, 2003 2008), 'três pilares': empresas democráticas autogovernadas, codeterminação setorial e regional e quadro de planeamento

ciente mas também transparente e democrática, nomeadamente através da delegação e limitação das respetivas competências (ou seja, complexo pluralismo institucional e autonomia relacional a todos os níveis, por exemplo, para a relação entre conselhos socioeconómicos e parlamentos.[70] A democratização das instituições de governação socioeconómica em todos os níveis depende da inclusão das organizações e redes representativas de todas as partes relevantes interessadas. O seu poder depende claramente de sua capacidade de mobilizar seus respetivos constituintes e movimentos (e a garantia de todo o conjunto de liberdades de comunicação política é uma pré-condição jurídica e política nuclear). Tal democratização efetiva também contribui para a tão necessária renovação da democracia representativa dos partidos políticos, exigindo também a inclusão de organizações representativas de todas as partes interessadas direta e indiretamente afetadas nas instituições políticas a todos os níveis (cf. Bader 2017 e 2019, em especial capítulo 1). Além das reformas institucionais, urgentemente necessárias, de alguns sistemas eleitorais (por exemplo, o dos EUA) e da superação do impasse institucional, as principais propostas dizem respeito à introdução de novas formas de democracia participativa.[71] Porém, esta é vista não como um substituto da democracia parlamentar, mas como um complemento e para encontrar respostas para a crise profunda dos partidos políticos, não os substituindo por outros tipos de movimentos (SMO, CSO, ONG) ou por mecanismos de democracia referendária mas por propostas institucionais e políticas para uma 'nova divisão do trabalho político' (cf. Bader, 2013). Mas isso seria outra história (Bader, 2019).

A complexidade das instituições também tem consequências para a política, estratégias e coligações. Há muitas transições possíveis para a democracia económica[72] e não há uma muralha chinesa entre o capitalismo e o socialismo. Não precisamos esperar pelo momento mítico da tomada do poder do Estado por uma Grande Revolução para iniciar e desenvolver a democratização da economia em vários níveis

---

macroeconômico democrático e, além disso, arranjos de governança socioeconómica a todos os níveis. Cf. também Froud *et al.* (2018).

70 As instituições da democracia económica devem tornar-se muito mais fortes. Se os conselhos socioeconómicos inclusivos deveriam ser mais do que simples órgãos "consultivos", seus poderes de codecisão, em comparação com os parlamentos, poderiam ser fortalecidos, por exemplo, não tornando suas decisões "vinculativas", mas exigindo mais que a simples maioria para substituí-los ou negligenciá-los.

71 Relativamente a mini-públicos, e-democracia ou assembleias populares como "fóruns abertos a todos os cidadãos" para debater e decidir questões específicas em interação direta, por exemplo, no Orçamento Participativo, cf. Smith (2009, capítulo 2). Para muitos, cf. Fung e Wright (2003).

72 Cf. a longa lista de exemplos fornecidos por Krätke (2008), Ötsch (2014) e Goldschmidt (2017, Parte III) na tradição das utopias realistas.

e de várias maneiras,[73] embora precisemos de nos engajar em projetos para democratizar a política e, particularmente, para bloquear o poder económico, social e político formal e informal das (grandes) corporações.[74] Projetos de desenvolvimento de bens comuns, de economia social, de economia fundacional, de inovação social radical não precisam ser opostos aos mais tradicionais na história dos movimentos operários. Além disso, não precisamos de uma estratégia centralizada e abrangente, embora possamos estar mutuamente muito mais bem informados, aprender uns com os outros e desenvolver alguma forma de coordenação heterárquica.[75]

Minha tentativa de explicar as ideias básicas e o núcleo das estruturas institucionais para democratizar a economia pode ser útil para conter o predomínio da TINA, mas não pode superar o paradoxo resultante das consequências sociais e dos falhanços políticos do neoliberalismo mencionado na secção II. Hirst (1994) criticou acertadamente o utopismo do socialismo de guilda. A minha tentativa de desenvolver ainda mais as instituições de governação socioeconómica associativa foi inspirada na tradição das utopias realistas, mas a própria DA pode parecer utópica novamente, se as condições políticas para a realização de tais instituições e políticas não mudarem.

Siglas

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
CSO = *Civil Society Organisations* (Organizações da Sociedade Civil)
CNV – *Cristelijk National Vakverbond* (União de Sindicatos Cristãos)
ESOP – *Employee Stock Ownership Plan* (Propriedade de Ações por Funcionários)
EUA – *Estados Unidos da América*
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

---

73 De modo 'fragmentado e iterativamente", cf. Hirst (1997:16ss, 133); para fortalecer três movimentos, de forma a responder à questão "como chegar daqui até lá?", cf. Elson (2000: 83ss). Cf. também Froud *et al.* 2018: 2. E sobre o que nós podemos aprender dos 'socialismos realmente existentes", cf. Steinitz (2019).

74 Goldschmidt (2017, parte II: 13, 15, 22) critica com justeza que a maioria dos teóricos da transformação não leve seriamente em conta as assimetrias estruturais de poderes e os poderes para resistir às tentativas transformadoras.

75 Cf. propostas de Klein para "uma mão incapaz de um mosaico de esquerda" (citado em Goldschmidt 2017, parte III: 12). Sobre a ligação sistemática a nível micro e macro e a necessidade duma "revisão constante ativa e crítica de projetos" e da "institucionalização de práticas de nicho como norma (leis, subvenções, práticas de compras), cf. recentemente Hirschel (2020) e Matzenau (2020).

FMI – Fundo Monetário Internacional
FNV – *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (Federação dos Sindicatos Holandeses)
LTO – *Landelijk Tuinbouw Organizatie* (Organização Nacional da Agricultura)
MHP – *Middengroepen en Hoger Personneel* (Central de Pessoal Médio e Elevado)
MKB-*Nederland – Midden en Kleine Bedrijven* (Médias e Pequenas Empresas)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS = Organização Mundial da Saúde
ONG = Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
NAFTA – *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio);
SMO – *Social Movement Organizations*
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VNO – *Verbond van Nederlandse Ondernemers* (Associação de Empresários Holandeses)
NCW – *Nederlands Cristelijke Werkgeversdverbond* (Confederação de Empresários Cristãos Holandeses).

Referências bibliográficas

Abendroth, Wolfgang (1968), *Antagonistische Gesellschaft und politische Demockratie*. Berlim, Neuwied.

Apeldoorn, Laurens van (2018), "BEPS, tax sovereignty and global justice". *Critical Review of Social and Political Philosphy* (CRISPP), vol. 21, n.º 4, 478-499.

Bader, Veit (1975), *Recht, Staat und Bürgerliche Gesellschaft* [Tese de doutoramento]. Berlim, Freie Universität.

Bader, Veit (1991), "Naar een libertair, democratisch en ecologisch socialisme", *in* Groen en Links in de jaren negentig. Amsterdam, *Wetenschappelijk Bureau Groen Links*, 44-49.

Bader, Veit (1992), "Liberale Demokratie zonder Alternatief? Structurele beperkingen van de representatieve partijendemocratie", *Politiek en Cultuur*, vol. 52, n.º3, 16-21.

Bader, Veit (2001), "Problems and Prospects of Associative Democracy", *CRISPP*, vol. 4, n.º 1, 31-70.

Bader, Veit (2007), "Building European Institutions. Beyond Strong Ties and Weak Commitments", *in* S. Benhabib e J. Shapiro I. (orgs.), *Identities, Affiliations and Allegiances*. Cambridge, Cambridge University Press, 113–135.

Bader, Veit (2010), "Complex Legitimacy in compound polities. The EU as example", *Representation,* vol. 46, n.º 3, 261- 279.

Bader, Veit (2012), "Individual and/or Associational Autonomy? Associative Democracy and the Freedoms of Entry and Exit", *in* Dagmar Borchers e Annamari Vitikainen (orgs.), *On Exit*. Berlim, de Gruyter, 116-139.

Bader, Veit (2013), "Sciences, politics and associative democracy: democratizing science and expertizing democracy", *Innovation*, vol. 27, n.º 4, 420-441, disponível em http://dx.doi.org/10.1080/13511610.2013.835465

Bader, Veit (2017), "Democratic Inclusion in Polities and Governance Arrangements", *Constellations*, n.º 25, 570-585, disponível em https://doi.org/10.1111/1467-8675.12317

Bader, Veit (2017b), "Raising Claims and Dealing with Claims in a "Mobile World" of "Superdiversity"", *in* Anna Triandafyllidou (orgs.), *The Multicultural Question in a Mobile World*. Edimburgo, Edinburg University Press, 225 – 244.

Bader, Veit e Marcel Maussen (2019), "Associative Democracy and the crises of capitalism and representative democracy", disponível em www.researchgate.net/publication/331481097_Associative_Democracy_and_the_crises_of_capitalism_and_representative_democracy.

Bader, Veit e Johannes Berger, Heiner Ganßmann e Joost von dem Knesebeck (1976), *Einführung in die Gesellschaftstheorie*. Frankfurt, Campus Verlag.

Bader, Veit, Katayoun Alidadi e Floris Vermeulen (2013a), "Religious diversity and reasonable accommodation in the workplace in six European countries: An introduction", *International Journal of Discrimination and the Law*, vol. 13, n.º 2-3, 54 – 82.

Bader, Veit e Marcel Maussen (2015), "Introduction. Non-governmental religious schools in Europe", *Comparative Education,* vol. 51, n.º 1, 1-21.

Bartl, Marija (2019), "Democratising Markets: Care and Non-Extractive Economic Practices", *in Sustainable Global Economic Law Conference* – SGEL 2019, Amesterdão, Alemanhã, dezembro de 2019.

Bauböck, Rainer (2017), "Democratic Inclusion", *in Democratic Inclusion. Rainer Bauböck in Dialogue*. Manchester, Manchester University Press, 2-55.

Banga, Rashmi (2013), "Measuring Value in Global Value Chains", *Transnational Corporations Journal*, Background Paper No. RVC-8, UNCTAD.

Bauer, Otto (1965), *Die osterreichische Revolution*. Wien, Auflage.

Beramendi, Pablo, Skja Häusermann, Herbert Kitschelt e Hanspeter Kriesi (2015), *The Politics of Advanced Capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press.

Bentam, Justin, Andrew Bowman, Marta de la Cuesta e Ewald Engelen (2013), "Manifesto for the Foundational Economy", *CRESC*, Working paper 131, disponível em https://www.yumpu.com/en/document/view/30190107/manifesto-for-the-foundational-economy-nov-2013-wp-131

Boonzaijer Flaes, Rob (1978), *Macht in overvloed*. Alphen aan de Rijn, Samson.

Borowiak, Craig (2013), "Mappping the Economic Impact of the Solidarity Economy in the Eastern United States", *in 5th International Meeting of Social Solidarity Economy* – SSE 2013, Manila, Filipinas, outubro de 2013.

Bovens, Mark, Deeirdre Curtin e Paul't Hart (2010), *The Real World of EU Accountability: What Deficit?*. Oxford, Oxford University Press.

Boyer, Robert e Joseph Rogers Hollingsworth (1997), "From National Embeddedness to Spatial and Institutional Nestedness", *in* Robert Boyer e Joseph Rogers Hollingsworth (orgs.), *Contemporary Capitalism. The Embeddeness of Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 433 – 484.

Braudel, Fernand (1979), *Civilisation and Capitalism, 15th-18th century*. Nova Iorque, Harper and Row.

Brus, Wlodzimierz (1972), *The markt in a socialist economy.* Londres/Boston, Routledge & Kegan Paul.

Bunea, Andrea (2017), "Designing stakeholder consultations", *European Journal of Political Research,* n.º 56, 46-69.

Carchedi, Guglielmo (2016), "Was the Great Recession a Crisis of Profitability?", *Science and Society,* vol. 80, n.º 4, 495-514.

Cardenas, Juan Camilo e Elinor Ostrom (2004), "What do people bring into the game? Experiments in the field about cooperatie in the commons", *Agricultural Systems*, n.º 3, 307-326.

Carens, Joseph (1981), *Equality, Moral Incentives and the Market*. Chicago, University of Chicago Press.

Carens, Joseph (1986), "The Virtues of Socialism", *Theory and Society,* vol. 15, n.º 2, 679-287.

Castells, Manuel (2009), *The Rise Of The Network Society*. Oxford, Wiley.

Chandler, Alfred (1962), *Strategy and structure: chapters in the History of the American Industrial Enterprise*. Cambridge, The Massachusetts Institut Press.

Cole, George Douglas Howard (1980 [1920]), *Guild Socialism restated*. Nova Jersey, Transaction Books.

Cohen, Joshua e Joel Rogers (1992), "Secondary associations and democratic governance", *Politics & Society*, vol. 20, n.º 4, 391–472.

Cooke, Philip (2017), "A Ground-up 'Quaternary' Innovation Strategy for South Korea Using Entrepreneurial Ecosystem Platforms", *Journal of Open Innovation,* vol. 3, n.º 10, disponível em https://doi.org/10.1186/s40852-017-0061-4

Cooke, Philip e Kevin Morgan (1998), *The Associational Economy. Firms, Regions and Innovation*. Oxford, Oxford University Press.

Crouch, Colin (2004), *Post-Democracy.* Cambridge, Polity Press.

Crouch, Colin e Wolfgang Streeck (1997), *Political Economy of Modern Capitalism*. Londres, Sage.

Cunningham, Frank (2005), "Market Economies and Market Societies", *Journal of Social Philosophy*, vol. 36, n.º 2, 129-142.

Czada, Roland (2004), "The end of a Model? Crisis and Transformation of the German Welfare State", *Working paper 1*, Hrsg. Fachbereich Sozialwissenschaften. Osnabruck, 1-30.

Dahl, Robert (1989), *Democracy and Its Critics*. New Haven, Yale University Press.

Dahl, Robert (2000) "Socialized Markets, not Market Socialism", *Socialist Register*, n.º 36, 68-85.

Elson, Diane (1988), "Market Socialism or Socialization of the Market?", *New Left Review* vol. 172, n.º 1, 3-44.

Engelen, Ewald (2001), "Globalisation and Multilevel Governance in Europe", *in* Paul Hirst e Veit Bader (orgs.), *Associative Democracy. The Real Third Way*. Londres, Frank Cass, 131-156.

Engelen, Ewald, Ismail Ertürk, Julie Froud, Sukhdev Johal, Adam Leaver, Mick Moran, Adriana Nilsson e Karel Williams (2011), *After the Great Complacence. Financial Crisis and the Politics of Reform.* Oxford, Oxford University Press.

Engels, Friedrich (1880), "Socialism: utopian and scientific", *in Marx/Engels selected Works*, vol. 3, 95-151.

Fraenkel, Ernst (1999), *Gesammelte Schriften Band 1: Recht und Politik in der Weimarer Republik*. Baden-Baden, Nomos Verlag.

Froud, Julie, Sukhdev Johal, Michael Moran, Angelo Salento e Karel Williams (2018), *Foundational Economy. The infrastructure of everyday life*. Manchester, Manchester University Press.

Fung, Archon e Eric Olin Wright (2003), *Deepening Democracy. Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. Londres, Verso.

Fung, Archon e Eric Olin Wright (2003a), *Realist Utopia.* Londres/Nova Iorque, Verso.

Galbraith, Jay (2010), "The Multidimensional and Reconfigurable Organization", *Organization Dynamics*, vol. XXX, 1-11.

Goldschmidt, Werner (2016/ 2017), "Varianten des Postkapitalismus. Ein Literaturbericht (Teil 1 bis 3", *Z. Zeitschrift Marxistische Erneuerung,* n.º 107.

Gould, Carol (2010), "Do Cosmopolitan Ethics and Cosmopolitan Democracy Imply Each Other?', *in* Stan van Hooft e Wim Vandekerckhove (eds.), *Questioning Cosmopolitanism*. Doordrecht, Springer, 153-166.

Hardt, Michael e Antonio Negri (2004) *Multitude*. Nova Iorque, Penguin Random House.

Heinrichs, Johannes (2003), *Revolution der Demokratie*. Berlim, Maas.

Heyvaert, Veerle (2017), "The Transnationalisation of Law", *Transnational Environmental Law*, vol. 6, n.º 2, DOI: 10.1017/S2047102516000388

Hirschel, Dierk (2020), *Das Gift der Ungleichheit*. Bonn, Dietz-Verlag.

Hirst, Paul (1994), *Associative Democracy.* Cambridge, Polity Press.

Hirst, Paul (1997), *From statism to pluralism*. Londres, UCL Press.

Hirst, Paul e Veit Bader (2001), *Associative Democracy. The Real Third Way*. Londres, Portland, Frank Cass.

Hirst, Paul e Jonatham Zeitlin (1997), "Flexible Specialization", *in* Rogers Hollingsworth e Robert Boyer (orgs.), *Contemporary Capitalism. The Embeddedness of Institutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 220–239.

Hirst, Paul e Grahame Thompson (1999*), Globalization in Question*. Cambridge, Polity Press.

Hollingsworth, Rogers e Robert Boyer (1997), *Contemporary Capitalism. The Embeddedness of Institutions.* Cambridge, Cambridge University Press.

Horvat, Vedran (2019), *Real Democracy in your town. Public-civic partnerships in action.* Luxemburgo, Green European Foundation.

Iaione, Christian (2017), "The Right to the CO-City", *Italian Journal of Public Law*, vol. 9, n.º 1, 80-142.

Jacobs, Michel e Mariana Mazzucato (2016), *Rethinking Capitalism*. Oxford e Malden, Wiley Blackwell.

Isakhan, Benjamin e Steven Slaughter (2014), *Democracy and Crisis. Democratising Governance in the Twenty-First Century.* Londres, Palgrave Macmillan.

Jessop, Bob (2017), "Civil Society: Theory, Actuality, Policy Paradigm and Mode of Governance between Network and Solidarity?", *in CISTAS conference 2017*, Copenhaga, Dinamarca, setembro de 2017.

Kalleberg, Arne Lindeman (2018), *Precarious Lives: Job Insecurity and Well-Being in Rich Democracies.* Nova Iorque, Wiley Blackwell.

Kasmir, Sahrry (1996), *The Myth of Mondragon. Cooperatives, Politics and Working Class Life in a Basque Town*. Albany, State University of New York Press.

Kaspersen, Lars Bo e Laila Ottesen (2001), "Associationalism for 150 Years and Still Alive and Kicking: Some Reflections on Danish Civil Society", *in* Paul Hirst e Veit Bader (orgs.), *Associative Democracy: The Real Third Way.* Londres, Frank Cass, 105 – 130.

Kautsky, Karl (1922), *Die proletarische Revolution und ihr Programm*. Berlim/Estugarda, Dietz Verlag.

Kirchheimer, Otto (1967), *Politische Herrschaft*. Frankfurt, Suhrkamp.

Kishimoto, Satoko, Olivier Petitjean e Lavinia Steinfort (2017), *Reclaiming Public Services. How cities and citizens are turning back privatisation.* Amesterdão/Paris, Transnational Institute.

Klare, Karl (1988), "Workplace Democracy and Market Reconstruction", *Catholic University. Law Review,* vol. 38, n.º 1, 1- 68.

Kornai, János (1992), *The Socialist system: The Political Economy of Comunism*. Oxford, Princeton University Press.

Korver, Ton (1998), "*Op de lange baan. Arbeid in sociaal-wetenschappelijk perspectief*". Amesterdão, SISWO.

Krätke, Michael (2002), "Demokratisierung der Wirtschaft – Sozialisierung der Märkte", *Widerspruch*, vol. 22, n.º 43, 55 – 67.

Krätke, Michael (2003) "Wirtschaftsdemokratie und Marktsozialismus", *in* Joachim Beerhorst e Michael R. Krätke, *Mut zur konkreten Utopie*. Hannover, Offizin Verlag, 41- 80.

Krätke, Michael (2008) "Eine andere Demokratie *für* eine andere Wirtschaft", *Widerspruch,* vol. 55, n.º 8, 5-16.

Landermore, Hélène (2018), *Open Democracy: Reinventing Popular Rule for the 21st Century*. Nova Jersey, Princeton University Press.

Landermore, Hélène e Isabelle Ferreras (2016), "In Defense of Workplace Democracy: Towards a Justification of the Firm-State Analogy", *Political Theory*, vol. 44, n.º 1, 53-81.

Lombardozzi, Lorena e Neil Warner (2019), "European economic democracy: a path out of the crisis", *Social Europe* [site online], disponível em https://socialeurope.eu/european-economic-democracy-a-path-out-of-the-crisis

Lorey, Isabell (2015), *Government of the Precarious*. Londres, Verso.

Mair, Peter (2013), *Ruling the Void*. Londres, Verso.

Martens, Wil, Bastiaan Van der Linden e Manuel Wörsdörf (2017), "How to asses the Democratic Qualities of a Multi-Stakeholder Initiative from a Habermasian Perspective?", *Journal of Business Ethics*, n.º 155, 1115–1133, disponível em https://doi.org/10.1007/s10551-017-3532-4

Mason, Paul (2015), *Postcapitalism*. Londres, Allen Lane.

Mathews, John (1989), *Age of Democracy*. Oxford, Oxford University Press.

Matzenau, Wolf von. (2020), "Das Gift der Ungleichheit", *Sozialismus: Heft*, n.º 11, 63-67.

Meerkerk, Ingmar Van, Joop Koppenjan e Robyn Keast (2015), "New citizen collectives, their democratic potential and their implications for public management", *in IRSMP Conference 2015*, Reino Unido, março e abril de 2015.

Monticelli, Lara e Donatella della Porta (2018), "The Successes of Political Consumerism as A Social Movement", *in* Magnus Boström, Michele Micheletti e Peter Oosterveer (orgs.), *The Oxford Handbook of Political Consumerism*. Oxford, Oxford University Press.

Morozov, Evgeny (2019), "Digital Socialism? The Calculation Debate in the Age of Big Data", *New Left Review,* n.º 116/117, 33 – 67.

Muldoon, James (2018), *Council Democracy. Toward a Democratic Socialist Politics.* Londres, Routledge.

Neumann, Franz (1967), *Demokratischer und autoritärer Staat*. Frankfurt, Verlagsantalt.

Nolan, Justine e Martin Boersma (2019), *Addressing Modern Slavery.* Sydney, UNSW Press.

Nove, Alec (1992), *An Economic History of the USSR 1917-1991*. Londres, Penguin.

Novy, Klaus (1978), *Strategien der Sozialisierung*. Frankfurt, Campus.

Nuti, Domenico Mario (2018), "The rise, fall and future of socialism", *Social Europe* [site online].

Nuti, Domenico Mario (1983) *Genossenschaftsbewegung - Geschichte und Zukunft der Wohnreform*. Berlim, Transit.

Oppenheimer, Franz (1896), *Die Siedlungsgenossenschaft. Versuch einer positiven Überwindung des Kommunismus durch Lösung des Genossenschaftsproblems und der Agrarfrage.* Leipzig, Duncker & Humblot.

Ötsch, Silke (2014), "Neue alternative Unternehmen und Finanzierungsformen – Wegbereiter von Vermarktlichung oder Emanzipation?" *in Momentum Kongress,* agosto de 2014.

Papadopoulos, Yannis (2013), *Democracy in crisis*. Houndsmills, Palgrave Macmillan.

Pateman, Carole (1970), *Participation and Democratic Theory.* Cambridge, Cambridge University Press.

Pel, Bonno e Tom Bauler (2018), "A Transition Studies Perspective on the Social Economy", *Annals of Public and Cooperative Economics,* vol. 88, n.º 2, 279-298.

Pijl, Kinanya (2019), "Law & Financial Non-Extractive Practices", *in Sustainable Global Economic Law Conference* – SGEL 2019, Amesterdão, dezembro de 2019.

Piketty, Thomas (2019), *Capital ét Ideologie.* Paris, Seuil.

Piore, Michael e Charles Fredrick Sabel (1984), *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. Nova Iorque, Basic Books.

Polanyi, Karl (1944), *The Great Transformation. The Political and Economical Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press.

Renner, Karl (1951 [1931]), *Zozialismus, Arbeiterschaft und Genossenschaft. Skizze einer ökonomischen Theorie des Genossenschaftswesens*. Hamburgo, Verlagsgesellschaft deutscher Konsumgenossenschaften.

Rifkin, Jeremy (2011), *The Third Industrial Revolution*. Nova Iorque, Palgrave McMillan.

Rodrik, Dani (2004), *Industrial Policy for the Twenty-First Century*. Cambridge, Harvard University, disponível em http://j.mp/2nRcNXi

Rodrik, Dani (2011) *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy.* Nova Iorque, Norton.

Rodrik, Dani (2013), "Who Needs the Nation-State", *Economic Geography,* vol. 89, n.º 1, 1-19.

Rogers, Joel (2017), "Democracy Now", *in CISTAS conference 2017*, Copenhaga, Dinamarca, setembro de 2017.

Roselli, Alessandro (2020), *Economic Philosophies: Liberalism, Nationalism, Socialism: Do They Still Matter?* Londres, Palgrave Macmillan.

Sabel, Charles e Jonathan Zeitlin (2012), *Experimentalist Governance.* Oxford, Oxford Handbook.

Sabel, Charles e Jonathan Zeitlin (2014), *Experimentalist Governance in the European Union*. Oxford, Oxford University Press.

Schmitter, Philippe (2001), "What Is There to Legitimize in the European Union and how might this be accomplished?", *in* Christian Joerges, Yves Mény e Joseph Weiler (orgs.), *Mountain or Molehill? A Critical Appraisal of the Comission White Paper on Governance.* Florença, European University Institute, 79–94.

Schumacher, Ernst Friedrich (1973), *Small is Beautyful*. Londres, Blond and Briggs.

Singer, Abraham e Amit Ron (2018), "Models of shareholder democracy: A transnational approach", *Global Constitutionalism,* n.º 7/3, 422-446.

Sitter, Ulbo de (1994), *Synergetisch produceren.* Van Gorcum, Assen.

Smiers, Joost, Peter Pekelharing e John Huige (2016), *De macht van de mega-onderneming.* Amesterdão, Van Gennep.

Smith, Graham (2009), *Democratic Innovations. Designing Institutions for Citizen Participation.* Cambridge, Cambridge University Press.

Smith, Graham e Simon Teasdale (2012), "Associative democracy and the social economy", *Economy and Society*, vol. 41, n.º 2, 151-176.

Sorge, Arndt e Wolfgang Streeck (2016), "Diversified Quality Production Revisited", *Max-Planck Institttut für Gessellschafttsforschung,* Discussion Paper 16/13, 1-25.

Standing, Guy (2011), *A Precariat Charter*. Londres/Nova Iorque, Bloomsbury.

Steffek, Jens (2010), "Public Accountability and the Public Sphere of International Governance", *Ethics & International Affairs,* vol. 24, n.º 1, 45-68.

Steinitz, Klaus (2019), "Aus Erfahrungen lernen. Damit Sozialismus wieder zu einer realen Alternative wird". Supplemento do der *Zeitschrift Sozialismus* 12/2019.

Stiglitz, Joseph (2012), *The Price of Inequality*. Nova Iorque, AW.W. Norton.

Streeck, Wolfgang (1991), "On the Institutional Conditions of Diversified Quality Production", *in* Egon Matzner e Wolfgang Streeck (orgs.), *Beyond Keynesianism.* Aldershot, Edward Elgar, 21–61.

Streeck, Wolfgang (2011), "The Crises of Democratic Capitalism". *New Left Review,* n.º 71, 5-29.

Streeck, Wolfgang (2013), *Gekaufte Zeit*. Frankfurt, Suhrkamp.

Streeck, Wolfgang (2015), "Wie wird der Kapitalismus enden?", *Blätter für Deutsche und Internationale Politik,* vol. 60, n.º 3/4, 99-111.

Summers, Larry (2014), *Secular Stagnation*. Londres, Centre for Economic Policy Research.

Teubner, Gunther (2012), *Verfassungsfragmente. Gesellschaftlicher Konstitutionalismus in der Globalisierung.* Frankfurt, Suhrkamp.

Teubner, Gunther (2018), "Quod omnes tangit: Transnational Constitutions Without Democracy?", *Journal of Law and Society,* vol. 45, n.º 1, S5-S29, disponível em https://doi.org/10.1111/jols.12102

Thompson, Grahame (2019), "Democracy, Citizenship and Corporate Governance Reform: How to Deal with the Internationalization of Corporate Activity", *OnlineFirst*, disponível em https://doi.org/10.1177/07255136211058481

Tragårdh, Lars (2007), *State and Civil Society in Northern Euroe: The Swedish Model Reconsidered.* Oxford, Berghahn.

Tragårdh, Lars (2013) "Associative democracy in the Swedish welfare state", *in* Lars Tragard, Nina Witoszek e Bron Taylor (orgs.), *Civil society in the age of monitory democracy*. Oxford, Berghahn.

Trute, Hans Heinrich (2005), "Democratizing Science: Expertise and Participation in Administrative Decision Making", *in* Helga Nowotny, Dominique Pestre, Eberhard Schmidt-Aßmann, Helmuth chulze-Fielitz, Hans-Heinrich Trute (orgs.), *The Public Nature of Science under Assault*. Heidelberg, Springer, 85-139.

Thomas, Henk e Chris Logan (1982), *Mondragon: Ecnomic Analysis*. Londres, Allen & Unwin.

Unger, Roberto Mangabeira (1987), *False Necessity*. Cambridge, Cambridge University Press.

Vandekerkhove, Wim (2010) "Cosmopolitan Corporate Responsibility", *in* Stan van Hooft e Wim Vandekerkhove (orgs.), *Questioning Cosmopolitanism*. Basingstok, Springer Nature, 199-210.

Vandekerkhove, Wim (2013), *Whistleblowing in Europe. Legal Protections for whistlebowers in the EU.* Berlim, Transparency International Publications.

Wallerstein, Immanuel (1974, 1980, 1989), *The World Systems Theory, Parte I, II e III*. Nova Iorque/Londres, Acacemic Press.

Westall, Andrea (2011), *Revisiting Associative Democracy: how to get more co-operation, co-ordination and collaboration into our economy, our democracy, our public services and our lives.* Londres, Lawrence & Wishart.

Wolff, Richard (2012), *Democracy at Work*. Chicago, Haymarket Books.

Wright, Erik Olin (2019), *How to be an Anti-Capitalist*. Londres, Verso.

XXIII. MARX E A POLÍTICA: O OLHAR DE PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL[1]

Intervenção de Luís Monteiro (Bloco de Esquerda)

"Contradição" talvez seja um dos melhores conceitos que carimba o pensamento político de Karl Marx. Não porque o seu legado seja contraditório, mas porque a sua capacidade analítica tornou-se, ao longo dos tempos, um inferno para os seus inimigos. E, aqui, nem o determinismo encontrou expressão, dada a dialética que compõe a sua obra. A modernidade também chegou com aquilo que nos deixou escrito.

Duas centenas de anos desde o nascimento daquele que é considerado por muitos um dos grandes pensadores da modernidade, o mundo também se transformou com ele. E na era da globalização capitalista, novas mutações globalizantes obrigaram a novas estratégias para a emancipação dos oprimidos. A ideia de Império, já desenvolvida por Lenine sob a fórmula de imperialismo, ganha hoje novos contornos: é a nível global que se faz sentir uma dupla necessidade de emancipação: a capitalista e a imperialista.

Essa emancipação, apesar da propaganda da oligarquia financeira, só se torna real se voltarmos a trazer para cima da mesa a revolução – utopia, ou melhor, aquilo que ainda não foi experimentado. Esse legado de Marx, que trazia o conceito na ponta da caneta dos seus principais escritos, é o fantasma que os braços armados dos donos do Mundo temem.

---

1 Tal como é possível constatar no anexo relativo ao programa do colóquio, foram convidados o Partido Social Democrata (PSD) com Carlos Abreu Amorim, o Partido Socialista (PS) com Manuel Pizarro, o Bloco de Esquerda (BE) com Luís Monteiro e o Partido Comunista Português (PCP) com Manuel Rodrigues. Apesar de diversas insistências, foram apenas recebidos os textos de Luís Monteiro e de Manuel Rodrigues.

De crise em crise, aparece Marx. Foi assim em 2008, é assim desde então. E, ao mesmo tempo, são as elites quem fintam a perceção social sobre a "via única" para a resolução da crise financeira. Apesar da resiliência das elites, o prognóstico que Marx nos apontou prova-se cada vez mais certo. De crise em crise, a banca que empurra o problema com a barriga já percebeu que não lhe basta a receita neoliberal. O exército dos derrotados da globalização é crescente e isso tem mudado a estrutura de dominação, nas táticas e estratégias da elite para manter a sua legitimação. A consequência parece um abalo sísmico no sistema político, como o demonstra o crescimento das forças ultraconservadoras à escala internacional.

Trump, Bolsonaro, Salvini, Erdogan são alguns dos novos rostos de um capitalismo que sabe precisar do poder de Estado não apenas na economia mas na transição da promessa do desenvolvimento para a desigualdade enquanto estado de normalidade. Essa nova fase tem destruído o Estado de Direito, as democracias liberais estremecem e a batalha contra as minorias é o embrulho deste presente envenenado.

É possível imaginar uma ideia de revolução, hoje? Sim. Aquela que congrega esforços nas lutas todas, que não esquece a democracia porque a quer aprofundar e não o contrário; promove um encontro de agendas emancipatórias e não esquece que é a luta de classes, a tal contradição de que Marx nos escrevia, onde tudo começa e termina.

No panorama europeu, as instituições que, historicamente, se apresentaram como garante da paz social e da coesão entre os povos da Europa, estão na linha da frente da produção dos tratados que impedem o investimento necessário na *coisa pública* e esvaziam a soberania nacional. O espírito da concorrência deturpou qualquer laivo de solidariedade que a União Europeia poderia ter. A atividade do Banco Central Europeu, enquanto especulador das dívidas soberanas ou enquanto cativador do investimento público, é a expressão mais nítida do papel das elites comandantes desta União. A expulsão da zona monetária é a palavra de ordem de quem não cumpre a ortodoxia neoliberal.

O caderno de encargos é extenso e, por vezes, difícil de pôr em prática num curto espaço de tempo. É preciso apoio popular para o levar avante. A mudança socialista faz-se com o povo e não apesar dele. No caso nacional, a memória coletiva da Revolução de Abril é uma arena de combate sobre o papel do povo na construção de uma alternativa política ao capitalismo. Transformaram o período revolucionário numa palete de conquistas sociais nos direitos laborais, sociais e serviços públicos. Tomaram para si a responsabilidade da produção e da sua gestão. E, quase meio século após esse acontecimento, é tempo de voltar a ter a certeza de que o socialismo não precisa de atalhos antidemocráticos para se impor: ele só se conquista num clima social de luta de classes onde a democracia se intensifica.

Intervenção de Manuel Rodrigues (Partido Comunista Português)

Agradecemos o convite ao Partido Comunista Português para participar neste Colóquio Internacional "Marx 2018, Legado, Críticas e Actualidade", convite que nos honra, intervindo sobre o tema "Marx e a política: o olhar dos partidos políticos".

Estamos a comemorar o segundo centenário do nascimento de Karl Marx. No âmbito das comemorações deste segundo centenário de Marx, o PCP vem desenvolvendo, ao longo do ano de 2018, um programa de comemorações que subordinou ao lema "II centenário do nascimento de Karl Marx. Legado, intervenção e luta. Transformar o mundo" e que tem contado com uma grande diversidade de iniciativas por todo o País.

O Partido Comunista Português assume como sua base teórica o o marxismo-leninismo :

> concepção materialista e dialéctica do mundo, instrumento científico de análise da realidade e guia para a acção, que constantemente se enriquece e se renova dando resposta aos novos fenómenos, situações, processos e tendências de desenvolvimento. Em ligação com a prática e com o incessante progresso dos conhecimentos, esta concepção do mundo é necessariamente criadora e, por isso, contrária à dogmatização assim como à revisão oportunista dos seus princípios e conceitos fundamentais.[2]

Por isso, para o PCP, este segundo centenário de Karl Marx não podia deixar de merecer uma particular valorização e atenção, sobretudo tendo em conta que, consideradas as naturais diferenças de contexto histórico e de evolução da sociedade ocorridos nestes duzentos anos, no essencial, o legado teórico, a intervenção e a luta de Karl Marx ao serviço da transformação do mundo mantêm hoje plena validade e actualidade. Desde logo, pela afirmação de que a vida humana se tem processado até aqui, exceptuando as comunidades primitivas, em sociedades divididas em classes sociais, que lutam pelos seus interesses antagónicos e cujo desenvolvimento histórico Karl Marx e Friedrich Engels magistralmente evocam no *Manifesto do Partido Comunista*, afirmando que "a história de toda a sociedade até aqui é a história da luta de classes" (1997 [1848]: 90). Essa luta continuava a desenvolver-se e a aprofundar-se sob os seus olhos e dela foram, aliás, activos intervenientes, participando directamente nos combates revolucionários do seu tempo, nomeadamente nas revoluções de 1848/1849 e na própria Comuna de Paris (1871).

---

2 Partido Comunista Português, *Programa e Estatutos do PCP*, Edições «Avante!», Lisboa, 2013: 90.

Mas foram também, além disso, os seus fiéis porta-vozes e intérpretes, discernindo e evidenciando o papel de vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras na luta contra a exploração capitalista, e de força social a quem, pelas suas condições objetivas de existência, cabe a missão histórica de pôr fim à dominação da burguesia, destruindo o instrumento desta dominação – o aparelho de Estado burguês – e instituindo um Estado proletário que se extinguirá à medida que se torne realidade o seu objetivo de construção de uma sociedade em que sejam eliminadas as classes antagónicas e, por conseguinte, a possibilidade da exploração do homem pelo homem.

Marx e Engels mostraram igualmente que, na sua libertação do jugo do capital, a classe operária precisa de se organizar em partido autónomo, com um programa de classe próprio – o Partido Comunista. O proletariado, mesmo constituindo a grande massa da população do planeta, só terá condições para levar a cabo o seu papel histórico elevando a sua organização. Nas palavras de Marx (2008 [1864]: 12), "o número só pesa na balança se unido pela combinação e guiado pelo conhecimento". Foi essa convicção que levou à fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a primeira organização internacional de massas do proletariado, de que Marx e Engels foram os principais dirigentes.

Estes e outros ensinamentos extraídos da análise da realidade histórica objetiva deram um conteúdo concreto à afirmação de Marx (2008: 434), segundo o qual "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas".

Marx vai aliar "a crítica sem contemplações de todo o existente" à prática revolucionária de superação da sociedade capitalista que tem como objetivo estratégico construir uma sociedade comunista e que, em *O Capital*, Marx (1990 [1867]: 94) define como "uma associação de homens livres que trabalham com meios de produção comunitários e que investem autoconscientemente as suas muitas forças de trabalho individuais como uma força de trabalho social". Uma sociedade, portanto, em que seja resolvida a contradição fundamental que caracteriza o capitalismo: a contradição entre a produção social e a apropriação privada do seu produto, dada a propriedade também privada dos meios de produção pelos capitalistas. Uma sociedade em que seja posto fim à escravidão assalariada a que a sociedade capitalista condena os trabalhadores por não terem nada de seu a não ser a sua força de trabalho, e que permite aos capitalistas que a compram, numa relação contratual aparentemente equitativa mas que na prática é profundamente desigual e assimétrica, fazer com que ela lhe produza gratuitamente um valor para além daquele que em troca retribui aos que a vendem sob a forma de salário. Este apenas corresponde ao

mínimo necessário para a reposição da força de trabalho dos assalariados e não ao valor por eles criado, que é muito superior ao salário que lhes é pago. Os capitalistas apropriam-se deste sobretrabalho sob a forma de mais-valia, sendo esta apropriação a essência da produção capitalista e própria apenas dela.

Marx defendeu, por isso, uma outra forma de organização social, uma sociedade em que seja a satisfação das necessidades sociais o objetivo da produção social e não a procura do lucro máximo, pois este, desencadeando uma concorrência anárquica entre os capitalistas, leva-os a investir cada vez mais em meios de produção para aumentar a sua produção, aumentando em consequência o exército de reserva de mão-de-obra, e fazendo com que a capacidade de consumo nomeadamente o consumo pessoal maioritariamente feito pelas massas trabalhadoras, não acompanhe o crescimento dos bens produzidos, que se tornam excedentários no mercado mas "deficitários" para assegurar uma vida condigna para todos, ou seja, uma sociedade de justiça e progresso social.

De Marx é de destacar a obra magna, *O Capital*, cuja actualidade não reside em darnos receitas já prontas para os novos fenómenos e contradições que o desenvolvimento do capitalismo vai manifestando e que nos confrontam, mas porque os conceitos e o método de análise da realidade desenvolvidos por Marx, e presentes em *O Capital,* mostram ser capazes de dar conta das configurações atuais do capitalismo, de apreender as suas contradições e dinâmica. Isso implica, simultaneamente, um enriquecimento criativo desses conceitos e método no seu confronto concreto com o que é novo e a aferição dos resultados com eles obtidos pela ação prática transformadora, pela ação revolucionária neles inspirada.

O património teórico que a prodigiosa atividade científica e revolucionária de Marx legou à humanidade não é, como o próprio Marx repetidamente sublinhou, algo de intemporal e acabado, mas ponto de partida para novos aprofundamentos e novos desenvolvimentos no conhecimento e na resposta às realidades de um sistema assente na exploração capitalista, num mundo em constante mudança. Que se afirmou como a mais poderosa arma de transformação social emancipadora. Um património que, acompanhando os prodigiosos progressos da ciência, se enriqueceu e desenvolveu com a luta do movimento comunista e revolucionário mundial e as experiências de inúmeros combates libertadores dos trabalhadores dos países capitalistas, do movimento de libertação dos povos colonizados, dos países socialistas, de amplos movimentos democráticos, anti-imperialistas e em defesa da paz.

Na passagem do capitalismo, no final do século XIX, à sua fase monopolista colocaram-se numerosas questões de carácter teórico e prático para cuja compreensão e solução Lénine deu uma genial contribuição. Com Lénine o marxismo conheceu um desenvolvimento tão marcante que o seu nome ficou justamente associado

ao de Marx no conceito de marxismo-leninismo. A Revolução de Outubro, com a conquista do poder pela classe operária e o empreendimento da nova sociedade socialista, confirmou o carácter transitório do capitalismo e as teses fundamentais de Marx relativas à missão histórica da classe operária, como sua coveira, ao papel das massas como o grande sujeito da transformação social, ao Estado e à superioridade da democracia socialista, à exigência de socialização dos principais meios de produção e muitas outras. Simultaneamente, a Revolução de Outubro e a construção do socialismo na União Soviética e noutros países trouxeram consigo novas experiências e propiciaram, e propiciam, novos desenvolvimentos do pensamento marxista na época que vivemos da passagem do capitalismo ao socialismo.

E tal como em outros momentos históricos, também perante as trágicas derrotas do socialismo no findar do século XX, o pensamento marxista tirou lições das experiências positivas e negativas do movimento operário, das vitórias e derrotas da luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos, como aconteceu aliás com a experiência da Comuna de Paris.

O marxismo é uma teoria que, afastada da realidade social e desligada das massas, perde a sua razão de ser. Enganam-se os que vêem nos clássicos um catálogo de respostas prontas a usar para os problemas concretos da luta revolucionária, pois esta só pode ser encontrada na análise concreta da realidade de cada país. E, quanto a isto, o PCP encontra no seu percurso de luta ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país, motivos de orgulho pela sua contribuição para a difusão, confirmação e enriquecimento de teses fundamentais do pensamento marxista. Atento às leis gerais do desenvolvimento social, mas elaborando a sua linha política e desenvolvendo a sua acção com base na concreta realidade do país, o PCP contribuiu com experiências de muito valor para o movimento comunista internacional.

Perante o aprofundamento da sua crise estrutural – de que é expressão a crise cíclica de 2007/2008 cujos efeitos ainda perduram –, o capitalismo, sistema explorador, opressor, agressivo e predador, assume de forma crescente a sua vertente destruidora de vidas e de recursos. Incapaz de ultrapassar as insanáveis contradições inerentes ao seu "código genético", insaciável na avidez de apropriação e acumulação de capital sem limites, o capitalismo conjuga a sua natureza opressora com modalidades novas e mais complexas de exploração do trabalho e de predação planetária, que se acentuou com os processos de globalização capitalista e de financeirização da economia, ligadas que estão na resposta à queda tendencial da taxa média de lucro. Processos que prosperam e se afirmam no plano político, à sombra da cooperação estratégica entre as forças mais reaccionárias e conservadoras e a social-democracia, com o Estado a assumir a função de promotor do capital privado, mercantilizando todos os domínios e sectores da vida económica e social.

O capital tenta contrariar os efeitos da crise estrutural através da baixa salarial, da redefinição do trabalho no sistema produtivo e da liquidação dos direitos económicos, sociais e culturais. A globalização capitalista e os seus processos de liberalização planetária dos mercados e da livre circulação de capitais, sob o domínio da ditadura das grandes corporações transnacionais, acentuam igualmente o processo de concentração e centralização de capital. Hoje um milhar e meio de grandes empresas multinacionais controlam mais de 60% da economia mundial; 42 grandes capitalistas têm tanto como 3,7 mil milhões de pessoas; 82 por cento da riqueza criada em 2017 foi parar às mãos de um por cento da população. Em consequência agrava-se a exploração, o desemprego, a precariedade, o aumento das injustiças e desigualdades sociais, o ataque a direitos sociais e laborais, a negação de liberdades e direitos democráticos, mas também a guerra, que surge cada vez mais como a resposta à crise do sistema de exploração e opressão.

O desenvolvimento da crise do capitalismo confirma as teses fundamentais de Marx, mas também de Lénine, sobre as leis que regem o capitalismo na sua fase imperialista. Elas põem em evidência a já referida lei de baixa tendencial da taxa de lucro elaborada por Marx; da tendência para a financeirização da economia, que dirige o capital para a especulação em detrimento do investimento produtivo; a lei da pauperização relativa; a lei do desenvolvimento desigual; a tendência para a estagnação, traduzida na quebra do crescimento do PIB dos principais países capitalistas. A incapacidade do capitalismo para ultrapassar as suas próprias contradições está bem presente na evolução da sua crise. Desde logo, a contradição entre o capital e o trabalho e a luta permanente em torno da taxa de mais-valia. Mas também a fundamental contradição que caracteriza o capitalismo: a contradição entre o carácter social da produção e a sua apropriação privada que se revela cada vez mais aguda.

O capitalismo não é o "fim da História", como afirmava Fukuyama (1992). Como todos os sistemas precedentes, o capitalismo é um modo de produção transitório. A superação revolucionária das suas insanáveis contradições é uma exigência do desenvolvimento social. Em permanente confronto com as necessidades, os interesses e as aspirações dos trabalhadores e dos povos, a superação do capitalismo assume-se, com crescente acuidade, por diferentes caminhos e etapas, como objetivo da luta dos trabalhadores e dos povos, enquanto perspetiva e condição de futuro inseparável da plena libertação e realização humanas. Tal superação exige a participação consciente dos trabalhadores e dos povos, a sua unidade, organização e luta no processo de transformação social e, particularmente, o papel histórico da classe operária e dos seus aliados no porvir da sociedade nova, libertada da exploração.

Exige a valorização do papel da luta de massas, fator determinante e decisivo, para assegurar o êxito de qualquer projecto de transformação social progressista.

Precisa de um Partido Comunista forte e permanentemente reforçado, assumindo o seu papel de vanguarda em estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e ao povo.

Coube a Marx o mérito de ter desvendado a missão histórica da classe operária e, com Engels, ter fundado o partido revolucionário de vanguarda do proletariado e, sob a forma de manifesto, elaborado o primeiro programa comunista. Desde então o movimento comunista tornou-se uma grande força revolucionária, de que são inseparáveis os grandes avanços libertadores entretanto alcançados. Foi neste processo mundial de alargamento da difusão do marxismo que, em 1921, foi fundado o Partido Comunista Português. Um Partido Comunista consciente e orgulhoso do seu papel, firme no seu ideal e na afirmação do seu projeto transformador e revolucionário de luta pela construção do socialismo e do comunismo.

Como reconhecia Álvaro Cunhal (1998), em Coimbra, na comemoração dos 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista,* em 1998, decorridos duzentos anos sobre o nascimento de Karl Marx, a teoria marxista continua válida, especificando:

a) Válida porque continua a explicar o mundo, mas também a indicar como transformá-lo;

b) Válida pelos princípios fundamentais do materialismo histórico e dialético que, rejeitando verdades absolutas e eternas, confia no conhecimento científico;

c) Válida pela confiança no conhecimento das realidades exteriores, no ser humano, dispensando a imaginativa crença em forças sobrenaturais que testemunham a insuficiência do saber;

d) Válida pela descoberta e análise do modo de produção, das relações de produção, como determinante "em última instância" da vida social;

e) Válida pela tese de que "a história de todas as sociedades até agora existentes é a história da luta de classes";

f) Válida como guia para uma política de classe e de luta contra a exploração e opressão de classe, que é característica da política dos governos dos estados capitalistas;

g) Válida pelos princípios fundamentais da teoria económica, nomeadamente a teoria da mais-valia, "pedra angular da teoria económica de Marx";

h) Válida pela tese de que o capitalismo, tal como sistemas anteriores, contém contradições que em determinado momento histórico conduzem à sua substituição e que, como indicam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, entrámos num tal momento histórico;

i) Válida pelo objetivo, a necessidade e a possibilidade de construir uma sociedade nova, que liquide a exploração do homem pelo homem, que erradique as grandes desigualdades, injustiças e flagelos sociais.

Não é por insistência dogmática, mas porque a vida o comprovou, nestes 200 anos decorridos desde o nascimento de Karl Marx, que se afirma a validade e atualidade destes princípios essenciais.

Assumimos, como sempre, a força invencível do apelo do *Manifesto do Partido Comunista*: "**Proletários de todos os países, uni-vos!**"

Referências bibliográficas

Cunhal, Álvaro (1998), "No 150.º Aniversário do Manifesto do Partido Comunista", *Boletim de Ciências Económicas*, vol. 41, 115-124.

Fukuyama, Francis (1992), *The end of history and the last man*. Nova Iorque, The Free Press.

Marx, Karl (1990 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. Lisboa e Moscovo, Edições «Avante!» e Edições Progresso.

Marx, Karl (2008 [1864]), "Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores" *in* Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras Escolhidas - tomo II*. Lisboa, Edições «Avante!».

Marx, Karl e Friedrich Engels (1997 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Edições «Avante!», 2ª edição.

SOBRE OS AUTORES

Alena Vieira

Doutorada em Ciência Política pela Universidade de Erlangen-Nuremberga, Alemanha. É investigadora integrada do CICP e professora de Ciência Política da Universidade do Minho. Foi *Visiting Researcher* da *Finnish Institute of International Affairs*, Instituto Estudos Estratégicos e Internacionais, Universidade Católica de Leuven, e bolseira das fundações *Chair Inbev-Baillet Latour*; *Hanns-Seidel-Stiftung*; *Haniel-Stiftung*; *Compania di San Paulo*, *Riksbanken Jubileumsfond* e *VolkswagenStiftung*, bem como da *Fundação para a Ciência e Tecnologia*. Publicou nas revistas *Journal of Common Market Studies*, *Europe-Asia Studies*, e *Post-Soviet Affairs*, entre outras.

Almerindo Janela Afonso

Sociólogo, doutor em Sociologia da Educação e professor associado (aposentado) da Universidade do Minho, onde integrou vários órgãos académicos e de gestão. Fez um pós-doutoramento no Departamento de Sociologia da Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha) e é membro de associações científicas e conselhos editoriais de prestigiadas revistas académicas, nacionais e estrangeiras. Orientou dezenas de teses e estágios científicos avançados de pós-doutoramento. Foi professor visitante em várias universidades estrangeira (Brasil, Cabo Verde e Espanha), e *Visiting Academic* no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Publicou mais de uma centena de trabalhos científicos, tendo recebido, em 1999, o Prémio Rui Grácio patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foi membro do Conselho Científico para a Avaliação de Professores, Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e membro do Conselho Nacional de Educação.

Carlos R. S. Machado

Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em Políticas Públicas da Educação (licenciaturas) e Fundamentos na pós-graduação de Educação Ambiental (PPGEA) que coordenou entre 2015-2017. Desde 2011 vem pesquisando sobre os conflitos ambientais e urbanos na cidade do Rio Grande e extremo sul do Brasil e na região leste do Uruguai (2015) e Porto/Portugal (2018), a partir do Observatório dos Conflitos Urbanos e Ambientais. Realizou estudos/pesquisas de pós-doutorado no Rio de Janeiro/UFRJ/IPPUR; no Uruguai, na Universidade de La República/Antropologia; e Portugal, Universidade do Porto/Sociologia. Mantém convênios/estudos com pesquisadores da Universidad Marta Abreu de Las Villas/Cuba.

Clayton Emanuel Rodrigues

Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É reconhecido no Brasil como mestre em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de Sociologia na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Ativista anarquista e abolicionista penal.

Cleildes Marques de Santana

Doutora em Administração Pública, com especialização em Estudos Organizacionais. Licenciada e mestre em Sociologia. Professora Adjunta de Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Coordenadora do projeto de pesquisa Poranga digital: saberes em ação – Linguagens de (sobre) vivências e experiência social na pandemia – 2021/2022 (Pibic – CNPq). Integrante do grupo de pesquisa *GPreto: Ousa quem fala*. Investiga movimentos e protestos políticos no Brasil, expansão e interiorização da Educação superior no Brasil, violências e sociabilidades.

Fernando Bessa Ribeiro

Professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do CICS. Nova. No período de 2020 a 2022 foi o coordenador do polo da Universidade do Minho do CICS.Nova. Atuou como pesquisador-visitante do CNPq na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo também lecionado como professor convidado em diversas universidades do Estado espanhol e do Brasil. Capitalismo e desenvolvimento, género e sexualidade são alguns dos seus principais interesses de investigação. Mais recentemente passou a trabalhar sobre questões urbanas e pobreza em Portugal. Juntamente com Manuel Carlos Silva prepara a tradução para português de uma biografia sobre Friedrich Engels da autoria de Michael Krätke.

Fernando Marineli

Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2005) e mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2021). Atualmente é assessor de planeamento no Serviço Social do Comércio (Sesc SP). Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em teoria sociológica e sociologia da cultura, atuando principalmente com os temas: epistemologia e marxismo, com destaque para a obra de Lucien Goldmann.

Francisco Coelho Cuogo

Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021) e doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016) e é licenciado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2013).

Graça Rojão

Doutorada em Sociologia pela Universidade da Beira Interior. Licenciada em Sociologia com formação especializada em Cidadania e Igualdade de Género pela mesma universidade. Pós-graduada em Gestão de Projectos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Activista há cerca de 25 anos e diretora e co-fundadora da CooLabora (2008), cooperativa de intervenção social na Covilhã.

Guilherme Luiz K. Tortelli

Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela Universidade do Porto. Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduando em Direito pela mesma universidade. Membro do grupo de pesquisa *Trabalho e Capital* (UFRGS/CNPq) e do *Centro para Direito, Globalização e Desenvolvimento* (UFRGS/CNPq).

José Carlos Venâncio

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Mainz (1984). Professor catedrático aposentado da Universidade da Beira Interior e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Pertence ao conselho consultivo de algumas revistas de ciências sociais e é Académico Português de Número da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Das suas publicações merecem destaque os livros *Literatura e poder na África lusófona* (Lisboa: ICALP, 1992), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* (Lisboa: Estampa, 1996), *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África* (Lisboa: Veja, 2000; também com edição brasileira em 2009, pela Fundação Joaquim Nabuco/Editôra Massangana).

José Madureira Pinto

Sociólogo, professor catedrático aposentado da Faculdade de Economia do Porto e investigador integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Presidiu à Associação Portuguesa de Sociologia entre 1990 e 1994. Foi consultor do Presidente

Jorge Sampaio para a Área da Economia, Desenvolvimento e Sociedade, entre 1996 e 2006. Dirigiu a revista *Cadernos de Ciências Sociais*. Tem investigado e publicado nas áreas da metodologia, epistemologia e teoria sociológicas, da análise de classes e do trabalho, dos processos educativos e das práticas simbólico-ideológicas e, mais recentemente, da sociologia do campo da economia.

José Pedro Lopes

Mestre em Ciência Política pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. É, atualmente, estudante do Mestrado em Estudos da Europa do Sul, na Universidade Autónoma de Madrid. Os seus interesses de investigação centram-se nos partidos políticos e comportamento eleitoral nas democracias europeias, com especial foco nos partidos de esquerda radical.

Laurindo Dias Minhoto

Mestre em *Law in Development* pela Universidade de Warwick (1993) e doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (1997). Foi *visiting scholar* na Escola de Direito da Universidade da Califórnia, Berkeley (2015). Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisa nas áreas de sociologia do direito e da punição, teoria crítica da sociedade e pensamento social brasileiro. Coordena o Grupo de Pesquisa *Teoria dos sistemas e crítica social* (CNPq) e integra o coletivo de pesquisa *Carceral Studies Working Group* no *Center for the Study of Law and Society* na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Luís Monteiro

Investigador no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É licenciado em Arqueologia e Mestre em Museologia pela FLUP. Esteve como deputado na Assembleia da República nas eleições legislativas de outubro de 2015 a outubro de 2019 no círculo eleitoral do Porto. A par do seu trabalho parlamentar, teve oportunidade de realizar duas peças documentais: Subterrâneos

da Precariedade (2019) que retrata o trabalho científico na universidade portuguesa, e Museu da Vergonha (2019), uma curta metragem sobre a história da resistência à PIDE no Porto.

Manuela Tavares

Doutorada em Estudos sobre as Mulheres com o tema: Feminismos, Percursos e Desafios. (1947-2007). Membro da direção do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), ISCSP. Autora dos livros Feminismos, Percursos e Desafios (2011); Aborto e Contracepção em Portugal (2003). Movimentos de Mulheres em Portugal nas décadas de 70 e 80 (2000). Autora de artigos da especialidade para livros e revistas. Membro da equipa de Investigação do projeto Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974 (WOMASS). Co-organizadora de livros na sua área de especialidade. Formadora e supervisora de diversos projetos na área da Igualdade de Género. Membro da direção da UMAR e sua co-fundadora.

Manuel Carlos Silva

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Amesterdão, diretor de Centro de Investigação em Ciências Sociais (2002-14), professor catedrático aposentado da Universidade do Minho, presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-12), investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova-UMinho) e professor visitante em universidades em Espanha, Angola, Colômbia e Brasil, nomeadamente na Universidade de Brasília. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra sobre o campesinato "Resistir e adaptar-se" (1998), coordenou projetos de investigação sobre relações interétnicas, prostituição, desigualdades de género e habitação e publicou sobre o rural-urbano, desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, género e étnico-raciais).

Manuel Loff

Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). Professor associado no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador no Instituto de

História Contemporânea - IN2PAST. Entre outros, é autor de *"O nosso século é fascista!" O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (2008), e coordenador de *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória* (2014). Investigador em história política, ideológica e social do século XX, especializou-se em estudos sobre fascismos e neofascismos, processos de transição autoritária e democrática e memória coletiva do colonialismo, da ditadura e da Revolução portugueses. É colunista do diário *Público* (Lisboa).

Manuel Rodrigues

Licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro. Foi professor de Filosofia no ensino secundário, encontrando-se hoje aposentado. É membro da Comissão Política do Partido Comunista Português (PCP) e Diretor do Jornal *Avante!*, tendo publicado vários trabalhos, sendo de relevar o livro *Os Baldios* (Lisboa: Caminho, 1987) e *Disseste o Meu Nome?* (Lisboa: Editorial Escritor, 1979).

Marco Schneider

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Professor do departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor universitário desde 2003. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido em associação entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e do Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Possui estágio pós-doutoral em Estudos Culturais, pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-UFRJ). Autor do livro "*A Dialética do Gosto: informação, música e política*" (Rio de Janeiro: Circuito, 2015). Os interesses atuais de pesquisa passam pela desinformação, competência crítica em informação e literacia midiática.

Paula Alexandra Guimarães

Professora associada da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho e investigadora sénior do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM, Núcleo de Estudos Transculturais – NetCult). É especialista em Literatura e Cultura Inglesas do século XIX e em estudos de Poesia Inglesa e Comparada. Tem mais de meia centena de trabalhos publicados sobre autores românticos e vitorianos, assim como inúmeras comunicações apresentadas em Portugal e no estrangeiro, muitas por convite. Foi coordenadora do Grupo INTCULTPOET (2012-2017), tendo publicado o livro *Intercultural Poetics. Literary Representations of the Foreign Other* (2019) e organizado diversas conferências e seminários. Foi ainda diretora das licenciaturas em Línguas e Literaturas Europeias (2019-2022).

Paulo de Carvalho

Sociólogo, doutor em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário e Lisboa. É professor catedrático na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN, Luanda – Angola), Presidente da Academia Angolana de Letras e deputado à Assembleia Nacional. Foi reitor da Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola), diretor da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UAN e vicepresidente da Universidade Pan-Africana (Addis Abeba, Etiópia). Dentre os 13 livros publicados destacam-se *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda* (Luanda: Kilombelombe, 2008), *Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social* (Oeiras: Celta Editora, 2002) e *Estrutura social da sociedade colonial angolana* (Varsóvia: Instituto de Sociolgia da Universidade de Varsóvia, 1989).

Pedro Henrique de Melo Teixeira

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. É mestre em Educação Contemporânea e graduado em História pela mesma universidade. É ainda especialista em Programação do Ensino de História pela Universidade de Pernambuco. É professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, alienação, trabalho docente e educação integral.

Rui Vieira Cruz

Analista de dados no PolObs – Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura. Mestre em Sociologia, com especialização em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Atualmente membro do CICS.Nova – Universidade do Minho e do CECS – Universidade do Minho. A sua linha de trabalho foca-se na análise estatística, ciclos schumpeterianos, *clusters* tecnológicos, processos de destruição criativa, modelos de difusão de inovações e análise de redes sociais.

Sérgio Antônio Silva Rêgo

Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho (ICS-UMinho). Mestre em Educação Contemporânea (PPGEduC) pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Especialista (*lato sensu*) em Epistemologia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) e graduado em História pela mesma faculdade. Membro do *Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina*, do *Grupo Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina,* vinculado ao CNPq, e do *Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais* (GEICS).

Sylvia Debossan Moretzsohn

Jornalista, professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio pós-doutoral no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do *Observatório de Ética Jornalística – ObjETHOS* (PPGJor/UFSC) e do N*úcleo de Pesquisas em Jornalismo – Nupejor* (UFRGS). Autora, entre outros, do livro "*Pensando contra os factos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*" (Rio de Janeiro: Revan, 2007). Os interesses atuais de pesquisa passam pelo jornalismo, credibilidade, desinformação e competência crítica em informação.

Tainara F. Machado

Pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Sociologia na Universidade do Porto. Participa de forma voluntária nos grupos de pesquisa *Trabalho, Conhecimento e Educação* (UFRGS) e *Trabalho e Capital* (UFRGS/CNPq).

Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e licenciado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Participou e participa de vários grupos de pesquisa, como sendo o caso do *Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento* da Universidade de Brasília (2010-2012), *Grupo de teoria crítica contemporânea*, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanadas da Universidade Estadual de Campinas (2013-2016) e *Grupo de teoria crítica* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2017-Presente).

Veit Bader

Professor emérito de Sociologia, Filosofia Social e Política na Universidade de Amsterdão. Foi líder de um pacote de pesquisa, com equipas holandesas, em dois projetos europeus do 7º Quadro Programa (FP7): *Religare* (Diversidade Religiosa e Modelos de Secularismo na Europa 2009-2013) e *Accept* (Tolerância, Pluralismo e Coesão 2009-2013). Tem inúmeros livros e outras publicações sobre uma ampla gama de questões: crítica da economia política; teoria social crítica; desigualdades sociais e ação coletiva; democracia e Estado de direito; democracia associativa; racismo, etnicidade e cidadania; ética da migração e integração de minorias; justiça global; governação da diversidade religiosa.

PROGRAMA DO COLÓQUIO

5 de dezembro | 20h30
Casa do Professor, Avenida Central (Braga)
Projeção do Filme "O jovem Karl Marx" de Raoul Peck | Vinho verde de honra
Apresentação por Manuel Sarmento (IE – UM)

6 de dezembro
Universidade do Minho, Campus de Gualtar (Braga)

Auditório da EEUM
9H30
Receção aos participantes
9H45
Abertura dos trabalhos
Representantes Institucionais

10H15
Conferência de abertura
Cédric Durand (CEPN-CNRS – Universidade de Paris 13)
Comentadora: Isabel Estrada Carvalhais (CICP, EEG – UM)

12H30
Almoço Livre

14H15

Painel temático 1 | Auditório da EEUM
O materialismo histórico e dialético em Marx: totalidade, contradição, mudança e utopia
Moderadora: Ana Brandão (ICS – UM)
Comentador: Teresa Mora (ICS – UM)

Painel temático 2 | Sala de Atos do ICS
Trabalho, tecnologia e as mudanças impulsionadas pela "indústria 4.0"
Moderadora: Ana Paula Marques (ICS – UM)
Comentadores: Miguel Portela e João Cerejeira (EEG – UM)

Pausa para café

16H00

Painel temático 3 | Auditório da EEUM
Capital e lutas sociais: economia e política, sociedade e Estado
Moderadora: Sílvia Sousa (EEG – UM)
Comentador: José Manuel Lopes Cordeiro (ICS – UM)

Painel temático 4 | Sala de Atos do ICS
Capitalismo, globalização e imperialismo: desenvolvimento desigual, desigualdades e exclusões sociais
Moderador: Albertino Gonçalves (ICS – UM)
Comentador: Joaquim Costa (ICS – UM)

Pausa para café

17H45
Sessão Plenária
Marxismo e ciências sociais em Portugal: agendas, desconstruções, reconstruções
João Rodrigues (CES-UC)
José Madureira Pinto (FE – UP)
Fernando Rosas (FCSH – UNL)
Manuel Carlos Silva (ICS – UM)
Manuel Loff (FLUP – UP)
Manuela Tavares (CIEG – ISCSP)
Moderador: Luís Vicente Baptista (FCSH – UNL)

20H00 | Restaurante Panorâmico (Universidade do Minho)
Jantar do colóquio

7 de dezembro | Universidade do Minho, Campus de Gualtar (Braga)

9H00

Painel temático 5 | Auditório da EEUM
Capitalismo, crise socio-ambiental e socialismo
Moderadora: Fátima Moura Ferreira (ICS – UM)
Comentadora: Cristina Matos (EEG – UM)

Painel temático 6 | Sala de Atos do ICS
Filosofia, ciências sociais e novos objetos de investigação a partir do legado marxista
Moderador: Joel Felizes (ICS – UM)
Comentador: Almerindo Janela Afonso (IE – UM)

Pausa para café

10H45
Sessão Plenária
Marxismo e a questão colonial: lutas de libertação, trajetos e balanço
Fernando Bessa Ribeiro (ICS – UM)
José Carlos Venâncio (UBI)
Paulo de Carvalho (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto)
Víctor Kajibanga (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto)
Moderador: Wladimir Brito (ED – UM)

13H00
Almoço Livre

14H45
Mesa da controvérsia
Marx e a política: o olhar dos partidos políticos
Manuel Pizarro (Partido Socialista)
Carlos Abreu Amorim (Partido Social-Democrata)
Luís Monteiro (Bloco de Esquerda)
Manuel Rodrigues (Partido Comunista Português)
Moderador: Luís Cunha (ICS-UM)

Pausa para café

17H00
Lançamento do Livro
Desigualdades sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva
Apresentado por Graça Carapinheiro (ISCTE – IUL) e Francisco Mendes (ICS – UM)

18H00
Conferência de encerramento
Veit-Michael Bader (Universidade de Amesterdão)
Comentador: Francisco Louçã (ISEG – UL)

Este livro é a expressão material mais relevante do colóquio *Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade* realizado na Universidade do Minho em dezembro de 2018. Duzentos anos depois do seu nascimento, Marx continua a marcar os debates sociais e políticos contemporâneos, sendo os seus textos indispensáveis não só para compreender o capitalismo e explicar suas lógicas, dinâmicas e crises, como também para escrutinar os caminhos futuros para a sociedade humana. Num momento histórico marcado pela crise social e ambiental que atinge a humanidade e o planeta e confrontados com as desigualdades sociais e económicas entre países e no interior de cada país, o pensamento de Marx (e Engels) conhece um interesse revigorado, incluindo por parte daqueles que, não se identificando como marxistas, encontram no teórico alemão contributos decisivos para fazer o debate sobre o nosso presente e futuro comuns.

As comunicações na sua diversidade e riqueza focalizaram-se em diversas questões e temas abordados por Marx desde a análise de modo de produção e formações sociais, o trabalho e a técnica, economia e política, ideologia e utopia, o marxismo como corte epistemológico e fonte de inspiração para a pesquisa, o marxismo e o feminismo, classes sociais e injustiças, capitalismo e devastação da natureza, democracia associativa e socialismo.

Considerando os textos disponibilizados pelos participantes para publicação, optou-se por um alinhamento que procura encontrar uma linha editorialmente interessante que permita conhecer não só o que se discutiu como dar a necessária expressão a alguns dos problemas, tópicos e objetivos que estiveram na origem do colóquio, nomeadamente os relacionados com o capitalismo e as desigualdades sociais (de classe, étnico-raciais e de género), as lutas sociais, as crises, os fracassos históricos e as perspetivas para o ecossocialismo.

Os organizadores

ISBN 978-989-755-302-8